



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "E" AO Nº 195 QUARTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 7ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2015.....	4
Ata da 8ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2015.....	26
Ata da 9ª Reunião, realizada em 8 de setembro de 2015.....	42
Ata da 10ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2015.....	45
Ata da 11ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2015	62
Ata da 12ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2015.....	87
Ata da 13ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2015.....	107
Ata da 14ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.....	126

1.2 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 8ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.....	156
Ata da 9ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.....	161
Ata da 10ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.....	178
Ata da 11ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.....	197
Ata da 12ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2015.....	221

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 09 DE JULHO DE 2015, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e oito minutos do dia nove de julho do ano de dois mil e quinze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores: Roberto Rocha, Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Sarney Filho, Sergio Souza, Leonardo Monteiro e Rômulo Gouveia. Deixam de comparecer os demais Membros. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública, para debater a desertificação com a presença dos seguintes convidados: **lêdo Bezerra de Sá** - Pesquisador da Embrapa Semiárido, **Vanderlise Giongo** - Pesquisadora da Embrapa Semiárido, **Antônio Rocha Magalhães** - Assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do MCTI e **Adriano Venturieri** - Chefe Geral da Embrapa Amazônia Oriental. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Roberto Rocha e os Deputados Sarney Filho e Sergio Souza. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Parlamentares que a aprova permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que quiserem encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A reunião de hoje tratará do tema “desertificação”, em conformidade com o Requerimento nº 5, de 2015, de minha autoria, aprovado em 1º de julho do corrente.

Tenho a alegria de convidar para sentar-se à Mesa o Dr. lêdo Bezerra de Sá, Pesquisador da Embrapa Semiárido. Convido ainda a Srª Vanderlise Giongo, Pesquisadora da Embrapa Semiárido. Já está sentado à Mesa, para a nossa alegria, o Prof. Antônio Rocha Magalhães, Assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do MCTI. Convido ainda o Chefe Geral da Embrapa Amazônia Oriental, Sr. Adriano Venturieri.

Adriano, seja bem-vindo!

Antes de passar a palavra ao Deputado Sarney Filho, que fará suas breves considerações sobre o importante tema que vamos abordar hoje, quero dizer da minha alegria em receber os nossos convidados para tratar do tema “desertificação”, assunto que tem-se destacado, sobretudo a nossa Embrapa e o nosso CPATSA, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido, localizado em Petrolina. Tanto que, este ano, eu tive a alegria em participar de mais um seminário liderado pela Embrapa, em Petrolina, sobre a desertificação. E as informações e os números que, lá, nós tivemos a oportunidade de refletir, debater, ouvir, discutir nos remeteram para a certeza de que precisamos acelerar. Aliás, essa foi uma das reivindicações durante o encontro.

Informo que há uma iniciativa nesse sentido, de autoria do então Senador Inácio Arruda, que tramita no Congresso Nacional há algum tempo, para que fosse dado prioridade e apoio para que esse projeto se transformasse em lei. Ali, eu assumi esse compromisso, juntamente com os pesquisadores, com o pessoal da Academia, com os representantes de vários Estados brasileiros que estavam ali reunidos durante o encontro, inclusive solicitei o empenho do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Procurei o Senador Otto Alencar, que foi designado Relator na Comissão de Meio Ambiente do projeto de autoria do Senador Inácio Arruda; contei com a compreensão e com a decisiva colaboração do Senador Otto, e, ontem, no final da tarde, nós, finalmente deliberamos e aprovamos, no Plenário do Senado Federal, aquilo que se constituirá no marco legal da política pública do Governo nacional para lidar com esse tema de grande relevância para todos nós, brasileiros, sobretudo, os brasileiros do Semiárido, onde a ameaça de desertificação é mais eminente.

Portanto, eu acho que, no dia de hoje, um passo a mais é dado no sentido de formar uma consciência e, mais que a conscientização, de estimular a Casa do povo brasileiro, o Parlamento nacional, a prosseguir em novas

iniciativas para que a gente possa, ao longo dos próximos anos, de fato, cuidar, de forma adequada, de forma apropriada, desse tema que é importante para o nosso País do ponto de vista do interesse da nossa população.

Dito isso, antes de passar a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Sarney Filho, eu também registro a presença do nosso Relator, Deputado Sergio Souza, que já se encontra aqui, no plenário.

Então, é com alegria que ofereço a oportunidade da palavra ao Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de saudar todos os palestrantes e dizer que serei muito breve, até porque nós temos quatro palestrantes e o importante é ouvirmos a voz da ciência.

Não tenho dúvidas de que a desertificação tem tudo a ver com mudanças climáticas e que se acentua a cada dia. O Brasil é um país que tem um importante papel dentro das mudanças climáticas, mas também é um país que sofre com a desertificação, em especial no nosso semiárido. Assim, eu acredito que nós devemos tratar integralmente a questão.

Eu estava ontem, Presidente Fernando Bezerra, caros expositores, com Dom Leonardo, da CNBB, num café oferecido pela Frente Parlamentar Ambientalista. E, naquela oportunidade, discutimos a Encíclica Papal a respeito das mudanças climáticas. A Encíclica, que é muito bonita, eu acho que todos nós devemos lê-la, ainda porque ela não é feita só para católicos; ela é feita para todo mundo. O Papa ouviu muito a ciência, segundo nos disse o Bispo Secretário-Geral da CNBB, Dom Leonardo. Ele ouviu a Academia de Ciências do Vaticano, que é formada não só por católicos, mas, sobretudo, por cientistas, e, com isso, ele produziu uma belíssima peça que, certamente, vai nos ajudar muito. E, ali, uma das coisas sobre as quais ele fala bastante é da integralidade, das conexões que a gente tem entre o ser humano e a Terra; e ele fala que tudo aquilo que a gente tem feito tem transformado a Terra em um organismo doente. A Terra está doente. E não tenham dúvidas de que uma das chagas mais importantes dessa doença é a desertificação; é a chaga assim mais exposta.

Então, tratarmos da desertificação é tratarmos do clima, das mudanças climáticas, do tema socioambiental; é tratamos do combate à pobreza – e isso é muito importante.

Então, assim encerro e, talvez, mais tarde, faça alguns comentários a respeito das exposições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Agradeço ao Deputado Sarney Filho.

Pergunto se o nosso Relator gostaria também de fazer breves considerações em relação a esta audiência. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra; bom dia a todos os expositores; bom dia ao nosso Vice-Presidente, Deputado Sarney Filho; bom a todos os presentes.

Sr. Presidente, hoje, para nós, é um dia atípico na Câmara, pois o Presidente Eduardo Cunha já está dando início à nossa Ordem do Dia, o que, aqui, é uma atividade cotidiana.

Para aquele que não conhece internamente como é o Parlamento, acha que a nossa existência só se dá quando estamos em plenário; porém, acabei de passar aqui, agora, na Comissão de Relações Exteriores, cumprimentando alguns amigos, e lá também está acontecendo uma reunião, assim como lá, na Câmara, várias reuniões estão acontecendo ao mesmo tempo. Contudo, eu não poderia deixar de passar aqui, mesmo que rapidamente. E, hoje, já havia pedido à minha assessoria que conversasse com a assessoria da Comissão a fim de informar que não poderei ficar o tempo todo, mas que ficarei o tempo que conseguir.

Esta é uma das Comissões, tenho para mim, das mais importantes. No entanto, a sociedade não percebe o tamanho dessa importância. Talvez você não sinta, no dia a dia, a influência das mudanças climáticas na sua vida, e há vários fatores.

Procuramos aqui dividir os trabalhos, nesta Comissão, discutindo cada um dos pontos. E a desertificação é algo que realmente preocupa muito o Brasil. Eu, que já fui Presidente e Relator desta Comissão em outros momentos, quando aqui estava no Senado, testemunho que tivemos audiências nesse sentido. Vi algumas imagens e projeções de futuro – não sei se V. S^{as} trarão alguma coisa nesse sentido – que nos preocupam muito. Por exemplo, o aquecimento global. Há algumas regiões hoje, no Brasil – eu, que sou ligado, como o Deputado Sarney Filho sabe, como o nosso Senador Fernando também sabe, à produção agropecuária –, as regiões mais próximas às linhas dos Trópicos tendem a ficar improdutivas no futuro.

O que precisamos fazer para conter isso e de que forma?

Se eu não conseguir participar de toda a reunião, aqui está a nossa assessoria, bem como a Consultoria da Casa, que farão as anotações, e depois vamos nos debruçar sobre os temas e sobre as palestras de V. S^{as} para entender um pouco mais não só do ponto de vista do aquecimento global lá o futuro, mas do que isso pode impactar a nossa vida desde agora.

Parabéns!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, nosso querido Relator, Deputado Sergio Souza.

Informo aos nossos convidados e palestrantes que esta reunião está sendo transmitida pela Rádio Senado, pela TV Senado e também pela internet. Portanto, o tema vai merecer uma grande reflexão e certamente uma larga participação de muitos que têm interesse em relação ao tema desertificação.

Com alegria, convido, para suas palavras, o pesquisador Iêdo Bezerra de Sá.

O SR. IÊDO BEZERRA DE SÁ – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer pelo convite desta Comissão para participar desta iniciativa muito importante, sobretudo para esse tema que está tão presente na mídia mundial, a questão da desertificação, que não acomete só o Brasil, mas todos os semiáridos do mundo.

Eu trouxe um pequeno material de apoio, que trata desse tema, que eu gostaria que fosse... *(Pausa.)*

Então, como o tema é importante. Tanto que saímos agora, como o Senador Fernando Bezerra disse, de um evento sobre Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido Brasileiro, que aconteceu em Petrolina, na Embrapa Semiárido, que tratou muito dessas questões que o Relator mencionou e como vamos atuar para mitigar e nos adaptar a essas mudanças, que estão prementes e que já se fazem presentes em muitos lugares.

Pode passar, por favor.

Bem, desertificação é um tema que precisamos desmistificar um pouco porque as pessoas têm aquela ideia de desertificação como aquele deserto, aquela duna de areia que a gente vê nos filmes. Mas, graças a Deus, no Brasil não existe isso e não vai existir nunca.

Desertificação é um termo utilizado por pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) – a sigla está em inglês – e é a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas. Portanto, problemas de degradação ambiental muito evidente, muito forte, mas que não sejam nessas regiões não podem ser tratadas como desertificação. Ou seja: os problemas de arenização em Roraima, o desmatamento intensivo no Rio Grande do Sul estão fora dessas regiões e, portanto, não podem ser tratados como desertificação.

A desertificação é o reflexo dessas variações climáticas, mas também, e muito importante, a atividade que o homem exerce sobre esses ambientes.

A degradação da terra já é um pouco diferente. Significa a perda ou redução da produtividade econômica ou biológica nesses ecossistemas, causada por várias coisas, que passaremos a ver mais adiante.

Então, para situar o Semiárido brasileiro, inclusive já há uma lei que delimita Semiárido brasileiro, porque tivemos que fazer uma lei para justificar, por que existe um fundo nacional constitucional, que tem que ser aplicado 50% no Semiárido brasileiro.

Então, já que entra dinheiro, todo mundo quer ser Semiárido. Portanto, definiu-se, através da Academia, vários ministérios se reuniram e decidiram o que o Semiárido brasileiro significaria. As regiões, quando chove até 800mm, uma série histórica, foi o que choveu ano passado, pelo menos nos últimos 30 anos; a incidência de secas, que é muito importante. Então, criou-se o Semiárido que, hoje, têm 1.134 Municípios em oito Estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais.

Uma coisa muito importante que se falou sobre o Semiárido, aí tem duas informações nesse mapa que são muito importantes, uma é a questão que define o Semiárido, que é o índice de aridez. Nós não vamos tratar disso, porque é mais técnico, mas significa o quanto é árida aquela região – sabe-se por meio de uma equação que se faz, e o pessoal da climatologia sabe muito bem. Então, a gente divide o que chove naquele tempo pela evapotranspiração, e a gente consegue espacializar essa informação.

Outro coisa que está aí em hachura, não para perceber muito bem, é o IDH. A gente verifica que isso está muito relacionado. Nesses locais mais secos, de condições climáticas mais desfavoráveis se concentram também os menores IDHs do Brasil. Quer dizer, uma coisa está muito relacionada com a outra. Então, a gente tem que atacar nessas duas frentes simultaneamente.

As previsões, um pouco catastróficas, mas não muito longe da realidade, é que o IPCC, que é um Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da ONU, faz uma previsão de que até 2050, 50% das terras agrícolas podem padecer de um processo muito sério de salinização, que deriva para a desertificação. Então, essas previsões é que, se nada for feito, o que é subúmido úmido passa a ser subúmido seco; de seco passa a ser semiárido e de semiárido passa a árido. Então a gente tem que frear exatamente essa cronologia que tem ser barrada e temos que barrar isso com muita informação, com consciência, com a Academia e com o auxílio dos senhores da Casa.

O Semiárido brasileiro é muito extenso, é da ordem de um milhão de quilômetros quadrado. Isso significa duas Espanha e dois Portugal juntos. Então, quando a gente fala isso lá fora, dizem que é um absurdo, que é um continente. Comporta 1.334 Municípios. Agora, algo muito importante, é que é um população muito grande nesse Semiárido. Então, dizem que é o Semiárido mais populoso do mundo, não, isso não é certo. O mais populoso é na China, mas nós temos uma densidade populacional muito maior do que lá. Portanto, tem muita gente precisando arrumar suas vidas, construir suas casas, se alimentar, de uma base de recursos naturais muito frágeis. Então, muita gente concorre para esse processo.

Os solos são predominantemente rasos, baixa fertilidade; não estou dizendo que é todo assim, é o que predomina. A vegetação é de Caatinga, típica da depressão sertaneja. É um Semiárido que não chove pouco, ele chove bastante, o nosso grande problema é a distribuição dessa chuva perante o ano.

E uma das coisas que impactam mais a questão ambiental é esse sistema tradicional de produção, que perdura até hoje, que é a agricultura itinerante, a agricultura sem insumos tecnológicos, que eleva cada vez mais à exacerbação do processo de desertificação.

Essas são realidades que existem no Brasil.

Isso é uma realidade no sul do Piauí; essa é uma realidade na região de Cabrobó, muito próxima a Petrolina. Aqui no Ceará, naquela região norte do Ceará, perto de Sobral, na região e Irauçuba. Então, são situações que, se chegar a esse ponto é impossível de recuperar, porque leva muito tempo para que isso aconteça e o custo é muito grande. É muito mais viável a gente começar a frear esse processo para que não chegue a essa situação. Isso aí é um doente terminal.

Temos aqui outra situação, também ali no Seridó, entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Vejam que verifica-se que com essa vegetação algumas plantas de jurema e uma cactácea, que se chama xiquexique, que segurou ali um pouco. Mas em uma propriedade dessa, a pessoa pode ter dois mil hectares e passar fome, porque não tem a mínima condição de sobreviver, porque daí não se consegue nada. O solo completamente exaurido, erodido. Então não se tira nada daí. A gente tem que frear essas coisas.

Isso é só para espacializar, essas fotos que eu mostrei, no espaço geográfico brasileiro.

Nesses quatro núcleos de desertificação que nós temos no Semiárido – eu estou apresentando quatro, mas não mais de vinte nessas situações – soma aproximadamente 21 mil quilômetros quadrados, que representa 20% de todo o Estado de Pernambuco só nessas quatro regiões que eu citei. Então, a gente tem que começar a trabalhar para reverter um pouco mais esse processo.

Na verdade, há desertificação, que é um joguinho de dominó em que as coisas vão acontecendo e uma pedra vai derrubando a outra.

Essas mudanças climáticas – a minha colega que vai me suceder vai tratar desse assunto – leva para uma perda de biodiversidade tanto animal como vegetal, uma degradação do solo muito intensa. Com isso, diminuem as áreas de agricultura, e a produção agrícola consequentemente, aumento das perdas econômicas e da pobreza sobretudo, com o aumento migratório, que, no passado, já foi muito mais intenso e, graças a Deus, está sendo um pouco freado. No passado, a migração vinha para o Sudeste, para Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, mas, agora, a migração está acontecendo internamente. Estão procurando essas cidades de polo de desenvolvimento, como Campina Grande, Petrolina, Juazeiro do Norte, Feira de Santana. Temos um pouco de migração interna, mas os problemas sociais e econômicos também não são diferentes daquela época do passado.

Essas, só para terem uma ideia, são as áreas afetadas pelo processo de desertificação no Semiárido. Você vê que chega até a praia, porque aí têm áreas semiáridas, áreas subúmidas secas e também áreas do entorno que também sofrem muito com isso. Então, aqui, temos duas informações que são exatamente o entorno e as áreas. Há espaços territoriais de alguns Estados que estão bastante comprometidos: Ceará principalmente, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, que estão passando por sérias dificuldades nesse processo.

As pessoas levam isso só para a agricultura, mas não é só a agricultura. Além da agricultura itinerante, em que se desmata hoje para produzir duas ou três safras e abandona a área porque não tem mais rentabilidade econômica nenhuma, há outros fatores que também provocam tudo isso. Falo da questão de utilizar a nossa madeira, a nossa lenha, o bioma Caatinga como energia. Isso é muito preocupante.

Esse é só um comparativo da fonte de energia no mundo e no Brasil. Petróleo e derivados, estamos mais ou menos igual ao mundo todo. Temos muito pouco carvão mineral. Gás natural, praticamente nada, o que temos vem praticamente da Bolívia. Em hidroeletricidade, somos riquíssimos. Nenhum lugar do mundo tem essa pujança que nós temos com energia elétrica. Nuclear, eu coloquei 0,1% porque fui bondoso, temos praticamente nada. Agora, quando se trata de lenha e carvão vegetal, temos uma impressionante cifra de mais de 16% dessa fonte. Isso seria bom se fosse utilizada lenha e carvão de uma floresta manejada, mas isso não é manejado, isso aí é de desmatamento irregular.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Quanto por cento de desmatamento irregular e quanto por cento de floresta plantada?

O SR. IÊDO BEZERRA DE SÁ – Hoje, de floresta plantada, temos muito pouco. Praticamente 85% são de floresta nativa para carvão e lenha. O que se faz de floresta plantada para carvão está ligado à siderurgia, muito bem delimitado. Isso não é propriedade de pequeno produtor. São grandes empreendimentos florestais. E cana-de-açúcar, somos riquíssimos em relação ao mundo todo, pela própria característica da cultura.

Então, essa é uma coisa muito importante. É isso que temos que reverter. Não deixar de utilizar a lenha e o carvão, mas têm como ser utilizados de origem legal, manejada. Para isso, já existem algumas ferramentas que podemos mostrar, se for o caso.

Precisamos conhecer essa realidade de Estado por Estado. Para isso, foi constituído o PAN, que é o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação, vinculado principalmente ao Ministério do Meio Ambiente. O PAN migrou para que se fizessem os PAEs – Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Então, todos os Estados do Nordeste e Minas Gerais fizeram os seus PAEs, mas a grande dificuldade que temos é a implementação dessas ações. Então, é preciso fazer essa implementação, migrando do Federal para o Estadual e chegar à célula, que eu chamo de Município, que é onde as coisas acontecem e onde se pode resolver, porque tem o conhecimento local.

Estamos trabalhando, concluindo no mais tardar em setembro ou outubro, um atlas dessas áreas para todo o Estado de Pernambuco. Considero, não pela minha formação de Engenheiro Florestal, mas eu acredito que a cobertura vegetal e os solos de uma região são as duas variáveis mais importantes para se entender o fenômeno da desertificação não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Começamos a tratar isso dessa forma.

O grande problema que temos é que, na cobertura vegetal, o desmatamento irregular, o desmatamento clandestino, na Caatinga é diferente de como são feitos no Cerrado e na Amazônia, que são frentes amplas de desmatamento, que se notam nitidamente nas imagens dos satélites, e que estão todos os dias em jornais de grande circulação e em jornais televisados do Brasil inteiro. Todo dia passa. O Inpe está informando. Por quê? Porque formam cicatrizes enormes em uma imagem de satélite. São perceptíveis.

Na Caatinga, é diferente. Só quem conhece a Caatinga sabe! Na Caatinga, o desmatamento é feito de forma que eu chamo de formiguinha: um hectarezinho aqui, outro ali, outro ali, outro ali. Quando soma tudo isso, fica muito grande. Não tem uma frente, como há na Amazônia, como há no Cerrado.

Então, no Estado de Pernambuco, a parte semiárida vai até aquele limite. Dali, fica só a parte metropolitana e a Zona da Mata e sul.

Aqui eu dividi, porque Pernambuco tem uma divisão muito interessante, que é a divisão por regiões de desenvolvimento, que são doze, e nós tratamos de nove. Tiramos só a região metropolitana, a Zona da Mata e a zona sul. Aí, para que tenham uma ideia, é a região do Agreste setentrional. E aí fiz uma classificação. Em função dessas duas variáveis que eu mencionei, a cobertura vegetal, o que tem de cobertura vegetal, o que foi desmatado e a característica dos solos, a gente chega a uma gradação que diz onde não tem problema, onde o problema é ausente, onde o problema é fraco, onde o problema é moderado, onde o problema é acentuado, onde o problema é severo. Então, vocês podem verificar que essa zona de Pernambuco, a setentrional, está praticamente metade dela numa situação já de severidade muito grande, muito próxima àquelas fotos que eu mostrei inicialmente.

E a gente tem a quantificação de todos os Municípios com a área ausente, fraco, moderado, tudo isso. Então, nós fizemos para o Agreste, fizemos isso para o Agreste central, para Agreste meridional. Podem observar aí que entramos nos sertões, no Sertão do Pajeú, com sua classificação. Tudo isso feito com informações de imagem de satélite e a ferramenta de geoprocessamento.

Vou correr um pouco nisso, porque não tem tanto interesse, mas tudo isso está publicado, todos os Sertões, até chegar ao Sertão do São Francisco, que é onde fica a Embrapa Semiárido, onde eu trabalho. Lá a situação é um pouco menos grave, porque a colonização partiu do litoral para o Sertão, o gado entrou do Agreste para o Sertão. Então, as áreas mais preservadas estão, graças a Deus, ainda dentro do Sertão.

Quando iniciei esse trabalho, eu imaginei que os Sertões estariam mais prejudicados do que os Agrestes. Na realidade, isso não foi comprovado.

Esse aí é um mapa geral que mostra todo Pernambuco. Vejam que a situação do Agreste, dos Sertões, é muito... E a gente tem isso em números e por Município. Então, seria muito interessante se a gente conseguisse fazer com que os Planos de Ações Estaduais funcionassem, fossem realmente implementados e a gente tratasse isso na esfera municipal, porque a gente corrigiria muita coisa.

Aí está Pernambuco em números, com todas as regiões.

Também fizemos essa iniciativa para o Estado do Paraíba. E a gente mostra que, da mesma forma que fizemos para Pernambuco, fizemos para a Paraíba, já está pronto, já está publicado para quem tiver interesse, aí

está a Paraíba em números, o que tem de fraco, de moderado, de acentuado, de severo. E nisso a gente também tem um recorte até o nível de Município. Pode-se fazer outros recortes, como de bacia hidrográfica, por exemplo.

E uma outra iniciativa foi nessa região sul do Ceará. Por que não do Ceará todo? Porque essa franja sul do Ceará é onde tem os melhores estudos do solo. É igual a Pernambuco. O único Estado que tem mapa de solos em uma escala operacional de um para cem mil é Pernambuco. Então, precisamos lutar para que os outros Estados também façam esse sistema de mapeamento.

E a gente chega também ao Ceará dessa mesma forma, com situações muito ruins. Aí está o Ceará sul em números, que comportam mais ou menos 29 Municípios. Então, a situação é muito delicada, sobretudo quanto ao uso da vegetação, ao desmatamento para se utilizar na matriz energética. Esse, sim, é um grande crime ambiental.

Aqui é só para terem uma ideia do número de Municípios e da extensão territorial nas áreas de superfície. Vocês veem que Alagoas tem 63%; Bahia, 84%; Ceará, todo o Ceará está dentro do Semiárido, então, sofre problemas constantes de desertificação; não é todo o Ceará que está naquela classe de severidade que mencionei, dentro daquela gradação que vai de fraco a moderado, acentuado e severo. Então, vocês veem que em alguns Estados a situação não é muito boa.

Esse aqui eu já mostrei.

Só para mostrar esse aqui, voltei a essa transparência para mostrar que, já que a gente utiliza tanta matriz energética, um recurso vegetal que é finito, esgotável e facilmente degradável e dificilmente recuperado, porque as pessoas não colocam recurso nisso, é o exemplo da região do Polo Gesseiro, que fica lá no extremo oeste do Estado de Pernambuco, ali do lado do Ceará e do Piauí. Daí, senhores, saem 95% de todo o gesso do Brasil. Todo esse forro que vocês estão vendo nesta sala muito provavelmente veio dessa região: 95% do gesso. Então, as indústrias do gesso utilizam, na formação do gesso, porque o gesso, na realidade, é a derivação de um minério, que se chama gipsita e ele precisa ser extraído da mina, triturado e desidratado que, lá, o pessoal chama de calcinado.

Então, para calcinar, é preciso energia. E a energia mais barata vem de onde? Já se tentou de tudo lá; mas correram para a lenha. E – pasmem – 60% da lenha desse Polo é de origem clandestina; é da Caatinga. Isso tem que parar!

Então, nós fizemos esse mapeamento para mostrar que toda essa área que está em cinza, é a área que já foi completamente destruída e precisa ser recuperada. As áreas que estão em verde mais intenso são aquelas onde se pode fazer as chamadas florestas energéticas. Floresta energética é um termo que a engenharia florestal utiliza para designar aquela floresta que se planta para colher. Como se planta feijão e milho, planta-se a floresta para colher. E essas, aqui, são as áreas passíveis de se fazer isso. E por que só naqueles lugares? Porque ali há condições de solo, de relevo e de chuva, de clima.

As áreas que estão em verde claro são aquelas ainda passíveis de serem manejadas. O manejo é outra técnica da engenharia florestal, que permite que você explore sem degradar, sem depredar, de modo a se conseguir fazer – claro que tem de haver uma fiscalização muito intensa – um plano de manejo. E só quem pode fazer esse plano de manejo são os engenheiros florestais. Hoje em dia, graças a Deus, o Bando do Nordeste está financiando esses planos.

Há 10 anos, nós tínhamos 17 planos de manejo nessa região; hoje, nós temos mais de 300, graças ao fato de nós mostrarmos essas coisas. É muito importante brigar com o sistema financeiro, pois o produtor é muito descapitalizado; ele não tem dinheiro para pagar o engenheiro florestal; não tem dinheiro para fazer uma manutenção, para acompanhar etc. E isso, agora, está sendo financiado. Então, com esse manejo, você consegue ter lenha, mas lenha manejada, lenha classificada, lenha legal.

As áreas que estão aí representadas nessa cor de tijolo, vamos dizer assim, são aquelas que, por força de lei, têm de ser observada como reserva legal. Então, vejam que alguns Municípios, algumas localidades nem têm mais o que deixar como reserva legal, porque não há mais nada. Então, alguns lugares que não têm, 20% do bioma Caatinga, por lei, têm que ser preservados em forma de reserva legal. É isso que a gente faz. Então, a gente pode fazer em cada Município, um a um, chegar e mostrar ao prefeito de cada cidade o quanto há no seu território, o quanto ainda há como lugar de floresta, lugar de manejo, lugar que tem de ser recuperado e as áreas de reserva legal. A gente pode fazer tudo isso para evitar esse tipo de coisa. Isso é o que está acontecendo atualmente: lenha da Caatinga, que está sendo clandestinamente cortada, para ser levada a essas pequenas fábricas. Eu tive o cuidado de não mostrar a fábrica nessa documentação, mas, enfim, para que se evite isso, inclusive isso é improdutivo, porque há lenha de todos os calibres e quando você coloca uma lenha muito grossa no forno, a temperatura vai lá para baixo; e até se alcançar a temperatura do serviço, demora muito. Então, você perde material, pois o rendimento de lenha por tonelada de gesso é muito baixo. Já, por outro lado,

quando você tem floresta plantada, o rendimento é muito bom, é legal, dá empregos, dá segurança, e todo mundo agradece, sobretudo a natureza.

Nos anos 1980, 1990 e 2000, eu fiz uma cronologia do processo naquela região, centrado num Município chamado Trindade, e verifiquei que se coletava lenha num raio de 36km – didaticamente, eu coloquei 50 – para esse Polo Gesseiro. Dez anos depois, já se coletava a 100km; 20 anos depois, já se coletava a 150km; e, hoje, já se coleta a mais de 200km. Isso porque eles não têm mais onde pegar. Então, o que nós temos de fazer? Fazer florestas energéticas para colher e manejar o que nós temos.

Eu acho que, com isso, eu encerro, mostrando o seguinte: aqui está uma coisa muito relacionada com a questão da densidade demográfica que o Sr. Relator já mencionou e que é muito importante. Onde há muita gente, que utiliza a base de recursos naturais do local para sobreviver, há um fator de degradação muito importante. E, aí, vem a vulnerabilidade, de um modo geral, para o Semiárido todo. E, por esse mapa, pode-se ver: alta, moderada, e assim por diante.

Por fim, eu faço um *link* aqui com a colega que vai me suceder sobre a questão climática: a pluviometria está muito associada. Então, incidência de seca, poucas chuvas, chuvas concentradas, com um solo completamente desnudo, um solo nu, temos um fator de degradação que leva, com certeza, à desertificação.

Para a nossa felicidade, o Senador me informou que a Política de Combate à Desertificação foi aprovada. Eu tinha isso para o dia 7, terça-feira, mas ele me informou que ontem já havia sido aprovada, o que é uma notícia muito boa. Eu acho que é uma conquista muito importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, lêdo.

Na realidade, trata-se do Projeto de Lei nº 70, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Foi aprovado pelo Plenário, ontem, e está indo à sanção presidencial.

Eu ofereço a palavra à pesquisadora da Embrapa Semiárido, Vanderlise Giongo.

A SRª VANDERLISE GIONGO – Bom dia a todos!

Em nome da Embrapa e da Embrapa Semiárido, eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui apresentando as nossas ações de pesquisa. Cumprimento o Senador Fernando Bezerra, o Vice-Presidente Deputado Sarney Filho, os demais membros e todos os presentes.

A Embrapa Semiárido é uma unidade ecorregional que tem, em seu mandato, o bioma Caatinga e todo o Semiárido. Então, temos a missão de desenvolver tecnologias para promover o desenvolvimento dessa região.

Bem, o lêdo, brilhantemente, já apresentou um diagnóstico do nosso Semiárido. Sendo assim, vou passar, neste momento, com o auxílio da projeção, por favor, as ações que a Embrapa Semiárido vem desenvolvendo nesse contexto de mitigação e adaptação aos cenários de mudanças climáticas e desertificação, porque não podemos dissociar esse diálogo e essas tecnologias dos cenários que se vêm mostrando.

O título da apresentação é Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido Brasileiro: Medidas de Adaptação e Mitigação.

Vamos falar um pouco da situação atual, que já foi apresentada pelo colega, vamos falar daquilo que já temos, um pouco de caracterização, das ações que estão em andamento, dos nossos resultados – já temos resultados de pesquisas e ações que estão sendo difundidas –, dos desafios postos para a sociedade e das nossas perspectivas.

Todos sabemos que a demanda por alimentos e serviços pela crescente população humana vem intensificando a pressão da exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, acarretando processos de degradação ambiental, que, por sua vez, acentuariam as mudanças climáticas e o processo de desertificação.

Há uma cobrança que aponta para o compromisso social, econômico e ambiental no processo de geração de produtos e serviços. Precisamos gerar processos, produtos e serviços limpos, condizentes com esses desafios postos. Para tal, precisamos caracterizar muito bem as tipologias climáticas e vegetacionais que condicionam a região do Semiárido, porque elas merecem atenção diferenciada, pois os prognósticos de mudanças climáticas apontam que esses ambientes evidenciarão marcadores do clima de forma mais intensa. Então, se nas demais regiões temos uma tendência à semiaridez, aqui já vamos ter uma tendência à aridez. Portanto, precisamos ter esse cuidado, esse recorte com o ambiente Semiárido, porque isso estaria acentuando o nosso processo de desertificação. Tudo o que foi colocado pelo colega lêdo, nesse cenário mudanças climáticas, amplificaria esses processos de degradação.

Nós, da Academia, da Ciência, precisamos quantificar as questões de aportes e perdas de água, carbono, nitrogênio e nutrientes em diferentes situações aqui mostradas, tanto na vegetação remanescente como na

antropizada. O que eu chamo de áreas antropizadas? A ação humana sobre o ambiente, seja ela pela agricultura, seja ela pela pecuária ou pelos processos extrativistas.

Então, quando tratamos de mudanças climáticas e falamos de carbono, no Semiárido, não podemos deixar de discutir a questão da água, que é muito importante, o processo de salinização, que leva à degradação e à desertificação. Então, as coisas estão muito irmanadas. Não temos como dissociar essas discussões.

Bem, diante disso, pergunto: o que pode acontecer com o processo de desertificação no Semiárido brasileiro em um cenário de mudanças climáticas? Para tal, temos que considerar toda essa caracterização do Semiárido – que vou passar –, porque temos sempre que conhecer muito bem o nosso ambiente e conhecer a nossa biodiversidade. Quando olhamos o bioma, achamos que há uma fragilidade, mas ele é muito rico, muito rico!

Temos aqui: da flora, 1.981 espécies; da fauna, 1.084. Esse é um dado de 2002, e está sempre surgindo novas espécies. E nós temos uma riqueza brilhante, que é o alto grau de endemismo, ou seja, espécies que só ocorrem nesse ambiente. Isso a gente tem que ter um cuidado, porque nessa fonte nós temos riquezas imensas. Nós temos ali o potencial de prospecção de genes resistentes ao estresse hídrico, salino e térmico. Então, o mundo está se voltando para esses ambientes em que a natureza já selecionou naturalmente. Nós temos espécies resistentes e resilientes aos processos e aos cenários futuros em outras regiões. Então, essa vegetação, que eu chamo de remanescente, preservada, tem que ser detalhada, estudada, preservada. Mas a gente só preserva o que conhece.

Então, diante disso, quando nós desenvolvemos estudos, cruzamos mapas. E aqui para mostrar para os senhores, nós temos, no Semiárido, o que eu chamo uma dificuldade e uma grande oportunidade também, que é essa diversidade. Aqui é um mapa de solo mostrando vários tipos de solos, que os cruzamos com o mapa de precipitação, em que vemos diferentes precipitações, quantidades por região. A vegetação também da Caatinga é diferente e todas essas diferenças faz com que nós tenhamos 17 grandes unidades de paisagem que podem se dividir em 105 unidade geoambientais.

No que isso é uma dificuldade, uma potencialidade? Quando nós desenvolvemos uma tecnologia, por exemplo, para o Centro-Oeste, para o Cerrado, para a Amazônia, ela pode ser adotada amplamente. Mas aqui temos que desenvolver linhas de pensamento, filosofia, para que ela vá se ajustando diante dessa diversidade. Nós não temos um modelo tecnológico replicável para todo Semiárido diante dessa grande diversidade. Nós brincamos ao dizer que é uma colcha de retalho ao cruzar mapa de solo, com mapa de vegetação. Com os mapas climáticos, temos situações muito distintas em uma área muito pequena, diferentes contextos.

A questão que o colega lêdo colocou sobre o desmatamento, que ele é, de certa forma, pulverizada e ele já atinge praticamente a metade da nossa vegetação remanescente, o que é bioma, dos biomas Caatinga e Semiárido, está em um processo de degradação e já teve alguma interferência direta, provocada pelo desmatamento. Isso por diferentes tipos de ação humana. Aqui exemplifico o próprio desmatamento, a retirada de lenha como fonte energética; o extrativismo, de modo geral; temos o rebanho de ovinos e caprinos que necessitam de alimentos, e a base dessa alimentação é a vegetação nativa, é a Caatinga, porque as nossas pastagens estão degradadas. A gente tem que fazer um processo intenso de recuperação de pastagens para diminuir a pressão sobre esse ambiente. Nós também temos as queimadas, fruto de uma agricultura itinerante, dependente de chuva. O superpastejo, como eu mencionei também, que é uma pressão ambiental muito grande, e o nosso principal uso da terra é a pecuária; a agricultura dependente de chuva, aqui exemplificando. E nós temos polos muito importantes de desenvolvimento, que são polos irrigados, com a agricultura irrigada, que traz muito desenvolvimento para a região. Então, temos que também ter esse olhar diferenciado para a agricultura irrigada.

Voltando, então, o que pode acontecer em um cenário de mudanças climáticas no Semiárido brasileiro? Um aumento da temperatura média anual de dois a seis graus; maior variação na precipitação; maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos: secas, chuvas intensas, calor; em algumas regiões, a substituição da vegetação, como mencionei, de uma característica semiárida para árida; o impacto sobre a produção agrícola, e aí quando eu falo da agricultura eu estendo à pecuária e à economia; restrições no abastecimento de água, que já é restritiva, temos toda uma política bastante delicada nessa questão da distribuição a água, e o impacto direto sobre a população, população que é bastante significativa em âmbito nacional.

Quero mostrar um dado de uma colega nossa, Francislene Angelotti, que, em 2008, pegou uma série histórica de mais de 30 anos, quase 40 anos, demonstrando o aumento da temperatura do ar no Semiárido. Então, isso aqui não é modelo. Está só mostrando a série histórica, de 1966 até 2004, já demonstrando isso efetivamente. Nesse mesmo estudo, as temperaturas dessa série histórica foram modeladas. Ela verificou que as temperaturas máximas vão aumentar em 2020, 2050 e 2100. Por esses modelos a gente observa um aumento nos meses mais quentes das temperaturas máximas e, nos meses mais frios, a temperatura mínima também vai aumentar ao longo do tempo, de 2020, 2050, 2100. Essa oscilação, esse pequeno inverno no período das chuvas já vai sofrer uma alteração. Os dados já estão mostrando. São dados já publicados.

De todas as regiões do Brasil, me atrevo a dizer que o Nordeste apresenta a maior vulnerabilidade ao processo de desertificação associado às mudanças climáticas. Precisamos aumentar a capacidade adaptativa da sociedade e da economia regional às mudanças climáticas. Isso é imprescindível e urgente. É importante para diminuir o processo de desertificação.

As ações são realizadas pela Embrapa Semiárido, que é uma unidade ecorregional e que tem no seu mandato todo o Semiárido, se baseia na questão dos recursos naturais, porque precisamos conhecer a biodiversidade para preservar e bem usufruir dela; na questão da agricultura dependente de chuva, incluindo o componente pecuário; e na questão da agricultura irrigada. Trabalhamos, então, nesses três recortes, abrangendo todos os cenários agropecuários do Semiárido e também o bioma.

Detalhamos as ações. Temos ações de mitigação e de adaptação. Temos, então, a caracterização dessas fitofisionomias remanescentes e antropizadas. Estamos detalhando isso, como são essas diferentes Caatingas e qual é o impacto dessas ações da agricultura. Estamos desenvolvendo tecnologias para agricultura de baixa emissão de carbono; manejo florestal e floretas energéticas e fixação biológica de nitrogênio. Em relação à adaptação, estamos prospectando genes relacionados ao estresse hídrico, salino e térmico nessa nossa rica biodiversidade que é a Caatinga. Em relação à climatologia, já estamos fazendo modelos agrometeorológicos de acordo com esses cenários postos pelo IPCC. Essas simulações de cenários agrícolas futuros a partir de projeções de mudanças climáticas regionalizadas são muito importantes para vermos o desenho agropecuário ao longo do tempo com a palma forrageira, por exemplo, e com o próprio capim buffel. Estamos observando também o impacto das mudanças climáticas sobre doenças, pragas, plantas invasoras e o próprio desenvolvimento das plantas.

Em relação à mitigação do efeito estufa, vamos trabalhar com sequestro de carbono, não é com o sistema terrestre, focando a biomassa vegetal e solos. Já temos tecnologias para isso, mas, antes, o que é importante para nós? É importante estabelecer para o Semiárido sistemas de manejo de solos e de culturas para que o solo cumpra suas funções, promova a sustentabilidade dos sistemas produtivos, mantendo ou aumentando o estoque de carbono, não só o estoque de carbono, mas a eficiência do uso da água, mitigando processos de salinização, degradação e desertificação. As coisas estão juntas mesmo.

De que modo fazemos isso? Valorando a biodiversidade, inserindo complexidade, e não me refiro ao grau de dificuldade, mas falo de inserir sistemas resilientes, rotação de culturas, policultivos, opções para o desenvolvimento dessas regiões, para atingirmos uma estabilidade produtiva, que já é difícil. Qual é o caminho? Conhecer os sistemas vigentes e propor novos modelos, novos desenhos agrícolas e pecuários.

Uma questão muito interessante, – vou passar rapidamente – é que os nossos solos têm uma quantidade muito baixa de carbono. O que tem maior quantidade de carbono estocado, armazenado tem menor proporção.

Também temos que considerar a fitomassa da vegetação nativa, que entra no cômputo do estoque de carbono. Em CO₂ equivalente, temos variações no nosso Semiárido, da vegetação nativa, que passa dos 3,7 a 286 toneladas CO₂ equivalente. E essa variação é devida àquele recorte que eu mostrei anteriormente para os senhores.

Além de computar a parte aérea, nós temos que computar o sistema radicular. Ou seja, o que tem até um metro de profundidade de solo. Eu digo aos senhores que nós temos muito pouco resultado da literatura, poucos trabalhos científicos ainda, então precisamos nos debruçar mais intensamente para essa caracterização.

Temos aqui um trabalho nosso, já publicado, um breve ensaio, mostrando esse impacto da ação humana. Aqui eu trago para os senhores o estoque de carbono em profundidade só até 20 centímetros que, na Caatinga, nós temos 62 toneladas de CO₂ equivalente. Quando uma Caatinga é degradada, já cai para 40. Um buffel, 51 – uma pastagem remanejada. E aqui um cultivo de mangueira, que saiu de 62 para 22, isso no mesmo ambiente. Então, temos que desenvolver tecnologias para essa situação.

Quando, por exemplo, no carbono, olhamos o fósforo, o cálcio, o magnésio – não vou me ater aqui –, mas nesse estudo que nós realizamos, ele está publicado (Giongo et al, 2015), o estoque de carbono em áreas referências em um argissolo, analisamos, em Petrolina, dez sistemas. A Caatinga preservada, a Caatinga degradada, o buffel, o gliricídia, o leucena, a palma, o feijão, o milho, a videira e a mangueira.

Diante disso, são estudos longos, porque precisamos mostrar o solo até um metro de profundidade, abrir essas trincheiras, quantificar raízes da vegetação remanescente. Para gerar esses dados, por exemplo, do sistema radicular da Caatinga, que em CO₂ equivalente quanto é que está e como está distribuído. Os senhores podem ver que aqui a Caatinga e aqui o buffel, que concentra essas raízes na camada superficial, então vai mudando. E temos que imaginar que essa área aqui já foi isso, e como a manejamos positivamente essas áreas. Fizemos, então, esse estudo para o milho e a videira. Aqui está sumariado esses dados, mostrando o sistema radicular, a parte aérea e esse total. A Caatinga, aqui, tem 280 toneladas de CO₂ equivalente; o buffel, 57, e te-

mos a videira, que é um cultivo irrigado, 34; mangueira, 95; feijão que não consideramos estoque, mas, sim, só uma produção de 10 toneladas.

Então, temos que imaginar que isso tudo aqui foi para atmosfera. Mas nós temos que olhar alternativas e não olhar isso como uma dificuldade, mas, sim, como uma oportunidade para gerar tecnologia competitivas.

Em relação ao solo, temos aqui o sistema planta e o sistema solo, então, no solo, esses processos de ocupação, de mudanças de uso da terra também alteram o estoque de carbono – aqui até um metro de profundidade – de 213, por exemplo, para a mangueira, 149; já o buffel, 198, impacta menos. A Caatinga alterada também já tem essas diminuições, mas precisamos conhecer.

É importante analisar essa relação existente entre vegetação, solo e as tecnologias. Inclusive para essa região geramos mapas, mostrando, em toneladas por hectare, quanto é que tem de carbono nessa vegetação. Então, precisamos associar dados de solo, com geoprocessamento, com tecnologias geoespacializadas para gerar mapas. Esse é o nosso produto. Fácil acesso e fácil monitoramento. Nós temos a obrigação de gerar tecnologias que sejam facilmente visualizadas. Então, os mapas são uma maneira de disponibilizar de um formato de fácil visualização; depois, a geotecnologia permite que monitoremos isso ao longo do tempo.

Nessas áreas também temos verificado o fluxo de CO₂ em um período seco e em um período úmido, porque as plantas respiram e têm toda uma emissão da microbiologia do solo, das próprias plantas. Então, estamos monitorando isso. Aqui temos um recorte só para essa área, mas o nosso desafio é fornecer para todo o Semiárido esse tipo de estudo.

Nessa linha nós selecionamos, baseados nessa sobreposição de mapas de solo, de vegetação, de clima, algumas unidades que represente o Semiárido, aqui detalhado.

Só para mostrar aos senhores que as Caatingas são diferentes. Em Sobral, olhem o número de espécies aqui, rapidamente, e como já muda em Campina Grande. São áreas preservadas. Então, não podemos tratar a Caatinga como uma única entidade. Ela é muito diferente. Em Mossoró, o número de espécies diminui, o grau de importância entre elas; em Ribeira do Pombal, na Bahia; em Araripina também já tem maior diversidade, algumas mais importantes; em Nossa Senhora da Glória, onde chove mais, a diversidade já aumenta grandemente.

Temos que considerar também o balanço hídrico. Os senhores observem a maioria das áreas, e aqui só trouxe parte delas, isso aqui, em azul seria quando tenho água disponível em excesso e o vermelho, quando falta. Então, em todas as regiões, temos um cenário de déficit hídrico, mas temos que gerar desenvolvimento com esse cenário.

Nessas áreas que selecionamos, quando vamos para o IPCC, eles nos dizem para observar só a camada superficial do solo, o que está armazenado. Temos, em Sobral, por exemplo, 146 toneladas de CO₂ equivalente até 36 centímetros, mas, quando olhamos todo o perfil até 1,3 metros, são 210 toneladas. Então, para negociarmos junto ao Poder Público, é importante levar esses números não só a 30 centímetros, porque também o Semiárido é muito rico. Temos Araripina, onde, se considerarmos a camada principal, teremos 82 toneladas, mas, considerando todo perfil, são 326 toneladas de carbono armazenado por hectare no solo. Isso é muito significativo. Então, temos que trazer à luz esses dados.

Esse é um trabalho que estamos realizando há seis anos para poder fornecer esse dado à sociedade, ao Poder Público, para que conversemos baseados em números sólidos. É uma das missões da Embrapa Semiárido, na área de pesquisas, fornecer esses dados.

No Semiárido temos características de solo, de teor de matéria orgânica que trazem uma fragilidade, mas, quando associamos aos monocultivos, causam mais degradação. Procuramos saber os reflexos dessas alterações sem planejamento na Caatinga, no Semiárido.

Trazemos, por exemplo, e quero mostrar para os senhores, que a agricultura tanto a dependente de chuva quanto à irrigada, que são extremos tecnológicos muito distintos, mas em termos de degradação elas são absolutamente iguais. Ambas promovem a degradação. Ambas têm alta dependência externa de políticas públicas para se manter, porque não conseguem produzir o suficiente, dependendo de mercado, mercado externo, de políticas econômicas. Os dois podem levar à pobreza e estão como uma agricultura de emissão de carbono em balanço negativo, ambas. Então, trago esse contraste para mostrar que, olhando por uma ótica, são bem similares.

Trago para os senhores que, então, temos que desenvolver tecnologias para uma agricultura de baixa emissão de carbono, e viemos desenvolvendo isso trazendo modelos para agricultura irrigada, que é o cultivo de mangueira, e iniciamos um experimento de longa duração, para a olericultura e também para as pastagens.

Quais são as ferramentas para desenvolver essa agricultura de baixa emissão de carbono, que vai ajudar a preservar, a combater a desertificação e a mitigar o impacto da mudança climática? Temos que trabalhar com a questão do revolvimento do solo, da biodiversidade, dos sistemas de cultura, sem perder a eficiência do uso da água. Temos colegas, na Embrapa Semiárido, da área de irrigação em que sempre tentamos, dentro

das tecnologias, potencializar a eficiência da água que temos disponível, tanto em agricultura irrigada quanto em agricultura dependente de chuvas. Temos que ter cultivos extremamente eficientes no uso da água. Não podemos perder esse recurso tão precioso.

Para chegarmos a quê? A uma agricultura de baixa emissão de carbono adaptada e ajustada para condição do Semiárido brasileiro, com todas essas particularidades inerentes a esse ambiente.

Bem, então, viemos desenvolvendo experimentos de longa duração, aqui com aroeira e mangueira. Vou passar muito rapidamente. Nós já temos tecnologia, por exemplo, na área irrigada, em que a gente adiciona de 15 a 18 toneladas de CO₂ equivalente na produção de adubos verdes, aqui, no cultivo, na entrelinha de mangueiras.

Então, muito rápido também: a questão de carbono a gente vem quantificando. Esses cultivos nos oportunizam adicionar até 200 quilos de nitrogênio por hectare, isso aí passando para adubos. Então, tem uma economia bastante significativa nesses cultivos. Ao longo do tempo, as fontes nitrogenadas podem ser retiradas, podem somente ser fornecidas por esses cultivos, com bastante eficiência.

Aqui, mostro para os senhores esses experimentos de longa duração. Então, aqui, nós tínhamos uma Caatinga até 40 centímetros, com 35 toneladas de carbono, e um cultivo de mangueira convencional com 12 toneladas. Esses cultivos que nós estamos propondo já saíram de uma questão de 12 para 24. Ainda está abaixo da Caatinga, mas está muito melhor do que o convencional. Então, essas tecnologias vêm nos indicando que nós temos, sim, soluções tecnológicas para esses processos de degradação.

Em relação ao cultivo do meloeiro, ele também é muito importante no polo de irrigação. Nós estamos desenvolvendo essas tecnologias. Nós adaptamos o sistema de plantio direto para o cultivo de meloeiro para aquela região, que é muito normal para o Cerrado, para o sul, até para o próprio norte, mas a gente está adaptando soluções contextualizadas para esse ambiente, com dados muito interessantes de produtividade comercial, em torno de 40 toneladas de melão produzidas por hectare. Isso é bastante significativo.

A gente vem quantificando... Nesses sistemas, a gente adiciona, por meio de adubos verdes, 10 toneladas de massa seca por hectare. Isso dão 4 toneladas de carbono adicionado – é bem significativo –, e a gente avalia, também, as contribuições do sistema radicular.

Já nessa linha de finalização, qual é o nosso desafio, que eu coloquei? Nós temos cenários – postos pelo colega lêdo – como este, e nós temos, então, que contabilizar isso, não só o que está no solo e na parte aérea, mas também no sistema radicular, no cômputo da questão de carbono, água, nutrientes, para montar sistemas integrados, que têm esses modelos, de que eu falei, de complexidade, não do grau de dificuldade, mas, sim, no inserir biodiversidade para atingir sustentabilidade. Então, nós estamos desenvolvendo modelos para sair dessa situação para situações que promovam o desenvolvimento para essa região.

Nós já temos lá, por exemplo, modelos assim com leucena, maniçoba, o próprio buffel, a vegetação espontânea. Estamos desenvolvendo estudos, por exemplo, com cultivares de buffel, específicas, já com fósforo. Então, a gente já vem fazendo desenhos, também, propondo essas interações com capim, leguminosas, espécies arbóreas, leguminosas de porte arbóreo e espécies arbóreas nativas, porque nós precisamos sair de uma... A gente, quando observa o Semiárido, uma vegetação remanescente, ela está em equilíbrio aqui em relação ao que sequestra e ao que emite de carbono, mas todas as ações vigentes no Semiárido vêm provocando essa degradação e essa emissão de carbono e degradação.

O que nós estamos fazendo aqui? Nós estamos exatamente nesta fase, propondo novos sistemas, novos equilíbrios, novas tecnologias, para interagir de uma maneira positiva com o ambiente, para promover desenvolvimento.

Eu trago, aqui, as publicações. Fica registrado onde pode ser melhor detalhado esse leque de informações coordenadas pelo nosso grupo e, aqui, o contato.

Era isso que eu tinha para apresentar. Espero que tenha elucidado alguma coisa e colaborado com o tema. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Vanderlise. (*Palmas.*)

Na sequência, eu ofereço a palavra ao Prof. Antônio Rocha Magalhães.

O SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Eu gostaria de cumprimentar, também, o Deputado Sarney Filho, velho amigo nosso, meus colegas da Embrapa, meus senhores e minhas senhoras, eu gostaria, em primeiro lugar, de explicar por que nós no CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estamos nos dedicando ao estudo sobre o Semiárido e sobre a área suscetível à desertificação.

Nós realizamos estudos que são considerados estratégicos para o desenvolvimento do País, e essa é uma questão estratégica. A questão do Semiárido é uma questão estratégica. O Brasil jamais será um país de-

envolvido se não encontrar uma solução para aquela região. Essa é a razão pela qual o Ministério da Ciência e Tecnologia pediu que nos dedicássemos um pouco ao estudo das questões do Semiárido. Pessoalmente, é uma questão de paixão. Então, combinamos as duas coisas.

O tema que me coube foi o que diz respeito à governança, ao combate à desertificação, em geral e no Brasil. Essa é uma questão complexa e muito importante.

Em primeiro lugar, eu gostaria de explicar por que o problema da degradação de terras e da desertificação é considerado, ao mesmo tempo, um problema local, pois estamos falando do Semiárido brasileiro ou da área suscetível à desertificação – como foi dito aqui pelo colega lêdo, a área suscetível é maior do que o Semiárido porque inclui algumas áreas vizinhas que também são suscetíveis à desertificação –; e um problema mundial, global. Com efeito, 41,3% da superfície de terra nos continentes, no Planeta como um todo, é ocupada pelas chamadas terras secas, aí incluídas as regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas. São regiões em que há déficit de água. E isso envolve 35% da população do mundo. São pouco mais de dois bilhões de habitantes e mais da metade da pobreza do mundo. Portanto, é um problema muito grande do ponto de vista global.

Ao mesmo tempo, ela contribui com 44% dos alimentos produzidos mundialmente, e 50% do rebanho bovino está localizado nessas regiões, que, como foi mostrado aqui, tanto pelo lêdo como pela Vanderlise, são regiões altamente sensíveis à questão climática.

Se o Semiárido tivesse se mantido intocado esse tempo todo, estaria adaptado ao clima, porque ele existe há milhares e milhares de anos. O problema é que, no momento em que nós causamos um desequilíbrio, por menor que seja – essa é uma região que está na fronteira e tem alta sensibilidade –, o Semiárido passa a sofrer muito mais com a variabilidade climática, com as secas e, agora, com as mudanças climáticas também, ao ponto de, como foi mostrado em um dos quadros do lêdo, com o aumento de temperatura previsto, ser possível dizer com certa segurança, pelo menos é o que nos diz tanto o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) como o PBMC (Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas), que lançou recentemente seu relatório, que algumas regiões do Semiárido se tornarão áridas. Portanto, o equilíbrio que havia entre região e clima, seria rompido graças à interferência humana, à antropização, como foi aqui mencionado, que leva à degradação, que leva à erosão etc., e às mudanças climáticas, que também são causadas pela interferência humana globalmente.

Feita essa pequena introdução, eu gostaria de mencionar que, em reconhecimento a essa questão, de que esse é um problema global, embora tenha profundas consequências locais e causas locais também, em função disso, as Nações Unidas decidiram elaborar essa convenção, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Então, eu já começo a tratar da questão da governança em termos internacionais.

Internacionalmente, foi criada a UNCCD, que é a sigla em inglês de United Nations Convention to Combat Desertification. E é interessante lembrar que a existência dessa convenção, embora tenha sido proposta politicamente, particularmente pelos países africanos, os países que estão ao sul do Sahel e ao norte do Sahel, ela se tornou possível por conta da conferência que foi realizada aqui no Brasil, em janeiro e fevereiro de 1992, em preparação para a Rio 92, que foi uma conferência chamada ICID, foi citada aqui pelo meu colega lêdo Sá. A ICID era a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável de Regiões Semiáridas. Então, um evento internacional que teve uma produção muito grande de informações sobre as regiões secas, e esse material todo foi produzido a tempo de ser levada à Rio 92 e se constituiu na base utilizada pela Rio 92 para propor formalmente a negociação de uma convenção sobre combate à desertificação. Só lembrando: na Rio 92, foram assinadas duas convenções, a de mudanças climáticas, que já tinha sido negociada, e a de proteção da biodiversidade, já negociada também. A Convenção de Combate à Desertificação efetivamente nasceu na Rio 92, na qual se recomendou a negociação, o que foi feito nos dois anos seguintes. Em 1994, ela foi assinada. Em 1996, entrou em efetividade.

Quem quiser mais informações sobre essa convenção, é muito fácil, basta acessar o próprio *site* da convenção, que é simples: www.unccd.int, de internacional.

A Rio 92, portanto, gerou três convenções: a de mudanças climáticas, a de biodiversidade e a de desertificação, que são muito inter-relacionadas, como ficou claro aqui da exposição da colega Vanderlise.

E falando de governança internacional, hoje nós contamos com a Convenção de Combate à Desertificação, que funciona fisicamente na Alemanha, em Bonn, e tem como seu centro principal de decisão a conferência das partes. As partes são 196 países que aderiram à convenção, que já a assinaram ou a ratificaram.

O secretariado da convenção, que está em Bonn, faz todo o trabalho, mas as decisões são tomadas pelo conjunto de países. O Brasil está sentado nessa convenção como um dos países. Nós somos representados formalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, com apoio muito próximo dos demais ministérios e, particularmente, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Essa Convenção, além da Conferência das Partes, tem um Comitê de Implementação, que acompanha permanentemente o estado de implementação da Convenção, e um Comitê de Ciência e Tecnologia, que é o Comitê que teve a honra de presidir durante dois anos, no período de 2011 a 2013, e que trata da questão da incorporação do conhecimento científico às decisões da Convenção. Além disso, ela tem um mecanismo global que procura encontrar soluções financeiras para financiar o processo de combate à desertificação no mundo todo, particularmente nos países menos desenvolvidos.

Então, internacionalmente, a própria Convenção define como instrumentos que cada país que adere à Convenção precisa elaborar um plano de ação de combate à desertificação. O lêdo falou aqui que o Brasil tem o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil), que é o plano que diz como o país está se organizando para combater a desertificação e enfrentar os efeitos das secas. Todos os países-membros da Convenção precisam ter um plano desses. Nem todos o fizeram até agora.

A cada dois anos, cada país também produz uma informação atualizada sobre como está o cumprimento das obrigações assumidas, porque, quando o país assina e ratifica uma Convenção, ele está assumindo uma série de compromissos, e por isso é que essa governança internacional ajuda a forçar a questão da prioridade em termos de cada país.

Eventualmente, a Conferência das Partes pode definir grupos, digamos, *ad hoc*, para enfrentar questões específicas. Alguns anos atrás – acho que há oito anos –, como estava achando que as decisões estavam muito lentas, a Conferência das Partes resolveu criar uma estratégia decenal de implementação da Convenção de Combate à Desertificação – acho que já estamos no oitavo ano, temos mais dois –, e, logo em seguida, o GEF (Global Environment Fund), que é o Fundo Global para o Meio Ambiente, decidiu apoiar a implementação dessa Convenção.

Esses instrumentos de governança global da questão da desertificação no mundo estão permanentemente se encontrando. No caso da Convenção de Desertificação, existe a Conferência das Partes, que dizer, os países encontram-se a cada dois anos. Neste ano, vai haver a 12ª reunião da Conferência das Partes, a COP 12, que vai ser na Turquia, em outubro. E também tanto o Comitê de Implementação, quanto o Comitê de Ciência e Tecnologia se reúnem a cada dois anos, pelo menos.

A questão da incorporação do conhecimento da ciência e tecnologia na UNCCD (United Nations Convention to Combat Desertification), a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, que é um tema que nos interessa muito, é tratada no âmbito desse Comitê de Ciência e Tecnologia, cujo órgão dirigente é composto por um representante de cada uma das regiões do Planeta. A América Latina e o Caribe são uma região, a África é outra região, assim por diante. São cinco membros. E o Comitê Pleno, que envolve todas as partes, todos os países, ou seja, todas as decisões do Comitê também são discutidas e aprovadas por todas as partes.

E a questão da incorporação do conhecimento avançou recentemente. Durante o período em que eu presidi a Comissão, durante a COP 11, a Conferência das Partes, a última que aconteceu, na África, aprovamos o que chamamos de “interface ciência política”, que seria uma espécie de IPCC da desertificação, ou seja, que seja capaz também de sintetizar o conhecimento, a pesquisa sobre esse tema e colocar à disposição de todos.

No caso da Comissão de Combate à Desertificação também se apelou, e isso foi aprovado, para a colaboração de outras instituições, tais como o próprio Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, que traz informações sobre desertificação também e, em particular, um órgão semelhante, que foi criado para a convenção de biodiversidade, que se chama IPBES, que é a plataforma sobre conhecimento na área de biodiversidade, que concordou que um dos primeiros estudos que estão fazendo – já está avançado – será sobre o estado da arte da questão da degradação de terras e desertificação.

Eu gostaria de comentar agora um pouco sobre a questão da efetividade. Existe todo esse arcabouço que eu acabo de mencionar, mas o que ele tem gerado efetivamente de contribuição, de conhecimento internacional para avançar na questão do combate à desertificação mundialmente?

É inegável que houve avanços. É inegável que a existência dessa convenção é muito importante. Ela leva os países a elaborarem os seus PANs, a terem iniciativas. Ao mesmo tempo, está muito claro que esse é um tema que não tem a mesma visibilidade política – embora 41% da área e 35% da população do mundo –, por exemplo, que tem a convenção de mudanças climáticas. Por isso que alguns chamam essa convenção de convenção dos pobres, e não é à toa que nessas regiões vivem mais de 50% dos pobres do mundo; não é à toa que na área sujeita à desertificação no Brasil também se concentra a maior parte dos pobres do Brasil. Isso significa que ela não tem muito apelo político para gerar prioridades, embora ela trate de questões que são tão importantes. Isso tem gerado uma certa dificuldade para trazer o apoio internacional que é necessário. É claro que existe um apoio, a convenção está funcionando, mas funciona com muitas dificuldades. Tem dificuldade de recursos. Por exemplo, quando conseguimos aprovar a criação dessa “interface ciência política” para conferir

o conhecimento, trazer o conhecimento sobre a questão da desertificação, muitos países estavam contra, por conta da dificuldade do impacto financeiro que isso poderia ter. Então, enquanto no IPCC nós conseguimos reunir milhares de pesquisadores, e há uma dinâmica incrível, no caso da “interface ciência política” são quinze representantes da classe científica que participam desse evento, e apela-se para o espírito de voluntariado dos pesquisadores de cada região para gerar os conhecimentos.

Existe pouca possibilidade de apoio substantivo às partes mais necessitadas. Por exemplo, o Brasil quase não tem apoio, pois já é considerado um país de renda média, mas, sobretudo os países mais pobres, como os países da África, o apoio que eles conseguem é muito limitado, porque a Convenção não tem muitos recursos. Falo isso, mas isso não significa que o trabalho que a Convenção faz não seja muito importante. Ele é muito importante.

Então, digo isso sobre essa parte de governança internacional. Sobre a parte de governança nacional, talvez, eu não precisasse falar muito, porque é um tema mais conhecido. Nós vivemos uma fase em nosso País em que a questão do planejamento não tem sido muito valorizada. Em particular, nossas instituições regionais passam por um período de muito enfraquecimento. Então, instituições tradicionais que tratam da questão da seca e, mais recentemente, da questão da desertificação, como o DNOCS, por exemplo, ou como a Sudene, enfrentam muitas dificuldades e passam por uma crise muito grande.

A gente precisaria aqui separar duas coisas: o que é exatamente o Semiárido – vimos aqui os dados apresentados pelo lêdo – e o que é a área suscetível à desertificação. No trabalho do lêdo, ele apresenta dois mapas, embora ele não tenha chamado especificamente a atenção para isso. Mas a área suscetível à desertificação é maior do que a área do Semiárido propriamente dita. É fácil entender isso intuitivamente. Às vezes, o Semiárido inclui um Município, e parte do Município vizinho está num novo sistema, no Cerrado, por exemplo, mas continua sofrendo as consequências da degradação, embora sofra menos as da desertificação. Então, por segurança, no PAN-Brasil, definiu-se a área suscetível à desertificação como um pouco maior – são 1.471 Municípios – e a área do Semiárido com 1.134 Municípios.

O segundo ponto é que a questão da degradação de terras e da desertificação é uma questão multidimensional. Vimos aqui que há uma dimensão que é física, que é ambiental, mas que há uma dimensão social e uma dimensão econômica. Portanto, é difícil imaginar que uma só instituição possa dar conta dessa questão. Ela exige integração, um esforço integrado de várias instituições. Mas ela exigiria uma instituição que pudesse facilitar essa articulação. Essa é uma área em que não estamos muito fortes.

No Brasil, quem responde pela questão do Semiárido? Aqui, há um papel muito grande do Ministério da Integração Nacional, que o Senador conhece muito bem e que tem um plano de desenvolvimento do Semiárido e também investimentos sociais muito significativos, ou melhor, investimentos setoriais muito significativos, como é o caso do projeto do Rio São Francisco, o projeto de transposição de águas, e vários investimentos. Outros Ministérios também têm investimentos, mas não há uma articulação efetiva que considere tudo isso como um meio para se chegar a uma redução do problema da degradação e da desertificação. As instituições regionais, como falei, estão enfraquecidas.

No caso específico da Convenção de Combate à Desertificação, existe uma definição legal quanto ao ponto focal no Brasil, que fica no Ministério do Meio Ambiente. Mas o Ministério do Meio Ambiente... Aliás, essa é uma questão que afeta a Convenção como um todo. Em geral, em todos os países, os pontos focais estão no Ministério do Meio Ambiente. No entanto, pede-se a eles que tratem de uma questão que é muito mais ampla e que vai muito além da questão meramente ambiental. Então, independentemente de se comentar se o Ministério do Meio Ambiente desenvolve uma ação efetiva ou não, existe uma questão de fundo: se ele pode efetivamente exercer essa coordenação ou não, já que esse problema não consegue, digamos, ser mais permanente, mais presente nos Ministérios que são mais responsáveis por essa coordenação geral, como seria o caso do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda.

Praticamente todos os Ministérios têm uma dimensão no que se refere à questão do Semiárido e, como já foi mencionado aqui, o papel dos governos estaduais é muito importante. Eu acho que foi um passo muito importante definir que cada Estado deveria ter o seu programa estadual de combate à desertificação e falta esse passo fundamental, que é definir, de uma forma que seja obrigatória, que esse tema seja tratado em nível municipal. Isso porque é aí onde se pode dizer claramente que vamos interferir nessa e nessa área.

Então, o nível municipal, o nível local não pode estar fora desse sistema de governança do combate à degradação de terras e desertificação no nosso País. Desde já, esse é um ponto fraco no nosso trabalho.

O outro aspecto que é importante no sistema de governança é a questão legal. Estamos muito contentes com a notícia que o Senador nos trouxe de que ontem foi aprovado, finalmente, o projeto de lei que trata da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. É muito importante – e acho que isso nos coloca um desafio – fazer com que essa legislação efetivamente seja aplicada. Então, eu creio que

aqui começaria uma nova ação, Senador, para que efetivamente não percamos essa oportunidade de fazer com que essa lei efetivamente pegue, se transforme num instrumento que seja importante e que reforce as ações para o combate à desertificação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional no nosso País.

Como tinha falado antes, o programa da degradação de terras e da desertificação abrange um número muito grande de instituições e de níveis de governo. Ele precisa, portanto, ter instrumentos que façam com que essas diversas instituições possam articular os seus planos e trabalhar na busca de metas comuns. E um dos instrumentos desses que está na legislação, na lei que foi aprovada é a criação de uma comissão interministerial. Na verdade essa comissão já existe, mas a gente sabe que ela não tem sido muito efetiva, pois os ministros não comparecem, os secretários-executivos não comparecem, e as reuniões acabam se transformando em algo que não gera muitas decisões importantes. Então, esperamos que agora, com a lei, essa situação possa efetivamente mudar.

Um pouco sobre avaliação de efetividade. Do lado das instituições, nós mencionamos o problema das instituições regionais e da falta de integração interinstitucional e intergovernamental. Há um caminho importante a percorrer aqui. Do lado dos recursos, há restrição de recursos financeiros e humanos. E do lado de resultados, também. Nós vimos aqui, nas apresentações anteriores, alguns dados, no caso do nosso País. Isso não é muito diferente em outros países, embora haja experiências que são muito interessantes, mas são localizadas. Elas não atingiram escala que possa se refletir ou que possa refletir nos indicadores finais de desenvolvimento, de degradação, e que a gente possa dizer: “Olha, efetivamente a degradação está diminuindo ou a desertificação parou e daqui para frente vai diminuir.” Nós não podemos dizer isso, não obstante haja muitas tecnologias interessantes que foram desenvolvidas. Aqui, vale a pena mencionar todo esse trabalho que a Embrapa Semiárido tem feito, desde o início do CPATSA, nos anos 80. Tive a satisfação de acompanhar isso desde o início. Antigamente, eu frequentava muito Petrolina. Estou precisando de um convite para retornar lá.

Para concluir, Senador, eu gostaria de dizer que essa situação de alguns resultados, mas de uma deficiência geral em relação à governança reflete uma situação do planejamento governamental no nosso País, que já foi mais ativo, mais coordenador; reflete a situação de enfraquecimento das instituições regionais, em particular a Sudene e o DNOCS; reflete a falta de integração da política ambiental com as políticas setoriais e com as políticas econômicas; reflete a ausência do nível local; reflete mais clareza sobre quem deve ser responsável por tratar essa questão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado, Prof. Magalhães.

Eu queria observar aos nossos convidados que hoje é um dia extremamente difícil aqui, no Congresso Nacional. Já contamos aqui com a presença do Deputado Sergio Souza e do Deputado Leonardo Monteiro. Agora, está presente aqui o Senador Roberto Rocha e o Deputado Rômulo Gouveia. Mas é que está havendo Ordem do Dia na Câmara, e diversas Comissões estão funcionando, porque o Senado vai estar em esforço concentrado de segunda-feira à quinta-feira, para votar diversas matérias pendentes referentes à reforma política e ao Pacto Federativo. Portanto, os Senadores e os Deputados, às vezes, entram aqui e daqui saem. Eu mesmo estava na reunião da Comissão de Relações Exteriores para votar a designação de embaixadores e tive de vir para cá, para presidir esta importante audiência.

Portanto, para encerrar esta audiência, ofereço a palavra ao Prof. Adriano Venturieri, Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental.

O SR. ADRIANO VENTURIERI – Boa tarde, Senador!

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite. Recebi o convite para vir aqui hoje, e as pessoas, às vezes, até perguntam: “O que a Amazônia tem a ver com a desertificação?” Conversei com o lêdo. Liguei para o lêdo, que é um colega de longo tempo, e lhe disse: “Olha, lêdo, realmente, quem faz um trabalho nessa linha é o Semiárido, e a minha contribuição no tema desertificação ficaria muito restrita, em função da larga experiência, como já mostrado aqui pelos dois trabalhos, da Embrapa Semiárido.” No entanto, quando a gente fala em mudança do clima, aí a Amazônia desempenha um papel importante nesse contexto.

Vou procurar ser bem breve, para aproveitar a presença dos Deputados aqui, para que haja o debate. Quero falar alguns pontos que são bem relevantes.

O colega lêdo falava aqui dos problemas relativos à ocupação do solo no Semiárido, e muita coisa do que ele falou me remete a situações da Amazônia, como a questão da ocupação ilegal, do desmatamento ilegal, da baixa produtividade. Se não estivéssemos falando aqui antes que esses pontos eram do Semiárido, esses temas, esses pontos, com certeza, poderiam ser colocados a respeito de alguns pontos da Região Amazônica que passam pelos mesmos problemas, por problemas muito semelhantes.

Há outro ponto relativo à mudança do clima. Pelos modelos que já apresentam diversos resultados, é importante destacar dois pontos. Primeiro, os modelos indicam que vai haver ou que poderá haver maior intensidade de eventos extremos, e já temos visto isso. Aquelas regiões da Amazônia que são mais secas teoricamente vão ficar mais quentes e mais secas. E, quanto às secas e às enchentes também, haverá uma redução no período de ocorrência. Ou seja, a gente tem visto, a cada ano, em curto espaço de tempo, maiores cheias. Isso vai ocorrer com maior frequência, pelos modelos que já estão apontando isso. As regiões secas também, teoricamente, vão ficar mais secas. Portanto, esses eventos extremos vão ocorrer com maior frequência na Região Amazônica.

Esse é um efeito que temos acompanhado e que também nos remete a um outro processo, quando falamos em mudança do clima. As mudanças, como não são globais, no Brasil vemos que cada região tem um efeito maior ou menor, e um desses efeitos, principalmente na Região Sul e na Região Sudeste, é que algumas atividades ligadas à agropecuária vão migrar para a Região Norte. Aí volta um problema que também já foi falado aqui, que é saber como a Amazônia vai receber ou pode receber esse tipo de atividade. Se for uma ocupação desordenada, como vemos ao longo do tempo, isso pode ocasionar diversos problemas que já foram colocados aqui: desmatamento ilegal, ocupação, atividades agrícolas não indicadas para certa região. Com isso, vemos a baixa produtividade e, enfim, uma série de efeitos também que podem contribuir ainda mais para a questão da mudança do clima, principalmente também em função das queimadas que poderão ocorrer.

Hoje, por exemplo, nossas unidades da Embrapa estão presentes em todos os Estados da Amazônia, e um trabalho que estamos fazendo hoje, em toda a Amazônia, é uma proposta de zoneamento para a Amazônia, mas voltada também para a produção, como já foi falado aqui, de seleção de áreas mais indicadas para plantio de árvores. Estamos fazendo isso em parceria com diversas Embrapas: Embrapas da Amazônia, Embrapa Florestas, Embrapa Solos do Rio de Janeiro. É uma proposta que estamos levando para os Estados da Amazônia, junto com o próprio Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de escolher, de verificar quais as regiões com potencial de solo, de clima e diversos outros indicadores por meio dos quais podemos levar espécies de árvores que são mais adequadas, mais indicadas para aquela região. Essas árvores podem compor sistemas integrados, como foi falado aqui, sistema de Integração Lavoura Pecuária Floresta, diversos sistemas mais intensificados, e vemos que essas árvores, também no caso do trabalho que temos feito, são voltadas para a produção de energia. Se pegarmos a região do sudeste do Pará, como Marabá, que é muito próxima do Maranhão, vizinha do Maranhão, que tem uma grande demanda por carvão, por madeira, veremos que é uma região prioritária, uma produção de bioenergia, logicamente voltada para árvores.

Esse tipo de projeto, esse tipo de ação que é proposta e que é levada para a região tem vários objetivos. Além, lógico, de você tirar da ilegalidade uma série de produtores, você reduz a pressão da floresta nativa e você tem a oferta de carvão e de energia de forma legal, de forma sustentável para aquela região.

São ações com as quais temos trabalhado no sentido de levar essas propostas. Como também o lêdo comentou aqui, não adianta termos diversas ações, diversos planos se isso não é implementado. Nós precisamos muito da implementação efetiva dessas ações.

Acredito – e os colegas da Embrapa estão aqui e podem confirmar – que a Embrapa já dispõe de muita tecnologia hoje pronta, acabada, como nós falamos, para ser levada, a fim de resolver muitos problemas existentes hoje nos Semiáridos da Amazônia, que vão ajudar nessa questão de reduzir, talvez, esse problema de emissão de gases de efeito estufa. Por exemplo, na Embrapa Amazônia Oriental mesmo, nós temos a técnica de plantio sem queima. Existe método, tecnologia, e o produtor pode fazer a intensificação, a produção dele sem que ocorra a queima da floresta, ou seja, sem liberação de gases de efeito estufa.

São tecnologias que temos disponíveis e que podem ser levadas à sociedade.

Um ponto também importante hoje que fazemos na Amazônia, que não sei como está sendo tratado no Semiárido, é que, a partir de 2010, a Embrapa, junto com o Inpe – e o professor falou até que não temos como trabalhar sozinhos; o pensamento hoje da Embrapa é que não conseguimos trabalhar sozinhos, não há condição nenhuma –, está desenvolvendo o mapeamento sistemático do uso da terra da Amazônia. Já fizemos em diversas datas, e alguns dados são interessantes. Desde que começamos a fazer o trabalho até hoje, a área regenerada na Amazônia, ou seja, que se tornou capoeira ou vegetação secundária, foi duas vezes e meia maior do que a área derrubada. E esses números não entram no cálculo de emissões do Brasil, ou seja, nós deixamos de emitir. Nós estamos sequestrando. Em relação a essa equação, existe um dado importante que não entrou antes porque não havia informação. Nós estamos divulgando esses dados sistematicamente. Já divulgamos de 2008, 2010 e 2012, e agora vamos também voltar ao passado, para fazer uma série histórica.

Outro dado que o projeto também já mostrou é que está havendo uma migração de áreas de pastagem, degradadas ou não, para áreas de produção de alimentos. Ou seja, na Amazônia está ocorrendo o que nós preconizamos que seja o ideal: aumentar a produtividade da pecuária utilizando as áreas que sobram de

pastagens para a recuperação ambiental ou para uma produção mais intensiva. Essas informações nós estamos gerando, juntamente com o Inpe, a cada dois anos. São informações que antes não existiam e que servem muito para o planejamento de políticas públicas para a Região Amazônica.

De forma geral, eu gostaria de dizer que existem ferramentas de monitoramento e de planejamento. O ordenamento territorial é uma ferramenta extremamente importante, porém, mais do que fazer, como nós fazemos, realmente tem de haver a implementação do que é discutido. Eu acredito muito no Zoneamento Ecológico-Econômico, desde que os governos estaduais implementem o que é discutido. Na Amazônia, Pará, Rondônia e Acre estão com seus zoneamentos concluídos. Há políticas decorrentes do zoneamento, com o risco climático e uma série de políticas importantes, mas diversos Estados ainda não possuem essa ferramenta. E, não possuindo, há muito mais chances de que ocorra uma ocupação desordenada e, com isso, de que seja muito maior a emissão de gases de efeito estufa, o que, é lógico, influencia de alguma forma na mudança do clima.

Senador, eu queria encerrar aqui e aproveitar os presentes para que possamos fazer o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Eu consulto o Senador Roberto Rocha se gostaria de fazer algumas considerações sobre as palestras que acabamos de ouvir.

Na sequência, vou fazer minhas perguntas aos nossos palestrantes.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, senhores convidados, senhoras e senhores, quero apenas cumprimentá-los e dizer que, de fato, este é um dia um tanto quanto atribulado porque estamos às vésperas do recesso parlamentar, afunilando muitas providências, muitas reuniões ao mesmo tempo. Na Câmara, às vezes é um pouco mais fácil em razão da quantidade de Parlamentares. Aqui há muito menos Parlamentares, e saímos de uma comissão para outra. Numa mesma manhã, participamos de várias reuniões. Eu mesmo sou membro, assim como o Senador Fernando Bezerra Coelho, de mais de uma dezena de comissões, entre permanentes, temporárias, especiais, etc., que tratam de diversos assuntos.

Mas este assunto me trouxe até aqui agora. Recebi a informação desta audiência pelo Presidente Fernando e fiz questão de estar aqui porque ontem, como foi dito, para nós foi um dia importante. Depois de tantos anos, foi aprovada a Política Nacional de Combate à Desertificação no Senado Federal. Aprovamos na Comissão de Meio Ambiente e, na sequência, em plenário. É um projeto importante, do Senador Inácio Arruda, relatado pelo Senador Otto Alencar, que contou com a participação de todos nós, sobretudo dos que somos da Região Nordeste.

Eu trago aqui um pouco a voz do Maranhão, meu Estado. O Maranhão tem, de um lado, o bônus de ser um Estado que está em uma faixa de transição entre o Semiárido e o Semiúmido, para alguns não enfrenta os problemas de excesso do Norte e de falta do Nordeste, mas, de outro lado, tem um ônus muito grande. Por exemplo, o Maranhão tem o BNB e tem o Basa, mas, no BNB, há o FNE, que estabelece para o acesso a crédito a prioridade para os Municípios do Semiárido. Então, o Maranhão já perde metade dos recursos do FNE. E veja que o Maranhão dentre todos os Estados do Nordeste, é aquele que tem o principal e mais importante ativo. Muitos pernambucanos, muitos paraibanos vão fazer os seus investimentos no Maranhão, e têm essa dificuldade.

Por outro lado, o Basa termina funcionando somente como agência de crédito, não tem fomento. O FNO, por incrível que pareça, não atua no Estado do Maranhão, apesar de 78% do território maranhense ser da Amazônia Legal.

No que diz respeito à questão da desertificação, nós aprovamos este ano, em maio, a Medida Provisória nº 68, em que se incluíram mais 74 Municípios, dentre aqueles que estão no rol dos Municípios do Semiárido. Hoje, portanto, nós temos 1.201 Municípios no Brasil nesse rol.

Esses 74 Municípios que foram incluídos, 32 são do Ceará; 22, de Alagoas e 20, da Paraíba. Eu tenho a convicção de que, no Estado do Maranhão, nessa área próxima ao Piauí, há pelo menos 15 Municípios que atendem a essa exigência. Ou seja, o IA, o Índice de Aridez, desses Municípios faz com que eles mereçam estar nesse rol de Municípios para poder ter, digamos, acesso a políticas públicas e financiamentos governamentais diferenciados. E, sem isso, o Maranhão tem um enorme prejuízo.

Eu peço, Presidente, o apoio desta Comissão; nós vamos debater este assunto, vamos discutir isso. Não porque eu seja maranhense, mas o Maranhão, por uma infelicidade, tem os Municípios mais pobres e, diria, miseráveis do Brasil e do mundo. É claro que há problema de gestão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – *(Fora do microfone.)* – É o Estado de menor renda *per capita*...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – De menor renda *per capita* do Brasil. O IDH é o pior do Brasil. Então, o Maranhão termina ficando num vazio, no limbo, não tem nada. Então,

eu quero fazer do meu mandato um instrumento de trabalho que possa gerar benefício e justiça para aquele povo, que espera muito e tem muito pouco.

Ontem, nós participamos de uma audiência, na qual V. Ex^a estava presente, junto como Governador de São Paulo.

São Paulo enfrentou uma crise hídrica, que no sul chamam de crise hídrica; lá no Nordeste, chamamos de seca mesmo. Isso é como segurança alimentar: o que eles chamam de segurança alimentar a gente chama de fome. São diferentes esses dois brasis.

Há 106 ou 108 anos, o DNOCS tenta minimizar os problemas da seca no Nordeste. São Paulo enfrentou e venceu em dois anos. Não há mais problema hídrico em São Paulo.

Nós vamos trazer para o Senado, Senador Fernando, aquilo que fizemos na Câmara, quando tivemos a oportunidade de ser Deputados: projeto de lei para poder dar as condições e, se for preciso, mudar os critérios que estabelecem o índice de aridez. Sabemos e queremos trabalhar tecnicamente. Há um professor da Universidade do Ceará, o Prof. Lemos – não sei se algum dos senhores o conhece –, um técnico extraordinário, que tem um estudo muito especial que demonstra, com muita luz – sem nenhum calor político ou ideológico, nada, sem nenhum sentimento bairrista, nativista, para privilegiar esse ou aquele, nada disso; é técnica –, que o Maranhão tem mais 15 ou 16 Municípios habilitados a entrar na região do Semiárido.

Muito bem. Eu concluo, apenas fazendo essas breves considerações, porque, nessa região do Maranhão, estamos falando do universo de um milhão de maranhenses. É um milhão de conterrâneos que têm muitas dificuldades, aqueles que estão ali mais próximos do Piauí. E nós sabemos que projetos, iniciativas como a que fizemos ontem e esta que vier a acontecer darão mais segurança hídrica, alimentar e energética ao País, e nós queremos colocar o Maranhão nesse contexto.

Eu concluo, Presidente, como iniciei: cumprimentando V. Ex^a, cumprimentando a Comissão, cumprimentando todos que aqui fizeram suas apresentações, e o Sr. Adriano, da Embrapa. Quanto à Embrapa, sou suspeito para falar dela. Eu conheço muito bem a Embrapa e posso dizer, com muito orgulho, que sou o Parlamentar do Brasil que mais colocou recursos de emendas para a Embrapa, em toda a sua história.

O Maranhão é um Estado tão carente de oportunidades que, por incrível que pareça, não havia Embrapa lá. Chegou há pouco tempo, fruto do nosso trabalho. Havia Embrapa só em Balsas, a Embrapa Soja. Agora há no Estado. E está sendo feito, o Adriano sabe, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. A Embrapa está lá discutindo isso?

O SR. ADRIANO VENTURIERI (*Fora do microfone.*) – Eu estou lá.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – É você que está discutindo isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Muito bem.

O Maranhão é aquilo que é, Fernando. Dentro do Maranhão, que é maior do que São Paulo, só de áreas protegidas, em que não se pode mexer em nada – e refiro-me apenas a Reserva Legal, APP, Unidade de Conservação e Reserva Indígena –, há um Ceará, somado a um Rio Grande do Norte e um Sergipe; ou um Paraná, em que não se pode mexer em nada. E é evidente que isso exige que concluamos o zoneamento, para permitir a exploração racional e o melhor uso da terra, para que possamos produzir alimento e fazer até o duplo uso da terra: energia e alimento. E hoje está sendo impossível fazer isso.

Então, cumprimento a Comissão, cumprimento V. Ex^a, e estou inteira e permanentemente à disposição desta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Roberto Rocha, V. Ex^a terá o apoio integral desta Comissão para rever esses critérios de inclusão dos Municípios que V. Ex^a sugere para serem beneficiários de políticas públicas, como é o caso dos fundos constitucionais, entre outras políticas públicas que possam beneficiar o Estado do Maranhão.

Eu queria cumprimentar todos que aqui utilizaram da palavra, pela qualidade da exposição, pela profundidade, e eu diria até trazendo informações provocativas para uma reflexão sobre o trabalho que deveremos conduzir até o final do ano, quando vamos apresentar um relatório das nossas iniciativas durante este ano. E eu queria talvez fazer uma inversão: vocês vieram aqui falar, mas vão sair daqui com tarefas a cumprir, para ajudar o trabalho da Comissão.

Como todos aqui sabem, nós poderemos ter algumas oportunidades este ano. Em primeiro lugar, porque estamos nos preparando para a realização da COP 21 em Paris, quando a posição brasileira será uma posição de efetiva liderança nesse debate, no encaminhamento das propostas que deverão ser apreciadas por todos os líderes mundiais. Isso já foi, de certa forma, antecipado, quando da visita da Presidenta Dilma Rousseff aos Estados Unidos, na companhia do Presidente Barack Obama. E, pelas exposições aqui, sobretudo do Prof. An-

tônio Rocha Magalhães, fica evidente que, quando se trata de questões de interesse dos pobres, as coisas sempre são mais difíceis. Nós, nordestinos, somos muito calejados com isso. Tudo é difícil. Parece que a máquina pública foi feita para moer em favor dos mais ricos. Quando é para colocá-la para moer na direção dos mais humildes, dos mais necessitados, sempre há muita dificuldade.

O Governo brasileiro está em fase de construção das suas propostas. Foram antecipadas algumas metas, consideradas pelo Governo ambiciosas, consideradas por alguns especialistas como tímidas, como foi o caso da questão do desmatamento líquido, lá na Amazônia, que a meta foi colocada para 2030 e todos, pelos menos as vozes que se levantaram foram de críticas em relação à antecipação dessas metas. Então, a minha pergunta é: como é que nós poderíamos construir aqui, dentro da Comissão, com respaldo e com apoio desta Comissão, para levar à apreciação, sobretudo da Ministra Izabella Teixeira, levar à apreciação do Itamaraty, da própria Presidência da República, para que a gente dê luz à questão da desertificação nesse debate que vai ser travado em Paris, e como o Governo brasileiro pode provocar a atenção e o interesse dos países mais ricos, no sentido de que a gente possa, digamos assim, começar a dar desdobramentos às questões ligadas às políticas de adaptação e mitigação em relação à desertificação?

Aqui, me calou muito fundo o Prof. Antônio Rocha Magalhães falar que até para recrutar pesquisadores, cientistas, existem dificuldades, se para uma convenção de mudanças climáticas existem milhares de pesquisadores, envolvendo diversas universidades, debruçados sobre o tema e sobre os desafios em relação à desertificação. Se não me falha a memória, aqui, apenas 15, quer dizer, mostrando, evidentemente, a falta de interesse, mesmo como ele tendo destacado que estamos falando, aqui, de 45% do território do nosso Planeta e de 35% da nossa população, da população mundial.

Então, daria para, com o apoio de vocês – de lêdo, de Vanderlise, do Prof. Rocha Magalhães –, construirmos, encaminharmos aqui para a Comissão uma proposta de como o Governo brasileiro poderia se apresentar lá em Paris, incluindo entre as suas metas algo concreto, algo muito objetivo em relação à política de mitigação e adaptação, em relação à desertificação em nível mundial, trazendo essa questão para o âmbito local?

Essa é a minha primeira, digamos assim, provocação para saber se nós poderíamos contar com o apoio de vocês para construir uma proposta a ser submetida ao Governo brasileiro.

A segunda: antes de vir para esta Comissão, nós tivemos uma reunião com o Ministro da Fazenda.

Nós estamos muito próximos, pelo menos é o meu entendimento, de construir um grande acordo envolvendo todos os Estados brasileiros, com o apoio do Governo Federal, para a mudança da sistemática do principal imposto, que é o ICMS.

Nessas discussões, existe a oportunidade para a criação de algo que já foi cobrado, aqui nesta Casa, pelos Parlamentares, sobretudo do Nordeste, mas nunca saiu do papel: a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Então, existe, agora, uma possibilidade para poder fazer avançar o fim da guerra fiscal, a convalidação dos incentivos fiscais e a mudança do ICMS – ao invés de ser um imposto de produção, passar a ser um imposto de destino. Os governadores do nordeste, do norte e do centro-oeste cobram o Fundo de Desenvolvimento Regional, e ele tem uma chance de se materializar já na próxima semana.

Então, a materialização do Fundo de Desenvolvimento Regional vai dar uma resposta àquilo que foi colocado aqui – o dedo na ferida, de novo, pelo Prof. Antônio Rocha Magalhães –, que está faltando articulação das diversas áreas do Governo Federal, para poder fazer avançarem as políticas públicas efetivas que possam vencer o desafio que está posto pela degradação das áreas semiáridas do nordeste brasileiro.

Então, com essa aproximação, eu tenho a impressão de que a gente pode resgatar o papel central dessas agências de desenvolvimento, e aí eu me refiro, especificamente, à Sudam, à Sudene, à Sudeco. E a gente talvez possa avançar, do ponto de vista de uma efetividade maior, em nível nacional, em relação à essa questão que é preciso um pouco mais de empenho, um pouco mais de esforço, um pouco mais de compromisso, por parte dos diversos entes federativos: a União, os Estados e os Municípios.

E a terceira sugestão que eu queria fazer, para os nossos palestrantes, ontem, na Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo, a gente teve aqui a presença da Prof^a. Tânia Bacelar. E, apesar de tudo o que aconteceu, ela falou uma coisa que me calou fundo, que com a valorização do salário mínimo, conseqüentemente, dos benefícios da Previdência Social, com as políticas de compensação de renda, aí entendida a questão do Bolsa Família, com os investimentos que foram feitos na área de educação, com a expansão das escolas técnicas, a presença das universidades federais, sobretudo, no Semiárido Nordeste, com a presença de alguns investimentos relevantes no setor industrial, que ocorreram nos últimos 10 anos, e com as aplicações crescentes do Programa Nacional de Agricultura Familiar, a renda média dos moradores do Semiárido do Nordeste foi a que mais cresceu nos últimos 5 anos: 7,6, contra uma média nacional de 4 e alguma coisa.

Então, ela atribui ao conjunto dessas ações que ocorreram, mas dando um papel importantíssimo ao Pronaf. E aí é que vem agora a pergunta dirigida mais aos companheiros da Embrapa, e lêdo foi muito feliz, quando se trata de dinheiro todo mundo quer ser semiárido. E é por isso que os Parlamentares aqui do Nordeste colocaram a obrigatoriedade que 50% dos recursos do FNE, tenham que ser investidos na Região Semiárida, que é a região de mais baixo dinamismo econômico.

A minha pergunta é: não dá para a Embrapa construir uma proposta para trazer para cá, para que a gente possa ter alguns critérios de obrigatoriedade da aplicação do Pronaf? Porque o Pronaf, do ponto de vista do volume de recursos, é tão expressivo quanto o volume dos fundos constitucionais. Eu não tinha informação, mas os recursos investidos pelo Pronaf são da mesma monta do que os recursos investidos pelo FNE, no âmbito do território do Nordeste.

Então, se vocês pudessem desenvolver alguns critérios para a aplicação dos recursos da Agricultura Familiar, vinculados à aplicação de tecnologias para exploração agrícola ou pecuária, esse dinheiro só seria feito se aquele que fosse tomar o empréstimo tivesse alguns cuidados, do ponto de vista da propriedade.

Para a gente poder evitar que toda essa situação, que foi colocada aqui, de que o grande risco é como ele é densamente povoado, o desmatamento está ocorrendo de forma muita dispersa. Cada família ali que está agredindo a sua propriedade, que vem sendo dividida, ao longo dos anos, e a gente chegou com dinheiro, e quando chegou com dinheiro do Pronaf fez foi agravar o desmatamento. Porque agora a atividade produtiva existe, o fator de dinamismo econômico, nas pequenas cidades, cada vez é maior, e, conseqüentemente, o cara vai continuar cortando lenha para a padaria, vai cortar lenha para a pequena indústria, para a pequena oficina.

Então, eu acho que nós temos aí uma oportunidade. Vocês estão indo muito bem, do ponto de vista do desenvolvimento da tecnologia, dos diagnósticos, dos mapeamentos. Acho que precisamos avançar um pouco mais do ponto de vista agora de acompanhar para saber se a gente está evoluindo ou involuindo, para poder fazer aí um marco zero e acompanhar isso com o apoio do Inpe, com o apoio dos institutos que fazem, digamos assim, o acompanhamento via satélite dessas imagens através do Ibama. Então, eu acho que a gente poderia, aqui, na política de desenvolvimento regional, a partir da criação do fundo da revitalização das agências de desenvolvimento, embutir o compromisso de que isso seja uma prioridade na elaboração das políticas de desenvolvimento regional, esse olhar mais atento para o risco da desertificação no espaço rural do Semiárido brasileiro e, por outro lado, uma política que vem sendo efetiva – o Pronaf é uma política vitoriosa.

O Pronaf, ainda, apesar dessa presença que eu falei aqui no Semiárido do Nordeste, 43% do Pronaf ainda é aplicado no Sul Maravilha; ainda é levado para o Sul, para a agricultura familiar do Sul. Então, é evidente que, se a gente puder se agregar, como prioridade nacional, nessa política de adaptação e mitigação a desertificação e introduzir isso como critério de elegibilidade ou como comprometimento na aplicação dos recursos, tiver um cuidado nessa aplicação para o processo da atividade produtiva, que vai ser beneficiada com aquele financiamento, eu acho que a gente estaria, digamos assim, dando luzes aos problemas que vocês trouxeram aqui, no sentido de a gente começar a fazer, ou a realizar, respostas mais concretas e mais efetivas.

Encerrando, porque eu vou passar para que vocês possam fazer as suas considerações finais, eu apenas queria dizer que, a pedido do Senador Inácio Arruda, que a gente possa ter o apoio da Embrapa, do Instituto do Semiárido, de todos que estão vinculados às instituições, os pesquisadores que estão vinculados ao tema da desertificação, que a gente possa se articular para quando da sanção pela Presidenta Dilma, porque a matéria vai ser remetida à sanção da Presidenta, que a gente possa fazer um grande evento na sanção, para poder chamar a atenção do Governo Federal e do Congresso Nacional de que essa é uma política que está sendo instituída, mas precisa ser bem implementada. Não pode ser uma lei que fique só no papel. Essa tem que ser uma lei que vingue, então queria que todos que vierem nos prestigiar hoje que têm compromisso com esse tema, que a gente pudesse fazer uma grande mobilização para quando do momento da sanção da política nacional de mitigação e adaptação à questão da desertificação.

Muito obrigado e ofereço agora – talvez a gente vá pela ordem, primeiro lêdo, para suas considerações finais, na sequência Vanderlise, Antônio Rocha e o nosso Adriano.

O SR. IÊDO BEZERRA DE SÁ – Bem, está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está.

O SR. IÊDO BEZERRA DE SÁ – Bem, eu saio daqui muito satisfeito com o desenvolvimento dessa audiência. Acho que foi muito importante a gente pontualizar esses problemas que partem do ponto de vista ambiental, social e econômico, e trouxe uma atribuição muito importante, que eu acho que o professor Antônio Rocha Magalhães pode nos ajudar bastante, porque ele é uma pessoa que é especialista nessa questão da governança, isso que ele falou foi muito pertinente, dessa governança, a internacional, que reflete sobre a nacional, e que a gente, dentro da noção de que a gente possa chegar nisso até a célula municipal, eu acho muito importante, o que eu achei agora mais complicado foi nesse finalzinho dessa tarefa árdua que o senhor

nos passa, dessa questão do Pronaf. Meu entendimento é o seguinte: o Pronaf, ele existe, e existe também, que é muito importante, uma ferramenta muito importante, mas nós temos que verificar que o que mais é certo hoje é o insucesso da agricultura – principalmente da agricultura; a pecuária nem tanto; a pecuária é um pouco mais resiliente, mas a agricultura, não. E o Pronaf, associado com essa questão do seguro agrícola, parece-me que as pessoas torcem para que dê errado, para poderem receber.

Agora, o Pronaf ajudaria mais ainda, se a gente começasse... Aí teria de ter uma coisa muito... de vários Ministérios, para dotar as propriedades do semiárido de uma estrutura mínima, para poder receber qualquer tipo de tecnologia. A tecnologia que falo não é a tecnologia espacial, essas coisas mirabolantes, não. Uma semente melhorada que a Embrapa produz ou que uma empresa privada produz, isso é uma tecnologia muito importante. Um animal é muito importante.

Então, a grande maioria das propriedades do semiárido não têm, por exemplo, uma estrutura hídrica mínima que possa receber certa benfeitoria do ponto de vista de tecnologia.

Então, colocar dinheiro em algumas propriedades e associar isso a um seguro agrícola está fadado ao insucesso. Então, a gente tem de atrelar essas duas coisas, para que... A gente não pode entregar uma vitamina a um morto, tem de haver uma mínima condição de receber aquilo e sair adiante.

Acho que isto é muito importante: a estrutura mínima que a propriedade deve ter.

Bem, com isso, agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

E fico, ficamos, a Embrapa Semiárido fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Vanderlise.

A SRª VANDERLISE GIONGO – O Exmº Senador Fernando Bezerra já nos deu o caminho, e o Dr. Antonio Magalhães também foi muito feliz.

São duas coisas muito importantes: a articulação... Nós produzimos informação, produzimos tecnologias, mas temos de capilarizar, para que isso atinja a sociedade, atinja o nosso demandante, que é a população que habita o semiárido. Esse é o nosso demandante.

Em relação ao Pronaf, é um programa muito feliz também, e acredito que ele abriga um potencial muito grande de trabalho da nossa parte. E poderíamos atrelar a ele algumas tecnologias de alguns desenhos que vimos desenvolvendo, a universidade, a Embrapa, os institutos. Isso traria desenvolvimento regional.

Então, a gente vê a questão das pastagens, a melhoria das pastagens, um programa, por exemplo, que aumentasse a capacidade de suporte das áreas produtivas.

Hoje temos uma questão muito importante: o produtor ganha uma semente, que, na presença de água, produz limitadamente e que, na ausência de água, não vai produzir. Mas, quando na presença de água, há uma limitação que é aquela capacidade inerente ao sistema.

Como podemos aumentar essa capacidade, para que se ponha uma semente, e, na presença de água, aquilo realmente produza? Por meio de plantas já adaptadas para aquela condição e por meio, por exemplo, de um programa. Não falo de adubação, mas, por exemplo, de um programa de fósforo, como foi o programa de calagem no Cerrado, a operação Tatu no sul, na década de 1960.

Então, precisamos de programas direcionados, para aumentar a capacidade de suporte. E acho que essa articulação conjunta... A gente precisa do Poder Público, para que haja essa capilaridade.

Então, um programa consistente, que aumente a capacidade de suporte, acho que seria muito efetivo. Alguém que produza cinco sacas em um hectare passe a produzir dez sacas de milho, de feijão, que a gente acha que não está presente, mas que está presente em toda propriedade do semiárido. O agricultor planta seu milho e seu feijão, e, se a gente duplicar essa produção, já é grande coisa.

Nós não vamos comparar com as nossas médias. Isso não é comparativo. Não podemos comparar com o Sudeste, com o Centro-Oeste, mas duplicar aquele valor, aquela quantidade que o agricultor tem é muito significativo. E temos esse potencial; nós temos essa quantidade de água e temos já material adequado.

Por isso – o Dr. Magalhães foi muito feliz –, a gente precisa reunir esforços. E mais feliz ainda foi o Senador Fernando Bezerra, que nos oportuniza isso tudo, por meio desta Comissão, por meio agora do projeto de lei.

Então, temos uma grande oportunidade de trazer desenvolvimento para o semiárido, de uma nova fase bem desenvolvimentista para essa região extremamente importante para o País.

Nós, da Embrapa e Embrapa Semiárido, estamos à disposição para colaborar nesta tarefa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigada, Vanderlise.

Professor Antônio Rocha Magalhães.

O SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Obrigado, Senador. Eu queria parabenizar o senhor, a Comissão por essa reunião tão importante.

Gostaria de destacar a informação que o senhor nos deu, de que, talvez, na próxima semana, cheguem a um acordo sobre a questão do ICMS e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional. Isso seria muito importante, porque ensinaria, também, uma rediscussão e um fortalecimento das instituições. Muito importante.

Um outro ponto, eu quero destacar aqui, realmente, o papel que a Embrapa tem tido nesse processo todo de gerar soluções, e isso é muito importante. E isso nos deixa um desafio muito grande: na verdade, temos soluções para os problemas, mas por que essas soluções não são aplicadas de forma abrangente? A gente continua trabalhando com muitos exemplos de casos, projetos pilotos, mas por que isso não está no Semiárido inteiro?

Então, fica também, como dever de casa, para a gente pensar sobre isso. Nós, no CGEE, estamos nos debruçando sobre essa questão e gostaríamos muito de continuar trabalhando nessa área.

E, finalmente, eu gostaria de, de novo, agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que estamos disponíveis para continuar trabalhando juntos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Adriano.

O SR. ADRIANO VENTURIERI – Bom, Senador, mais uma vez, agradeço também, e dizer assim que, realmente, eu não acredito na solução desse problema e de outros, como o da Amazônia, sem investimento em tecnologia, sabe?

É como eu falei já, a Embrapa dispõe hoje de tecnologias, eu não vou dizer que para resolver todos os problemas, a gente sabe que falta pesquisa em diversos campos, mas a tecnologia hoje que nós temos, como foi falado aqui, uma semente, uma orientação tecnológica, uma muda, e essas coisas fazem muita diferença para um produtor.

Então, com isso, ao invés de, todo ano, ele derrubar, por que como é que nós vamos dizer para um produtor, por exemplo, eu vejo na Amazônia, a Transamazônica, 40 quilômetros dentro da Transamazônica, eu vou dizer para um produtor não derrubar uma árvore, se o filho dele está passando fome, está com problema de saúde?

Então, nós temos que, realmente, levar essa informação, dar um jeito de colocar na mão do produtor, para que ele possa ter acesso a essa tecnologia. Eu tenho certeza de que ele prefere ficar na área dele a ficar, todo ano, derrubando uma área, buscando, indo mais longe.

Semana passada eu estive lá, no Amapá, visitando a unidade e uma coisa que, teoricamente, é muito simples, mas que resolve muito o problema do produtor familiar, é um equipamento para fazer a colheita mecanizada da mandioca. Eu estava vendo a área lá, em que cinco homens trabalhariam o dia inteiro, a máquina faz o trabalho em duas horas.

Então, aquele sol, que no Nordeste não é muito diferente, a qualidade de vida que ele tem, o ganho de rendimento, a qualidade de vida, a produtividade aumenta e ele não vai precisar ficar derrubando. Vai usar sempre aquela mesma área mecanizada.

Então, o acesso a essa tecnologia eu vejo como ela é muito importante para ajudar em muito problema do Nordeste e da Amazônia. Fazer essa tecnologia chegar, com certeza, vai ajudar muito nessa questão no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Então, agradecendo a presença de todos os nossos convidados e também daqueles que nos acompanharam, declaro encerrados os nossos trabalhos.

(Iniciada às 11 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 25 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e quinze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores: Roberto Rocha, Sandra Braga, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caia-do, Douglas Cintra e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Sarney Filho, Sergio Souza, Leonardo Monteiro, Jony Marcos, Angelim, Ricardo Tripoli, Antonio Carlos Mendes Thame e Rômulo Gouveia. Deixam de comparecer os demais Membros. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, dividida em duas partes. Primeira parte, deliberativa, Item 1: Requerimento nº 6, de 2015-CMMC, que, “requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater os resultados e desdobramentos do Projeto de Pesquisa IES - Brasil - Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de Gases do Efeito Estufa (GEE), com presença do Professor Doutor Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a ser realizada no dia 25 de agosto de 2015, pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado; Item 2: Requerimento nº 7 de 2015, que “requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a participação de representantes da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional - CMMC na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 21, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, na cidade de Paris, situada na França. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado. Passa-se à segunda parte: Apresentação do Projeto do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - IES-Brasil - Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de GEE 2030. O Sr. Luiz Pinguelli Rosa - Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas presta esclarecimentos iniciais. A seguir fala o Sr. Neilton Fidelis - Assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas-FBMC. Após essa apresentação, é franqueada a palavra ao Sr. William Wills - Pesquisador da COOPE/UFRJ/FBMC. Após as apresentações, usam da palavra os Deputados Sarney Filho e Leonardo Monteiro, os Senadores Donizeti Nogueira e Roberto Rocha e o Deputado Rômulo Gouveia. Em seguida, passa-se a palavra ao Sr. Luiz Pinguelli Rosa - Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0880612211. Repetindo: pelo endereço www.senado.leg.br/e-cidadania ou ligando para o número 0880612211.

A reunião de hoje será dividida em duas partes. Na primeira parte, vamos deliberar sobre requerimentos que estão sobre a mesa; na segunda parte, teremos audiência pública para apresentação do projeto do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o IES-Brasil – Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de GEE de 2030.

Temos a alegria de já contar com a presença do Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Seja muito bem-vindo, professor!

Daqui a pouco eu o convido para a sua exposição.
Há, sobre a mesa, dois requerimentos.

ITEM 1 Requerimento nº 6, de 2015

Requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública, com o intuito de debater os resultados e desdobramentos do Projeto de Pesquisa IES - Brasil - Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de Gases do Efeito Estufa (GEE), com presença do Professor Doutor Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a ser realizada no dia 25 de agosto de 2015, pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Vamos cumprir mais a formalização da Comissão, porque na última semana não tivemos o quórum regimental para a devida aprovação do requerimento.

A justificativa da presença do Dr. Pinguelli é dada da seguinte forma:

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, criado pelo Decreto nº 3.515 de 20 de junho de 2000, tem por objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Dentre os projetos desenvolvidos pelo fórum cumpre destacar o Projeto IES - Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de GEE 2030/2050.

Esta ação conforma-se em um conjunto de esforços de diferentes setores da sociedade brasileira na identificação de distintas trajetórias de desenvolvimento que alinhem objetivos socioeconômicos e ambientais. Para tanto, ordena cenários econômicos para o período 2020-2030 e 2030-2050, julgadas pertinentes pelos setores mobilizados. Dessa forma, identifica políticas de mitigação que revelem melhores respostas quanto a seus impactos econômicos e sociais.

Com o objetivo de gerar diferentes cenários de emissões de Gases de Efeito Estufa, de médio e longo prazo para o Brasil, o projeto foi elaborado através de um processo participativo envolvendo diversos setores da sociedade, como o Governo, o setor privado, a academia e a sociedade civil. Estes cenários auxiliarão a tomada de decisão na condução da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, bem como no processo de negociação internacional, com foco na estratégia brasileira na COP 21.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas tem trabalhado durante este ano de 2015, para potencializar a participação do Brasil na COP 21 principalmente no sentido de contribuir para o aprimoramento da proposta brasileira a ser apresentada e estimular o aproveitamento das inúmeras oportunidades que o cenário global entreabre na negociação do novo Protocolo de Paris.

Para apresentar o assunto convidamos o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Doutor em Física e professor titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi Diretor da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (UFRJ- COPPE). Foi presidente da Eletrobrás e atualmente é Diretor da COPPE e Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Por todo o exposto, proponho que a referida audiência seja realizada às 11h30 do dia 25 de agosto de 2015, para que sejam apresentados os resultados e desdobramentos do Projeto de Pesquisa IES - Brasil - Implicações econômicas e sociais; Cenários de mitigação de Gases de Efeito Estufa 2030.

Esse é o requerimento.

Coloco em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 7.

ITEM 2 Requerimento nº 7 de 2015

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a participação de representantes da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional - CMMC na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 21, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015, na cidade de Paris, situada na França.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Os Parlamentares que aprovam permaneçam, como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Prof. Luiz Pinguelli Rosa para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Quero passar a palavra ao Prof. Luiz Pinguelli, mas quero fazer uma provocação, professor, antes da sua apresentação.

Nós estamos nos aproximando da data da apresentação da proposta brasileira que será levada à COP 21, em Paris. Essa proposta vem sendo, de certa forma, antecipada em alguns encontros, dos quais tem tomado parte a Presidenta Dilma Rousseff. Durante a visita ao Presidente Barack Obama, a Presidência apresentou a proposta de desmatamento zero, Desmatamento Ilegal Zero, até 2030, e, recentemente, quando da visita da Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ao Brasil, também houve um anúncio da descarbonização da economia brasileira, com metas até o ano de 2030.

A provocação que faço ao ilustre palestrante, ao renomado doutor e professor da UFRJ, seria de fazer, neste momento, em que acompanhamos pelo noticiário, pela presença de instituições que vieram a esta Comissão, uma avaliação de como caminha a construção da proposta brasileira. Se a proposta brasileira, de fato, poderá ser traduzir como uma proposta ousada, como é o desejo de que o Brasil seja um líder mundial nessa agenda ambiental, e se, pelo que é anunciado, por essas antecipações, temos razão para nos animar pelo fato de que o Brasil poderá, de fato, apresentar uma proposta que seja ambiciosa, que seja ousada e que possa dar oportunidade de o Brasil estar entre os líderes nesse novo momento que o mundo vai vivenciar na COP 21, em Paris.

Essa é a nossa expectativa.

Estamos aguardando também a vinda da Ministra Izabella Teixeira a esta Comissão. Ela indicou que deverá visitar a Comissão entre os dias 15 e 30 de setembro, portanto, às vésperas do anúncio formal da proposta brasileira.

Então, considero que a presença do Prof. Luiz Pinguelli Rosa seja muito importante não só para que ele possa trazer esse relatório sobre o projeto do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, mas também para que possa dar aqui o seu depoimento, à luz do que vem acompanhando, de como anda a construção da proposta brasileira a ser descortinada até o final do mês de setembro.

Com a palavra o Prof. Luiz Pinguelli Rosa.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Muito obrigado.

Aceitando o desafio de V. Ex^a, o Brasil tem uma tradição na Convenção do Clima, iniciada já em 1992, quando houve a Rio-92, uma conferência de cúpula com Chefes de Estado. Na época, foi criada a Convenção do Clima, da qual participam centenas de países. Já naquele momento foi instituída a responsabilidade comum, porém diferenciada, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, incluídos os países desenvolvidos no chamado Anexo I da Convenção, que assumiram a obrigação da redução de suas emissões. Naquele momento, a posição do Brasil foi importante para essa decisão de diferenciação das responsabilidades comuns, conforme a contribuição histórica dos países e conforme as possibilidades financeiras e tecnológicas desse conjunto de países.

Mais tarde, em Quioto, quando se discutia o problema das atribuições de metas para os países do Anexo I, o Brasil, novamente, se fez presente com uma proposta, que ganhou o nome de Proposta Brasileira, acompanhada de um modelo matemático, que mostrava as responsabilidades históricas dos países, tendo em vista o tempo muito grande de residência dos gases, principalmente do dióxido de carbono, o mais importante deles, que reside por centenas de anos na atmosfera uma vez emitido. Portanto, havia uma acumulação desses gases de muitas décadas atrás, desde a Revolução Industrial. Dessa proposta brasileira saiu o mecanismo de desenvolvimento limpo como forma de conciliação, que está em vigor até hoje.

Finalmente, em Copenhague, o Brasil se fez presente, também em uma conferência de Chefes de Estado, com o Presidente da República levando um compromisso voluntário de redução de emissões do Brasil, embora ele não estivesse incluído no Anexo I, conforme falei.

Agora, o que está acontecendo? Existe uma proposta de responsabilidades concêntricas, que diferenciam os países desenvolvidos, numa primeira abrangência, com maior responsabilidade, os países em estágio intermediário, como é o caso, principalmente, da China, mas também do Brasil, numa responsabilização pelas reduções intermediárias, e os demais países em desenvolvimento, países africanos, países sul-americanos mesmo e de outros continentes que não tenham condições de contribuir como os demais.

Essa a base do que está se construindo para ser levado como uma proposta na Conferência de Paris. Há muito ainda o que se aprimorar no detalhamento disso, e é nisso que o Itamaraty trabalha intensamente, com assistência do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

O que temos mostrado com esse projeto IES-Brasil é que é possível uma política climática de redução das emissões brasileiras com desenvolvimento, com geração de emprego. É isto que os números mostram: que é possível tomarmos medidas de redução das nossas emissões, além de 2020. Temos um compromisso formado em Copenhague de uma redução até 2020, que será obtida pela redução do desmatamento, que vem ocorrendo de maneira bastante feliz. É depois de 2020, então, que está o problema, quando o setor energético terá de ser chamado à redução de suas emissões.

Estou aqui acompanhado de dois colegas, o Prof. Neilton e o pesquisador William.

Com a permissão de V. Ex^a, eu queria solicitar que eles viessem para fazer a apresentação com *PowerPoint*.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É um prazer. Estão convidados.

Se quiserem também sentar-se à mesa, onde se sentirem melhor para fazer a apresentação, podem sentar aqui.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – O *PowerPoint* já está instalado.

Peço ao William que faça a apresentação.

O SR. NEILTON FIDELIS – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Agradeço à Comissão por oportunizar essa apresentação do projeto. Vou tentar ser bem breve.

O projeto que o Fórum hoje apresenta tem como característica ter sido um projeto participativo desde a sua construção. Quando nos foi apresentada a proposta, pela própria Ministra Izabella – foi o Prof. Emílio que apresentou a ideia de fazer esse projeto –, ela entendeu que o ente no País que poderia fazer um projeto com essa estrutura de ser participativo poderia ser o Fórum, porque no espaço do Fórum nós temos diversas representações da sociedade civil organizada.

Então, a partir daí, saímos conversando com os atores que compõem o Fórum para estruturar essa proposta. É por isso que dizemos que o grande diferencial desse projeto é que ele é participativo desde a sua construção.

O objetivo do projeto é exatamente verificar esses efeitos econômicos e sociais que possam, porventura, acontecer no Brasil a partir da utilização da execução de um conjunto de medidas de mitigação. Verificamos, ao longo do projeto, que se pode ter uma medida de mitigação que obtenha um volume considerado de redução de emissões, mas que pode gerar desemprego. Então, a ideia era verificar como essas medidas impactariam na dinâmica da nossa sociedade.

Tem como objetivo ilustrar os efeitos desse cenário e auxiliar na tomada de decisão.

A estrutura maior do projeto é que criamos um comitê de elaboração de cenário. Esse comitê é o espaço de decisão do projeto e foi estruturado com a participação de 80 especialistas de determinados setores. Temos, nesse comitê de elaboração de cenário, a academia, temos as centrais sindicais, a CNI, temos diversas entidades representativas do setor produtivo, as ONGs, as duas maiores redes estão presentes. Esse comitê é composto por 80 pessoas, e, nas reuniões, tivemos entre 70 e 75 membros.

E como foi apresentado? Nós discutíamos com cada setor e pedíamos que os setores apresentassem nomes que tivessem o conhecimento da dinâmica de cada setor, porque a ideia era construirmos esse cenário a partir de como esses especialistas viam que o Brasil se comportaria em termos de crescimento de 2020 a 2030. Como o Prof. Pinguelli falou, o ano de 2020, para nós, já é passado, porque os compromissos já estão assumidos.

Então, a partir desse desenho de um percurso futuro para o País, nós definimos quais as emissões advindas desses caminhos e quais as alternativas de mitigação nós tínhamos para propor ao País. Através de um modelo matemático, que é o que o William vai apresentar, verificava-se como essas alternativas repercutiam em distintos setores.

O Comitê de Pesquisa, que o Prof. Emílio e o William coordenam, tem essa função de fazer a tradução dessa linguagem dissertativa dos cenários, a partir do Comitê de Elaboração de Cenários, para uma linguagem matemática. Então, não é um processo tão simples. E o Comitê de Pesquisa não faz juízo de valor dos percursos apresentados pelo Comitê de Elaboração de Cenários. Ele tem a função também de apresentar a esse Comitê alguma incoerência que, possivelmente, poderia acontecer a partir de propostas diferentes.

Então, a estrutura do projeto é exatamente essa. Há o Fórum, sob a coordenação do Prof. Luiz Pinguelli Rosa, como Secretário Executivo, fazendo essa articulação com diversos setores: academia, empresas, Governo, sociedade civil, ONGs e outros espaços com que contamos dentro do Fórum. Esse grupo apresentou seus especialistas. E formamos esse Comitê, que tinha a função de apresentar as entradas para o modelo.

É bom observar que, muitas vezes, determinado tema não conseguia se esgotar ali em uma reunião do CEC, e criamos grupos de trabalho, para tentar chegar, senão a um consenso, a uma convergência sobre determinado tema. E o Comitê de Pesquisa faz essa tradução para a linguagem do modelo matemático.

Do outro lado, está a Plenária do Fórum. Este é exatamente o momento em que esse projeto se encontra. Estamos solicitando da Presidência do Fórum, que é a própria Presidenta da República, uma reunião plenária

do Fórum para que ele possa conhecer os resultados do projeto e aprová-los. Na verdade, a dificuldade não vai ser tanta, porque todos os membros do Comitê de Elaboração de Cenários são membros do Fórum. Então, a gente entende que esse resultado, o desenho dele é, basicamente, o que será aprovado nessa plenária.

Contamos, no Governo Federal, com esses Ministérios todos. Tivemos uma conversa direta com o CIM, coordenado pela Casa Civil, pela pessoa do Dr. Johannes. Contamos com vários segmentos do setor produtivo: do aço, do alumínio, da cana, do cimento, da mineração, do papel e celulose, da química, do vidro. O setor elétrico, o setor energético também estava presente, bem como a sociedade civil, através das centrais sindicais, as ONGs, os institutos de pesquisa e diversos outros atores.

Na sequência, vou passar a palavra para o William para ele apresentar o modelo e os resultados que esse modelo mostrava.

O SR. WILLIAM WILLS – Bom dia a todos!

Vou falar um pouco sobre como fizemos a modelagem matemática desses cenários.

O nosso grande desafio era entender, do setor produtivo, quais eram as opções que teríamos de redução de emissões, de abatimento de emissões, e tentar entender, do ponto de vista macroeconômico, como essas medidas de mitigação, como essa proposta de política de mitigação implicaria sobre a economia e sobre a parte social.

Então, para isso, precisávamos de modelos setoriais, que representam muito bem como as tecnologias podem penetrar em determinado processo produtivo. Por exemplo, modelos setoriais, o uso do solo, a oferta de energia e a demanda de energia, resíduos, processos industriais. Então, era preciso que os modelos setoriais informassem que tecnologias são viáveis, quanto elas custam e assim por diante.

Esse é um modelo de equilíbrio geral, o modelo Imacsim, que foi o modelo utilizado, que era o modelo que faria, então, a agregação de todas essas informações setoriais e tentaria entender, para o futuro, como essa política que estaríamos testando implicaria sobre indicadores macroeconômicos e sociais.

A gente trabalhou, inicialmente, com três cenários. O nosso cenário-base a gente chamou de Cenário de Plano Governamental. Foi baseado no PNE 2050, que é um plano da EPE, ligado ao MME, que está em elaboração. É o cenário de mais longo prazo que a gente tem no Brasil. Em cima desse Cenário de Plano Governamental, em que já existem medidas previstas na Política Nacional sobre Mudança do Clima, já há medidas de mitigação. Aqui estão contempladas todas as metas de Copenhague. A gente traçou outros dois cenários de mitigação adicional, I e II, até 2030, com a ambição crescente, sendo o cenário 2 o mais ambicioso em termos de redução de emissões.

Nós tínhamos, no comitê de elaboração de cenários, atores com diversos objetivos distintos. Então, a gente teve que negociar bastante esses cenários. Portanto, tudo que vocês veem escrito aqui, nesta apresentação, é fruto dessa negociação e desse consenso a que esse grupo chegou. Os cenários são todos exploratórios. A gente está testando possibilidades. A gente não está recomendando a utilização de nenhum dos cenários, mas está testando possibilidades. E esses cenários não são previsões de futuros mais prováveis. O nosso grande objetivo não era entender qual seria o crescimento num cenário de referência, mas entender como políticas adicionais de mitigação influenciariam o seu crescimento econômico, que você havia projetado. E essa série de premissas foi escolhida por esses especialistas que o Neilton comentou, aquele grupo que foi apresentado nos eslaides anteriores, como técnicos, pesquisadores, etc..

Aqui estão algumas das premissas desse Cenário de Plano Governamental. Existe a população mundial, a população nacional, a projeção do IBGE, o crescimento mundial da economia, da economia mundial, o valor do barril de petróleo no período, a taxa de câmbio, em torno de R\$2,20, pelo valor do dólar em 2005... Atualizando pela inflação das duas moedas, dá algo em torno de R\$3,12 para hoje.

No cenário brasileiro, esse cenário da EPE contemplava um crescimento anual de em torno de 3,9%, em média, o que é bastante otimista. Daria um crescimento do PIB *per capita* de em torno de 3,6% ao ano. O nível de investimento em relação ao PIB voltaria a crescer, atingindo níveis de em torno de 21%, e o saldo da balança comercial, hipótese do cenário, ficaria próximo de zero no período. Aí as divisas obtidas com exportações de petróleo do pré-sal seriam utilizadas para importação de bens de capital pela indústria. Com isso, você consegue fechar suas premissas de forma robusta. A indústria importa esses bens de capital, o saldo da balança comercial próximo de zero permite que a gente considere que o câmbio fique constante no período, e a indústria, importando bens de capital mais modernos e eficientes, volta a se tornar competitiva do ponto de vista internacional.

É importante dizer que esse cenário não é um cenário-base. Ele não vai acontecer caso nada seja feito. Não. Ele não vai acontecer naturalmente. Esse cenário tem como premissa que o Brasil vai fazer todo o dever de casa, que a gente vai melhorar a educação, a produtividade do trabalhador, investir na infraestrutura, reduzir o custo Brasil, ter uma reforma tributária e uma reforma fiscal. Portanto, não é um cenário que vá acontecer

naturalmente; a gente precisa realmente trabalhar para que ele aconteça. E ele é um cenário otimista desse ponto de vista.

Mas é importante falar que, do ponto de vista do objetivo do projeto, foi um cenário conservador. Por quê? Primeiro, do ponto de vista do planejador energético, se o planejador energético se prepara para um crescimento mais elevado, se o Brasil crescer menos, a demanda está equacionada, você consegue atender àquela demanda. Como a gente queria subsidiar o Governo nas próximas decisões em termos de metas de redução de emissões, um cenário que o Brasil cresce mais, se a gente consegue assegurar que as emissões brasileiras ficam contidas abaixo de um certo nível, mesmo com o Brasil crescendo a 3,9% ao ano, se o Brasil crescer menos, a gente também consegue atender àquela meta. Então, desse ponto de vista, era um cenário conservador.

A gente começou fazendo o cálculo das emissões até 2020. Está aqui neste gráfico. A gente apresenta as emissões desde 1990 até 2010. Se a gente observar, em 1995, por exemplo, houve um pico de desmatamento, as emissões foram lá para cima. Depois, houve outros picos de desmatamento antes de 2005, e depois a gente vê que as emissões do desmatamento caem fortemente aqui, entre 2005 e 2010.

E aí fizemos a simulação desse Cenário de Plano Governamental até 2020 e vimos que as emissões ficam controladas. Traduzindo aquela meta assumida em Copenhague para bilhões de toneladas, podemos ver que ficamos bastante abaixo da meta que o Brasil assumiu em Copenhague. Conseguimos atingir a meta de forma confortável, principalmente devido ao controle do desmatamento, mas também porque, no cenário-base proposto em Copenhague, nós cresceríamos 5% ao ano nesta década, o que também não se realizou e facilitou o atendimento da meta.

E aí nós extrapolamos essas tendências de 2020 para 2030. É importante dizer que, nesse Cenário de Plano Governamental, as emissões de desmatamento continuam controladas. Uma das premissas foi que, entre 2020 e 2030, manteríamos a meta assumida para 2020: introdução do Plano ABC, entrada das eólicas, entrada de mais etanol, etc. Mesmo assim, observa-se que há a volta de um crescimento das emissões de forma bastante importante que se dá não mais por causa de picos de desmatamento, como víamos no passado, mas de forma mais estrutural, diretamente ligada à queima de combustíveis fósseis na atividade econômica e na atividade agropecuária.

Esse tipo de crescimento de emissões diz respeito a emissões mais complicadas de serem reduzidas porque estão diretamente ligadas à atividade econômica. É necessário haver uma estratégia adequada no sentido de reduzir as emissões de forma a não prejudicar o crescimento econômico do País.

Então, o que fizemos? Com todo aquele grupo de especialistas que o Neilton comentou, identificamos medidas de mitigação em diversos grupos, em diversos setores. Por exemplo, no grupo de energia, havia atores do MME, do MCT, da Petrobras, da ANP, da EPE, do setor elétrico, do Cepel, da Eletrobras, etc. Esse grupo se sentou e pensou: “Bem, como podemos reduzir mais as emissões do que o Brasil já propôs em Copenhague?” Então, traçamos um plano, identificamos medidas, para todos esses setores, e fizemos um cálculo microeconômico para entender qual seria o custo de cada uma das medidas que estávamos propondo.

Aqui, temos uma curva de custo marginal de abatimento, em que, no eixo Y está o custo por tonelada de CO₂ abatido, dólares por tonelada de CO₂ que você reduziu, e aqui, no eixo X, está o potencial de abatimento de cada uma das medidas. Com todas as medidas identificadas por todos os setores, desenhamos essa curva, em que colocamos desde a mais barata, e algumas têm custo negativo – ou seja, quem investir nessas medidas no decorrer do período consegue ter o seu capital pago e consegue lucrar com isso –, diversas medidas com custo bem baixo e algumas medidas com custo mais elevado. As medidas com custo negativo são, em geral, ligadas à eficiência energética, em alguns setores, e à plantação de eucalipto, etc., com o que se consegue também recuperar o capital investido. Outras medidas com custo baixo e outras medidas com custo mais elevado e que estão ligadas essencialmente à infraestrutura de transporte. Metrô em grandes cidades, BRT, etc., essas têm custos mais elevados.

O importante aqui é mostrar que, de todas as medidas que foram identificadas por esse grupo, 75% do potencial de abatimento tinha um custo abaixo de US\$20.00 por tonelada. Grande parte das medidas tinha custo abaixo de US\$20.00 por tonelada. Com isso, definimos dois cenários: um cenário MA-1, de mitigação adicional com medidas com custo abaixo de US\$20.00 por tonelada – portanto, entrava 75% desse potencial –; e o outro cenário, MA-2, com custo abaixo de US\$100.00 por tonelada.

Aqui, começamos a analisar alguns indicadores macroeconômicos que mostram a introdução dessas medidas na economia. Aí tem a parte toda de investimento que os setores têm que fazer para a introdução das medidas, mas tem também a parte de ganhos em eficiência que os setores têm, como economia de combustível, etc.

De modo geral, em relação ao PIB, podemos ver, nos dois cenários iniciais, MA-1 e MA-2, que há uma tendência marginal de crescimento do PIB. E isso se dá por dois motivos. Primeiro, porque as medidas foram escolhidas a dedo pelos especialistas dos setores. São medidas possíveis de serem implementadas no período.

E, em segundo lugar, também bastante importante, é que nesses cenários de Mitigação Adicional 1 e 2, há uma entrada mais forte de etanol, biodiesel, biomassa como combustível, substituindo combustíveis fósseis. Os combustíveis fósseis são muito intensivos em capital e pouco intensivos em mão de obra. Por outro lado, toda parte agrícola de produção de biomassa e biocombustíveis é muito intensiva em mão de obra. E aí, com isso, a gente consegue ter um *feedback* macroeconômico positivo. A gente tem um maior nível de empregos na economia, porque, para se substituir um litro de gasolina por um litro de álcool, é necessário empregar mais pessoas para produzir aquele litro de álcool. Mesmo com a mecanização da colheita da cana, o setor de etanol ainda emprega, para produzir a mesma quantidade de energia, três a quatro vezes mais do que o setor de petróleo. Então, isso causou um impacto positivo na economia. Esse impacto é marginal? Sim, é marginal, mas há uma tendência de crescimento do PIB com a introdução dessas medidas.

E se a gente olha para a taxa de desemprego, como eu falei, a tendência dela é ser reduzida com a introdução dessas medidas, por causa do maior emprego na fase agrícola da produção de biomassa e biocombustíveis, mas também porque, com a menor taxa de desemprego na economia, a massa salarial é maior, há um consumo maior de todos os outros produtos, e a economia toda é aquecida. Então, se reduz o desemprego em diversos setores, não só no setor agrícola. Mas isso vem a um preço.

A gente observa que há um crescimento no Índice Geral de Preços, e aqui esse crescimento está ligado somente ao aumento de custo de produção, não está ligado à inflação por impressão de moeda, inflação monetária.

E esse Índice Geral de Preços, esse aumento de custo de produção vem por três motivos. O primeiro deles é o aumento do preço do petróleo no período... No nosso ano-base, o barril custava cerca de US\$40.00, mas passou a custar US\$85.00, em média. Então, o preço da energia aumenta. O segundo motivo são os investimentos em mitigação, que aumentam o custo de produção em determinados setores. E o terceiro motivo é o mercado de trabalho.

Temos uma curva de salários dinâmica, modelando nosso mercado de trabalho – foi um trabalho feito pela Cedeplar, da UFMG –, que diz que, quanto menor a sua taxa de desemprego, maior o salário que o empregador tem que pagar para aquele trabalhador. Com isso, há uma tendência de aumento dos salários, que aumentam o custo de produção, aumentando o Índice Geral de Preços.

Aí, aumentando o Índice Geral de Preços, o que isso significa? Que a nossa produção estará um pouco mais cara e que, com isso, perderemos competitividade internacional. A nossa indústria tem uma tendência a exportar menos e importar mais nesse tipo de cenário. Então, se olhamos para a taxa de investimento em relação ao PIB – e sabemos que a indústria puxa a taxa de investimento do País –, vemos um decréscimo da taxa de investimento nesse cenário, mesmo com os investimentos em mitigação. Então, o que acontece no final é que setores ligados à agropecuária são os que crescem mais e que o setor de serviços, que tem, basicamente, 70% do PIB, cresce mais por causa da maior demanda das famílias, mas a sua indústria é um pouco reduzida em relação àquele cenário de plano governamental. E se olharmos o saldo da balança comercial, vemos claramente que as nossas indústrias estão exportando menos e importando mais, reduzindo o saldo da balança comercial.

O que está por trás desse cenário? O Brasil está dando um passo a mais, os nossos preços domésticos, o nosso preço de produção está aumentando e os outros países não estão dando um passo a mais. Então, acabamos aumentando os nossos custos, e os outros países com custo constante ganham competitividade em relação a nós. E nós perdemos espaço no mercado internacional. Por um lado, cresce o PIB, mas a nossa indústria cai e perdemos competitividade internacional. Então, há uma mudança estrutural na economia em relação àquele Cenário de Plano Governamental.

Olhando um pouco a parte social e tentando entender: por um lado, os custos aumentaram, os preços aumentaram, mas, por outro lado, o salário das famílias aumentou e também a taxa de desemprego diminuiu. Então, como fica, no final das contas, o poder de compra das famílias: aumenta ou diminui?

Temos três classes de renda: até dois salários mínimos na classe mais pobre – no ano-base, que é 2005 –, entre dois e dez salários mínimos e acima de dez salários mínimos. Verificamos que, para todos os cenários e para todas as classes de renda, há um aumento do poder de compra. Ou seja, os salários aumentam mais do que aumentam os custos de produção. Então, isso é positivo do ponto de vista social.

Em termos de mitigação adicional, investimentos totais em mitigação, a gente chega, no MA-1, em todo o período até 2030, a R\$164 bilhões, moeda de 2005, e a cerca de R\$500 bilhões, de 2005, no MA-2. E aí, fazendo a conta para o ano de 2030, quando, no MA-1, foram investidos R\$20 bilhões, isso representou 0,37% do PIB, e, no MA-2, cerca de 1,5% do PIB.

Como um parâmetro de comparação, o Bolsa Família corresponde hoje a cerca de 0,5% do PIB, R\$25 bilhões. Então, seria o equivalente a um Bolsa Família e a três Bolsas Famílias investidos em mitigação.

E aí, quanto aos resultados em termos de emissão de gases de efeito estufa, com a implementação daquelas medidas, no cenário MA-1, a gente consegue reduzir as emissões, em 2030, em cerca de 22% em relação ao que a gente teria no Cenário de Plano Governamental, chegando a 1,3 gigatoneladas de CO₂ equivalente, e no cenário mais ambicioso chegaria, basicamente, a 1 gigatonelada de CO₂ equivalente. Isto comparado com o nosso Cenário de Plano Governamental.

Agora, se você quer comparar com anos anteriores, dados do inventário até 2010, você vê que a gente chega lá em 2030, no MA-1, num nível muito próximo ao do que a gente tinha em 1990: 5% abaixo do patamar de 1990 no MA-1 e 25% abaixo do patamar de 1990 no MA-2, o que é bastante expressivo. Por exemplo, Quioto era, para os países desenvolvidos, em média, 5% abaixo do patamar de 1990. Verdade que era em outro horizonte de tempo, mas, como base de comparação, estaríamos sendo, no MA-2, bem mais ambiciosos do que Quioto foi.

Então, nos cenários que apresentei anteriormente, a gente tinha um esforço extra do Brasil, e os outros países ficariam ali sem fazer aquele esforço ambicioso que o Brasil estaria fazendo. E aí a gente resolveu fazer outro cenário, outro grupo de cenários, em que a gente teria uma precificação global do carbono. Por trás disso, a história é que, nas negociações internacionais, a gente chegaria a um acordo: todos os países realmente fariam um esforço grande para a redução de emissões e, para isso, uma precificação de carbono é essencial. E isso pode ser feita de diversas formas, através de um mercado de carbono, de uma taxa de carbono.

E, nesse nosso estudo, porque era mais simples para a gente, acabamos escolhendo fazer a simulação de uma taxa de carbono sobre a economia. E a gente sabe que, do ponto de vista puramente econômico, seja o mercado de carbono, seja uma taxa de carbono, o resultado final acaba sendo o mesmo.

Um problema é o dual do outro. Se você regula o preço, você sabe qual é a quantidade; se você fixa a quantidade, você sabe qual é o preço da redução. Tanto fazia simular um mercado ou uma taxa, mas a gente simulou a taxa porque é mais simples.

Então, no cenário MA-1, daquele grupo menos ambicioso, a gente simulou as mesmas medidas, mas agora com uma taxa de carbono também sendo incidida sobre a queima de combustíveis fósseis no valor de US\$20.00 por tonelada e, no MA-2, de US\$100.00 por tonelada. E aí, com isso, a gente conseguiu entender qual seria o efeito dessa taxa sobre a economia, mas agora num mundo em que todos os países estariam se esforçando para a redução de emissões. E aí a gente começou a analisar novamente todos aqueles indicadores macroeconômicos para entender quais seriam os efeitos sobre o Brasil.

Bem, o Governo arrecadaria essa taxa de carbono, mas é importante saber o que o Governo faz com ela? O que o Governo faz com a taxa de carbono? A discussão foi grande, e a gente acabou simulando a alternativa em que o Governo devolveria toda a taxa de carbono para o setor produtivo – então, do ponto de vista fiscal, seria neutro, não aumentaria a carga tributária –, mas devolveria de uma forma diferente. Setores muito intensivos em carbono pagam mais a taxa, porque queimam mais combustíveis fósseis, e a taxa seria devolvida ao setor produtivo sob a forma de redução de encargos trabalhistas, o que não pesaria sobre as contas do Governo, porque os recursos vêm da taxa de carbono, e, por outro lado, estimularia atividades que são menos intensivas em carbono e, com isso, estimularia a criação de empregos.

A gente sabe que uma taxa de carbono tem um viés recessivo, porque ela impacta sobre os custos de produção, diminuindo demanda de diversos produtos, e, no longo prazo, estimula a aplicação pelos empreendedores de tecnologias mais limpas. Mas diversas plantas não podem ser substituídas até 2030, e, então, essa infraestrutura já estabelecida é penalizada.

E aí, olhando aqueles indicadores, de novo, com a taxa de carbono, a gente vê que há uma tendência de decréscimo do PIB quando a taxa de carbono é implementada justamente por causa desse efeito recessivo de que eu falei para vocês.

Os efeitos são marginais tanto para positivo quanto para negativo, mas a gente vê claramente essa diferenciação aí das tendências.

E o que acontece com a taxa de desemprego? A taxa de desemprego, nos cenários com a taxa, aumenta em relação ao cenário paralelo sem a taxa. O MA-1 sem a taxa tem uma taxa de desemprego menor do que o MA-1 com a taxa de carbono.

Então, o desemprego cresce em relação ao cenário de mitigação anterior que a gente tenha simulado, mas é menor do que o Cenário de Plano Governamental. Com a introdução da taxa e com essa hipótese de desoneração da folha de pagamento, redução de encargos trabalhistas, você não salva o PIB, o PIB é um pouco reduzido, mas você salva pelo menos o mercado de trabalho.

E aí, se você olha para a taxa de investimento em relação ao PIB, você vê que há uma retomada da taxa de investimento em relação aos cenários sem a taxa que veio justamente por causa do aumento da competitividade da indústria brasileira nesse cenário com a taxa de carbono. Isso, a princípio, pareceu contraintuitivo, mas, quando a gente analisou mais a fundo, a gente entendeu que, como o Brasil tem uma matriz energética muito mais limpa do que a da maioria dos nossos competidores, uma taxa de carbono que incidisse igualmente sobre o Brasil, a China, a Índia e outros países prejudicaria muito mais esses outros países do que o Brasil, já que a matriz energética brasileira é muito mais limpa e o conteúdo de carbono dos produtos brasileiros é muito menor do que o dos produtos produzidos no resto do mundo.

Então, com isso, o nosso produto é menos impactado por uma eventual taxa e a gente ganha competitividade no mercado internacional. Então, a indústria, nesse cenário, cresce mais do que no cenário anterior, puxando, retomando aquela taxa de investimento que a gente tinha visto. E, com isso, com esse aumento de competitividade, também se retoma o saldo da balança comercial, que volta a crescer de forma importante.

E aí, se você olha para exportações líquidas – e aqui há alguns produtos, alguns setores industriais com bens homogêneos, como papel e celulose, cimento, siderurgia e metais não ferrosos, alumínio –, você vê que, nos cenários MA-1 e MA-2 sem a taxa, a gente tem uma tendência de perda de espaço no mercado internacional. A gente perderia exportação, exportações líquidas, com a siderurgia reduzindo bastante. Mas, se você olha já para os cenários com taxa, no caso esse e esse, você vê que há uma tendência de aumento das exportações líquidas, e o setor de siderurgia voltaria a ser um exportador líquido, nesse caso de uma taxa global de US\$100.00 por tonelada.

Se você olha do ponto de vista social – estão aí as classes de renda, novamente, até dois salários mínimos, entre dois e dez e acima de dez – e compara aquele poder de compra, aquela análise que eu fiz antes, a gente vê que o poder de compra continua aumentando para todas as famílias em todos os cenários, com exceção das famílias mais ricas no cenário de US\$100.00 por tonelada, porque a cesta de consumo dessas famílias é mais intensiva em carbono. Elas têm um ou dois carros na garagem, consomem combustíveis fósseis, fazem viagens ao exterior, etc. Então, essa cesta de consumo tem seus preços mais elevados por causa da taxa de carbono. E, nesse contexto, com a taxa de US\$100.00, o poder de compra das famílias mais ricas seria reduzido.

Tentando tirar alguma conclusão em termos de desigualdade, a gente vê que, com aquela política de redução de encargos trabalhistas em setores pouco intensivos em carbono, a gente tem um estímulo de empregos nos setores mais intensivos em mão de obra, quais sejam os de serviços, da agropecuária e da construção civil, que são empregos, geralmente, de baixa qualificação, em que as famílias da classe mais pobre estão inseridas, de forma geral.

Com isso, você vê que a tendência, em termos de desigualdade, é de uma aproximação entre as classes 1 e 3, porque a classe 1 teria sua taxa de desemprego mais reduzida do que a de classes mais altas, que o poder de compra da família mais rica, com a taxa de US\$100.00, seria um pouquinho reduzido... Há uma tendência, marginal também, de redução de desigualdade social.

E aí, em termos de emissões, comparando os cenários anteriores com os cenários com a taxa de carbono, outro resultado que é contraintuitivo: com a taxa de carbono, o Brasil emite mais do que sem a taxa de carbono. Por quê? Bem, setores de transportes têm seus combustíveis fósseis com seus custos aumentados por causa da taxa... Tudo bem: maior preço do combustível, maior custo de transporte, menor demanda. O setor de transportes têm uma menor demanda, reduz emissões. Mas, por outro lado, com o ganho de competitividade na indústria nacional, a gente trabalha num nível de atividade muito superior na indústria e, com isso, a indústria emite mais. Então, o crescimento das emissões da indústria mais do que compensou a redução do setor de transportes e a gente acaba emitindo mais.

Esse gráfico está fora de escala, está bem? A diferença é de 1.303 para 1.308 milhões de toneladas de CO₂. É uma diferença pequena, mas há uma tendência de aumento. Você pode se perguntar: “Ah, então a taxa é ruim para reduzir emissões?” Do ponto de vista só do Brasil, tudo bem, aumenta as emissões do Brasil. Mas, se você olha globalmente, o que está acontecendo, no fundo, é que você está transferindo, você está deslocando produção industrial de países intensivos em carbono para o Brasil, que tem uma matriz energética muito mais limpa. Então, do ponto de vista global, você reduz emissões com uma taxa de carbono global. O Brasil acaba sendo beneficiado porque a indústria, naturalmente, se desloca para cá, porque o custo da taxa é menor, porque a nossa energia é mais limpa.

Se você olha para emissões setoriais...

Está aqui, na parte de baixo, em vermelho, a oferta de energia, ou seja, produção de energia, toda produção de eletricidade, produção de petróleo, gás natural, carvão mineral, carvão vegetal, etc...

E aqui você tem a fotografia para 2030, Cenário de Plano Governamental MA-1 sem taxa e com taxa e MA-2 sem taxa e com taxa.

Então, com a implementação daquelas medidas de mitigação e todos os efeitos macroeconômicos ajustando crescimento dos setores, você vê que o setor de oferta de energia reduz emissões, mas não é uma coisa muito grande. Não há tanto espaço para nosso setor de ofertas de energia reduzir emissões. Já temos uma base bastante limpa. Por mais que entrem mais hidrelétricas, energia eólica e até solar nesse nosso cenário, a gente sempre tem que ter uma base de energia que nos traga segurança energética, e, com isso, a gente acaba tendo que ter um percentual da matriz que continua usando energia fóssil.

A gente consegue reduzir emissões, mas não de forma tão forte.

Aí, em azul, transportes. Todo consumo de energia de transporte está aqui em azul. Em transportes, já temos maior possibilidade, maior potencial de redução de emissões. Chegando no MA-2, há uma redução de 40% das emissões que você tinha no Cenário de Plano Governamental. Isto, basicamente, devido à maior entrada de biocombustíveis, entrada de infraestrutura de transportes coletivos nas grandes cidades, metrô, BRT, etc. e, no transporte de carga inter-regional, transporte ferroviário e hidroviário substituindo transporte rodoviário. Com isso, conseguiríamos reduzir emissões de forma mais intensa.

Demandas de energia dos setores residencial, de serviços e agropecuário têm potencial pequeno de redução. Com a implementação de todos esses selos do Compete que foram feitos nos últimos anos, a troca de lâmpadas, etc., temos um percentual pequeno de reduções.

E aí indústria. O espaço de redução da indústria também não é tão grande e vemos, é importante mostrar, que há um crescimento do MA-2 para o MA2 mais T, com a taxa, devido ao aumento do nível de atividade do setor industrial.

E aí, a grande conclusão de estudo é que o setor de Afolu, que é de agricultura, florestas e outros usos do solo, apesar de, no Cenário de Plano Governamental, que é essa primeira coluna aqui, já haver o desmatamento controlado, já haver a implementação de alguma coisa do Plano ABC, mesmo assim, continua sendo o maior emissor e continua sendo o setor que tem maior potencial para redução de emissões se você organiza suas possibilidades de mitigação sob a forma de menor custo, como aquela curva de custo marginal de abatimento que mostrei.

Então, o desafio do setor agrícola para implementação dessas medidas não é tanto o custo, o custo não é tão elevado; o desafio são as grandes extensões de terra que a gente tem. Você conseguir executar esse plano para esse nosso território gigantesco é a grande dificuldade. Mas o maior potencial está realmente nesse setor.

Este gráfico aqui, meu último gráfico, é um pouquinho mais técnico. Utilizamos 2005 com a base 100. Eu tentei mostrar aqui qual seria a evolução do PIB no período entre 2005 e 2030, a evolução da população, passando de 200 milhões de habitantes, população de hoje, para 223, projeção do IBGE, e as emissões de gases de efeito estufa nos diferentes cenários que a gente analisou.

O que a gente vê? Vemos que há uma dissociação parcial entre crescimento econômico e emissões, vemos que aquela variação de PIB que mostrei para vocês nos cenários está contida aqui – é uma variação que é realmente marginal –, e, por outro lado, as emissões caem fortemente no período. Está-se chegando no CMA-2 a cerca de 50% das emissões que você tinha inicialmente, em 2005. E aí, se você calcula a intensidade de carbono da economia, tonelada de CO₂ por milhões de dólares produzidos de PIB e vê esse índice para diversos anos, vê-se que, em 2005, esse índice era de duas toneladas de CO₂ por milhões de dólares produzidos e passou para uma tonelada de CO₂ por milhões de dólares produzidos em 2010. Ou seja, a intensidade de carbono da economia caiu 50% entre 2005 e 2010 basicamente devido à redução do desmatamento. Então, isso mostra que, realmente, o desmatamento é muito ineficiente do ponto de vista de geração do PIB e geração de riqueza.

Então, esse grande ganho aqui foi por causa da redução de desmatamento. Se você calcula esse índice para os nossos cenários, chegamos a 0,7 no Cenário de Plano Governamental em 2030, a 0,5 no MA-1 e a 0,4 no MA-2, representando, então, o MA-2, 20% daquele índice lá de 2005, que era de 2.

Ou seja, se você tentar comparar com a meta que a China apresentou há cerca de um mês... A meta chinesa foi de redução de 65% desse índice em 2030 em relação a 2005. Se você faz a conta inversa, o nosso MA-2 foi para 20% do índice. Então, houve uma redução de 80%, maior do que a proposta chinesa de redução de 65%. No MA-1, 0,5%, seria um índice de 25% de 2005, representaria uma redução de 75%. Ainda assim acima da proposta chinesa. Mesmo no nosso Cenário de Plano Governamental, a gente chegaria a uma redução de 67% na intensidade de carbono em relação ao PIB, ainda assim acima da redução da proposta chinesa de 65%.

Então, a grande conclusão do estudo é que não vai ser uma política de mitigação mais ambiciosa... Se tivermos que reduzir o estudo em uma frase, será esta: não será uma política de mitigação mais ambiciosa com as medidas escolhidas pelos setores de uma forma séria, em que setores escolhem as medidas que são mais aplicáveis, não vai ser essa política mais ambiciosa que vai mudar nosso potencial de crescimento do PIB. O PIB varia um pouquinho para lá e um pouquinho para cá, mas não seriam essas medidas que estaríamos implementando que alterariam nosso potencial de crescimento.

Então, lembrando só a hipótese. Temos como hipótese desse cenário que vamos fazer nosso dever de casa, vamos reduzir custo Brasil, investir em infraestrutura, aumentar a nossa produtividade, educação dos trabalhadores, etc. Então, se o Brasil fizer o dever de casa, não são políticas mais ambiciosas de redução que vão alterar esse potencial de crescimento. É, basicamente, essa a nossa conclusão. Então, é possível crescer economicamente, melhorar o desenvolvimento social, reduzindo desigualdade e também reduzindo as emissões em todos os cenários estudados.

É, basicamente, isso que a gente tinha para apresentar para vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

O professor ainda quer dar alguma palavra? Não?

Vou passar a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho, e, na sequência, vou conceder a palavra aos oradores inscritos: Deputado Monteiro e Senador Roberto Rocha.

Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente, parabéns por esta audiência pública importante num momento em que o Brasil está para entregar as suas metas voluntárias para a COP 21. Esse era um ponto que eu gostaria de levantar.

Até agora, Prof. Pinguelli, não sei se por causa dessa crise política e econômica por que o Brasil está passando, o Congresso brasileiro não tem tido uma interatividade grande com o nosso Governo Federal no que diz respeito a essa COP 21. Nós estamos meio que às cegas, não sabemos ao certo qual é a proposta brasileira. Às vezes, quando vem um Chefe de Estado de fora, sabemos alguma coisinha, mas, oficialmente, não sabemos ao certo qual é a proposta brasileira, e é importante que saibamos isso.

Quanto ao estudo apresentado aí, acredito que é um estudo importante. Nesse estudo eu não vi – infelizmente, cheguei no meio – se a lei, se o novo Código Florestal for implementado, o que isso significaria, porque a implementação do Código Florestal significa o Cadastro Ambiental Rural, que é um cadastro, como o nome diz, mas, a partir desse cadastro, há toda uma política... Na maioria dos casos, os Estados vão colocar essa política de recuperação dessas áreas que foram degradadas daqueles que, dentro da própria lei, querem se adequar à legislação. Há um prazo do CAR, que foi prorrogado, e não se tem noção sobre se isso foi efetivado. Eu acredito que, dentro dessa questão florestal, ela vai ter um impacto, a não ser que a gente pense que a lei, mais uma vez, como tem ocorrido nessa área, não vai ser cumprida.

Também aproveito nossa reunião para dizer que hoje... O Tripoli estava em São Paulo ontem, nós estávamos lá discutindo com as frentes parlamentares das assembleias legislativas, em São Paulo, na Assembleia Legislativa de São Paulo, e tocamos muito no problema da água, mas não propriamente no problema da água. O próprio Código Florestal, numa excepcionalidade, até por força dos nossos movimentos ambientalistas, já coloca que, em casos de crise hídrica, os chefes dos Executivos podem ampliar a área de preservação permanente de proteção dos mananciais.

Então, eu acho que nós não podemos desconhecer que, hoje, quanto à cobertura vegetal das bacias hidrográficas, principalmente as bacias geradoras de água e transportadoras de água para os grandes centros urbanos, a sua proteção significa não somente captação de gases do efeito estufa, mas já uma adaptação. Acho que essa é uma questão que a gente deveria colocar como uma questão premente e que tem relações muito estreitas com duas das agendas mais importantes: adaptação e captação.

Eram essas as questões que eu gostaria de colocar, mais para discussão.

Vi ali, com muita preocupação – e depois, é lógico que a gente vai ter que olhar no detalhe –, as possibilidades de redução. Continua sendo a maior possibilidade o uso do solo e floresta, que já foi a responsável pela nossa redução e que também é o que há de mais barato e mais fácil, é só cumprir a lei. É só cumprir a lei, não é preciso gastar um tostão para isso. A Presidenta Dilma agora disse, junto ao Barack Obama, que o Brasil ia assumir um compromisso, em 2030, de zerar o desmatamento ilegal. Não precisa. Nem a agricultura quer. Hoje mesmo, tive um debate lá na TV do Judiciário com um representante da Confederação Nacional da Agricultura, e ele disse claramente: agora, não precisamos de mais terra. Talvez no futuro, em 2040, 2045, seja preciso. Aí a tecnologia da pecuária, se Deus quiser, já estará mais adequada. Em vez de criarmos um boi por 1,2 hectare, devemos ter três por hectare, no mínimo. Aí vai sobrar terra para agricultura.

Eram essas as observações.

Parabenizo todos mais uma vez e dou as boas-vindas ao Prof. Pinguelli Rosa, com quem espero estar em Paris, como estivemos em Copenhague, correndo por aqueles corredores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Sarney Filho.

Por economia processual, vou dar a palavra a todos os Parlamentares, e o Prof. Pinguelli fará um comentário em cima das questões e indagações, também já apresentando as suas conclusões finais, tendo em vista o avançado da hora e os outros compromissos dos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os pares aqui, Senadores e Deputados, e saudar também o Dr. Pinguelli e os demais palestrantes, que apresentam aqui o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Sr. Presidente, o senhor fez um preâmbulo, na abertura da reunião, e também agora o Deputado Sarney fala dessa preocupação, que também é a minha preocupação, relativo à organização da proposta brasileira, do nosso projeto.

Já estamos no mês de agosto, e a Conferência será em novembro. Portanto, está bem próximo. Sabemos que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Meio Ambiente, no nível do Governo, estão construindo e preparando a proposta, mas agora, com a apresentação do Fórum, e também aqui, no Congresso, onde temos esta Comissão de Mudanças Climáticas... Aliás, só há duas comissões mistas no Congresso, a de orçamento e esta. Portanto, esta é uma comissão importante, que deve dar uma contribuição nessa construção da proposta.

A minha preocupação é sobre como vamos organizar essa proposta brasileira, as iniciativas aqui do Congresso, as iniciativas do Fórum, das entidades do movimento social, dos empresários, dos trabalhadores e tal, e a proposta do Governo. Como vai ficar essa coordenação? Seria o Fórum? Serão os Ministérios? Como é que nós vamos, então, preparar um projeto que seja um projeto do Brasil para a Conferência de Paris em novembro e dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não sei se pela premência...

Primeiro, bom dia. Como não almocei, sou mineiro, é bom-dia ainda, embora estejamos no início da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Boa-tarde é depois do almoço, não é?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nosso boa-tarde é depois do almoço.

Quero dizer aos nossos expositores, em especial ao Prof. Luiz Pinguelli Rosa, que temos debatido muito, não sei se por decorrência da crise hídrica, essa questão do meio ambiente nas diversas comissões.

A Comissão de Agricultura, da qual faço parte, já debateu isso bastante. Tivemos, numa oportunidade, uma discussão sobre o Plano ABC para agricultura, lavoura, pecuária e floresta, uma iniciativa que o Dr. Roberto Rodrigues disse para nós que espera que seja uma referência da participação do Brasil na COP 21.

Nós estivemos, com o Ministério do Meio Ambiente e mais alguns cientistas, discutindo o Planaveg, que é esse plano que o Governo está preparando para recuperação da vegetação nativa, para dar cabo da questão do Código Florestal. O Governo terminou uma chamada pública de opiniões e preparou uma proposta que quer fechar também até novembro.

Aqui, o que tenho sentido, apesar de ser novo nesta Casa, é que a preocupação do Senado tem sido muita intensa em relação a essas questões do papel que o Brasil tem que desempenhar, meio que como vanguardista, no sentido da preservação, com qualidade, do Planeta.

O Plano ABC, essa ideia de colocar, efetivamente, em prática, que é o compromisso que a Presidenta assumiu, e de recuperar a vegetação nativa em 9,5 milhões de hectares, considerando que podemos ter uma parte, 50% disso, de exploração econômica e os outros 50% de vegetação nativa mesmo, isso, na minha primariedade aqui, na minha dificuldade de trabalhar com números – e os gráficos são muito robustos nessa questão de números –, se nós recuperarmos esses 9,5 milhões de hectares de vegetação nativa, o que está articulado com o plano, e a prática da agricultura de baixo carbono, isso vai contribuir, efetivamente, com a redução da emissão de carbono? Na verdade, como disse o cientista da Embrapa aqui, nós vamos, com isso, conseguir fixar o carbono em vez de ele se mineralizar e provocar o efeito estufa?

Nessa confusão minha, eu queria ouvi-lo falar sobre em que o Planaveg e o Plano ABC podem contribuir nesse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente Fernando Bezerra, colegas Parlamentares, quero saudar todos os convidados na pessoa do Prof. Pinguelli Rosa, por quem registramos que temos muito respeito.

Eu iria fazer uma consideração rápida, Presidente, sobre a questão que foi colocada pelo Deputado Sarney Filho a respeito do problema de água, mas vou deixar isso para outra oportunidade, uma vez que o objeto desta audiência pública é exatamente o IES, tema em relação ao qual eu quero colocar duas questões muito breves.

Prof. Pinguelli Rosa, a Conferência das Partes vai ocorrer em dezembro deste ano, em Paris. Claro, será uma reunião internacional das mais importantes para discussão dos instrumentos, estratégias e políticas a serem adotados pelos países para combater os efeitos adversos das mudanças climáticas. Nesse contexto, qual o papel do projeto IES-Brasil para as estratégias de mitigação e adaptação?

Segunda questão. No Brasil, com a adoção das metas voluntárias de mitigação de gases do efeito estufa, houve significativa redução das emissões do setor florestal e de uso da terra. O setor de processos industriais bem como o de energia, em contrapartida, tendem a majorar sua contribuição nas emissões. Como o senhor avalia a posição do Governo Federal em relação às ações e políticas voltadas a uma economia de baixo carbono?

E, para concluir, Sr. Presidente, sobre essa questão da água, a gente liga a tevê e vê que o Bom Dia Brasil traz todo dia sempre a mesma questão. Sobre o Velho Chico, é sempre a mesma questão aqui, o debate. Acho que talvez seja chegada a hora de a gente discutir até, se for o caso – claro que na contramão da lógica nacional, mas em função da gravidade do tema –, a questão da nacionalização das águas, porque nossos rios estão simplesmente acabando. É óbvio que a gente precisa debater aqui, nesta Comissão, esse assunto. Oportunamente, vamos apresentar essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Sr. Presidente, senhores convidados, que cumprimento na pessoa do Prof. Luiz Rosa, Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, o senhor conhece bem a realidade da Paraíba.

Desde que assumi o mandato aqui, tenho atuado nesta Comissão porque o quadro da Paraíba é este: 90% de desertificação. De 223 Municípios, 170 Municípios são atingidos. O mesmo ocorre com o Estado do Rio Grande do Norte, Estado vizinho.

E nesta Comissão eu tive a oportunidade de participar, ao lado do Senador Roberto, do Deputado Tripoli, do Sarney, do Mendes e de outros companheiros, da COP 15, em Copenhague.

O Brasil era protagonista. Para se ter uma ideia, quem comandou a delegação brasileira foi a atual Presidente da República, Dilma Rousseff, que era Chefe da Casa Civil.

Nós tínhamos, permanentemente, aqui, reuniões com o Itamaraty. Fico feliz com esta, que creio que é a primeira.

Tenho acompanhado na mídia nacional. E o Brasil com a participação em Copenhague... A frustração só não foi maior em Copenhague pela presença do Brasil. São Paulo, por intermédio do então Governador José Serra, também deu uma contribuição com políticas públicas. E o Brasil se fez presente como protagonista e contribuiu, principalmente devido à omissão daqueles que todos nós sabemos que não têm interesse algum em tratar desse assunto, desse tema.

Depois, participei de Cancún. Aparentemente, depois da frustração de Copenhague, creio que também houve uma contribuição.

De lá para cá, saí do Congresso, fui Vice-Governador e não tive a oportunidade de participar.

Estou acompanhando a expectativa. Às vezes, é muito ruim ter expectativa, mas ela é muito grande em relação a 21.

Agora, eu quero parabenizar primeiro V. Ex^a, Presidente, por tratar desse assunto. Por isso é que, mesmo estando em outras comissões... Eu estava tratando, antes, da questão da oncologia, mas vim para cá para, primeiro, dizer que esta Comissão prioriza... Vi o requerimento de V. Ex^a também aprovado, da participação desta Comissão. Mas eu quero dizer que, a partir de agora, faltando dois meses, basicamente, para a realização, em 30 de novembro, da Conferência, que esta Comissão deveria se dedicar a acompanhar, a saber qual é a contribuição, a continuidade da contribuição do Brasil e a discussão maior.

Então, fico feliz e me coloco à inteira disposição.

Vou apresentar um requerimento, mas já peço o apoio de V. Ex^a, que é cidadão paraibano, para tentarmos discutir com maior profundidade alternativas e políticas em relação à desertificação do Estado da Paraíba, que me preocupa bastante. É um tema de que, desde o meu primeiro mandato, eu trato nesta Comissão, eu trato nesta Casa. E tendo a presença de V. Ex^a, que conhece a realidade da Paraíba, que é um benfeitor do nosso Estado... A maior obra hídrica do Estado, que é o canal da via litorânea Acauã-Araçagi, foi de V. Ex^a, que, como Ministro, teve um papel extremamente importante. E a Paraíba é muito grata a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, só para corrigir um dado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não são 9,5 milhões, mas são 12,5 milhões de hectares. Eu havia me equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

Eu apenas lembro, em relação ao tema da desertificação, que esta Comissão apoiou de forma decisiva a aprovação, este ano, do Plano Nacional de Combate à Desertificação. Contamos com o apoio do Presidente Senador Renan Calheiros, com o apoio do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Otto Alencar, priorizamos como um esforço da Comissão em relação a esse importante tema. Trouxemos especialistas para falar sobre o tema da desertificação e ficou patente que, enquanto a Comissão de Mudanças Climáticas conta com a adesão de centenas de países, com diversos professores, diversas universidades ligadas ao tema, na mesma convenção sobre a desertificação, que interessa mais de perto aos países mais pobres, foi apresentado um relatório mostrando que há apenas cinco acadêmicos, cinco professores universitários, em todo o mundo, ligados à discussão desse tema, mostrando, claramente, um desinteresse internacional. E o Brasil, certamente, poderá levar a sua voz para que isso não fique no esquecimento.

Para encerrar, quero ler o comentário, que chegou através da internet, do Valdecir Xisto Medeiros, de Minas Gerais.

Ele diz:

Estou convencido de que a principal causa das mudanças climáticas que observamos e que a cada dia se torna mais intensa e visível é a queima de oxigênio processada pelas várias formas de combustão, especialmente aquela produzida nos automóveis. Menos oxigênio, menos água.

Esse é o comentário do Valdecir Xisto Medeiros, a quem agradecemos por estar acompanhando a nossa audiência.

Finalmente, vou passar a palavra ao Prof. Pinguelli para responder as indagações e falar sobre comentários feitos pelos Srs. Parlamentares, mas quero dizer que fiquei com a sensação de que a apresentação passou uma mensagem. Eu não sei se estou certo ao chegar à conclusão de que a proposta brasileira, que está um pouco em cima, calcada, desenhada no Cenário do Plano Governamental, já é adequada, porque nos dois outros cenários que foram aqui estudados e que tiveram seus resultados colocados aqui, nem há muita diferença em termos de crescimento do PIB, nem há muita diferença quanto à redução de emissões, como se se dissesse que o debate que está aí fora – e a Comissão vem sendo pressionada por uma série de instituições e também por Parlamentares – demonstrassem que parece não fazer muito sentido avançarmos para uma proposta mais ousada. Não sei se essa foi a mensagem, se esse foi o objetivo da palestra.

Fiquei também com uma sensação estranha ao ler os números sobre a possibilidade de redução de emissões na área de energia, como se a busca por uma matriz cada vez mais limpa também não fosse muito importante, porque o Brasil já tem uma matriz limpa.

Eu não queria ficar com essa leitura, porque é muito importante apostar cada vez mais na produção de energia com base na biomassa, na eólica e na solar.

Acabei de vir de uma conferência internacional em Munique, no início de junho, e lá havia um painel bem grande, professor, da Índia: “Rumo a 100 GW de produção de energia solar”. E aqui, no Brasil, o plano para os próximos dez anos é de, no máximo, 1 GW por ano.

Eu não sei se isso faz...

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não sei se faz sentido, enquanto o Nordeste está sem água, com reservatórios secos, com volumes nos níveis mais críticos de toda a história, nós não ousamos produzir mais energia solar no Nordeste, não contemplar, na matriz energética, brasileira uma ousadia maior na produção de energia solar e pensar que isso não vai fazer diferença do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, do ponto de vista dos desafios que estão postos.

De fato, o estudo que foi trazido aqui é muito interessante. Certamente, a Comissão vai ter que se desdobrar para ver, em cada um daqueles componentes de caminhos propostos para a redução de emissões, os que têm custos menores, os que têm custos mais elevados, o que está ali previsto como cenário, porque a nossa visão, a nossa percepção é de que nós estamos na iminência de ter anunciada a proposta brasileira, mas que ela não será muito diferente das antecipações que já foram até aqui colhidas. Precisamos saber se essa é a posição mais correta para o Brasil.

Será que o Brasil não poderia dar um passo mais adiante nesse momento em que todo o mundo está olhando para o País, tendo em vista o papel de protagonismo que o Brasil já exerceu nas outras convenções desde a Rio-92? Será que nós vamos abdicar da possibilidade de ter uma proposta mais ousada?

Faço estas minhas considerações para, agora, oportunizar ao Prof. Pinguelli fazer os seus comentários e as suas considerações finais.

Professor.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Muito obrigado.

Aspectos como o papel do Código Florestal e a sua implementação ou a questão da água e da recuperação das matas, nós temos como base nesse modelo a política do Governo. O cenário-base é a política do Governo com as suas medidas de mitigação. Então, isso está incluído, inclusive a conservação de energia. Pode não estar incluído na medida desejável, mas está incluído como política governamental.

Nós, então, fazemos dois cenários com adicionalidades e mais dois cenários com adicionalidades e a taxa de carbono em nível mundial, não apenas no Brasil. É interessante, sim, que...

Em primeiro lugar, 2020 e 2030, do ponto de vista de políticas de longo prazo, não estão tão distantes. É como um grande transatlântico que, quando manobra, não faz pontos de inflexão, porque a estrutura da sociedade está montada dessa forma, assim como a da economia. Então, é importante olhar a derivada. Ainda que as diferenças não sejam tão grandes nas medidas adicionais, é preciso olhar a projeção para o futuro além de 2030, chegando a 2050 ou a outros horizontes, tomando o cuidado de que é muito difícil projetar a longuíssimo prazo.

Os senhores imaginem alguém, no fim do século XIX, fazer projeção para o século XX. Não havia avião, não havia computadores, não havia telecomunicação, não havia nem automóvel. Então, se projetaria com muita dificuldade de acerto naquilo que aconteceria.

A nossa influência na Conferência de Paris é relativa. Como o Neilton mostrou, vários representantes de Ministérios participaram do grupo de trabalho, e eles também participam, dentro da política de governo, da elaboração do que o Brasil vai apresentar em Paris, alguns deles mais do que outros. E nós estamos desejosos de discutir essas possibilidades que serão consideradas na proposta brasileira.

Creio que esse assunto não está sendo tratado com a devida repercussão. Várias outras questões que estão em pauta no País, no campo político e econômico, como o ajuste fiscal ou problemas ligados à corrupção, tomam a atenção da sociedade e da mídia e fazem com que a Conferência de Paris não esteja merecendo uma atenção proporcional à sua importância.

Muitas dessas questões são consideradas. Entendemos que o Brasil pode ter um papel importante mais uma vez., como teve em Copenhague, como teve em Quioto e no Rio de Janeiro, em 92, mas nós devemos reconhecer que estamos enfrentando problema do momento. No caso da energia, usamos com grande intensidade a geração térmica, e com térmicas de muito baixa eficiência em muitos casos. De maneira que, no setor elétrico, aumentou a nossa emissão nesse período que estamos vivendo agora. É preciso mudar essa tendência.

Há fatores positivos aí. A entrada da eólica no Brasil está se concretizando. Ela já ultrapassa a nuclear. A entrada da solar começa, embora eu pense que seria importante um programa de difusão do uso da solar, mais do que de concentração de geração solar. Então, de qualquer modo, ela já entra nas cogitações do Governo.

No transporte, nós tivemos problemas. A produção de álcool sofreu a influência do baixo preço da gasolina, que foi usado como forma de controle da inflação e acabou criando problemas de fluxo de caixa para a Petrobras e problemas para a produção do etanol.

Ainda assim o Brasil é o país com maior proporção de energia renovável do mundo, mas com essas tendências do momento, que esperamos sejam revertidas num prazo mais longo, como esse projeto mostra ser possível. Quer dizer, há possibilidade. É claro que nós precisamos discutir e ganhar o consenso da sociedade e que o Governo coloque na devida prioridade essa questão. Agora, eu concordo que nossa contribuição é uma contribuição dentro de possibilidades. Mostramos o possível, e desejamos que o possível se torne realidade e que o Brasil volte a dar uma importância grande à questão climática, porque ela é muito séria. Já foi colocado aqui o exemplo da desertificação na Paraíba e no Rio Grande do Norte, ao lado de fatos positivos, como o Plano ABC, de agricultura de baixa emissão de carbono.

Então, nós temos aqui pontos positivos e pontos negativos e devemos lutar para que o Governo coloque em prioridade esses pontos positivos e passe a atacar os pontos negativos, inclusive tratando da mitigação e também da adaptação, já que serão inevitáveis efeitos de mudança climática, que talvez já estejam ocorrendo em muitos casos.

Acho que seriam estes os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Prof. Pinguelli Rosa.

Eu queria agradecer a presença dos Srs. Parlamentares. Inclusive, eu fiz um registro aqui para o Prof. Pinguelli Rosa de que ele foi muito prestigiado. Esta Comissão disputa muito a presença com outras comissões, e hoje tivemos aqui mais de dez Parlamentares, mostrando, portanto, o interesse no tema que foi aqui apresentado e, sobretudo, o respeito e a consideração que os Parlamentares demonstram pela trajetória do Prof. Pinguelli Rosa.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 8 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia oito de setembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores: Douglas Cintra, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Sarney Filho, Sergio Souza, Daniel Vilela e Angelim. Deixam de comparecer os demais Membros. O Presidente declara aberta a reunião e dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta: Requerimentos nº 8, de 2015-CMMC, que “nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto, com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater a Encíclica do Papa Francisco”. Autoria: Senadores Fernando Bezerra Coelho e João Capiberibe e Deputado Angelim. Resultado: Aprovado; Requerimento nº 9, de 2015-CMMC, que “requer, nos termos regimentais, diligência composta por 3 (três) senadores integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, com a finalidade de conhecer *in loco* o Observatório de Torre Alta (ATTO, na sigla em inglês) - maior e mais novo instrumento do mundo para estudos de mudanças climáticas - localizado no município de São Sebastião de Uatumã, comunidade de Bela Vista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uatumã, a aproximadamente 350km de Manaus-AM. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou declarar aberta a reunião; nós estamos ainda procurando obter o quórum mínimo para deliberarmos sobre dois requerimentos. Na realidade, a pauta da nossa reunião é sobre dois requerimentos e também para prestar algumas informações sobre a nossa agenda até o final do mês de setembro.

Nós vamos ter a audiência com a Ministra Izabella Teixeira no dia 30. Ela já tinha sido convidada para vir aqui à nossa Comissão. Inclusive, queremos que ela venha apresentar a proposta que o Brasil vai levar à COP 21. Ela teve uma série de viagens internacionais, participando já desse esforço de construção de um ambiente de entendimento com todos os países que subscreveram o acordo do clima. E, finalmente, em contato que mantive com a Ministra Izabella Teixeira, ela confirmou a presença dela aqui na Comissão no dia 30 de setembro, quarta-feira, às 14h30. Então, essa é uma primeira informação.

A segunda informação, que tem a ver com um dos requerimentos que nós estaremos submetendo aqui à apreciação, é sobre a audiência que nós iremos promover no dia 17 de setembro, quinta-feira, às 9h30. Então, eu vou já submetê-lo à deliberação.

ITEM 1
COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 8, de 2015]
- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto, com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), para debater a Encíclica do Papa Francisco.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, emprega 74 vezes a palavra “natureza”, 55 vezes “meio ambiente”. A Encíclica é densa, a questão ecologia é abordada não apenas em sua dimensão “natureza”, mas também no contexto humano, social, econômico, político, religioso e cultural.

Começando sua Encíclica com o Canto das Criaturas, o Papa Francisco se dirige a todos, para sensibilizar pelas terríveis consequências da degradação do meio ambiente, a começar atingindo os mais pobres e mais desprotegidos.

O Papa Francisco cita ainda a poluição generalizada, provocando milhares de mortes prematuras. Portanto, é preciso construir urgente um novo modelo de desenvolvimento, um novo modelo de sociedade. O Estado brasileiro foi organizado por poucos para poucos.

Na realidade, eu quero aqui também deixar claro que este requerimento, que está subscrito por mim e pelo Senador João Capiberibe, também foi uma iniciativa do Senador Jorge Viana. Nós realizamos uma visita a Dom Leonardo Steiner, que é o Secretário-Geral da CNBB, na semana passada, e ele demonstrou muito interesse em se fazer presente nesta Comissão de Mudanças Climáticas, para que pudéssemos ter aqui um debate sobre a encíclica papal.

E, nessa oportunidade, também por sugestão de outros companheiros – repito, Senador Capiberibe, Senador Jorge Viana –, estamos formalizando convite para o Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, que é Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ele é um grande militante da causa ambientalista. Eu também falei com ele, e ele demonstrou o maior interesse em poder compartilhar com o Dom Leonardo esse debate sobre a encíclica papal.

A nossa ideia era que, nessa mesma oportunidade, também pudéssemos ter aqui a presença da companheira Marina Silva, mas ela declinou do convite em função de uma viagem à Europa. Ela estará, neste período, em viagem internacional, na França e em outros países, mas demonstrou interesse em vir à Comissão.

Então, nós vamos apresentar, na próxima reunião, um requerimento formalizando um convite para que Marina e um representante do Observatório do Clima também possam participar de audiência pública promovida pela Comissão de Mudanças Climáticas antes da presença da Ministra Izabella Teixeira, para que possamos ouvir todos os setores da sociedade no sentido de a gente preparar, então, a audiência – quando nós estaremos recebendo aqui, muito provavelmente, a proposta brasileira que será apresentada na COP 21 em Paris.

Então, esse é o requerimento nº 8, de 2015, e eu ofereço a palavra para debate ao Deputado Angelim.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Sr. Presidente, primeiramente, queria cumprimentar o senhor e também o Senador Capiberibe pela extraordinária ideia dessa audiência do próximo dia 17, tendo em vista a encíclica papal, que é hoje um dos documentos mais lidos na área ambiental do mundo, dada a sua atualidade, as novas propostas que o Vaticano coloca. Inclusive, é uma coisa inédita no âmbito do Vaticano: uma encíclica papal focada na questão ambiental.

E queria pedir permissão ao senhor para também subscrever este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com prazer, por favor.

Deputado Angelim também é subscritor.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, colocamos em apreciação. Evidentemente, nós vamos aguardar o quórum, mas daremos por aprovado esse requerimento.

E quero informar que, nesse dia 17, como a Marina não poderá estar presente, nós decidimos convocar o jornalista Washington Novaes. Ele tem escrito com muita regularidade sobre esse tema, artigos muito interessantes, inclusive no Estado de São Paulo. E, para nossa alegria, Washington confirmou presença, então ele estará aqui ao lado de Dom Leonardo e ao lado do Ministro Herman Benjamin.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Já, já botei em votação.

O segundo requerimento é o Requerimento nº 9.

ITEM 2

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 9, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, diligência composta por 3 (três) senadores integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), com a finalidade de conhecer in loco o Observatório de Torre Alta (ATTO, na sigla em inglês) - maior e mais novo instrumento do mundo para estudos de mudanças climáticas - localizado no município de São Sebastião de Uatumã, comunidade de Bela Vista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uatumã, a aproximadamente 350km de Manaus-AM. Requer, ademais, sejam convidados pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para o acompanhamento, bem como a instrução da visita técnica a ser realizada.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria:

Relatório:

Observações:

É um requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Ela já tinha nos falado sobre isso e, como nós tínhamos uma agenda regional para visitar, até o final do ano, todas as regiões brasileiras ligadas à mudança climática, nós, portanto, vamos fazer a nossa primeira visita regional à Amazônia por sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin.

Oportunamente nós vamos definir a data. Certamente deverá ser no início de outubro, uma data em que possamos reunir o maior número de Senadores e membros da Comissão de Mudanças Climáticas para que possamos conhecer o Observatório de Torre Alta, que é, de fato, muito interessante, muito instrutivo para nós que estamos aqui trabalhando com o tema das mudanças climáticas.

Portanto, submeto à apreciação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Sr. Presidente, parece-me que no plano de trabalho há uma sugestão, foi aprovada uma audiência pública em Manaus e toda região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Correto.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Nós poderíamos coincidir as datas para a audiência e posteriormente a visita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É isso que nós faremos, Angelim. Isso é que nós iremos procurar, Deputado Angelim. Nós vamos fazer isso, e vai ser a primeira visita regional. Na sequência, vamos programar uma ao Nordeste. O nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, quer uma visita ao Paraná. Nós vamos, portanto, até o final de novembro promover essas visitas regionais.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Considero aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Eram esses os temas. O objetivo da nossa reunião de hoje era aprovar esses requerimentos e informar da nossa agenda.

Não havendo mais quem queira debater outros assuntos, nós vamos encerrar a nossa reunião, convocando a próxima reunião para o dia 17, que é a nossa audiência pública sobre a encíclica papal.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, 10ª DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E 40ª DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 17 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 06 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Donizete Nogueira, Eduardo Amorim, e João Capiberibe; e dos Deputados Eros Biondini, Sergio Souza, Jony Marcos, Angelim, João Paulo Papa e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais Membros. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta: audiência pública para debater a Encíclica do Papa Francisco, conforme aprovação do Requerimento nº 8, de 2015-CMMC e Requerimento nº 82, de 2015-CMA, com a participação do seguintes convidados: Ministro Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Dom Leonardo Steiner, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e Washington Novaes, Jornalista. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os seguintes parlamentares: Senador Jorge Viana, Senador João Capiberibe, Deputado Sergio Souza, Deputado Angelim, e Deputado Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes – 10ª da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a 40ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões destas comissões.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligando para o número 0800- 612211.

A reunião de hoje trata de audiência pública em conformidade com aprovação do Requerimento nº 8, de 2015, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e do Requerimento nº 82, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, para debatermos a Encíclica do Papa Francisco.

Eu gostaria de convidar para vir até a mesa os nossos palestrantes, os nossos debatedores. Com grande satisfação, eu convido à mesa Dom Frei Leonardo Steiner. *(Pausa.)*

Dom Leonardo cursou Filosofia e Teologia em Petrópolis de 1973 a 1978. Foi ordenado padre pelas mãos de Dom Paulo Evaristo Arns em 1978. De 1981 a 1982, concluiu o curso de Pedagogia. Em 1995, Frei Ulrich se transferiu para o Pontifício Ateneu Antoniano, em Roma, na Itália, onde fez o mestrado e doutorado em Filosofia. Em fevereiro de 2005, foi nomeado bispo pelo Papa João Paulo II. Em abril do mesmo ano, Dom Leonardo foi ordenado bispo. Em maio de 2011, foi eleito Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em setembro de 2011, o então Papa Bento XVI nomeou-o Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Brasília. E, no dia 20 de abril deste ano, Dom Leonardo foi reeleito Secretário Geral da CNBB.

Nós vamos também contar com a honrosa presença do Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin. Eu o convido para vir até a mesa. *(Pausa.)*

O Ministro Herman nasceu no Município de Catolé do Rocha, Paraíba. Formou-se em Direito em 1980, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez Mestrado em Direito pela Universidade de Illinois. Em 1982, Herman Benjamin ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo. Desde 1995, é Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, onde leciona Direito Ambiental. De 1996 a 2000, foi Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente. É Professor da Universidade Católica de Brasília. O Ministro Herman Benjamin par-

ticipou da elaboração de várias leis em vigor no Brasil, integrando a Comissão de Juristas que redigiu o Código de Defesa do Consumidor. Herman Benjamin é Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e um dos juristas que mais se dedica à elaboração de leis e à conscientização sobre a importância da questão ambiental e das mudanças climáticas.

Finalmente, convido também para participar da nossa Mesa, o jornalista Washington Luiz Rodrigues Novaes. Washington Novaes, por favor.

Washington Novaes é jornalista e consultor nas áreas de meio ambiente e povos indígenas. É consultor de jornalismo da TV Cultura, documentarista e produtor independente de televisão. Escreve como colunista para os jornais O Estado de S. Paulo e O Popular, de Goiás. Por sua trajetória de mais de 50 anos de jornalismo, Washington Novaes tem grande visibilidade nessas áreas, seja dando entrevistas, consultorias ou proferindo palestras em empresas, ONGs, escolas, universidades, órgãos de Governo e outras instituições.

Queria informar aos membros das duas Comissões que o objetivo desta reunião conjunta é debatermos a recente Encíclica do Papa Francisco sobre as repercussões das mudanças climáticas no Planeta e as contribuições que o Brasil levará à XXI Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 21, que será sediada em Paris.

Como todos aqui já sabem, mas não custa repetir, o Protocolo de Paris, cuja reunião será entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro, vai substituir o Protocolo de Kyoto, que foi assinado em 2005. Ao contrário do acordo firmado em Kyoto, que especificava as metas para um conjunto de menos de 40 países, o de Paris terá a característica de um pacto global e envolverá mais de 190 nações, que fazem parte da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas. Sem dúvida nenhuma, o lançamento da Encíclica do Papa Francisco teve uma repercussão mundial, certamente formando opinião de diversos líderes do nosso Planeta.

Por essa razão e atendendo a sugestão dos Senadores Jorge Viana e João Capiberibe, nós decidimos por realizar esta audiência pública, para dar oportunidade a Dom Leonardo fazer a apreciação e a análise sobre a Encíclica papal, ao tempo em que nós estamos nos preparando para receber a visita da Ministra Izabella Teixeira, que estará na Comissão de Mudanças Climáticas no dia 30 deste mês e certamente deverá compartilhar conosco a proposta que o Brasil deverá formalizar durante a reunião em Paris.

Portanto, eu quero manifestar a nossa alegria, minha, do Deputado Sergio Souza, que é o Relator da nossa Comissão de Mudanças Climáticas, pela presença dos nossos convidados para esta audiência pública.

Antes de oferecer a palavra a Dom Leonardo, que será o primeiro a usar a palavra, na sequência, o Ministro Herman Benjamin, e, encerrando, o jornalista Washington Novaes, informo que cada palestrante terá a oportunidade de usar a palavra por 15 minutos.

Não somos rígidos, não; pode ser um pouco mais, um pouco menos, mas todos temos compromissos a partir de 11h, 11h30, e me pediram que a gente pudesse observar o tempo, para que eles possam cumprir com os demais compromissos já agendados.

Antes de oferecer a palavra a Dom Leonardo, quero dar a palavra ao nosso Relator Sergio Souza, para fazer a sua saudação.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos os membros da Mesa, aos meus caros colegas.

O Brasil passa por um momento de dificuldades econômicas, por uma crise política instalada que leva a essa crise econômica que está muito no mental das pessoas. Eu digo isso pela seguinte razão: nós temos que ter uma preocupação muito grande para não perdermos o foco da vanguarda que o Brasil tem na questão da redução das emissões de CO₂ e equivalente. Nós precisamos continuar com esta missão dos combustíveis renováveis, com esta questão da conservação do solo, com o avanço que tivemos no Código Florestal, com as energias renováveis como um todo. Isso é muito importante para o nosso País. Preocupa-me muito as ambições que o Brasil vai apresentar no final deste próximo mês em Nova York. Eu acho que esta Comissão e o Parlamento Brasileiro têm um papel muito importante. A vinda da Ministra Izabella aqui vai fazer com que não só ela faça suas colocações, mas também o Parlamento brasileiro possa dizer a ela a nossa preocupação.

Ouvir hoje aqui a opinião da Igreja, que está em todo o Planeta e tem uma percepção geral através do nosso Pontífice, o Papa Francisco, ela debater esse tema, até nos fornece elementos para que nós possamos conversar com o Governo e sejamos ousados nas nossas ambições. Não sejamos tímidos. Sempre fomos ousados. Foi o Brasil quem puxou as decisões, mesmo não tendo as obrigações de redução do Protocolo de Kyoto. O Brasil não tinha suas obrigações, mas fez muito além do que se tivesse. Nós preparamos uma legislação no Brasil que está dando certo. É um país que investe hoje fortemente em biomassa, em energia eólica, em energia solar. Nós temos as nossas PCHs, a energia hidroelétrica. Temos soluções que deram certo: combustíveis como etanol, biodiesel. Foram frutos da ambição brasileira. Então, a nossa preocupação com o futuro é muito grande e por isso que a Comissão de Mudanças Climáticas promove audiências como esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Deputado Sergio Souza.

Agora ofereço, para iniciarmos a nossa audiência pública, a palavra a Dom Leonardo Steiner.

O SR. LEONARDO STEINER – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo especialmente o Presidente da Comissão, também o Sr. Relator e os dois debatedores que fazem parte aqui da Mesa. Agradeço o convite que me fizeram para estar aqui. Sábado retrasado, a Presidência da CNBB esteve como Santo Padre e agradeceu a Encíclica. E ele brincou, dizendo: “Mas vocês estão trabalhando a Encíclica?” Aí eu disse: “Olha, Santo Padre, estou indo ao Senado para uma conversa sobre a Encíclica. Os Senadores me convidaram e eu estou indo.” Ele disse: “A Encíclica é importante, não porque eu escrevi [ele falou], mas a Encíclica é importante.”

Gostaria apenas de fazer uma colocação um pouco histórica, depois tentar falar aquilo que, no meu modo de ver, é essencial dentro do texto que vai se desdobrando em seis capítulos e em seis capítulos sempre vai retomando o elemento principal, o fio condutor.

São João Paulo II já vinha abordando a questão do meio ambiente, mas quem havia abordado de maneira mais incisiva – isso passou muito despercebido entre nós – foi Bento XVI. Por exemplo, na Deus Caritas Est, há algumas afirmações muito importantes sobre o meio ambiente. Havia, da parte dele, uma preocupação muito grande com o meio ambiente. No entanto, foi o Papa Francisco quem tentou sistematizar.

Se nós tomarmos a Encíclica, nós vamos ver que ele justamente retoma o pensamento, a partir de São João XXIII, o pensamento dos Papas que o antecederam.

Quando nós estivemos logo depois da eleição com ele, Dom Raimundo ainda como Presidente da CNBB, nós dissemos a ele: “Santo Padre, vamos ter uma Encíclica sobre o meio ambiente?” Ele falou: “Vamos. Eu já estou trabalhando.” Fazia poucos dias, poucos meses que havia assumido. Foi um trabalho muito longo; ele trabalhou durante dois anos. Ele se valeu de duas comissões importantes da Santa Sé. A primeira, a Comissão da Ciência. Nós temos uma comissão muito importante na Santa Sé, a da Ciência, de que participam cientistas que não estão ligados nem mesmo a uma religião. Não estão lá porque são católicos. Estão lá porque são cientistas; têm uma contribuição a dar como cientistas. A outra comissão é a Comissão de Justiça e Paz. Ele havia inclusive encomendado à Comissão de Justiça e Paz um texto que foi publicado quase meio ano antes, no qual nós encontramos diversos elementos que se encontram na Encíclica.

Ele havia também pedido ajuda. A nossa Conferência também enviou ajuda, alguns bispos enviaram ajuda, ele buscou ajuda de diversos cientistas e diversas conferências episcopais e nós sentimos essa presença dentro da Encíclica. Portanto, uma Encíclica que não saiu de uma pena. É uma pena, mas escrita, como dizia o Cardeal da Comissão de Justiça e Paz, “uma Encíclica escrita a muitas mãos”. Quando nós estivemos em Roma logo após a publicação da Encíclica para o estudo e debate do qual pude participar, foi esta a expressão que o Cardeal usou: uma Encíclica escrita a muitas mãos.

Alguns meses antes da publicação da Encíclica, nós estivemos com o Santo Padre e brincamos: “Santo Padre, quando sai a Encíclica?” Ele falou: “Está dessa altura assim. Agora estou trabalhando com várias pessoas e nós queremos fazer um texto bem pequeno, muito significativo e denso, mas está enorme. E às terças-feiras eu estou trabalhando no texto”. Isso para dar um pouco a noção também do trabalho. O texto foi muito trabalhado, ele foi muito pesquisado.

Grandes cientistas têm apontado apenas um elemento que talvez tenha faltado na Encíclica ser abordado. Aqui no Brasil, nós temos, por exemplo, no Nordeste, esse tipo de vegetação, são as estepes. Não aborda muito diretamente essa questão. E dois cientistas que mencionaram isto – “Pena que o Santo Padre não abordou essa questão” – dizem que em muitos países existe esse tipo de realidade ambiental.

Feita essa colocação rápida, eu gostaria de colocar agora o que, no meu modo de ver, ao ler a Encíclica, ao estudar a Encíclica, nós poderíamos tomar como pano de fundo. Para isso, gostaria de partir de três pequenos pensamentos.

O primeiro pensamento é do grande pensador hebreu Buber. Buber publicou uma pequena obra chamada Eu e Tu, em que ele fala das relações humanas. Vai dizer assim: “Só sou eu no tu. É o tu que me faz ser eu.” Quer dizer, essa compreensão da pessoa humana como relação. Ele aborda isso provavelmente a partir do pensamento de Heidegger, que vai dizer que nós somos Mit-Dasien nós somos seres com ou somos seres em relação. Esse elemento de Buber é muito precioso porque ele tem três colocações dentro dessa pequena obra dizendo das relações que temos com as coisas, das relações entre nós e a relação com o grande outro, que é o terceiro pequeno capítulo da obra. Só para dizer que Buber dá uma importância muito grande à relação, não tanto à relação com as coisas, mas especialmente à relação interpessoal, que depois, Gadamer e outros vão aprofundar e também, como um grande hebreu que era, abordou a questão da transcendência da relação com o grande outro.

Só para dizer, então, que nós nos caracterizamos, aqui eu retorno a Heidegger e a um autor que eu pesquisei um pouquinho mais, para dizer que a expressão que nós mais usamos para dizer que somos seres é sempre “somos seres em relação”.

O ser pessoa é ser em relação. Nós estamos sempre em relação. O que nos caracteriza é sermos seres em relação. O mais próprio do ser humano é esta extraordinária possibilidade de relacionar-se com todos e com tudo. Esse é, um pouco, o fundo da Encíclica, mostrando que inclusive dependemos das relações com os micro-organismos, por exemplo, como aborda a Encíclica.

O terceiro pequeno pensamento, antes de entrar na exposição um pouquinho, é um pensamento que o Santo Padre apresenta de Francisco de Assis. Francisco de Assis é uma gestação de um tempo. Ele, digamos assim, é a floração, a flor mais significativa de um tempo, mas também de um pensamento.

Existe uma pequena Capela dos Frades Menores em Bragança Paulista feita por um grande artista chamado Lorenz Heilmair e um mosaico, em que a partir do Sacrário, que é todo iluminado, ele vai desdobrando, mais ou menos quando, em uma água parada, lançamos uma pequena pedra lá no meio. Não se formam grandes círculos, vai-se desdobrando? Então, esse grande artista conseguiu demonstrar que esse desdobrar-se de Deus por Deus ser relação é desdobramento de tudo. Então, os anjos, as pessoas, os seres animados, os seres inanimados, tudo é desdobramento da relação de Deus. Talvez tentando abordar o que São Boaventura fala, no quinto capítulo do Itinerário Mente Romana para Deus, dizendo que Deus é um bem que se difunde. Deus, portanto, não é para dentro. Deus é para fora. Deus é relação.

Por que eu estou colocando isso? Porque o Santo Padre vai... Inclusive o título da Encíclica ele o tira de Francisco de Assis, em que toda compreensão medial de fundo é esse bem compreensivo de Deus. Então, as relações todas são tão significativas com o ser criado, devem ser tão cuidadosas porque é um sinal de Deus, é uma continuidade da relação de Deus. Por isto que Francisco de Assis vai chamar de irmão, de irmã, dentro dessa compreensão extraordinária de um tempo, em que tudo tem uma ligação, em que tudo está relacionado.

Feitas essas colocações muito rápidas e superficiais, eu gostaria de entrar, então, um pouquinho mais dentro da própria Encíclica. Por que o Santo Padre coloca Francisco de Assis quase como o modelo da ecologia? Não porque foi um homem que teve um cuidado especial. Nós temos umas narrativas das ageografias, não das biografias, mas das ageografias, mostrando o cuidado que Francisco tinha. Dizia aos frades: “Olha, não tirem todo o mato, não, do jardim. Deixem um pouco de mato lá.” Ou afastando um pequeno animal, para que ninguém pisasse em cima ou, por exemplo, “corte o pedaço de lenha que você precisa, mas deixe outro para brotar”, Francisco não é mencionado por isso. Francisco é mencionado pelo modo da relação com tudo. Por isso que o Santo Padre tomou como título da Encíclica – normalmente as Encíclicas são uma carta que o Santo Padre escreve aos cristãos –, retomou aqui o costume de São João XXIII e diz “as pessoas que creem”, como também “as pessoas de boa vontade”. Quem por primeiro fez isso foi João XXIII com a *Pacem in Terris*. O Papa retoma essa expressão tão bonita, dizendo que é para todas as pessoas, portanto.

Dentro da Encíclica, o Papa, ao falar de Francisco de Assis, a certa altura, vai falar das relações que estão rompidas, quebradas. E ele usa, dentro da Encíclica, três expressões: dominação, consumo e depredação. São três expressões. Diz que nós, em relação à natureza, estamos querendo dominá-la, nós estamos fazendo da natureza um consumo e estamos depredando a natureza. São três expressões, palavras muito fortes, mas que ajudam a compreender o arco da relação que temos atualmente com a natureza.

Por isso que, dentro do texto, depois, ele vai falar da questão do consumo, dos níveis de vida, vai falar da questão das relações internacionais, na questão da pobreza e assim por diante. Por quê? Porque estamos consumindo tanto que estamos depredando a natureza. Nós estamos consumindo a natureza de tal forma que ela não poderá mais nos aceitar como pessoas das suas relações mais próximas.

Então, dominação, consumismo e depredação. São três palavras muito fortes. Olhando a nossa natureza, olhando mesmo aqui em Brasília, nas realidades todas onde nós vivemos, onde vamos, nós vemos isso. Como criança, nós vivíamos perto da nossa família, que é enorme, nós vivíamos ao lado de um rio, onde nossa mãe lavava roupa e nós pescávamos e tomávamos o nosso banho. Naquele tempo, não tinha luz elétrica nem chuveiro; nosso chuveiro era o rio também no inverno. Hoje, não se pode pôr o pé dentro desse rio. Ele é um rio morto. Essa realidade está crescendo cada vez mais.

Vejam, por exemplo, a relação quebrada que existe de dominação, de consumo, especialmente. Vejam, por exemplo, quando se faz um *show* em determinado lugar. No dia seguinte, você passa e o que existe de plástico, de lixo e tudo o mais! É o consumo. Não existe o cuidado. Se nós avançássemos, por exemplo, só no cuidado do recolhimento do lixo, nós teríamos outro tipo de água, nós teríamos outros tipos de rios. O plástico está invadindo tudo. Depois das enchentes, nós vemos os plásticos pendurados nas árvores.

Portanto, quando o Santo Padre coloca essas três expressões, está colocando um elemento fundamental: que tipo de relação temos com a natureza? É por isso que, a certa altura, ele vai tomar o texto do Gênesis e,

na melhor tradição hebreia, vai fazer a interpretação desse texto, quando diz, no Gênesis, “dominai”. O que ele diz com “dominai”? Ele reinterpreta isso, porque isso talvez tenha sido um dos elementos que têm nos levado a esse modo de relação. Nós entendemos dominar como dominação, sugar, consumir, depredar...

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO STEINER – Então, ele vai dizer o seguinte: não é esse o sentido de dominar. A palavra dominar vem do latim e tem um significado muito bonito, é *dominus*. Mas a palavra casa, e é casa comum, diz a Encíclica, é *domui*. Então, significa, onde todos nós cuidarmos de tal modo, sermos tão senhores, tão senhoras de tudo, onde tudo possa estar em casa. Onde tudo possa se sentir em casa; todos os seres possam estar em casa. Ele reinterpreta, portanto, esse texto do Gênesis como cuidar e cultivar. Cuidar e cultivar. Essa é a reviravolta das relações. Ele retoma o texto do Gênesis, o reinterpreta, o coloca de uma maneira mais, digamos, condizente com o próprio da pessoa humana, com o próprio do Deus Criador e vai insistir em que o próprio nosso, o próprio do cuidar, o próprio do ser senhor, o próprio da casa é cuidar e cultivar.

É por isso que, dentro da Encíclica, depois, por isso o Evangelho da Criação, no segundo capítulo, onde ele analisa isso, vai começar a analisar, dentro do texto, por exemplo, qual é o problema da raiz? Mas quando fala das relações internacionais da questão ecológica... Foi impressionante ouvir o presidente daquelas ilhas que estão para desaparecer no Pacífico, ver a angústia de um presidente que vai ver desaparecer o seu mundo, o seu país. É impressionante ouvir como as águas começam a subir, como país está fadado a desaparecer e como eles estão empregando toda a economia para tentar possibilitar uma sobrevivência.

Então, essa questão, no meu modo de ver, na leitura que eu tentei fazer, acho que o meu tempo já está esgotando ou já esgotou, eu queria apenas colocar essa questão de fundo para podermos compreender a questão ecológica, a questão do meio ambiente, o porquê do cuidado, por exemplo, em relação aos agrotóxicos, por que essa questão da mineração. Está aqui agora no Congresso Nacional o Código de Mineração. Nós esperamos que o Congresso Nacional não ouça apenas as mineradoras. Ouça os povos, as comunidades envolvidas.

A mineração tem sido um desastre no nosso País. Esse modo de levar, de conduzir a mineração com as águas tem levado a um desastre das águas, à poluição das nossas águas. Quer dizer, todo esse modo é o modo da relação. Por que esse modo todo? Porque, lá no fundo, há um cifrão atraindo, um consumo atraindo, ao passo que toda a tecnologia que nós temos hoje possibilita outros modos de exploração, outros modos de extração. É claro que exige muito, mas também por isso o Santo Padre vai dizer: “Olha, por que, então, não temos tecnologia que repassemos aos povos mais necessitados, às realidades mais necessitadas?” Vejam, portanto, que tudo, no fundo, se trata de relação.

Por isso, vai usar uma expressão muito forte que ninguém havia usado, até então, na Igreja. Vai falar em conversão ecológica. Vocês já ouviram falar nisso? Normalmente, quando ouvimos falar em conversão, estamos falando de uma pessoa que crê e que tenta mudar de vida. E o Santo Padre fala que é preciso de uma conversão ecológica. Quer dizer, é preciso de uma nova postura, uma nova compreensão, novos olhos, novas relações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Dom Leonardo. *(Palmas.)*

Ofereço, na sequência, a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Presidente, eu queria inicialmente agradecer o convite. Eu sempre volto a esta Casa e a esta Comissão com o maior gosto, uma comissão mista, como sempre o fiz durante lá se vão trinta anos de participação em eventos, em seminários, em audiências públicas tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. Venho muito mais para aprender, como acabo de aprender aqui com a intervenção inicial de Dom Leonardo.

Permita-me, Presidente, agradecer aos eminentes Senadores que estão diretamente relacionados à convocação desta audiência pública. Primeiro, a V. Ex^a, ao Senador Jorge Viana, que estava até há pouco aqui e certamente voltará, ao Senador Capiberibe e também ao Deputado Sarney Filho, que foram, em nome do Parlamento brasileiro, buscar o apoio da CNBB e também do próprio Núncio Apostólico, que não está conosco hoje aqui, mas eu pediria a Dom Leonardo que levasse os nossos cumprimentos e agradecimentos pelo empenho pessoal que ele tem com este tema e os debates no Brasil.

Agradeço também, enfim, aos demais Senadores que aqui se encontram, especialmente aos Senadores da Amazônia, vejo a Senadora Vanessa entrando aqui, o próprio Senador Capiberibe, e o meu colega, amigo de muito tempo, Washington Novaes. Sempre leio os artigos do Washington como um...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Ministro...

O SR. HERMAN BENJAMIN – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – V. Ex^a está vendo que nós somos aqui moradores do mesmo rio. O Capiberibe cuida da foz, a Vanessa do médio Amazonas e eu lá das cabeceiras. Eu acho que o privilégio é meu, porque cabeceiras são lugares de águas puras, onde...

O SR. HERMAN BENJAMIN – Mas também onde a responsabilidade é maior.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Muito maior.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Vocês não podem fazer besteira por lá, não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Mas eu acho que quem está na cabeceira é o mais responsável, mas também talvez... não é proprietário – esse termo não é adequado para o meio ambiente –, mas é o responsável pelo rio. Quero dizer com isso que o rio é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Já que o Senador Jorge Viana fez a interrupção, eu queria ter a alegria de agradecer também ao Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, que providenciou essa transmissão ao vivo pela TV Senado, tendo em vista a importância do tema que estamos aqui debatendo.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Bem, como segundo a falar, V. Ex^a, ao trazer o rio, nos liga diretamente à Encíclica e, ao trazer a Amazônia e imediatamente retificando a ideia de propriedade, também nos liga à Encíclica, como vamos ver em seguida.

Dom Leonardo, filósofo, teólogo, trouxe um panorama rápido, conciso na perspectiva precisamente filosófica e teológica.

Eu gostaria aqui – e não poderia ser diferente – buscar encaminhar uma análise breve da Encíclica para o objetivo jurídico.

Começo dizendo que essa não é uma Encíclica dos católicos ou para os católicos. Esse ponto de partida é fundamental. Essa Encíclica, como o próprio texto o diz, é “um documento dirigido a todas as pessoas de boa vontade”. Portanto, católicos, não católicos, cristãos, não cristãos, crentes e ateus. O fio que une todas essas pessoas é exatamente a expressão: pessoas de boa vontade. Daí que essa Encíclica, ao contrário de outras Encíclicas, não tem o objetivo limitado apenas ao marco ou, se quiserem, às muralhas da Igreja Católica ou do cristianismo. O Papa falou para todos.

Em segundo lugar, é um texto tão rico e tão complexo – aliás, está disponível *on-line*, em tradução para o português e eu recomendo que leiam, imprimam e leiam. Vão se emocionar –...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – É, o texto está em português de Portugal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – Eu vi Dom Leonardo com o livrinho, já ia pedir uma cópia ou saber onde posso comprar, porque eu tenho o texto impresso do computador.

O SR. LEONARDO STEINER – Se eu puder interromper, Sr. Ministro, eu enviei a todos os Senadores o texto e estamos enviando também a todos os Deputados. Eu posso enviar também para o senhor, Sr. Ministro.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Não só para mim. Eu acho que os juízes brasileiros precisam ler essa Encíclica.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Eu acho que o senhor deveria começar a vender, viu, esses impressos aí. *(Risos.)*

O SR. HERMAN BENJAMIN – É a minha sugestão. Vou fazer ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e à Associação dos Juizes Federais, na medida em que não é texto religioso *stricto sensu*, que se faça uma edição conjunta para a divulgação perante o Judiciário.

Pois bem, essa é uma Encíclica que permite várias leituras simultâneas, embora, como Dom Leonardo indicou, cuide também – aspas – “do evangelho da criação” – fecho aspas. Permite uma leitura religiosa, eu não me sinto habilitado a fazer essa leitura. Permite uma leitura ética, também não me sinto habilitado; essa é tarefa dos filósofos, como Dom Leonardo ou Washington Novaes. Permite uma leitura científica, tal a quantidade de dados que estão lá. Não é apenas um texto que vem da inspiração – e já seria muito válido – do Papa Francisco, mas é um texto baseado na ciência, que também permite a leitura política – e por isso estamos no Parlamento –, a leitura econômica – e os atores econômicos precisam debater essa Encíclica – e, finalmente, de grandes repercussões jurídicas.

Terceiro ponto introdutório a ser realçado é que não é uma Encíclica sobre as mudanças climáticas apenas. É uma Encíclica que começa tratando exatamente de – aspas – “poluição, resíduos e cultura do descarte” – fechou aspas – e segue com a questão da água, tão cara ao Presidente, a mim mesmo que venho do Sertão da Paraíba –, continua com a perda da biodiversidade – Senador Jorge Viana, algo que V. Ex^a se dedica com tanta

paixão – e menciona expressamente – aspas –, Senador Capiberibe, a “Amazônia e a Bacia Fluvial do Congo” – fecho aspas –, e aí, Senadora Vanessa, vem o ponto extraordinário.

Porque se só mencionasse nós, brasileiros, já nos sentiríamos extremamente honrados, mas qualifica a Amazônia e a Bacia Fluvial do Congo como – aspas – “pulmões do Planeta repletos de biodiversidade” – fecho aspas. Antes, falávamos em pulmões do Planeta. O Papa vem e diz: “Não, pulmão do Planeta, sim, mas é mais do um pulmão, já que abriga essa vastíssima biodiversidade, a maior biodiversidade planetária, que está nas florestas tropicais.

É um texto que, na perspectiva metodológica, parece-me perfeito, porque começa com o diagnóstico – aspas –, “o que está a acontecer a nossa casa” – fecho aspas –, e termina, meu caro Washington, com um plano de ação. Veja que encíclica extraordinária, um plano de ação modestamente chamado de – aspas – “algumas linhas de orientação e ação” – fecho aspas. Ou seja, o Papa não pregou apenas na teoria, mas já trouxe algumas indicações mais concretas para todos nós, esses – e eu utilizo a expressão –, nós todos, que estamos convencidos, que fazemos parte do grupo das pessoas de boa vontade.

Eu termino essa parte introdutória, afirmando que, considerando a enorme complexidade desse texto, que exige aprofundamento do Congresso Nacional, a minha sugestão é que outras audiências públicas sejam realizadas para analisar especificamente os pontos – água, biodiversidade, resíduos, consumo sustentável –, todas essas questões que estão previstas e que evidentemente nós não podemos enfrentar. Mas há uma tarefa maior para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados e para o Senado, que advém dessa encíclica. É, com base no seu texto, rever a legislação brasileira, verificar as impropriedades que aí estão, verificar as omissões que aí estão, porque é tarefa do Congresso Nacional cuidar do marco regulatório. E o nosso Congresso tem feito um excelente trabalho na área ambiental. Eu poderia listar aqui vários textos legislativos, a começar pela própria lei do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima e esta Comissão conjunta, mista, permanente, que é algo extraordinário no mundo como um todo.

Eu queria, agora, tratar de algumas questões que têm relevância jurídica. Esse é apenas uma apanhado rápido que eu faço diante do tempo escasso que todos nós temos – há uma posse às 11 horas em que, infelizmente, eu tenho que estar.

O pano de fundo dessa encíclica é aquilo que o Papa denominou “preocupação comum”, que vai derivar ou desaguar em responsabilidade comum. E aqui eu trago um autor que eu imagino que seja muito caro ao filósofo Dom Leonardo, que é Hans Jonas, na sua ética da responsabilidade. Isso permeia o texto da encíclica. Na perspectiva da preocupação comum, a encíclica fala em nossa casa comum. Duas referências extraordinárias. Primeiro, porque é uma referência que nos leva ao ambiente mais estrito do nosso viver, que é a casa. Mas é também o mais sagrado, porque nós sabemos que até para o Direito Penal a casa, a residência, é protegida.

Além disso, o Papa em derivação dessa preocupação comum, da ideia de nossa casa comum, que está repetida em vários pontos da encíclica, faz uma referência consequencial a uma nova solidariedade universal.

Ou seja, quando nós falamos de solidariedade, que é a base do Estado Social, e se formos à nossa Constituição Federal, enganam-se aqueles que ainda pensam que nós vivemos em um regime de capitalismo selvagem.

Esses são desafetos do Texto Constitucional. Porque lá no artigo 3º do Texto Constitucional está a solidariedade como base de todas as instituições e, para usar a expressão de Dom Leonardo, das relações que daí derivem no nosso País. Mas o Papa Francisco vai mais além e qualifica esta solidariedade. Não é a solidariedade tradicional, é uma solidariedade, primeiro, que é nova, por quê? Porque inclui o ecológico, inclui o abstrato, a relação com as gerações futuras, mas é também uma solidariedade universal. Não está baseada em um único país, nem mesmo em um grupo de países, mas é uma solidariedade do planeta como um todo.

(Soa a campanha.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – A encíclica fala do desenvolvimento sustentável, mas também aqui inova. Não é mais apenas desenvolvimento sustentável, é desenvolvimento sustentável e integral. E aí nós podemos fazer várias audiências públicas para debater o que é o desenvolvimento sustentável integral. Porque o sustentável reforça o integral e o integral reforça o sustentável.

É também uma encíclica que, pela primeira vez, a este nível, dá à degradação ambiental nome e sobrenome: chama-a de crise ecológica. Ou seja, no passado, e não faz muito tempo, nós, que nos preocupávamos com a questão ambiental, inclusive a CNBB no documento preparatório lá da Rio 92, que está citado na encíclica – portanto a CNBB não é nenhuma noviça nesse tema – todos éramos chamados de pessoas que viviam um clima catastrófico. Era uma forma de diminuir a seriedade das preocupações que nós tínhamos. E agora vem o Papa e diz: “Não, isto tem nome, chama-se crise ecológica!” Portanto, não é um mero desacerto circunstancial do sistema produtivo ou do sistema de consumo, mas é uma crise efetiva.

Eu termino indicando algumas outras preocupações desta encíclica, e que nós não podemos esquecer: a preocupação com os pobres. A crise ambiental é única, mas ela afeta as pessoas de maneira diversa. Nós todos que estamos aqui temos condições de nos mudar, buscar lugares mais aprazíveis. Os pobres e os hipervulneráveis não têm, estão condenados a viver a crise ecológica na sua inteireza. E esta encíclica, do começo ao fim, seja no plano internacional, seja no plano local, não esquece a preocupação complementar que nós devemos ter com os pobres e com os vulneráveis.

Eu encerro com alguns aspectos jurídicos que eu apenas lanço, mas que estão em sintonia com a nossa Constituição, com o Direito Ambiental brasileiro e, o mais interessante – Washington, você que esconde que é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, não constou no seu currículo. Aliás, nunca consta, mas ele é formado pela Universidade de São Paulo em Direito –, aqui, a nossa jurisprudência está cada vez mais caminhando em sintonia com esta visão da encíclica. Quais são esses pontos? Eu só listo.

Primeiro, a definição expressa no texto do clima como “bem comum”. Bem, no sentido de objeto.

E isto está em sintonia, Senadora Vanessa, com a Lei nº 12.187, a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É exatamente o que o Congresso Nacional, Câmara e Senado, fizeram ao elaborar esta lei, pela primeira vez, tratando o clima como um bem jurídico a ser tutelado e um bem jurídico de caráter universal.

A encíclica critica – aspas – “a privatização dos espaços” – fecho aspas. E a poluição não deixa de ser uma privatização de espaços intangíveis. Poluição do ar, poluição das águas com resíduos pela mineração, como aqui mencionado por Dom Leonardo, e vai além, veja que texto jurídico: “O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade, e é consequência e responsabilidade de todos”. E, aí, para mim, a expressão mais preciosa entre tantas, na perspectiva jurídica, desta encíclica. “Quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos” – fecho aspas.

Uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça, anterior à encíclica, diz exatamente isto, que quem é titular de serviços ecológicos, e todos somos, tem uma posição apenas fiduciária, vale dizer, de cuidado, exatamente como afirma aqui a encíclica.

E, por último, é uma encíclica que se manifesta de maneira direta contra um possível direito nosso, dos seres humanos, de decretar a extinção de espécies. E o texto afirma: “Cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua, da bactéria aos mamíferos.” Eu repito, “cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua.” Traduzindo em linguagem jurídica, nenhum de nós – pessoas físicas, pessoas jurídicas, Estado – tem direito a decretar a extinção de uma única espécie.

E, por fim, a encíclica fala, e parece que estava falando até para o Congresso brasileiro, que fez o seu dever de casa neste ponto em – aspas – “transparência nos processos decisórios” – fecho aspas. É a democracia ambiental, é a participação vinculada à informação adequada no licenciamento ambiental, no estudo prévio de impacto ambiental. Tudo isso, e aqui eu encerro – aspas – “ouvindo os gemidos da irmã Terra” – fecho aspas, que certamente vão nos levar à – aspas – “conversão ecológica” – fecho aspas –, inclusive do Direito e de nós juízes.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Encerrando o nosso painel, eu ofereço a palavra agora ao jornalista Washington Novaes.

O SR. WASHINGTON NOVAES – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Presidente da Mesa, o Senador Fernando Bezerra, os demais membros daqui da Mesa, vou tentar ser breve, estamos atrasados. E quero cumprimentar as duas exposições feitas, que foram muito enriquecedoras aqui.

Vou tentar me concentrar em um aspecto desta questão e dizer o seguinte: que é muito adequado ter como inspiradora desta audiência a recente encíclica papal *Laudato si'*, que coloca no centro da atenção as grandes questões do mundo de hoje: a insustentabilidade no consumo de recursos naturais, a concentração da renda no mundo em estratos privilegiados da população, a crise na área dos recursos hídricos, a degradação do solo, a desertificação.

É preciso reconhecer, de início, e isso tem que ficar muito claro, uma crise do padrão civilizatório. Não é forçar uma expressão, não é chamar a atenção desnecessariamente. Os nossos modos de viver hoje não são compatíveis com as possibilidades do Planeta e é preciso agir sem perder tempo.

Então, depois das exposições do Dom Leonardo e do Ministro Herman, eu prefiro me concentrar em alguns aspectos mais específicos e lembrar que o Brasil tem responsabilidade no seu Congresso muito forte em relação a essas questões que estão sendo tratadas, em especial a esta que eu vou tratar, que é a questão do clima e dos problemas na área do clima. Lembrando o seguinte, uma coisa que é esquecida todos os dias, o Brasil tem milhões de pessoas morando em áreas vulneráveis às mudanças climáticas e que podem pagar até com a vida o fato de estarem morando ali.

Sempre que se fala em clima, alguém lembra que há cientistas que divergem sobre a questão da gravidade das mudanças climáticas – eu não sou cientista, eu sou jornalista –, mas é preciso lembrar o seguinte,

que o Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima, o IPCC, tem 600 cientistas que coligiram os pontos de vista, as representações, os trabalhos científicos de milhares de outros cientistas e chegaram a um diagnóstico que é incontestável. Então, é preciso partir daí, é um fato concreto.

E a mais recente reunião preparatória para a Assembleia do Painel de Mudanças Climáticas, que será em dezembro, em Paris, terminou há poucos dias em Bonn, e ainda sem resultados concretos e sem um texto final definido para Paris, apenas com um esboço de 83 páginas, com muitos adendos em cada item que precisam ser conciliados, porque são posições divergentes dos países, e são contraditórios, são 196 países que participam dessa discussão. Eu vou me permitir mostrar aqui, esse não é o último, é o penúltimo esboço para o texto que vai ser discutido, é uma coisa inacreditável. Tudo é colocado em dúvida porque cada país coloca os seus interesses específicos na área econômica, na área política, em várias outras áreas. Então, esse processo de negociação levou o Secretário-Geral da ONU, o Ban Ki-moon, a Assembleia do Painel de Mudanças Climáticas ao “passo de lesma das negociações”.

A Ministra do Meio Ambiente brasileiro, Izabella Teixeira, advertiu que Paris não será apenas um acordo sobre meio ambiente, e, sim, sobre a geopolítica do desenvolvimento do Planeta sobre novas trajetórias das economias no mundo.

O Observatório do Clima, entretanto, diz que o mundo está em uma trajetória de aquecimento da temperatura em 3 graus Celsius. Em 2030, haverá emissões de poluentes entre 17 e 21 bilhões de toneladas anuais, muito além da redução necessária para não ultrapassarmos os 2 graus Celsius e evitarmos um cenário indesejável. Só a Etiópia e Marrocos, entre os 29 países que apresentaram propostas até aqui, tinham limites compatíveis com as metas desejadas.

Se for incluída a China, o excesso seria de 31 bilhões de toneladas anuais. Considerados os 60 países, com o equivalente a 70% das emissões, não se atingiria o objetivo de limitar o aumento da temperatura em 2 graus, diz a ONU. E a Secretária-Geral da Convenção do Clima, Christiana Figueres, diz que não há ainda sequer recursos financeiros disponíveis para a próxima reunião.

O Brasil, infelizmente, está ainda entre os países que não divulgaram as suas propostas, e aí entra uma tarefa importante para o Congresso Nacional também. O texto que deve, ou não, ser aprovado em Paris prevê que ele será operacionalizado, isso é a melhor hipótese, a partir de 2020 – aprova-se um texto agora para começar a ser operacionalizado em 2020, cinco anos depois –, e a partir daí é que os países terão de cumpri-lo obrigatoriamente.

Na primeira semana de outubro deverá ser conhecida a proposta que, a partir do rascunho de Bonn, está sendo preparada por um diplomata da Argélia e outro dos Estados Unidos, mas é preciso prestar atenção a uma coisa que a comunicação brasileira nem sequer fala. Esse texto que ainda vai ser discutido e que se espera seja aprovado não será um texto vinculante, porque a legislação norte-americana não permitiria isso: um texto vinculante. Lá, esse texto terá que ser aprovado pelo Congresso. Então, isso já representa, na melhor das hipóteses, um novo obstáculo a ser vencido ainda, que será o da proposta norte-americana. E a primeira discussão preliminar antes de Paris acontecerá agora em outubro, do dia 9 a 27.

Nicholas Stern, um dos mais respeitados cientistas da área, afirma que, no ritmo atual, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera até 2035 levará a temperatura a subir mais de 2 graus. Poderá até, com 50% de probabilidade, ultrapassar 4 graus Celsius e assim permanecer durante mais de um século.

No painel do *Global Apollo Program*, em que se discutiu o tema em junho, a conclusão foi de que não será possível avançar na direção correta sem eliminar os US\$550 bilhões anuais de subsídios atualmente concedidos às energias fósseis, assim como financiamentos de US\$144 bilhões de bancos privados a empresas poluidoras. Mas a União Europeia tem hoje apenas 15% de energias renováveis e 1,1 bilhão de pessoas no mundo sequer dispõem de energia elétrica, e é preciso dar energia elétrica a essas pessoas. Se forem acrescentadas as que usam querosene, biomassas poluidoras e outras fontes não recomendadas, chega-se ao total de 3 bilhões de pessoas nesta situação indesejável.

O Brasil já anunciou que pretende explicitar neste mês sua posição sobre o tema, o que poderia acontecer na próxima reunião sobre desenvolvimento sustentável no mundo ou até na Assembleia-Geral da ONU, antes da reunião preparatória do clima, em Paris.

Até aqui, alguns objetivos já foram anunciados no Brasil, já foram alinhavados, digamos assim: zerar o desmatamento ilegal até 2030, passar para 33% as energias renováveis no País, reflorestar, vejam bem, 12 milhões de hectares de áreas que foram devastadas, compensar as emissões decorrentes da supressão da vegetação, mas não se sabe se haverá um número absoluto para redução de emissões até 2020. Agricultura e Minas e Energia ainda têm de definir os seus objetivos.

Segundo a Ministra do Meio Ambiente, o Brasil fez mais que qualquer outro país na redução de emissões e temos metas para zerar até 2030 as emissões ilegais, embora elas ainda correspondam a 60% do total.

No ano passado, um componente indesejável esteve nas emissões de poluentes por termelétricas, movidas principalmente a carvão, e que foram acionadas com a crise no abastecimento de água e sua influência nas hidroelétricas, mas, por incrível que possa parecer, ainda se fala nesta hora em implantar novas termelétricas no País. Em contrapartida, caíram em 22% as emissões pelo consumo doméstico de lenha, inclusive com subsídios ao uso de gás liquefeito de petróleo. A lenha já representou 80% da energia nos domicílios brasileiros.

Um dos centros de atenção hoje está na viabilização de formatos de estocagem para as energias solar e eólica. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente coloca o Brasil em sétimo lugar entre os maiores investidores na área, com US\$7,62 bilhões em 2003, dos quais US\$6,2 bilhões em eólica, mas há pontos sensíveis.

Entre 1900 e 2013, nossas emissões totais quase dobraram, se for excluída a área do desmatamento. Nossas emissões totais estão em 1,2 bilhão de toneladas de dióxido de carbono equivalentes. Um dos pontos mais controvertidos hoje nessa área é o das emissões da agropecuária, que interessa particularmente a esta Casa, que tem representantes de todo o País. O Brasil tem, segundo estudos na Universidade Federal de Minas Gerais e outros órgãos, 211 milhões de reses, é o maior rebanho do mundo e o Brasil é o maior exportador de carne, com 20% da sua produção.

Cada boi emite por ano entre 50 e 60kg de metano, segundo as medições da Embrapa em Jaguariúna – eu fui lá acompanhar esse estudo –, e o metano é 21 vezes mais poluente que o carbono. Até 2030, nós deveremos chegar a 250 milhões de reses, mas as pastagens cairiam, ou poderiam cair, 21% com métodos mais adequados. A produção subiria de 3,5 arrobas por hectare para 5,8 arrobas, com duas reses por hectare, em lugar de uma, como é a média brasileira hoje, que é baixíssima. O valor bruto da agropecuária hoje é de R\$473,2 bilhões por ano, dos quais R\$303,34 bilhões, nas lavouras, e R\$169,88 bilhões, na pecuária.

Muitos caminhos têm sido apontados para melhorar o panorama da pecuária, hoje com 5% do Produto Interno Bruto e 62% das emissões decorrentes da emissão de metano e desmatamento. Alguns desses caminhos apontados são: coibir o desmatamento ilegal, impedir a grilagem de terras públicas, restringir o crédito rural para candidatos não qualificados, criar e implementar áreas protegidas, chegar ao desmatamento zero na Amazônia, crédito rural subsidiado para bons produtores, melhora da assistência técnica, sensores inteligentes na terra para controlar a umidade do solo e a irrigação sem desperdício. Mas é preciso trabalhar muito em outros setores.

No planejamento urbano, por exemplo, para reduzir o trânsito de veículos no País e a emissão de poluentes. Nós já estamos com mais de 70 milhões de veículos nas ruas e mais 3 milhões a cada ano. O licenciamento e a fiscalização são precários, as emissões só crescem. Precisamos trabalhar muito no controle das emissões industriais, que hoje é muito deficiente, na meta do desmatamento zero e na recuperação das áreas degradadas em muitos lugares e com urgência.

Como dizia o Cardeal belga Joseph Suenens, com a velocidade da informação, o que levava um século para acontecer, hoje acontece em uma década. O que levava uma década, hoje acontece em um ano. É preciso ter pressa! E lembrando ainda o Presidente da França Jacques Chirac, que na Conferência Mundial do Desenvolvimento na África do Sul, em 2002, já dizia: “Nossos filhos e netos vão nos olhar nos olhos e dizer: ‘você sabiam de tudo e não fizeram nada!’”

Então, eu termino agradecendo mais uma vez o convite para estar aqui e lembrando a enorme responsabilidade do Congresso brasileiro na condução da discussão desse assunto na viabilização de um plano nacional para acentuar a velocidade da questão do clima. Para ver como nós estamos atrasados, termino mesmo com um episódio verdadeiro, cômico, que mostra o quanto a nossa visão de mundo é precária.

Eu moro em Goiânia, e um dia saí da minha casa, de carro, levando um chefe do Xingu – eu gosto muito de índio, muita gente sabe disso –, levando o Atamai, que é um chefe Waurá que morreu recentemente. Eu estava com o Atamai no carro e, quando entramos em uma pista de rodovia, o Atamai me perguntou, falou: “Por que vocês caraíbas [que é como eles chamam os brancos] tapam todos os poros da terra e não deixam a terra respirar?” Eu falei, “Bom, Atamai, isso aí é para que os carros possam andar em uma superfície mais plana, possam andar melhor, possam andar mais depressa e tal”, e seguimos.

Quando passamos em uma segunda lombada eletrônica, ele disse: “Por que caraíba faz calombo na terra?” Eu disse: “Bom Atamai, isso aí é porque, se não tiver isso, os carros correm muito, pode haver desastres, podem matar as pessoas”. Ele ficou quieto, e dali a pouco ele disse: “E por que caraíba, primeiro, fecha tudo na terra para ficar liso e andar depressa, e, depois, faz calombo para andar devagar?”

Nós estamos um pouco assim e precisamos cuidar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou passar a palavra para os autores do requerimento que suscitou esta audiência pública.

Inicialmente, dou a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Eu agradeço, até porque já estava pedindo permissão ao Presidente para me retirar conta da posse do Dr. Rodrigo Janot, aonde vamos. Mas eu não poderia deixar de, pelo menos, dar uma palavra de agradecimento pela presença e pela exposição do Dom Leonardo, do nosso Ministro Herman Benjamin e dessa extraordinária figura que é o jornalista Washington Novaes.

Eu acho que nós estamos fazendo algo que é correto. A gravação desta reunião vai ser reproduzida várias vezes na TV Senado, ela é fonte de inspiração para a nossa atuação aqui no Parlamento e ela é a base, que eu diria, do debate que vamos fazer com a Ministra Izabella no próximo dia 30.

Eu queria cumprimentar o Senador Capiberibe pela iniciativa, eu me associei a ela também, o Ministro Herman, o Ministro Fernando Bezerra, todos os colegas. Estamos aqui ao lado do meu conterrâneo também, o Deputado Federal Raimundo Angelim.

E eu queria dar aqui... Eu participei de um debate no Acre poucas semanas atrás com a ex-Senadora Marina Silva, eu, fazendo uma palestra, e ela também. O tema era mais ligado à mudança do clima, essa questão que nós vamos ter agora. Estamos todos em uma expectativa de que em dezembro, de alguma maneira, este Planeta, ou os seus líderes, ou os governantes, ou os dirigentes das Nações tenham juízo e possam nos apresentar um documento que, de maneira objetiva, possa pôr fim a essa relação absolutamente insustentável da atividade humana com o nosso Planeta.

Os documentos do IPCC chegam a essa conclusão, quer dizer, há uma conclusão clara: que as mudanças que nós estamos experimentando são em decorrência da atividade humana. Isso é muito importante que a gente reflita. Quer dizer, esse modelo de produção e consumo esgotou-se. E eu acho que o Dom Leonardo iniciou – e depois o Ministro Herman foi aprofundando, e com esse complemento do jornalista Novaes –, nós estamos em uma situação onde me parece que essa encíclica do Papa Francisco... No fundo, é uma carta, é um documento que os papas podem fazer quando entendem que há algo que atinge a todos, que precisa do entendimento por todos ou de uma comunicação com todos. É um documento fantástico, extraordinário, eu citei parte dela no debate lá com a Marina, mas é lamentável como o tempo real da gravidade que o mundo enfrenta, que a sociedade enfrenta – seja com a fome, com o limite ao acesso à água, nas relações com os recursos naturais da nossa civilização –, é um tempo diferente quando se trata de governos, dos líderes mundiais. Eu acho que, aqui, o primeiro registro que eu queria fazer, Dom Leonardo, é como o Papa e a Igreja, óbvio que ele é o expoente da Igreja, estão sintonizados com este tempo. Isso deveria ser um exemplo para os governantes, para os líderes mundiais.

Eu não tenho nenhuma dúvida, e sobre isso nós debatíamos lá com a Marina, de que nós não estamos diante de uma crise qualquer. A palavra mais pronunciada, e talvez a mais escrita, o substantivo, no mundo é sustentabilidade. Por si só, isso já é importante, mas ela não vira atitudes, ações, ou um pouco. Especialmente, empresas são muito finas em usar mais como um *marketing* do que como uma atitude concreta de mudança de comportamento.

A crise que nós estamos vivendo não é uma crise econômica, política e ética somente, mas ela também, tudo isso, é uma crise comportamental, é uma crise de intolerância, e aí vai. Essa questão agora dos imigrantes, será possível que não está evidente que é uma guerra disfarçada o que nós estamos vivendo? Quer dizer, em vez de agora haver uma invasão de um território por outro, estão indo as pessoas com as crianças. Vão fazer o quê? Usar as armas para matar? Nós estamos vivendo hoje uma situação crítica, não adianta erguer muro. Aliás, o que nós precisamos, talvez, seja tirar os muros que separam aqueles que têm daqueles que não têm nada, daqueles que podem daqueles que não podem nada.

Então, no debate, nós chegamos assim. Nós estamos vivendo – e eu acho que o jornalista Novaes colocou de alguma maneira isso – uma crise civilizatória. É uma crise dos 7 bilhões que ocupam o Planeta. E a gente falava, de crise civilizatória, nós não temos referência. A todas que nós tivemos, elas se puseram fim. Quando os romanos entraram em uma crise, pelo sucesso que eles faziam ocupando o mundo inteiro, e ocupando e ocupando com armas e poder, quando ruuiu não ficou nada para dizer como superar esse tipo de crise. Nós não temos referência de como superar crise civilizatória. Nós temos alguns exemplos de crise econômicas ali, de crises específicas para um lado e para o outro, mas de crise civilizatória, todo mundo que viveu, ruuiu, e não ficou nada. Não ficou nada, nem um legado.

Então, o nosso tempo é muito escasso, mas talvez o melhor seja ampliar o grau de consciência. A causa ambiental é interessante porque pode ser uma atitude individual. Nós precisamos que cada um mude o seu comportamento, mas essencialmente que essa modelagem que o mundo vive possa também passar por mudanças.

Uma das coisas mais fantásticas, vi aqui, é o uso do avanço tecnológico, ontem, eu citava isso na sabatina do indicado para a Anatel, ex-Senador Anibal Diniz. O Papa trata isso com muita propriedade, porque coloca que nós estamos virando escravos da tecnocracia, e quando a tecnocracia é uma coisa fantástica, está escri-

to aqui, pelos avanços que nós trouxemos, mas pegue esses avanços e transformem em algo que escravize as pessoas, que ponham todos dependentes!

Nós temos 370 milhões de acessos à internet no Brasil, e há 15 anos tínhamos 20 milhões, mas agora todos nós estamos dependentes de mecanismos que foram criados recentemente e que têm um custo de geração de consumo de energia para serem colocados à disposição que vai nos levar a um esgotamento.

Então, eu queria, além de agradecer a todos, cumprimentar o Presidente Fernando Bezerra, dizer que, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, eu estou muito satisfeito. Acho que aqui iniciamos um debate que nós vamos multiplicar em várias ações. Eu mesmo falava com o Deputado Angelim, vou fazer um outro seminário em Rio Branco sobre a encíclica do Papa com o Padre Luiz Ceppi, vamos fazer um debate, chamar o Dom Moacyr para estar junto conosco lá no Acre, ele está em Rondônia.

E eu só queria, além de agradecer, dizer que o Senado precisa aprofundar isso, nós precisamos. O Senado é a Casa da Federação no Brasil.

Ontem, eu vi Dom Leonardo e outros falarem que estão com esperança de que o Senado, com calma, com tranquilidade, possa pôr fim a esse ambiente de intolerância, que se possa um ouvir o outro, que se possa levar em conta um documento tão extraordinário como esse que, para mim, tem que ser lido, relido, estudado, debatido, discutido, como nós fizemos aqui na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Jorge Viana, antes de V. Ex^a se retirar, eu queria comunicar que nós vamos agasalar a sugestão do Ministro Herman Benjamin no sentido de promover pelo menos mais duas audiências públicas em torno da Encíclica do Papa *Laudato si'*.

Na realidade, nós temos já aprovada a viagem a Manaus para o conhecimento e a visita à Torre Alta. E nessa visita a Manaus, nós vamos fazer um painel sobre biodiversidade. E, em outubro, vamos fazer um painel, ou em Fortaleza, ou em Recife, sobre a questão da crise hídrica. Então, dois temas que serão aprofundados a partir desse início dessa discussão que nós aqui hoje vivenciamos. Então, eu queria agradecer os comentários de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Angelim, participantes desta Mesa, jornalista Washington Novaes, que tem uma história e posição em relação a essa questão. Quisera eu que a sociedade brasileira o ouvisse e o acompanhasse. Dom Leonardo fez uma abordagem que me chamou muito a atenção. E eu estou aqui na dúvida de por onde começar, mas eu vou começar pelo capítulo V da encíclica, algumas orientações, algumas linhas de orientação e ação.

A encíclica fala da crise ecológica, mas fala também da conversão ecológica. E a minha inquietação, a minha preocupação é como é que nós vamos trabalhar para que, de fato, a gente possa lograr uma conversão ecológica, porque a encíclica não tem uma destinação religiosa, ela é ampla, como foi dito aqui pelo Ministro Herman Benjamin, para cristãos e não cristãos, atinge todos os seres humanos que habitam o espaço comum, a nossa casa comum. E essa conversão ecológica, nós não conseguiremos lograr das nossas relações reais com a natureza. Na vida real, nós não temos essa consciência ecológica e avançamos de uma forma muito lenta no processo de conversão.

E nós estamos no momento também de transição cultural, de relações humanas, não só de relações com a natureza, mas de relações sociais. Elas estão em fase de transição e o mundo está construindo uma nova cultura promovida por essa facilidade da comunicação. Então, hoje nós temos uma comunicação horizontal que nos permite falar a qualquer momento com gente de qualquer lugar do mundo. Nós sabemos que hoje as relações humanas e sociais são muito mais importantes no plano do ciberespaço, no plano virtual, do que o plano real.

A minha preocupação é como vamos influenciar essa nova cultura da inteligência coletiva promovida pelo ciberespaço. E, aí, parece-me, anima-me essa ideia de conversão ecológica e de levar essa discussão, esse debate, para o ciberespaço. E o Papa chega ao momento decisivo, eu diria, no momento fundamental, quando nós conhecemos o diagnóstico, os cientistas sabem, os tomadores de decisão política sabem, mas se negam a tomar as decisões necessárias. Nós só temos uma chance de mudança nisso, que é a sociedade querer se converter e promover essa mudança. Nós só teremos mudanças, aprofundamento da consciência ecológica e a pressão necessária para os tomadores de decisão agirem nessa direção se tivermos um consentimento da sociedade. Agora, como é que nós vamos trabalhar? Nós somos militantes. Mais do que militantes, nós temos responsabilidade com nossos filhos, com nossos netos, com as gerações futuras, e a gente precisa construir uma plataforma de trabalho já pensando no ciberespaço, nas redes sociais, porque, senão, nós vamos ter uma reprodução dessa sociedade sem consciência ecológica também nesse mundo da informação que circula com

muita rapidez e que termina influenciando, eu diria, a humanidade como um todo e o nosso País, particularmente o nosso País.

Eu considero que o Brasil, então, é um caso fantástico, porque aqui a base do desenvolvimento brasileiro foi feita em cima da degradação, da destruição ambiental, da exclusão social, do escravismo e da dependência externa, que exigiu no passado, e continua exigindo, que a gente continue destruindo a natureza para poder alimentar as vacas da Europa. É uma coisa absolutamente incompreensível que nós continuemos destruindo, desflorestando no ritmo em que nós estamos, porque há uma relação muito próxima. Para pararmos de destruir a floresta, precisamos estabelecer uma conversa ampla com aqueles que exigem que nós continuemos fazendo isso. Porque, enquanto eles estiverem exigindo grãos, a floresta vai continuar sendo destruída, não é? Os solos vão continuar sendo impactados, nós vamos continuar desertificando os nossos solos.

Então, vejam, eu me animo muito porque a Igreja tem aquilo que nos falta: tem a capilaridade e a credibilidade para fazer com que possamos chegar a essa conversão ecológica, e, a partir da conversão ecológica, exigir transformações e mudanças no nosso Estado.

Uma outra questão, justamente para concluir, é em relação à transparência das decisões públicas. Mais que isso, nós precisamos revelar as entranhas do Estado brasileiro, que é um Estado muito fechado, e foi criada aqui no Senado uma Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.

Não tem o objetivo de fiscalizar, o objetivo é revelar para a sociedade como funciona o Estado e também proporcionar o direito, à sociedade brasileira, de acompanhar as decisões do Estado.

Essa comissão se inscreve dentro dessa perspectiva de construção de uma inteligência coletiva no ciberespaço que está provocando transformações culturais enormes na sociedade humana e, claro, na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu o parabeno pela condução desta audiência pública, que, evidentemente, foi muito enriquecedora. É algo fantástico, é um privilégio ouvir Dom Leonardo, ouvir Washington Novaes e ouvir o Ministro Herman Benjamin.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Eu também queria fazer aqui um comentário. A Senadora Vanessa Grazziotin, antes de se retirar, sugeriu a esta Presidência que solicitássemos ao Presidente Renan Calheiros a impressão da encíclica papal para distribuição através dos membros da nossa Comissão. Nós vamos diligenciar nesse sentido para que o Senado Federal possa imprimir a encíclica papal.

Com a palavra, o Deputado Raimundo Angelim.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Sr. Presidente. Dom Leonardo, jornalista Novaes, Deputado Sarney Filho, Senador Capiberibe, eu vou partir de uma frase do jornalista Washington Novaes de crise do padrão civilizatório.

A encíclica trata dessa preocupação comum, o homem, que é o centro das preocupações do Papa Francisco. Mas eu não tenho o otimismo do Ministro Herman de dizer que o Brasil é pródigo de legislação, da jurisprudência sobre essa questão, até porque a questão é fazer chegar lá no homem comum. Lá no extrativista, no ribeirinho, no indígena, no seringueiro, no homem dos rincões, das florestas, dos cerrados deste País. É fazer chegar lá essa benfeitoria. Porque, se você perceber hoje o quadro, em um mundo cada vez mais conectado, globalizado, o homem está cada vez mais sozinho, mais isolado.

Se você olhar no aspecto das carências, o homem hoje é cada vez mais carente de solidariedade, de inclusão social e de afeto. Se você olhar hoje o homem, ele está cada vez mais doente do ponto de vista físico, do ponto de vista dos agrotóxicos, dos transgênicos, mas principalmente da doença psíquica que é a depressão em função desse mundo de crise em que ele vive.

Se você olhar do aspecto da economia, eu sou economista, o homem está cada vez mais levado para o consumismo desenfreado, que leva à inveja, que leva à insatisfação, que leva à busca incessante pelo ter, e muitas vezes a se despreocupar com o ser. Se você olhar o mais grave, que é a perda dos valores éticos, dos valores morais e espirituais, isso faz com que o ser humano esteja cada vez mais distante desse estado do bem-estar, que é, afinal, o que a gente vê aqui na base da encíclica.

Por exemplo, eu sou de uma região amazônica que tem um dos maiores mananciais hídricos do Planeta – 20% da água doce do Planeta, a Amazônia, que tem um quinto da água potável –, mas o grande problema que a gente vê aqui na encíclica, nas preocupações, é a questão da privatização da água, é a questão do acesso do ser humano à água tratada. E como nós vamos conciliar cada vez mais o custo altíssimo de se tratar a água para terem acesso as pessoas mais pobres e excluídas? Não os moradores dos centros urbanos, das metrópoles, mas as pessoas que moram na periferia dos centros urbanos deste País para terem acesso àquilo é um bem inalienável, à água. Eu não estou falando de carro, não estou falando de moto, não estou falando de casa, que é um direito, mas da água, de beber uma água tratada. Como conciliar esse avanço crescente da privatização

da água com essa coisa ridícula que é o ser humano estar cada vez mais distante de ter acesso à água potável? Como é possível a gente trabalhar, Novaes, esse acesso do homem? Não estou tratando de outros bens materiais, estou falando da água com esse processo crescente da privatização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Angelim. Encerrando a participação dos Srs. Parlamentares, é com alegria que eu ofereço a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Presidente. Antes de tudo, eu queria parabenizar o Senador Capiberibe pela iniciativa dessa audiência pública oportuna.

Na realidade, não tomarei muito tempo, porque eu não tenho. Pelo fato de ter chegado atrasado, quem perdeu muito fui eu, perdi, provavelmente, uma grande palestra do nosso querido amigo Washington Novaes, que é leitura obrigatória de qualquer ambientalista as suas boas colunas – são semanais ou quinzenais, não é? Semanais. Eu, por diversas vezes, já li no Grande Expediente trechos grandes da coluna do jornalista Washington Novaes e é uma referência no jornalismo e um homem que conhece realmente profundamente esse assunto. Portanto, eu, Presidente, vou querer ter acesso a essa palestra.

Dom Leonardo Steiner, já tivemos um café da manhã muito bom, maravilhoso, logo depois que a encíclica foi tornada pública, onde nós distribuimos a tradução em português, e acho muito importante – também pediu o Herman Benjamin, o nosso querido Ministro Herman Benjamin – que eventos como este se repitam na nossa Casa.

Ontem estava a maior autoridade de direitos humanos da Comunidade Europeia. Fizemos uma reunião e eu tive a oportunidade de dizer a ele o seguinte: “Olha, aqui no nosso Congresso, por mais paradoxal que seja, as votações têm sido na contramão da contemporaneidade. Ao invés de a gente enrijecer as regras para manutenção dos nossos biomas, para ampliar as áreas de preservação permanente, estamos vivendo agora uma crise da falta d’água, uma crise hídrica sem precedentes, a gente aqui fez uma modificação no Código Florestal para flexibilizar as áreas de preservação permanente. E assim por diante, começou com o transgênico, que chegou aqui por uma medida provisória – foi legalizado. Nós somos contra a tecnologia, mas é uma maneira absurda de se colocar um organismo geneticamente modificado em um país tropical, um perigo que se correu sem levarmos em conta o princípio da precaução.” E eu encerrei dizendo o seguinte, que hoje a correlação de forças aqui dentro, Dom Leonardo, é muito desigual, porque aqueles que defendem seus interesses, os interesses específicos, os ruralistas, estão defendendo seus interesses, seus lucros, sua possibilidade de ampliar esses lucros, nós defendemos os direitos difusos da sociedade. E sempre que se contrapõem esses dois direitos, digamos assim – um é direito, realmente, o outro é pretensão de direito – infelizmente, aqueles que advogam o lucro individual, aqueles que advogam o ganho individual sempre têm ganhado ultimamente aqui no Congresso quando se confrontam com os direitos da sociedade.

Então, eu até disse para ele o seguinte: “Hoje, a nossa vitória é prolongar a derrota!” Então, está ali a PEC nº 215, que vai retirar das comunidades indígenas a condição de fazermos nova reserva e provavelmente, se isso passar, vai acabar com as reservas indígenas. Não quero nem falar só sobre o aspecto ambiental que as reservas indígenas significam. Elas são áreas altamente protegidas na Amazônia, comprovadamente e tudo, também a cultura, o respeito à diversidade, o respeito aos nossos povos originários aqui do nosso País. Mas retirar do Executivo e passar ao Legislativo, na prática, vai significar o fim de uma política indigenista, também atingindo os quilombolas e também as unidades de conservação.

Eu estava vindo agora de um seminário sobre o Cerrado. Nós temos aqui várias propostas boas. Há um projeto de lei para que a gente possa fazer uma lei específica, como foi feita para a Mata Atlântica, para cada bioma. Mas o nosso receio é que não somente ela seja rejeitada, mas, o pior, que através da nossa proposta, que é do bem, se faça uma barriga de aluguel do mal e se incorpore dentro dessa proposta, como foi feito em um projeto de lei complementar meu que regulamentou o art. 23 e que não saiu conforme o que tinha sido discutido. Na última hora, colocaram interesses que não eram os melhores para a sociedade.

Então, a presença de figuras importantes como essa, Presidente Fernando Bezerra Coelho, é muito importante, porque nós criamos uma massa crítica aqui dentro que pode favorecer para revertermos essa correlação de força. A presença também da sociedade civil nessas discussões é importantíssima. Hoje, nós estamos discutindo o Código de Mineração, na semana que vem será votado. Lá há um artigo também que submete, Washington, ao interesse minerário as terras indígenas, unidades de conservação, quilombolas.

Absurdos! Então, é preciso que estejamos atentos e é preciso que, cada vez mais, a sociedade venha participar, venha pressionar, venha se colocar.

Acho que temos várias questões em jogo no Brasil, mas as questões socioambientais, as questões pelas quais lutamos cujos beneficiados, muitas vezes, ainda nem nasceram, essas questões, quando há movimentos de massa, não são levados em conta.

Então, é importante a presença aqui porque vai nos ajudar na nossa luta. Tenho certeza de que o Papa prestou em grande serviço à humanidade.

Não quero acabar a minha participação, já acabando, sem dizer uma coisa que tenho repetido sempre, uma frase do Papa: “É preciso mudar profundamente a relação do homem com o Planeta, passando da dominação e do desfrute para o cuidado e a proteção.”

Então, era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Só uma informação, Deputado: nós, aqui, no Senado Federal, temos um manifesto contra a PEC 215, contrário, assinado por 48 Senadores. Portanto, não há expectativa, a Câmara dos Deputados pode ficar...V. Exª pode ficar tranquilo de que aqui, no Senado, pelo que já foi manifestado claramente e assinado, não passará.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Dias que vivemos hoje: o Senado corrige a Câmara. *(Risos.)*

Mas isso é muito bom. Eu sabia disso, e isso nos dá uma certa garantia. Mesmo assim, tenho muito receio. Se passar na Câmara, quando chegar aqui é outra história. É melhor que não passe lá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Antes de oferecer a oportunidade para as considerações finais do Dom Leonardo e do jornalista Washington Novaes, registro a importância desta audiência nos objetivos da Comissão de Mudanças Climáticas, sobretudo na pressão legítima que esta Comissão está exercendo junto ao Governo Federal para a construção da proposta brasileira que será apresentada na reunião de Paris.

Temos trabalhado, de forma mais objetiva, em dois pontos: primeiro, em relação à matriz energética brasileira. Estamos defendendo uma proposta mais ousada em termos de produção de energia eólica e energia solar. O Brasil tem avançado, é verdade, em relação à produção de energia eólica, mas julgamos serem muito tímidos ainda os objetivos colocados pelo Governo Federal em relação à energia solar, sobretudo em relação à situação que estamos vendo este ano no Nordeste.

O Nordeste enfrenta hoje uma das piores crises hídricas da sua história. Ontem, eu estava reunido com o Senador Tasso Jereissati, discutindo a oportunidade para a audiência pública da Comissão de Mudanças Climáticas. Se ocorrer em Fortaleza, vamos fazer uma grande mobilização para chamar a atenção.

Os reservatórios do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco estão todos abaixo de 20%. Vamos ter problemas sérios de abastecimento nas comunidades rurais e em muitas cidades de porte médio desses Estados que acabei de nominar. Portanto, precisamos ter uma visão, um aprofundamento mais sério em relação à política de recursos hídricos no nosso País, notadamente para a Região Nordeste, para que não venhamos a assistir a calamidades públicas, digamos assim, que podem ter repercussões sociais muito graves.

Acho que, com a audiência de hoje, aprofundando o debate em torno da *Laudato sí* e a presença honrosa de Dom Leonardo, do Ministro Herman, do Jornalista Washington Novaes, criamos, como bem colocou o Deputado Sarney Filho, massa crítica para que as nossas postulações, as nossas sugestões junto ao Governo Federal possam ganhar espaço e para que possamos nos fazer presentes na reunião do final do ano em Paris. Assim, estaremos mostrando essa preocupação e essa reflexão do Congresso Nacional na construção de políticas que possam, de fato, significar uma nova visão de desenvolvimento, como coloca o Papa Francisco.

Ofereço, inicialmente, a palavra ao jornalista Washington Novaes fazer as suas considerações finais. Na sequência, Dom Leonardo, encerrando a nossa audiência pública.

O SR. WASHINGTON NOVAES – Eu agradeço mais uma vez o convite para estar aqui. Eu acho sinal de otimismo que haja uma reunião como esta, em que este tema venha em primeiro plano, porque é uma coisa muito importante, muito urgente. O Brasil não pode se furtar a essa coisa quando nada porque é um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas e com o maior número de acidentes.

Eu só queria acrescentar um dado a tudo o que eu já falei sobre essa questão da crise civilizatória, que é o seguinte: quando se fala nisso, se pensa numa coisa muito abstrata e tal. Já tem saído alguns estudos de pessoas eminentes na área econômica e social no Brasil, como por exemplo o André Lara Resende, que foi Presidente do Banco Central, foi Ministro; do Ricardo Abramovay, que é um professor muito ilustre na Universidade de São Paulo, mostrando o seguinte: essa insustentabilidade do modo de viver que nós estamos é evidenciada por uma coisa na qual se tenta jogar um abafador. O consumo de recursos materiais pelos seres humanos no mundo já é insustentável. Nós estamos hoje com um consumo de sete toneladas de recursos materiais por ano por pessoa no mundo. Sete toneladas multiplicadas por sete bilhões de pessoas são 49 bilhões de toneladas de recursos materiais, que já não têm como suprir, em materiais de construção, em areia, em madeiras, em todas essas coisas. E a projeção é de que esse consumo num tempo relativamente curto siga para 70 bilhões de toneladas anuais. Isso é insustentável! Não há como sustentar. Não é uma questão de discussão. Isso é um fato.

Então, se nós continuarmos como estamos, o que vai acontecer? Como é que vai ser? Ainda com o drama da concentração desse consumo. Hoje os países ditos desenvolvidos, que têm menos de 20% da população mundial, consomem 80% dos recursos naturais. E é por isso que nós temos os níveis de pobreza, de miséria, de todas essas coisas.

Então, agradeço mais uma vez este convite para estar aqui. E saio otimista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado. Com a palavra, Dom Leonardo.

O SR. LEONARDO STEINER – A terra não é inesgotável. A terra tem o seu limite. A terra tem o seu limite. Impressionante como os nossos rios estão desaparecendo. Basta citar o nosso querido São Francisco. Isso é uma observação dadas as colocações que fez o jornalista Novaes e também o Deputado. É uma questão muito grave. Isso vem de uma compreensão antropocêntrica de tudo. Quer dizer, nós é que somos o centro. É de novo a questão da relação. O ser humano se colocando o centro de tudo e não consegue mais estabelecer essa harmonia da casa.

Mas nós avançamos muito nessa questão da reflexão. Olha, hoje nós temos artigos extraordinários. Temos estudos extraordinários. Temos debates. Esta audiência pública é sinal disso. Eu sempre me consolo muito com uma pequena historietinha de um companheiro São Francisco de Assis, o Beato Egídio. Era hortelão. E São Francisco o procurou para conversar mais uma vez. E o grande São Boaventura, que era um grande intelectual, às vezes ia procurá-lo para uma boa conversa e buscar inspiração.

E perguntaram para ele o que fazer. E ele disse: “Olha uma semente não é logo árvore. E uma árvore não dá logo fruto. E quando dá fruto, não comemos todos os frutos.”

Quer dizer, esse processo de algo que precisa ir crescendo cada vez não como consciência, mas como participação e como decisão.

E aqui a minha última colocação. Já foi falado várias vezes sobre a necessidade de transparência nas decisões, especialmente no Congresso Nacional, do próprio Governo em relação às grandes obras hidrelétricas, em relação hoje a verdadeiras fazendas eólicas, verdadeiras fazendas solares quando não há necessidade. É uma agressão, nós queremos achar outros modos, mas estamos agredindo e destruindo de novo a natureza com esses meios, quando existem tantas outras possibilidades. Eu vejo, por exemplo, um velho convento na Áustria ganhou subsídio do governo com a condição de que, nas paredes onde o sol batia bem dizer o dia todo, fossem colocados coletores de energia solar. E assim se fez toda a reforma do convento.

Quer dizer, procurar essas maneiras mais simples, eu diria mais caseiras, mais próximas e não de novo pensando em grandes financiamentos e de novo grandes obras e de novo grandes empreiteiras. Nós sabemos o que tudo isso envolve. Nós estamos assistindo aí.

Então, essa questão que o Santo Padre coloca no texto, no *Laudato Si*, é uma questão que nos tocam muito de perto. E eu creio que, na medida em que tivermos a ousadia de debater, de fazermos audiências públicas aqui, no Congresso, nós cresceremos. Eu creio que precisamos crescer realmente como políticos, todos nós que somos agentes sociais. Crescermos na política, no debate, para ajudarmos realmente a termos o melhor.

Para terminar, o Santo Padre escolheu um texto de São Francisco de Assis como título. Naquele dia em que ele falou: “Está dessa altura?”, eu disse: estou trabalhando. Ele pegou no braço e disse: “Você sabe como se chama essa Encíclica?” Eu disse: Santo Padre, como vou descobrir? Ele falou: “*Laudato Si*”. Eu falei: Ah, o Cântico do Sol de São Francisco. Isso mesmo.

Então, esse documento também é um hino, é um cântico. É um cântico não do desespero, mas o cântico que anuncia o mundo novo, que pode anunciar o mundo novo, relações novas. E se me permite citar um texto do Apocalipse: “De um novo céu e de uma nova terra”.

Então, é esse canto que nós deveríamos cantar, é esse canto que nós deveríamos anunciar.

Muito obrigado pelo convite e pela possibilidade de participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dom Leonardo.

Obrigado, Washington.

Antes de encerrar a nossa reunião, volto a palavra a Dom Leonardo.

O SR. LEONARDO STEINER – Nós estamos, por iniciativa da Conferência Episcopal das Filipinas, fazendo uma coleta de assinaturas eletrônicas. Lá eles deram o título Petição Católica pelo Clima. Mas hoje já se espalhou, já não é mais só católica, mas permaneceu como título. E nós estamos divulgando isso, como mudanças climáticas afetam a todos e tal, em apoio ao Papa Francisco, mas também às decisões de Paris. Será um apoio às propostas que a Santa Sé vai levar a Paris.

Desculpe ter interrompido o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Já sai daqui com o apoio dos membros da Comissão.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE DEBATER A PROPOSTA BRASILEIRA A SER APRESENTADA NA 21ª CONFERÊNCIA SOBRE CLIMA DA ONU - COP-21, EM PARIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 10H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Roberto Rocha, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Sergio Souza, Jony Marcos, Carlos Henrique Gaguim, Angelim, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro, João Paulo Papa, Ricardo Tripoli, Sarney Filho e Daniel Coelho. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, Senadores João Capiberibe e Regina Sousa. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater a Proposta Brasileira a ser apresentada na 21ª Conferência sobre clima da ONU - COP-21, em Paris. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A Ata é aprovada. O Presidente faz a leitura dos seguintes Requerimentos, extrapauta, todos de sua autoria: nº 11/2015, para “que seja convidada a Ministra de Estado do Meio Ambiente Izabella Teixeira, para participar de audiência pública com o intuito de debater a proposta brasileira que será apresentada na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21)”; nº 12/2015, para que seja “realizada uma audiência pública com o intuito de debater a Crise Hídrica na Região do Vale do São Francisco, notadamente no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, com a participação de representantes Ministério da Integração Nacional, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC)”; nº 13/2015, para que seja “realizada por esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Audiência Pública para tratar do caso de fraude em softwares nos motores de carros da Volkswagen. Para debater o tema, sugerimos convidar a Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Srª Marilene Ramos e um representante da diretoria da Volkswagen do Brasil”. Colocados em votação, são aprovados os Requerimentos. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição a Ministra Izabella Teixeira, e registra a presença da equipe da Ministra, composta pelo Sr. Carlos Klink, Secretário de Mudanças Climáticas; Sr. Everton Lucero, Ministro do Itamaraty; Sr. Raphael Azeredo, também Ministro do Itamaraty e Diretor do Departamento de Meio Ambiente; Sr. Adriano Oliveira, Diretor de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Sarney Filho, Senador Jorge Viana, Deputado Leonardo Monteiro, Deputado Ricardo Tripoli, Senador Roberto Rocha, Senador Cristovam Buarque, Deputado Angelim, Senador Donizeti Nogueira, Senadora Regina Sousa, Deputado Sérgio Souza, e Senador João Capiberibe. O Presidente apresenta o Requerimento nº 14/2015, extrapauta, de sua autoria, para “que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia Eduardo Braga, para participar de audiência pública com o intuito de debater a matriz energética brasileira e os desafios do setor em decorrência das mudanças climáticas, a ser realizada no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional”. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A reunião de hoje destina-se à realização de audiência pública para debatermos a proposta brasileira a ser apresentada na 21ª Conferência sobre Clima da ONU, a COP 21, em Paris, com a participação muito honrosa da Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Antes de iniciarmos a fala da Ministra Izabella Teixeira, que já se encontra presente, eu queria submeter à votação três requerimentos. O primeiro requerimento é o próprio convite para a Ministra Izabella Teixeira participar hoje desta audiência, que é o Requerimento de nº 11.

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 11, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convidada a Ministra de Estado do Meio Ambiente IZABELLA TEIXEIRA, para participar de audiência pública com o intuito de debater a proposta brasileira que será apresentada na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), a ser realizada no dia 1º de outubro de 2015, no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

E temos, ainda, outros dois requerimentos: o Requerimento de nº 12, para que possamos ter uma audiência pública na próxima semana, com representantes do Operador Nacional do Sistema elétrico; da representante da Agência Nacional de Água; da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – a Codevasf; e também do Distrito de Irrigação Nilo Coelho, em Petrolina, a respeito da crise hídrica na Região do Vale do São Francisco, sobretudo, da questão do abastecimento de água para os perímetros irrigados.

Portanto, é o Requerimento de nº 12.

ITEM 2

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 12, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, que seja realizada por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, uma audiência pública com o intuito de debater a Crise Hídrica na Região do Vale do São Francisco, notadamente no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, com a participação de representantes Ministério da Integração Nacional, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC).

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

E o Requerimento de nº 13, que propõe a realização de uma audiência, cuja data ainda está por ser definida, para a qual convidaremos a Presidenta do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, a Srª Marilene Ramos, e um representante da Diretoria da Volkswagen do Brasil, para que possamos tratar dessa questão da fraude em *softwares* nos motores de carro da Volkswagen, notícia que vem dominando o noticiário econômico em todo o mundo, até para saber se esse problema tem alguma repercussão em veículos comercializados aqui no nosso País.

ITEM 3

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 13, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Audiência Pública para tratar do caso de fraude em softwares nos motores de carros da Volkswagen. Para debater o tema, sugerimos convidar a Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Srª Marilene Ramos e um representante da diretoria da Volkswagen do Brasil.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Então, submeto à aprovação os três requerimentos.

As Srs e os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu queria registrar a presença da equipe da Ministra Izabella Teixeira, composta pelo Sr. Carlos Klink, Secretário de Mudanças Climáticas; Sr. Everton Lucero, Ministro do Itamaraty; Sr. Raphael Azeredo, também Ministro do Itamaraty e Diretor do Departamento de Meio Ambiente; Sr. Adriano Oliveira, Diretor de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

Quero também registrar a presença dos nossos assessores, jornalistas, representantes de organização não governamentais nesta importantíssima audiência pública.

Primeiro, Ministra Izabella, muito obrigado. Eu sei do esforço que V. Ex^a está empreendendo para estar presente hoje aqui. A Ministra acabou de chegar de uma viagem internacional; então, ela está saindo do aeroporto e vindo para esta audiência pública, mostrando, portanto, o seu apreço e o seu carinho para com trabalho desta Comissão.

No último domingo, dia 27 de setembro, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou a proposta brasileira a ser apresentada na Conferência das Partes, a COP 21, a ser realizada no final de novembro, início de dezembro em Paris.

Trata-se da contribuição pretendida, nacionalmente determinada, que reafirma a posição de liderança e destaque do Brasil na condução das negociações do futuro acordo global sobre o clima, cujo objetivo é evitar que o aquecimento global ultrapasse 2°C neste século.

Liderança em razão de o País ser a primeira grande economia em desenvolvimento a indicar uma meta absoluta, qual seja, a redução de 43% de emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030 e, também, de forma escalonada, a redução de 37% até 2015 com base nas emissões do ano de 2005.

Destaque por apresentar propostas setoriais, que certamente são imprescindíveis ao desenvolvimento nacional sustentável e ambiciosas se comparadas às metas dos países que iniciaram há mais tempo o processo de industrialização e responsáveis conjuntamente por mais de 60% das emissões mundiais.

A proposta nacional busca encontrar soluções, e este é um dos seus méritos, no setor de uso do solo e florestas. Apesar de já termos avançado desde 2005 na redução do desmatamento e, consequentemente, na redução das emissões, a meta vai além da redução do desmate ilegal, passando a incorporar a restauração florestal.

Propõe-se o desmatamento ilegal zero na Amazônia, a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, além do aumento, em cinco milhões, da área de integração lavoura, pecuária e floresta.

Entretanto, senhora Ministra, apesar do otimismo em relação à proposta, todos nós, brasileiros, estamos ávidos por informações a respeito de como as metas serão alcançadas, em especial, quais os instrumentos que o Ministério do Meio Ambiente pretende utilizar para alcançar o desmate ilegal zero,

Além disso, é necessário discutir o porquê de as metas de desmatamento focarem apenas a Amazônia, excluindo o Cerrado e a Mata Atlântica, por exemplo; que políticas públicas foram planejadas para evitar a restauração florestal; e, principalmente, em um cenário de crise econômica, a que custo essas medidas serão implementadas e quais os efeitos econômicos dela decorrerão.

São perguntas, entre tantas outras, certamente, que teremos aqui, que justificam a presença da Ex^{ma} Sra Ministra do Meio Ambiente nesta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, já que suas respostas demandarão ações conjuntas entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

Outro ponto que eu gostaria de destacar nas metas apresentadas diz respeito à matriz energética. O País terá participação de 45% de fontes renováveis de energia. Hoje já contamos com 39,4%, o que nos leva a concluir pelo atendimento da meta. No que respeita à matriz de eletricidade, em 2030, 23% da geração provirão de fontes limpas, como biomassa, eólica e solar, excluídas as hidrelétricas. O que nos chama a atenção, entretanto, é que não houve a exata definição do papel reservado ao etanol na matriz geral, e mesmo o Plano de Desenvolvimento de Energia (PDE) para 2024, plano decenal da área de energia para 2024, projeta participação de usinas termelétricas de 12,4% da matriz para 14,4% da matriz, indicando um aumento das fontes poluidoras.

A proposta brasileira para a COP 21 desenvolve, sem dúvida, um grande campo de oportunidades.

Eu não queria encerrar esta fala introdutória sem registrar os esforços do Governo e, em particular, da Ministra Izabella Teixeira na construção da proposta brasileira, sobretudo nos mecanismos utilizados pelo Governo Federal de ensinar a realização de audiências públicas, debates e incentivar a participação popular e de todos os segmentos da sociedade civil organizada, dos setores produtivos e daqueles que lidam diretamente com a questão ambiental.

Essa foi uma construção democrática, e, aí, o papel, eu diria, decisivo, a liderança decisivos da Ministra Izabella Teixeira na coordenação desse debate, que contou também com a participação de muitas outras áreas do Governo Federal, como também, é importante destacar, do Ministério de Relações Exteriores, o Itamaraty. Mas, sem dúvida nenhuma, a Ministra Izabella Teixeira foi o dínamo da construção dessa proposta brasileira.

E quero também, Ministra, fazer aqui um registro importante: o respeito internacional de que V. Ex^a desfruta nessa área. Eu tive a oportunidade de visitar a Alemanha, em junho último, e ter uma audiência com a Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento alemão, e, ali, tive a alegria, como brasileiro, de poder ouvir o testemunho do espírito de liderança e da esperança que esses países depositam na presença de V. Ex^a na construção e na coordenação para que a gente possa celebrar um pacto global em favor da sustentabilidade do Planeta.

Portanto, eu não poderia, antes de passar a palavra V. Ex^a para que nos brinde com a apresentação da proposta brasileira, deixar de registrar, com muito orgulho, o trabalho que V. Ex^a faz à frente do Ministério do Meio Ambiente e, de forma particular, o trabalho que a senhora fez aqui e lá fora para que a gente possa alcançar êxito na reunião de Paris.

Com a palavra a Ministra Izabella Teixeira.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Gostaria, inicialmente, de cumprimentar aqui o meu colega de Governo, o Ministro e Senador Fernando Coelho, e também meu colega e ex-chefe de Ministério, o Ministro Zequinha Sarney – está difícil aqui né?

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar de volta ao Congresso Nacional, agora, aqui no Senado, na Comissão Mista Permanente de Mudanças de Climáticas, fazendo o registro que eu também, antes de irmos a Nova York, atendi o convite da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Deputados, na figura do Ministro Zequinha Sarney, para lá estar e falar um pouco da INDC brasileira, da proposta brasileira.

E ele, com muita curiosidade, tentava adivinhar os números. Não conseguiu, mas por uma razão muito simples: os números oferecidos não são números que foram de fácil construção. E acho que a primeira observação do processo de construção da INDC brasileira, na realidade, remete ainda à Conferência de Mudanças do Clima em Lima, quando houve todo um entendimento, sob a liderança também do Embaixador Marcondes Carvalho, que é o nosso Negociador Chefe pelo Itamaraty, do que seria esse chamado, que denominamos *Lima Call for Climate Action*, do que seria esse chamado para que países pudessem mudar a sua abordagem em relação a Paris.

E talvez essa seja a primeira observação de natureza estratégica: o que Paris oferece como novo? É a primeira vez que nós teremos todos os países do mundo, independentemente da classificação dada na Convenção de Clima de Anexo 1, não Anexo 1, ou seja, países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nós teremos todos os países do mundo oferecendo um compromisso efetivo de redução de emissões.

Politicamente, esse é um novo sinal no âmbito da Convenção de Clima. Essa é a primeira questão a sinalizar. E esse final foi possível graças a uma convergência de posições, que também teve o protagonismo político do Brasil, liderado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Há um sinal de mudança. E a gente quer saber, Deputado Tripoli, qual a extensão desse sinal de mudança. E esse sinal de mudança tem, num primeiro patamar, a liderança do Secretário-Geral da ONU; no segundo patamar, um envolvimento direto da Convenção de Clima; e, no terceiro patamar, os Estados membros, quer dizer, o que cada país oferece por menor que seja sua contribuição no total de emissões historicamente registradas sobre a questão que levaria ao aquecimento global.

Então, significa dizer, do ponto de vista político, que nós estamos procurando um novo *floor*, quer dizer, uma nova base, uma nova referência para caminhar na negociação global de clima em torno de cumprir aquilo que foi estabelecido no âmbito da convenção por todos os países, ou seja, que o máximo que seria tolerável de aumento de temperatura neste século seriam 2°C. Então, existe uma conexão de natureza política entre o que vai acontecer em Paris e o que foi tomado de decisão anteriormente pelos países.

A segunda questão que gostaria de chamar atenção é que, para construir o processo do Brasil, nós também... E, aí, nesse *Lima Call for Climate Action*, nesse chamado de Lima para a ação sobre mudanças no clima, também foi dito – e eu acho que o Brasil foi o único país que trilhou esse caminho, e me corrijam se estiver cometendo alguma impropriedade aqui – que, na decisão de Lima, foi pedido que a construção das iNDCs passasse por um amplo engajamento da sociedade dos países.

Eu conheço todas as iNDCs que foram apresentadas até agora, pelo menos até a sexta-feira da semana passada, e não vi referências explícitas a isso por nenhum país. O Brasil, diferentemente, adotou, desde o primeiro momento, a seguinte estratégia: o Brasil fez consultas públicas amplas conduzidas pelo Ministério das Relações Exteriores e esse relatório ficou consolidado em fevereiro deste ano – estou certa, Ministro Raphael? Foi em fevereiro, não é?

Olhem, desculpem-me por eu ainda estou com *jet lag*, estou meio defasada, o meu carbono não foi totalmente capturado. (Risos.)

Mas, enfim, foi em fevereiro deste ano. E o que é muito interessante, do ponto de vista de se registrar isso, é o tamanho da ambição ou do engajamento da sociedade brasileira, não mais circunscrita aos grupos políticos com ampla tradição no diálogo sobre mudança no clima. Talvez, esse seja outro sinal importante aqui em função do Congresso, porque as manifestações, as posições políticas colocadas, as posições científicas não ficaram circunscritas aos grupos tradicionais que são interlocutores na questão do clima. Isso possibilitou que o Itamaraty pudesse arrumar, em parceria com o Governo, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério do Desenvolvimento Social, enfim, olhando os especialistas do Mapa, quais eram as grandes tendências.

E lá existe esse primeiro relatório que nos mostrou, claramente, uma intenção da sociedade brasileira de ter a mudança do clima como um assunto estratégico na sua agenda de desenvolvimento econômico e social, enfim, de transição para a economia de baixo carbono, uma grande preocupação com as questões regionais – uma grande preocupação com as questões regionais! –, uma grande preocupação com a agenda de adaptações. E, aí, o foco importante, não só na questão de mitigação, mas na questão de adaptação, uma grande preocupação com a questão da vulnerabilidade, com a questão dos mais pobres e, por fim – se eu posso falar assim, pois existem outros aspectos –, também, uma grande preocupação de que o Brasil pudesse ir além da agenda de uso da terra. E, aí, explicitamente, a questão do desmatamento a que eu vou me referir mais um pouco adiante.

Então, esses *flashes* estão lá, com posição de várias consultas, de vários especialistas, da sociedade... Enfim, há jovens, ou seja, uma amostra da sociedade brasileira.

Em seguida, nós adotamos outra estratégia. Então, além dessa consulta aberta, nós fomos, numa coordenação do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério das Relações Exteriores, a um processo também de diálogos complementares com os atores relevantes. O que são atores relevantes? São os atores que se identificam diretamente, quer pelo perfil de emissões, quer pelo engajamento e pela participação nas negociações brasileiras ao longo dos últimos 20 anos. E, aí, fizemos um grupo, dentro do Governo, em que participam, além do Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Fazenda, com engajamento pessoal do Ministro da Fazenda, e consultas ao Presidente do BNDES, ao Ministro do Planejamento, à Ministra do Desenvolvimento Social. Ou seja, vários Ministérios foram sendo envolvidos no processo de consulta e de construção do que seriam os possíveis caminhos a serem trilhados pelos Países.

Esses diálogos também se estenderam à academia, à sociedade civil organizada, e, aí, não circunscritos exclusivamente à questão dos chamados ambientalistas, mas envolvendo os setores, e o setor privado – e esse setor privado compreendeu desde o pessoal de energia até a área florestal. Então, esse é, um pouco, o processo.

Essas consultas foram feitas e conduzidas, a maior parte delas, pessoalmente por mim, embora com o *staff* do Ministério também dedicado, com o Secretário de Clima, Carlos Klink. E com o engajamento de equipes de ministérios: por exemplo, no Ministério da Agricultura, a Ministra Kátia Abreu designou o Secretário de Política Agrícola, Dr. André Nassar, para ser o ponto focal do processo; no Ministério de Minas e Energia, a interlocução direta com o Ministro Eduardo Braga e também com o Presidente da EPE, Dr. Maurício Tolmasquim. Ah, e, ainda, no Ministério da Ciência e Tecnologia – desculpem-me, eu cometi aqui um falta –, com uma conversa também com o Ministro Aldo Rebelo; e, também, a interlocução privilegiada com a equipe do Inpe, sob a liderança, não só do pessoal de uso da terra, por meio da Dr^a Thelma Krug, mas, também, do Dr. Gilberto Câmara, ex-Presidente do Inpe. Essas construções foram sendo feitas, e daí nascem as possíveis alternativas de trajetórias de redução de emissões.

A INDC brasileira seguiu a metodologia ou o procedimento estabelecido em Lima, que dá uma estrutura ao documento – e isso está disponível nos *sites*. E nós ainda fizemos um anexo a essa INDC – e não seria obrigatório fazê-lo, mas o fizemos – para um melhor diálogo nacional, para as pessoas poderem entender melhor o que está colocado e quais são as pretensões dentro da linguagem de negociação de mudança do clima.

E, aí, nós, nesse processo, adotamos as seguintes premissas. Quer dizer, como já foi dito, o processo de INDC indica qual é a contribuição. Ela, como o próprio nome diz, é *intended*, ou seja, ela é intencional, ela está relacionada ao Acordo de Paris e também ao que vai acontecer em Paris, como é que as coisas vão se desdobrar em Paris. Mas, efetivamente, os 37%, que é a primeira meta do País, e os 43%, que é a ambição do País se ele trilhar esse caminho, obviamente, pensando um País para 2030, isso não é tão trivial de ser feito e, por isso, nós adotamos modelos matemáticos construídos com o Inpe, construídos com o pessoal da Embrapa, construídos com sinergias de premissas etc. com a EPE.

Então, isso está calcado no planejamento oficial do Governo, com aproximações com *proxys* que foram testadas intersetorialmente. Ou seja, as variáveis de redução, por exemplo, de supressão de vegetação, de

ocupação do Cerrado brasileiro em função da expansão da agricultura brasileira dialogam com os cenários de planejamento de expansão da política agrícola. Não foi o Ministério do Meio Ambiente que ficou dizendo que vai expandir “a” ou menos “a”, mas foi o planejamento do setor; como, também a meta de restauração de pastagem, desenhada com a capacidade prevista dentro do Ministério da Agricultura.

Por que isso, além de uma sinergia de Governo etc? Porque, ao assumirmos os compromissos, nós sere-mos verificáveis. E não dá para assumir compromissos em relação aos quais, no futuro, o Brasil tenha que voltar atrás, supostamente, como se assumiu, no passado, o desmatamento zero para 2015, mas que não era viável cumprir. Quando a gente for para um compromisso compulsório, significa que tudo isso estará sob a égide global de verificação. E, obviamente, nós teremos que ter todos os sistemas de monitoramento, de métricas de verificação, estabelecidos no Brasil. E, aí, eu vou falar um pouco, aqui, já, já, sobre desmatamento, para todo mundo entender um pouco a complexidade do assunto. É fácil falar – não é? –, mas, na hora de sentar e cumprir, fica aquela coisa: “Segura o tchan! Não é comigo!”

Então, o País tem que assumir compromissos, e foi isto que a Presidente da República fez: ela anunciou esses compromissos com duas questões muito objetivas. Primeiro, é uma meta de *economy-wide*. E por que é *economy-wide*? Ou seja, por que é redução absoluta em toda a economia, em todo o processo de desenvolvimento? Porque o País já faz o *business as usual* na sua política voluntária de mudança do clima, que ele tem, hoje, aliás, aprovada por esta Casa. Então, não dá para fazer *business as usual* do *business as usual*, isso não se sustenta, segundo os técnicos, cientificamente. Então, nós temos que optar – e assim o fizemos – por um caminho de redução absoluta.

Por ser *economy-wide*, na discussão de clima – e é importante que todo mundo entenda –, permite-se flexibilidade entre setores. Você não especifica para cada setor uma meta – entendeu, Zequinha? Você simplesmente diz: vai ser isso! E, obviamente, em função da dinâmica da economia, em função do crescimento populacional, em função das eficiências tecnológicas, da disponibilidade de dinheiro, os países começam a fazer.

Se você pegar o que acontece com os países desenvolvidos, os Estados Unidos puderam avançar ou estão propondo redução de metas de 26% a 28% porque estão adotando o *shale gas* como substituto e fazendo emissões evitadas. Como está lá, você tem que reduzir as emissões.

O segundo caminho que o Brasil também trilhou – e a iNDC traz isso como uma questão importante: embora nós tenhamos apresentado a nossa meta em GWP, que é uma medida de aquecimento – *Global Warming Potential* –, nós também fizemos os cálculos em temperatura, que é GTP. Por que isso, Deputado? O senhor está pensando em Minas: “O que essa Ministra está falando que tem a ver como Minas?”. Estou olhando aqui para ele, e ele está pensando em Minas. A medida de discussão global do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, que é a instituição científica que baliza as recomendações da decisão política da convenção, sinaliza que o aumento máximo é de 2°C, tolerável. Como é que você vai fazer a comparação de como você está contribuindo para isso se você não tem a medida em GTP? E nós fizemos a medida em GTP para dizer como essa meta brasileira dialoga com o aumento de temperatura, e a colocamos na iNDC como uma contribuição a mais. E fizemos mais ainda: colocamos sobre a intensidade de carbono por unidade de PIB, que é a medida que a China colocou.

Para vocês terem uma ideia, o Brasil, com essa proposta, já tem hoje, em termos de intensidade/PIB, o que a Alemanha quer alcançar em 2030. Então, é importante dizer isso, porque aqui, no Brasil, as pessoas têm mania de dizer: “O país tal está fazendo”. Então, se se quer comparar o País, vamos mostrar a fotografia com toda a transparência, revelando, de fato, quais são as medidas, quais são as métricas e como o País quer avançar no diálogo político, considerando a transparência da sua ambição.

Então, oferecemos em GTP, também em GTP... E anunciamos em GWP para ninguém falar que nós estamos querendo esconder números ou causar confusão. A meta é muito maior em GTP. E por que a meta de redução é muito maior em GTP? Porque você, cientificamente, coloca os gases pelo seu tempo de permanência na atmosfera e, portanto, o seu potencial de aumento de temperatura. Então, no caso de metano, de óxido nitroso, que têm a ver com a pecuária brasileira, por exemplo, o tempo de permanência desses gases é menor e isso favorece o País do ponto de vista de quantidade ou do perfil de emissões do Brasil no futuro.

Por isso que muitos países, às vezes, não divulgam em GTP. Por quê? Porque o problema predominante em mudança do clima no mundo, ou seja, 76% das emissões globais associadas à mudança do clima estão ligadas ao setor de energia e não ao uso da terra. O uso da terra tem menor participação nisso. Mas nós o fizemos para mostrar como é o peso dos setores no perfil de emissões do Brasil. Então, tem em GWP, que foi oferecido como dado oficial do País, para não ter problema lá na convenção, para se poder comparar etc., etc., e em GTP, atendendo a recomendação do Painel de Mudança do Clima (IPCC) e dos pesquisadores, dos cientistas do Brasil. Todos aplaudiram o fato de o Brasil ter a ousadia de apresentar também em GTP.

Outro aspecto importante dessa iNDC que vale a pena também fazer referência e em que, muitas vezes, pelas questões técnicas, as pessoas não prestam atenção: nós tivemos o cuidado de atualizar todas as informações do Brasil com base no AR5. O AR5 é o último relatório do IPCC. Então, em muitas das discussões em que as pessoas oferecem números, elas o fazem com base no relatório que a gente chama de AR2. Nós atualizamos inventário, tudo para os fatores de conversão mais recentes, cientificamente comprovados pelo IPCC. Então, o Brasil teve o cuidado de apresentar os seus números com base no que está mais recente e recomendado pelo Painel. Talvez seja o único país que tenha oferecido com tanta transparência a sua iNDC.

Enfim, esse é um esforço, porque estávamos preocupados com a questão de trajetória, de transparência e de afirmar que, em 2030, quem estiver no governo vai ter isto claro, ou seja, quais são as opções, por onde a gente vai e como é que a gente vai.

Duas abordagens metodológicas também foram usadas: no inventário, seguindo as diretrizes do IPCC, com as estimativas de emissão atualizadas pelo MCTI para 2012; e o papel das unidades de conservação e de terras indígenas, que, pelo IPCC, devem ser contabilizadas pelo conceito de áreas manejadas.

Há uma sofisticação na discussão de clima que as pessoas não conhecem: o IPCC recomenda que, quando a gente cria uma unidade de conservação, o homem está intervindo para manejar e aquela área não ser objeto de remoção de carbono, porque, do ponto de vista da atmosfera, se eu cortei, a não ser que fique fixado em móveis, aquilo sobe. Então, essa intervenção antrópica é considerada importante pelo IPCC que seja contabilizada. Então, nós fizemos uma redução, um abatimento, pelo que o Brasil tem de áreas protegidas e de terras indígenas, e não consideramos ainda – o Deputado Tripoli poderá me perguntar isso, ou seja, se a ambição no Brasil pode ser maior – a questão das APPs do Código Florestal e da reserva legal, porque nós não temos o Cadastro Ambiental Rural concluído. Só poderemos oferecer isso quando nós tivermos tudo concluído, tudo fotografado e pudermos provar, com toda a transparência, que nós temos aquele ativo preservado, certo? Até porque tudo isso estará sujeito a verificação internacional se tivermos o acordo de Paris.

E, assim, também fizemos, do ponto de vista político – e estou vendo aqui algumas pessoas da área de conservação da biodiversidades –, uma ligação entre a Convenção de Mudanças do Clima e a Convenção da Diversidade Biológica. Uma ponte política em que os ativos de conservação – e as terras indígenas também estão nisso – somam ao esforço do Brasil de redução de emissões, porque você evita emissões com o que você está planejando para o futuro. Ou seja, criar unidades de conservação ou ter áreas protegidas como as áreas, por exemplo, em propriedades privadas, não só bloqueia futuros desmatamentos, que é o conceito de desmatamento evitado, com o que nós, o chamado Greenwall, na Amazônia, temos contribuído para a redução de emissões e do desmatamento na Amazônia, mas também, no futuro, poderá assegurar àqueles detentores um caminho para o pagamento de serviços ambientais, com a contribuição do carbono evitado. Essa é uma discussão global, isto é, que o Brasil, talvez, seja o país que ofereça, no tempo, as melhores condições de fazê-lo. Agora, é preciso, mais uma vez, termos o Cadastro Ambiental Rural...

E, aliás, quero aqui, publicamente, registrar que, ontem, recebi uma ótima notícia: a PepsiCo do Brasil, agora, só vai comprar, entre a sua cadeia de fornecedores de produtos alimentícios, daqueles que tiverem o Cadastro Ambiental Rural. Isso foi anunciado ontem pela Vice-Presidente da companhia para a América Latina. É uma conquista, fruto de uma negociação muito bem sucedida, o que mostra que o setor privado também tem um engajamento de verificação de transparência etc.

Indo na mesma linha, obviamente, também fizemos referência à utilização de mecanismos de mercado. Isso é uma coisa com que todo mundo fica nervoso, “ah, tem que ter; o chinês faz o *cap and trade*, aí nós vamos ter sistema de taxaço”, blá-blá-blá... Retirados interesses específicos, o Brasil disse textualmente na sua INDC que ele reserva a sua posição quanto à possibilidade de utilização, desde que acordado na convenção. Então, nós não fechamos as portas para isso, pelo contrário. A Presidenta da República teve até a oportunidades, na coletiva que ela deu em Nova York, quando perguntada sobre a questão do *cap and trade* estabelecido com o governo chinês, de dizer: “Olha, eu não tenho nenhum problema com isso, desde que esteja devidamente equacionado dentro da convenção”.

Por que é importante estar equacionado dentro da convenção? Para contabilizar a nosso favor. Vamos imaginar um cenário em que a gente adote o compromisso, em Paris, e se vá desenhar que todos os países terão obrigação de redução de emissões. Assim, olha: o que abate num país desenvolvido não pode somar no Brasil! Cuidado com isso! Há muita gente, que acha que você pega o CDM que havia no passado, o MDL, que a gente fazia no Brasil e abatia no Brasil, propondo o seguinte: “Se empresa do país desenvolvido X compra o MDL, abate no país desenvolvido e aumenta o compromisso do país em desenvolvimento”. É isso que está na mesa de negociação hoje, E há gente, aqui no Brasil, aplaudindo, sem saber que isso poderá gerar ônus ao País, em vez de gerar bônus.

Então, essas nuances da negociação precisam estar, obviamente, explícitas, e, por isso, o País não está discutindo se vai haver *cap and trade*. Se for um caminho... Obviamente, a Presidenta fez referência ao sistema chinês do carvão, que tem lá um monte de emissão, pois a matriz toda é em cima do carvão, o que é diferente na matriz energética brasileira.

Mas, de qualquer maneira, o Brasil sinaliza formalmente na sua INDC que concorda, que quer negociar. O que serão ou quais serão fica a ver, mas é importante porque acho bastante difícil avançarmos no compromisso de clima no mundo se não houver um engajamento também do dinheiro privado. Essa é uma discussão que não é trivial, mas tenho a firme convicção de que teremos que avançar nesse diálogo.

Finalmente, indo para a reta final, porque há muita coisa ainda para falar, mas, de qualquer maneira, talvez fique mais fácil no esquema perguntas e respostas, colocamos a história da adaptação. Há um equilíbrio entre mitigação e adaptação. O Brasil deve entrar agora em consulta pública com seu Plano Nacional de Adaptação. Há grande preocupação com a dimensão social, em função das vulnerabilidades, e com a questão urbana, uma preocupação de aumento de resiliência e redução de riscos.

Aqui sinalizo a necessidade, e talvez seja importante, Senador, esta Casa propiciar um debate com os Municípios. Os Prefeitos devem estar engajados. Estava lá em Nova York o Prefeito Márcio Lacerda, participou de um evento conosco; o Prefeito de São Paulo está engajado por causa da mobilização com o Papa. Então, acho que há uma importante mensagem de discussão urbana, sobre vulnerabilidade, sem falar em ameaça, mas falando em possíveis trajetórias de oportunidades de desenvolvimento e também de investimentos em infraestrutura de baixo carbono, que sinalizam oportunidades de desenvolvimento e crescimento de inovação tecnológica para o Brasil.

Então, houve uma preocupação, e, sinalizando em relação à adaptação, foi vista essa capacidade do Brasil em se adaptar. Ainda: avaliação de riscos climáticos, necessidade de desenvolvimento de modelos, de aplicá-los regionalmente; quais são as condições às quais o País vai estar exposto em função dos cenários que o IPCC desenvolve e também a gestão de vulnerabilidades, o lado prático, o lado que terá que vir para a mesa sem que tenhamos que tirar daí os eventos extremos. Por exemplo, a seca que está no Nordeste é um evento extremos, é uma seca fora da curva, como chamamos, e uma seca que está também no Sudeste. Além disso, a cheia na Amazônia. Então, esses eventos extremos dialogam com o Plano Nacional de Segurança Hídrica que está em construção no País, com o Plano Estratégico de Áreas Protegidas. Ou seja: pensar criação de unidades de conservação, Deputado Tripoli, tem a ver também com a gestão de vulnerabilidades, de estoques pesqueiros, de proteger a pesca, acabar com um pouco essa relação, meio assim por dizer, de vilanização das questões ambientais. É trazer isso como ativo de desenvolvimento e de inclusão social.

Acho que o grande compromisso tem a ver com a implementação ou *compliance*, o cumprimento do novo Código Florestal. Ele veio balizando, de maneira bastante expressiva, a INDC do Brasil tanto do ponto de vista da restauração florestal como do ponto de vista de proteção de ativos de conservação de biodiversidade e da nova economia florestal, os fundamentos para que o País seja ambicioso em uma nova economia florestal em uma silvicultura tropical. Isso não é trivial de ser feito como também não o é o desmatamento, que é por onde vou encerrar essa primeira parte da minha fala.

O desmatamento – e algumas pessoas ficam criticando e dizendo que tem que acabar etc – se dependesse da Ministro do Meio Ambiente, tinha acabado há dez anos. Então, a primeira coisa é saber que o Ministro do Meio Ambiente ou está em crise – e não é o caso, já tive alta do divã, inclusive, a minha psicanalista já me deu alta – ou então tem algum problema e está vendo isso de maneira diferente.

Primeiro, é o seguinte: queremos o desmatamento zero, todo mundo quer o desmatamento ilegal zero. E por que o ilegal?

Tenho três tipos de desmatamento no Brasil. Tenho o desmatamento legal, que é a supressão de vegetação que o Código Florestas e a Lei de Florestas, aprovada em 2006, autorizam. O proprietário privado compra uma propriedade, tem o direito de manejar, usar, intervir e remover parte da vegetação nativa – não é só floresta – da sua propriedade. Tenho o desmatamento ilegal, que é aquele que é bandido: o cara desmata e desmata mesmo. E tenho o desmatamento que chamamos irregular, que se dá à luz da fiscalização ilegal, porque a pessoa desmata onde pode desmatar, mas não tem autorização dos órgãos ambientais, que têm problemas de eficiência em dialogar com o tempo, com a capacidade de resposta à luz da dinâmica das atividades econômicas.

Lembro aos senhores que toda questão de supervisão de vegetação é de competência dos Estados, desde 2006, e que, em função da Lei Complementar nº 140, passou também para os Municípios. O.k.?

Então, ou a gente assume a construção de um novo modelo de governança e de gestão envolvendo transparência, por parte dos Estados, engajamento, capacidade de os governadores fazerem concurso público, fortalecerem os órgãos ambientais e darem resposta a essa demanda, ou não dá para assumir compromisso que o Brasil não possa entregar. Esse é o outro lado da questão. A própria Presidenta, na coletiva, disse querer

acabar antes. Mas têm variáveis, que a gente chama de intangíveis, que não estão sob o nosso controle. Então é óbvio que esse processo – e aí eu posso dar a boa notícia –, no qual eu estou engajada pessoalmente, juntamente com dois Governadores, o de Mato Grosso e o do Acre, para viabilizarmos um modelo, até 2018, de governança e de gestão pública ambiental que permita mostrar o desmatamento zero.

Agora, eu tenho estado na Amazônia, que tem mais estoque declarado de madeira do que todas as florestas existentes no Estado. Isso é o nível de corrupção que nós temos. Inclusive eu acabei de prender, há cerca de um mês, com a Polícia Federal, 11 funcionários do Ibama, em Santarém, envolvidos em corrupção com fraude de manejo florestal. Então, tem um mundo de combate ao ilícito, tem um mundo de eficiência e de gestão e tem um mundo que, na expressão inglesa, é o tal do *leapfrog*, o salto do sapo, aquilo que você muda a lógica e que vai ser mais caro desmatar, vai ser mais eficiente do ponto de vista econômico do que você plantar a floresta. Porque aí você começa a colocar no mercado a madeira com a origem certificada e aquilo que é ilegal vai perdendo força.

Agora, cerca de 60%, 70% da madeira do País que vem da Amazônia tem origem legal. Essa origem alimenta uma economia informal. Eu também não entendo como é que um prefeito gosta de sonegação, porque ele vive com uma atividade ilegal. Então, você tem que construir uma lógica municipal, em que o Cadastro Ambiental Rural comece a nos mostrar, onde você pode restaurar, recuperar e ter economia local que tira a ilegalidade daquele emprego não decente, o trabalho escravo, tudo o que está associado ao desmatamento ilegal.

Sobre a Amazônia, por que não tem o resto, etc. Deixe-me falar para vocês. A única coisa que o Brasil tem de monitoramento com taxa, que é a taxa pró-desmatamento, com reconhecimento internacional, certificado, auditado e referência dentro da Convenção de Clima, é a taxa de desmatamento da Amazônia. O Cerrado não tem taxa de desmatamento monitorado; a Caatinga não tem taxa de desmatamento monitorado, temos apenas estimativas. Então, estamos começado um trabalho de estabelecer o mesmo sistema de monitoramento para todos os biomas brasileiros com a taxa de desmatamento e com a taxa de reflorestamento. Porque, em função do Cadastro, eu vou começar a saber o que está crescendo, o que eu vou abater etc. Sob o ponto da métrica, a gente colocou o desmatamento da Amazônia porque é o que há de transparente.

Agora, chamo a atenção de vocês que, do ponto de vista do carbono, aquilo que efetivamente tem de quantidade de carbono, guardadas as devidas proporções, de uma maneira mais genérica, é o seguinte: uma unidade de carbono para a floresta; meia unidade de carbono para o Cerrado; 0,2 unidades de carbono para a Caatinga. Isso quando fizemos, *grosso modo*, a contabilidade de clima. Então, estabeleceu-se que o peso de emissão de carbono na Caatinga é menor que o peso de emissão no desmatamento na Mata Atlântica ou na Amazônia. Isso é o que eu quero dizer do ponto de vista do perfil de emissões.

Obviamente, o esforço agora já está em curso. Eu espero anunciar brevemente o novo sistema de monitoramento de todos os biomas, e isso deverá ficar a cargo do Inpe, para que a gente possa ter a mesma métrica em todo o País.

Então, a restauração florestal trabalha em todos os biomas, e o fim do desmatamento é desejável que aconteça, sob o meu ponto de vista, o mais rápido possível – por mim termina em 2010. Se nós tivermos o engajamento de todos os Estados, nós iremos conviver com duas situações de desmatamento: aquilo que é legal, que a lei autoriza, e aquilo que é o residual, que é a história que nós sempre teremos que conviver, e lamentavelmente, com alguma coisa que é ilegal. Mas eu sempre digo que no Brasil é proibido matar, mas se mata diariamente, e que no Brasil, desde 1988, é proibido desmatar, é crime ambiental, e se desmata também.

O esforço é combater, mas, por outro lado, é ter, de fato, uma gestão ambiental estratégica, eficiente. E, para isso, a gente precisa do compromisso dos governadores, com transparência, com tecnologias novas, com novos instrumentos, e o compromisso dos prefeitos.

Esse é o desafio que o Brasil terá que construir nos próximos dois, três anos, para que chegue em 2020 com tudo consolidado e, a partir daí, possa de fato oferecer... É desmatamento zero em 2020? Então, tudo bem, nós vamos seguir com o estimativo da ordem de 40% da taxa de desmatamento da Amazônia como aquilo que é legal. A estimativa, segundo especialistas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – As metas até 2030. Você coloca até 2030 e pode terminar em 2020. Se você gerar em 2020, o Brasil já começa, em 2020, 2030, só com o desmatamento legal. Ótimo! Agora, terá que trabalhar monitoramento, transparência, taxa de restauração, tudo que aliás o Brasil já começa a fazer. A instituição eleita é o Inpe, pela sua excelência tecnocientífica, em parceria com a Embrapa, naquilo que diz respeito à política agrícola e com a EPE, naquilo que tem a ver com a política energética.

Então, de uma maneira muito geral... Obviamente, eu poderia passar aqui o dia inteiro falando dessa INDC, mas acho que talvez seja mais rico, Senador, que os Parlamentares possam apresentar seus questionamentos.

E, mais do que isso, eu acho que esta Casa terá um papel essencial pós-Paris, que é o movimento político de o Brasil se preparar de fato, as instituições públicas e a sociedade, para seus compromissos e sua missão. Mesmo assim, eu quero fazer meu último comentário.

Em 1990, o Brasil emitia cerca de 1.4 giga de toneladas de CO² equivalente. Em 2005, foi 2.1, 2.2. Em 2025, nós chegaremos a 1.3. Em 2030, chegaremos a 1.2. O Brasil, 40 anos depois, terá menos emissão do que em 1990, com o crescimento econômico, com aumento de população, com redução de desigualdades regionais etc. Nenhum país do mundo consegue fazer essa trajetória. Só o Brasil. E chegaremos, do ponto de vista de matriz energética, com ambições... Hoje, o esforço de manter uma matriz de 45% renovável, com crescimento da população etc. faz com que o País talvez seja o único a explicitar essa ambição. “Ah, porque já teve 47, 48, está em 39 hoje”. Mede-se na década. Matriz energética não se mede no ano; mede-se na década. Obviamente, o País tem que ter segurança energética. O Brasil terá que ter soluções, ampliou a participação de renovável, aliás, aumentou inclusive em relação àquilo que tinha sido estabelecido com o Obama, com o Presidente Obama, que era de 20% e foi para 23%.

Então, é óbvio que há um esforço. Agora, as condições econômicas, os instrumentos econômicos vão ser desenvolvidos, se vai passar pelo Congresso, isso tudo é o debate para o qual nós temos que nos preparar nos próximos quatro anos. Vocês todos, não só a sociedade, mas o Congresso Brasileiro, será um ator estratégico na construção dessas soluções.

Chegaremos em Paris com a reação do mundo inteiro. Eu posso dizer a vocês que estão todos, como o Senador fez aqui uma pequena referência, na mídia internacional, foram mais de 200 citações em página de destaque ao País. Em todos os jornais do mundo, nos fóruns de clima, dentro da ONU, o próprio Secretário-Geral – eu estava numa audiência com a Presidente da República – fez elogios rasgados, redobrados, um agradecimento à liderança política, ao protagonismo do Brasil. Então, temos que nos orgulhar e convencer agora todos os países do mundo que essa é uma trajetória possível de ser feita. Por isso, Paris nos aguarda, nos espera. Mas pós-Paris nos espera mais ainda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Ministra Izabella Teixeira.

Nós vamos agora iniciar a fase das perguntas pelos Srs. Parlamentares.

Inicialmente, eu vou oferecer a palavra ao nosso Vice-Presidente, o Deputado Sarney Filho. Na sequência, estão escritos: o Senador Jorge Viana, o Deputado Leonardo Monteiro, o Deputado Ricardo Tripoli, o Senador Roberto Rocha e o Senador Cristovam Buarque. Esses são os que estão escritos.

A minha sugestão é que sejam breves nas indagações, levem de três a cinco minutos em cada pergunta, no máximo, para que a Ministra possa depois responder em bloco; que a gente não fique no pingue-pongue, que ela responda em bloco e, ao final das respostas, ela já apresente as suas considerações finais.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Bom dia a todos, amigos e amigas. Bom dia, Ministra. Obrigado pela sua presença mais uma vez aqui.

Pouco antes da sua viagem, como a senhora falou há pouco, nós tivemos uma reunião na Câmara, uma reunião boa, importante, mas uma reunião em que a gente estava meio no escuro, não sabia qual seria a proposta brasileira e estávamos até um pouco inseguros sobre essa proposta.

Quero, desde já, dizer que me sinto agora muito seguro e tenho certeza de que aquela sua afirmação vai se realizar. O Brasil não vai perder a liderança nesse processo. Hoje, eu tenho certeza disso. No entanto, evidentemente, e por dever de ofício, Ministra, eu tenho aqui alguns comentários feitos por algumas organizações, que acho até importante que sejam levados esses comentários para que a senhora possa até esclarecer algumas coisas dentro deste contexto. Muita coisa já foi esclarecida. Eu, pessoalmente, quero dizer à Ministra, portanto, ao Governo e a todos os nossos colegas aqui, muitos deles aqui da Frente Parlamentar Ambientalista, que eu acho que nós devemos todos fortalecer a posição do Governo, jamais atuarmos para fragilizar, o que não quer dizer que a gente não possa opinar, que a gente não possa divergir em algumas partes, mas eu acredito que a nossa proposta é consistente, é uma proposta, como a Ministra disse, elogiada por grande parte da imprensa internacional, reconhecida aqui por organizações da sociedade civil, mas há algumas pequenas questões que não vou me alongar.

O Observatório do Clima – é importante a Ministra dar uma ouvida nisso – para o Secretário do Clima... Vou ler três comentários aqui, que não são meus, mas são comentários que já estão aí, e é importante aproveitar a presença da Ministra aqui e já que temos um representante da sociedade civil.

Observatório do Clima. Para o Secretário-Executivo do Observatório do Clima, Carlos Ritti, as metas apresentadas pelo Brasil, apesar de serem altas, se comparadas com outros países, que são grandes emissores, pode-

riam ser mais ambiciosas, levando em consideração nosso potencial de redução de emissões com ganhos econômicos seja na restauração florestal, na agricultura de baixo carbono e no investimento de energias renováveis.

Quando se fala [palavras dele] em limitar a meta ao fim do desmatamento ilegal, é um ponto preocupante, isso porque teremos que conviver com esse crime ambiental, alta taxa de desmatamento na ilegalidade, e, no que diz respeito à restauração de 12 milhões de hectares, o Governo não deixou claro se a recuperação se dará apenas com a mata nativa ou poderá ser feita com espécies exóticas.

Greenpeace, de acordo com Marcio Astrini:

As promessas do Governo para as florestas são baseadas em falsas premissas e continua permitindo o desmatamento ilegal, além de perder oportunidades no setor de energia. Compensar áreas legalmente autorizadas indica que o desmatamento continuará e a taxas não determinadas; além disso, os replantios de novas áreas desmatadas não compensam economicamente, visto que é muito mais custoso do que preservá-las.

A proposta de novos desmatamentos perde ainda mais sentido devido ao fato de que o Brasil já detém áreas abertas em quantidades suficientes para assegurar o aumento da produção de alimentos sem a necessidade de novas derrubadas de vegetação.

A Imaflora, pela Marina Piatto, diz que “o compromisso de restauração cumpre a demanda de restauração prevista no Código Florestal, segundo ela, a integração lavoura-pecuária-floresta também é positiva”.

É para não ficar só nas críticas; aqui tem também um elogio da sociedade civil.

Então, esses comentários, que eu gostaria de deixar para a Ministra, reafirmando, mais uma vez, os meus cumprimentos à Ministra, ao Governo Brasileiro, pela sua proposta, que entendo ser uma proposta muito boa, é uma proposta que vai continuar deixando o Brasil na liderança desse processo.

E, aqui no Parlamento, na próxima quarta-feira, o Greenpeace, Senador Cristovam, vai, juntamente com a sociedade civil e com a Frente Parlamentar Ambientalista, entregar um documento com mais de 1,7 milhão de assinaturas pelo desmatamento zero. Nós, da Frente Parlamentar Ambientalista, estamos elaborando um projeto de lei para emendar a Lei de Políticas Climáticas, já absorvendo a proposta brasileira e com a preocupação – eu sei a preocupação da Ministra – de não tirar, evidentemente, nem de desviar, por menor que seja, a importância que tem a entrega pelo Brasil dos nossos compromissos.

Então, na quarta-feira, o Greenpeace vai estar lá – e quero aproveitar essa grande audiência para registrar – lá no Congresso, no Salão Verde, e vamos fazer a entrega. E nós estamos discutindo, evidentemente, essa emenda à lei de mudanças climáticas que, conforme foi feito em Copenhague, não foi votada pelo Congresso, mas já estava em discussão e ajudou, de certa forma, a fortalecer a posição do Brasil, já que as medidas... A ideia não é divergir; a ideia é reforçar a posição do Governo com uma iniciativa parlamentar já em andamento que certamente não será transformada em lei pelo curto espaço de tempo, mas que dará esse argumento para que a posição brasileira seja reforçada pela legitimação do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu ofereço a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Queria cumprimentar a ministra Izabella, o Sr. Presidente Fernando Bezerra. Temos uma Mesa com Ministros e também alguns colegas Senadores e Deputados Federais que estão aqui.

Eu queria muito agradecer a vinda da Ministra Izabella. Sei do estresse que ela viveu ao longo dessas semanas, meses até o anúncio que o Brasil fez no dia 27, pela Presidenta Dilma, na ONU. É uma matéria que não atende apenas os interesses do País, mas a expectativa do mundo inteiro. Como a Ministra disse, houve uma repercussão enorme na mídia internacional, porque a posição do Brasil é de interesse do mundo inteiro. O Brasil não pode deixar de ter um papel de protagonista nesse tema. Nós sediamos os dois eventos mais importantes, eu acredito, para debater as questões que dizem respeito ao meio ambiente, à sustentabilidade, ao clima, no mundo, aqui no Rio. E este ano eu acho que nós vamos ter o terceiro mais importante evento em dezembro, em Paris, para ver se o mundo constrói um documento que possa suceder Quioto, o documento de Quioto. Então, não é pouca coisa. Não fosse, por exemplo, o papel do Brasil na Rio+20, nós não teríamos esse resultado que pudemos já ter, que são os objetivos do desenvolvimento sustentável que agora, depois de um trabalho de mais de dois anos, nós temos.

Eu sei do empenho pessoal da Ministra Izabella, do seu sacrifício, mas acho que esse é um tema que – por isso a importância desta audiência – tem que ser mais debatido no nosso País. A Ministra deixou claro que, sem o envolvimento dos 5,5 mil prefeitos, um pouco mais do que isso...

Está ali o Deputado Angelim, que sabe bem disso. São cinco mil quinhentos e quantos, Deputado Angelim?

O SR. ANGELIM (PT - AC) – São 5.574.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Então, é uma quantidade enorme de prefeitos. É ali que as pessoas vivem, nos Municípios. Sem esse engajamento, nós não vamos criar uma capilaridade para um tema que é tão importante para a sociedade.

Eu acho que é um tema que avançou mais na sociedade que nas instituições públicas especialmente. Ele está mais presente na vida de várias organizações não governamentais, em vários segmentos da nossa sociedade, juventude, do que nas prefeituras e até mesmo, eu ousaria dizer, nos governos. E o mesmo se fala em relação ao Governo. Não é um compromisso qualquer. É um compromisso da Nação brasileira, e um compromisso da Nação brasileira não consigo mesma, mas com a vida no Planeta.

Eu particularmente acho, Ministra, que, com o anúncio, a gente pode fazer a virada de uma página. Sempre se fala que para fazer a virada de uma página é bom fazer a leitura dela.

Eu fui relator do Código Florestal junto com o Senador Luiz Henrique, de saudosa memória. E ficou uma suspeição de que o Código Florestal era um desserviço ao país. Alguns segmentos da sociedade, até com legítima preocupação, exageraram, talvez, na crítica e no diagnóstico pós-código. Isso não se configurou. Ao contrário; o novo Código Florestal – e fico contente com isso –, agora, a sua implementação é bandeira de luta daqueles que mais o criticaram. Então, o que eles querem, hoje, é que o Código seja implementado. Isso é muito importante resgataremos!

E, com esse compromisso que o Brasil assumiu, acho que nós, agora, podemos virar essa página e todos trabalharmos para a implementação do novo Código Florestal, sem mais as suspeições, sem mais os questionamentos. Se nós fizermos isso, vamos evitar, inclusive, a ação de alguns que querem continuar flexibilizando a legislação, facilitando as ilegalidades.

Eu entendo que é, de fato – e, aí, sei da posição da própria Ministra, que acabou de reafirmá-la –, muito longo o prazo que nós estamos estabelecendo para por fim ao desmatamento ilegal. Nós temos que cumprir essa meta antes, mas temos, para isso, que envolver prefeitos, governadores, envolver, enfim a sociedade.

Acho muito grave nós não trabalharmos o Cerrado. Quando nós observamos – e a Ministra fez um paralelo entre um, meio e dois, comparando o Cerrado à floresta, no caso, a nossa Floresta Tropical...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – São medidas muito mais... Estou dando dados assim para o trabalho geral de entendimento, porque, senão, o meu pessoal do modelo me mata! São números apenas para entendimento, porque são tão complexos esses números que eu disse: “Por favor, me deem um de linguagem mais simples, para pessoas como eu...” Aí, eles me deram um, meio e dois.

Então, eu fico...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – No Código também...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – E é pela densidade da floresta...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Exatamente.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – ... porque a Amazônia é mais maciça, é mais...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É a quantidade de carbono, em média, da biomassa...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Não tenho dúvida, mas nós temos uma variação no Cerrado. As florestas, no fundo, são um grande armazém de carbono, daí a importância do nosso País, que tem a maior Floresta Tropical do mundo.

Mas vejam só: a biomassa na floresta, pelo menos a maior parte dela, está acima do solo. Isso faz uma diferença enorme! A gente pode também, arredondando, falar que dois terços estão acima do solo e um terço está... No Cerrado é, mais ou menos, o inverso, ou seja, você tem dois terços abaixo do solo – por isso, o fogo é parte da ecologia do Cerrado, bem como a dispersão das espécies... Mas não perde a importância, porque nós estamos trabalhando com armazenagem de carbono ou com a emissão dele, tanto num bioma como no outro.

E, aí, eu concluo, porque é importante ouvirmos... Eu, agora, vou concluir e correr para o aeroporto, porque temos um compromisso em São Paulo, já pedindo desculpas à Ministra Izabella. Mas eu queria, mais do que nunca, dizer: num momento em que o País está vivendo tantas dificuldades, nós temos, hoje, com o anúncio feito em Nova York, uma reafirmação do nosso protagonismo. É, talvez, a melhor notícia, porque funciona para dentro e para fora do País, nós assumirmos e tornarmos público, cada vez mais, uma inclusão social com crescimento econômico com redução das emissões, com redução do desmatamento. E. quando vinculamos – eu até faria a leitura, mas vou pular – a nossa matriz energética, que já é uma matriz que se diferencia no mundo todo... No mundo, eu acho que está em torno de 13%, enquanto a nossa é bem maior. Mas eu acho que o Brasil não pode deixar de ousar, tanto do ponto de vista da geração renovável de energia, para não ficar preso só à hidreletricidade, mas também nós assumirmos, cada vez mais, à condução desse processo. Daí eu achar que tanto o Itamaraty, como a Ministra e os demais Ministérios que estão vinculados a esse tema, trabalhem a partir desse anúncio do Brasil, para que a gente possa ter sucesso em Paris em dezembro. Isso é fundamental.

Eu não posso fazer questionamentos, para não ser desrespeitoso com a Ministra, já que vou me ausentar, mas quero frisar, Ministra, que eu acho muito importante a senhora dizer que papel o Brasil, depois do anúncio, espera cumprir nessa negociação mundial para chegar a Paris sendo um dos articuladores de um compromisso que o mundo possa firmar para por fim a esse risco do aumento da temperatura acima de 2°C no Planeta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Senador.

Eu ofereço a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, solicitando que seja breve nas suas indagações, porque vários parlamentares estão com voos para pegar a partir das 13 horas, e nós queremos dar oportunidade a todos para que se manifestem nesta audiência pública.

Deputado Leonardo, por favor.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, e dizer que serei bem objetivo na minha manifestação. Quero ainda, aqui, cumprimentar e saudar todos os Parlamentares presentes a esta audiência pública da Comissão de Mudanças Climáticas.

Saúdo a Ministra Izabella e a cumprimento pelo exercício do mandato no Ministério do Meio Ambiente.

Quando vejo uma certa insegurança, tumulto na discussão da nossa proposta que será levada a Paris, lembro-me de que a Ministra viveu conosco um momento muito importante, que foi a discussão do Código Florestal, momento em que esse debate foi muito acirrado aqui, na Casa. Havia grandes divergências entre o setor produtivo rural e o movimento social em geral. E a Ministra foi um grande árbitro naquele momento, conciliadora. Acabou que construímos uma proposta de Código Florestal cujos resultados estamos vendo hoje. Podem não ser o que pretendíamos, mas vocês estão vendo aí o Cadastro Ambiental Rural, que hoje está sendo implementado com muita força até por aqueles que o criticavam.

Sem dúvida nenhuma – e, por isso, parablenizo a Ministra –, essa capacidade dela nos conforta e nos dá segurança de que vamos ter uma boa proposta em Paris. Eu também, como disse o Deputado Sarney, até há pouco tempo, ficava me perguntando: qual vai ser a nossa proposta? O que vamos levar para Paris? Mas, com o anúncio agora, da Presidenta Dilma, na Conferência da ONU, tivemos a certeza de que o Brasil será, sim, um participante ativo na Conferência, terá atuação ativa e propositiva.

Então, Ministra, quero cumprimentá-la, parabenizá-la. Resta-me aqui uma dúvida que, apesar de a senhora já ter mencionado na fala, fosse esclarecida. É com relação aos números. A Presidenta Dilma anunciou um número de 37% a 43%. Depois, vimos em alguns jornais vários elogios em relação a esse número, mas algumas instituições falaram que esses números poderiam ser maiores, poderiam ser mais abrangentes ainda. Eu gostaria que a senhora comentasse ainda mais esses números e como podemos, de fato, concluir essa proposta para que a apresentemos em Paris.

No mais, parablenizo-a pela presença na reunião, pelo trabalho à frente do Ministério e pela condução da elaboração da proposta que vamos levar a Paris.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Ofereço a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli. Tendo em vista que a lista de inscritos se amplia, peço que obedeça o tempo regimental.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Serei breve, Sr. Presidente.

Quero agradecer o Senador Fernando Bezerra e, em sua pessoa, cumprimento todos os Senadores aqui presentes, os Deputados Federais, nossa estimada Ministra Izabella Teixeira. Eu gostaria, de público, Ministra, agradecer-lhe pela contribuição que a senhora e seu Ministério têm dado na elaboração do parecer que estamos concluindo agora do licenciamento ambiental.

Sou Relator da matéria, solicitei a vários segmentos que colaborassem: a própria CNI, o Ministério Público, as entidades não governamentais e o seu Ministério, que é o Ministério afim nessa matéria de licenciamento ambiental. Quero, publicamente, agradecer-lhe pela contribuição. Obviamente, aproveitamos boa parte, senão quase todas, as contribuições apresentadas para que tenhamos agilidade na apresentação dessa ferramenta, desse instrumento, que é o licenciamento ambiental.

Muitas vezes, nós, que militamos e atuamos na área ambiental, somos pegos de surpresa como se fôssemos os vilões da questão no Planeta, porque estaríamos, em tese, interrompendo o desenvolvimento no País, o que não é verdade. A senhora deixou claro, em sua explanação, que há uma grande contribuição, haja vista a questão da água, que todos reclamam. Quando discutimos o Código Florestal e falamos no plantio de matas ciliares à beira dos nossos rios e córregos, os chamados ruralistas criticavam dizendo que estávamos conspirando contra o agronegócio. Hoje, eles buscam, a todos os custos, água para utilizar não só na irrigação, mas também no desenvolvimento do plantel dos seus animais.

Mas eu queria, dentro da linha que o Presidente me solicita, Ministra, esclarecer uma dúvida que tenho. Primeiro, eu queria cumprimentá-la e parabenizá-la. Tive oportunidade de participar em Copenhague, também em Cancún, dos eventos da Convenção do Clima e, dessa vez, vejo que avançamos. V. Exª comunica bem antes a realização do evento e então dá tempo de o Parlamento, inclusive, poder se inserir nesse processo. Quando formos lá discutir com os Parlamentares da Organização das Nações Unidas, teremos instrumentos suficientes para dizer de que maneira vamos transformar isso em procedimentos legislativos que possam ajudar na implementação desses programas que V. Exª acaba de anunciar, o que, para nós, é música aos nossos ouvidos.

A dúvida que tenho aqui é a seguinte: quando V. Exª fala na preocupação do mundo, hoje, não quanto à mudança do uso da terra, mas na questão energética – será através desse vetor de energia que faremos a transformação – V. Exª faz referência só ao Brasil ou a um projeto global de utilização de energias que, obviamente, são o que comprometem a questão do clima? Temos problemas também da questão energética ainda aqui, no Brasil?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Ofereço, na sequência, a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco/PSB - MA) – Ministra Izabella, meus cumprimentos, Presidente Fernando, na pessoa de V. Exª, quero cumprimentar os colegas Parlamentares, as senhoras e os senhores. Serei muito breve. Tenho, aqui, algumas questões, mas vou me ater a apenas uma. O Brasil tem se mostrado protagonista nos debates internacionais sobre o novo Acordo Climático Global. Recentemente, a Presidenta Dilma anunciou na reunião da ONU a proposta brasileira a ser levada à Conferência do Clima em Paris. Nesta proposta, há a previsão de redução de emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, com foi dito, e em 43%, até 2030, com base nas emissões oficiais brasileiras do ano de 2005, que foram, como dito, de dois bilhões de toneladas equivalentes de CO₂.

V. Exª também comentou em sua apresentação, salvo melhor juízo, que 76% das emissões do mundo são oriundas do energético e não do uso da terra, como comumente somos levados a acreditar. Nesse sentido, a pergunta é: na estratégia do País, de redução de emissões, que mecanismos de mercado – e o termo é este mesmo, mecanismos de mercado – estão sendo priorizados para criar condições atrativas para a participação da indústria com a criação de fontes de financiamento e acesso a tecnologias de baixa emissão e do desenvolvimento de tecnologias limpas, como solar e eólica, especialmente, a energia solar?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Senador.

Ofereço a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Srª Ministra, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, tenho duas perguntas bem rapidinhas. A primeira é: nessa meta de 12 milhões de hectares de florestas recuperados, quais são os instrumentos que serão utilizados e o que é que podemos fazer para ajudar nisso? Os recursos financeiros já estão definidos? Os instrumentos para que isso seja possível já estão determinados? Vamos ter um grande programa de geração de emprego para o reflorestamento? Como é que podemos ajudar nisso?

E o segundo é: em Paris, na reunião, o nosso Governo, não sei se será uma reunião em que Presidente irá ou V. Exª, mas vocês vão estar mais para o Papa Francisco ou para Al Gore?

Al Gore respeito bastante, mas são propostas de manter o mesmo modelo econômico, aumentando a produção como propósito civilizatório, apenas mudando os insumos, ou seja, mais carros usando combustível verde, e não uma postura tipo Papa Francisco, que é menos carros, melhorando o transporte coletivo para todos.

Então, será apenas uma maneira de mudar os insumos usados ou será uma proposta de mudar os modelos civilizatórios que estão destruindo o Planeta?

Essas são as duas perguntas, mas eu não posso deixar de concluir dizendo que fico feliz, Ministra, ao não ver o Ministério do Meio Ambiente, o seu nome nessas ações e atividades para recompor o Governo da Presidente Dilma... (Risos.)

... porque eu creio que a senhora tem representado um bom trabalho para todos nós que acreditamos na possibilidade de um desenvolvimento sustentável. E eu espero que a senhora continue, que é o que se desprende dos jornais.

Só essas duas perguntas e essa manifestação de apoio e de esperança.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Ministra, bom dia. Desde já os nossos agradecimentos pela sua presença, pelas palavras esclarecedoras que eu não pude ouvir todas.

Só para reportar, estive na Comissão de Agricultura o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que hoje está na Fundação Getúlio Vargas. E ele disse que não tem dúvida de que, do ponto de vista da produção, da agricultura, da pecuária, o Brasil leva uma grande contribuição, que é a agricultura de baixo carbono. E eu sou testemunha disso, porque, no Tocantins, a Embrapa, junto com o Governo do Estado e a Ruraltins, que é a empresa de assistência técnica, vem fazendo um trabalho extraordinário nesse aspecto.

Estive conosco também a senhora que é da IBA (Indústria brasileira de Árvores), que nos disse que, se houver por parte do Governo disposição de chamá-los para uma parceria nessa questão da recuperação da vegetação nativa, uma vez que possa, nesse processo de recuperação, 50% ir para a indústria de floresta com outras variedades, se não me engano, atópicas, eles têm condições de ajudar o Brasil nesse período a recuperar cerca de 10 milhões de hectares sem ônus, inclusive, para o País.

Penso que a emissão de carbono é um problema a ser considerado, mas isso é um pouco abstrato para o povo brasileiro. Mas essa questão da crise hídrica, sobretudo em São Paulo, é algo real, que a gente pode trabalhar e que mexe na consciência das pessoas para a gente poder avançar nessa questão da recuperação do desmatamento zero, porque da água todo mundo sente o gosto, se não sente o cheiro, e vê a necessidade premente. Então, penso que nós temos aí um instrumento, uma ferramenta para poder fazer isso avançar.

Por ocasião da minha posse aqui, no dia 3 de fevereiro, eu registrei no meu discurso de posse que não podem a União, os Estados e os Municípios ficar apenas com o papel de disciplinar, regular, fiscalizar e punir o infrator. Mas o cumprimento, por exemplo, da previsão no Código Florestal carece, inclusive, de investimento dos próprios governos no sentido de ajudar a cumprir isso, porque haverá aqueles que não têm como fazê-lo. Nesse sentido, eu já apresentei uma proposta que tem esse cunho.

Temos uma audiência hoje com a senhora para discutir um projeto de lei sobre o PSA, porque eu penso que nós precisamos criar esses instrumentos que possibilitem executar, porque, senão, quanto ao Código Florestal, daqui a trinta anos, nós vamos estar dizendo o que deu certo nele, o que não deu, e praticamente não teremos realizado nada. E estou otimista em relação a isso.

Para concluir, digo que fiz uma audiência, um seminário da Comissão de Meio Ambiente do Senado em Palmas na semana passada, envolvendo Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins – estive presente o Maranhão, e os dois outros Estados não – para discutir o Planaveg.

Foi uma discussão muito rica e que aponta alguns pontos que podem nos levar a termos bem-sucedidos nisso. Mas é preciso que nós encontremos uma maneira de financiar esse processo de recuperação. E, aí, eu quero crer que essa proposta da indústria brasileira de árvores é uma possibilidade que precisa ser considerada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Senador.

Eu ofereço a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Ministra.

Quase tudo já foi dito aqui, mas o item 7, Ministra, não é um pouco contraditório na questão de ampliar mais a fonte hídrica, já que a gente viveu – e vive – uma escassez hídrica do ano passado para cá?

Os reservatórios baixaram muito e o que se prenuncia é mais seca; daí nós termos de acionar as termoeletricas. Então, não seria melhor usar a eólica, que é uma fonte que está aí... Descobriu-se que o Semiárido nordestino tem vento que não acaba mais. No Piauí, é promissora a produção. As empresas que estão trabalhando lá já estão colocando a energia na rede – 295 megawatts, se não me engano. E há muita energia na Serra do Araripe, bem como no litoral. Então, o Nordeste poderia ser o grande celeiro e o grande fornecedor de energia para o País, e, assim, a gente, talvez, sofresse menos com a questão da água.

Isso me preocupa muito porque nós vimos o que aconteceu no ano passado: as termoeletricas ligadas porque todos os reservatórios estavam muito baixos.

Era só essa a pergunta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Senadora.

Encerrando, ofereço a palavra ao Relator desta Comissão, Deputado Sérgio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, primeiramente, quero parabenizar V. Exª, Senador, pela rapidez, pela presteza em organizar esta reunião com a Ministra Izabella, a quem cumprimento e, em nome de quem, cumprimento todo o Governo brasileiro pelo trabalho desenvolvido e apresentado na semana passada em Nova York.

A nossa Comissão de Mudanças Climáticas é uma comissão que começa a tomar corpo, e a sua importância começa a ser sentida pela sociedade brasileira. Já estive por aqui algumas vezes, ora como Presidente, ora como Relator, agora novamente como Relator, e posso dar conta de que, às vezes, havia uma frustração pela

falta de atenção a esse tema, que é muito importante e que as pessoas têm de perceber que isso, do ponto de vista saúde, do ponto de vista financeiro, impacta na suas vidas.

A preocupação que o mundo está tendo em relação ao aquecimento global... E um estudo recente mostra – e nós estivemos com o Deputado Papa numa entrevista nesta semana sobre esse assunto – que a elevação dos mares é um fato, já está acontecendo; que o fenômeno do El Niño, de fato, atinge o Brasil neste exato momento. É só ver as tempestades que têm acontecido no Centro-Oeste; no Sul, as secas. Neste momento em que passamos por uma questão econômica relacionada à alta do dólar e temos, na nossa composição alimentar, o trigo, que importamos 60% do que consumimos, então, que se tornou um item caro. E, ao mesmo tempo, nós temos uma baixíssima produtividade no Brasil, associada a uma baixa qualidade. E nós sabemos, com toda a certeza, que foi o clima que influenciou nesses resultados. Então, essa questão traz, sim, ao cidadão brasileiro todo um prejuízo.

Ministra, o Brasil, nas últimas COPs tem sido precursor, tem mantido a vanguarda nos seus objetivos. Hoje de manhã, inclusive, assisti a uma reportagem de um jornal televisivo que dizia: “olha, no último ano, cinco mil hectares foram desmatados ilegalmente na Amazônia”. Parece que é muito. Não sei se esse dado é verdadeiro, mas eu o vi hoje de manhã veiculado em um telejornal. Mas cinco mil hectares é muito pouco. Não que não seja necessário... Mas, se comparado com o que havia no passado, cinco mil hectares é a área do Plano Piloto, aqui em Brasília. Eu acho que não chega a isso. Então, você veja que nós evoluímos muito e evoluímos porque há mecanismos de fiscalização e de controle, mas, principalmente, por nós criamos eixos produtivos e diversificamos a nossa produção com incentivos como, por exemplo, a agricultura de baixo carbono, questão de melhoria da produtividade, e vi também uma reportagem do Amazonas, a ocupação urbana com relação à floresta.

Mas isso é pequeno.

Pergunto aqui a V. Ex^a, Ministra Izabella: as metas apresentadas pelo Brasil são ousadas? O Brasil está se mantendo na vanguarda? Mesmo quando ele não tinha a obrigação de apresentar metas, apresentou e construiu uma legislação para isso, para que isso pudesse ser, na prática, executado. E essas metas apresentadas, como, por exemplo, 23% de energia elétrica não hídrica, sustentável, renovável, que é onde a biomassa terá um papel fundamental, como disse a Senadora, a energia eólica, a solar, o Brasil conseguirá cumprir isso até 2030? E como ele vai conseguir? Que mecanismos de financiamento teremos para isso?

No que diz respeito, e aqui um dos meus colegas lembrou bem, da recomposição de pastagens, de áreas degradadas, temos já um programa muito bom, que é o Programa ABC, que tem incentivado muito a agricultura de baixo carbono. Nós temos um Plano Safra que bateu recorde neste ano em volumes de recursos, passou de R\$200 bilhões, incluindo aí também a agricultura familiar. Então está indo muito bem. Mas o Brasil passa por um momento de dificuldade econômica, estamos vivendo aqui no Congresso Nacional a análise de vetos para estancar o aumento de despesa, eventuais impostos para aumentar o nível da receita. Então, como é que nós vamos conseguir financiar isso?

Uma última colocação: não tenho dúvida de que V. Ex^a, Ministra Izabella, já brindou esta Comissão com uma belíssima exposição, mas eu, por conta da relatoria na CPI dos fundos de pensão, não consegui estar aqui. Deixei lá, está acontecendo ainda a relatoria, hoje nós estamos ouvindo lá o presidente da CVM, que é o que faz o controle de valores mobiliários do Brasil. Mas, veja, temos a questão do crédito de carbono. O crédito de carbono vai acontecer? Isso de fato será uma moeda? E o Brasil vai ganhar com isso? O crédito de carbono poderia ser o mecanismo criado para ser financiamento dos investimentos como das energias renováveis, dos combustíveis?

Aqui, por exemplo, vi, na meta apresentada pelo Governo brasileiro, o aumento da mistura do biodiesel. Estamos aí em via de ter o B20 Metropolitano. Está lá para a Presidente Dilma assinar. Não sei se V. Ex^a poderia comentar um pouco sobre isso. O B30 Agro é muito importante para a diminuição do uso de combustíveis fósseis e até mesmo do custo de produção, com essa alta do petróleo. Há a biomassa no setor de etanol, a verticalização deste setor, que é o setor do etanol, onde a biomassa é, em muitas das usinas, pouco usada. Poderíamos incentivar o etanol de segunda geração. Gostaria de saber se esses temas estão na mesa de negociações e se o Governo brasileiro vai, junto às Nações Unidas, buscar uma fonte de financiamento ou de diminuição de custeio para investimento? Porque o econômico, em momentos como este, fala muito forte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu agradeço o Deputado Sérgio Souza.

Eu vou fazer uma breve informação. Na realidade, vou submeter aqui um novo requerimento, que trata da convocação do Ministro Eduardo Braga. Ontem, eu estive com ele, e ele se dispôs a vir a esta Comissão para trazer a visão do Ministério de Minas e Energia na construção dessa proposta brasileira do acordo do clima, para que a gente possa aprofundar o debate sobre essa matriz de energia renovável, eólica, solar, biomassa.

Enfim, teremos, portanto, essa oportunidade. Agendaremos para as próximas semanas, possivelmente entre o dia 15 e 20 de outubro, e o Ministro de Minas e Energia virá a esta Comissão para aprofundar o debate sobre a questão da matriz energética brasileira.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Capiberibe, pedindo apenas a brevidade na sua indagação, tendo em vista compromissos já agendados pela Ministra Izabella Teixeira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou considerar aprovado o requerimento, porque formalmente não o coloquei em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por favor, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP) – Obrigado.

Seguindo a recomendação de V. Ex^a, eu serei muito breve, não falarei mais de duas horas, com certeza.

Cumprimento a Ministra Izabella, os Senadores, Deputados, Deputadas.

Ministra, a relação entre desmatamento legal e desmatamento ilegal é uma relação importante para que possamos ter uma ideia, a sociedade brasileira, de até onde chega o braço do Estado. Isso às vezes me preocupa, pois não conseguimos controlar as periferias urbanas. Se temos que criar uma polícia especializada para subir nos morros do Rio de Janeiro, imagina chegar com o braço da fiscalização do Estado até regiões mais remotas deste País, onde se pratica todo tipo de atividade clandestina, ilegal, enfim.

É que também, na semana que vem, o Greenpeace vai nos apresentar aqui no Senado, uma proposta de projeto de lei de desmatamento zero, e a meta do Governo é zerar o desmatamento até 2030. O Greenpeace vem fazendo um trabalho e, depois de muitos anos, conseguiram atingir mais de um milhão e meio de assinaturas na sua propositura de lei que chega ao Senado e à Câmara na semana que vem. Eu acho que precisaríamos precipitar o desmatamento zero por uma razão de necessidade.

O modelo de desenvolvimento do nosso País é fundamentado na destruição ambiental, na degradação, na utilização exaustiva dos recursos naturais, na dependência externa e na exclusão social. Nós somos um país escravista, até hoje estamos combatendo trabalho escravo no Brasil. Nós atendemos demanda externa por matéria-prima, então invertemos o processo de desenvolvimento do nosso País. Nós tínhamos um processo de industrialização crescente, e, nos últimos anos, a participação da indústria no nosso PIB é muito reduzida. Nós temos uma megabiodiversidade com a qual poderíamos construir um modelo de industrialização fundamentado no correto aproveitamento desses recursos.

Nós temos todas as potencialidades, todas as possibilidades de construção de um novo modelo de desenvolvimento. Parece que é hora de decidirmos: “Olha, daqui para frente não vamos desmatar, nós vamos ter que criar, necessariamente, uma atividade econômica diferenciada, que não seja essa da destruição sistemática e da exportação de natureza.

Eu entendo que o Ministério de Meio Ambiente tem uma função específica, mas, dentro do Governo, não há uma discussão no sentido de mudança de modelo? Essa é uma questão que me parece interessante. V. Ex^a participa de um Governo e certamente há uma discussão sobre projetos de desenvolvimento do País.

Enfim, eram essas as questões, eu já encerro por aqui, e deixo os outros uma hora e cinquenta e cinco minutos que eu tenho de direito para outra oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Senador, pela compreensão.

Eu vou oferecer a palavra para as respostas e as considerações finais à Ministra Izabella Teixeira.

Quero apenas, Ministra, trazer aqui um comentário do representante especial para mudanças climáticas do Ministério das Relações Exteriores britânico. A convite da *Folha de S. Paulo*, ele fez uma palestra recentemente, e, indagado sobre energia nuclear, ele respondeu: “Energia nuclear tem seu papel nessa descarbonização que todos nós almejamos”.

Como já falei, sobre a questão energética, vamos aprofundar no debate com o Ministro Eduardo Braga, mas eu queria que a Ministra, no meio das suas considerações, pudesse fazer uma reflexão sobre o papel da energia nuclear nessa proposta de descarbonização da economia.

Com a palavra a Ministra Izabella Teixeira.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Vamos lá. Eu vou tentar falar em dez horas e trinta e nove minutos.

Vou fazer comentários mais gerais sobre aqueles que saíram, mas não quero deixar a oportunidade de registrar, porque foram comentários muito ricos e refletem, às vezes, alguma incompreensão ou mesmo posições que politicamente merecem um debate.

Uma das referências sobre a questão da INDC do Brasil, feita por algumas instituições governamentais, é que as metas eram altas, porém, pouco ambiciosas. É uma contradição em si. O Brasil ofereceu as maiores metas. Nenhum país no mundo, até agora, ofereceu meta de redução, em *economy-wide* absoluta, como o Brasil o fez. Vamos reduzir mais do que a União Europeia, que oferece 40%.

Então, a primeira questão é entender que é um ou é outro. O Brasil trilhou, optou por um caminho de fazer metas ambiciosas. Poderíamos ser mais conservadores até do que estamos sendo. Poderíamos ficar circuns-critos, por exemplo, só à Amazônia, e estendermos para todos os biomas brasileiros. O desafio, como eu disse aqui anteriormente, que vai exigir que o Brasil construa, antes de 2020, todos os sistemas de monitoramento, todas as taxas de desmatamento dos demais biomas, que ele não tem, e que isso seja verificável e comprovável internacionalmente, com isenção técnico-científica. Isso não é trivial de ser feito.

Por isso, sempre falo, quando as pessoas – talvez pelo meu vício de ser funcionária pública, funcionária do Estado brasileiro, eu sou funcionária de carreira do Governo brasileiro –, acredito piamente em credibilidade, em robustez e isenção das instituições técnico-científicas deste País. Não se desconstrói credibilidade, principalmente, credibilidade técnico-científica. Às vezes, vejo afirmações sobre taxas de desmatamento em que os métodos usados sequer dialogam com aquilo que a Convenção estabelece como requisito para ser verificável e seja objeto de métrica. Então, tem que ter muito cuidado, quando a gente está falando de compromisso de país.

As metas são, sim – alguém me perguntou aqui se são ambiciosas –, muito ambiciosas; não são pouco ambiciosas. Mas também dialogam. Por que o Brasil faz isso com certeza de que vai dar certo? Porque está na trajetória de um aprendizado do Brasil na atual política nacional de mudança do clima. Quando se fala aqui da agricultura de baixo carbono, Senador, a agricultura de baixo carbono é um programa usado... Estive com o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que é meu amigo, e discutimos a avaliação que o observatório da ABC fez em torno do que precisa ser melhorado. Uma das questões essenciais não é só, Deputado Sergio, ter crédito do Plano Safra, é verificar se esses créditos dialogam com os resultados que a ABC coloca.

Para isso, preciso de uma coisa chamada Cadastro Ambiental Rural. O Brasil é o único País do mundo que vai ter esse instrumento. Aliás, os países começam a querer copiar o Brasil, querer saber o que é isso, porque isso é transparência com a menor tecnologia e numa visão de baixo para cima, do pequeno agricultor, do dono da terra. Vamos saber, efetivamente, o que ele tem, o que ele vai restaurar e o que ele usa, porque, neste País, há direito de uso e propriedade, tem que se respeitar o direito de uso e propriedade. Então, é óbvio que você precisa medir e dizer: ele restaurou, ele preservou. O Cadastro Ambiental Rural hoje, que está em cerca de 75% da área que tem que ser objeto de cadastramento, mostra que temos mais de 40 milhões de hectares de vegetação nativa em propriedade privada, sem grau de proteção, Senador Cristovam Buarque. Ou seja, não estão em APP, não estão em reserva legal, não estão em uso restrito, são passíveis de supressão, e não estão sob área protegida de RPPN, por exemplo. Isso é um ativo que você tem. Se a gente cortar, vai para o carbono. Eu não coloquei isso na contabilidade, porque preciso terminar o Cadastro para saber, de fato, como preservo isso e quais são os instrumentos que vamos usar para assegurar renda e proteção, porque é um direito da propriedade privada fazer uso daquele território, a não ser que a gente mude a lei no Brasil.

Se o senhor compra um sítio no entorno de Brasília, o senhor preserva o seu Cerrado, preserva a sua reserva legal, preserva a APP, o senhor pode ter uso. A lei lhe assegura esse direito. Então, quando vêm as discussões de desmatamento zero, tem que ter um cuidado do que é esse desmatamento zero. Em alguns países do mundo, isso é depoimento do pessoal do clima, ofereceu-se desmatamento líquido zero e aumentou-se o desmatamento. Porque, na cabeça das pessoas, posso desmatar e neutralizar ou restaurar. Outros países prometeram desmatamento zero, e não tiveram condições de entregar, porque há leis conflitantes.

Acho extremamente importante que aconteça o debate, com manifestações, etc, porque tenho aqui: direito de propriedade, tenho um Código Florestal, tenho uma Lei de Florestas, tudo que dá, assegura o que você preserva e o que você não preserva.

E o que você não preserva, é passível de uso. Não estou dizendo que vai ser usado, mas é passível de uso. Então, quando se fala de desmatamento – e estou agora falando com o Senador Capiberibe, que chegou um pouco depois –, como já expliquei, há três tipos de desmatamento: o ilegal, que é crime. O cara desmata na APP, é crime. Ele não pode desmatar, desde 1998. A Lei de Crimes Ambientais diz, desde 1998, que é crime ambiental, no Brasil, desmatar ilegalmente. No entanto, não impediu que o Brasil tivesse as maiores taxas de desmatamento, em 2004 e em 2005. É só voltar no tempo, olhem os números, estão lá, não sou eu que estou dizendo.

Então, estou falando aqui de uma política de Estado. A sociedade brasileira acha intolerável o desmatamento. Também acho. Só que os mecanismos que temos que perseguir para acabar com aquilo que é ilegal, que é a primeira situação, que é grave, que alimenta economias ilegais, informais, neste País, que faz com que a gente comercialize madeira ilegal, neste País, que gera sonegação fiscal para prefeitos e para Estados, que gera trabalho escravo... As minhas operações de fiscalização, as condições em que a gente pega as pessoas

trabalhando são vexatórias, são indizíveis. No entanto, vejo muito governador discutindo e legitimando, mas não resolve o problema. “Vamos ao fim do desmatamento”, e não resolve três mil e tantos garimpos ilegais na Amazônia, que financiam o desmatamento ilegal neste País, gente! Parem, vamos trabalhar, como o Senador Cristovam falou, vamos trabalhar para a solução do problema. Não é fácil solucionar o problema.

Senador, eu fui testar uma tecnologia em que a gente enxerga o desmatamento abaixo da copa da árvore. Isso é um dos problemas, porque os desmatadores, na Amazônia, fazem ilegalmente. O senhor é ex-Governador do Amapá, sabe disso: pintam os tratores de verde, há milhões de maneiras de iludir a fiscalização. Agora estamos tentando uma tecnologia em que enxergo através das copas, virei supermulher, Superman, que enxerga através da parede. Quando desci do helicóptero e vi as condições do garimpo em que as pessoas moravam – a polícia ia prender os que estavam lá –, não consegui ver a prisão das pessoas, tamanha a miséria daquelas pessoas, porque o dono daquilo não está lá. E eles estavam lá, desmatando a Amazônia, degradando tudo, mas o quadro de miséria, dava vontade até de acolher. E o dono, o rapaz, o pai de família que estava ali foi preso, porque estava cometendo um crime ambiental. É atividade criminosa.

Então, quando a gente vem para passar a régua, como a gente fala, tem que olhar os vários brasis dentro do mesmo Brasil. Não defendo crime, muito pelo contrário, tem que acabar com o desmatamento neste País, mas também tem que saber como se acaba e como se colocam as atividades, para que todos possam convergir, porque tem mais gente querendo fazer benfeito do que malfeito neste País.

Tem o desmatamento como crime, que é o que quer fazer malfeito. O cara, de propósito, dribla, é o gri-leiro, tem de tudo, o senhor sabe disso melhor do que eu, dos desafios da Amazônia. Por outro lado, também tem a supressão legal. A lei me diz que, se tenho 80% de reserva legal na minha propriedade, posso usar 20%; se tenho 35% no Cerrado amazônico, posso usar 65%. Como é que faço com quem compra propriedade no Matopiba, na Bahia, etc., e digo que ele não vai explorar a propriedade privada dele, com base no que a lei autoriza. Do ponto de vista, estou emitindo carbono. Estou só colocando as contradições no debate, que se-rão extremamente importantes que esta Casa acolha. Mas é verdade é que o proprietário vai falar: eu quero explorar. Ah, mas tem muita pastagem degradada. Mas não é na terra dele. E há um debate sobre a expansão do Matopiba aqui, sobre a produção de soja. Estamos sentados, com o Ministério da Agricultura, procurando convergir num planejamento estratégico do uso do território.

Há outro debate importante na Amazônia: expansão de área urbana. Tenho 22 milhões de pessoas que moram na Amazônia, em áreas urbanas. O prefeito declara, na Câmara Municipal, que aquilo é área urbana: pega o que tem de floresta na área urbana no Município de Porto Velho. Quando desmata ali, estou desmatando para expansão urbana, mas, do ponto de vista do número, do satélite, o satélite não olha se é autorizado, se é urba-no, se é da hidrelétrica; ele olha que perdeu a floresta. Então, há um debate importante que a sociedade brasi-leira tem que fazer, e acho legítimo que o faça: de que estamos falando em relação a proteger nossas florestas.

Concordo plenamente que é melhor proteger do que restaurar. Custa muito caro restaurar, e você perde a biodiversidade.

Por mais que eu tenha um Parque Nacional da Tijuca, uma floresta secundária de Mata Atlântica, perdi a biodiversidade original, e o País precisa entender como vai usar essa riqueza.

Esta Casa também nos deu, recentemente, a Lei de Acesso a Recursos Genéticos. Peço que esta Casa ratifique o Protocolo de Nagoya, outro instrumento estratégico para criarmos indústria. São esses instrumentos econômicos que vão levar à preservação da floresta e da biodiversidade *lato sensu*.

Então, é óbvio que a discussão de INDC do Brasil não é uma discussão em que nós queremos fazer mais do mesmo. Nós queremos mudar a curva, Senador Cristovam Buarque. Se é entre o Papa e o Al Gore, eu co-mento depois as minhas posições cristãs com o senhor, ... (*Risos*.)

... porque, além do Papa, eu também me dou pessoalmente muito bem com o ex-Vice-Presidente Al Gore e tenho participado de várias discussões com ele.

Eu acho que o Brasil também tem como mensagem importante que não é preciso degradar para cres-cer. Não é preciso desmatar para depois recuperar. Temos 196 milhões de hectares de pastagem. Precisamos incrementar a produtividade da pecuária por hectare, neste País, e precisamos restaurar, expandir a questã-o de biomassa, falou-se aqui do etanol... Está tudo na INDC, o etanol de segunda geração, está tudo lá.

Acho que o Ministro Eduardo Braga poderá dar os detalhes, porque a INDC foi construída com base no planejamento do País, com os insumos, os instrumentos econômicos de expansão, etc, dentro da linguagem, obviamente, de energia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Ministra, por favor, na audiência, no Tocantins, sexta-feira, foi constatado que, no Decreto do Matopiba, não se considera o Ministério do Meio Ambiente. Está se refazen-do isso? Houve uma observação de que isso era importante.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Não há nenhum problema. Isso não é problema, porque as relações com o Ministério da Agricultura são absolutamente sustentáveis e inclusivas, no novo momento do País, diferentemente do que ocorria no passado: uma disputa absoluta, não só com a Agricultura, com o MDA também, o Desenvolvimento Agrário.

Vou fazer uma correção. Eu falei, genericamente, mas vou dar o número correto. Quando eu disse sobre intensidade de carbono por unidade de PIB, quer dizer, a redução da intensidade de emissões de CO₂ em relação a unidade de PIB, em comparação a 2005, o Brasil, em 2012, tinha 6.5 toneladas de CO₂ equivalente. A União Europeia quer isso para 2030. Ou seja, nós já temos o que a União Europeia ambiciona para 2030. Para vocês entenderem como é que funciona, eu só estou corrigindo a informação que eu dei.

Voltando aos argumentos sobre as questões que o Deputado Sarney Filho apontou, eu acho que, independentemente de posições das ONGs... As ONGs sempre vão querer mais, pois é papel da sociedade civil querer mais, esse é o papel político delas. A sociedade sempre quer mais. Nós colocamos no rumo com que todos concordam, eu recebi *e-mail* de todos, parabenizando o Brasil – todos – até dos mais radicais. Dentro dos 50 tons de verde, ao mais verde escuro, houve a sinalização de uma nova direção.

Obviamente, há contradições em vários depoimentos. O próprio Rittel, que foi citado aqui, lembra que o depoimento dele parabeniza o Brasil, porque está no time de quem quer a solução, deixando o time de quem está vivendo o problema de mudança de clima.

Agora, isso faz parte, como também o Greenpeace, em relação ao Desmatamento Zero, o Greenpeace é nosso aliado na moratória da soja. Trabalhamos juntos. Há uma grande dificuldade agora no processo de se fazer a transição da moratória para o Cadastro Ambiental Rural, a métrica que vai deixar todo mundo vendo. Eu mandei fazer o cadastro carbono, o CAR carbono, para sabermos, nessa quantidade, quanto é que o proprietário tem de carbono, para poder adequar a linguagem a futuros mecanismos de mercado.

Tudo isso é um processo que terá que ser construído até 2020. Isso não se faz assim, porque isso requer rigor tecnocientífico, requer transparência, métodos e instituições que possam, de fato, legitimar o que está acontecendo.

Acho que a questão de integração lavoura, pecuária e floresta é um tremendo desafio. Cinco milhões de hectares não são triviais. A INDC do Brasil tem 32 milhões de hectares em relação ao uso da Terra. É metade da França. Se alguém quiser uma analogia, é meia França o que o Brasil terá que arrumar, para reduzir emissões, sem falar francês fluentemente, ainda há isso. Sei que o Senador Cristovam Buarque será o nosso grande tradutor do carbono francês, no território brasileiro.

Mas a grande verdade é que é um tremendo desafio de mudança de sinal. Você deixa de sair da chamada *small scale*, a pequena escala, e assume isso como vetor econômico do desenvolvimento do País. Quando se fala de restauração, fala-se da nova economia florestal. Os instrumentos econômicos precisarão ser desenvolvidos ou aprimorados, além do que nós temos aí, dentro da cota de reserva ambiental, dentro da questão do próprio Código Florestal, dentro do crédito associado ao Plano Safra.

No Plano Safra, há dinheiro para floresta, como tem o interesse do setor privado. O setor privado tem uma ambição enorme de plantar 10, 12 milhões. A IBÁ este comigo. Eles plantaram, este ano, 600 mil hectares.

O único programa que o Brasil teve de investimento em reflorestamento foi no antigo IBDF – os mais antigos aqui ou os mais precoces, como gosto de falar, se lembram disso –, que era o antigo Fisef. Foi um instrumento de crédito financeiro. Plantou 300 mil hectares/ano.

Teremos o desafio de sementes. Teremos o desafio de questões regionais, mas isso não apequena a tarefa do Brasil. O fato de ter desafio é bom, é melhor que se não tivesse. Aí seria um horror. Você não tem alternativa. Então, você terá que construir, dentro de uma lógica econômica e social, além da lógica ambiental, a restauração, a recuperação e um novo modelo de economia florestal, que chamo de silvicultura tropical. Não será trivial de ser feito, mas o setor privado se organiza para isso, o aperfeiçoamento das concessões de manejo florestal, etc. Colocamos, inclusive, rastreabilidade. Já fiz a primeira concessão florestal com base na rastreabilidade. Já está sendo feito. Agora, eu não posso tentar viabilizar uma concessão florestal na Amazônia com um cara que me compra a concessão quando 60%, 70% do mercado em que ele vai competir têm origem ilegal. Eu tenho que coibir a ilegalidade. E, para isso, precisa, sim, do engajamento dos Estados, particularmente naquilo que é competência dos Estados nas autorizações de supressão de vegetação e manejo florestal.

Eu comentei aqui, anteriormente – o senhor não estava, Senador –, que há Estados no Brasil cuja cota de manejo florestal é maior que todos os ativos florestais que existem no seu território.

Nós estamos fazendo o Inventário Florestal Nacional. Então, além do Cadastro Ambiental, estou juntando o Inventário Florestal Nacional para poder ter essa fotografia toda arrumada do Brasil. É o maior inventário feito no mundo de floresta tropical. Está em curso. Estamos fazendo tudo isso. É porque o povo não deixa a gente falar, mas é verdade. Está sendo feito. É óbvio que todos esses instrumentos vão estar juntos para discu-

tir o melhor planejamento da expansão da agricultura neste País, o melhor planejamento de redução de área de pastagem e apropriação, por exemplo, da expansão da cana neste País, a melhor discussão sobre a apropriação de biomassa, a relação, por exemplo, do uso de biomassa de madeira para cogeração em térmicas que são poluentes para reduzir as emissões. Tudo são caminhos que estão colocados dentro do planejamento do País. Portanto, com custos estimados. Não estamos jogando para a plateia. Está lá definido por onde vai, além da cooperação internacional.

O Senador Jorge Viana falou aqui, obviamente, de todo o processo e do meu estresse, mas é um estresse sustentável. Acho que é, virou um estresse sustentável inclusivo. Realmente, estou muito cansada, abatida. Eu fui capturada. Estou indo para o sumidouro.

Mas a ambição do Brasil é uma ambição de um país que quer deixar de ser um grande emissor. E as maiores emissões do Brasil estavam associadas, em 2005, 57%, às emissões do desmatamento. Por isso, o uso da terra é importante para as ambições do Brasil, embora, globalmente, as emissões mais precisas, 76%, sejam da energia. Mas, no Brasil, era: em 2005, 57% de desmatamento. E quanto era de energia? Vinte por cento.

Acho que a agricultura era 12 ou 13, alguma coisa assim. O resto eram outros: indústrias, resíduos, etc. Hoje, em 2012, que é a última estimativa de perfil de emissões, o desmatamento é responsável por 15% das emissões; a agricultura, 37; e a energia, 37%.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Eminente Ministra, a agricultura é 37 porque os outros diminuíram?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Não. É porque a agricultura cresceu.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – E o espaço da agricultura também?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Cresceu.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – As duas coisas, né?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Cresceu. E o desmatamento caiu. Se o desmatamento reduz emissões, crescem as emissões associadas à energia e à agricultura.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – E essas ações de recuperação, tudo mais...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – No futuro, vai abater, mas, por isso, a história do ABC, a história da restauração, na Integração Lavoura-Pecuária, a restauração de 15 milhões de hectares de pastagem. Por quê? Porque a agricultura brasileira, que é extremamente competitiva, terá que ser mais competitiva considerando a agricultura de baixo carbono. Isso é uma ambição. Isso é um modelo de desenvolvimento, que é mudar a rota, não desmatar aquilo que não preciso desmatar e ser mais eficiente, por exemplo, na restauração de pastagens.

Esse é o debate. Acho que aqui foi perguntado por vários de vocês como o Congresso pode fazer. Colocando esse alinhamento, porque a gente pode e deve ter incremento tecnológico e competitividade regional para fazer uma agricultura mais eficiente. É o País que pode fazer isso.

Mas, hoje, nas estimativas de 2012, o desmatamento cai, crescem as emissões. É natural que cresçam, porque houve crescimento, houve expansão.

E, na matriz energética brasileira – foi comentado aqui pela Senadora –, há duas questões importantes: nenhum país no mundo renunciou potencial hidráulico, porque é uma fonte com baixa emissão. No Brasil, 66%, 67%, 68% de remanescente de potencial hidráulico estão na Amazônia. O Brasil precisa fazer esse debate ou ele vai privilegiar uma expansão x em relação às hidrelétricas e voltará a discutir a questão de reservação. O problema de água não é só a falta de água. É ter pouco reservatório. Então, a discussão sobre abastecimento no Brasil e no mundo também é sobre reservatório. O Nordeste tem grandes reservatórios do passado e está segurando. Está muito na questão ainda de abastecimento, além, obviamente, da geração de energia renovável, particularmente a eólica. O Brasil sinaliza um aumento na INDC de participação eólica, solar, biomassa e de álcool de segunda geração. Está claro lá. Ele fala: quero isso. Por isso, ir além dos 20%, ir a 23%. E terá que discutir em que momento ele vai deixar... É ou não viável fazer mais hidrelétrica no País do jeito que se fazia. Agora, ninguém tira do planejamento isso, Senador, porque é mais barato e é mais seguro. A substituição para isso, em um sistema interligado nacional, em que preciso trabalhar segurança energética, robustez do sistema, porque o País inteiro se conecta, é colocar térmica. Térmica o quê? Térmica a gás? Térmica nuclear, que emite zero? Alguém me perguntou aqui sobre nuclear. Do ponto de vista de carbono, energia nuclear emite zero. Ela não contribui para o carbono. Então, é óbvio que esse debate estará presente se...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – E a térmica a partir da floresta?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É de biomassa. Por isso que a floresta plantada terá um papel importante. No ciclo que eu planto, capturo, corto, capturo. Eu vou e neutralizo. Eu vou e volto. Daí a importância, novamente, do Código Florestal. O Código Florestal dá a alternativa da plantada, mas também dá a alternativa da nativa. Nós estaremos falando de florestas híbridas. Nós estaremos falando de mais ambição em plantada, com menor impacto, e mais ambição em nativa. Este País não pode abandonar o seu potencial de exploração florestal de

maneira sustentável, de manejo florestal. Temos a maior floresta tropical do mundo. A gente prefere degradar a floresta com algo que não dê renda ou a gente faz o manejo que inclui, propicia desenvolvimento regional e mantém a floresta? São as opções que estão colocadas para o País.

A INDC do Brasil trabalha soluções. Ela não está vivendo dos problemas. Ela disse da influência de novos rumos e preocupada, dialogando com o Papa, com a questão social, a questão de adaptação. Teremos um grande desafio – um grande desafio! Peço engajamento desta Casa para discutir a proposta do Plano Nacional de Adaptação. O Brasil terá que saber como vai lidar com as vulnerabilidades. O Brasil terá que saber como serão os possíveis impactos em relação às populações mais vulneráveis e mais pobres.

Deputado Leonardo Monteiro, quais são as consequências do Vale do Jequitinhonha? Como isso vai acontecer? Os ganhos da erradicação da pobreza, a vulnerabilidade em relação a isso? São debates importantes para os próximos quatro anos neste País. A questão de clima favorece isso e, na realidade, propicia isso.

Do ponto de vista, ainda, sobre o que o Senador Jorge Viana falou, o meu estresse tem a ver com o Código Florestal, que eu agradeço piamente. Estão aí aqueles que tanto criticaram isso ser um grande guia, um grande guia de tudo. Há o estresse da Rio+20. Não foi trivial fazer a conferência. Agora, o Secretário-Geral da ONU, ao adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, parabenizou o Brasil. É a nova agenda da ONU. Nós estamos falando de desenvolvimento. E quero informar aos senhores que já assinei a portaria. Para o final do ano que vem, depois das eleições, a Conferência Nacional de Meio Ambiente será sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a mobilização deste País em torno dos ODS, dos ODM para os ODS. Quais são as trajetórias de desenvolvimento que o País quer trilhar? É agora o debate. E já chamei a conferência. A portaria já está publicada para o debate. Acho que o Congresso brasileiro terá um papel essencial nesse debate, porque não é mais uma questão ambiental somente. É uma questão de desenvolvimento. Estamos falando de desenvolvimento, da qualidade do nosso desenvolvimento. A questão de clima é discutir desenvolvimento. Não é discutir só o impacto, etc. Cada vez mais, essas agendas estão trazendo para o centro o debate sobre o desenvolvimento.

Finalmente, obviamente estou aqui pincelando o máximo possível, da maneira mais rápida possível, a questão também dos instrumentos de mercado. A convenção adotando, seguiremos. O Brasil disse claramente que não tem resistência. Ao contrário. Agora, quais serão os instrumentos de mercado?

Como é que isso vai funcionar? Tem muito debate pela frente, mas nós estamos, inclusive, trabalhando com o Ministério da Fazenda, desenhando os caminhos da cota de reserva ambiental, com emissão de títulos, para que isso seja viável do ponto de vista de dinheiro para compensar e cumprir o Código Florestal.

Já falei aqui para o Senador Capiberibe sobre a questão do desmatamento. Chamo a atenção sobre a questão de térmica nuclear que o Senador Fernando Bezerra pediu que eu falasse, já disse aqui que emite zero, e a importância do debate sobre o Planaveg. O Planaveg é uma proposta de um Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa no País. O Brasil precisa ter um aprendizado tecnológico sobre vegetação nativa; nós temos muito sobre floresta plantada e precisamos incrementar a nossa capacidade em relação a isso. É a tal da silvicultura tropical nativa, em que vamos poder manejar a floresta, restaurar a floresta, criar indústrias, gerar empregos, tecnologias, etc. Ou seja, há muita coisa espalhada no Brasil e é o momento de convergir. O Planaveg é a primeira aproximação quanto a isso. A proposta de plano está em discussão, e eu peço o apoio desta Casa. Acho que devem explorar mais.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – E muito importante, Ministra.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Quais são os caminhos, como vão viabilizar, para que aqueles que detêm posse de terra no Brasil possam fazer uso disso, inclusive para incremento de renda.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Num manejo em que possa ser utilizado da nativa, isso é importantíssimo. Hoje, no Brasil, o reflorestamento se dá em cima das exóticas que não têm os seus genes brasileiros. Nós temos aqui araucária, nós temos madeira de alto...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Com a lei de acesso a recursos genéticos, existe uma série possibilidades. Eu acho que é um novo trilha importante que o País deve assumir.

Por fim, a minha última mensagem é a seguinte: para nós da área ambiental é absolutamente desejável que acabemos com o desmatamento neste País, qualquer que seja. Eu chamo de desmatamento ilegal aquilo que a lei chama. É indesejável que tenhamos mais desmatamento no Brasil. Nós temos de fazer respeitando os direitos que a lei também estabelece aos proprietários, com transparência sobre onde estão esses desafios.

Acho que a construção que nós estamos propondo pelo Ministério do Meio Ambiente de interlocução agora com o governo dos Estados individualmente, para buscar, Deputado Tripoli, esse modelo de gestão mais eficiente da área ambiental nos Estados e nos Municípios é um caminho difícil, não é trivial, mas é o único caminho que eu entendo que fortalece o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o faz dialogar, de fato, com as ações de desenvolvimento.

A agenda de clima determina à área ambiental uma nova competência em gestão ambiental para o processo de desenvolvimento. Não será trivial, não é só mais o reativo, é como você sai na frente, como você constrói soluções, como você considera diversidade de situações e como se evita também uma decalagem ou uma separação entre a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção de Clima.

O Brasil é o País que junta as convenções. Isso é interessantíssimo. Os outros países não necessariamente juntam as convenções, e acho que, desde a energia renovável até a questão da floresta, do manejo florestal, isso tudo coloca no centro a conservação da diversidade biológica. É impossível você falar de expansão de etanol de segunda geração com maior eficiência do ponto de vista de produtividade, floresta plantada ou da celulose, e você não estar discutindo o zoneamento de onde você planta, como é que você usa melhor aquele território e assegura não só condições de segurança hídrica, mas de desenvolvimento local.

Então são caminhos que o Código Florestal nos oferece, são caminhos que a Lei da Biodiversidade nos oferece, são caminhos que a Lei de Clima nos oferece. Tudo que está vigendo hoje. Acho que o Brasil, se for bem sucedido, terá que, no futuro, discutir também ambições do ponto de vista legal, envolvendo florestas, maior clareza sobre o setor florestal e maior clareza sobre a questão da água. Esses conflitos entre domínio estadual, domínio federal, isso precisa ser melhor posto. Isso faz parte das reflexões em função das crises que estamos vivendo e, obviamente, do aprendizado da sociedade brasileira, em que a lei, o arcabouço legal é um instrumento a favor e não uma coisa que vai ser barreira para dificultar soluções.

Então, o Brasil precisa avançar em água de reuso – é tanta coisa que precisamos avançar... Nós fizemos um seminário internacional, trazendo as grandes experiências do mundo, e esse seminário nos mostrou que precisamos trilhar outros caminhos. Acho que esta Casa, na linha do Papa Francisco, deve ampliar o debate sobre um desenvolvimento mais inclusivo, mais equitativo e, mais do que isso, em um País que pode realmente crescer, incluir, conservar e proteger.

Agora, para isso, precisa de uma discussão mais legítima e uma discussão legítima do ponto de vista da diversidade de olhares e de abordagem e da diversidade de soluções. A solução da Amazônia não é a solução da Mata Atlântica; e tão pouco a do Cerrado amazônico é igual a do Cerrado não amazônico; ou tão pouco a da Caatinga; ou mesmo a do Pampa, quando alguns tentaram considerar o pasto consolidado como bioma. Pelo amor de Deus, o bioma tem a ver com a vida, não com o uso que foi dado.

E outra confusão que as pessoas fazem muito, dizendo: “Porque isso está aquém do Código Florestal”. O Código Florestal fala de vegetação nativa, não fala de floresta. Nós estamos falando de reflorestamento, em um número que dá em torno de um milhão de hectares/ano. Isso é coisa pra dedéu, como diria o carioca; 32 milhões de hectares é a meta que está colocada na mesa. Teremos que construir. Tomara que sejam 50 milhões de hectares, 60 milhões de hectares. Vai depender do nosso engajamento e da nossa vontade de dar certo. E, para isso, nós precisamos da aliança com os agricultores, como são chamados muitas vezes de ruralistas; precisamos da aliança com a indústria; precisamos da aliança com os energéticos – e eu gosto de brincar que são os Gatorades –; precisamos de aliança com todos; aqueles que, no passado, disputaram uma agenda de polarização com a área ambiental, hoje estão a bordo, discutindo soluções o País. Talvez seja melhor exemplo da questão de mudança do clima, que é um tema que traz o futuro para o presente.

Queremos aquilo que é a conciliação no futuro, está no presente, está aí o desafio da INDC, e tenho certeza: o Brasil está fazendo a diferença globalmente para o lado do bem. Aliás, reconhecimento total não do protagonismo só do Brasil, mas da coragem que o Brasil tem de sinalizar objetivamente para Paris que nós queremos um acordo e estamos dando uma contribuição sem estarmos escondidos atrás de nada.

Sobre Paris, a última pergunta que me foi feita aqui: o que o Brasil vai fazer a mais do que a INDC? O Brasil está disputando – espero que dê certo, estou olhando aqui para os meus diplomatas de plantão – se conseguiremos viabilizar uma proposta de diferenciação no tema diferenciação. Como é que todos os países vão convergir para cumprir, dentro daquilo que nós apresentamos em Lima, que é convergência concêntrica.

O que eu posso adiantar agora, mas aguardem os próximos capítulos, é que parece que está dando certo. Então, se conseguirmos politicamente negociar algumas parcerias importantes, talvez o Brasil ofereça, com esses outros países, uma solução para como implementar as INDC pós 2020, sem diminuir a ambição de todos os países.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Ministra...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É isso que, nos bastidores, estamos fazendo, mas eu não vou contar; só se der certo. Se não der certo, eu prometo que eu tomo champanhe chorando as lágrimas, em Paris.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Ministra, só para concluir. Os países como Estados Unidos, China, os grandes poluidores, vão apresentar metas ousadas e serão signatários desse protocolo de Paris?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eles já apresentaram, eles são grandes emissores. A China apresentou o pico de emissões em 2030 e apresentou a sua meta em 60% a 65% de redução de emissões por intensidade de CO₂, unidade PIB. Isso dá aumento de emissões na China em torno de 60% de aumento de emissões.

Os Estados Unidos apresentaram a meta de reduzir de 26% a 28% suas emissões em comparação a 2005 e ampliar a participação de renováveis na sua matriz energética. Na realidade, eles triplicam a participação em um compromisso que o Presidente Obama fez com a Presidenta Dilma.

A União Europeia como um todo, os 28 países, apresentou a meta de redução de 40% de emissões, com o ano 90. Nós estamos com 43.

A Índia ainda não apresentou. Existem países que estão apresentando aumento de emissões e existem países em desenvolvimento, como a Coreia, Cingapura, que estão apresentando emissões relacionadas ao chamado cenário de *business as usual*, ou seja, você traça o que seria uma tendência e muda a curva. É o que o Brasil faz hoje.

E ainda há país que apresentou sua INDC com gases, inclusive, que não estão sob o controle da Convenção, o que, do meu ponto de vista, não é uma contribuição positiva.

Então, você tem um bando de gente oferecendo, até sexta-feira eram 57 países dos 193, e espera-se esta semana, que o prazo termina... Terminou hoje! Então tem de ver quem ofereceu dia primeiro; vamos ver qual é a consolidação que o secretariado da Convenção vai fazer e qual será o caminho que eles vão propor para Paris. Do ponto de vista do Brasil, estamos nas cabeças, como a gente gosta de falar, e, mais do que isso, liderando.

E aí chegou a mim o comentário da Embaixadora Tubiana, negociadora chefe do governo francês, que fez elogios abertos à posição do Brasil, não só na sua INDC, mas à posição política do Brasil assumida de que nós queremos uma solução para Paris.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Parabéns, Ministra.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Então, a todos que lá estejam em Paris, por favor, estejam com o espírito de negociar, de viabilizar soluções. E, aí, Senador Cristovam, com o Al Gore ou com o Papa, não descarto nenhum que esteja querendo uma solução.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu estou com todos juntos – está bom?

Obrigada a todos e um bom dia.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, eu quero pedir a permissão de V. Exª apenas para deixar aqui com a Ministra – fiz uma pergunta muito objetiva em relação à questão da energia solar – uma preocupação: existe, no Brasil – e o meu questionamento foi em relação à atratividade para a indústria de painéis fotovoltaicos no Brasil para estimular a produção de energia solar –, desde 2007, um programa chamado Padis, que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays, e isso cria isenção para que as indústrias possam ter isenção nos insumos que não são produzidos no Brasil e que são indispensáveis para a produção de painéis e células solares. Contudo, depende, para a liberação disso, do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Não creio que mais de dez empresas pediram a adesão a esse plano. Contudo, esbarra na vontade do Ministro Levy, porque ele acha que isso é uma isenção e que, por isso, cria algum óbice. Eu quero deixar essa reflexão à Ministra do Meio Ambiente porque, sem isso, não há possibilidade alguma das indústrias poderem ter acesso a crédito do BNDES, de se produzir com tecnologia nacional, ainda que com insumos importados – com isenção, claro –, e de se instalar no Brasil novas indústrias de painéis e células fotovoltaicas.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Deixe-me – eu me esqueci – comentar os seus apontamentos, Senador.

São três questões: na declaração conjunta do Brasil com o primeiro-ministro da China, está claro, na indexação de clima, a prioridade que o Governo brasileiro investe para a implantação de novas indústrias no Brasil, nacionais, para a questão solar.

A segunda questão é também estar isso no compromisso com a Chanceler Merkel e com o Presidente Obama. Então, primeiro, há uma sinalização política de que queremos incrementar a participação no desenvolvimento da indústria local. A segunda questão diz respeito à própria INDC do Brasil que projeta uma ampliação de participação de solar na nossa matriz energética, além do compromisso de 23% do renovável sem hídrica. Então, está lá a participação e existe o crescimento; está bonitinho na INDC, etc.

Terceiro, como se trata de questões, hoje... O senhor fez referência ao Ministro Levy, etc. e como o Senador Fernando Bezerra teve que sair e sinalizou-me – e por isso que eu não fui incisiva na resposta – que como vem o Ministro de Minas e Energia para cá, que esse debate aconteça com ele, porque ele é que tem condições de orientar, de dizer e de tomar decisão, etc., até porque esses números dialogam com o planejamento energético oferecido pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Então, o Brasil quer ampliar essa participação e, obviamente, com a ampliação da indústria nacional. O que tem que ser resolvido, eu espero que seja resolvido até 2020, para que essa ambição esteja fundamentada em todos requisitos e necessidades em avanços, em termos de desenvolvimento deste País. E, também, de investimentos internacionais que vêm em torno disso. Então, eu peço ao senhor que, sobre as questões econômicas, sobre crescimento econômico, por favor, converse com o Ministro de Minas e Energia. Mas, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, é mais do que desejável.

E acho que, aqui, também, foi feito um comentário sobre o que acontece hoje no Nordeste em relação à eólica, que, anos atrás, ninguém apostava nisso e hoje você tem as eólicas produzindo e com leilão – o Brasil, eu acho que é o país que mais oferta hoje energia eólica em leilão, sendo o segundo parque eólico do mundo. E desejo, também, que se amplie isso em relação ao solar.

Então, eu tenho certeza que essas questões, o senhor, de maneira sustentável, inclusive capturando, aí, o seu carbono de solar, o senhor vai defender. E pegue o Ministro Eduardo Braga e peça para ele explicar como é que está sendo conduzido – está bom?

Gente, eu quero agradecer, mais uma vez, ao Deputado Sérgio e ao Senador Fernando Bezerra. E agradecer a presença de todos. E gostaria de dizer que o Ministério do Meio Ambiente está, lá, à disposição. Mais do que nunca, espero que nós.... Acreditem: o Brasil está fazendo a diferença positivamente em relação à questão da mudança do clima. E precisamos da aliança com o Congresso Nacional para que a gente possa fazer isso de maneira mais rápida, mais efetiva e cada vez mais transparente.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Ministra, nós é que agradecemos a presença de V. Ex^a e por tão prontamente atender ao convite desta Comissão para estar hoje aqui e falar um pouco sobre as ambições do Brasil e sobre o que devemos esperar da COP 21.

Sabemos, muito bem, da competência de V. Ex^a à frente do Ministério do Meio Ambiente, e que o Ministério está, hoje, com a cabeça muito mais aberta do que era no passado e isso está fazendo com que o Brasil avance muito, principalmente na formação de opinião global com relação ao meio ambiente.

Muito obrigado, Ministra.

A SR^a IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE DEBATER A CRISE HÍDRICA NA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, NOTADAMENTE NO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 10H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia sete de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Roberto Rocha, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra; e dos Deputados Sergio Souza, Jony Marcos, Rômulo Gouveia, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro, Ricardo Tripoli. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, Senador Elmano Ferrer. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater a crise hídrica na região do Vale do São Francisco, notadamente no perímetro irrigado Senador Nilo Coelho. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Antônio Carvalho Feitosa, Secretário Substituto da Secretaria Nacional de Irrigação – MI; Joaquim Guedes Gondim, Superintendente de Operações e Eventos Críticos – ANA; Luiz Napoleão Casado, Diretor – CODEVASF; Amauri Bezerra da Silva, Presidente do Conselho de Administração do Distrito de Irrigação Nilo Coelho – DINC; e Paulo Sales, Gerente Executivo do Distrito de Irrigação Nilo Coelho. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Douglas Cintra, Senador Elmano Ferrer, Deputado Sergio Souza, Deputado Rômulo Gouveia, e Deputado Leonardo Monteiro. O Presidente apresenta o Requerimento nº 15, de 2015, de sua autoria, para realização de Audiência Pública com o intuito de debater a crise hídrica na região do Vale do São Francisco, com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada. Em discussão e votação o Requerimento nº 15. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a questão da oferta de água para os projetos de irrigação no Submédio São Francisco, de forma particular para o projeto de irrigação Senador Nilo Coelho, em Casa Nova e Petrolina.

Como todos sabem, o projeto do Senador Nilo Coelho é o maior projeto de irrigação de todo Nordeste brasileiro. Tem uma área irrigada de aproximadamente 25 mil hectares. É responsável pela geração de emprego superior a 100 mil empregos diretos na região de Petrolina e Juazeiro. O valor de sua produção anual é superior a R\$2 bilhões. A região do Submédio São Francisco com a decisiva colaboração da produção deste perímetro irrigado, que é operado pela Codevasf, é responsável pelo maior volume de exportação de frutas, sobretudo de uva de mesa e de manga. As exportações do Submédio São Francisco excedem a mais de 90% da uva e da manga exportada pelo Brasil.

Em função das condições hidrológicas desfavoráveis no Rio São Francisco, nos últimos três anos, estamos enfrentando uma severa e grave ameaça de interrupção do fornecimento de água para esse importante período de irrigação.

A reunião de hoje destina-se a avaliar as recentes decisões que foram tomadas pelo Governo Federal, sobretudo as provenientes de acordo entre ONS, a ANA, a Codevasf, o Ministério da Integração bem como da articulação feita pela Casa Civil da Presidência da República, que permitiram a elevação da vazão de defluência da Barragem de Três Marias para 500m³/s. As informações ou, pelo menos, as expectativas são de que essa decisão possa assegurar o tempo necessário para que as obras emergenciais que estão em curso pela Codevasf possam ficar prontas.

Então, a audiência pública é para debater se as decisões tomadas caminham para a superação desse importante impasse que estamos vivenciando.

Convido para compor a Mesa, primeiro, os representantes do Ministério da Integração Nacional, e é com alegria que convido para sentar-se à mesa o Secretário de Irrigação do Ministério da Integração, o nosso amigo, Sr. Antônio Carvalho Feitosa.

Convido também para sentar-se ao lado do Dr. Carvalho o Diretor da Codevasf, Dr. Luís Napoleão Casa-
do, que fará parte da nossa Mesa.

Convidar para sentar aqui à minha direita o representante da ANA. É com alegria que temos aqui como representante da ANA o nosso amigo, Superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas, o Dr. Joaquim Guedes Correa Gondim. Peço ao Dr. Joaquim para sentar aqui à minha direita.

Convido para fazer parte da Mesa os representantes dos irrigantes, dos produtores do Projeto Senador Nilo Coelho. Convido, primeiro, o Presidente do Conselho de Administração do Distrito de Irrigação Nilo Coelho, Dr. Amauri José Bezerra da Silva. Peço ao Dr. Amauri que se sente ao lado do Gondim. E, ao lado do Dr. Amauri, convido também para sentar-se à mesa o Gerente Executivo do Distrito de Irrigação, Dr. Paulo Sales.

Quero registrar, com muita alegria, a presença dos Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Elmano Férrer e Donizeti, que estão presentes a esta audiência pública.

Fizemos um entendimento antes do início desta audiência e vamos abri-la oferecendo a palavra ao representante do Sr. Ministro da Integração Gilberto Occhi, Secretário de Irrigação, Dr. Antônio Carvalho Feitosa. Então a palavra está com o Dr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Bom dia a todos. É uma honra estar aqui nesta audiência pública, representando o Ministro Gilberto Occhi. A demanda é do Senador Fernando Bezerra Coelho, e estamos aqui para apresentar a posição do Ministério em relação a esse tema que ocupou um bom tempo do Ministro, da nossa Secretaria e de todos nós que estamos aqui na Mesa, principalmente da Codevasf.

Eu diria que, já há algum tempo, o Ministério da Integração Nacional vem acompanhando de perto essa situação que se prevê. Eu diria que, mais de perto, desde janeiro, estamos acompanhando isso. No início de abril, tivemos uma reunião em que o ONS colocou o plano de gestão da bacia até novembro, e o pessoal do Distrito Nilo Coelho estava solicitando, com insistência, a contratação de flutuantes para um eventual colapso no abastecimento de água.

Acontece que aquele plano que previa aumentar a defluência de Três Marias de 150m³/s para 300m³/s e reduzir a defluência de Sobradinho para 900m³/s atrasou em função de, primeiro, porque, quando começaram a reduzir a vazão de Sobradinho, houve aquele problema no Xingó, aquelas águas que apareceram. Seis cidades de Alagoas ficaram sem água durante bom tempo porque estava contaminada. Então, tiveram que fazer os ajustes nesse plano. Posteriormente, e se vão dois meses, foram aumentando aos poucos a vazão de Três Marias, mas, ultimamente, estava a 300m³/s, só que o volume de Sobradinho caiu muito e o que estávamos prevendo até 30 de novembro já estava comprometido. O pessoal do distrito já previa que, no dia 14 de novembro, não haveria mais água. A cada mês, pelo menos duas vezes por mês, estamos em contato com o pessoal do distrito acompanhando isso.

Paralelamente, conseguiram recursos da defesa civil, do Ministério, para a aquisição dos flutuantes. Na licitação, uma empresa entrou com recurso e atrasou a contratação. O fato é que já foi contratada a empresa para o flutuante. A empresa que vai construir o canal já está contratada há mais tempo. Só que é uma operação que não pode falhar. Estamos trabalhando no limite. Mas conseguimos os recursos e conseguimos contratar. Há cerca de 15 dias, a pedido da Codevasf, solicitamos uma reunião com a ANA para discutir essa situação. Então, o Diretor Substituto, o Sr. Paulo Varella, não estava. Quem nos atendeu foi o Diretor Ney Maranhão e o Joaquim, que está na Mesa. Eles deram esclarecimentos de como estava a situação e disseram que já havia um entendimento de que, na segunda-feira seguinte, a ONS iria solicitar que aumentasse essa defluência de Três Marias para 500m³/s

O que aconteceu a partir do dia 28? E já trabalhamos, agora, com a perspectiva daquele mesmo plano inicial de, até 30 de novembro, ter ainda 0,23% de volume útil, porque ainda dá para captar a água no Nilo Coelho.

Falamos sempre no Nilo Coelho, e tenho alertado o seguinte. Não é só irrigação, que já tem toda essa importância em termos de emprego, de renda, em termos socioeconômicos, a água do Nilo Coelho abastece pelo menos 60 mil pessoas dentro do projeto e 70 mil fora. Abastece as cidades de Dormentes e Afrânio e outros distritos próximos. São 130 mil pessoas possivelmente sem água. É uma catástrofe. Isso não tem de onde tirar, porque uma operação de carro pipa para atender esse povo de imediato, trazendo água por 100Km, fica muito difícil.

Então, trabalhamos intensivamente.

Queria registrar aqui que a ANA vem trabalhando nisso há dois anos. Desde 2013, a ANA se preocupa com essa situação. Já começou a estudar e reduzir as vazões desde 2013, ao tempo em que era criticada, mas estava prevendo essa situação agora.

Queria parabenizar a ANA pela sua atitude, e até agradecer ao Diretor Maranhão por nos ter recebido e por tudo, por atender essa solicitação que parece que não obtinha eco no Governo, mas que, felizmente, está resolvida até novembro quando esperamos que se inicie o período chuvoso na região.

A Codevasf vai trazer o detalhamento técnico de tudo isso.

Agradeço e fico à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Agradeço, Secretário Carvalho.

Quero passar a palavra para o representante da Codevasf, Dr. Luís Napoleão Casado.

Só quero sublinhar que vamos dar cerca dez minutos para cada um dos apresentadores, para que depois possamos entrar na fase de perguntas por parte dos nossos Senadores e Deputados, registrando a presença do nosso Relator, Deputado Sérgio Souza, que acaba de chegar.

Com a palavra, Dr. Casado.

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO – Senhores e senhoras, bom dia. Em nome do Presidente desta reunião, Senador Fernando Bezerra, eu quero saudar todos os Senadores e Deputados aqui presentes, dizendo que é uma satisfação da Codevasf, em nome do Presidente Felipe Mendes, prestar conta à sociedade das ações da Codevasf, no tocante ao problema enfrentado com a escassez de recursos hídricos, e das ações que estamos tomando, através do Ministério da Integração, para que possamos superar todas essas dificuldades.

Peço a vocês que nos ajudem com a apresentação, por favor.

Essa não é a primeira, você pode voltar.

Como o Secretário Carvalho falou, a Presidência da República, através do Ministério da Integração, aportou 38,3 milhões para as ações emergenciais com os flutuantes. Este é um cenário da captação do Nilo Coelho, em Sobradinho, há uma semana; tem 8 dias essa foto. E este é um cenário que nós estamos enfrentando, e podemos ver nessa foto maior, que se chama canal de aproximação, que essa área, anteriormente, era toda submersa. E esse é que é um dos problemas mais crítico neste projeto. Vou me deter a esse, mas nós temos todas as ações dos outros, que vou falar rapidamente.

Esse é um dos problemas mais críticos porque, com a diminuição da cota, essa água não consegue chegar ao ponto de captação e, conseqüentemente, compromete todo o perímetro irrigado; não só o perímetro, mas a população. Quer dizer, não só no tocante à agricultura, mas também para o consumo humano, conforme já falado pelo Secretário Carvalho aqui.

Nessa foto você consegue ver a usina de Sobradinho, e esse cenário é um cenário lamentável, mas é um cenário real que nós estamos enfrentando em toda a bacia do Rio São Francisco.

O próximo, por favor.

Eu não vou me deter a esse aqui, mas me não coloco à disposição se alguém quiser maiores informações. Essas são as áreas de atuação da Codevasf; todos os perímetros irrigados desde Minas Gerais até Alagoas e Sergipe, na foz do São Francisco. Toda essa região está comprometida, afetada. Mesmo em Alagoas e em Sergipe, onde há uma cultura de arroz por inundação, hoje nós temos um problema que é colocar água dentro dessas áreas, das parcelas de irrigação, mas, mesmo assim, os técnicos da Codevasf, junto com o Ministério da Integração, conseguiram projetar isso, e, através do recurso repassado pelo Ministério da Integração, nós conseguimos fazer todos os projetos e licitar, com exceção de um que fica em Fulgêncio, que nós estamos licitando na próxima semana, todos estão já bem adiantados. E o Nilo Coelho, que é a foto mostramos anteriormente, já foi licitado e já está aí em operação a construção.

O próximo, por favor.

Essa também é uma planilha, e eu não vou me deter, mas está à disposição. Nós estamos falando de cerca de 300 mil empregos diretos e indiretos na região; nós estamos falando em um PIB de Nilo Coelho de mais de 1 bilhão só na região de Petrolina; nós estamos falando na área do projeto, dos perímetros, de 362 mil hectares, dos quais nós temos hoje cerca de 16 famílias envolvidas nisso aí.

O próximo, por favor.

Ou seja, nessas áreas nós estamos falando não só de irrigação, de irrigação de frutas ou de outra atividade que possa ter; nós estamos falando de vidas; nós estamos falando de vida das pessoas que acreditam, investiram e que continuam investindo na região; nós estamos falando de uma influência em uma região em um raio de 100km, quando você fala ali, em Juazeiro, Petrolina e nas outras regiões.

Estive visitando, na semana passada, na região, o Projeto Curaçá, e o senhor conhece bem ali, e vi uma propriedade que estava, naquela semana, com uma produção de 49 contêineres para exportação. Há uma lo-

gística muito forte nisso, pois é uma fazenda com 400 hectares e com 950 pessoas contratadas e trabalhando diariamente.

Estamos falando de questões não só econômicas ou hídricas, mas de questões socioeconômicas de uma construção de muitos anos, e que o Senador Fernando Bezerra conhece muito bem. Temos realmente que unir os esforços, as instituições, as pessoas, para que possamos superar. Não tenho dúvida de que isso é um ciclo, e esse ciclo passará, mas é necessário que falemos a mesma linguagem e tenhamos o mesmo objetivo para superar essas dificuldades.

A dimensão socioeconômica dessa crise hídrica é onde estamos atuando com os programas flutuantes, onde há o impacto maior. Temos Senador Nilo Coelho, uma área de 23 mil hectares, com dois mil lotes familiares e 241 empresariais e 60 mil empregos gerados diretamente. No total, quando se fala da região de Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia...

Para o Sistema Itaparica, fizemos um destaque à parte. Estamos falando de quase 80 mil hectares irrigados e de dez mil lotes familiares e 371 mil empresariais. Esses empresariais têm tanta importância quanto os lotes familiares na questão de empregabilidade naquela região, no tocante também à geração de emprego e renda e à economia, falando na região de influência.

Então, temos muitos fatores envolvidos e vou mais além. Não é só o fator pontual. Estamos com um mercado externo. Foram anos para esses empresários conquistarem esse mercado, para colocarem as nossas frutas no mercado europeu e americano no padrão de qualidade dos melhores de outras regiões, ou seja, somos referência no mundo. A comercialização nesse mercado não se dá pontualmente. Já estamos planejando a comercialização do ano seguinte.

Então, mais uma vez, eu volto: precisamos estar juntos, com um único discurso, mas com uma linguagem muito pé no chão, porque estamos discutindo, e a exportação nesse momento atual já está sendo realizada, a entrega, o que vai se vender no próximo ano. Então, se não geramos tranquilidade para os empresários locais, como ficará essa tranquilidade para os nossos importadores, e para o nosso mercado local também?

A crise, na realidade, no nosso entendimento, Senador, é bem maior do que muitas vezes se discute, mas eu diria que a Codevasf e o Ministério da Integração estão vivenciando isso diária e pontualmente. Todos estão envolvidos e falando uma linguagem única, junto com os produtores. E aqui quero me dirigir aos produtores do Nilo Coelho, e não sei se tem representante de outros perímetros, para dizer que vocês têm, aqui, em Brasília, parceiros, aqueles que estão realmente lutando. A Presidência da República não tem medido esforços para que possamos, juntos, superar essa crise.

O próximo, por favor.

Como falamos, a Codevasf, com recursos repassados em julho pela Sedec/MI, iniciou os processos para licitação dos serviços de serviços e aquisição de equipamentos para alguns perímetros: desassoreamento, ensecadeiras, aquisição de flutuantes, que tem um custo mais elevado, construção de canal de adução – o perímetro Nilo Coelho é mais complexo e teve investimentos não só em flutuantes, mas em aterro e canal de aproximação – e as bombas complementares.

O próximo, por favor. Vou adiantar um pouco mais.

Por exemplo, em Nilo Coelho, temos um investimento estimado em R\$25 milhões, recursos da Codevasf, através do MI, mas existem as contrapartidas do próprio perímetro. É bom que se diga que esse investimento poderá chegar a R\$35 milhões. O perímetro Nilo Coelho se comprometeu, junto com a Prefeitura local e outros órgãos, a Compesa... Existem várias discussões sobre aportar esses R\$10 milhões.

O próximo, por favor.

Nesse canal, há 15 dias, estamos em atividade. Já começamos essas obras. Inicialmente, era para se trabalhar 12h, 16h por dia. Já negociamos com a construtora para se trabalhar 20 horas por dia, podendo chegar a 24h. Os flutuantes já foram comprados, e as tubulações. Tudo isso já foi licitado.

Vocês estão vendo que, para os flutuantes, nos deram um prazo, conforme o contrato, de 14/12/2015. A nossa equipe Codevasf está, neste momento, reunida, em Petrolina, com as três empresas dessa licitação, fazendo a integração de entrega. Estamos antecipando todos os fatos. A mesma situação para Brígida e Fulgêncio. Cada um tem uma situação, mas, para todos, essas são as datas dos cronogramas, só que estamos trabalhando a antecipação para todos. Estamos nos envolvendo em assuntos com as Prefeituras, estamos nos envolvendo em assuntos que possam facilitar transporte, de maneira que possamos antecipar todas essas datas, mas, para efeito de cronograma, precisamos obedecer a esse cronograma que está aqui. Se conseguirmos antecipar, e todo trabalho está sendo nesse sentido, será um ganho, mas não podemos nos comprometer com datas anteriores a estas, porque estão estabelecidas em contratos.

O próximo, por favor.

Essa é uma situação de Nilo Coelho, de Sobradinho... (Pausa.)

Como não há um *point*, vou me levantar. Permitam-me, por favor.

Nesse projeto, estamos falando da adutora. Naquela seta, seria o local que abastece todo o canal. Os fluantes vêm para essa região que vai permitir a captação.

Tem essa obra civil, que é um canal de aproximação de cerca de 2km, e esse dique, que estamos fazendo, porque essa área vai estar alagada. Então, temos esse dique para armazenar água para captar. Estando isso pronto, não temos problema em discutir possíveis reduções de vazão em Três Marias, mas, enquanto não estivermos nessa situação, o perímetro realmente corre sério risco de acabarmos não com 24 mil hectares de irrigação, mas com a vida construída há mais de 30 anos, desde quando se investe naquela área.

O próximo, por favor.

Essa é uma situação da obra há oito dias. Oito dias após a ordem de serviço, já tínhamos o dique bastante adiantado. Isso já é estrutura para canal. Então, essa situação é de oito dias após a execução. O canteiro de obras da construtora já está pronto. Conseguimos fazer uma mobilização. Em 8 dias após a ordem de serviço, já tínhamos esse andamento.

O próximo, por favor.

Estamos com um *software* em demonstração. Infelizmente, lá, temos um problema ainda de comunicação pela internet, mas estamos com um *software* para acompanhar isso diariamente. Se quisermos, na Codevasf, saber como está a obra agora, se tivéssemos a internet, que ainda não está resolvida, poderíamos ver como está a situação no momento. Essa é a situação de ontem, à noite. A nossa equipe estava lá, ontem à noite, não por causa da audiência. Estamos com uma equipe vigilante de 24h, com os meus telefones, que estão 24h ligados, e o telefone dele também, em que a própria situação com a construtora foi a seguinte: se houver algum problema, esqueça ofício; é telefone na hora, comunique, porque não temos tempo para ficar esperando ofício chegar para tomar as medidas.

Então, essa é a situação da obra ontem à noite.

Eu não sei quanto tempo tem esse filme, Marco, para não tomar muito tempo também, mas era para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO – Já está rápido, porque nós cortamos...

Então, essa parte é o dique que estamos fazendo, porque toda essa área à direita ficará alagada, e temos que fazer esse dique de contenção. O canal está aqui à esquerda, onde ele vai vir e abastecer isso aqui, e esse canal é revestido também com manta, para diminuir as perdas por infiltração.

O.k.

O próximo, por favor.

Essas são fotos, filmes também, da obra ontem à noite, para terem uma ideia da movimentação que está havendo lá. E, como falei, a nossa equipe está 24 horas.

E, permita-me, Senador, mesmo havendo poucos aqui, eu queria parabenizar a equipe da Codevasf, a equipe de técnicos da Codevasf, porque essas pessoas estão abraçando a causa, como se fosse... E, de fato, pertence a cada um de nós, como se fosse nossa. Entendeu? Então, queria que me permitisse este espaço para parabenizar essa equipe.

Bem, estou como diretor da área, totalmente à disposição do Senado, desta Comissão, para prestar os esclarecimentos, fazer, de fato, como falamos, a prestação de contas daquilo que estamos fazendo. Mas gostaria de me dirigir a todos aqueles empresários irrigantes, afirmando que vamos vencer e que vamos superar, gostaria de superar as expectativas de todos. Portanto, contem conosco, porque venceremos mais esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Dr. Casado.

Na sequência, ofereço a palavra ao Dr. Amauri Bezerra da Silva, Presidente do Conselho de Administração do Distrito de Irrigação Nilo Coelho.

O SR. AMAURI BEZERRA DA SILVA – Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho, gostaria de antecipadamente agradecer por termos conversado com o senhor anteriormente e promovido este encontro nesta Comissão, para que possamos expor o problema do nosso perímetro. E, em nome do senhor, quero fazer as minhas vezes de confraternização com toda a Comissão e os senhores e as senhoras aqui presentes.

O Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho foi concebido na década de 70 e abrange uma área em Casa Nova e outra área maior no Município de Petrolina, Pernambuco. Naquele momento também se construía a Barragem de Sobradinho e, por questões que desconheço no momento, tomou-se a decisão de fazer uma captação da água para o Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho dentro da Barragem de Sobradinho, em que existe uma posição de fundo do Rio São Francisco, numa cota de 369m. E foi feito, com se mostrou na foto, um bojo de captação para a nossa estação principal, composto de dez conchas de motobombas, em que

há 23 metros cúbicos de água por segundo instalado, e também na conta de 369m. E o canal de chamada, que foi mostrado aqui, foi projetado e construído na cota de 378m.

Então, entre a água do rio represado na Barragem de Sobradinho e o nosso bojo de captação – que também, quando o lago está cheio, tem uma cota de 392,5m de altura –, nós ficamos com uma barreira de 9m, que é aquilo que está pintado de branco, que impede de a água do São Francisco de chegar na nossa tomada.

Essa decisão foi tomada, provavelmente, porque, quando se concebeu Sobradinho, talvez se tenha pensado em operar toda a vida numa cota não inferior a 380,5, quando o Lago de Sobradinho está a 0%, e volume útil para produção de energia, mas ainda há 12m, 13m de coluna d'água dentro do Lago de Sobradinho.

Então, por que isso? Decisão que eu desconheço até o momento. Mas foi uma decisão de Codevasf com Chesf. A ANA, posteriormente, outorgou à Codevasf a água para esse perímetro, e essa situação técnica é de conhecimento de todas as instituições públicas.

Sobradinho foi fechada em 1979. Em 1991, 12 anos depois, o nível de água da Barragem de Sobradinho já chegou a 5,5%, onde nós tivemos uns problemas, localizados já, à captação do Nilo Coelho. Doze anos depois que fechou – de 1979 para 1991.

Em 2010, começou a pintar uma situação de crise. Foi contornada. Mas, em 2012, 2013, 2014, só vem piorando. E a gente sempre chamando atenção, porque a gente não pode ficar à mercê de uma crise de água para o Nilo Coelho, por todos os números aqui representados.

Além de todos os números aqui representados, de que já falaram a Codesvasf e a Senir, o fato é que hoje, em uma situação de falta de água para irrigar o Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho, nós vamos demandar algo em torno de 60 mil seguros-desemprego. Mais de 60 mil pessoas que trabalham diretamente serão desempregadas, com reflexo direto no comércio de Juazeiro e Petrolina, Lagoa Grande, Casa Nova, Sobradinho e Afrânio, cidades que abastecem com mão de obra o nosso perímetro. Esse pessoal também vende com o recurso gerado nesse perímetro. Vai haver desemprego também, diretamente, nesse comércio, em todo o comércio de modo geral.

Também, com certeza, serão demandadas judicialmente ações de 2.324 proprietários, donos de lotes desse perímetro, contra a empresa Codevasf, porque concebeu, construiu, iniciou a operação e, depois, passou para nós essa responsabilidade, que é legal, perante a Lei de Irrigação.

Então, tudo isso são demandas que podem ser geradas pela falta de água, por causa da concepção de um projeto. Porque, se o projeto tivesse sido concebido em uma cota de 372, a captação de água nossa lá, com o fundo do Rio São Francisco, esse problema não existiria.

Esse mesmo exemplo eu levo para os projetos da Chesf, que a Chesf concebeu e executou, que estão dentro do Lago de Itaparica. Porque o rio está lá embaixo; construiu-se a barragem, a água subiu; e pegou-se a tomada d'água, botou-se em cima. Hoje, o lago secando, a 10%, 11%, vai secar mais. Resultado: é preciso fazer nova escavação ou fazer rebombeio do leito do rio para abastecer os bojos de tomada d'água dessas casas de bomba. Concepção de projeto; Responsabilidade de quem fez essa concepção.

Portanto, essa situação se reverte quando existe uma água represada em Três Marias, e ela pode ser liberada através do órgão competente, no caso, a ANA, após ouvir ONS, Chesf e Cemig, que fazem um relatório em conjunto, em trio; passam para a ANA, e a ANA delibera essa matéria para resolver essa situação.

Apesar de a Codevasf estar construindo essas obras de flutuantes, como foi dito aqui pelo Dr. Napoleão, mas nós chamamos atenção para essa necessidade em janeiro, para os nossos perímetros. A Codevasf se alertou quando a ONS apresentou o primeiro relatório em 17 de março. A Codevasf trabalhou arduamente, com uma equipe técnica competente, para projetar alternativas para resolver a nossa situação por flutuantes, mas nós, do Distrito, já havíamos feito isso em janeiro; já tínhamos feito essa cotação de um projeto para resolver essa nossa situação. Mas entendemos nós que a obrigação é de quem concebeu o projeto; não nossa.

Isso, depois, culminou com uma diligência política que nós fizemos aqui. como distrito, a ministérios, a toda a classe política, governos, prefeitos de toda a nossa região, e culminou com uma audiência em Petrolina, com o Senador e a Senadora Ana Amélia. Depois, o Ministro da Integração mostrou a liberação dos recursos da Casa Civil. Naquele momento, pediu-se que a obra fosse feita sem concorrência, que se pulasse essa parte enquanto na Defesa Civil a obra fosse caracterizada como de emergência. Mas, chegando aqui, não foi possível atender esse pedido porque, após lerem, disseram que isso só ocorre quando o fato acontece, e não quando se prevê que vai acontecer. Daí uma mudança que se faz necessária na legislação. É esperar morrer para depois socorrer? Por que não socorrer antes? A lei diz que não pode prever o que vai acontecer, mas nós previmos para janeiro.

Então, a morte do Nilo Coelho estava anunciada para 14 de novembro. Viemos aqui há três semanas, novamente em missão junto a quem poderíamos chegar. Com o Senador Douglas Cintra e com o Senador Fernando Bezerra chegamos aos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior, à Codevasf e à ANA, com quem estivemos reunidos, e chegou-se à decisão de 500 metros cúbicos de Três Marias.

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURI BEZERRA DA SILVA – Na semana passada, o ONS divulgou uma nota e mostrou que chegaremos ao volume de 0,23% no dia 30 de novembro, pelo menos é o que foi dito, ou nós morreremos. Esse é o nosso limite de cota para puxar água, na cota 308,5. Então, essa sobrevida nossa é para até final de novembro.

A Codevasf começou a construir a obra. Se ficar pronta antes disso, resolve-se o problema por enquanto. Porém, se a obra atrasar, há um período de chuva para a região, que pode ser agora, final de outubro, meados de novembro, começo de dezembro. Se ocorrer chuva, é uma obra que movimenta terra. E se houver atraso na obra – porque pode chover hoje e ficar 15 dias sem chover – para 20 de janeiro, ou mesmo de dezembro? Haverá um período em que não conseguiremos captar água.

Urge, portanto, uma ação de necessidade, para que não morramos, de liberar mais água em Três Marias. O relatório do ONS mostra que, quinzenalmente, eles fazem uma avaliação. É necessário que se leve em consideração o que estamos falando aqui e que todos eles já conhecem de cor e salteado: que se libere mais água em Três Marias, porque leva de 30 a 35 dias até a água chegar até nós. Se a água for liberada no final de novembro, não adianta mais. Não vai chegar a tempo. Tem que ser liberada agora, 15 de outubro, 20 de outubro, para que no final de novembro esteja lá presente. Pois, se algo atrasar, teremos a garantia de que não faltará água para irrigação. Este é um fato: a nossa salvação é liberar mais água de Três Marias.

Outro fato é que a obra foi inicialmente orçada em R\$39 milhões e depois em torno de R\$43 milhões, mas a Codevasf, de acordo com o relator, licitou os três módulos da obra no valor de R\$38,717 milhões. Quando fez a concorrência, o valor de concorrência ganha para fazer 100% das obras, salvo engano, era de R\$33,636 milhões, mas a Codevasf só empenhou R\$26,264 milhões, números redondos. Portanto, ainda faltam R\$7,372 milhões para a obra ser feita na totalidade e para nós captarmos 13,6 metros cúbicos de água por segundo durante 24 horas, o que atenderá à nossa demanda presente de 16,6 metros cúbicos de água durante 20 horas por dia.

Portanto, também urge que esse recurso seja apropriado pelo Ministério da Integração, pela Codevasf ou até pela Casa Civil, onde estivemos com o Dr. Mercadante, por intermédio do Dr. Fernando Bezerra, há 15 dias, quando ele disse que queria conhecer esse número para providenciar. Então, urge essa necessidade de conseguir essa diferença, porém, existe uma promessa – uma promessa não, uma informação – do Prefeito de Petrolina, Dr. Julio Lossio, de dispor de 2,5 milhões da Prefeitura para entrar nessa obra. Então, a Codevasf tem que traçar essa ponte com a Prefeitura ou com o Governo do Estado ou com quem quer que seja para assegurar essa diferença. Mas, na presença dos senhores aqui, há uma necessidade também de ir atrás desse dinheiro na Defesa Civil, porque é uma obra emergencial, é obra de sobrevida de uma região.

Então, Senador Fernando Bezerra, agradecemos de antemão por essa oportunidade e queremos dizer que nós estamos à disposição para qualquer outra ação que seja necessária, porém contamos com o apoio deste Senado e das autoridades competentes – ANA, ONS, Chesf, Cemig, Senir, Codevasf, Ministério da Integração e outros ministérios – para que socorram a região e o perímetro, porque será o caos de Petrolina e região caso falte água para irrigar nossos 23 mil hectares, que hoje geram 60 mil empregos diretos. Temos a responsabilidade de abastecer com água 130 mil pessoas.

Muito obrigado. Urgem ações concretas para concluir esse nosso sacrifício. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Amauri.

Na sequência, vou oferecer a palavra, para concluir a fase de exposição, ao representante da ANA, Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim. Mas antes que ele fale, quero dizer da responsabilidade dele, que é quem faz a gestão da água como competência da nossa agência nacional.

Na realidade, pela exposição da Codevasf, ficou claro que as obras estariam concluídas entre 15 e 20 de dezembro. Esse é o prazo para que os flutuantes possam estar em operação num cenário positivo, sem nenhum tipo de intercorrência, sem nenhum tipo de dificuldade. Então, no melhor cenário, as obras estarão concluídas entre 15 e 20 de dezembro.

Por outro lado, a informação da ONS e da Chesf, da própria ANA, é de que, no dia 30 de novembro, estaremos com o volume útil de Sobradinho zerado. Consequentemente, teremos a interrupção do fornecimento de água para o perímetro de irrigação. Uma cultura como a uva não resiste 24 horas sem água. Isso significa prejuízo. Cada hectare de uva plantado tem um custo de aproximadamente R\$60 mil, R\$70 mil. Temos, no Nilo Coelho, em torno de 5 mil, 6 mil hectares de uva plantados. Um hectare de manga não fica sem água por mais do que 15 dias. Ela pode sofrer um estresse hídrico, a manga, mas mais do que 15 dias sem água, e ela também estará com sua capacidade de produção comprometida. Então, a pergunta que a gente quer deixar já para o Dr. Joaquim responder: em se confirmando essas projeções da ONS, como evitar a interrupção de água

no projeto Senador Nilo Coelho? Seria ampliando a defluência de Três Marias, como colocou o Dr. Amauri, de 500 para 600? E essa autorização para elevar de 500 para 600 é viável? É possível que ela se dê na próxima avaliação da Cemig, Chesf, ONS, que será na próxima semana? A ONS disse que vai fazer reuniões quinzenais de avaliação desse cenário.

É possível trabalhar com a redução da defluência de Sobradinho para que, em vez de Sobradinho ter uma vazão de defluência de 900, ter uma vazão de defluência de 800. Seria um caminho alternativo ampliar a vazão de Três Marias, mas o fato concreto é que é importante que chamemos a atenção – e o Senado Federal está cumprindo esse papel, esta audiência pública também – das autoridades, em especial o Ministério da Integração Nacional, a Codevasf, a ANA, de que nós estamos, sim, diante de uma ameaça grave. Nós estamos falando aqui na desconstrução de um arranjo produtivo que foi feito com muita decisão política, muito trabalho, muito empenho, de empresários, trabalhadores, de comunidades inteiras, e que representam um espaço econômico muito relevante para o Estado da Bahia e, particularmente, para o Estado de Pernambuco.

Então, ofereço a palavra ao Dr. Joaquim, para saber quais são as alternativas que a ANA, junto com a Chesf e a Cemig, estão trabalhando. Temos aí pelo menos 20 dias de descasamento entre a conclusão da obra e a possibilidade de zerarmos o volume morto de Sobradinho e temos, portanto, a interrupção no fornecimento de água para o perímetro irrigado. Então, essa é a nossa apreensão. Essa é a apreensão que está dominando a comunidade de Petrolina, toda uma região.

Como foi bem colocado aqui pelo Dr. Napoleão, a safra deste ano já está toda vendida, mas a safra do ano que vem começa a ser comercializada agora. Que safra? Então, essa insegurança, essa incerteza é que está pairando sobre uma região inteira, e é por isso que estamos realizando esta audiência pública, para sabermos se temos a necessária sensibilidade e compreensão, por todas as instituições federais envolvidas, para saber como encaminhar a melhor solução para esse problema. É possível antecipar o cronograma das obras? É possível ampliar a defluência de Três Marias? É possível reduzir a defluência de Sobradinho? Quais são as alternativas que nós temos, para que possamos evitar o cenário mais pessimista, onde os perímetros possam ter o seu fornecimento de água comprometido, com sérias consequências, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social.

Portanto, com a palavra, o Dr. Joaquim Gondim.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Antes de mais nada, bom dia a todos. Cumprimentando o Senador Fernando Bezerra, em nome dele, gostaria de cumprimentar todos os outros Senadores e Deputados membros desta comissão e os demais participantes desse evento.

A Agência Nacional, desde 2003, tem-se antecipado na discussão das questões do São Francisco. O São Francisco passou por momentos de crise em anos anteriores, o principal lá nos anos 2001, quando nós tivemos a época do racionamento e o reservatório Sobradinho chegou aos níveis mais baixos da sua história, em torno de 5.5% do seu volume útil.

Desde 2003, as condições meteorológicas, climatológicas que têm acontecido na região do São Francisco, principalmente nas suas cabeceiras, no Estado de Minas e na Bahia, levaram à decisão de que a vazão mínima que se devia liberar, de Sobradinho até a Foz, fosse reduzida para poupar a água dos seus reservatórios.

Então, no primeiro momento, a vazão mínima que se podia liberar obrigatoriamente era da ordem de 1,3 mil m³/s. Esse número significava já um avanço em termos de acumulação, porque normalmente esse reservatório, operado pelo sistema elétrico, solta muito mais que isso. Chega a soltar 1,8 mil m³/s, 2 mil m³/s. Então, no momento, reduziu-se essa liberação de Sobradinho para os menores níveis do histórico que nós tínhamos até então, na ordem 1,1 mil m³/s.

Desde 2003 que essa vazão vem sendo reduzida. E, para reduzir vazões, você mexe com toda a infraestrutura existente e, assim, também com as condições naturais do rio. Não raro setores se sentem prejudicados no sentido de colocar que a piscicultura teve prejuízo, que a navegação teve prejuízo, que as captações de água de algumas cidades também ficaram comprometidas.

Só para lembrar, no trecho que vai de Sobradinho até sua foz, não só as cidades que margeiam o Rio São Francisco são abastecidas por este. É preciso lembrar também que a cidade de Aracaju também é abastecida e tem sua captação no leito do São Francisco.

E todo esse trabalho de redução é feito com amplo acompanhamento seja dos órgãos gestores dos Estados envolvidos, desde Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, como os demais usuários da bacia representados pelos seus entes que participam de eventos como esse, setor de navegação, setor de irrigação, setor de abastecimento e principalmente o comitê de bacia. Então, o comitê de bacia também é fórum adequado para discussões dessas questões relativas à reduções de vazão.

Nesse processo, são feitas periodicamente reuniões em torno de 40 a 45 dias. Essas reuniões acontecem e deliberam pela continuidade dessa sistemática de redução da vazão mínima autorizada de 1,3 mil para 1,1

mil. Só para terem ideia, para reduzir isso, previamente o Ibama tem que autorizar a redução, ou seja, primeiro há um ato do Ibama, uma autorização especial, porque essa fixação desse valor de 1,3 mil m³/s é uma fixação originária do licenciamento ambiental.

Então, o Ibama emite uma autorização especial para a redução dessa vazão e posteriormente a ANA faz a reunião, ouve todos os entes interessados e aprova uma resolução também autorizando esse rebaixamento de 1,3 mil para 1,1 mil.

O ano passado, 2013-2014, permaneceu essa vazão de 1,1 mil m³/s, que é uma vazão que dificulta, em muitos casos, alguns setores usuários. Mas os principais usuários da bacia são atendidos com essa vazão no sentido de que eles continuam tendo a capacidade de captar as águas do Rio São Francisco.

No ano final de 2014, início de 2015, viu-se que a situação hidrológica tinha piorado para 2014, para 2015, e aquele valor de 1,1 mil m³/s que se praticava não estava mais adequado ao momento que vivemos. Então, foi feita ampla discussão para redução desses 1,1 mil m³/s para 1 mil e depois para 900 m³/s valor este que atualmente estamos praticando.

Quando isso é feito, o ente responsável pelo acompanhamento – porque a Barragem de Sobradinho é administrada pela Chesf – é responsável por percorrer o rio e elaborar relatórios mensais sobre a situação. Nesses relatórios, ele coloca todos os problemas que identifica e também recebe e repassa para a Agência informações a respeito de usuários que colocam os seus posicionamentos. Um dos usuários que colocou o seu posicionamento foi o serviço de abastecimento d'água de Aracaju, que disse que, no trecho a jusante, ele não estaria em condição de suportar reduções adicionais àquelas dos 900 metros cúbicos por segundo.

Temos, então, o primeiro entrave, porque a nossa legislação coloca que o abastecimento humano, em qualquer situação, é prioritário. Então, não se pode pensar em atuar em reduções de vazões que levem sistemas, como o sistema de abastecimento de Aracaju, a enfrentar dificuldade no atendimento à população. Esse é o ponto principal que eu coloco. Mas outros existem. No lado de Alagoas, há sistemas lá do Pão de Açúcar e outros sistemas que podem, eventualmente, também apresentar alguma dificuldade adicional. Afora, é claro, os irrigantes, que também se beneficiam do rio no trecho.

Então, o que eu coloco é que problemas na captação também existem a jusante. Embora a quantidade de água – 800, 900 metros cúbicos por segundo – seja suficiente para atender quantitativamente qualquer um dos usuários, mas em função de formas de captação, canais de aproximação, níveis, há certa dificuldade. É uma situação, que eu já coloco, que não é feita sem essa análise meticulosa para ver se nenhum abastecimento pode ficar inabilitado por conta dessa redução.

No lado de Três Marias...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Joaquim, desculpe-me interrompê-lo, mas é importante. Na realidade, não falta água a jusante.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Nós temos 900 metros cúbicos por segundo e, inclusive, se a transposição estivesse pronta, poder-se-ia captar água do Rio São Francisco, porque a demanda da transposição é 27 metros cúbicos por segundo.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Todas as captações do São Francisco a jusante, de Sobradinho até a foz, eu não tenho aqui o número de cor, mas não deve chegar a 70 metros cúbicos por segundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Deve ser em torno de 100 metros cúbicos por segundo. Portanto, não falta água. O que faltam são estruturas para captar a água. Quando se fala que Aracaju pode estar com o seu sistema de captação de água comprometido é por causa do nível. Então, a pergunta é: há como fazer obras emergenciais em Aracaju para captar a água? Quanto custa isso? Porque nós não podemos aceitar também que não haja como tirar, digamos, o sistema atual se for reduzida a defluência de Sobradinho para 800. Quanto é que custa para poder adaptar o sistema de captação de Aracaju? Essa conta foi feita? Há estudos para isso?

Porque acho que nós estamos aqui em um momento crítico, em que temos de analisar todas as alternativas. Tudo bem que a empresa de água de Aracaju esteja dizendo que não pode captar abaixo de 900 metros cúbicos por segundo. Mas custaria quanto para adaptar, para botar um flutuante lá no Baixo São Francisco e levar a água para Aracaju? Haveria como fazer esse investimento em 30 dias?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Sr. Presidente, o senhor permite que eu complemente a sua pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – E comparar esse custo com o custo de se parar a produção de alimentos e os empregos do outro lado. Então, na mesma linha que o senhor estava falando, nós tínhamos que fazer comparações entre quanto custa fazer isso e quanto custa não fazer.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Quanto falei inicialmente, eu coloquei que tudo poderia ser feito e pensado a partir de uma alteração do licenciamento ambiental. As empresas que operam a jusante também sabem que há um licenciamento ambiental, que hoje é uma autorização especial do Ibama de 900 metros cúbicos por segundo.

Então, qualquer medida de redução passa necessariamente por uma fase anterior, que é o pedido do Ministério no sentido de que a Chesf é a responsável por entrar com o pedido de alteração do licenciamento ambiental no Ibama, porque os 800 metros cúbicos por segundo não existem no licenciamento ambiental da Chesf. Hoje, a autorização da Chesf é de 900 metros cúbicos por segundo, concedidos por uma autorização especial do Ibama. Portanto, esse é um ponto anterior a tudo o que se está discutindo, que é o licenciamento ambiental, que não é competência...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Mas o Ibama sabe que nós estamos diante de uma situação de emergência.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Certo. Ele não está aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – O propósito desta audiência é para saber se as instituições federais estão todas alinhadas, para saber que esta é uma situação de emergência. Não vai ser o condicionamento de uma licença ambiental que poderá inviabilizar todo um arranjo produtivo. Penso que o Governo Federal, o Ministério da Integração e a Presidência da República têm que saber o que está acontecendo. Porque daqui a 30 dias não haverá mais alternativa, a não ser assistir ao desastre. Nós estamos aqui para evitar o desastre. E não pode ser o condicionamento de uma licença que vai nos tirar uma alternativa que seja viável, sem prejudicar o abastecimento humano, que é prioridade definida por lei, mas também sem colocar na debacle um dos principais arranjos produtivos construídos no Nordeste nos últimos 50 anos.

Nós estamos diante dessa decisão. É importante que o Ministério da Integração, a Codevasf, a ANA e todos que estão próximos a essa questão digam isso com todas as letras, a fim de que as providências sejam tomadas, porque a legislação permite, sim, uma decisão excepcional, em caráter de emergência, por parte da Presidência, por parte do Ministro, por parte de quem seja responsável por tomar a decisão. Nós não podemos pensar que estamos vivendo em um cenário em que temos que nos conformar com o que está dito pela legislação num cenário de tranquilidade, num cenário em que podemos aguardar esses atendimentos.

Eu sei que estou interrompendo. Não gostaria de ser, de forma nenhuma, deselegante com o Dr. Joaquim, mas vou oferecer a palavra à intervenção do Senador Douglas Cintra, e depois devolvê-la ao Dr. Joaquim, para que avance no seu raciocínio e conclua a sua manifestação e nós iniciemos a fase das perguntas.

Com a palavra, o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Sr. Presidente, quero dizer ao Dr. Joaquim que estamos aqui exatamente para isto: para entender quais são as dificuldades...

(Interrupção do som.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – ... entendendo que a legislação é feita para o bem do ser humano. E quando ele fala na prioridade do abastecimento humano, é prioridade do bem-estar. E o abastecimento de água também tem que contar com o abastecimento de recursos financeiros para o homem se alimentar. Tudo está integrado, não podemos ter uma visão única de vazão ou de água na torneira, mas também temos que pensar como chega o dinheiro no bolso e como a economia funciona.

Eu queria apenas dizer isso e que estamos à disposição no sentido de que, no que não for da alçada da ANA, que o senhor nos traga, para que possamos, na medida das nossas possibilidades, interferir para conservar. Contamos com o apoio do senhor para isso.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Na sequência do raciocínio, quer dizer,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – ... momento importante é que existe um ator que não está presente nesta Mesa, que é o ator que faz o primeiro documento que possibilita os estudos adicionais para a redução de vazão, que é essa autorização especial. Hoje, a autorização especial que foi dada é de apenas 900 metros cúbicos por segundo. Não existe pedido de ninguém ao Ibama alterando esse valor.

Quero deixar claro o papel de cada um nesse processo. A Agência Nacional sempre tem se pautado para analisar todos os pleitos que chegam a ela. Se chegar esse pleito autorizado ambientalmente por conta de outras questões legais que são afetas ao processo, não há por que a Agência não examinar, como sempre fez, em qualquer situação.

Agora vou abordar um pouco a questão de Três Marias. No ano passado e neste ano, Três Marias também enfrentou graves problemas de abastecimento de água. Os níveis dos reservatórios chegaram praticamente a zero. Foi necessária uma intervenção muito forte no sentido de baixar a vazão, que era liberada de Três Marias, de sorte a garantir um outro projeto de irrigação da Codevasf, chamado Jaíba, também um grande projeto de irrigação, a toda aquela população que fica entre Três Marias e o Lago de Sobradinho.

Então, um trabalho grande foi feito, o sistema se recuperou, chegou ao nível que está hoje, em torno de 20% da sua capacidade, e ele agora começa uma fase de depleção provocado por esse aumento que começou em 300, 400, 500. E qual é o problema maior? É que Três Marias, diferentemente do reservatório de Sobradinho, não pode utilizar volume morto. O que é não poder utilizar volume morto? Quando chega no seu nível zero, ele não tem dispositivos que permitam a liberação de água abaixo desse nível. Então, para ele, o zero é um limite que deixa o sistema de jusante na condição de só poder liberar a pequena água que está chegando naquele dia, e não mais poder liberar fazendo a depleção do reservatório. Esse é um ponto importante que diferencia o reservatório de Sobradinho. Por que isso? Porque Sobradinho, para o atendimento a jusante de Sobradinho, dispõe de equipamentos eletromecânicos que garantem você operar inclusive abaixo da cota do volume morto.

Portanto, há uma diferença entre os dois que precisa ser esclarecida: um reservatório não dispõe e o outro dispõe. Isso dá uma segurança para quem? Para os usuários que ficam a jusante de Sobradinho, porque, eventualmente, se o reservatório chegar a níveis baixos, pode ser apropriada uma parte do volume morto para atendimento e garantia dos usos prioritários que ficam a jusante. Essa é uma diferença importante.

Então, a Agência trabalha de maneira participativa, ouvindo todos os interessados. Há esse pleito efetivo de tentar equacionar dentro de um equilíbrio para a Bacia. Nessa missão, como eu coloquei antes, nós tentamos ouvir todos os interesses da Bacia, sejam os interesses de montante, sejam os interesses de jusante, porque esse é um processo legítimo, mas é de conflito: quem fica a montante quer que guarde água no seu reservatório, quem fica a jusante quer que seja liberada a água para atendimento. Mas há um risco, e o risco não é só do reservatório de Três Marias, é de todos aqueles usuários que ficam entre o reservatório de Três Marias e a entrada do Lago de Sobradinho.

Portanto, Senador, a Agência está em condições de dialogar e discutir com todos os interessados que tenham propostas de como equacionar. Nós entendemos também que, para essas coisas, existe um *timing* certo, quer dizer, não adianta chegar e postergar reuniões e discussões porque o tempo passa. Então, do mesmo jeito que leva tempo para a água de Sobradinho chegar na foz, leva tempo para a de Três Marias também chegar até Sobradinho, ou seja, há que discutir esses tempos. Propostas que podem surgir, por exemplo... Já que, quanto ao tempo, essa água leva 30 dias, o que significa? Também você pode fechar o reservatório 30 dias antes. Se o tempo de chegada da água vai ser 30 dias, que vai dar em janeiro, então já estou fechando hoje. Então, são coisas que podem ser discutidas – podem ser discutidas dentro de um ambiente mais amplo. E novamente: contanto que esses atores estejam presentes, que seja respeitado o licenciamento ambiental, que seja respeitada a prioridade pelos usos para o abastecimento humano em todas as situações, e os demais usos sejam respeitados nos seus direitos que foram dados pelas outorgas vigentes no órgão.

Então, essas eram minhas palavras iniciais. A Agência sempre está aberta ao diálogo. Não fique preocupado, que não me sinto pressionado por esse tipo de coisa.

Como pernambucano, discuti um pouco questões como a transposição, e eu sempre dizia, na época da transposição: “Olhe, não me apertem, porque eu sou pernambucano e pernambucano é o doador e receptor desse projeto. Então, não me apertem porque tanto a parte de Minas como a parte da Bahia, a de Pernambuco, a de Alagoas e a de Sergipe têm meu apoio integral para o equacionamento dessa situação complexa”, situação que tem que ser vista dentro de seu contexto mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Dr. Joaquim.

Vamos iniciar a fase das perguntas. Vou oferecer a palavra, inicialmente, ao Senador Douglas Cintra, que tem acompanhado essa situação e colaborado com os representantes do Distrito de Irrigação Nilo Coelho, inclusive fez diversas mediações entre instituições federais.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Dr. Joaquim e a todas as pessoas, não só da ANA, que têm não apenas estudado, mas também trabalhado para que essas soluções possam acontecer, mesmo que emergencialmente.

Quero falar ao nosso amigo Amauri e ao Paulo, que estiveram conosco, que estamos juntos, todos nós, pernambucanos e brasileiros, para resolver isso.

A nossa pergunta ao Dr. Joaquim é a seguinte: nós estamos acompanhando esses momentos críticos. Temos trabalhado – e o senhor tem trabalhado muito para dar as soluções emergenciais –, mas precisamos pensar um pouco mais também, para as questões de médio e longo prazos, no que deve ser feito para que o nosso rio consiga não só dar toda essa vida que ele dá ao consumo humano de água e irrigação, mas que ele também possa ter a sua vida própria como um ambiente natural.

Um dos pontos que eu tenho debatido muito é exatamente o que deve ser feito nas margens, principalmente nos afluentes do próprio São Francisco, para que em médio e longo prazo possamos ter um regime de vazão muito mais normal em nosso rio e evitar que esse problema se agrave a cada dia.

Temos custos, temos projetos e contas de quanto deve custar e que resultado terá – recuperação, por exemplo, das matas ciliares desses afluentes, e mais ainda no Estado de Minas Gerais, que, na verdade, é que dá toda a sustentação hídrica para o nosso rio? Esse é o primeiro ponto que eu quero entender.

Segundo, o que pode ser feito, no âmbito do Senado, para que haja maior integração das instituições, que, na verdade, são do Governo Federal, para que não só essas crises de curto prazo sejam resolvidas, mas também esse planejamento a longo prazo aconteça – repito –, dando mais vida a esse rio que é tão importante não só para o meu Estado – eu sou pernambucano – mas para todos os Estados Nordeste. Acredito ser um ponto vital para nós devolvermos a vida para o Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Tendo em vista que a sessão do Congresso Nacional já iniciou, eu vou dar a palavra a todos os inscritos e os nossos convidados respondem no final, já fazendo as suas considerações finais.

Na sequência, com o palavra, o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco/PTB - PI) – Eu não teria perguntas a fazer, mas quero cumprimentar à Mesa, na pessoa do nosso Presidente desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e cumprimentar os nobre Deputados e Senadores.

Estou aqui porque eu já ouvi várias vezes o meu querido e estimado Senador Fernando Bezerra clamar, lá no plenário do Senado, por providências com relação ao suprimento de água, para um perímetro irrigado da mais alta importância. Sou testemunha, desde o nascimento, há mais de 40 anos, quase 50, uma aspiração não só do Estado de Pernambuco, focado mais em Petrolina como também na Bahia, em Juazeiro, aquele grande projeto de irrigação é uma realidade hoje. No entanto, vejam, há 15 dias – vai fazer amanhã – visitávamos o projeto de transposição. Inclusive existem várias obras em andamento, especialmente para a captação, na primeira estação de bombeamento, que fica mais ou menos no mesmo nível do São Francisco. Mas, ali, também vi muito assoreamento no rio, ouviu, meu querido Senador, oportunidade em eu até externei a minha preocupação.

No momento em que vemos que os reservatórios foram construídos em barragens sucessivas ao longo do São Francisco e com vários objetivos, tais como, armazenar água para geração de energia, para irrigação, para o consumo humano, para a piscicultura, enfim, para uma série de atividades, constatamos, hoje, um problema de gestão, que é o problema do nosso País, dos Estados etc. Sempre me deparo com essa questão da gestão e do planejamento de longo prazo. E o que observamos hoje? De um lado, a Chesf tendo seus reservatórios com aqueles volumes estratégicos para geração de energia durante o ano todo, sobretudo na escassez, que é o que estamos vivenciando hoje; de outro, a Codevasf, também preocupada com o suprimento de água para os perímetros de irrigação. E aqui vimos o Distrito Nilo Coelho, que é um oásis na Caatinga, é uma realidade, pois é um centro de produção, de geração de emprego, riqueza, incorporando as mais altas tecnologias, no que se refere à irrigação, mas na iminência de ter problema. Ouvimos aqui o Amauri, que é Presidente do Conselho de Administração do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (Dinc), dizer: “Olha, a morte anunciada para o perímetro vai acontecer no dia 24 de novembro”. Entre tantas obras emergenciais em construção, elas só estarão prontos – se estiverem – no final de dezembro.

Estamos diante de uma realidade em que, em meu entendimento, falhou no quesito planejamento. Temos uma Agência criada para fazer essa gestão da água, vários órgãos envolvidos e, na realidade, um grande projeto, em que se consumiu bilhões de reais, correndo risco, como disse o nosso Senador, de ter um fracasso impagável, quer dizer, face aos investimentos feitos.

De outra parte – estive vendo o projeto –, vão pegar água onde está faltando. E o Senador disse: “Olha não falta, porque há mais mil metros cúbicos por segundo, e só se vão tirar 27.” Lamentavelmente. O projeto inicial era para 800, e para irrigar, que era o grande foco: a irrigação, já que o Semiárido em nossa região tem problema gravíssimo de agricultura, mas reduziu-se de 800 para 300, depois para cento e não sei quanto, e para 26 e, com 26, eu acho que vai se infiltrar e por transpiração essa água vai embora – estou exagerando.

Mas a colocação que eu queria fazer é em termos de planejamento, porque não há quem me convença do contrário. Lembro-me, quando no início da discussão da transposição, governadores da Bahia, de Pernambuco, foram contrários à transposição. Eu não sei, não quero questionar isso, o que eu quero questionar é a necessidade da transposição das águas, vamos supor, de Tocantins, da Bacia Amazônica, daquela hileia, para nós outros aqui.

Falo em planejamento de longo prazo, que é o que nós temos que fazer. A gestão só se faz com um planejamento. Então, com todo o respeito a quem advoga o contrário, que não há necessidade da transposição, acho que essa é uma questão fundamental.

Mas eu queria mesmo, em síntese, chamar atenção para esse aspecto da gestão. Nós estamos diante de uma realidade que faltou planejamento, faltou entrosamento entre os órgãos. Aliás, somos mestres em criar órgãos, instituições, dentro da gestão pública, da burocracia, e isso, às vezes, não leva à nada; muito pelo contrário.

Então, eu queria apenas levantar essa questão da má gestão, porque estamos investindo R\$8 bilhões na transposição do São Francisco, e já foram gastos R\$7 bilhões e se pensa muito pouco na gestão daquilo.

Eu já vi, com relação a esses perímetros irrigados, problemas seriíssimos com relação ao consumo de energia para os bombeamentos e, até para chegar lá na ponta para produzir a uva, a manga etc., o custo disso. Quero dizer, pode-se jogar tudo fora em função da necessidade desse planejamento que nós não fazemos.

Por último, quero me congratular com o Senador Fernando Bezerra e com os Deputados que estão aqui, pois todos estão preocupados com essa questão, que é da mais alta importância. Sei o sacrifício que se fez, ao longo de quarenta e tantos anos, para se chegar aonde se chegou, lá com o projeto, tanto do lado de Pernambuco, em Petrolina, como do lado da Bahia, em Juazeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer. Com a palavra, o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Coelho; caros colegas membros desta Comissão, Senadores e Deputados; aos expositores, o meu bom-dia. Hoje, vamos, de fato, ter um dia muito agitado aqui no Congresso. Na Câmara, não é diferente – acho que está um pouco mais agitada ainda –, e a nossa presença está sendo chamada a todo momento lá para administrar algumas questões pontuais, especialmente com relação à sessão do Congresso.

Primeiramente, eu queria parabenizar pelo tema da audiência pública. Esta é a Comissão mais importante para debater esse tema com profundidade. Nós escutamos, a minha geração, as gerações anteriores e as próximas vão escutar sempre, sobre a escassez hídrica do Nordeste.

Aqui, nesta Comissão, nós já debatemos em vários momentos sobre o regime climático e as intempéries climáticas que acabam levando a essa situação. Sabemos que é diferente a Zona da Mata da região da Caatinga, do Semiárido, e assim por diante. E sabemos que a água que chega ao Nordeste é oriunda, em grande parte, no Sudeste, inclusive, em Minas Gerais, passando pela Bahia, aí já no Nordeste, e que o regime de chuvas – a ANA conhece esse tema melhor do que todos nós – tem mudado nos últimos anos. E o Senador Fernando Bezerra foi muito inteligente em sua colocação ao indagar como será o futuro dessas produções todas.

Eu, um dia, disse à Ministra Izabella Teixeira parecer ser contradição eu estar aqui como Relator ou Presidente que já fui desta Comissão, membro da Frente Parlamentar Agropecuária, da Comissão de Agricultura e assim por diante, mas não é contradição. Nós temos que buscar o equilíbrio da produção, a sustentabilidade, porque ela passa pelo meio ambiente, ela passa também pelo econômico, e jamais podemos esquecer o social. E nós estamos debatendo todos esses temas aqui, dentro desta Comissão, neste exato momento, com esta audiência pública.

A preocupação – e eu fiz aqui uma anotação enquanto o Sr. Antônio Carvalho fazia a sua explanação – é que são ao todo 76 mil hectares utilizados nas margens do Rio São Francisco. Nesses 76 mil hectares, há 9,4 mil agricultores familiares. Vejam o tamanho disso! Imaginem a quantidade de famílias! No entanto, esses 9,4 mil cultivam um terço somente da área irrigada, e dois terços são cultivados pelas áreas industriais, que representam em torno de 52 mil hectares.

Se vamos ter uma safra ano que vem, se vamos comercializá-la, como é que fica o mercado, nessa situação? Nós vamos ter o essencial, que é a água? Nós sabemos que uma produção agropecuária precisa de alguns elementos básicos, como o substrato, que é o solo – e aí se pode alimentá-lo com os fertilizantes –, mas ele precisa da precipitação, que é da água, e precisa do sol, e a altitude também influencia em algumas culturas.

Então, rapidamente, eu vou fazer uma pergunta ao Sr. Antônio Carvalho, aliás, duas perguntas, e depois uma pergunta ao Joaquim.

A represa de Sobradinho, em condições normais de abastecimento e de chuvas, escoava um mínimo de 1,3 mil metros cúbicos por segundo, mas não consegue atingir esse volume desde 2013. Quando passou a operar em caráter emergencial? Como o senhor avalia, como o Ministério da Integração avalia o impacto das

sucessivas reduções na vazão da represa e do seu nível de reservatório sobre a implementação da transposição do Rio São Francisco e da utilização da água para a produção agropecuária? São fatores importantes para que se faça o planejamento e a gestão, como disse o nosso Senador.

E como os Comitês de Bacia estão vendo a participação dos órgãos gestores estaduais e municipais? Porque não se trata apenas de vazão, mas da sustentabilidade de toda uma região, de um setor produtivo.

O Senador Fernando Bezerra até me trouxe a informação de oito mil hectares de plantação de uva. Eu conheço, já tomei vinhos produzidos naquela Bacia. Já estive em Petrolina e em Juazeiro. Os de Petrolina, especialmente, são maravilhosos. É até estranho para aqueles que nos ouvem e nos assistem ouvir dizer que estão produzindo vinhos no Nordeste. Pois produzem muito vinho, e de excelente qualidade. Esses dias, encontrei alguém que ia de Petrolina para Maringá, no meu Estado, o Paraná, e que levava no avião uma caixa de vinhos para presentear o pai, porque eram vinhos de excelente qualidade.

Então, qual é a participação da sociedade civil? Como isso tem acontecido?

Para o Sr. Joaquim, um pouco na linha do que disse o Presidente, as barragens, como Três Marias e Sobradinho, têm um papel fundamental no abastecimento de água e geração de energia. As sucessivas interferências emergenciais para promover o necessário e imediato fornecimento de água têm, de modo contínuo, resultado na diminuição do nível dessas represas. Isso é fato, e vem acontecendo não apenas lá, como também no Sudeste. A Região Sul eu acho que é a única do País em que não está havendo escassez hídrica, pois os reservatórios estão cheios. Na verdade, nem há reservatórios. O grande problema do Brasil é que não se fez uma política de reservatórios, quase a totalidade é de fios d'água, inclusive a usina de Itaipu. A sorte de Itaipu é que há uma série de usinas acima dela, o que tem proporcionado uma constante e perene produção de energia.

Quais são os planos, a médio e longo prazo, da Agência de Águas? O que ela pretende implementar para reverter esse ciclo? Eu sei que, para muitos, esta Comissão de Mudanças Climáticas parece utopia. Inclusive boa parte dos republicanos norte-americanos não acredita nisso, acha que mudança climática é fruto da imaginação ou teoria da conspiração daqueles que querem mudar o país, uma disputa política. Não é. Nós sabemos disso e estamos sentindo. O próprio fenômeno do El Niño tem uma influência enorme na nossa produção agropecuária e no regime de energias. É até sorte que o Brasil hoje não esteja crescendo, ou que esteja decrescendo, porque se estivesse crescendo a níveis de 2010, 2011 e 2012, faltaria energia em escala substancial, com prováveis apagões, e assim por diante. A própria inclusão social faz com que isso ocorra.

São essas as minhas perguntas.

Agradeço mais uma vez, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Sergio Souza. Ofereço a palavra, para encerrarmos o ciclo das perguntas, ao Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Sr. Presidente, parabéns pelo trabalho, é importante esta audiência pública. V. Ex^a conduz muito bem esta Comissão.

Na Câmara, eu sou Relator na Comissão Especial da Transposição. Já tive a oportunidade de ir à ANA, já estivemos na nascente, lá em Pirapora. Temos acompanhado. E acho que é louvável a preocupação, até porque geralmente se tem tergiversado sobre informações, e foi por isso que o Presidente muito bem fez sua colocação na participação.

Agora, no caso específico da minha região, que o Ministro conhece, a Paraíba, mas principalmente a cidade de Campina Grande, a situação é muito preocupante. Inclusive, a Câmara de Vereadores fez uma audiência pública com a Assembleia na sexta-feira. Vereadores e a imprensa foram, inclusive, ao Eixo Leste – e aí eu aproveito a presença do Secretário da Integração: sentiram um pouco desacelerado o número de pessoal, eu estou com o vídeo que me mandaram, não acompanhei essa visita. E também é preciso ter preocupação com algumas medidas emergenciais. Até se falou – eu não sei e consultaria o Secretário Antônio Carlos nisso – sobre a adutora de engate na margem da obra, em função de que nós não suportamos mais do que se manter o ciclo climático por seis a sete meses. Imagine uma cidade de 400 mil habitantes, um polo industrial, universitário. E o que é mais grave: na avaliação dos que visitaram, da equipe da Federação das Indústrias, a obra leva até um prazo maior do que a previsão, que é final de 2016. E isso se mantiver um ritmo.

Quero dizer que o Governo não contingenciou a obra, os recursos têm sido liberados, eu tenho acompanhado esse passo. O Ministro Gilberto Occhi tem sido vigilante no acompanhamento da obra, mas tem coisa que foge ao controle do Ministério – o Senador foi Ministro e sabe disso. E tem coisa que tem que ser... Vi agora o Senador Ministro, com sua experiência, dizer que na situação emergencial tem que se quebrar determinados paradigmas, porque não se vai matar a pessoa, não se vai deixar sem água de beber.

Então, é o apelo que faço aqui, aproveitando a presença do Secretário do Ministério da Integração, para que a gente veja, primeiro, o aspecto que está se colocando, a questão produtiva, a área, os dados, que acho

que foram o foco maior desta audiência, mas eu não poderia deixar, Presidente, de aproveitar: nós estamos querendo água para beber. Está faltando água para beber.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Rômulo Gouveia.

Eu vou, agora, oferecer a palavra ao Dr. Antônio Carvalho, representante do Ministério da Integração, ao nosso Dr. Joaquim Gondim, representante da ANA, e ao Dr. Amauri, para que tenham oportunidade de fazer seus comentários finais antes de encerrarmos esta reunião.

Mas, aproveitando o quórum, vou submeter à votação um requerimento que acabo de apresentar.

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 15, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, que seja realizada por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, uma audiência pública com o intuito de debater a Crise hídrica na região do Vale do São Francisco com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada, com a participação da Sra. Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Sr. Hermes Chipp, Diretor-Geral Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e de representantes do Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Aproveito a sugestão do Dr. Joaquim para que, na próxima semana, quarta-feira, a gente possa ter a presença da Presidente do Ibama e do presidente do ONS, mais uma vez convidando a ANA para se fazer presente e mais um representante do MI, porque acho que estamos vivendo um momento emergencial, e é importante que todas as instituições envolvidas no tema estejam niveladas quanto à criticidade do que nós estamos enfrentando, para que a gente possa saber se o Ibama estaria disposto a analisar as diversas alternativas que foram aqui apresentadas.

Então, os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Sr. Presidente, também gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não. Com certeza.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Rapidamente, Presidente, quero perguntar ao Dr. Joaquim se existe mais algum órgão que seja necessário.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Seria importante ouvir a posição do Comitê de Bacias, porque esse é o processo mais amplo. O Comitê tenta integrar todas essas forças. Então, o Comitê de Bacias é um ente que vai mostrar o contraditório que existe entre regiões e se posicionar.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – O Presidente sabe conduzir aí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Senador, eu sugeriria também a inclusão do Ministério de Minas e Energia, porque, se for partir para um licenciamento, ele tem que tratar em conjunto conosco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – A ONS não seria suficiente?

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Não, porque aí é o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Então, vamos incluir o Ministério de Minas e Energia nesse requerimento.

Então, está aprovado o requerimento.

Eu queria deixar aqui, antes de passar a palavra para o Secretário de Irrigação, Antônio Carvalho, que é importante essa observação feita pelo Dr. Joaquim Gondim. O Ministério da Integração precisa formalizar a ampliação da defluência de Três Marias ou precisa formalizar a redução da defluência de Sobradinho, ou os dois, para que o Ibama possa analisar qual seria a melhor alternativa. O fato concreto é que, hoje, esta audiência revelou que as obras só ficam prontas em 20 de dezembro, no melhor cenário, e só tem água até 30 de novembro. Então, estamos aí descasados em 20 dias, com sérias ameaças e desdobramentos com repercussões econômicas e sociais extremamente penosas para as regiões de Petrolina e Juazeiro.

Portanto, eu deixo a sugestão, para que o Secretário leve até o Ministro Occhi, da necessidade da imediata formalização dessas alternativas, ou se a Codevasf puder nos surpreender com a antecipação da obra por

mecanismos que possam ser feitos, de aditivos, para que a obra esteja concluída antes do dia 30 de novembro. Mas o importante é que analisemos as alternativas, para que possamos dar um pouco mais de tranquilidade e segurança a todo aquele arranjo produtivo.

Então, para encerrar nossa audiência, com as considerações finais, eu passo a palavra ao Dr. Antônio Carvalho.

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Agradeço aos Parlamentares a oportunidade de esclarecer esses pontos.

Vou começar, pela ordem, respondendo ao Deputado Sergio Souza, que perguntou sobre os impactos, a partir da redução das vazões, e sobre a transposição do Rio São Francisco, e que também o Deputado Rômulo Gouveia, que é Relator da Comissão Especial da Transposição, fez algum questionamento.

Falei, no início, e reitero o elogio à ANA, que a partir de 2013 já vem trabalhando com redução de vazão, para ajudar neste momento, que era previsto, de crise.

O Deputado falou também sobre o El Niño. Nós estamos sob o efeito do El Niño. Este é um ano crítico para o Nordeste. Nós já observamos excesso de chuva no Sul e a seca se agrava no Nordeste. O El Niño está tão intenso quanto ao fenômeno ocorrido entre 1997 e 1998, o pior havido até então.

Estive no Ceará há cerca de um mês e eles estão preocupados até com a possibilidade de secar o Açude Castanhão. É o efeito do El Niño, que deve demorar ainda um ano.

Então só para emendar um pouco a situação do Distrito Nilo Coelho, que estamos analisando hoje, nós estamos trabalhando com dois planos. O primeiro é o plano do ONS de chegar a 30 de novembro, que foi uma data crítica. Esperamos que retome a chuva. O plano B é a construção desses flutuantes, porque se a chuva não chegar até 30 de novembro, nós teríamos os flutuantes funcionando a partir dali. Essa previsão era de 120 dias, mas houve atraso na decisão, na liberação do recurso, na contratação da obra, por conta de recurso dos licitantes. Mas já estão contratadas. A Codevasf está colocando, em acordo com as empresas, para acelerar, através de três turnos de trabalho, 24 horas por dia. Pode acelerar, mas essa aceleração é coisa de uma semana, no máximo duas. Há possibilidade, como o Amauri falou, de um atraso, por uma chuva, por uma greve, por qualquer coisa que seja, obras atrasam, isso é realidade, mas esse é o plano B.

A gente está contando que as chuvas vão acontecer e as providências foram tomadas. Se chover, esses investimentos nos flutuantes serão pedidos? Não. A gente pode precisar deles em seguida, em março, junho, agosto do ano que vem. Esse investimento que está sendo realizado é necessário para atender ao mês de dezembro ou para o futuro – e aí, eu estou aqui no lugar certo, que é na Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas –, porque, daqui para frente, os extremos climáticos vão acontecer, ou seja, mais seca, mais calor, mais enchentes. Então a gente, Ministro, como presidente, tem que pensar nisso para o futuro.

Ano passado, eu fiz um relatório para o TCU e eu comecei nosso relatório questionamento Pero Vaz de Caminha, que, em sua carta, dizia que a água era infinita. E coloquei alguns gráficos que falavam da mudança climática daqui para frente, dos cenários.

No dia 25 de setembro, nós participamos, a Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEInfra), juntamente com a Embaixada da Austrália, de reunião sobre as mudanças climáticas, a resiliência das construções, foi o foco. Eu alertava, na preparação, sobre a questão da agricultura, que é muito mais acentuada, vai sofrer muito mais com as mudanças climáticas do que as construções de um prédio ou uma ponte. E a gente precisa avançar muito nisso. As diferenças dos extremos de temperatura afetam muito as plantas no período da floração e da produtividade. Então, a gente precisa desenvolver muito isso.

Bom, mas voltando aqui, então, o impacto dessa redução, de 1.300 para 900, é expressivo. Pelo que eu sabia, a vazão ecológica do Rio São Francisco era de 1.500 metros cúbicos por segundo, e já se trabalha com os 1.300, eu posso estar enganado, mas era o número que tinha em cabeça, fiz até uma palestra sobre isso.

Para o Ibama aprovar esse licenciamento, é feito um estudo, levando vários aspectos, principalmente, a vida do rio. Há um significado nisso. Uma situação de emergência leva, e aí ele dá uma licença especial para 1.000 metros cúbicos, para 1.100, para 1.000, para 900 agora, mas como uma coisa transitória, de emergência. É uma emergência e é uma emergência, está certo? Então, o impacto visível – não sei se vocês acompanharam, eu assisti semana passada na televisão –, lá na foz do Rio São Francisco a água do mar já avançou no leito do rio 70 quilômetros, 70 quilômetros.

Provavelmente, a captação, que leva água para Aracaju, já esteja com água salobra. E a tendência é agravar. O Joaquim está dizendo que não. Mas, ainda bem! Mas 70 quilômetros avançando e se reduzir para 800 vai avançar mais alguns quilômetros.

A gente tem que fazer essa equação, esse equilíbrio, acho que a palavra da ordem é equilíbrio, entre o abastecimento humano, toda a Bacia do Rio São Francisco, e a questão ecológica, que está posta. Acho que estamos muito próximos dos limites. Mas essa última decisão da ANA, baseada nos estudos, baseada no pedido

do ONS, nos reconforta em levar uma situação tolerável até a data de 30 de novembro. E a Codevasf está com o planejamento para, em 14 de dezembro, estar com os flutuantes prontos, em funcionamento, são 15 dias, não é nada desejável, a gente queria que estivesse um mês antes porque tem fase de teste, um possível atraso. Mas nós estamos caminhando com isso e podemos também contar com um aliado que é a chuva, porque já começou a chover nas cabeceiras.

Quando a ONS fez esse pedido, para 500 metros cúbicos por segundo, já havia uma decisão, aqui na Casa Civil – não sei se o Senador estava presente; eu acho que estava, e a gente agradece a contribuição dele, que é um entusiasta dessa área –, de que a ONS iria começar com 500, podendo ir até 600. Foi esse o compromisso. Então, tudo isso está alinhado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Na realidade, a ONS admite ir para os 600. Só depende da evolução do quadro. É por isso que eu acho que é importante manter essa vigilância permanente, nos próximos 15 dias, porque, se for para aumentar a defluência de Três Marias, terá que ser tomada essa decisão nos próximos oito, dez dias. Do contrário, ela não vai ter mais efeito algum.

É por isso que eu estou convocando outra audiência pública, para que, na próxima semana, à luz do avanço das obras lá, na captação em Sobradinho, e à luz também das precipitações, das chuvas, do comportamento, saberemos qual é o cenário que nós estamos enfrentando realmente, porque não podemos descartar a possibilidade de ter que elevar a defluência de Três Marias para 600 metros cúbicos, como a própria ONS admite, para poder gerar esse equilíbrio entre os diversos usos da água do Rio São Francisco. O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Ele está falando, porque o Napoleão já falou aqui o seguinte: essa água, de Três Marias, se for liberada hoje, leva 35 dias para chegar. Então, precisa haver essa decisão nesses oito, dez dias, porque senão não teremos o resultado dela. Está certo? Então, essa é a primeira parte da pergunta do Deputado Sergio Souza.

Sobre a transposição, eu vou responder a do Sergio Souza e a do Deputado Rômulo Gouveia também: a transposição do São Francisco demanda 3% da vazão do rio. São 26,4 metros cúbicos por segundo. Então, ela não afeta essa questão da vazão do rio. São só 3%. E haverá um benefício para garantir segurança hídrica a 12 milhões de nordestinos. É esse o sentido da transposição do rio.

Dada a situação crítica do Nordeste como um todo, do Semiárido, o Ministério da Integração está priorizando a obra da transposição do rio, para estar pronta em 2016, porque estamos trabalhando com o cenário de El Niño até meados de 2016, mas isso pode prolongar. É a Natureza. Então, se o Castanhão, por exemplo, secar, como será o abastecimento no Ceará? Já pensaram nisso? Então, nós precisamos urgentemente concluir essa obra, além das transposição que estamos olhando, em que estamos investindo 8,2 bilhões – é muito dinheiro –, mas a obra é importantíssima para dar segurança hídrica.

Além disso, há a questão das obras complementares, e o Senador conhece muito bem a importância da Adutora do Agreste, da Vertente Litorânea, do CAC, lá no Ceará, que são responsabilidades dos Estados. A gente precisa estar muito afinado com isso, porque senão a gente vai ter água no canal, e não vai ter em Campina Grande. A gente precisa ter essa complementação, os Estados precisam se aproximar do Ministério, supervisionar isso, fazer, talvez, obras de emergência, como estão fazendo muito hoje no Ceará, que são as adutoras de engate rápido, para acelerar esse processo, porque a obra estava prevista no cronograma normal, mas não havia esse cronograma dessa emergência que se coloca hoje.

Então, só concluindo: a transposição não é problema para o Rio São Francisco. Não vai acabar com o São Francisco. São só 3% de água, 26,4 metros cúbicos por segundo, quando o rio tem, normalmente – hoje é o mínimo histórico –, 900 metros cúbicos por segundo. É muito pouco. E já está outorgado, inclusive.

O que preocupa, na transposição, é a água chegar aos canais e não chegar às cidades, não chegar à torneira do cidadão. O.k.?

Então, quero agradecer a oportunidade, fico à disposição para outras perguntas – se for o caso –, vou levar o assunto para o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – A formalização da solicitação das...

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Quanto a essa formalização, por isso eu coloquei o Ministério de Minas e Energia, que é o grande consumidor também. Eu acho que o Ministério da Integração Nacional, sozinho, não pode formalizar, porque é preciso embasar muito esse estudo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Nós estamos, inclusive, fazendo um aditivo no requerimento. Quando a gente fala “Ministério de Minas e Energia”, leia-se a presença, aqui, da Chesf e da Cemig, porque eles podem solicitar o licenciamento.

Mas eu acho importante que a Codevasf, como usufrutuária da água do São Francisco, também coloque a necessidade de essas vazões serem estudadas, para que possamos, rapidamente, saber qual é o caminho que teremos que percorrer para atingir esse equilíbrio do uso das águas.

O SR. ANTÔNIO CARVALHO FEITOSA – Discutirmos em conjunto essa coisa para apresentarmos uma proposta consistente junto ao Ibama, porque há uma grande dificuldade de eles concederem esse licenciamento em um mês. Está certo? Mas, se tivermos uma proposta consistente, contemplando energia, irrigação, abastecimento humano, todos os usos, é mais fácil que eles façam uma concessão em emitir um licenciamento especial em um menor prazo, mas, se a proposta não contemplar os outros usos, com certeza, não vão liberar, porque são muito criteriosos nos estudos deles, nas resoluções deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Carvalho.

Vou dar, ainda, a oportunidade do Dr. Napoleão fazer um comentário sobre as diversas perguntas que foram aqui formuladas.

O SR. LUIZ NAPOLEÃO CASADO – Presidente, vou fazer aqui um questionamento, talvez o Dr. Joaquim possa nos ajudar. Gostaria que colocasse, nessa mesa de discussão, o crescimento do oeste baiano, onde temos afluentes importantes ali no Rio São Francisco. Como essas bacias regionais são de controle dos Estados, precisamos, assim, entender, como é que estão as outorgas, como estão esses projetos de crescimento, porque esses afluentes têm uma importância muito grande para essa manutenção do São Francisco.

Isso mais como um alerta, uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Napoleão.

Vou dar a palavra ao Dr. Amauri, e, em seguida ao Dr. Joaquim Gondim, para o encerramento da nossa audiência pública.

O SR. AMAURI BEZERRA DA SILVA – Queria registrar, nesse contexto do Napoleão, é que um levantamento da Embrapa sobre milho sorgo, de Sete Lagoas, fez em 2003, existe já uma irrigação de 350 mil hectares irrigados com pivô central no oeste baiano e em parte de Minas Gerais.

Em 1962, quando houve o primeiro Plano Nacional de Irrigação, estudou que o Vale do São Francisco poderia irrigar três milhões de metros cúbicos, mas existiria uma restrição de apenas poder irrigar um milhão de hectares, porque um litro por segundo hectare vezes um milhão daria mil metros cúbicos de água por segundo, que o Rio São Francisco poderia, em algum momento, não ter essa vazão, não daria nem para irrigar.

Sabemos também que, em dezembro de 1953, janeiro de 1954, o Rio São Francisco passava com a vazão em Petrolina-Juazeiro, de 555 metros cúbicos de água por segundo, sem desmatamento, sem barragem, sem uso múltiplo, basicamente não tinha uso essa água, então, esse regime de seca no São Francisco é cíclico. Em 1914, há registros piores que isso; em 1919, também. Daí por que a necessidade de o Ministério da Integração para integrar o Semiárido nordestino ao Brasil, de pegar com afinco esta Comissão e à da Câmara – que já deve ter conhecimento diverso, mais do que nós –, e começar a pensar na transposição de onde há água, porque se pega a energia produzida no Norte e leva para o Rio Grande do Sul e vende para a Argentina, para onde quiser, está interligando o Brasil de ponta a ponta, mas a água não está. Por isso, há uma necessidade de integrar as bacias do Sudeste, que correm para o Norte para, no período que chova, seja represada e seja transportada para o São Francisco para, então, sim, transferirmos a água para o resto do Nordeste.

Começou a transpor a água do Rio São Francisco, que já está mínima, é urgente e também premente a água para os nossos irmãos nordestinos nos outros Estados, não tenho dúvida, porém temos que pegar e alimentar o Rio São Francisco também com mais água.

Por isso que foi importante esta nossa vinda aqui para ouvir tudo isso que ouvimos e tentar resolver, além do nosso problema do Distrito de Irrigação Nilo Coelho, também esses outros pontos de partida de integração da água produzida que vai para o Norte, que ela venha parte para a nossa Bacia do São Francisco. Não são obras invencionistas; são obras possíveis de serem feitas, porque o Peru fez ali túneis que transportam de uma bacia para outra. Por que a gente aqui não pode fazer isso também?

Então, urge que medidas outras sejam tomadas – ênfase para o Ministério da Integração e Codevasf estudarem isso com afinco. E, com a ANA, é preciso ver o seguinte: a barragem de Sobradinho foi fechada em 1979. Tivemos problema de água em 1991, 12 anos depois. De 1991 para cá, só em quatro oportunidades a barragem de Sobradinho chegou a 100%. Daí, urge medir novamente essas licenças, essas defluências para, quando Sobradinho encher, quando Três Marias encher agora, soltar o mínimo necessário, porque temos de ter a represa cheia, e não, se ela encher, soltar a água para o mar, pois, depois, ela não volta, como aconteceu em alguns momentos de chegar a 100%, soltar com seis, sete mil metros cúbicos de água por segundo e, no verão seguinte, faltar água. Então, urge também a gestão, a administração para que a gente tenha condição de garantir aquelas outorgas já dadas, presentes, para que a gente sobreviva.

E também uma necessidade que eu vejo é a de conhecer toda a área irrigada que existe na Bacia hidrográfica do Rio São Francisco para ver como ficam essas outorgas de água estaduais e esses barramentos pontuais de propriedades privadas, que ficam ao bel-prazer de ficarem com elas e não soltarem para Três Marias. Então, há necessidade de um conhecimento com competência administrativa de toda a bacia hidrográfica para ver onde tem e como distribuir melhor, para que a gente tenha uma unidade equilibrada de produção e uso da água do Rio São Francisco.

De antemão, agradecer aqui a nossa ida, há três semanas, com o Senador Douglas Cintra e, depois, com o Senador Fernando Bezerra, Presidente desta Comissão, estivemos com o Ministro Mercadante, e isso desencadeou de imediato, depois de falar com o Presidente da Codevasf e chegar à Secretaria Nacional de Irrigação, a defluência de 500. Urge, portanto, diminuir Sobradinho ou aumentar Três Marias, ou pedir a Deus que chova, e isso a gente pede todos os dias, porque somos católicos e confiamos em Deus.

Agradecer a todos os senhores e senhoras aqui presentes pela audiência e às autoridades para que resolvam o nosso problema o mais rápido possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Dr. Amauri.

Agora, concedo a palavra ao Dr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – Todos os assuntos que foram levantados mereciam por si só uma nova reunião, todos eles, dada a importância em que foram contextualizados por todos.

Eu começaria falando um pouco da questão de revitalização de bacias, tema importante que foi levantado. É sabido por todos nós – já entrando na questão das mudanças climáticas – que o mundo está em transformação. Hoje, o que se discute não é se há mudanças climáticas, mas o papel antrópico desempenhado na questão das mudanças, mas que há mudança climática, em todos os documentos assinados pelo Governo nacional... Hoje não há mais discussão se estamos dentro de mudança climática ou se não estamos dentro de mudança climática. Todos hoje estão em consenso, mesmo países de muita industrialização têm assinado pactos sobre essa questão de mudanças climáticas.

Então, o que nós temos que encarar agora é como nós vamos nos adaptar a esses novos tempos. A Bacia do São Francisco se adaptou a um tempo diferente. Aqui, foi falado nos anos de 1953, 1955, um período de seca grande na bacia.

Imaginem agora uma pessoa que mora na cidade de Juazeiro, na Bahia, onde se começasse a construir lá a Hidrelétrica de Três Marias. O regime do rio com a construção da barragem se altera, fica mais estável, menos cheias, menos secas; depois, a conclusão, em 1979, de Sobradinho. O que essa pessoa que mora em Juazeiro, se não soubesse o que tem acontecido de construção de obra, estaria pensando? O rio... Na minha terra havia um produto chamado Maracugina que é o seguinte: ficou calmo demais porque acabaram as grandes cheias e as grandes secas, ele está mais estável. Então, a grande modificação que foi feita na bacia – todos nós não podemos esquecer – foi, para o bem e para o mal, com a construção das grandes obras hídricas, dos grandes reservatórios.

Os grandes reservatórios impactaram a bacia de uma maneira que não se pode mais nem questionar para o bem e para o mal. Para o bem, no sentido que propiciou todo esse desenvolvimento, a garantia de água para os diversos usos, os usos múltiplos, essa oportunidade dessa regularização e o controle cheia fez a bacia hoje ser uma bacia desenvolvida e foi graças a grandes obras. Mas, em compensação, toda ação antrópica tem suas consequências e por isso é necessário mitigá-las e examiná-las. Então, a primeira grande transformação que a bacia sofreu foi com a construção das grandes obras e não podemos esquecê-las.

A segunda parte dessa questão é se colocar muito bem o assoreamento de rios, o Senador é de um Estado que sofre com o rio principal ter assoreado, ter dificuldade de navegação e ele sabe do que estou falando, quer dizer, quando o leito do Parnaíba se transforma nas barbas brancas do monge, é uma conta importante. Então, o processo de revitalização de bacia é necessário e urgente no sentido de preservar as nascentes dos rios, as fontes produtoras de água.

Por isso que a Agência Nacional tem um programa chamado Produtor de Água para atuar nas nascentes, nos locais onde os rios têm sua formação. Esse é um ponto importante e só ele merecia uma audiência desta Câmara e deste Senado no sentido de examinar as alternativas que temos. No mundo todo se fala nos serviços ambientais, as pessoas serem remuneradas por manter, nas suas propriedades, áreas acima dos limites adequados da legislação. A ANA tem um programa chamado Produtor de Água.

Recentemente, o Ministério lançou um edital para as prioridades com as regiões metropolitanas também para a revitalização e outras coisas mais. Então, esta é uma preocupação premente que nós temos que encarar de frente, que é a questão da bacia como um ente que precisa ser preservado para garantir água para todos. Então, compactuamos com a preocupação do Senador.

Quanto à questão de eventos críticos, secas e enchentes vão existir. Os tempos bíblicos mostram que já havia aquela coisa dos sete anos de seca e sete anos de fartura. Isso é um ciclo natural, faz parte do ciclo natural. Mas o que acontece é que as mudanças climáticas estão agravando esse ciclo, o tempo dessas coisas estão aumentando.

Nos últimos tempos, estamos presenciando, por exemplo, na Amazônia, a maior cheia e a maior seca uma acontecendo com dois, três anos de diferença da outra. Quando demorava tempos para acontecer uma grande seca. Hoje, não. Você encara, na mesma década, a maior seca e a maior cheia. Então, essas coisas vão acontecer e temos que estar preparados.

A infraestrutura tem que ter resiliência, e esse é o conselho que damos a todos os operadores de projetos de irrigação e de abastecimento. Resiliência é se dotar a estrutura com condições de, havendo alteração, conseguir neutralizá-la. É um ponto importante essa discussão no sentido de que a Codevasf olhe a questão da operação em regime diferenciado de exceção como esse que estamos fazendo, quer dizer, tem que colocar flutuante, tem tudo.

O Senador Elmano perguntou sobre a gestão. Nós estamos nos reunindo, Senador, desde 2013, e aqui eu já estive, pelo menos umas três vezes, para dizer: olhe, a crise no São Francisco é de 2013. A crise só se agravou, mas ela é do conhecimento de todos desde 2013. A primeira resolução da agência para alertar sobre o problema é de 2013. Então, é um problema... Todos têm que entender que, quando os órgãos públicos, as agências colocam o sinal amarelo, aquilo é um sinal amarelo sério, que precisa ser visto com esse enfoque, porque nós demos o alerta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria até lembrar que, em 2013, se deu início à elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, que é um trabalho conjunto do Ministério da Integração com a ANA, que está em fase de conclusão. Inclusive, esta Comissão Mista vai apresentar emenda para alocar recursos para agilizar a conclusão desse Plano Nacional de Segurança Hídrica.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO – E com respeito à bacia como um todo e todas essas questões de onde se está gastando mais água, onde está gastando menos água na bacia, eu lembro que nós estamos num momento importante na Bacia do São Francisco. É a fase de revisão do plano da bacia, que é o elemento que norteia as diretrizes, as políticas que todos devem seguir. Então, é um momento de importância. Se há propostas, este é o momento de colocá-las no plano da bacia, porque esse plano está sendo feito sob a coordenação do Comitê de Bacia, que é um ente que agrega todas essas entidades governamentais, sociedade civil, usuários, no sentido de fazer um fórum e, nesse fórum, eles estão produzindo a revisão do plano da bacia. Então, é uma coisa importante porque é ele que vai dar diretrizes para restringir um pouco mais a irrigação aqui, liberar um pouco mais a irrigação ali, porque ele está vendo a bacia como um todo.

Portanto, vocês têm que participar ativamente... E eu já coloquei para o pessoal do projeto de irrigação que eles têm que participar de dois fóruns: primeiro, do Fórum do Comitê de Bacia para discutir, frente a frente, com os mineiros, com os pernambucanos, com os alagoanos, com os sergipanos, com os baianos a questão da bacia, de frente; e, num segundo momento, interferir nos seus processos, que são a revisão do plano e todas essas questões.

Então, a Agência Nacional se coloca à disposição, sempre que convocada, para participar de debates como este, com a franqueza que nós colocamos os problemas que temos, as dificuldades que temos, mas que tentamos, no nosso ambiente, na nossa base legal, intermediar e conciliar, tentando colocar os usos múltiplos da água no seu papel de uso importante para o desenvolvimento da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 4 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE DEBATER A CRISE HÍDRICA NA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DA AGRICULTURA IRRIGADA, E DESTINADA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS DA COMISSÃO AO PLNº 7/2015 (PLOA), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Roberto Rocha, Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Eros Biondini, Daniel Vilela, Sergio Souza, Julio Lopes, Rômulo Gouveia, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro, Ricardo Tripoli, Antonio Carlos Mendes Thame, Daniel Coelho e Sarney Filho. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão: Deputado Daniel Almeida e Deputado Gonzaga Patriota. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à realização de audiência pública com intuito de debater a crise hídrica na região do Vale do São Francisco com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada; e discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2015, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016). Autoria do Projeto: Presidência da República. Coordenação das Emendas na Comissão: Senador Fernando Bezerra Coelho. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Marco Pedra, Assessor do Diretor da Codevasf; Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); José Carlos de Miranda Farias, Diretor-Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf); Marcelo de Deus Melo, Gerente de Planejamento Energético da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); e Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Presidente registra a presença dos seguintes visitantes: Frederico Calazans, Secretário-Executivo da CODEVASF e Antônio Carvalho Feitosa, Secretário do Ministério da Integração. O Presidente concede a palavra ao Senhor Joaquim Guedes Corrêa Gondim, Superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas – ANA. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Donizeti Nogueira, Deputado Ricardo Tripoli, Deputado Daniel Almeida, Deputado Sarney Filho e o Deputado Sergio Souza. Terminada a exposição dos convidados, o Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016), Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, apresentadas no âmbito desta Comissão. A Presidência informa que foi aberto prazo para apresentação das propostas de Emenda entre os dias 5 e 9 deste mês. Na condição de Coordenador das Emendas Orçamentárias, o Presidente comunica que foram apresentadas 13 (treze) Emendas ao Projeto perante a Comissão, e procede à leitura de seu Relatório. O Relatório conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas, nos termos do artigo 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016, a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CMMC – Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima - Código da Ação: 20VA. Valor: R\$19.367.955. Iniciativa: Senador Cristovam Buarque; Emenda nº 2-CMMC – Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais - Código da Ação: 214M. Valor: R\$150.000.000. Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro; Emenda nº 3-CMMC – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Código da Ação: 20WI. Valor: R\$ 300.000.000. Iniciativa: Senador Fernando Bezerra Coelho; Emenda nº 4-CMMC – Enfrentamento dos processos de desertificação, mitigação e adaptação aos efeitos da seca para a conveniência com a semiaridez no quadro das variações e mudanças do clima e da valorização da biodiversidade - Código da Ação: 20W2. Valor: R\$100.000.000. Iniciativa: Deputado Sarney Filho. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da 12ª reunião e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se a continuar o debate sobre a crise hídrica na região do Vale do São Francisco, com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada e do abastecimento das cidades à margem do Rio São Francisco, sobretudo no Baixo São Francisco.

E, na segunda parte da reunião, nós vamos apreciar as propostas de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária apresentadas no âmbito desta Comissão.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Eu tenho a alegria de convidar para tomar assento à mesa o representante da Diretoria da Codevasf, Dr. Marco Pedra; o Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Dr. Hermes Chipp; o Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, o nosso amigo Dr. José Carlos de Miranda Farias; o representante da direção da Cemig, Dr. Marcelo de Deus Melo; e minha amiga Presidenta do Ibama, Marilene Ramos. Marilene, sente aqui do meu lado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – É mais agradável – ouviu, Hermes? – sentar aqui do lado da Presidenta do Ibama. *(Risos.)*

Gostaria, também, de registrar a presença do Deputado Daniel Almeida e do Senador Donizeti. O Senador Donizeti está aniversariando da data de hoje e recebe os cumprimentos da Presidência desta Comissão, que deseja muita saúde, muita paz e muita prosperidade ao Senador Donizeti, do Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Gostaria, também, de registrar a presença do Secretário Executivo da Codevasf, Dr. Frederico Calazans; do Secretário de Irrigação do Ministério da Integração, o nosso amigo Dr. Antônio Carvalho Feitosa; e, também, do representante da direção da ANA, o nosso amigo Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim, que também prestigia, com a sua presença, esta segunda audiência pública que estamos realizando para debater a questão da crise hídrica no São Francisco.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Só gostaria de aproveitar e registrar a presença aqui do Prefeito de Passagem Franca, do Maranhão, meu amigo Gordinho, que está aqui com a gente – não sei se ele sentou ou se ele saiu....

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Ele está ali atrás.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Obrigado pela presença, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Prefeito, pela presença.

Eu vou fazer um breve resumo da nossa primeira audiência e, na sequência, vamos oferecer a palavra aos nossos convidados de hoje.

Na primeira audiência, ficou claro, pela exposição feita pelo Dr. Carvalho e pelos diretores da Codevasf, que as obras emergenciais para captação de água na reserva morta do Lago de Sobradinho já estão em curso e existe uma expectativa de que as obras possam ser concluídas até 15 de dezembro. E, na exposição feita pela ANA, foi colocada toda a problemática de que essa gestão da água tem que contemplar os seus diversos usos e os seus diversos beneficiários.

Portanto, a ANA chamava a atenção, naquela audiência, de que, de fato, merece prioridade a questão de não interromper fornecimento de água para o arranjo produtivo localizado especificamente no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, mas não se pode descuidar da captação de água para o abastecimento humano de uma série de cidades às margens do Rio São Francisco, notadamente no Baixo São Francisco. E foi dada a informação de que seria importante verificar junto às empresas de abastecimento de água de Sergipe e de Alagoas as eventuais implicações, se a defluência de Sobradinho viesse a ser diminuída como forma de armazenar mais água no Lago de Sobradinho, para evitar interrupção do fornecimento do Projeto Senador Nilo Coelho.

Então, ficou caracterizado, pelas apresentações feitas na primeira audiência, dado o cenário conhecido naquela data, que as obras se concluiriam, não havendo nenhum imprevisto, em 15 de dezembro, mas a água se esgotaria no Lago de Sobradinho, por volta de 20 a 25 de novembro.

Portanto, saímos daquela reunião demandando, junto às instituições federais, as possibilidades e alternativas: se seria ampliar a defluência de Três Marias, como foi colocada pelos representantes do Distrito de Irrigação do Projeto Senador Nilo Coelho, reduzir a defluência em Sobradinho, ou ver a possibilidade de antecipação de conclusão das obras que estão contratadas, se seria possível antecipar esse prazo que estava previsto. E também ficou claro que, para qualquer decisão dessa, seria importante a manifestação do Ibama.

Por isso, fizemos o convite, para esta segunda audiência, à nossa amiga Dr^a Marilene Ramos, para que ela possa dar uma palavra sobre essas implicações de eventuais decisões que possam vir a ser adotadas pelas instituições envolvidas na questão da gestão da água.

A notícia que recebi, ontem, do Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu, é boa, mas é apenas uma mera indicação de que a preocupação que se tinha em relação à captação de água para os Municípios de Sergipe, que é realizada pela Deso, e, sobretudo, para Aracaju, informa que, se a vazão de Sobradinho vier a ser reduzida para 800 m³, atualmente, está em 900 m³, não haveria, digamos, implicações maiores como chegou a ser aventado aqui, na primeira audiência. Então, essa é uma notícia positiva.

Estamos ainda no aguardo das informações sobre os sistemas de abastecimento em Alagoas, a ANA está checando e vai manter esta Comissão informada, se essa é uma alternativa que esteja sobre a mesa, e também a Codevasf está verificando, junto aos perímetros irrigados do Baixo São Francisco, quais as implicações, se essa eventual redução poderá ocasionar problemas também no fornecimento de água para os perímetros que estão no Baixo São Francisco. Então, estamos aqui, diante de desafios que não são pequenos.

E eu queria, desde já, agradecer a presença de todos os nossos convidados que estão interagindo com os representantes que têm assento nesta Comissão, para que possamos construir aqui uma alternativa, uma solução que atenda a todos os interesses envolvidos.

Vou abrir esta audiência oferecendo, primeiro, a palavra ao representante da Codevasf, o Sr. Marco Pedra, que vai fazer um balanço de como estão as obras e, de forma objetiva, saber se, neste exato momento, é possível termos alguma antecipação no cronograma que foi anunciado aqui, na semana passada.

Na sequência da fala do representante da Codevasf, vamos ouvir o Dr. Hermes Chipp, que é o Presidente da ONS. Ele vai aqui falar como está a situação nas barragens administradas tanto pela Cemig quanto pela Chesf, como a ONS está vendo esta situação e quais as sugestões ou encaminhamentos que, eventualmente, possamos vir a adotar.

Após a fala do Dr. Hermes, abriremos oportunidade para que o Presidente da Chesf, Dr. Miranda, e o representante da Cemig, Dr. Marcelo, possam também complementar um pouco a fala do Dr. Hermes.

E, finalmente, encerrando a audiência, vamos ouvir a Dr^a Marilene, que vai dizer também como o Ibama poderá ajudar, eventualmente, para agilizar uma dessas alternativas que estão sendo aqui discutidas. Até porque, qualquer que seja a alternativa, ela precisa ser tomada com muita rapidez, porque a situação é crítica e está gerando muita intranquilidade e insegurança para um arranjo produtivo, repito, que emprega mais de 100 mil pessoas, é responsável pelas exportações de uva e manga do País, com investimentos realizados lá que poderão ocasionar prejuízos superiores a R\$1 bilhão. Portanto, acho que estamos aqui todos engajados para que, com a contribuição de todas as instituições, possamos, de fato, superar essa dificuldade.

Então, ofereço a palavra ao Dr. Marco Pedra.

O SR. MARCO PEDRA – Bom dia a todos.

Saúdo, inicialmente, os Parlamentares, os membros que compõem a Mesa, senhoras e senhores. Hoje, estou com a missão aqui de fazer um breve relato de como estão acontecendo as obras, principalmente as contratações, no Perímetro Senador Nilo Coelho. A Codevasf tem-se empenhado na articulação junto às contratadas, para viabilizar a execução desses serviços e fornecimentos. Temos um prazo curto, desde a audiência pública da semana passada, tínhamos o limite de 30 de novembro para que se chegasse, vamos dizer assim, ao volume morto do Lago de Sobradinho, para captação, principalmente do Perímetro Senador Nilo Coelho, e, como o Senador Fernando falou bem, 15 de dezembro é o prazo previsto pelas contratadas – seria um prazo limite.

Lidando com obra, sabemos que imprevistos acontecem, mas estamos trabalhando arduamente junto às contratadas, a nossa agenda tem estado aberta junto a eles, com reunião todos os dias, é constante o trabalho de articulação junto às empresas para aumentar o esforço humano e de equipamentos, para poder viabilizar a obra, que é de grande porte.

Na semana passada, foi exposto pelo Dr. Napoleão aqui, através de uma apresentação, inclusive, demonstrando que há a construção de um dique, a escavação de um canal, fornecimento de bombas, tubulação, quer dizer, uma obra com um grau de complexidade, não vou dizer tão simples, mas, devido ao prazo, acaba se tornando uma obra complexa, porque temos, hoje, nessa obra do Perímetro Nilo Coelho, três empresas contratadas: uma, para o fornecimento das bombas e dos equipamentos flutuantes; outra, para fornecer e instalar

as tubulações que vão conectar essas bombas e flutuantes ao canal de adução que vai abastecer a estação de bombeamento principal do Perímetro, e a empresa que faz o canal e o dique.

Então, é uma obra que está muito movimentada. Nossa equipe técnica aqui, de Brasília, esteve lá na semana passada toda, até para falar com eles era meio complicado, só se conseguia falar com eles depois de 9h, 10h da noite, porque a obra começou com a contratação de 16 horas de serviço, hoje, estão trabalhando com 20 horas. Isso foi conseguido, via negociação com as empresas.

Ontem, tivemos uma reunião com o pessoal das empresas de fornecimento de bombas que nos prometeu que o prazo deles seria para mais de janeiro, vamos conseguir, estamos trabalhando para antecipar isso, no máximo, até a primeira semana de dezembro.

Quer dizer, todos os esforços estão sendo feitos para poder antecipar essa data. A ideia é se trabalhar com 30 de novembro como uma data limite. É o prazo que nós estamos estabelecendo para as empresas, fazendo de tudo para que isso aconteça. Eu acho que o que a Codevasf poderia fazer, ela está envidando todos os esforços nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Dr. Marco.

Na sequência, ofereço a oportunidade para o pronunciamento do Dr. Hermes Chipp, Diretor da ONS.

O SR. HERMES CHIPP – Obrigado, Senador. Primeiramente, quero me desculpar por não ter conseguido comparecer à última audiência, em que a ANA compareceu e fez uma explanação, o Dr. Joaquim, muito clara sobre o processo. E o senhor já fez um resumo bem objetivo e é assim mesmo.

Agora, uma coisa importante para tranquilizar todo o pessoal que está envolvido ou tenha uma expectativa positiva ou negativa com relação a esse – entre aspas – “conflito de interesses”: isso está sendo minimizado. Porque o senhor vai poder identificar que a Bacia do Rio São Francisco hoje – eu considero, isso é uma visão pessoal – está praticamente sendo operada para outros usos da água, não para abastecimento energético. E esse objetivo e essa meta são constantemente perseguidos, e eu acho que é muito importante que nós continuemos a trabalhar em conjunto, num processo que é coordenado pela ANA, com a participação do Ibama e de todos os usuários, os governos dos Estados, as Secretarias de Meio Ambiente, de Uso da Água, como o senhor colocou, lá em Sergipe e em Alagoas, a Ceal... Ceal, não, Ceal é distribuidora, como é o nome do órgão de Alagoas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMES CHIPP – Casal! E isso está na pauta o tempo todo. E as decisões só são tomadas depois que a Chesf entrega ao Ibama um relatório sobre todos os testes, o plano de comunicação ao longo da bacia.

Então, eu acho que a relevância para algum sucesso desse processo é que a gente continue assim. Em um determinado momento no ano passado, um aspecto lá na justiça de Montes Claros, entraram com uma ação na justiça e o nosso processo foi interrompido por dois meses e meio para poder reduzir a vazão de Três Marias de 250 para 200, algo assim. Quer dizer, qualquer tempo que a gente perde pode ser muito importante na obtenção e na preservação desses usos.

Eu vou mostrar a apresentação, que faz um histórico rápido de 2014.

A próxima, por favor.

Ali estão as condições, à esquerda, em Três Marias e Sobradinho, e a qualificação no histórico. Janeiro a dezembro de 2014 na primeira coluna: montante de Três Marias, 24% da média história de 83 anos, a pior do histórico. Sobradinho, 45%, a pior do histórico.

Então, nós estamos em uma crise, eu chamo de crise hídrica, porque há fluências que não aconteceram ainda nesse histórico de 83 anos.

Pulando lá para 2015, de janeiro a abril, considerada a parte mais importante do período úmido: tivemos 42% em Três Marias e 37% em Sobradinho, o quinto pior e o segundo pior.

E agora, outubro, até o dia 12, estamos com 19% em Três Marias, segundo pior, e 36% em Sobradinho, estamos próximo ao que foi pior no histórico. E, tangenciando essas afluências e controlando esse *trade-off* em Três Marias e Sobradinho o tempo todo para obter um melhor resultado ao longo da bacia.

Pode passar, por favor.

Aí é o que houve em 2015: em janeiro de 2015, a escala para mais marrom, menos chuva, e para mais azul, mais chuva. Então, se olha ali no contorno da Bacia de Sobradinho, o branco ou vermelho, teve um azul ali e um amarelo claro naquele período de março, abril e maio, e depois ficou muito crítico de novo.

E as previsões não são favoráveis, porque os institutos de clima e de meteorologia estão prevendo que esse El Niño, uns falam que vai até o meio do ano que vem, por aí, julho, agosto; e outros institutos, graças a

Deus, tomara que eles estejam certos, falam que ele termina agora em dezembro. A gente não tem ainda clima com essa antecedência, a incerteza é muito grande.

Pode seguir, por favor.

Bom, a probabilidade de chuva nesse trimestre agora de outubro, novembro e dezembro é de chuva abaixo da média. Continua ali na escala: quanto mais para marrom, maior a probabilidade de haver chuvas abaixo da média. E como é característica do El Niño, mais chuva no Sul, podendo atingir ali a parte central do País, pegando São Paulo, e, quem sabe, ali o sul de Minas, pegando a cabeceira do São Francisco – é pelo que a gente está torcendo.

Pode passar, por favor.

Bom, o que nós fizemos ou temos feito ao longo desse período, desde 2013, não é nem de 2014, desde 2013.

Pode passar.

Está aqui a bacia, todos têm uma visão muito boa, está ali Três Marias, com as defluências mínimas de 80 e 100m³ por segundo, porque há um projeto também que é muito relevante, que é o Projeto Jaíba. E, lá em Sobradinho, a vazão normal é de 1.300, e nós estamos hoje operando com 900, decorrente desse processo de afluições críticas.

Pode passar.

Esse eslaide mostra o histórico recente, eu só fiz abril, eu não voltei a 2013 porque seria um histórico muito extenso, mas, em abril, foi autorizada pelo Ibama a operação com 900m³ por segundo, sempre, nesse processo, com todos os usuários, coordenado pela ANA e com o Ibama. A Chesf faz o relatório e diz as exigências do Ibama, o Ibama analisa, aprova ou não aprova, e o processo segue. Quando aprova, a ANA faz uma resolução autorizando a redução da defluência, o agente implanta, e seguimos com a operação.

Então, foram realizados, entre maio e junho, esses testes de redução gradual das vazões pela Chesf, o plano de comunicação aos usuários ao longo da bacia. E acho que esse processo compartilhado, integrado, nivelado, está fazendo com que a gente obtenha esses resultados para poder garantir o atendimento.

Existe também trabalho sendo feito para adaptar essas captações, que falarei ao final. Há uma Comissão da Crise Hídrica, que é coordenada pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, com a participação de oito ministros. Quando ali surge um assunto, esse assunto é encaminhado ao ministério que, junto aos governos dos Estados e aos usuários envolvidos, providenciam o que precisa para não criar problema com relação ao abastecimento humano, e outros projetos, como irrigação, etc.

Bom, eu julho, fizemos essa nota técnica e concluímos pela necessidade de manutenção das defluências, e aí se encaminha à ANA para atualizar essa autorização.

Ali, em julho também, elevamos a vazão de Três Marias para 400 a partir do início de agosto – estava em 300 –, e para 500, a partir de setembro. Esse foi mais expedito, fizemos uma reunião técnica entre Chesf, Cemig e Operador, com as simulações, e encaminhamos para a ANA um processo já articulado. E a ANA, tendo conhecimento dessa apresentação, desse processo e desses resultados, fez a autorização.

Em outubro, o ONS fez uma outra nota técnica e pediu para continuar com 900, dada a previsão de afluições para o final do ano, até o final do período seco, e, como eu coloquei, esse processo vem sendo acompanhado, no âmbito da Casa Civil, com a participação de todos os ministérios envolvidos, secretarias. Na última reunião, foram apresentadas alternativas, que eu vou mostrar aqui, que vislumbramos viáveis, mas, para serem viáveis, provavelmente precisa algum serviço ser feito, como o senhor bem colocou, para assegurar, de forma controlável, o atendimento aos usos múltiplos da água. Ou seja, essa bacia está sendo operada e administrada para usos múltiplos da água, quase nada para abastecimento energético. É uma bacia que está ficando similar à Bacia do Paraíba do Sul.

Pode passar, por favor.

Esse é o retrato de 2014. Em azul seria o armazenamento que a gente atingiria se a gente continuasse com a fluência de 350 em Três Marias; chegamos a 80.

Com essa redução gradativa, conseguimos chegar com Três Marias a 19%, quer dizer, uma diferença bem significativa. E Três Marias não tem extravasor de fundo, o armazenamento não pode chegar ao nível zero, diferente de Sobradinho.

Pode passar, por favor.

Sobradinho; com esse processo de redução também, chegamos a 6,8 quando chegaríamos a -40. Ou seja: não teríamos condições, acredito, de operar e de abastecer – e aí abastecer também a parte elétrica – com esse nível de volume negativo em Sobradinho. Embora ele tenha uma flexibilidade muito boa, 40% abaixo já é uma coisa complicada, muito complicada.

Pode passar, por favor.

Aqui, a projeção dos principais reservatórios dessa Bacia até o final do ano.

Pode passar, por favor.

O primeiro deles, afluência, não é o valor esperado; o valor esperado de afluência produzida pelos modelos é mais favorável do que aqueles valores que ali estão. Estamos sendo mais pragmáticos, usando uma metodologia mais conservadora e pegando as séries em função do que está acontecendo: outubro, em Três Marias, 12%, e agora está em 19%, não está muito longe e não há indicação de melhoria, de chuva, tende a piorar. Novembro: esperamos essa transição de que eles vêm falando nas reuniões que temos semanalmente com os institutos de clima e tempo. Eles têm uma indicação de que essa transição – ainda não têm uma confirmação, mas têm uma grande expectativa – se dê entre outubro e novembro, início de novembro. Então, temos ali uma elevação na afluência, que está acontecendo hoje.

Em vermelho, ali, Três Marias, 500, e, em pontilhado, Três Marias, 600. Quer dizer, chegaríamos a um volume de praticamente 5% em Três Marias. Mas não se sabe como vem o período úmido. Essa aposta é que é difícil, ou seja, o que fazer com antecedência, não sabendo exatamente o que vem depois. Esse é o grande dilema.

Trabalhamos com segurança para não atingirmos a restrição. Qual é a restrição? Três Marias. Não pode, de forma alguma, atingir zero, porque, senão, nem água solto para jusante. Não extravasador de fundo. Então, tenho que controlar Três Marias, junto com esse grupo, para que ela fique ali, em um valor acima de zero, não deixando atingir o zero.

Pode passar, por favor.

A mesma coisa para Sobradinho. Temos uma simulação de Sobradinho com 900, uma sensibilidade para 800, se isso for viável, e Três Marias mantendo 500, porque 600 aumenta o risco de Três Marias, porque não sabemos se a afluência vai acontecer, chegar a zero.

Bom, ali, teríamos aquele negativo de Sobradinho 0,13, continuando com 900, e indo para 1,27 se passarmos para 800 a partir de 1º de novembro. E Três Marias naquele ponto, 8,29, que seria a preservação dos 500m³/s.

Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE. *Fazendo soar a campanha.*) – A quanto chegaria, se se mantivesse Sobradinho a 900, chegaria quando? Dia 16 de dezembro.

Teria água até quando? Quando é que zera, então?

O SR. HERMES CHIPP – Aí, é outra questão que eu não tenho simulado. Precisaríamos fazer um estudo, utilizando o volume morto de Sobradinho. Hipóteses mais conservadoras, imaginando que isso vai piorar, vai acontecer e não vai haver chuva, teremos que descarregar essa água para outros usos.

A SRª MARILENE RAMOS (*Fora do microfone.*) – Qual é o volume morto de Sobradinho em relação a...

O SR. HERMES CHIPP – A Chesf pode confirmar isso. Tenho o volume morto de Sobradinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS – O volume total de Sobradinho é 34 mil hm³. O volume morto é 6 mil. Então, temos 28 de volume útil, de 34 mil, que seria o morto.

O SR. HERMES CHIPP – Há uma expectativa, Miranda e Marilene, de gerar até um valor em torno de 8 ou 9, o que vai depender de verificação de vibração de turbina etc. Mas há uma expectativa positiva de que se continue gerando em torno de 8% a 9% abaixo desse volume morto – não se tem certeza –, mas a água se solta.

A SRª MARILENE RAMOS – Solta um pedaço, depois tem uma parte que é morto morto. (*Risos.*)

Há o morto vivo e o morto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Mas eu queria entender ainda melhor: na mesma projeção, mantendo Três Marias em 500, que é o que está hoje, e mantido Sobradinho em 900, que é o que está hoje, a gente zera a reserva útil quando?

O SR. HERMES CHIPP – Em meados de dezembro, ou melhor, entre final de novembro e meados de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Então, está melhor que a expectativa que foi gerada na última audiência, quando se tinha a informação de que se atingiria esse zero por volta de 30 de novembro.

O SR. HERMES CHIPP – Ali está entre 30 de novembro, porque está -0,13%.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERMES CHIPP – Isso depende também da fluência, da hipótese que se faz lá, Senador, da fluência que vai ocorrer no trimestre.

A SRª MARILENE RAMOS – É porque aí coincide com a data da obra.

O SR. HERMES CHIPP – Eu acho que, pelo que a Codevasf falou, não vai haver problema. Aí já fiquei mais animado. Acho que está positiva a previsão de antecipação para início de dezembro. Assim, eu acho que coincide.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – E vocês estão monitorando, porque, em havendo necessidade, vocês poderiam reduzir para os 800, pois, aí, daria para terminar a obra. Se for necessário, você chegam a acionar...

O SR. HERMES CHIPP – Eu acredito que seria a próxima investida que a gente vai fazer junto a esse grupo que é coordenado pela ANA, que depende dos testes que a Chesf vai fazer – como sempre, para toda redução –, que são os testes exigidos pelo Ibama, para aprovação. São os testes de qualidade da água, teste intrusão salina, desmoronamento de margens; enfim, uma série de testes exigidos pelo Ibama para autorizar a redução, além do plano de comunicação.

Pode passar, por favor.

Aqui é uma hipótese de sensibilidade também, em que a gente faz Três Marias com 600 e mostra o ganho de Sobradinho. Aqueles -0,13% passaria a ser 1,25%; e, se for com 800, a gente chega a 2,55%. Evidentemente, Três Marias cairia de 8,3% para 4,8%. Então, esse é o *trade-off* que a gente administra o tempo todo com os agentes Chesf e Cemig.

Evidentemente, depois de uma análise técnica, a gente encaminha para a ANA convocar uma reunião com o Ibama, com os usuários, enfim, essa coisa toda.

O que a gente quer evitar, nesse ínterim, é qualquer ação, ou ainda, que seja judicializada alguma questão, porque, aí, atrasa essa solução conjunta, essa decisão que a gente tem que conduzir.

Pode passar, por favor.

Aqui é uma projeção de evolução de Três Marias e Sobradinho em 16. A gente deu uma olhada em 16 porque não sabe como será o período úmido. Então, o que a gente fez? É uma análise ainda preliminar...

Pode passar, por favor.

Olhem lá: a curva preta começa ali em final de novembro, início de dezembro, com zero em Sobradinho e aqueles 8,3% em Três Marias, que é a curva vermelha. Ora, Três Marias iria, no final do ano, para a série crítica. Essa é uma simulação conservadora, porque a gente não sabe como vai ser a série de 16, Então, estamos admitindo a série de 14. Assim, Três Marias seria inviável.

Esse gráfico mostra que continuar com uma defluência de 500 em Três Marias é inviável, porque ela chegaria ao final de 16 com -52%. É claro que alguma ação será feita no meio do caminho.

E Sobradinho, nesse caso de Três Marias com 500 na média e Sobradinho com 900, chegaria a 18%; e, com 900, chegaria a 28%, partindo de zero com a série crítica.

Pode passar o próximo, por favor.

Esse gráfico faz Três Marias com... Aí, nós calculamos ao contrário. Qual seria a vazão média, a defluência média em Três Marias para chegar a uma meta de volume próximo a zero de 3%, partindo de 8%? Aí seria uma fluência média, ao longo de 16, de 230m³/s – repito: uma defluência média, em vez dos 500, de 230m³/s.

Ali está Sobradinho. No preto, com 900 em Sobradinho, chegaria ali a -2%; e com 800 ali, chegaria acima de zero.

Então, as perspectivas, se esse trabalho for feito e tal – agora eu fiquei mais animado – não são das piores, apesar da crise. Com essa expectativa que tem, a possibilidade, a flexibilidade que tem Sobradinho de o extravasor soltar água, mesmo com vazões inferiores, soltando uma água inferior a esses valores que possam prejudicar algum serviço mas manter outros, vai depender da fluência. Mas a hipótese aí é a mais conservadora. É a pior série dos 83 anos que a gente tem de história.

A SRª MARILENE RAMOS – Três Marias já operou com 230?

O SR. HERMES CHIPP – Já. Três Marias, ano passado, chegou a 80.

Há um último eslaide em que eu coloco, evidentemente, as conclusões.

Pode passar, por favor o último eslaide.

A conclusão é óbvia em função do que foi apresentado. Eu tenho dois recursos que têm que ser administrados: aumentar Três Marias para 600 e diminuir Sobradinho para 500, para poder chegar próximo a 800. Como Três Marias não tem o descarregador de fundo, a gente tem que olhar essa meta de não deixar chegar muito próximo a zero. E ali essa alternativa, não são dissoluções, já estão sendo discutidas também no âmbito desta Comissão da Casa Civil, mas sempre depois desse processo da ANA com o Ibama, Chesf, Cemig, tudo isso. Isso vem depois.

Então era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Dr. Hermes, só para ficar mais claro. Acho que foi uma importante exposição que o senhor acabou de realizar aqui na Comissão e traz também um pouco mais de segurança para aqueles que estão acompanhando esse debate e a previsão de como vamos atravessar esse período mais crítico entre novembro e dezembro, essa monitoramento que o senhor acaba de informar que

está sendo feito, com o envolvimento da Casa Civil, da Presidência da República, se tiver que tomar a decisão de mexer nessas vazões seria agora no final de outubro. Vocês vão esperar mais uns 15 dias de monitoramento.

O SR. HERMES CHIPP – Antes disso, a gente não pensa em mexer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Nem precisaria mexer pela ...

O SR. HERMES CHIPP – E talvez, mesmo tomando essa decisão, acho que tem um *timing* aí para verificar tudo isso: a Chesf fazer os testes, encaminhar para o Ibama aprovar. Mas nessa situação, a gente tem feito isso de forma muito rápida. Até agora tem dado tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Ou seja, se for necessário, para equalizar esse uso múltiplo da água, vocês estão, digamos assim, preparados para efetivar essa decisão no início de novembro.

O SR. HERMES CHIPP – Preparados.

Esta Comissão da Casa Civil, eu entendo, eu faço esse tipo de apresentação lá, não esse, não houve ainda uma reunião com a apresentação desse tipo, apenas encaminhei algo parecido que eles solicitaram, mas ali eu entendo que é um ambiente em que há uma preocupação, evidente, com o abastecimento, tem outras finalidades além dessa, essa é uma das, não é, carros-pipas, enfim abastecimento mesmo aos reservatórios que estão baixos nos Estados mais críticos, e eles estão administrando isso junto a Governos de Estados, prefeituras, para não interromper o abastecimento em definitivo, alguns já estão interrompidos por alguns dias, tem lá todo um processo de paralisação, depois retoma e depois para em função da chuva, que não está acontecendo, e também para prover e apoiar os serviços que virão a ser necessários para viabilizar essas reduções.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Agora, ofereço a oportunidade ao Presidente da Chesf, Dr. Miranda.

O SR. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, e demais autoridades, Deputados e Senadores presentes, agradeço o convite, dando-me a oportunidade de aqui estar.

A Chesf está trabalhando em conjunto com todos os órgãos no sentido de atuar positivamente diante dessa grande crise, talvez a maior crise hídrica, pelo menos a maior conhecida, do Rio São Francisco. Fazendo uma conta rápida entre o que chega a Três Marias e o que sai de Sobradinho, o que sai de Três Marias, a vazão defluente de Três Marias e a vazão afluente a Sobradinho, mostra que se não existissem as barragens do setor elétrico, Três Marias e Sobradinho, a afluência no Rio São Francisco seria da ordem de 150m³/s.

Daí a grande importância dessas barragens, a grande importância desses reservatórios... E deveríamos estar fazendo mais reservatórios, até para o sul, para controle de cheias. Talvez um pouco de todas aquelas cheias que estão acontecendo no sul do País pudesse estar sendo minorado se tivéssemos lá mais reservatórios para controlar as cheias.

A Chesf opera o reservatório de Sobradinho e está disponível, como tem feito, ante um comando do ONS, do Comitê de Bacias... E acho importante esse trabalho que está sendo feito em conjunto por todos os órgãos para dar o respaldo necessário às ações para todos os usos, principalmente porque Sobradinho... O Dr. Hermes tem toda razão: neste momento, está se operando Sobradinho para os usos múltiplos, os outros usos, mais do que propriamente para gerar energia elétrica, embora ainda seja importante. Hoje, a energia eólica no Nordeste já está, muitas vezes, superando a geração hidráulica, mas ainda é importante, de qualquer forma. Mas, diante das necessidades que têm os outros usos, está se operando o reservatório de Sobradinho muito mais visando manter uma reserva técnica no reservatório, como mostrou o Dr. Hermes, do ONS, com todas as suas simulações.

Então, a Chesf, sendo acionada – e, repito, é muito importante que a gente tenha todos os órgãos envolvidos, engajados nas decisões e tomando as decisões –, ela dá partida, com um comando, com um documento para mudar a vazão, ao pedido ao Ibama e à ANA. Realizamos todos os testes para que, de fato, a nova vazão reduzida de Sobradinho possa trazer e possa adequar todos os usuários a esse novo nível do rio.

No entanto, é um ponto importante que, como a Chesf, está no final da linha, a Chesf sofre algumas consequências. Por exemplo, Senador, nós temos, hoje, mais de 300 ações de diversos ribeirinhos acionando a Chesf por prejuízos que estariam sofrendo pela redução da vazão de 1.100 para 900. Isso é uma quantidade enorme, e esse número só está crescendo. Ontem, recebi mais duas intimações no escritório da Chesf. Por isso a importância de termos todo o Comitê de Bacia, os órgãos de abastecimento, todos os órgãos engajados para dar à Chesf suficiente respaldo no caso da operação do sistema.

Então, nós continuaremos operando de forma que os órgãos colegiados e o ONS assim determinar. Faremos todas as ações necessárias para que se viabilize a operação com níveis mais reduzidos, mas precisamos, efetivamente, do apoio de todos no esclarecimento. Fazemos a campanha de esclarecimento, fazemos todos os trâmites, mas, evidentemente, sofremos essas consequências agora, não só da parte de energia elétrica, porque, de fato, a ação de diversificar a matriz do Nordeste com geração eólica, com geração térmica, com outras

gerações garante o atendimento ao sistema, mas estamos aí com todo esse trabalho jurídico, com todas essas ações para determinar. Mas isso não nos afasta, de forma alguma, de continuar trabalhando em conjunto para melhor atender às necessidades de todos os usuários na Bacia do Rio São Francisco, principalmente à montante e à jusante de Sobradinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Miranda.

Na sequência, ofereço oportunidade, para sua fala, ao Dr. Marcelo Melo, representante da direção da Cemig.

O SR. MARCELO DE DEUS MELO – Bom dia, Senador. Bom dia, meus colegas de Mesa e demais autoridades presentes.

Eu queria fazer três tipos de observações, tentando contribuir com esta Comissão.

O primeiro ponto parte do genérico para ir para o específico, e remete ao nome da Comissão, que é, a verdade, uma comissão de mudanças climáticas. Eu tive oportunidade de participar do Fórum Mundial da Água de 2009, o penúltimo fórum, que tinha como tema principal as mudanças climáticas e que apresentou como solução mais falada, mais decantada a busca da adaptação.

A experiência que nós vivemos no São Francisco e em Três Marias, especialmente no ano passado, acreditamos que ela é mais crítica do que a deste ano. Eu estou esperando que não seja tão grave quanto foi a do ano passado. Mas foi uma experiência muito rica de busca de adaptação.

O Dr. Hermes citou o caso da Prefeitura de Pirapora, o caso do Jaíba. Todas essas instituições buscaram se adaptar. A restrição de Três Marias era 480m³ por segundo. Sem dúvida, era uma restrição ambiental. A crise veio, não havia sequer peixe, então, essa restrição pôde ser relaxada, mas até 350m³ não podia. Hoje, essa restrição está em 80, conforme mostrado pela apresentação do Dr. Hermes. Ou seja, dá para se adaptar, porque nem sempre a crise é uma crise de volume de água. No São Francisco especialmente, não é uma crise de volume de água, pelo menos na calha do São Francisco. Existem outros problemas, mas, na calha do São Francisco, não é uma crise de volume de água, é uma crise de nível.

Estão todos já adaptados? Ora, se a situação de 2015 e 2016 for pior, talvez nem todos estejam adaptados. Suponhamos nós, por exemplo, que Três Marias realmente chegue próximo do zero e vá liberar uma vazão que é simplesmente a vazão que está chegando, que hoje é 70, mas, no ano passado, já no final total da seca que se estendeu até meados de novembro, foi próximo de 40, no entanto, o reservatório soltava 80, para 80, estavam todos adaptados. Mas estarão adaptados para vazões ainda mais restritivas ou para níveis mais restritivos?

Essa é a contribuição que eu queria trazer, é o meu primeiro ponto de um modo geral.

A Cemig também procurou se adaptar? Sim, porque há esse estresse muito grande. Se chegar o reservatório a 0%, como manter a perenização do rio com um reservatório a 0%? Eu sei que o ONS está superpreocupada com isso, a apresentação do Dr. Hermes coloca essa preocupação de não deixar chegar a 0%, mas, mesmo assim, a Cemig fez inúmeros testes com as suas turbinas nessas situações adversas. Como seria? Eu não tenho mais como turbinar realmente gerando energia. Então, como eu passo água para a jusante? Assim, a gente experimentou passar água com o distribuidor aberto, sem gerar, sem a máquina estar interligada. Óbvio que a gente encontrou situações muito ruins para as máquinas. Nós monitoramos quinze tipos de parâmetros, alguns dava para passar, alguns não. Mas numa situação extrema, talvez teria que fazer um sacrifício de máquina e perenizar o rio. A gente sabe da importância dessa água para a jusante.

Então, a principal recomendação para mim, a de número 1 era esta: a preocupação de ter certeza de que, se a situação for mais grave ainda nesse ciclo 2015/2016, estão todos realmente adaptados. Existem outros usuários que ainda não sentaram à mesa, porque são pequenos, pulverizados. Como eu disse, a maior parte é uma restrição de nível, e não uma restrição de volume. Mas mesmo eles teriam de fazer as suas adaptações.

O segundo ponto o Dr. Miranda, que me antecedeu, colocou, e eu queria reforçar essa fala, é a importância dos reservatórios de acumulação. Não vou nem participar o caso dos reservatórios do setor elétrico. Vou citar um caso que está próximo de mim, de Belo Horizonte. Belo Horizonte está em um cuidado danado para não enfrentar uma crise hídrica de abastecimento humano e um dos problemas, já que metade da cidade de Belo Horizonte é abastecida pelo Rio das Velhas, Bacia do São Francisco, e não tem reservatório de acumulação, é que hoje há uma proibição para construção de reservatório de acumulação. Praticamente a única saída que eu tenho é a construção de um reservatório de acumulação, que acumula a água na chuva e usa na seca, e existe essa proibição. Não estou nem falando para esse reservatório ser do setor elétrico. Só estou falando da importância de se pensar na volta de reservatórios de acumulação.

E mais: os reservatórios de acumulação são os reservatórios que mais favorecem os múltiplos usos. A gente pega, por exemplo, o caso de Três Marias. Três Marias, originalmente, não é...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Dr. Marcelo, essa proibição é uma legislação?

O SR. MARCELO DE DEUS MELO – É uma restrição do Comitê da Bacia. Então, é uma resolução de comitê. É lógico que é mais fácil de ser revisada. E acredito que isso esteja sendo repensado. Mas eu quis trazer um exemplo pontual para chamar a atenção para a ordem do genérico. Eu queria chamar a atenção para a ordem do genérico, por quê? Porque os reservatórios de acumulação não estão restritos unicamente a um único fim.

Então, se eu pego o exemplo de Três Marias, ele não foi construído para gerar energia. A geração de energia veio posteriormente. Ele foi construído para perenização do vale, exatamente para regularizar as vazões e propiciar um monte de outros usos. Ele foi construído para minimizar efeitos de enchentes. A gente está aqui há quatro anos só falando de secas, mas a gente não pode esquecer que a gente vive grandes enchentes no Vale do São Francisco. Há diques, há volume de espera nesses reservatórios. Então, eles têm uma importância nos dois sentidos. Se viveu os extremos, que é o extremo da seca e o extremo da sobra de água, que é a enchente. E o reservatório de acumulação é uma grande saída para buscar minimizar os efeitos desses extremos. A grande pergunta que nós nos fazemos é a seguinte dentro desta Comissão: estamos nós, nesses três anos, virando quatro anos, já vivendo e experimentando as mudanças climáticas ou é apenas variabilidade climática? Ainda não dá para responder a essa pergunta.

Mas a saída para os dois casos é uma só: adaptar-se.

Eu queria colocar o terceiro ponto, de ordem geral, que foi, na crise do ano passado, para mim, o grande aprendizado: a condução da ANA. Ela conseguiu manter ao longo dessa crise e colocar todos os atores numa mesa e falar: “A situação é grave para todo mundo. Como é que vamos trabalhar juntos?”

Foi com muita transparência, todo mundo buscando solução. Nesse fórum de colegiado da ANA, em que todos os usuários sentam, todo mundo trazendo a sua contribuição, o papel do Ibama foi fundamental para as decisões que foram tomadas e que estão criando uma situação, hoje, que não é mais adversa. Então, esses fóruns têm que ser supervalorizados, enaltecidos mesmo e talvez até enriquecidos. Mais usuários, talvez, teriam ainda que sentar ali. Pode ser que algum ainda não esteja adequadamente representado e tem que se ir à caça desse usuário.

Eu queria dizer sobre essas três questões de ordem mais geral.

E por fim, nas questões específicas de Três Marias, eu até já passei por elas, nós fizemos os testes, e não é confortável a situação; por isso, realmente, a gente tem uma preocupação muito grande e espera que a solução seja intermediária e não deixe chegar nessa situação de 0% em Três Marias.

Era essa a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Na sequência, para encerrar aqui as falas dos nossos convidados, ofereço a palavra, para seu pronunciamento, à nossa amiga Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

A SRª MARILENE RAMOS – Bom dia a todos.

Agradeço ao Senador Fernando Bezerra o convite para estar aqui.

Cumprimento meus colegas de Mesa, com alguns dos quais já falei muito por telefone e por *e-mail*, mas que não tive o prazer de conhecer pessoalmente, porque minha vida no Governo Federal é bem recente. Eu estou aqui há quatro meses. Aliás, acho que é a primeira Comissão do Congresso de que participo.

Cumprimento os demais Senadores e outras autoridades presentes.

Além do convite especial do Senador Fernando Bezerra, um amigo que já tinha quando eu estava no Governo do Estado do Rio e ele era Ministro da Integração e nós tivemos algumas cooperações, trabalhos juntos – uma pessoa que eu admiro muito –, uma das razões da minha presença aqui é tratar do tema da água e, especialmente, do tema do São Francisco, assunto que me é muito caro.

Obviamente, para o Ibama, as questões dos impactos com restrições de vazão, dos impactos ambientais, dos impactos sobre a biodiversidade, sobre a qualidade dessa água, são questões importantíssimas. Desde que eu assumi a presidência e nós começamos a sentar nessa comissão, juntamente com a ANA, a Codevasf, o ONS, a Cemig e outros interessados, para discutir essa questão, o pior cenário é o rio não ter água.

Então, uma vazão reduzida é melhor do que uma vazão praticamente zerada, ou vazões de 150m³/s, como foi comentado aqui.

Então, antes, obviamente, temos a missão de proteger o meio ambiente e trabalhar por isso, mas o uso prioritário da água é o abastecimento humano. Então, no momento em que há cenários que chegam a colocar em risco a possibilidade de manter o abastecimento humano, pelo menos com as estruturas que temos ainda e com as obras viáveis em períodos curtos, também não temos por que nos opor a essas reduções.

Então, a posição do Ibama é esta. O que temos colocado – e, para isso, temos estreita cooperação com a Chesf – é no sentido de monitorar os efeitos dessas reduções; fazê-las sempre de forma gradativa, com a população avisada; com os usuários, os operadores do saneamento e os distritos de irrigação devidamente avisa-

dos, para que ninguém seja apanhado de surpresa.”Olha, hoje, o rio baixou mais um metro. Aí, como eu faço? Como eu vou abastecer a população ou fazer o meu suprimento?”. Isso, para não se colocar a perder, como foi comentado pelo Senador, esse período de irrigação.

Então, ainda que o Ibama seja sempre visto como o que vai dizer que não pode, que vai criar empecilho, temos funcionado de forma super ágil, enviando tudo por *e-mail*, sem deixar para se oficializar tudo depois, para entrar nos processos. Trabalhamos de forma expedita para que as decisões sejam rápidas.

Temos acompanhado. O Rio São Francisco não tem uma qualidade de água muito boa, e, obviamente, no momento de restrição de vazão, as condições pioram.

Tivemos o episódio daquela mancha de algas lá no Reservatório de Xingó. Hoje, essa mancha está reduzida a menos de um quilômetro quadrado. Ela já foi uma mancha extensa dentro do reservatório, inclusive chegando a atingir ou colocar em risco algumas captações. É um tipo de alga que está vinculada à carga orgânica na bacia, principalmente à falta de tratamento de esgoto.

E são obras... Qual é o ideal? O ideal é que, num cenário como este, de restrição, tivéssemos uma ampliação dos sistemas de tratamento de esgoto na bacia, mas sabemos muito bem que são obras que demoram anos e não são ações que podem ser imediatas.

Obviamente, também há um monitoramento da intrusão salina, o que também está sendo feito.

Então, como está todo mundo sentado à mesa, e havendo esse acordo de fazer as coisas de forma gradativa, avisada e tal, o Ibama vai fazer e vai autorizar aquilo em que houver consenso ali naquele grupo; o que for melhor para preservar o objetivo maior, que são os usos múltiplos. Fim. Então, isso está sendo feito até agora.

Vamos começar essa discussão, para redução para 800m³ lá em Sobradinho. É algo realmente preocupante, mas, com 900, as coisas estão funcionando.

Com relação a Três Marias, eu vejo com grande preocupação manter uma vazão tão elevada em Três Marias, ainda mais nesse cenário de muita dificuldade de usar esse volume morto. E, chegando agora esse período em que há uma tendência de se ter uma vazão incremental entre Três Marias e Sobradinho maior, para manter uma vazão mínima no rio, eu acho que não devemos tardar em tomar essa decisão de preservar mais água em Sobradinho.

Mas aí, aproveitando a oportunidade de ter aqui uma audiência luxuosa como esta, eu queria falar três coisas. Uma,...; duas, saneamento e regeneração florestal.

Falamos o tempo inteiro que não temos como evitar que não chova. Não temos como evitar. Não há o que fazer. Não há milagre. O que nós podemos fazer é melhorar as condições para que, em cenários de vazão reduzida, possa haver uma qualidade de água melhor.

O que nós podemos fazer é melhorar as condições para que, em cenários de vazão reduzida, possa haver uma qualidade de água melhor. Para isso, é fundamental ampliar e universalizar saneamento, coletar e tratar esgoto e fazer regeneração florestal, além da questão dos resíduos sólidos devidamente tratados. E a Bacia do São Francisco, até por conta da transposição – que nós sempre defendemos –, é uma bacia prioritária para este País, assim como a Bacia do Paraíba do Sul também, com duas regiões metropolitanas dependendo daquela água.

E, meu Deus, não é possível que nós continuemos a tentar avançar com o saneamento da forma como nós tentamos! É aquela coisa de “vamos lá”, vem a prefeitura, vem o Estado, pegam um dinheirinho lá no Ministério das Cidades, para ficar lá tentando colocar cano no chão e construir estação de tratamento; a estação de tratamento fica pronta, a rede não fica, aí não chega esgoto, e a estação se deteriora, até o dia em que a obra paralisa.

Então, temos de encontrar outra forma, gente! Não é possível! Eu estou falando aqui com Senadores da República e digo que nós temos de repensar isso! Não é possível! Infelizmente, não dá para continuar trabalhando dessa forma! Nós temos de pagar por resultados! Nós temos de colocar recursos federais – o dia em que houver recursos, porque agora há um cenário bem complicado –, mas cobrar por resultados! Eu quero saber quantas famílias foram conectadas para receber água tratada, quantas foram conectadas para levar seu esgoto até uma estação e saber se essa estação está funcionando! Essa coisa de ficar contratando obra pública nunca chega a lugar algum!

Eu fui gestora, durante 9 anos, no Estado do Rio. Eu tentei tudo para avançar com o saneamento no Estado do Rio. Tentei de tudo, dentro do que estava estabelecido com uma concessionária estadual e tal. Não funcionou! Só funciona quando adotamos concessões, com pagamento por resultados, com parcerias público-privadas. Só assim funciona. Foge até ao meu cargo falar sobre isso, mas, como militante da área de recursos hídricos, da área de saneamento, eu não poderia perder esta oportunidade de falar.

A mesma coisa ocorre com a regeneração florestal. Hoje, os projetos que produzem resultados acontecem quando nós vamos aos proprietários e pagamos pela recuperação, por manter a floresta em pé, por preservar áreas para que a regeneração aconteça, com ajuda nossa ou de forma natural. Só assim! Mas nós pre-

cisamos encontrar formas de financiar isso. Vá plantar uma árvore com Lei 8.666! Ninguém planta árvore com Lei nº 8.666! Isso não existe! Ninguém planta! Todos os projetos de reflorestamento feitos com Lei 8.666 estão fadados ao fracasso.

Falando sobre resíduos sólidos, em 2007, lá no Estado do Rio, quando eu assumi, no Governo do Estado, a Secretaria de Meio Ambiente, nós tínhamos 10% do lixo indo para aterros sanitários, e 90% indo para lixões; quando nós saímos, em 2014, nós tínhamos invertido: 10% iam para lixões, e 90% iam para aterros sanitários. Parcerias público-privadas, com aterros privados! Não dá para pensarmos em fazer tudo via Estado.

Outra questão é a dos reservatórios, que foi tocada aqui pelo Marcelo. Eu acho que nós estamos aprendendo, com uma situação gravíssima que temos experimentado, que a falta de reservação de água para enfrentar esses períodos críticos foi um certo equívoco. Talvez por situações em que realmente um reservatório não se aplicava, como no famoso caso de Balbina e em alguns outros casos em que o resultado foi muito ruim, nós tomamos como linha geral que, neste País, não se pode mais fazer reservatórios. Eu acho que o País tem que repensar isso, e eu tenho conversado sobre isso lá com a EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Não existe, ao contrário do que foi falado aqui pelo Marcelo, nenhuma lei...

O SR. MARCELO DE DEUS MELO (*Fora do microfone.*) – Não, não.

A SRª MARILENE RAMOS – ... nada, em nível federal, que proíba construção de reservatórios. O que existe é contrabalançar quais são os impactos positivos e os impactos negativos.

Eu acho que, hoje, esta situação, que talvez muitos aqui nunca imaginavam que nós pudéssemos viver, está nos mostrando os impactos positivos dos reservatórios. Então, se isso ficar evidenciado, o Ibama não tem uma posição de que aqui não se aprovam, não se licenciam reservatórios – isso não existe. É uma questão de fazer um estudo bem-feito, com os impactos devidamente contrabalançados.

Então, queria aproveitar a oportunidade e falar um pouco sobre isso também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Marilene.

Antes de abirmos para as perguntas dos Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu vou oferecer a oportunidade para o Dr. Hermes fazer um aditamento a sua fala.

O SR. HERMES CHIPP – É muito rápido.

Na linha do que a Marilene colocou, eu acho que a gente tem que trabalhar de forma mais planejada. Porque nada pior do que trabalhar com certo conflito de interesse na crise. O risco de não se conseguir os resultados que vão garantir os benefícios para todos os usuários ou o ponto comum que seja possível se chegar, de forma concomitante, para poder atender a maioria, na crise, o risco é muito grande.

A gente já viveu essas situações. Em 2001, vivemos uma situação de racionamento, em que a defluência em Sobradinho foi reduzida para 1.100, depois mil, e não baixou de mil.

Depois eu acho que aqui, no nosso País, a gente trabalha muito, e bem, em emergência, em crise. Passa a crise e eu acho que a pessoa põe na cabeça que nunca mais vai haver outra. Volta tudo e se trabalha da mesma forma que trabalhou em 2001.

Quer dizer, a gente precisa trabalhar planejadamente. Passou a crise, não imagina que não venha outra, imagina que venha outra e quais são os serviços que podem ser feitos ou que devem ser feitos e que os responsáveis assumam.

Eu acredito que a maioria dessas restrições tenha solução estrutural. É questão estruturante, não é trabalhar só conjunturalmente, como nós estamos fazendo. É ver o que é preciso fazer. Talvez não seja para 800, seja para vazões até menores. O que se precisa fazer? É um trabalho planejado e estruturado, para a gente sair desse trabalho em emergência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Estamos ainda com um novo pedido de aditamento do Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO DE DEUS MELO – É um pequeno aditamento sobre a dificuldade para fazer reservatórios de acumulação.

É lógico que esse é um tema que sempre suscita muita paixão para todos os lados. Talvez a minha palavra tenha sido forte. Não é uma proibição. Existe, digamos, um clima que não é favorável à construção de reservatórios de acumulação.

Então, em Belo Horizonte, quando essa situação aparece no Comitê da Bacia – nós somos membros do Comitê da Bacia – não há favorabilidade. Essa seria a palavra correta. Mas não vejo essa a posição do Ibama atual. Nas oportunidades em que nós tivemos de contar com a presença e posicionamento do Ibama nessa situação do São Francisco, o Ibama tem sido muito parceiro. E essa parceria do Ibama é que permitiu a agilização da flexibilização das vazões restritivas e podermos agir rápido.

Eu acho que tem que evitar a judicialização. O Dr. Hermes citou um exemplo negativo de uma prefeitura à jusante de Três Marias, que judicializou e atrasou muito uma tomada de decisão. Claro que aquilo custou, e custou para todo mundo na Bacia.

Então, eu vejo muito positiva a posição do Ibama atual e a sua participação nos fóruns em que a gente tem trabalhado junto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado.

Nós temos três Parlamentares inscritos, iniciando com o Senador Donizeti, depois o Deputado Tripoli, vou dar oportunidade ao Deputado Daniel Almeida e, encerrando, ao Relator desta Comissão, Deputado Sérgio Souza.

Senador Donizeti.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Antes do Relator, o Deputado Sarney Filho também.

Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Bom dia aos nossos convidados: José Carlos, Marco Pedra, Marilene Ramos, Hermes Chipp, Marcelo de Deus Melo – que acredito seja mineiro, meu conterrâneo, porque é da Cemig.

Eu estou aqui há nove meses, e nunca ouvi falar tanto em São Francisco como já ouvi nesse períodos. Eu sou da Comissão de Meio Ambiente, estou também nesta Comissão aqui. E, na Comissão de Meio Ambiente, de dez palavras do Senador Otto Alencar, três são São Francisco, a preocupação com o São Francisco.

Eu vi que nós temos um sistema de monitoramento bastante eficiente. Uma coisa que eu não entendi é que não é problema de nível, os problemas são outros. Eu gostaria que fosse mais bem explicado.

Segundo: o que nós estamos fazendo para recuperar a capacidade que o rio já teve? Porque o problema da seca sempre existiu. Hoje há menos água? Por que há menos água?

Eu vim para o norte de Goiás em 1978 para fazer difusão de tecnologia na área da agricultura: vender sementes melhoradas, fertilizantes. E eu assisti na região em que estou hoje, que é o Estado do Tocantins, o desmatamento desordenado, uma agricultura com tecnologia muito arcaica. Em pouco tempo, o Cerrado foi desmatado, foi formado pé-de-grade, a água batia, e não percolava. Ou seja, na agricultura, dependendo da tecnologia empregada, se impermeabiliza o solo e ele traz dois prejuízos: a água que bate não infiltra, leva a fertilidade e assoreia o rio.

Agora, estou vivendo um problema no Estado, que eu não tinha visto e do qual não tinha essa compreensão. Na construção das barragens – olha que eu estou convivendo com dois rios importantes, que são o Rio Tocantins e o Rio Araguaia, além dos rios locais – no Tocantins, em que nós temos, desde Serra da Mesa até o Estreito, cinco ou seis hidrelétricas, se não me engano, nós criamos problemas de ordem social, porque desabrigamos uma população que tinha uma articulação com o rio, as enchentes e a questão da formação das vazantes. Com a construção das barragens, acabaram as vazantes na parte em que está o lago. Há o braço do lago, e não há mais aquela possibilidade de aquelas famílias usarem aquela fertilidade que a enchente e que as águas ancoradas deixavam.

Abaixo da represa, da barragem, nós estamos enfrentando outro problema: como não represa mais, também não há vazante. E ainda há dois problemas: a enchente dos rios afluentes muito forte, porque ela não encontra represamento na enchente da calha do rio maior, leva tudo para o leito e está assoreando muito o rio. Lava o leito dos rios menores e está assoreando o rio maior. Quer dizer, é um problema para o qual nós precisamos começar a pensar com os barramentos.

Falando do Senador Otto – o Marcos pode confirmar –, ele disse que o Governo de Minas assumiu um compromisso em relação ao Rio São Francisco de fazer a recuperação dos rios e das nascentes do rio no Estado de Minas. Ele não sabe de onde virão os recursos ainda – isso o Senador Otto falou, não o Governador –, mas o Governo assumiu esse compromisso.

Então, essa questão de recuperar a vegetação, fazer plantio em nível – porque a agricultura é incontestável, nós temos que ter a agricultura –, que é uma coisa também que eu sinto que foi abandonada. Isso é ruim, porque acontece aquilo: chove, leva terra, areia, barro para dentro do leito do rio.

Existem medidas a serem tomadas de preservação das bacias. Com essa preocupação, nós já realizamos duas audiências na Comissão de Meio Ambiente a fim de instrumentalizar um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu que trata da calha do Rio Araguaia, e vamos realizar uma terceira: como restringir alguns usos sem deixar de aproveitar o potencial econômico do rio. Nós temos outros rios a zelar, mas acho que, hoje – eu compactuo com o Senador Otto; e o Senador Fernando Bezerra também tem sido recorrente nessa tese –, precisamos

fazer o processo de revitalização do Rio São Francisco, porque, daqui a pouco, a vazão será zero mesmo, e a situação vai se agravar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar todos que ofereceram sua contribuição a respeito do Rio São Francisco, da utilização da água do Rio São Francisco. Eu acho que é exatamente o que estávamos esperando de todos aqui. Mas quero fazer duas sugestões bem breves que poderiam ser levadas em consideração e, quem sabe, ajudariam ou minimizariam com medidas mitigatórias a questão do Rio São Francisco.

A primeira delas é com relação às águas. O Brasil explora o pré-sal, mas explora muito pouco seus aquíferos. No meu Estado, São Paulo, já existem Municípios que utilizam muito pouco as águas de superfície e muito mais as águas subterrâneas. Eu não sei se há, na trajetória do Rio São Francisco, o encontro do Aquífero Guaraní com outro aquífero, o que poderia ser uma das soluções para minimizar o problema. Portanto, deixo aqui a sugestão da análise dos aquíferos que poderiam estar no entorno ou próximos ao Rio São Francisco e que poderiam ajudar muito, pois boa parte dessa água vai para o mar, e não é utilizada.

O segundo aspecto é com relação à energia. O Brasil discute muito a questão do consumo energético. Existe um estudo, feito pelo Prof. Célio Bermann, da Universidade de São Paulo, sobre a repotencialização das turbinas. Segundo ele, as nossas turbinas estão envelhecidas, a tecnologia delas é antiga. Se forem repotencializadas, elas poderão, com o mesmo volume de água, gerar muito mais energia do que geram. Portanto, eu sugiro que façam contato com o Prof. Célio Bermann, que é um estudioso, um cientista da matéria, que já provou que as turbinas repotencializadas têm uma capacidade muito maior de geração de energia com volume igual ou menor de água utilizada.

Portanto, ficam aqui as minhas duas sugestões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Eu ofereço a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, agradeço a V. Ex^a e cumprimento todos os convidados. Penso que é muito relevante a existência desta Comissão e o diálogo em torno da mesma mesa, entre todas as instituições, todos os atores – e acho que esse é um chamamento da Nação brasileira –, para tratar da questão do clima, especificamente da questão hídrica. Eu acho que somente esse caminho vai propiciar ações emergenciais, especialmente aquelas de médio e longo prazo, que ficam aguardando sempre. Em cada crise, repete-se a necessidade de abordagem mais aprofundada sobre os temas, e depois as coisas não acontecem.

O problema hídrico é recorrente. O Sistema Cantareira é a estrela nacional no noticiário já há algum tempo. O São Francisco é tema de debate permanente que fazemos aqui. O debate sobre a transposição perdura há algum tempo.

E sempre, ao lado desse debate, a discussão sobre a revitalização. Ela não pode jamais ser esquecida. E nunca se consegue dar a resposta necessária em torno da revitalização. Ver ainda hoje comunidades e cidades à margem do rio despejando esgotos no leito é algo absolutamente agressivo à nossa trajetória civilizacional. Este é um debate permanente, que penso deve ser posto com muita ênfase nestes momentos: o debate sobre manejo e integração de bacias. Nós estamos integrados no sistema elétrico nacional, e nós não conseguimos fazer esse debate com a dimensão necessária.

Ainda recentemente, a Presidenta Dilma esteve em Juazeiro e Petrolina, e nós discutimos isto: “Presidenta, é preciso falar dessa integração”. Nós temos o privilégio de ter um manancial extraordinário de água doce, mas temos carências em alguns locais, em algumas regiões. Então, essa integração é algo inadiável. É possível ou não é possível integrar a Bacia Amazônica com o São Francisco? É um debate que precisamos fazer em algum momento, e já passou da hora de fazê-lo e de tomar ações, tomar medidas no sentido de fazer isso. O tema dos aquíferos eu acho que é central na discussão que estamos fazendo.

Mas, como não podemos fugir da situação emergencial, nobre Senador – e isso motiva a que estejamos aqui reunidos –, eu queria deixar uma preocupação, uma indagação, porque acompanho de perto a situação do Sobradinho, como todo o Brasil, e, sendo uma das bases eleitorais muito identificadas com o nosso mandato, passarei este final de semana em Juazeiro. E sempre nos fazem indagações. Aí me preocupou o seguinte fato – acho que o Marco, da Codevasf, poderia falar sobre isto: a redução da vazão de Sobradinho de 900m³/s para 800m³/s. Nós temos, a jusante, muitos investimentos, abastecimento, mas especialmente perímetros irrigados. Falou-se muito aqui sobre o projeto Nilo Coelho – é uma situação grave, e medidas estão sendo adotadas –, mas existem demandas a jusante de Sobradinho. A redução da vazão impactará essas comunidades.

Que medidas estão sendo adotadas? Que providências? Nós precisamos ter essa resposta, que eu acho não foi aqui apresentada.

Essa é a indagação que deixo aqui, especialmente para o Marco Pedra, dirigente da Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Para encerrar esta parte das indagações, já que o nosso Relator teve que se retirar, com a palavra, o nosso Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente, antes de tudo, gostaria de cumprimentar V. Exª pela audiência pública, extremamente necessária. Gostaria também de justificar-me pelo meu atraso de hoje, como tem sido sempre. Há várias reuniões importantes ao mesmo tempo, e eu estava participando de uma audiência pública que eu promovi sobre o Cadastro Ambiental Rural, Drª Marilene. Graças a Deus, pelo que vimos, está andando razoavelmente bem.

Eu não estava aqui nas exposições, cheguei no fim da palestra da Drª Marilene, mas queria dizer que sempre tivemos muita preocupação com a questão do São Francisco. Não é de hoje. Antes que o Governo decidisse, politicamente, pela transposição do Rio São Francisco para o Semiárido, nós já tínhamos colocado que deveríamos fazer uma revitalização antes mesmo da transposição ou talvez até concomitante. Isso tem ocorrido de maneira muito sem sintonia, muito dessincronizada.

Quanto à questão climática, hoje não há mais como deixar de considerá-la. Nós estamos vendo essas secas prolongadas aí por causa da questão climática, agravada pelo desmatamento das áreas de preservação permanente. As bacias que fornecem água para as cidades do Sudeste, por exemplo, são as que estão mais desmatadas, menos protegidas.

Então, uma medida fácil e barata seria a recomposição das áreas de preservação permanente dessas matas ciliares e das nascentes.

Para isso, o Código Florestal votado no ano passado – aliás, contra o meu voto, na maioria das vezes – prevê, numa excepcionalidade, que, em áreas de crise hídrica, os governadores podem ampliar a metragem das Áreas de Preservação Permanente. Isso foi inclusive oficiado aos Governadores do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Ministro Barroso. Então, nada disso tem sido feito.

No que diz respeito ao São Francisco, como já foi dito aqui, é lógico, rios que cortam grandes cidades estão todos poluídos. Imaginem se as águas do Rio Tietê fossem limpas, São Paulo já poderia estar se servindo dessa água. Mas, infelizmente, esses problemas agravam ainda mais a situação dos nossos rios. Eu acho complicada a situação do Rio São Francisco. Ninguém sabe se essas mudanças climáticas, em algum momento, vão favorecer as chuvas que farão o rio voltar ao seu volume histórico normal, à média do seu volume normal. Talvez isso nunca mais ocorra. Então, é preciso agora fazer um estudo integrado. E é lógico, como disse a Drª Marilene, nós temos que centrar a atenção nos Municípios localizados à beira dos rios, a fim de que possam tratar o esgoto e a água. Não dá mais, nessa situação de crise, para jogar esgoto a céu aberto, em rios importantes ou em afluentes de rios importantes.

Então, era apenas esse registro, Sr. Presidente.

Parabéns a V. Exª, mais uma vez, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Agradeço ao Deputado Sarney Filho.

Peço permissão, pois alguns Parlamentares estão pedindo para se retirar, em função de compromissos em outras comissões, para, antes de passar a palavra aos nossos convidados para que respondam as indagações e façam suas considerações finais, submeter à apreciação e à votação o relatório que estou apresentando em relação às emendas desta Comissão, que, pela primeira vez, tem direito a sugerir emendas ao Orçamento Geral da União do próximo ano. Foram apresentadas treze emendas, e tivemos o trabalho de selecionar quatro.

A primeira emenda escolhida foi a do Senador Flexa Ribeiro, destinando R\$150 milhões para monitoramento ambiental, prevenção e controle de incêndios florestais. Essa emenda é destinada ao Ibama. Estamos sugerindo ao Relator Geral do Orçamento esse acréscimo ao Orçamento, que veio do Ibama.

A segunda emenda escolhida foi a do Senador Cristovam Buarque, no valor de R\$19,367 milhões, em que aloca recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, destinados a apoiar estudos e projetos de pesquisas de desenvolvimento relacionadas à mudança do clima. Portanto, essa foi a segunda emenda.

A terceira emenda foi a do Deputado Sarney Filho, que nós selecionamos, em que destina R\$100 milhões para o Ministério do Meio Ambiente, para o enfrentamento dos processos de desertificação, mitigação e adaptação aos efeitos da seca para a conveniência com a semiaridez no quadro das variações e mudanças do clima e da valorização da biodiversidade.

E a última emenda é de minha autoria, em que destinamos R\$300 milhões para a ANA, para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Portanto, essas quatro emendas. Espero que todos estejam apoiando.

Os que apoiam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Eu vou oferecer a palavra agora para que a Sr^a Marilene Ramos inicialmente possa fazer comentários sobre a questão da revitalização. Essa foi a preocupação do Senador Donizeti e do Deputado Daniel Almeida. Portanto, a nossa querida Marilene poderia falar um pouco sobre a preocupação quanto a ações de revitalização em nossas bacias hidrográficas, de forma particular na Bacia do São Francisco, que hoje é tema da nossa audiência.

Na sequência, teremos a resposta do Marco Pedra, que vai falar sobre a indagação feita pelo Deputado Daniel Almeida. O Marco Pedra vai dar uma palavra sobre os outros projetos de irrigação. Isso foi objeto da primeira audiência, quando o Secretário de Irrigação, Dr. Carvalho, que aqui está presente, detalhou os investimentos que o Ministério da Integração está realizando nos projetos de irrigação a jusante de Sobradinho; o Marco Pedra está aqui com as informações e vai responder.

Eu pediria ao nosso querido Joaquim, representante aqui da ANA, que, mesmo não estando aqui na bancada, fizesse um comentário sobre a indagação do Deputado Tripoli em relação ao eventual aproveitamento de aquíferos na Bacia do São Francisco.

Para encerrar, o Dr. Hermes poderia fazer uma consideração sobre as questões ligadas às sugestões também de potencialização de turbinas. E acrescento uma indagação muito importante, Dr. Hermes, que o Deputado Daniel Almeida chegou a comentar: hoje se instala um grande debate, sobretudo no médio São Francisco, de que os Parlamentares que representam essa região deveriam cuidar de acelerar a discussão sobre a transposição das águas do Tocantins para o São Francisco. Isso é tema em qualquer ambiente em que se chegue

Então, a nossa pergunta é: como o ONS vê essa possibilidade, esses estudos? Tendo em vista que o Dr. Miranda, da Chesf, já disse que a geração de energia eólica é cada vez mais importante como matriz energética do Nordeste, nós não poderíamos trabalhar com vazão fixa em todas as barragens do sistema Chesf e do sistema Cemig, no sentido de que o objetivo principal fosse guardar a água nessa barragens, e não gerar energia? Digo isso porque existe também uma discussão de que, quando se retardou o acionamento das usinas térmicas, terminou zerando ou reduzindo o volume de água nas barragens do sistema Chesf em determinado momento. É possível trabalhar com vazões fixas, ou seja, sem variar muito a vazão durante o ano, com o objetivo principal de reservação de água, para, de certa forma, proteger esse uso múltiplo da água do São Francisco?

Essas seriam, portanto, as indagações.

Eu vou iniciar com as considerações da Dr^a Marilene.

A SR^a MARILENE RAMOS – Nós temos uma Lei de Recursos Hídricos, de 1997 – já se vão quase 18 anos –, que coloca como um dos objetivos principais da política de gestão de recursos hídricos a recuperação das bacias hidrográficas. E, realmente, nós não temos saída fora daí. Se nós não raciocinarmos em termos de bacia hidrográfica, pensando em tudo aquilo que vai contribuir para manter a quantidade e a qualidade de água nos rios, nós vamos continuar vivendo essas situações.

Agora, as principais ações que envolvem a recuperação de uma bacia hidrográfica são temas de longo prazo, que necessitam de planejamento; mas o que nós temos observado de tudo o que decorreu da política, por exemplo, a entrada da cobrança pelo uso da água, a criação dos comitês de bacia, é que nós vamos muito bem até a elaboração do plano da bacia. O plano é superabrangente. Se tomarmos o plano da Bacia do São Francisco, é um plano maravilhoso: indica tudo, onde estão os problemas, o que tem de ser feito.

Basicamente, o que se tem que fazer é cuidar do lixo, cuidar do esgoto, reduzir e racionalizar as captações – nós vivemos num País que desperdiça, em muitos pontos, metade da água que capta do rio. Nós pegamos o esgoto, que é água, e jogamos de volta no rio sem tratar, mesmo em regiões onde há uma escassez absurda.

Poderia estar se tratando esse esgoto, fazendo reuso, reflorestar ou permitir a regeneração florestal, controlar agrotóxicos e outras fontes de poluição, pontuais ou difusas – basicamente, *grosso modo* – e construir reservatórios de forma racionalizada, ponderando os impactos positivos e negativos.

Grosso modo, é isso. Em um caso ou outro em que haja algum problema específico, como a questão das inundações, que precisa ser tratada, mas se você pegar qualquer plano de bacia, é isso.

Hoje, praticamente, eu não diria 100% porque as bacias da Amazônia, apesar de toda a margem – não sei se a margem direita ou a esquerda, enfim, um dos dois lados dos rios afluentes na Amazônia – já têm plano de bacia. Mas avançar nas ações especificamente é o que não conseguimos. Por isso é que eu clamo: vamos repensar a forma como estamos fazendo os investimentos, o que está dando errado, o que está dando certo. Vamos centrar fogo naquilo que dá certo, nas experiências positivas, e abandonar práticas que mostram que não dão resultado. Eu acho que essa questão de regeneração, de recuperação das bacias hidrográficas e de nos prevenirmos, tem esse componente. Muita coisa está planejada, mas precisamos efetivar.

Eu não sei se ainda há tempo, Senador, mas gostaria de fazer um apelo: que fosse verificado o que está previsto em termos de revitalização da Bacia do São Francisco no Orçamento do próximo ano. As informações que eu tenho é que, inicialmente, quando começamos a discutir a transposição, foram colocados recursos, mas depois esses recursos foram minguando, e agora estão bastante reduzidos em função de diversos problemas orçamentários. Eu acho que esta Comissão talvez pudesse redirecionar algum recurso para a revitalização.

Da parte do Ibama, o que nós enxergamos? O Ibama é um órgão regulador, não é um órgão executivo. Eu tenho muita preocupação em relação a como nós podemos ajudar na revitalização, na regeneração das bacias, e recuperar as áreas que foram desmatadas ilegalmente.

O Ibama tem um passivo de multas ambientais. Segundo levantamento feito em 10% dos processos do Ibama, de multas, nós temos mais de R\$100 milhões que deveriam estar sendo aplicados em programas de recuperação ambiental. Só um órgão da Administração federal, que não vou citar o nome, nos deve, não ao Ibama, mas ao Brasil, o plantio de 20 mil hectares em plantios compensatórios, porque cada vez que você tem que suprimir vegetação, o empreendedor tem que plantar. Isso é só um.

Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos estudando como criar, diante de todas as leis e restrições que o TCU coloca, uma forma de, seja quem tem que plantar, seja quem está multado e quer pagar, oferecer condições vantajosas para, por meio de um agente financeiro e de um agente técnico, ao invés de cada empreendedor fazer aquela famosa conversão de multas, em vez de fazer a conversão e fazer o plantio de um projetinho dele, que coloque todo esse recurso dentro do fundo operado por um agente financeiro, e nós termos um agente técnico que vai selecionar quais são os projetos, quais são as áreas de manancial prioritárias para receber os plantios. E isso sem onerar a estrutura do Ibama, porque para nós é muito complicado aprovar projetinho a projetinho e depois fiscalizar.

Eu estou atrasada...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – Não, sem pressa. Aqui é prioridade.

A SR^a MARILENE RAMOS – Está bom.

Enfim, estamos querendo juntar conversão de multas, que hoje está paralisada. Hoje nós não aceitamos conversão de multas por incapacidade de acompanhar os projetos decorrentes, e plantios compensatórios, juntar isso tudo e fazer chamadas públicas, permitir. Há diversas instituições, ONGs, que querem, com recursos, fazer plantios, fazer regeneração, buscar fazer essas parcerias com os proprietários das terras para ver se podem fazer os plantios.

Então, nós acreditamos que um fundo desse tem um potencial para começar, com R\$4 bilhões, números, assim, nunca vistos para plantio no Brasil. Não existe e a gente pode fazer. Isso seria uma contribuição do Ibama. Obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Se os colegas concordarem, e o senhor também, eu gostaria que o Marcelo respondesse à minha questão, porque eu estou com horário muito vencido, mas eu estou priorizando esta Comissão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com certeza. Vamos oferecer, então, a palavra ao Marcelo, para responder à indagação feita pelo Senador Donizeti.

O SR. MARCELO DE DEUS MELO – Bom, uma das questões colocadas pelo Senador é qual era a diferença entre ter uma rescisão ou um conflito de nível, e uma rescisão ou um conflito de volume. Eu citei, por exemplo, o caso do São Francisco e a cidade de Pirapora. Até algum tempo atrás, para que Pirapora pudesse fazer uma captação de 1m³/s, Três Marias tinha que liberar 350m³/s. O volume que passava em frente a Pirapora dava e sobrava. Então, não era um conflito de volume. Volume de água tinha para todo mundo. Era um conflito, basicamente, de nível. Se ele ajustasse a situação dele para um nível menor, a restrição desapareceria.

É diferente, por exemplo, de uma situação que está próximo aqui de Brasília, que é a Bacia do Entree-Ribeiros, que está na bacia do Rio Paracatu. Lá há um conflito de volume. São vários usuários irrigantes, acho que o conflito, se eu não me engano, está só entre os próprios irrigantes, e as captações e interesse em irrigação são maiores do que o volume que o próprio rio é capaz de produzir. Ali, então, há um conflito de volume. Seria mais ou menos essa a diferença.

A segunda questão é sobre toda essa motivação e toda essa ação de Minas para recuperar os rios que estão na cabeceira. Boa parte da água, realmente, se a gente for pensar da Bacia do São Francisco, 70% da produção realmente estão no território mineiro, então a recuperação ali é fundamental. Eu não tenho essa resposta oficial, mas eu tenho a noção da importância da recuperação da bacia de São Francisco acontecer principalmente ali naqueles rios, na região de cabeceira.

Eu queria citar um exemplo prático, que é um reservatório nosso que está na bacia do Rio das Velhas. Esse reservatório tinha 34 milhões de m³, e hoje ele está com 33 assoreados. Não tem jeito de haver uma ação. Por que ele se assoreou? Por razões de toda a natureza, mas talvez a principal seja uma característica do próprio solo mesmo. Não é sempre só degradação antrópica, às vezes é o próprio solo mesmo. Nesse caso, é o próprio solo, mas só que se dá o problema na bacia toda. Então, como que se vai agir na bacia toda, que é uma bacia de 540 km²? Ora, eu vejo a saída por meio do Comitê da Bacia. Os comitês de bacia têm um papel importantíssimo, porque a ação é toda pulverizada, mas o reflexo do mau uso, de todos os problemas de uma bacia hidrográfica, vai aparecer exatamente num ponto: o reservatório, seja na forma de qualidade de água, que é ruim, seja na forma de sedimento, que entupiu o reservatório.

Acho que essa era a reflexão que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Marco Pedra, para responder ao Deputado Daniel.

O SR. MARCO PEDRA – Em resposta ao Deputado Daniel Almeida, a Codevasf, com base nas cotas mínimas operacionais dos perímetros, que estão à jusante de Sobradinho, também vem tomando medidas, já estão sendo contratadas, as contratações estão em andamento, algumas obras já em execução. Hoje, ela está atuando em quatro Estados de perímetros que estão à jusante de Sobradinho, e, principalmente, os da borda do Lago de Itaparica, que são os perímetros que foram herdados da Chesf, e também perímetros de porte, como Manicoba e Curaçá, estão previstas já e sendo contratadas, estações flutuantes e tudo que for necessário para poder subsidiar, nesse momento de crise.

Então, não está esquecida essa questão dos perímetros à jusante de Sobradinho. Eles foram contemplados, inclusive, com recursos repassados pelo MI, por meio da Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Seria importante mandar ao gabinete do Deputado também um cronograma de conclusão dessas intervenções que aqui foram apresentadas na audiência passada. Mas eu acho que essa informação poderia ser disponibilizada.

O SR. MARCO PEDRA – Talvez até a própria apresentação que foi feita na semana passada seja bastante rica em informações e a gente poderia repassar para o gabinete no senhor, sem nenhum problema.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Agradeço

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Eu vou oferecer a palavra ao nosso amigo, Dr. Joaquim, da ANA, para fazer um comentário sobre a questão da possível ou não utilização de aquíferos na região da Bacia do São Francisco.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM – Deputado, Senadores, a ANA, dentro do esforço da revisão do plano da Bacia de São Francisco, realizou recentemente um estudo sobre dois aquíferos importantes, dois sistema de aquíferos, Urucuia e o Bambuí, que ficam na Bacia São Francisco e transpassam seis Estados da região.

É um aquífero que tem uma superfície, uma drenagem de algo como 250km². Então, é importante, isso foi elaborado pela agência e entregue para o comitê para subsídio ao replanejamento, à revisão do plano de bacia. O abastecimento humano, em muitas regiões do mundo, é feito por água subterrânea, e isso é uma questão que deve ser estudada.

Também a questão da superexploração, porque, por outro lado, se se superexplora, se causa um prejuízo para as vazões mínimas dos rios, os rios secam. Assim, isso tem que ser feito de uma maneira balanceado. O aquífero tem uma capacidade de utilização que deve ser planejada, nem deixar de utilizá-lo, mas, também, não superexplorá-lo.

Esse estudo foi feito e encaminhado para o comitê do São Francisco, e ele se resume principalmente esses dois sistemas, o Urucuia e o Bambuí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Com a palavra, agora, Dr. Hermes.

O SR. HERMES CHIPP – O primeiro deles foi a essa questão da potenciação. Eu acho que esse eu entendo como um processo, e muitos deles passam lá por nós o resultado. Normalmente – pelo menos eu interpreto assim –, quando o agente faz uma análise custo-benefício, se interessa ou não interessa em função do que tem que fazer para repotenciar, ele faz, porque o interesse principal é dele, porque aumenta e manda para a Aneel, aumenta às vezes potência e energia, isso foi revisado, e ele tem o seu benefício. Agora, não custa nada, e vai uma série de repotenciação, chegar lá para nós para considerar os estudos e tal, depois que o agente encaminha à Aneel, em função dessa análise.

Não custa nada procurar o Prof. Célio Bermann para ver, conhecer esse estudo que ele desenvolveu na USP, talvez até para dar conhecimento aos agentes de uma nova tecnologia ou alguma coisa que ele tenha desenvolvido. Esse é o primeiro ponto.

A segunda questão, com relação à transposição, eu tive a oportunidade de conhecer melhor nessa comissão da crise hídrica da Casa Civil, onde, em todas as reuniões, o Secretário do Ministério da Integração apresenta, com o Ministro, como é que está o desenvolvimento dessa transposição.

Com relação ao rio, a minha visão é que a retirada é pequena, 26m³/s, para um benefício muito grande, que é abastecimento de vários Municípios, de vários Estados do Nordeste. Eles estão com problemas, como disse a Marilene, de recursos. Quer dizer, todos aqueles recursos de que eles precisavam para completar o serviço, eu entendi, pelo menos na apresentação, que não existem. Então, eles estão trabalhando com prioridades, em função das regiões mais prejudicadas, tentando chegar a essas áreas onde a situação é mais crítica. Existe lá uma classificação, pelo que eu pude avaliar, por reservatórios, situação dos reservatórios, em três tipos: muito crítico, crítico e recuperável, uma coisa desse tipo, com uma projeção de chuvas e tal. E, então, eles estão priorizando as obras. Até onde nós temos que chegar ou nós podemos chegar com o recurso disponível.

Então, eu acho que, da mesma forma, o custo-benefício, quer dizer, o que retira é muito pouco e o benefício é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – E a questão da razão fixa?

O SR. HERMES CHIPP – Como é que foi essa?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – De trabalhar com a vazão fixa nas barragens, se é possível.

O SR. HERMES CHIPP – Eu acho que precisa trabalhar nos serviços.

Como eu coloquei, repito: acho que a pior situação é, passada a crise, terminado o El Niño, vem a chuva, vai todo mundo para a sua empresa esperar a próxima.

Acho que temos de trabalhar planejadamente, em conjunto, para superar essas restrições e talvez chegar a uma meta desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Ofereço oportunidade, também, para algumas explicações, ao Dr. Miranda, da Chesf.

O SR. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS – Obrigado, Senador.

Eu só queria dar uma informação. A Chesf atingiu, no mês passado, a marca, na área de regeneração florestal da Bacia do São Francisco, de 1 milhão de mudas plantas no Vale do São Francisco, na bacia.

Temos uma grande sementeira em Paulo Afonso, que a Chesf mantém. Temos um convênio com a Embrapa para desenvolver estudos e encontrar as melhores mudas e espécies para implantar e temos também uma recomendação do Ministro Eduardo Braga para intensificar o trabalho de regeneração florestal ao longo da área em que a Chesf atua na Bacia do São Francisco.

Então, Dr. Marilene, com relação à Chesf, pode ficar tranquila, nós estamos trabalhando e vamos intensificar nessa linha até por recomendação do nosso Ministro.

A SRA MARILENE RAMOS – Não era a Chesf.

O SR. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS – Não, a Chesf não deve nada ao Ibama. Não é a Chesf... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Bom, eu quero agradecer a presença de todos os convidados.

Acho que todos os que acompanharam esta audiência, sobretudo os irrigantes, os produtores do Projeto Senador Nilo Coelho, que estão vivendo essa ameaça, saem, digamos assim, mais animados com as informações que foram trazidas, sobretudo pela disposição mostrada pela Presidenta do Ibama, que, caso seja necessário acionar à redução da vazão em Sobradinho ou ampliar em Três Marias, o Ibama já está interagindo, já está acompanhando e, portanto, não deveremos ter nenhum problema de natureza burocrática para eventualmente implementar a decisão que venha a ser tomada.

Vamos continuar em contato estreito com a ANA, que tem sido a nossa ponte em relação a essa questão, para que, no início de novembro, quando teremos esse cenário mais conhecido sobre as alternativas que poderão ser utilizadas, para que a ANA possa aqui fazer uma exposição sobre se vamos, como aguardamos e esperamos, superar esse momento de grandes dificuldades e incertezas que estamos vivenciando.

Antes de encerrar, eu vou dar por aprovada a Ata da reunião anterior, aproveitando o número de Srs. Parlamentares que tivemos durante esta audiência pública.

Então, os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas, inclusive a desta reunião – o nosso assessor nos chama a atenção para deixar isso formalizado aqui na nossa fala.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE DEBATER A MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E OS DESAFIOS DO SETOR EM DECORRÊNCIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Otto Alencar, Sandra Braga, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Eros Biondini, Sergio Souza, Jony Marcos, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro, Sarney Filho, e Rômulo Gouveia. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, Deputado Davidson Magalhães, Senador Antonio Carlos Valadares, Deputado Evandro Gussi, Senador Garibaldi Alves Filho e Deputado Fabio Garcia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater a matriz energética brasileira e os desafios do setor em decorrência das mudanças climáticas. O Presidente convida o Senador Garibaldi Alves Filho para assento à Mesa. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga. Ao término da exposição, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Antonio Carlos Valadares, Deputado Evandro Gussi, Senador Ronaldo Caiado, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Donizeti Nogueira, Senadora Sandra Braga, Deputado Fabio Garcia e Deputado Rômulo Gouveia. A Presidência passa a palavra para o Relator, Deputado Sergio Souza, que faz suas considerações sobre a Audiência. O Presidente entrega ao Ministro Eduardo Braga o Ofício nº 052/2015-CMMC, que contém o resultado dos trabalhos da Comissão no que concerne à análise aprofundada e técnica da Proposta Brasileira para o Novo Acordo Climático Global. O Presidente faz a leitura do Requerimento nº 16, de 2015, de sua autoria, para realização de Audiência Pública com o intuito de debater as “Soluções emergenciais para evitar o eminente colapso hídrico na região do Vale do São Francisco”, com participação do Sr. Hermes Chipp, Diretor-Geral Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); do Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); do Sr. José Carlos de Miranda Farias, Diretor-Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e do Sr. Felipe Mendes de Oliveira, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). O Presidente faz a leitura do Requerimento nº 17, de 2015, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia, extrapauta, para a realização de Audiência Pública para “discutir plano emergencial da crise hídrica nas cidades do compartimento da Borborema monopolizadas pela cidade de Campina Grande/PB, a ser realizada em data a ser definida, com as seguintes autoridades: Ministro do Ministério da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi; e Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu Guillo”. Colocados em votação, são aprovados os Requerimentos nºs 16 e 17. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se a debater a matriz energética brasileira e os desafios do setor em decorrência das mudanças climáticas, com a presença do Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Eduardo Braga, que já está aqui à frente da mesa, para nossa alegria e para nossa honra.

Na realidade, após esta audiência, vamos apreciar o Requerimento nº 16, cuja leitura faremos oportunamente.

A presença do Sr. Ministro de Estado está focada especificamente para que S. Exª possa aprofundar a proposta brasileira do ponto de vista da sua matriz energética, dentro dos compromissos firmados pelo Brasil no âmbito da COP 21, que se realizará em Paris entre o final de novembro e início de dezembro. Nós temos especial interesse em aprofundar a participação das energias renováveis dentro da matriz energética brasileira, notadamente no que se refere à energia proveniente de biomassa, à energia solar, à energia eólica e também à eficiência energética.

Sr. Ministro, eu gostaria, antes de lhe oferecer oportunidade para sua exposição, de rapidamente fazer a leitura da apresentação de uma proposta que vamos lhe entregar ao final da sua participação. É uma contribuição desta Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas em relação à construção da matriz energética brasileira, tendo como perspectiva de horizonte o ano de 2030.

O Governo brasileiro apresentou, tempestivamente...

Eu queria, antes de continuar, registrar, para minha alegria, a presença do Senador Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Garibaldi Alves, que compartilha a Presidência desta reunião comigo.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Presidente, já que V. Exª faz o registro de presença, eu queria, com alegria também, registrar a presença do Presidente da Assembleia da Paraíba, V. Exª é cidadão paraibano, Adriano Galdino, que vem acompanhar esta audiência, em função da conjuntura na Paraíba, onde, inclusive, o Ministro esteve com a Presidente.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado. Está feito o registro da nossa alegria em poder receber o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

O Governo brasileiro apresentou, tempestivamente, ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima sua pretendida contribuição nacional determinada no contexto das negociações de um novo acordo climático global, que substituirá o Protocolo de Quioto e será aplicado a todas as partes. Segundo a proposta, nessa pretendida contribuição, pressupõe-se a adoção de um instrumento universal, juridicamente vinculante, que respeite plenamente os princípios e dispositivos da Convenção-Quadro, em particular o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades.

Constatou-se que a pretendida Contribuição Nacional Determinada, nosso iNDC, apresentada pela Presidente Dilma Rousseff, reafirmou a posição de liderança e destaque do Brasil, na condução das negociações do futuro acordo global, cujo objetivo é evitar que o aquecimento global ultrapasse 2°C neste século.

A iNDC do Brasil inclui medidas de mitigação e de adaptação e meios de implementação, e seu escopo está diretamente relacionado com as diretrizes, os objetivos e os princípios da legislação que instituiu a Política Nacional sobre a Mudança do Clima, a proteção da vegetação nativa e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A liderança brasileira se dá em razão de o País ser a primeira grande economia em desenvolvimento a indicar uma meta absoluta de mitigação, qual seja a redução de 43% de emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030 e, de forma escalonada, a redução para 37% até 2025, com base nas emissões do ano de 2005.

Eu não queria me estender para não roubar aqui o espaço do Ministro, mas apenas quero dizer que, entre as diversas áreas dessa proposta brasileira – este é o único País que tem apresentado até agora redução absoluta em termos de emissões de gases de efeito estufa, e, por isso, há a expectativa de que o Brasil possa, de fato, ter uma posição proeminente, uma posição de liderança durante as discussões que ocorrerão em Paris –, chamo a atenção também para o setor de energia. Essa é a razão da presença aqui do Ministro Eduardo Braga, que teve uma posição destacada na construção desse proposta brasileira.

No setor de energia, a iNDC objetiva alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, incluindo a expansão do uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030. Segundo, objetiva expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis no fornecimento da energia elétrica para, ao menos, 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação da energia eólica, da energia da biomassa e da energia solar. Terceiro, buscam-se alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elé-

trico até 2030. A contribuição desta Comissão no documento que entregarei ao Sr. Ministro ao final da exposição que ele fará é para que o Ministério de Minas e Energia possa estudar a possibilidade da participação da energia eólica, da energia da biomassa e, notadamente, da energia solar, para que possa ser esse percentual acrescido de 23% para 25%.

Essa é a razão, Ministro, não só para que o Brasil também possa continuar liderando em termos de energia limpa a sua matriz energética. Especialmente, neste exato momento em que estamos atravessando uma grave crise hídrica no Sudeste do País e, notadamente, no Nordeste brasileiro – aí destaco a questão da Bacia do São Francisco –, entendemos que, ampliando a participação da produção de energia solar, de forma especial no Nordeste, poderemos guardar água nos nossos reservatórios, para, certamente, ter melhores condições para atravessar períodos secos, como estamos vivenciando agora no São Francisco, em toda a Bacia do São Francisco, com iminente perspectiva de colapso de água no abastecimento de cidades e, principalmente, no abastecimento de projetos de irrigação.

Tenho absoluta certeza de que o Ministro vem acompanhando esse monitoramento que está sendo feito por diversas instituições do Governo Federal, para que se possa administrar este momento crítico, para que a água do São Francisco, mesmo escassa, possa atender às demandas de todos os beneficiários envolvidos na bacia.

De forma particular, quero pedir a atenção do Ministro e a recomendação dele para que possa haver uma decisão favorável em relação à vazão reduzida da Barragem de Sobradinho de 900m³ para 800m³ por segundo, no sentido de permitir que haja água na barragem até a conclusão da colocação dos flutuantes emergenciais que vão captar água na reserva morta do Lago de Sobradinho, para evitar a interrupção de água nos perímetros de irrigação do Submédio São Francisco.

Feita essa introdução, feita essa preliminar, eu queria, mais uma vez, agradecer a presença do Ministro Eduardo Braga, que honra a Comissão de Mudanças Climáticas vindo aqui para detalhar como se deu a construção dessa proposta, que é reconhecida por todos como uma proposta ousada do Governo brasileiro. Mesmo aqueles que criticam, que desejam e esperavam que a proposta pudesse ter sido um pouco mais ousada, reconhecem que o Governo brasileiro aponta para o rumo correto. O Governo assume o compromisso de construção de uma economia livre de carbono, e é evidente que esse grande debate será travado aqui, no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, especialmente nesta Comissão, que é uma Comissão Mista, para ajudar a formular e implementar políticas públicas que possam de fato permitir que tenhamos o nosso desenvolvimento econômico, que possamos enfrentar nossas questões sociais, gerar emprego, mas também ter o cuidado de preservar a nossa natureza, a nossa biodiversidade, o nosso meio ambiente, criando, portanto, a perspectiva de um desenvolvimento econômico sustentável.

Quero, portanto, agora, oferecer a oportunidade para as colocações do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, nosso colega, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, nosso querido Presidente e sempre Ministro Fernando Bezerra; quero, aqui, com alegria, cumprimentar também o nosso colega Senador, Ministro da Previdência, Governador do Rio Grande do Norte, homem de vida pública longa e competente, meu amigo Garibaldi Alves, nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura; cumprimento as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos, membros da imprensa, as senhoras e os senhores.

Presidente, a introdução de V. Ex^a é praticamente a minha apresentação.

Quero dizer que, ao longo da minha vida pública, e o nosso Sarney Filho sabe disso, sempre fui daqueles que acham que a sustentabilidade ambiental é vital numa sociedade moderna. Como tal, desde os anos 2000, lá do início dos anos 2000, já no final da década de 90, entre 1998 e 1999, na Amazônia, experimentamos um momento de muito debate, de muito engajamento, seja na academia, seja nas nossas universidades, seja no nosso Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, seja nas experiências que aconteceram do terceiro setor, tanto no Estado do Amazonas quanto nos Estados vizinhos, como no Estado do Acre, no Estado do Pará, no Estado de Roraima, no Estado de Rondônia, com as consequências da expansão de uma fronteira agrícola intensa no Estado do Mato Grosso. Estivemos presentes em muitos debates. Daí uma convicção, àquela altura, estabelecida no cidadão e no político Eduardo Braga, de que a sustentabilidade era algo fundamental para que o Brasil pudesse estabelecer um desenvolvimento econômico de forma sustentável; sustentável do ponto de vista econômico, sustentável do ponto de vista social, mas também sustentável do ponto de vista ambiental.

Àquela altura, lá no início dos anos 2000, nós dizíamos que se nós não tivéssemos uma política de substituição do desmatamento pela manutenção da floresta em pé, se não tivéssemos o uso correto das matas ciliares nas nossas bacias hidrográficas, se as nascentes dos grandes rios, tributários de grandes bacias hidrológicas do Sudeste, do Centro-Oeste, do Nordeste brasileiro e mesmo da Amazônia, nós teríamos uma consequência grave, porque a floresta tem, sim, uma conexão umbilical, direta com a questão hidrológica e com a questão climatológica em países tropicais.

As teses acadêmicas de que até o desmatamento ajuda a efluência em determinados países, são países fora do período, da fase ou da faixa tropical do mundo. Esses estudos aconteceram lá por 45 graus do norte, 20 graus do norte. Portanto, em regiões em que a academia acabou chegando à conclusão de que a floresta melhorava a qualidade da água, mas a floresta não impactava na efluência. Consequência disso: olha o que é que nós estamos vivendo na Califórnia. A Califórnia, tal qual o Nordeste brasileiro, vem vivenciando um grande e profundo problema no ritmo hidrológico.

Portanto, desde aquela época, sou daqueles que defendem a sustentabilidade. Implantei programas, quando governador, como o Bolsa Floresta. Fizemos reflorestamento em áreas degradadas na Amazônia, com o Fundo Amazônia, com que todos nós trabalhamos. Engajamo-nos nos movimentos das COPs, desde a COP 12 que nós nos engajamos nos movimentos da COP. Avançamos no Protocolo de Quioto e depois vimos o protocolo, lamentavelmente, ser desestruturado pelas grandes potências que não aderiram à arquitetura do nosso Protocolo de Quioto. Enfim, eu acho que esse é um tema que, se há algum tempo alguns diziam que poderia parecer uma discussão ambientalista, isso, na realidade, como sempre disse, era, acima e antes de tudo, uma razão econômica e social, porque impactaria as atividades econômicas, principalmente num país em que o agronegócio, a hidrelétrica e outros fatores são essenciais para a produção da água.

Eu queria dizer aqui, por exemplo, nós temos aqui nossos companheiros do Ceará, que eu estive agora, recentemente, reunido com fundos soberanos de investimento do Kuwait e com empresas do Irã interessadas, por exemplo, em discutir o uso do projeto de Premium I e Premium II. E a grande questão colocada por eles e por nós, Deputado, é a seguinte: e a questão da água? Porque uma refinaria, Deputado, só funciona se tiver água. Pode até ter petróleo, mas se não tiver água, não funciona a refinaria. E eles precisam, para os volumes projetados, de 1.000m³/s de água para poder viabilizar as refinarias do Ceará e as refinarias do Maranhão. E a pergunta dos investidores: “Teremos água?”

Ora, ao mesmo tempo, a Anglo American acaba de fazer um grande investimento no mineroduto que tira minério da área setentrional de Minas Gerais e leva para o Porto Açu no Rio de Janeiro, investimento de 8 bilhões, só que, sem água, o mineroduto acaba; sem água, o mineroduto não funciona; sem água, esse investimento simplesmente se inviabiliza.

O que nós temos hoje no Brasil? Nós temos hoje no Brasil um modelo de setor elétrico que é fundamentalmente termo-hídrico ou hidrotérmico, como queiram. Eu sempre gosto de dizer hidrotérmico porque nós temos muito mais energia elétrica produzida por hidrelétrica do que por termelétrica. Até 2001, o Brasil, inclusive, era basicamente o modelo hídrico de geração de energia elétrica, quando tivemos nosso racionamento, no ano de 2001. E por que tivemos o racionamento em 2001? Por que não tínhamos energia nos nossos reservatórios, trocando em miúdo, por que não tínhamos água nos nossos reservatórios? Não.

Nós já apresentamos aqui nesta Casa, Senador Fernando Bezerra, e em outros fóruns na nossa Comissão de Infraestrutura da Câmara – ainda há pouco o nosso Presidente, Rodrigo Castro, também esteve aqui nos cumprimentando –, quadros e cenários que mostram que, a esta altura, em 2001, nós tínhamos, no mínimo, o dobro de água. O que nos faltava àquela altura? Interconexão, linhas de transmissão, subestação. Nós não tínhamos como escoar, àquela altura, a energia que o fenômeno do El Niño estava trazendo a mais para o sul do País, para a Região Sudeste, porque as nossas linhas de transmissão não suportavam.

Ou seja, de 2001 a 2015, o Brasil construiu nada mais nada menos do que um sistema elétrico que é muito mais robusto. Hoje, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Senadoras e Deputadas, o Brasil tem perto de 130.000km de linhas de transmissão na rede básica, ou seja, de 138kV para cima. O Brasil tem um programa de investimento no setor elétrico que é um programa de longo prazo, porque essa é a natureza dessa atividade econômica. E o Brasil, hoje, tem tecnologia a cada dia sendo absorvida dentro desse setor.

Ao mesmo tempo, a partir de 2001, quando se constatou que a questão energética também implicaria, obviamente, uma mitigação hidrológica, o Brasil começou a expandir uma base de termelétrica. O Brasil tem hoje aproximadamente 23 mil megawatts de termelétricas instaladas – despachamos hoje algo perto de 14 mil megawatts. E o Brasil tem, a partir dos últimos cinco anos – e nós vamos ver isso na apresentação – uma curva crescente na energia eólica. A energia eólica, que cinco anos atrás era um traço entre as fontes da nossa matriz energética, hoje já representa 5% dessa matriz.

A energia solar, que é um grande potencial, hoje representa um traço, e nós não temos dúvida de que aquilo que nós conseguimos construir na energia eólica nos últimos 5 a 7 anos nós vamos conseguir construir na energia solar em 3 anos.

Há uma diferença essencial no que nós estamos falando de energia solar. Por quê? Porque o nosso grande desafio estratégico no modelo elétrico brasileiro é que as nossas grandes fontes de matriz energética, seja a hídrica, seja a eólica, estão longe do centro consumidor. E como estão longe do centro consumidor, têm perdas técnicas – elas muitas vezes têm que ser transmitidas por três mil quilômetros de linhas de transmissão. E essa

linha de transmissão tem outro desafio a ser enfrentado: é que, para você autorizar e licenciar um quilômetro de linha de transmissão, você precisa obter 27 diferentes licenças ambientais, ou licenças fundiárias, ou licenças urbanas, ou licenças do Iphan, ou licenças da Funai.

Começou a tramitar no Senado a partir de ontem o texto de uma emenda constitucional que cria o famoso fast track para os projetos estruturantes no nosso País. Ora, quando nós tivermos essa emenda constitucional aprovada tanto na Câmara quanto no Senado, nós teremos, por determinação de mandamento constitucional, prazo máximo de seis meses para licenciar as obras estratégicas para este País. Se não for feito o licenciamento, está autorizada a União a licenciar uma obra estratégica em nome do desenvolvimento econômico, social e até ambiental do povo brasileiro.

Ora, senhores, essas são questões que são fatores estrangulantes no nosso caminho para cumprir uma meta de desenvolvimento. Quero dizer, portanto, que o Brasil tem um sistema elétrico robusto, diversificado – nós vamos falar sobre ele –, o Brasil tem hoje risco próximo de zero em todas as regiões com relação à questão de corte de carga, ou seja, em relação a racionamento, mesmo no Nordeste, com a questão hidrológica como está, graças às eólicas e graças às térmicas e graças à interconexão regional que foi criada neste País.

Portanto, é importante dizer aos nossos Deputados e aos nossos Senadores e aos brasileiros que nos assistem agora pela TV Senado que o risco de racionamento no Brasil, neste momento, e até onde nós temos a previsibilidade climática, é zero. No entanto, nós já estamos assistindo novamente àqueles que começam a pregar que nós vamos ter racionamento, que nós vamos ter que cortar carga, que nós vamos ter que deixar o povo brasileiro sem energia... Ora, senhores, quero dizer que sempre há a imprevisibilidade, mas, diante da previsibilidade dos nossos esforços, dos nossos trabalhos, diante das novas energias que estão sendo entregues... A linha Teles Pires escoa, atualmente, em forma de teste, já a primeira máquina da Usina Hidrelétrica Teles Pires, e nós esperamos poder anunciar a comercialização dessa energia proximamente. A Aneel está analisando para poder aprovar, mas a usina está pronta, e boa parte da linha de transmissão finalmente concluída.

Agora, quando acontece um vendaval, como aconteceu recentemente, e uma linha nossa que está pronta tem oito torres elétricas – torres elétricas de estrutura metálica – retorcidas como se fossem papelão pela velocidade e pela força do vento... Parece que nós estamos vendo aqueles filmes de ficção, como Twister, aqueles tufões nos Estados Unidos que viraram filmes-catástrofe, etc. Aquilo para nós era uma coisa sempre muito distante, não era no Brasil. Filmes com inundações, com alagações, com secas que transformavam rios em desertos, aquilo não era no Brasil. Pois bem, chegou ao Brasil, e nós temos assistido a isso agora. Agora mesmo nós estamos aqui no Centro-Oeste, não muito distante de Brasília, com uma linha nossa em que oito torres foram para o chão, pela velocidade dos ventos, por um temporal que trouxe ventos de diversas naturezas e que arrancou e retorceu oito torres de estrutura metálica de alta tensão, em linha de 230kV. Portanto, essas são as imprevisibilidades que nós não temos como enfrentar.

Em outro campo, da mesma forma, na área de energia, na área de geração de óleo e gás, na área de etanol, na área de biodiesel, são indústrias de longo prazo, são indústrias em que o Brasil tem uma característica completamente diferente de outros países. Bendito o país que tem um pré-sal! Nós podemos discutir todas as outras questões, mas nós não podemos discutir a importância estratégica de o Brasil ter o pré-sal. Nós não podemos deixar de discutir a importância estratégica de o Brasil ter um programa como o programa de álcool, de açúcar e de etanol que Brasil tem. Nós não podemos deixar de discutir o programa de biodiesel que o Brasil tem, com óleo vegetal, que é extremamente importante para o País. São vantagens comparativas extraordinárias que o Brasil possui!

O Brasil possui ventos, o Brasil possui radiação solar, o Brasil tem etanol, o Brasil tem biodiesel, o Brasil tem biomassa da cana-de-açúcar, biomassa de reflorestamento, que vai ser importante para o cumprimento das metas, o Brasil tem o pré-sal, e o Brasil não pode abrir mão de nenhuma das suas vocações macroeconômicas, mas sempre com a responsabilidade ambiental, sempre com a responsabilidade social. E esta é a marca do Governo da Presidenta Dilma, esta é a marca do modelo com que nós estamos trabalhando no Ministério de Minas e Energia.

Então, vamos à apresentação.

A matriz energética brasileira e os desafios do setor em decorrência das mudanças climáticas.

A próxima, por favor.

Reduzir as emissões de efeito estufa em relação aos níveis de 2005 em 37% até 2025 e em 43% até 2030. Senhores e senhoras, isso é uma meta extremamente ousada do Brasil. O Brasil alcançou essa meta de 37% até 2025 com certa facilidade porque, no início dos anos 2000, 75% da emissão de gases de efeito estufa no Brasil se davam em função de desmatamento; e 25%, em função da atividade econômica produtiva.

Hoje, não é mais assim, pois cortamos o desmatamento em 90% no nosso País. Eu me orgulho de, quando fui Governador do Estado do Amazonas, ter tido a bênção de, em parceria com o povo do meu Estado, ter

cortado 95% do desmatamento no Amazonas, que, entre os Estados brasileiros, é o que tem a maior floresta em pé do mundo e que, entre aqueles que têm floresta, é o que tem o menor impacto de desmatamento florestal no País. Portanto, o Brasil tem a maior floresta em pé do mundo, no trópico, e o Amazonas, sozinho, tem a segunda maior floresta em pé no trópico no mundo!

Agora, reduzir o desmatamento foi possível por meio de mitigações sociais e de mitigações econômicas, valorizando a floresta em pé, trazendo novas técnicas. O marco regulatório do uso da terra na Amazônia foi feito de forma diferenciada. Tudo isso possibilitou a redução do desmatamento, como também o comando e o controle, o fato de ter passado a haver governança sobre a floresta. Tudo isso resultou no corte de emissões fortemente pela redução do desmatamento. Hoje, o desmatamento só influi em 15% na geração de gases de efeito estufa no Brasil. Os outros 85% são fruto da atividade produtiva, da ocupação humana nos centros urbanos, do transporte, da energia.

Portanto, agora, para alcançar essas metas e para evoluir essas metas, estamos falando de substituição tecnológica, estamos falando de inovação tecnológica, estamos falando de modernização da nossa economia na área de energia, estamos falando de eficiência energética, estamos falando, portanto, de um conjunto de ações e de políticas públicas, de um conjunto de ações de regulação e da vontade política nacional para alcançar uma meta tão ousada como essa apresentada pelo Brasil.

O próximo eslaide, por favor.

Trata-se da matriz elétrica. Essa, talvez, seja uma questão importante, Presidente Fernando, Presidente Garibaldi, para estarmos presentes, mostrando-a com clareza na COP 21. Seja pelo modelo limpo de desenvolvimento, seja pela natureza da nossa matriz energética, o Brasil é o único País que pode dizer que 75% da sua fonte de energia elétrica são renováveis. A Alemanha não pode dizer isso, os Estados Unidos não podem dizer isso.

Estive, recentemente, com o governo americano. Estive, recentemente, nos principais institutos tecnológicos dos Estados Unidos que tratam desta questão: fontes renováveis de energia. Excelências, os Estados Unidos da América não têm hoje sequer 1% da sua energia gerada em forma de energia solar; em microdistribuição, não há sequer 0,5% da sua energia dessa forma. Mas os números deles são muito grandes. Menos de 1% ainda representa a geração de 27 mil megawatts de capacidade instalada em energia fotovoltaica. Mas o Brasil, se chegar aos 3%, aos 4% ou aos 5%, instalará aproximadamente a mesma coisa.

A verdade dos fatos é que quem tem uma biomassa como nós temos e é capaz de gerar uma atividade econômica que gera emprego, que gera renda e que, ao mesmo tempo, sequestra carbono... A cana-de-açúcar sequestra carbono, agrega nitrogênio ao solo, produz etanol, produz células combustíveis e produz, ao mesmo tempo, fibra para a nossa economia. É óbvio que temos uma série de razões para estarmos investindo na tecnologia.

Senador, permita-me fazer uma colocação: visitei o laboratório de biotecnologia do CTC da cana-de-açúcar. Para minha alegria, pude perceber que estamos na antevéspera de poder, de forma comercial e, portanto, agroindustrial, plantar cana-de-açúcar a partir de semente. Isso vai reduzir o custo de plantio de cana-de-açúcar em 70%, e nós poderemos, portanto, dentro dos próximos anos, alcançar uma meta que é ousada. O Brasil produz, hoje, 30 bilhões de litros de etanol por ano. Só que, para alcançarmos a meta que acabamos de ver, o Brasil terá que produzir 50 bilhões de litros de etanol. Fazer isso com o mecanismo de plantio que era usado é muito difícil, pelo ritmo, pela velocidade e pelo custo.

Isso aqui é para demonstrar que, hoje, quando se estabelece que o Brasil vai produzir 23% de sua fonte elétrica em energia renovável excluindo as hidrelétricas, significa dizer que, se o Brasil chegar com 60%, em 2030, de energia hidroelétrica, nós teremos 83% de energia renovável no nosso portfólio de matriz e de fonte.

Próximo, por favor.

Aqui é importante chamar a atenção, e eu marco apenas a unidade. Ali é terawatt-hora, ou seja, esses números são pequenos, mas são gigantescos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – É mais do que gigawatt. É terawatt!

Até 2030, o Brasil dobrará o mercado de energia elétrica. Em 2014, o nosso mercado foi de 629TWh, o que já significa 60% do mercado da América do Sul. O Brasil, sozinho, representa 60% do mercado de energia elétrica da América do Sul. Se nós dobrarmos, como está previsto pelos nossos planos, pelos nossos estudos de diversos institutos, etc., o Brasil, muito provavelmente, crescerá, inclusive, como sendo o grande player de energia elétrica no Hemisfério Sul.

Próximo, por favor.

Até 2030, e aí nós estamos falando da primeira meta dentro da iNDC, sobre a qual você falou brilhantemente na sua introdução, atingia a participação de 66% da fonte hídrica na geração de eletricidade. Na realidade, quando está escrito ali “atingir”, é, na realidade, “manter”, porque, vejam, o Brasil já teve 92% da sua matriz em fonte hídrica. De 2001 para cá, isso veio reduzindo, reduzindo, reduzindo. Hoje, em capacidade instalada, nós temos perto de 70% e, hoje, em geração, nós temos perto de 65%.

Essa é a evolução, para que os senhores tenham uma ideia.

Como os senhores veem, aqui, em 2014, nós estamos vivendo um déficit hidrológico muito importante. Hoje, aqui, no Senado, na sala ao lado, está sendo discutido o relatório da MP 688, que trata exatamente do risco hidrológico, que é uma questão fundamental para que possamos manter o *business plan* das hidrelétricas, porque ninguém vai trazer dinheiro para investir em hidrelétrica se hidrelétrica começar a dar grandes prejuízos em função de déficit hidrológico.

O nosso Presidente citou que Sobradinho está com 5% de energia, que estamos tendo que baixar de 900m³/s para 800m³/s. Ora, Sobradinho é a única com a qual podemos fazer isso, porque ela foi construída com uma tecnologia de sangramento que me permite sangrar a barragem e manter a usina funcionando, regulando, portanto, minimamente a evasão, a efluência, para que eu possa gerar energia elétrica.

A situação é crítica, mas não creio que crítica no sentido de pessimista, como alguns estão colocando. Crítica sim, desafiadora sim, mas há pessoas que dizem que nós vamos além do morto na questão do reservatório de Sobradinho. Eu torço para que não, e tenho trabalhado para que não cheguemos até lá. Hoje, o uso da água na hidrelétrica de Sobradinho e nas hidrelétricas que nós estamos gerando ainda no Nordeste não é em função da eletricidade, mas em função de que precisamos manter o fluxo hídrico e hidrológico para o uso múltiplo da água. Portanto, nós estamos ali prestando um serviço para o uso múltiplo da água.

Para o setor elétrico, se fosse necessário desligar as usinas, desligaríamos a esta altura. O problema não é esse. O problema é que temos que usar também os nossos reservatórios como pulmão hídrico para a agricultura familiar, para a manutenção dos animais que existem naquelas regiões, no abastecimento de água para o uso humano. Há questões, portanto, de segurança alimentar e humanitárias para que mantenhamos esse fluxo de vazão. E destaco que, muito provavelmente, o Nordeste esteja vivendo um ciclo já identificado pelo Cepel: a cada quarenta anos há um ciclo hidrológico do São Francisco. Estamos agora, com o Cemaden, o Inpe/CPTEC e outros institutos, estudando os últimos cinco ciclos hidrológicos do São Francisco – portanto, os últimos duzentos anos –, o que representa um período de seca de dez anos. E ainda não estamos no quinto ano da seca concluído no Nordeste.

Próximo, por favor.

A meta 2, até 2030, é elevar para 23 a participação das fontes renováveis de energia de geração elétrica, excluída a hidroeletricidade.

E eu aqui saúdo a presença do Senador Donizeti, que chega, como sempre, com a sua energia e vigor à nossa reunião, trazendo a sua energia renovável para a reunião do dia de hoje.

Eu queria destacar as nossas matrizes energéticas.

A eólica. Se nós falássemos de energia eólica há sete anos aqui na Comissão, nós diríamos: “Que nada, isso não tem sentido”. Bem, hoje, o Brasil é o quarto maior produtor de energia eólica do mundo, e pelos números que nós vamos apresentar, deverá chegar, em 2050, ou como o maior produtor ou como o segundo maior produtor de energia eólica do mundo. Nós temos, efetivamente, o mapa eólico abençoado por Deus. Nós temos ventos constantes e temos ventos de boa qualidade em várias regiões do Brasil. Alguns pensam que é no litoral esse vento. E não é. Esse vento é na parte setentrional do Nordeste. Ele tem um mapa muito claro, que passa pelo Rio Grande do Norte, passa pelo Piauí, passa pelo Ceará, passa pela Paraíba, passa pela Bahia, passa por Pernambuco,...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Passa por Sergipe.

O SR. EDUARDO BRAGA – Passa por Sergipe, já com uma puxada para o nosso Valadares, que está puxando o vento para Sergipe.

Mas a verdade dos fatos é que nós estamos alcançando fator de capacidade de 50% de geração em eólica. Quando comparado aos aerogeradores da Alemanha, esse é um fator de capacidade que os alemães não acreditam que seja possível. Mesmo em plantas *offshore* de energia eólica, eles não conseguem uma produção eólica firme como a que nós temos produzido.

Em energia solar, nós temos um potencial enorme. Já fizemos três grandes leilões de eólica em nosso Estado, e vamos continuar fazendo, implantando inclusive a geração distribuída.

Na biomassa, nós falamos ainda há pouco sobre as tecnologias importantes de cana-de-açúcar. O etanol de segunda geração tem um papel importante inclusive na redução e na mitigação da emissão de gases

de efeito estufa. E o Brasil tem, além do etanol, o biodiesel, como disse o Senador Donizeti, tem outras fontes de biomassa.

Portanto, o Brasil é, efetivamente, um país, no que diz respeito à diversidade da matriz energética, megadiverso. Ele é, portanto, do bloco G1 desses países.

A próxima por favor.

A evolução da participação da matriz energética renovável na energia elétrica: sai de 9% em 2005; em 2014, já chegou a 13% – basicamente eólica e biomassa –, e chegará a 23% até 2030. Para chegar nesses 23% até 2030, o esforço será grande, porque nós teremos que crescer muito na eólica, teremos que crescer muito na biomassa, mas nós teremos que crescer enormemente na solar e na geração distribuída.

O próximo por favor.

É importante destacar o nosso potencial de biomassa para que alcancemos esses 23%. Isso traz não só o etanol como grande fonte, mas traz, principalmente, a biomassa na grande geração. Nós produzimos hoje, Senadores, uma Belo Monte de energia de biomassa no Brasil. Boa parte dessa energia é consumida dentro das próprias usinas de etanol: para produzir açúcar, para produzir etanol, para produzir uma série de coisas. Agora, nós já despachamos no nosso parque térmico 2 mil megawatts para o sistema interligado nacional proveniente de biomassa, e dentro das nossas usinas, dentro desse mercado gigantesco que tem 9 milhões de hectares de área plantada de cana de açúcar no Brasil – o Brasil é a maior área plantada de cana do mundo. Portanto, nós, como eu já disse, temos aí o desafio da inovação tecnológica, da estruturação do financiamento, da estruturação da sustentabilidade econômica, de sair de 30 bilhões de litros para 50 bilhões de litros no etanol.

Próximo por favor.

Potencial eólico. Como os senhores veem, o Brasil tem três grandes potenciais. Um lá na ponta, no Rio Grande do Norte praticamente; aqui, na parte setentrional, onde temos 300 mil megawatts de capacidade eólica; e lá no sul do País, onde temos ventos bons, mas ventos com rajadas – portanto eles não têm o fator de capacidade igual ao do Nordeste; tem sido importante, nós temos hoje investimentos importantes no Chuí, lá na pontinha do Brasil. Nós temos mais de mil megawatts de energia eólica instalada no Brasil.

Portanto, o Brasil vem crescendo muito nessa área, e hoje essa indústria gera 50 mil empregos e, nessa indústria, neste momento, não se fala de crise. A fábrica de pás para esses aerogeradores, que opera no interior de São Paulo, está trabalhando em três turnos, ela trabalha 24 horas por dia e tem encomendas até 2019.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – É, mas essa é 100% tecnologia nacional, e ela responde por 70% do mercado brasileiro. Além disso, ela exporta 30% hoje e tem um dos melhores fatores de capacidade em função da tecnologia da pá desenvolvida por engenheiros do ITA, em Sorocaba. Isso é um orgulho da engenharia brasileira.

O próximo por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – E a matéria-prima para essas pás?

O SR. EDUARDO BRAGA – Fibra de vidro, carbono e madeira. Essas pás são construídas de fibra de vidro, carbono e madeira.

Aqui é para que os senhores possam ter ideia: em 2005, o Brasil não tinha nada de energia eólica; há dez anos, o Brasil tinha 27 mega de energia eólica. O Brasil termina 2015 com 7,5 mil mega. Em 2018, nós teremos dobrado esse patamar.

E isso já está contratado! Srs. Parlamentares, isso não é o que nós estamos leiloando agora, porque, na eletricidade, o que nós estamos leiloando agora só vai começar a ser entregue em 2019, 2020, 2021. Isso a que estamos nos referindo são parques eólicos contratados e que serão entregues.

E a boa notícia que eu tenho aqui a dar aos Srs. Parlamentares é que as linhas de transmissão no Nordeste para os aerogeradores, que eram uma pendência, começam a ser entregues. Esta semana, a primeira linha daquelas que estavam pendentes foi entregue. Estamos comissionando a linha, e, até 30 de junho, todos os aerogeradores estarão escoando a sua energia através das linhas de transmissão concluídas.

Portanto, nós, desde o início, quando chegamos ao Ministério, modificamos o planejamento. Não há como participar de leilão sem ponto de conexão garantido, resolvemos essa situação. Fomos para dentro dos Estados, resolvemos os problemas fundiários, um grande problema com relação ao atraso dessas linhas. Não foi nem licença ambiental, foi problema fundiário. Por quê? Porque famílias tradicionais de determinadas regiões brasileiras se negavam a permitir que as linhas de transmissão passassem por suas regiões. Portanto, foi uma questão que requereu diálogo, na democracia funciona assim, mas essa é uma questão vencida. Vencemos esse desafio.

Próximo, por favor.

Agora os ventos. É importante dizer o potencial que o Brasil... Aliás, desculpem-me. Agora é solar. É importante destacar o potencial do mapa de radiação solar e de intensidade solar que o Brasil tem. Nós temos um dos melhores atlas solares do mundo para geração de energia. E obviamente nós vamos avançar e crescer muito nisso.

Próximo, por favor.

Segundo leilão de energia de reserva, apenas para dar uma informação: nós vamos ter agora, no dia 13 de novembro de 2015, o segundo leilão de energia de reserva só este ano, e nós já temos, entre fotovoltaica e eólica, 1.379 projetos cadastrados. Nós já temos 39.917MW de capacidade instalada, e ali nós temos o preço, eu fiz questão de colocar o preço: R\$381 o megawatt-hora no solar e R\$213 o megawatt-hora no eólico. É um preço atrativo e é um preço que também é bom para o consumidor. Ou seja, nós estamos começando a colocar a economia de escala para poder reduzir os custos. E isso não é mais um discurso, isso é uma realidade.

Para os senhores terem uma ideia, no primeiro leilão, o Brasil contratou mil megawatts-pico de energia solar, um investimento de R\$4,3 bilhões. Em um dólar de R\$4,00, dá US\$1 bilhão de investimento. Portanto, se aqui tivermos mais mil, é outro US\$1 bilhão de investimento em energia eólica. E, em dezembro de 2014, nós fizemos o primeiro, que foi pequeno porque foi o primeiro leilão que nós fizemos, cuja contratação foi abaixo dos mil megawatts, mas o que mostra, primeiro, que é planejamento de longo prazo, e que isso tem continuidade. É por isso que a indústria se estabelece, é por isso que o arranjo produtivo se estabelece, e é por isso que eu acho que o mesmo caso de sucesso que estamos tendo na geração de 50 mil empregos na indústria eólica teremos na indústria solar.

Próximo, por favor.

O leilão A-5 acontecerá em 5 de Fevereiro de 2016, obviamente com as fontes hidro, carvão, biomassa e novamente eólica. E aí o A-5, como os senhores sabem, é para entregar em cinco anos essa energia, mas a energia eólica, via de regra, entrega em três, e às vezes até menos de três. Portanto, é uma energia muito efetiva na realização, desde que nós tenhamos a linha de transmissão e o ponto de conexão.

Próximo, por favor.

Bem, a terceira meta: eficiência energética.

Aqui eu quero falar um pouco porque eu acho que estamos vivendo neste momento uma grande transição, Presidente, nessa questão no Brasil. E veja: o Brasil consome, em carga, algo como 70.000MWh – carga. Na ponta da carga, nós chegamos, no pico do verão, a 85.000MW.

Mas ter uma eficiência energética de 10% equivale ao Brasil construir duas Belo Monte. Duas! Sem desmatar uma árvore, sem nenhum impacto ambiental, ao contrário, reduzindo emissão, melhorando a eficiência, diminuindo a conta de energia, que tem doído no bolso do trabalhador e no bolso do consumidor, portanto, com eficiência energética.

Alguns programas já estão andando. Ontem tive uma reunião, Sr. Presidente, com o Diretor do BNDES, o Paim, que foi Ministro da Educação durante anos, e nós queremos aqui, em primeira mão, dizer que estamos construindo com o Ministério da Educação, com o BNDES, com o Ministério de Minas e Energia e outros *players*, como o Ministério da Ciência e Tecnologia, e vamos anunciar proximamente, programas de eficiência energética que vão, por exemplo, zerar a conta das universidades. Nós vamos construir coberturas nos estacionamentos das universidades federais com energia fotovoltaica, gerando energia, talvez até zerando a conta de energia da universidade, o que já trará uma grande economia. Em alguns casos nós poderemos, inclusive, vender energia, fazendo com que a universidade passe a ter ganho e receita financeira a partir de energia.

Todas as escolas técnicas do Iphan e do Pronatec estão sendo analisadas para que nós possamos colocar energia solar e um laboratório técnico para formar técnicos em energia solar. Porque distribuir painéis solares no Brasil de cabo a rabo, de norte a sul, leste a oeste, lá no interior de Pernambuco, no interior do Amazonas, e não ter um técnico que possa dar a manutenção, operar, é colocar placas que não vão resolver. Então, nós vamos fazer um projeto ganha-ganha, de alta sustentabilidade, e vamos também para os hospitais universitários e dentro de um fundo de sustentabilidade.

Outra questão, no plano de eficiência energética, macro, forte: os Municípios, Srs. Deputados, Srs. Senadores, têm aquilo que a minha geração, eu sou mais velhinho, chamava de TIP, que agora é Cosip, que é a taxa de iluminação pública. Ora, nós estamos criando um programa, estamos discutindo, e ainda não está anunciado, porque não está confirmado, não está concluído, mas estamos criando um programa, dentro do Fundo de Eficiência Energética do BNDES, autofinanciado, com recursos, inclusive, de fundos estrangeiros, para financiar a modernização da iluminação pública nos pequenos Municípios brasileiros. Colocando em tudo LED e colocando em tudo entre uma leitura de LED e energia fotovoltaica.

Portanto, nós estamos, nesse campo da energia, da eficiência energética, avançando bastante. Nós estamos estudando, inclusive, para ajudar as estradas brasileiras a diminuir seus acidentes, criar, mapear os locais

onde nós temos pontos críticos e fazer com energia solar pequenas baterias, iluminação LED, sem necessidade de linha de transmissão, sem necessidade de onerar a infraestrutura, avançar com relação a isso. Além disso, a questão do *smart grid*, que é fundamental, os programas como o Procel, como o Conpet e outros que estão atuando intensamente no setor elétrico brasileiro e no setor de energia.

O próximo, por favor.

O nosso Procel. Esses números são gigantescos, porque o Procel tem feito uma substituição energética na qualidade dos equipamentos que é invisível, mas que tem mudado muito: de 2010 a 2014, nós praticamente dobramos a economia da energia elétrica. Ainda é pouco? É, diante do tamanho brasileiro. Mas acho que a gente deve conseguir persistir neste programa e acoplar, agregar programas como esses que eu acabei de falar aqui, de eficiência de iluminação pública, eficiência energética nas escolas, eficiência energética nos hospitais, eficiência energética nas universidades públicas.

Com esse sol que está sendo produzido no Brasil a gente produzir o conforto de um estacionamento coberto e que ao mesmo tempo gere energia, ou seja, nós estamos trabalhando para encontrar soluções que nos levem à meta de duas Belo Monte de eficiência energética. Esse é um dos temas em que nós temos muito a crescer. Nós temos aí uma grande oportunidade, com baixo investimento, para crescer muito.

O próximo, por favor.

Matriz Energética.

Bem, aí é importante dizer que alcançar uma participação de 45% de renováveis na composição da matriz energética – não estamos mais falando de energia elétrica – não é fácil. E nós estamos falando isso com a participação das renováveis e incluindo aí as hidrelétricas, porque efetivamente é um desafio muito grande por tudo que nós já falamos.

O próximo, por favor.

Bem, aqui é alcançar a participação de 28 a 33% de energias renováveis, excluída a hidroeletricidade.

E falávamos com o Presidente Fernando sobre a proposta feita por esta Comissão, que será entregue ao final desta reunião. Nós estamos constituindo um grupo de trabalho, pois vamos anunciar, vamos lançar este ano, antes do fim do ano, o Plano Decenal de Energia. Mas já estamos começando a discutir a energia de 2030 e a de 2050. Portanto, a proposta que esta Comissão traz precisa ser analisada dentro do contexto da nossa macroeconomia e da sustentabilidade econômica. Ela é muito bem-vinda, porque, como os senhores veem, o desafio já posto é muito grande. Mas esta Comissão propõe que o desafio seja maior ainda. E nós queremos continuar debruçados sobre o tema, porque achamos que efetivamente esse é o caminho de criarmos uma nova economia, uma economia verde, que é geradora de emprego, de renda, de conhecimento, de inovação tecnológica e que fará do Brasil um país que deixará de ser tão dependente da economia das commodities, como tem sido nos últimos anos.

O próximo, por favor.

Aqui é importante dizer que esse jogo de setas é muito interessante, porque o gás natural vai crescer durante 20 anos, no Brasil, e depois terá um queda em função do crescimento das outras, que vão sair de 34,1 para 9,8.

E ali, Donizeti, está o biodiesel presente. Agora, queremos fazer com essa mesma responsabilidade. Conversamos ontem e quinta-feira da semana que vem estaremos reunidos.

E o petróleo, em que pese seja declinante, todos os estudos, de todas as consultorias do mundo, mostram que o petróleo será essencial nos próximos 70 anos. Portanto, ser declinante não significa dizer não ser estratégico, porque, mesmo sendo declinante, em 2030, ele será o dobro em relação a qualquer outra fonte. E o petróleo não pode ser levado em consideração sem o gás natural. Se você somar petróleo e gás natural, estará falando de quase 50%.

Portanto, é estratégico. Vai cair? Vai, mas é estratégico e não há economia no mundo, hoje, que faça crescer o seu PIB se não tiver gás natural e energia elétrica barata. É o que estão fazendo os Estados Unidos nesse momento graças ao *shale* chale *gas*, graças ao óleo de xisto, graças ao gás de xisto. E o Brasil precisa dar esses passos. Para isso, nós precisamos vencer muitos desafios, mas estamos trabalhando e sabemos para aonde queremos ir.

O próximo, por favor.

A 5ª Meta é atingir participação de 16% de etanol carburante e das demais biomassas – e aí entra obviamente o biodiesel – derivadas de cana-de-açúcar, na matriz energética. Ora, o etanol vai crescer sobremaneira. Três pontos percentuais de crescimento de etanol é muita coisa para este País produzir. E nós vamos ter que melhorar a produtividade, porque nós não queremos aumentar a área desmatada na mesma proporção. Nós queremos aumentar a qualidade da produtividade, da tecnologia e da inovação, para que esses canaviais sejam rentáveis e que nós tenhamos um setor sucroenergético rentável no Brasil.

O próximo, por favor.

Aumentar a participação da biodienergia, etanol mais é biodiesel sustentável, na matriz energética brasileira, para aproximadamente 18% até 2030.

Essa é outra meta que eu reputo muito ousada e que a Presidenta Dilma está assumindo com a comunidade internacional.

Próximo.

Chegando já ao fim.

Matriz elétrica:

As nossas metas são: até 2030, atingir a participação de 66% da fonte hídrica na geração de eletricidade.

Meta 2: alcançar 23% da participação das energias renováveis, excluída a energia hídrica, no fornecimento de energia elétrica.

Meta 3: alcançar 10% de ganho de eficiência no setor elétrico até 2030.

Matriz energética: participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética até 2030 e participação de fontes renováveis, excluída a energia hidrelétrica, de 28% a 33% até 2030, e participação de bioenergia da matriz energética de 18% a 2030.

Próximo.

É agradecer. Mas eu queria, antes de encerrar, Presidente, agradecer também os nossos companheiros lá do Ministério de Minas e Energia, que estão aqui conosco; agradecer o nosso companheiro Riso, que passou a noite toda trabalhando para que nós pudéssemos apresentar os últimos dados com relação aos nossos compromissos e as nossas ações.

E nós estamos hoje aqui com várias equipes do Ministério de Minas e Energia, porque, como eu disse, na sala ao lado, nós estamos discutindo o novo modelo do risco hidrológico e o novo modelo de outorga onerosa para hidrelétricas no Brasil.

Portanto, o meu muito obrigado.

Eu me coloco à disposição dos Srs. Parlamentares. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, mas eu queria, primeiramente, cumprimentar o Ministro Eduardo Braga pela sua exposição. Foi uma exposição aprofundada, segura, objetiva, que atendeu as nossas expectativas de conhecer, no detalhe, essa proposta da matriz energética mais limpa, sobretudo calcada na promoção das energias renováveis.

É com alegria também que registramos o acolhimento da proposta desta Comissão de procurar ampliar a participação da energia solar dentro da matriz energética brasileira; a disposição de estudá-la, se não no horizonte de 2030, mas no horizonte até 2050, a fim de que a energia solar possa ter uma presença importante na nossa matriz.

Eu queria dizer, Ministro, que esta Comissão, hoje, tem realmente uma presença muito expressiva da imprensa nacional. Eu queria registrar aqui a presença do Estadão, do *Valor Econômico*, do G1, do Canal Energia, da Agência Senado, da TV Senado, da Rádio Senado, enfim, de todos os jornalistas que estão cobrindo esta importante audiência pública.

Antes de dar a palavra àqueles que estão inscritos, vou atender a solicitação, pela ordem, do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Presidente, agora, no plenário, está sendo entregue o Prêmio Roberto Marinho a alguns jornalistas, inclusive do Estado de Sergipe, de cuja indicação eu participei.

Se possível, eu gostaria, antes de me retirar, de saber...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – V. Exª tem a palavra para fazer a sua pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – ... se eu poderia fazer algumas indagações ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não. Pode fazer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

Meus cumprimentos ao Senador Garibaldi e ao Ministro Eduardo Braga por sua desenvoltura e o seu brilho, que merecem os nossos elogios na apresentação que fez a esta Comissão sobre as alternativas energéticas de que o Brasil dispõe para, ao longo do tempo, fomentar o seu desenvolvimento.

Eu quero dizer que a energia eólica realmente tem um grande futuro no nosso País. O Estado de Sergipe, apesar de ser um Estado pequeno, já tem uma usina produtora de energia eólica, inaugurada pela Presidenta

da República no ano antepassado, que já está dando efeitos positivos, injetando energia no sistema de distribuição elétrica nacional.

Mas eu queria, Sr. Presidente, Sr. Ministro, apenas fazer duas perguntas: a primeira relacionada com uma reportagem que, recentemente, saiu na mídia de que, em face da queda do preço do barril de petróleo, o pré-sal poderia não alcançar os resultados esperados e divulgados pelo Governo, inclusive prejudicando os projetos que seriam financiados pelo fundo do pré-sal nas áreas de educação e saúde – 25% para saúde e 75% para a educação. Assim, o que V. Exª pode nos informar a respeito desse assunto, de vez que especialistas afirmam que, com o barril de petróleo abaixo de US\$45.00, poderia ser inviabilizada a produção do pré-sal, de vez que os custos exigidos poderiam inviabilizar esse grande projeto que, certamente, se for executado como esperávamos, vai ser uma fonte de riqueza para o nosso País e a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil?

A segunda pergunta que eu queria também fazer, a meu ver, interessa de perto aos nordestinos, especialmente ao nosso Presidente, que foi prefeito de Petrolina e está vivenciando esse problema da redução drástica da vazão da Usina de Sobradinho, com reflexos na produção de irrigados, principalmente de uva, de maçã, atingindo, também, frontalmente a exportação agrícola daquela região, que vive economicamente dessa produção, também com reflexo do Estado da Bahia, no Estado do Sergipe, no Estado de Alagoas. O que o Ministério de Minas e Energia está fazendo, juntamente com o Ministério da Integração, no sentido de dar tranquilidade à região, não só para a produção de energia elétrica, que é atribuição do seu Ministério, como também garantir o suprimento de água para o sistema de irrigação ali existente na nossa região?

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria, também, informar que esta audiência pode ser acompanhada pelo Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

Nós já recebemos uma série de indagações e de perguntas pelo Portal. Eu vou fazer a leitura de algumas perguntas chegaram daqueles que estão nos acompanhando pela Internet e, na sequência, eu vou passar a palavra para o Deputado Evandro Gussi, que é o próximo orador inscrito.

Essa pergunta vem do Marcos Antônio Lopes dos Santos, de São Paulo: “Deveria ser criada uma legislação isentando os componentes das placas solares e a própria placa de quaisquer impostos. Isso estimularia a criação caseira de energia sustentável proveniente do nosso Sol.”

A outra pergunta também vem de São Paulo, de Wellington Ferro de Souza: “Os obstáculos para a energia solar. Duas principais questões não permitem o desenvolvimento da fonte: a falta de financiamento para compra do sistema e as altas taxações sobre a microgeração.”

Na sequência, eu farei as demais perguntas.

Com a palavra, o Deputado Evandro Gussi.

Vamos fazer todas as indagações para que o Ministro possa respondê-las de forma global e fazer as suas considerações finais.

Deputado.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Senador Garibaldi Alves, agradeço pela oportunidade. Quero cumprimentar aqui também o Deputado Sergio Souza e, de maneira especial, o Ministro Eduardo Braga.

Queria dizer, antes de tudo, que a apresentação de V. Exª realmente foi espetacular, foi irreparável, e me senti aqui confortável em relação a ver que temos, efetivamente hoje, um cenário de segurança energética planejado, claro que com as imprevisibilidades, aquilo que foge às nossas mãos, mas, naquilo que está nas nossas mãos, um compromisso e uma seriedade muito grandes, que resumiria em uma palavra: previsibilidade.

Essa é uma palavra que ficou para mim marcada na fala de V. Exª.

O segundo ponto – queria registrar aqui – é agradecer uma importante medida que o Ministério de Minas e Energia já tomou em relação ao biodiesel. Sou Presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel, embora, no fundo, seja liderado pelo Deputado Sergio Souza e pelo Senador Donizeti, eles que acabam me liderando nesse assunto. Mas a resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que autoriza, Ministro, o uso de 20% para frotas cativas, de 30% para as máquinas agrícolas e de 30% para ferrovias, é uma conquista enorme, e nós sabemos que isso vem da capacidade que V. Exª tem demonstrado em fazer essa síntese, que nem sempre é fácil, entre os técnicos e a necessidade política naquilo que precisamos avançar.

Nós, que somos políticos, sabemos: nós queremos respeitar os técnicos, as suas visões, mas sabemos que o Brasil precisa avançar, precisa encontrar novas rotas. Eu tenho visto que V. Exª, de fato, é um grande maestro nesse jogo, que não é o mais simples, eu reconheço.

A minha confiança na sua habilidade em fazer isso é o que me dá segurança para que nós tenhamos, em relação ao biodiesel, essa pauta da previsibilidade. Ninguém discute que o programa é fundamental para

o Brasil. É um programa que não compete com petróleo, que, de fato, embora declinante, não é irrelevante. Nós precisamos ter essa certeza absoluta, mas o biodiesel, dadas as condições que o Brasil possui... Eu dizia: nós temos desafios a enfrentar, sim, mas nós não temos 4 meses de neve por ano. Esta, sim, é uma barreira intransponível. As nossas são todas transponíveis e, com o diálogo e habilidade política que sobra a V. Ex^a, certamente, vamos superá-las.

O nosso pedido – e sabemos da sua sensibilidade a isso, tanto assim que o Senador Donizeti já nos informou sobre a audiência, na próxima quinta-feira, inclusive com a participação do Presidente da Anfavea, para que possamos fazer um diálogo franco e produtivo em relação a isso – é uma pauta de previsibilidade, ou seja, que o setor, que o Ministério, que a indústria automobilística, enfim, todos os *players* envolvidos, sejam capazes de planejar as suas ações, no mínimo, no médio prazo. Não estamos nem falando em longo prazo, como gostei aqui quando V. Ex^a falou em aqui em 2030, pensando energia para 2050.

Espero que possamos fazer isso também em relação ao biodiesel, mas ainda com um pouco mais de modestia, de maneira mais modesta, colocando isso para os próximos anos, o que será fundamental.

Um último ponto: sei que o Ministério de Minas e Energia teve participação, ao lado do Ministério de Meio Ambiente e Relações Internacionais, que foi brilhante, ao incluir no documento de compromissos que o Brasil leva à COP-21, a nossa promessa de elevar as taxas de mistura do biodiesel no diesel fóssil. Parece-me que, de fato, será um momento importante para que, repito, com diálogo construtivo e assim por diante, possamos levar para COP, além dessa intenção clara, também já algumas propostas concretas de como a gente pode realizar essa mistura.

Quero dizer, em nome da Frente Parlamentar, que confiamos em V. Ex^a e sabemos da sua habilidade. Talvez, se fosse outro, estaríamos mais inseguros, mas, sob sua liderança sabemos que os pequenos problemas que temos serão facilmente resolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Farei a leitura de mais perguntas que chegam pela Internet.

O nosso Wellington Ferro de Souza encaminhou seis novas perguntas. Vou fazer a leitura de apenas uma dele aqui e encaminharei as demais para que o Ministro possa responder oportunamente.

Wellington pergunta: “Com a ocorrência de eventos extremos, falta de água ou excesso de água, as usinas hidrelétricas não teriam que ter reservatórios maiores?”

A Anna Flávia, de Santa Catarina, pergunta: “Enquanto o consumo consciente não for implantado, não haverá gestão de energia que administre o consumo eficiente neste País?”

O David Costa, do Rio de Janeiro: “Quando se fala em elevar para 23% a participação das fontes renováveis na geração de energia elétrica, excluída a hidroeletricidade, esses 23% se referem à capacidade instalada ou à geração de energia elétrica propriamente dita. Existe uma grande diferença entre os dois.”

Essas três perguntas eu encaminho para o Ministro. As demais, ele responderá através da sua assessoria. Ofereço a palavra, agora, ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Eu havia pedido antes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Mas eu havia me inscrito antes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sr. Ministro Eduardo Braga, é um prazer enorme recebê-lo aqui no Senado, colega que é com a grande experiência que tem no Parlamento.

Infelizmente, não tive oportunidade de assistir à exposição tão elucidativa como os Pares que me antecederam disseram que V. Ex^a trouxe a todos nós. V. Ex^a sabe da sobreposição aqui de Comissões, e, com isso, o meu atraso.

Contudo, mesmo não tendo ouvido a exposição, gostaria de formular a V. Ex^a duas perguntas. A primeira em relação ao que levou o Governo brasileiro a trabalhar no sentido de fazer com que 40 distribuidoras de energia, que tiveram o vencimento das suas concessões desde o mês de julho de 2015, ou seja, essas concessões estão vencidas... O Brasil, com toda essa crise financeira, com todo esse caos econômico, criando imposto, criando CPMF, aumentando a Cide, PIS e Cofins, tentando repatriar, fazendo tantas concessões a caixa 2... A pergunta a V. Ex^a e a seguinte: por que o Governo, precisando de tanto dinheiro, abre mão de licitar 40 distribuidoras de energia elétrica do País?

É o primeiro ponto, porque é algo inimaginável. O Governo concedeu durante 30 anos. As pessoas, durante 30 anos, tiveram oportunidade de trabalhar e ter o seu lucro. Ora, depois de 30 anos, encerrado o período, coloca-se em licitação novamente. Por que, em relação, por exemplo, às usinas hidrelétricas, teremos a

licitação? Das usinas hidrelétricas teremos a licitação; das distribuidoras de energia, teremos a concessão por mais 30 anos, a custo zero. Essa é a primeira pergunta que formulo a V. Ex^a.

O segundo ponto – e o trago, já que foi levado para o cenário nacional – é um assunto que diz respeito ao meu Estado, que é exatamente a Celg. A Celg foi federalizada...

Sr. Ministro, se V. Ex^a estiver ocupado e não puder ouvir minha pergunta, eu encerro aqui, porque, senão...

O SR. EDUARDO BRAGA – Não, Senador Caiado. Permita-me?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu estou com a maior educação ouvindo V. Ex^a. Perdoe-me.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Com a maior educação, V. Ex^a está dando as costas para mim, que estou formulando a pergunta a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA – Caiado, eu vim aqui para debater clima. E V. Ex^a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Bom; então, a assessora de V. Ex^a, que foi me convidar para estar aqui presente, não deveria ter ido.

V. Ex^a se nega, todas as vezes, a vir aqui discutir esse assunto.

O SR. EDUARDO BRAGA – Não; eu não me nego.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Agora, se V. Ex^a acha que não deve responder minha pergunta, V. Ex^a, então, diz que não responde. Acabou. Acabou.

O SR. EDUARDO BRAGA – Senador, V. Ex^a deveria manter a calma.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Não, não é questão de manter a calma. Eu não aceito é o desrespeito.

O SR. EDUARDO BRAGA – Não; quem está sendo desrespeitoso é V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Eu estou falando com V. Ex^a, e V. Ex^a está manipulando o telefone, está olhando para baixo, olhando para o lado, como se aqui estivesse falando com qualquer um. Eu sou Senador como V. Ex^a. Está bom?

O SR. EDUARDO BRAGA – Exatamente isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Então, me respeite.

O SR. EDUARDO BRAGA – Senador Caiado...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Como tal, eu não tenho mais perguntas a formular ao Sr. Ministro. Pelo visto, já está com a intenção toda de negociar a Celg e não tem aqui o menor interesse em dizer por que aberta 42 distribuidoras e penaliza as Centrais Elétricas de Goiás. Não tenho mais perguntas a formular a V. Ex^a.

Passe bem!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Ronaldo Caiado, eu pediria a compreensão de V. Ex^a para manter o equilíbrio.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Não é questão de equilíbrio, não.

O SR. EDUARDO BRAGA – É questão de equilíbrio, de respeito de V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – De respeito de V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – De respeito de V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Não diga isso, Senador. Não diga isso, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu pediria, Senador Caiado...

O SR. EDUARDO BRAGA – Não comece por que, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Não comece por que, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu pediria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Caiado...

O SR. EDUARDO BRAGA – Não comece por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Você respeita um Senador que está aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Por quê?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Você acha que tem direito de vir aqui e me dar as costas, por causa desse papelzinho...

O SR. EDUARDO BRAGA – Que papelzinho? Eu estou anotando a sua pergunta. V. Exª é um desequilibrado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Desequilibrado!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Desequilibrado!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Bandido é V. Exª!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – E olha o decoro parlamentar! Bandido é V. Exª!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – E safado é V. Exª. V. Exª me respeite!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – V. Exª me respeite!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Não respeito não! Você é bandido! Não respeito, não! Você é bandido.

O SR. EDUARDO BRAGA – V. Exª é que é bandido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Bandido...

O SR. EDUARDO BRAGA – V. Exª me respeite! V. Exª me respeite!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – V. Exª me respeite!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Negociata de V. Exª! De V. Exª! Do Estado de V. Exª! Do Estado de V. Exª!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Safado é V. Exª! Safado é V. Exª! Respeite!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Caiado, por favor!

O SR. EDUARDO BRAGA – Então, respeite.

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Onde você quiser! Onde você quiser! Seja educado. Respeite o decoro parlamentar! Respeite o decoro parlamentar!

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Quem solicitou a questão de ordem?

Eu só queria, antes de conceder a questão de ordem, dizer que esta audiência, de fato, foi convocada para um tema específico. O tema específico é a questão da participação das energias renováveis na matriz energética brasileira. O Ministro Eduardo Braga tem atendido às diversas solicitações desta Comissão e da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Inclusive, estará presente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida pelo Senador Garibaldi Alves, no próximo dia 26 de novembro, quando vai se oferecer ao debate para discutir os avanços e os desafios do setor energético brasileiro, quando as perguntas ligadas ao sistema de distribuição e à questão que envolve a participação da Celg poderiam ser mais adequadamente questionadas, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde a presença do Ministro já está assegurada e divulgada para o dia 26 de novembro.

Lamento que tenha ocorrido esse incidente com as manifestações que aqui nós estivemos de ouvir por parte do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu concedo a palavra, primeiro, ao Senador Garibaldi Alves, que é Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Depois ao Relator, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Na sequência, para o Deputado Evanildo Gussi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu quero deplorar aqui o comportamento do Senador Ronaldo Caiado. Eu quero dizer que nunca esperei que um Senador como o Senador Ronaldo Caiado, pudesse protagonizar um espetáculo tão deprimente como este que nós vimos aqui agora. Não há a menor explicação, Sr. Presidente!

Não houve da parte do Ministro Eduardo Braga nenhuma provocação ao Senador Ronaldo Caiado para que ele tivesse essa reação despropositada, que só vem a denegrir o Congresso Nacional, que só vem a denegrir o Senado Federal.

Eu quero desagrar o nosso colega, Ministro e Senador Eduardo Braga, e dizer que nós, do Senado Federal – e quando eu digo nós é porque espero que os Senadores aqui presentes tenham o mesmo comportamento –, não podemos admitir, num momento como este, em que o Senado, em que o Congresso, enfrenta uma crise ética, enfrenta uma crise política, nós não podemos admitir que um Senador, com a responsabilidade do Senador Ronaldo Caiado, com a biografia que ele tem, possa vir a uma Comissão como esta oferecer essa participação que nos deixa absolutamente humilhados diante de todos os convidados que estão aqui presentes, Senador Fernando Bezerra.

Eu quero desagrar o nosso colega e dizer a ele que, realmente, nós estamos absolutamente chocados com esse comportamento do nosso colega.

V. Ex^a é um colega nosso! Além do mais, V. Ex^a não é o Ministro Eduardo Braga somente, V. Ex^a é o Senador Eduardo Braga, e, diante da Senadora Sandra Braga, eu não posso, de maneira nenhuma, ficar silente diante de uma agressão como essa que V. Ex^a sofreu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria, antes...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria, antes de conceder a palavra àqueles que se inscrevem pela ordem, também me associar às palavras do Senador Garibaldi Alves. Nós concordamos. O Ministro Eduardo Braga foi agredido aqui, nesta reunião, merece a nossa solidariedade, o nosso desagravo, até porque ele se colocou plenamente à disposição para responder. O que ele me falava aqui, ao meu ouvido, quando as perguntas estavam sendo formuladas é que, embora estivesse fora do tema e que ele tivesse vindo aqui para discutir as questões relativas às energias renováveis no âmbito das mudanças climáticas, ele não se furtaria a responder, mas entendia que essas indagações do Senador Ronaldo Caiado deveriam ocorrer em outra oportunidade.

Foi isso que o Ministro aqui me colocou, quando ele se dirigiu à minha pessoa, e o Senador Ronaldo Caiado entendeu como sendo uma desatenção por parte do Senador Eduardo Braga.

Portanto, Senador Eduardo Braga, também eu quero me associar às palavras do Senador Garibaldi Alves, pela dimensão que o Senador Garibaldi Alves tem nesta Casa, tendo sido Presidente do Senado Federal, tendo uma participação aqui exemplar neste Senado, durante muitos anos. Acho que a palavra dele traduz,

de forma equilibrada, de forma correta, de forma isenta, o sentimento de que todos nós estamos possuindo, e que V. Ex^a, como membro desta Casa, possa relevar, possa não considerar as palavras que aqui foram ditas pelo Senador Ronaldo Caiado.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com a palavra o Deputado Sérgio Souza. Eu pediria a compreensão, porque ele vai falar como Relator da nossa Comissão.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, eu, hoje, não estou mais nesta Casa, mas fui Senador aqui por três anos e convivi com o Senador Eduardo Braga ao longo de todo esse período, pela questão de partido e muito mais; pelo cotidiano, nas comissões, éramos aqui membros de uma dezena de comissões cada um. Conheço profundamente o trabalho do Senador Eduardo Braga dentro desta Casa e conheço o trabalho dele perante o Ministério.

Hoje, estou na Câmara de Deputados e, lá, na condição de Vice-Líder do meu Partido, o PMDB, tenho a obrigação, tenho o dever de cuidar das articulações dentro das Comissões – e aqui está a Marta Lira, que sempre nos contata. Sabemos que, todas as vezes que o Senador Eduardo Braga foi convocado ou convidado para ir à Câmara dos Deputados falar sobre determinado fato, inclusive sobre fatos aqui levantados, que S. Ex^a nunca se furtou, jamais se furtou a fazê-lo. O Senador Eduardo Braga sempre se colocou à disposição, inclusive dizendo: “Tragam aqui os seus colegas todos da Câmara. Eu os atendo no meu gabinete, vou até aí”. Ou seja, nunca se furtou de nenhuma responsabilidade.

Desse modo, eu quero aqui repudiar a postura do Senador Caiado, meu amigo, meu colega, principalmente de Frente Parlamentar Agropecuária, Fábio, da qual você faz parte também. Entendo as causas que cada um defende, mas isso não justifica a exaltação.

Então, Senador Eduardo Braga, Ministro Eduardo Braga, receba da Relatoria desta Comissão todo o apoio. Não leve em consideração, V. Ex^a conhece muito bem os ânimos do Parlamento brasileiro. Não conhecemos, às vezes, as razões que exaltam os ânimos de determinados Parlamentares, mas receba desta Relatoria o apoio irrestrito à postura de V. Ex^a.

Eu estava aqui do lado e vi que V. Ex^a estava anotando, como fez com as perguntas dos internautas, como fez com as perguntas dos demais Parlamentares. Inclusive, está escrito aqui o nome do Senador Caiado e as perguntas que ele estava fazendo. É justo, isso não é um desrespeito, é uma atenção à pergunta de um Parlamentar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Evandro Gussi.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – Sr. Ministro, eu quero me somar aqui aos desagravos a V. Ex^a. O Brasil vive, hoje, um momento de falta de concórdia política. Concórdia política é o ambiente que nos permite uma convivência comum, mesmo divergindo com severidade, ainda que beirando a exaltação dos ânimos. Um grande estadista espanhol, Adolfo Suárez, dizia que a concórdia política faz crescer as menores coisas, e a discórdia política destrói as maiores coisas.

Então, quero aqui me somar a esse desagravo a V. Ex^a. Eu fui o primeiro a falar, a perguntar e a comentar sobre a fala de V. Ex^a. Recebi de V. Ex^a um lhano trato, mesmo quando... E é natural, mesmo eu, que sou um jovem Parlamentar, sei que somos interrompidos por uma coisa ou por outra, pois aqui não é um convento, não se trata de uma direção espiritual em que se fala ao pé do ouvido, é uma série de atividades, e V. Ex^a, como Ministro de Estado, ainda mais do que nós. Então, quero me somar a esse desagravo. Sem julgar o Senador, não me sinto à altura de julgar o Senador Caiado, não quero fazer isso, mas ao desagravo a V. Ex^a eu posso fazer, com toda tranquilidade, porque, na minha interpelação, recebi a sua atenção, a sua lhaneza e sei que é assim que V. Ex^a tem levado a sua vida política até aqui. Vivemos um momento de discórdia política, o que destrói as coisas mais importantes.

Somo-me, pois, aos agravos já manifestados a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Ministro, quero fazer minhas as palavras do Senador Garibaldi, do Senador Fernando, do Deputado Evandro Gussi, do Deputado Sérgio Souza, mas não me surpreende, Senador Garibaldi. O Caiado conhecido saiu do armário. Ele veio aqui para fazer isso mesmo; ele não veio aqui para debater o clima, o que vamos levar para a COP-21. Hoje, aqui, ele simplesmente saiu do armário.

Ministro, nós queremos retomar o tema, que é importante para o nosso país. A Celg é importante para Goiás, para o Brasil, mas, infelizmente, o que se revelou aqui é que o Caiado conhecido de muitos saiu do armário. Não se surpreenda com isso, porque pode ser pior.

A SR^a SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer minhas as palavras de todos os colegas aqui presentes, mas acrescentando algo mais. Eu, como Senadora, senti-me também agredida, porque estamos num ambiente propício para discutir questões que foram pautadas pela sua Presidência, pela Comissão e, no entanto, fomos agredidos. Entendo que não somente eu, mas todos os que estão aqui, todos que estão nos ouvindo, claro, além do Ministro convidado. Inclusive a todos os profissionais da comunicação. Enfim, nós não aceitamos; eu não aceito esse tipo de agressão.

Gostaria que o senhor, como Presidente desta Comissão, pudesse tomar alguma providência para que isso não passasse em branco, haja vista que foi uma agressão gratuita e intencional. Como bem diz o nosso Senador Donizeti, ele veio aqui com um propósito, o propósito de criar essa situação.

Portanto, foi planejado e premeditado. Gostaria que V. Exª, na sua posição de Presidente, pudesse tomar alguma providência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Agradeço a sugestão da Senadora Sandra Braga. Nós levaremos os fatos ocorridos na manhã de hoje ao conhecimento da Mesa Diretora do Senado. Com a palavra, o Deputado Fábio.

O SR. FABIO GARCIA (PSB - MT) – Sr. Presidente, serei breve. Quero me solidarizar ao ministro. Nós podemos debater temas, mas nunca desrespeitar. É inaceitável um comportamento de desrespeito nesta Casa, como se viu hoje aqui.

Eu quero, então, me somar à solidariedade, ao desagravo do Senador Garibaldi, do Presidente Senador Fernando, do Deputado Sérgio e de todos que aqui se manifestaram, Ministro. E, aqui, na verdade, em nome do Congresso, eu gostaria de pedir desculpas a V. Exª pela situação em que você foi colocado hoje aqui – repito, e faço isso em nome do Congresso Nacional.

Eu, como um Parlamentar novo nesta Casa, não gostaria nunca de assistir a uma cena como essa, envolvendo um Ministro de Estado que veio aqui convidado por esta Casa a nos dar explicações e contribuir com o debate desta Casa.

Então, ficam aí as minhas palavras de solidariedade a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Fabio Garcia. Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Para retomar a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não. Com a palavra V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Ministro, nós temos observado e acompanhado seu trabalho e já podemos observar que, nessa sua ida para o ministério, as coisas começaram a andar muito mais aceleradas, como é preciso.

E nós já nos falamos nesta semana por duas vezes, uma por telefone e outra lá em audiência em seu gabinete, para discutir a questão do biodiesel. Já estamos contemplados com os encaminhamentos dados.

O senhor falou bastante da biomassa. Contudo, há ainda uma matéria-prima produtora de etanol que não está sendo considerada: a batata doce. A Universidade Federal do Tocantins desenvolve um trabalho, já há 12 anos, e, agora, em parceria com a Sudam, ela montou uma pequena usina para produzir 3 mil litros de etanol por dia, que só não está em funcionamento em virtude de precisar da produção da matéria-prima com regularidade.

A batata doce produz 160 litros de álcool por tonelada, podendo chegar a até mais. As variedades desenvolvidas pela Universidade Federal produzem de 40 a 70 toneladas por hectare. E o cultivar da batata doce também pode gerar duas safras por ano. Ou seja, é uma produção de etanol de altíssima qualidade, rentável e não poluente, até porque o resíduo... Dá para se discutir o que é resíduo, se é o etanol ou se é a ração que sobra do esmagamento da batata, que é uma ração com alto valor proteico e com valor probiótico muito importante.

E essa, também, é uma solução para a produção de etanol na Amazônia, já que a gente não tem recursos disponíveis no banco para avançar com a cana-de-açúcar na Região Amazônica. E a batata doce poderia ser – e será – uma solução para nós relativamente à produção de etanol para os nossos Estados da Amazônia.

O ministério tem conhecimento e tem discutido essa questão?

Uma outra questão. Nós falamos do biodiesel, mas nós também precisamos começar a pensar – e, aí, eu pergunto qual a posição do Ministério – em relação ao bioquerosene, que também é um grande emissor de gases poluentes.

Por fim, quero parabenizá-lo pela exposição. Só cheguei atrasado, porque estive às 8 horas na Comissão de Agricultura, depois fui trabalhar como relator na CPI do CARF e, assim que terminou, corri para cá, porque este tema me interessa por demais. Fui me inserido nesta Comissão meio à minha vontade, até que o pessoal me incluiu, porque é um tema que está na minha agenda desde o primeiro dia aqui no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com a palavra, o Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar e associar-me às palavras do Senador Garibaldi, fiquei muito constrangido também, quero, independente de ser Senador, mas como Ministro de Estado, acho que fui muito lamentável para a Comissão, então quero inicialmente colocar isso.

Vou ser bastante breve, Ministro, parabenizando-o pela exposição. Como V. Ex^a esteve na Paraíba, acompanhando a Presidenta, viu a situação e foi relatado, só quero reiterar a preocupação nossa, inclusive hoje, com a permissão do Presidente, estou apresentando um requerimento para tentar discutir a situação hídrica de nosso Estado, que é muito grave. Peço a atenção de V. Ex^a, que já conversou com setores de lá a questão do projeto de energia solar de Coremas, em que já houve dois leilões. Será importante não só para a energia do País, mas também para a economia do Estado. A Paraíba ganha duplamente, o Brasil. Peço a V. Ex^a também reiterar aquilo que foi tratado naquele encontro. Eu não estava em João Pessoa, mas passaram a preocupação de V. Ex^a e os encaminhamentos. Então, peço que V. Ex^a reitere em relação à viabilidade do projeto de energia solar de Coremas, que será muito importante para a economia da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Farei mais uma pergunta que chega através da Internet.

O Sr. Davi Costa, do Rio de Janeiro, comenta: “O Brasil tem, hoje, mais de 400 projetos de crédito de carbono registrados nas Nações Unidas, por meio do mecanismo de desenvolvimento limpo. Destes, mais de 270 projetos são de energias renováveis, o que representa 65% dos projetos brasileiros no MDL e somam mais de 20 gigawatts de potência instalada, além de um potencial de redução de emissões da ordem de 37 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Esses dados demonstram os resultados obtidos com o MDL, principalmente com relação aos projetos de energias renováveis a partir do setor elétrico brasileiro. Esses resultados alcançados, incluindo os esforços do setor privado, devem ser não somente reconhecidos pelo Governo brasileiro, mas também utilizados, a fim de promover a proposta brasileira de continuidade do MDL durante a COP-21”.

Para encerrar, ofereço a palavra, para fazer as suas indagações finais, ao nosso Relator, o Deputado Sérgio Souza. Na sequência, o Ministro terá oportunidade...

Antes, o Deputado Fábio e, depois o nosso Relator.

Deputado Fábio Garcia.

O SR. FÁBIO GARCIA (PSB - MT) – Sr. Presidente, Ministro, voltando ao tema desta audiência, queria, antes de mais nada, parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo, pelas informações, pela palestra. Impressiona acho que a todos o conhecimento e o domínio que V. Ex^a adquiriu sobre o setor de energia elétrica, a familiaridade com que trata o tema. Fico muito feliz de ver um Ministro com tamanho domínio desse importante setor para o Brasil. Tenho certeza de que V. Ex^a dará uma contribuição essencial a esse setor. Sabe muito mais do que eu o tamanho do desafio que o senhor tem e que assumiu, quando assumiu esse Ministério, um desafio muito grande de resgatar, que o setor de energia seja um ambiente de fato seguro, propício para manutenção dos investimentos e para atração de novos investimentos no nosso País. Acho que esse trabalho começa a surtir efeito.

Hoje, pude participar da Comissão Especial da Medida Provisória nº 688, que é um grande desafio para o setor. Acredito que o texto tem o consenso dos diversos agentes do setor e permitirá que possamos resolver a problemática da judicialização do setor, permitir que ele possa voltar a funcionar com normalidade, sem inadimplemento, com segurança para os investidores. É um grande passo, Ministro. Conseguirmos evoluir e resolver essa questão é um grande passo para que possamos consolidar tudo isso que o senhor falou de investimentos futuros no setor de energia elétrica.

Então, eu não pude ainda aprofundar no texto que foi apresentado hoje, mas a percepção que temos é que foi um texto construído a quatro mãos e que vai atender a expectativa da maioria dos agentes. Será muito importante para o setor elétrico brasileiro.

E sobre esses investimentos, Ministro, que o senhor aqui apresentou, eu quero também destacar e parabenizar pela decisão de podermos voltar a ter previsibilidade nos investimentos do setor de renováveis no Brasil, com leilões específicos, a cada ano, para cada tipo de matriz, onde possamos, na verdade, voltar a consolidar a indústria das pequenas centrais hidrelétricas, sabendo que, todos os anos, nós teremos leilões que poderão contratar energia de pequenas centrais elétricas, assim como a solar. Todos os anos, nós teremos leilões que poderão contratar energia solar, assim como eólica, desenvolvendo a indústria nacional e dando previsibilidade de contratação essencial para o desenvolvimento desses setores. Parabéns por voltar a isso.

Só como contribuição, Ministro, temos dois grandes desafios. O primeiro é o de financiabilidade, de financiamento. Eu tenho escutado de muitos agentes do setor a dificuldade que estão tendo na liberação efetiva

dos financiamentos, no setor de renováveis no Brasil. Precisamos fazer essa conversa com o Banco Nacional do Desenvolvimento, com o BNDES, para que possamos dar essa segurança, essa tranquilidade aos investidores.

As exigências são bastante severas a ponto de, num momento desse, de um mercado de capital tão complicado, os investidores terem que buscar uma fiança bancária que se sustenta durante muito tempo, até que o projeto comece, de fato, a gerar e a ter o *compliance financeiro*, que é mais de um ano e meio de geração até cumprir o primeiro índice de cobertura exigido pelo BNDES. Isso é uma dificuldade hoje para o setor. E a própria liberação, Ministro. Eu tenho escutado muito que empreendimentos que já estão em operação não estão conseguindo ter a liberação do financiamento, ficando restrito a juros bastante elevados e uma insegurança muito grande. Esse é um grande desafio.

A questão ambiental é sempre um desafio aqui, no Brasil, e isso nos causa um desconforto. Quando enxergamos uma matriz energética tão limpa como temos no Brasil – acredito que nenhum país da dimensão do mercado de energia que temos é capaz de manter uma matriz energética tão limpa como temos –, ainda sofremos aqui com gravíssimas restrições ambientais, que causam também insegurança e fazem com que não possamos aproveitar de melhor forma os potenciais hidrelétricos que nós temos no Brasil. O que agrava, na verdade, é o custo da energia.

O último que eu queria dizer... Você sabe que eu sou um defensor muito ávido da discussão sobre o preço. Não é tema aqui, mas eu gostaria que o senhor não se esquecesse de tratarmos a questão do preço da energia no Brasil, a questão da CDE, que já conversamos e que eu acho que precisamos fazer um ajuste. Mas isso é um debate em outro fórum. Entendo que é um debate em outro fórum. Só quero dizer, Ministro, que eu gostaria que o senhor não esquecesse esse debate importante da redução do preço e do ajuste que precisamos fazer na conta da CDE.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho e pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com a palavra o nosso Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Garibaldi, caro Ministro Eduardo Braga, demais colegas aqui presentes, o Brasil tem sido precursor no cumprimento de metas voluntárias. Não eram obrigatórias, talvez passem a ser obrigatórias a partir de agora, mas são voluntárias. É um dos países que mais cumpriu as metas de redução de emissão de gases, cuidando do efeito estufa, cuidando de uma sociedade, de um país, de um mundo melhor para o futuro.

E o Brasil passa novamente por um momento importante quando do acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, na sua projeção, na sua meta de atingir 23% da sua matriz energética limpa, menos a hídrica, que hoje representa mais de 50%. Isso fará com que, no futuro, tenhamos menos energia gerada a partir das termoeletricas, que é uma energia poluente.

Eu gostaria de ouvir do Ministro como o Brasil pretende cumprir essa meta até 2030. Nós temos quinze anos para isso.

Hoje, salvo engano, a matriz de eólica, biomassa e solar está próxima de 7%. Nós estamos falando em triplicar isso em apenas 15 anos. Sei que nós teremos de envolver todos os seus setores (o setor produtivo, o setor agrário, o setor industrial). Que divisas trará ao Brasil, à indústria brasileira, se o Brasil está olhando, também, por esse lado, pela geração de emprego e de renda? Entendo que há uma cadeia gigante a ser explorada, que vai desde o campo até a cidade, passando pela agropecuária, passando por florestas, passando por indústrias e por geração, distribuição e assim por diante.

Esta semana, Sr. Ministro, ouvi uma notícia no sentido de que se o Brasil estivesse crescendo da forma como vinha até há dois anos, nós precisaríamos de uma Belo Monte a mais, por ano, pra garantir a energia necessária. Quero saber se isso é fato, se é boato. E se for fato, além da preocupação com a geração de energia limpa, quais são as medidas que o Governo brasileiro está adotando para cumprir as suas metas de geração de energia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Agradeço ao Deputado Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra ao Ministro Eduardo Braga, vou aproveitar que temos quórum para deliberar e colocar em votação os dois requerimentos de audiências públicas. O primeiro é para dar sequência ao acompanhamento da crise hídrica no São Francisco, que é o Requerimento nº 16; o segundo requerimento, o Requerimento nº 17, é para discutir plano emergencial da crise hídrica nas cidades de compartimento da Borborema, monopolizadas pela cidade de Campina Grande, na Paraíba, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia.

Os que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados os requerimentos.

Com alegria, Ministro Eduardo Braga, queria, mais uma vez, agradecer a sua presença nesta comissão para tratarmos de um assunto tão caro à nossa Comissão de Mudanças Climáticas. Quero agradecer-lhe a qualidade da sua exposição hoje aqui. Quero pedir-lhe desculpas pelo ocorrido, pelo posicionamento e pelo comportamento do Senador Ronaldo Caiado.

Nós iremos atender a solicitação aqui feita pela Senadora Sandra Braga. Estamos determinando...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Quero me somar com a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA – V. Exª me permite fazer uma sugestão à Senadora?

V. Exª deveria ingressar imediatamente, pedir à sua assessoria, com um requerimento para ser aprovado ainda na sessão de hoje, pedindo cópia taquigráfica desta sessão, bem como cópia do vídeo desta sessão. Para que V. Exª, juntamente com os Parlamentares que assim o desejarem...

Tomarei providências no campo jurídico. Estou licenciado desta Casa. Se eu fosse Senador, em exercício do meu mandato, representaria na Comissão de Ética contra um Senador mau-caráter que agiu aqui de forma intencional para agredir e para denegrir, sem nenhuma justificativa, uma autoridade pública que vem aqui para cumprir o seu dever regimental e constitucional para com a Casa do povo brasileiro.

Portanto, V. Exª poderá solicitar um requerimento – pode fazê-lo de forma verbal e, depois, oficial - para ter acesso à cópia taquigráfica e às cópias de áudio e vídeo desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Gostaria de tranquilizar o Ministro Eduardo Braga porque essa será a decisão da Presidência da Comissão. Se a Senadora Sandra Braga, se o Senador Donizeti a quiserem subscrever, é o que eu ia anunciar, é a sugestão que o Ministro Eduardo Braga acaba de fazer.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Está subscrito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – A Presidência desta Comissão determina à assessoria da Comissão que pegue as notas taquigráficas, a gravação, o vídeo. Toda esta sessão está sendo gravada e transmitida pela *TV Senado*. Faremos um encaminhamento à Mesa Diretora do Senado para que tome providências em relação às agressões de que aqui foi alvo o Ministro Eduardo Braga, que recebeu a nossa irrestrita solidariedade.

Ministro, antes de oferecer-lhe a palavra para os comentários em relação às diversas perguntas que foram formuladas, é com alegria que gostaria de formular a entrega da nossa proposta para fontes alternativas renováveis no contexto da matriz energética brasileira. (*Palmas.*)

Com a palavra o Senador e Ministro de Estado Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA – Bem, Sr. Presidente, Srs Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Presidente Garibaldi, primeiro eu queria iniciar, agradecendo de forma muito sincera a posição de V. Exªs diante da agressão gratuita de que fui vítima aqui nesta sessão.

No entanto, Sr, Presidente, para que os que estão em casa nos acompanhando possam compreender o porquê dessa reação absolutamente desequilibrada, despropositada, desproporcional e fora da previsão regimental por parte do Senador Ronaldo Caiado, é preciso explicar.

Sr. Presidente, esta Casa vem tratando da questão do setor elétrico, e esta deve ser a terceira ou a quarta vez que venho ao Parlamento. Fui o primeiro Ministro, inclusive, a participar das audiências públicas gerais da Câmara dos Deputados, no Plenário da Câmara dos Deputados. Lá fiquei oito horas, debatendo a questão do setor elétrico. Já estive na Comissão de Infraestrutura do Senado, e aqui também debati durante oito horas com relação à questão do setor elétrico e do setor de energia óleo e gás etc.

Ora, o Estado de Goiás possui uma empresa de distribuição de energia elétrica chamada Celg D, cuja participação societária é da Eletrobras com o Estado de Goiás. Essa empresa tem prejuízos mensais da ordem de R\$90 milhões/mês. Ela tem prejuízo da ordem de R\$1,1 bilhão/mês...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Desculpem, R\$1,1 bilhão/ano.

Além disso, ela tem um grande desequilíbrio financeiro da sua operação. Ora, essa empresa está e um Estado emergente, um Estado do agronegócio, um Estado que tem grandes demandas de energia elétrica e onde há, portanto, interesse do capital privado em resolver o problema do Estado de Goiás, resolver o problema da operação de energia no Estado de Goiás, trazendo, portanto, benefícios para o povo de Goiás.

Ora, esta empresa entrou no plano nacional de desestatização em janeiro deste ano, através do comitê que trata da matéria, presidido pelo Senador Armando Monteiro, Ministro de Indústria e Comércio. Ao adentrar o plano nacional de desestatização, compete ao poder concedente tratar de toda a parte legal.

Contratamos o BNDES, que, através de um de um departamento próprio, contratou o Banco Mundial para que tivéssemos uma análise com relação à Celg. Nessa análise, ficou caracterizado que, entre as contas de compensação do MRE, havia um passivo dolarizado no endividamento da Celg, que precisava sofrer correções.

Não fizemos isso, Srs. Senadores e Srs. Deputados, administrativamente. Tomamos a decisão de fazer âmbito do Parlamento, para dar toda e total transparência, em algo que apenas iria trazer o bem para o povo de Goiás. Primeiro, porque reduz endividamento da Celg. Segundo, porque aumenta o valor do patrimônio da Celg e, por via de consequência, aumenta o valor do patrimônio do povo de Goiás.

Para nossa surpresa, recebo, primeiro, a informação de que o Senador Caiado se colocaria contra a privatização da Celg. Segundo, se colocaria contra o ajuste que reduziria o passivo da Celg e aumentaria o valor do ativo da Celg.

Como sempre faço, peguei o telefone e liguei para o Senador Caiado.

Liguei para o Senador, porque sou Senador da República. Entendo que devo ter um bom diálogo, independentemente de posições partidárias ou ideológicas. Conversei com o Senador e – pasmem, senhores! – ouvi do Senador que essa era uma questão política local, fruto dos debates eleitorais e que ele iria marcar posição política no Congresso Nacional.

Legítimo que marque sua posição política, mas que permita que o Estado de Goiás possa avançar, que possa ter soluções para os seus problemas estruturantes. Fez inúmeras obstruções na MP 675, primeiramente, porque era uma emenda que a Senadora Gleisi estava apresentando à MP. Obstruiu, levando quase à queda aquela medida provisória, quando o então Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira, assumiu um acordo com as lideranças e Parlamentares naquela comissão, no sentido de que, sendo relator da 677, levaria aquela emenda para a 677 e não mais na 675, para que fosse retirada a obstrução e fosse votada a 675.

Senhores, assim foi feito. Na véspera da votação da MP 677, a Senadora Sandra Braga me liga e diz: “Eduardo, o Caiado está aqui branco, porque está dizendo que o seu Ministério está fazendo algo horroroso com relação à 677.” Eu disse: “Senadora, fale para o Senador Caiado que eu estou indo ao Senado para conversar”. E vim ao Senado conversar olho no olho, repor a verdade com relação a essa questão e fazer com que ela pudesse ser esclarecida, ou seja, esclarecer que não era imposição do Ministério de Minas e Energia. Disse isso para o Senador Caiado, olhando para o Senador Caiado, no gabinete da Senadora Sandra Braga. E disse que nossa posição era no sentido de que a MP 677 tratasse dos temas e que a questão da Celg com relação do endividamento fosse alterada para o bem do Estado de Goiás e do patrimônio daquela empresa.

Onde é que está o desrespeito? Onde é que está o crime? Onde é que está a deselegância? A MP 677 foi votada. Todas as dúvidas levantadas pelo Senador Caiado foram esclarecidas por mim a ele, olho no olho – a ele, olho no olho –, sem nenhum desrespeito, sem nenhum desrespeito. E assim está sendo procedido todo o processo com relação à Celg, com relação às demais distribuidoras. Não se pode prorrogar contrato de concessão ou não se pode licitar contrato de concessão sem que haja um prévio ajustamento com o Tribunal de Contas da União.

Nós, ao chegarmos ao Ministério, estabelecemos um decreto que criava as condições para a prorrogação. Submetemos esse decreto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal para que pudéssemos promover toda e qualquer ação com relação a essas 40 distribuidoras. Srs. Parlamentares, essas 40 distribuidoras que são colocadas – e não são 40, são 43 – são distribuidoras do Estado de Rondônia, do Estado do Acre, do Estado de Roraima, da cidade de Boa Vista, do Estado do Amazonas, do Estado do Amapá, do Estado de Goiás, do Estado de Alagoas, do Estado do Piauí, do Estado de Minas Gerais, do Estado do Paraná e do interior do Sul do Brasil, onde há pequenas empresas que possuem, Srs. Senadores, distribuições de 500 megawatts, de 1,5 mil megawatts, de empresa que tem mais de cem anos de existência.

Nós não estamos tratando aqui da AES Tietê. Nós não estamos tratando aqui de CPFL. Nós não estamos tratando aqui de Tractebel. Nós não estamos tratando aqui de EDP, de Energisa, de Triunfo. Não!

Nós estamos tratando aqui de empresas distribuidoras, que são públicas e privadas; públicas nas regiões extremadas do Brasil e na região fronteira do País, como era a Celg, que era estadual e foi federalizada para salvar a situação daquela empresa. O próprio Senador conversou comigo sobre esse tema. O próprio Senador conversou comigo sobre esse tema. E conversei e debati sobre esse tema, e o Senador sabe qual é a posição do Governo Federal porque eu disse a ele, porque eu disse ao Senador.

Portanto, não levamos a leilão essas empresas não foi por nada; foi porque essas empresas não tinham condições, para o bem do consumidor, de serem leiloadas, sob pena de impactarmos o primário deste País em R\$100 bilhões de endividamento público, do Estado de Goiás, do Estado de Rondônia, do Estado do Acre, do Estado do Piauí, do Estado de Alagoas, dos Estados ditos ricos deste País, não é? Dos Estados líderes do PIB deste País. É claro que não, não é?

Portanto, não há nada de subterfúgio nessa questão. Muito pelo contrário. Por que esses contratos não foram assinados até agora? Porque eles estão obedecendo rigorosamente a todo o rito da transparência, do comando e do controle. Essa foi uma das poucas matérias aprovadas quase que à unanimidade pelo pleno do Tribunal de Contas da União, cujo relator foi Ministro José Múcio, que debateu com o nosso Ministério durante quatro meses a matéria. Portanto, é preciso conhecer de forma equilibrada, de forma honesta, de forma transparente essa questão. E mais: o leilão das hidrelétricas não renovadas também está sendo feito por uma maneira transparente neste Parlamento.

Na sala ao lado, estávamos debatendo o relatório do Senador Eunício Oliveira com relação à Medida Provisória nº 688, relatório que recria e modifica o modelo para que possamos avançar com relação às hidrelétricas, com em relação aos déficits hídricos. Se isso não é trabalhar de forma transparente, de forma respeitosa para com o Parlamento, de forma honesta, senhores, eu não sei qual é a outra forma de trabalhar.

Agora, o que não posso é vir aqui, o Senador começa a me fazer as perguntas, eu anotando as perguntas que ele está fazendo, alguém cita a questão do preço do petróleo, entro na internet para ver o preço do petróleo de hoje, Senador Caiado, na Bolsa, e viro-me ao Senador Fernando Bezerra e digo: “Em que pese este não ser um tema da matéria, quero dizer a V. Exª que vou respondê-lo”, e V. Exª começa a me agredir, de forma desequilibrada, de forma desrespeitosa.

Eu estou dizendo para V. Exª de forma respeitosa. Eu estou dizendo para V. Exª de forma respeitosa, e agora V. Exª vai me ouvir, vai me ouvir, porque V. Exª não é dono da verdade. V. Exª não é dono da verdade. E falar alto, Sr. Senador, não é privilégio de V. Exª. Ser valente, talvez eu não seja tão valente quanto V. Exª. Eu talvez não seja tão corajoso como V. Exª, mas tenho costume, costume de enfrentar com a legalidade e com respeito todos os meus adversários.

E respondi a V. Exª. Ainda bem que V. Exª voltou para ouvir a minha resposta. E eu agradeço a V. Exª por ter voltado. Agora, V. Exª tenha certeza de uma coisa: não venha com as suas bravatas, não venha com seus gritos, com seus desrespeitos porque nunca lhe tratei dessa forma. Nunca. Não é o meu feitio. Não é minha forma. Mesmo quando V. Exª liderava a UDR, mesmo quando V. Exª liderava os movimentos mais radicais de direita deste País. nunca lhe desrespeitei.

Portanto, quero apenas a reciprocidade do respeito. No mais, V. Exª, no Estado democrático de direito, terá a oportunidade de se desculpar ou de repetir aquilo que V. Exª disse, e nós haveremos de ver quem é quem ao longo desse processo.

Respondendo às demais indagações e aos demais Senadores, o Senador Valadares, que já não está mais aqui, colocou exatamente uma questão, Sr. Presidente, que me parece fruto de um pouco desse debate que hoje aconteceu. Ele perguntava: “Com o preço atual do barril de petróleo, o pré-sal continuará sendo viável? O ponto de equilíbrio do pré-sal estará sendo alcançado?”

Eu digo a V. Exª que o Brasil conseguiu, ao longo do desenvolvimento da curva de aprendizagem no pré-sal, reduzir de forma bastante acentuada o seu custo de produção. O ponto de equilíbrio do pré-sal, que era da ordem de US\$45 o barril, foi reduzido para US\$40. Depois, o ponto de equilíbrio, em função do aprendizado, da curva de aprendizagem.... Nós, que estávamos com previsão de perfurar poços profundo em um determinado tempo, vimos que, a partir do segundo, do terceiro, do quarto e do quinto poço perfurado, esses tempos vieram caindo. Eu posso assegurar a S. Exªs que hoje o ponto de equilíbrio do pré-sal está abaixo de US\$35, e que, portanto, isso faz com que o pré-sal continue viável.

E mais, nem as maiores e mais otimistas consultorias acreditavam que era possível e que o Brasil e a Petrobras possuiriam tecnologia para produzir o volume de petróleo que já estamos produzindo e extraído da profundidade do pré-sal. O Brasil já produz mais de 850 mil barris/dia no pré-sal, o que lhe assegura a viabilidade. Tanto é que o interesse das empresas privadas, com participação ou não da Petrobras, continua acentuado em torno das áreas do pré-sal. Há uma grande expectativa sobre os novos leilões a serem realizados pelo pré-sal.

Pergunta também o Senador Valadares em que o Ministério de Minas e Energia vem colaborando em relação à questão hídrica e à questão hidrológica. Ora, o Ministério de Minas e Energia, a pedido da Senhora Presidente, está, através do CPRM, estudando as águas subterrâneas do Nordeste. No Estado do Senador Garibaldi, tive oportunidade de sentar com o S. Exª, com o Ministro Henrique Alves e com o Prefeito da Serra do Mel. Estamos desenvolvendo uma parceria com tecnologia do Ministério de Minas e Energia para produzirmos e explorarmos águas profundas a 1,2 mil metros de profundidade, para solucionar o abastecimento de uma cidade de 80 mil habitantes, que, sem essa solução, estaria tendo que buscar água a mais de 400km de distância.

Estamos também, a pedido da Senhora Presidente, estudando a região de Campina Grande. A região de Campina Grande é uma das regiões mais desafiadoras, porque está em cima de um maciço de cristalino que precisa de estudos sísmográficos para que possamos encontrar reservatórios nas fraturas dos cristalinos e di-

mentonar o tamanho desses reservatórios, das fraturas, para que possamos encontrar uma resposta para uma população de 500 mil habitantes, que hoje já se vê obrigada a buscar água a 200km de distância.

Portanto, o nosso Ministério está contribuindo com ciência, tecnologia, *expertise* sísmica, que foi usada para encontrar petróleo e que pode ser usada para encontro de águas profundas.

E, ao mesmo tempo, fazendo alguns estudos nas áreas similares e próximas, porque, como sabemos, o Nordeste tem água subterrânea no litoral, mas há um desnível entre o nível do mar e as áreas onde está o sertão, onde está a seca, que chega, como no caso de Campina Grande, a 600 metros de altura. Portanto, nem sequer a dessalinização é viável do ponto de vista econômico.

No entanto, estamos estudando, estamos trabalhando, bem como estamos participando ativamente da questão da transposição do Rio São Francisco. E também estamos atuando com um conjunto de institutos tecnológicos, com a Chesf, na mitigação do ritmo hidrológico da vazão no São Francisco. Por exemplo, nós conseguimos, pela primeira vez, e por iniciativa do setor elétrico, reduzir a vazão a 900m³, porque senão, a esta altura, já estaríamos além do morto no São Francisco. Agora já estamos solicitando autorização da ANA para operarmos Sobradinho como regulador hidrológico do São Francisco a 800m³ por segundo.

Assim, cada degrau que estamos fazendo é um desafio tecnológico, porque temos que manter a sobrevivência das hidrelétricas mesmo com uma situação hidrológica tão desfavorável. E estamos conseguindo avançar graças a todo esse esforço.

Bem, houve uma pergunta, lida pelo Sr. Presidente, que veio via internet, com relação à energia solar, à tributação e à taxa da geração de microgeração. Sr. Presidente, uma das primeiras medidas que adotamos ao chegar ao Ministério foi conversar com os secretários de Fazenda e com os governadores para propor um convênio no Confaz que pudesse viabilizar a desoneração de ICMS para a geração de energia solar. Obtivemos o apoio do Governador Marconi Perillo, do Governador Alckmin, do Governador Beto Richa, do governador de Pernambuco, do governador do Ceará, de diversos governadores, e chegamos ao ponto de aprovar este convênio por unanimidade dentro do Confaz. Portanto, conseguimos na nossa gestão desonerar o ICMS.

Na MP nº 677, aprovamos uma emenda que desonera de PIS e Cofins a geração e a microgeração de energia solar para que possamos dar a competitividade. Falta a desoneração com relação ao *hardware*, à parte de painel, à parte de equipamento. Por quê? Porque ainda estamos com uma discussão com o MDIC e com o Ministério de Ciência e Tecnologia para produzirmos um edital de PPB (Processo Produtivo Básico) para que, com isso, possamos então estabelecer uma política de benefício fiscal. E começamos a estabelecer as bases da infraestrutura de uma indústria nascente, que é a indústria dos painéis fotovoltaicos e a indústria de todos os componentes e equipamentos para a implementação dessa indústria.

O Deputado Evandro Gussi coloca a questão da Resolução do CNPE. Eu, sinceramente, acho que foi uma resolução importante para o biodiesel. V. Ex^a coloca, inclusive, a questão da previsibilidade, e nós estamos fazendo alguns estudos, porque, em algumas regiões, é possível até que tenhamos, em função da questão macroeconômica, possibilidade de fazermos B100 para a geração de energia elétrica. Nós temos dois produtores já em Estados aqui do Centro-Oeste que estão manifestando interesse de serem autorizados a usarem B100 na geração de energia para uso próprio e também para o sistema interligado brasileiro.

Além disso, marcamos com o Senador Donizeti, com o Senador Moka, com o Senador Raupp e com o Senador Blairo uma reunião para a próxima quinta-feira, com o Ministério e com a Anfavea para que possamos dar curso e andamento a um cronograma que seja viável. Qual é a grande preocupação hoje do Ministério?

É que, se estabelecermos, por exemplo, uma meta de B10, B15 ou B20, existem algumas regiões que são produtoras de óleo vegetal e que, portanto, não terão dificuldade de alcançá-las. Em outras regiões, e o Brasil tem dimensão continental, teremos que transportar esse óleo vegetal para ser adicionado ao óleo fóssil. Esse custo de transporte, num País com as dimensões brasileiras, tem um papel preponderante no custo do biodiesel, portanto, no custo do diesel que estará à disposição para a macroeconomia brasileira. Portanto, temos que ter aqui um equilíbrio.

Existem áreas e regiões do País em que é absolutamente viável já falarmos, neste momento, e é disso que a resolução do CNPE tratou, de até B20 ou B30. Agora, ainda com frota própria, podemos equacionar, periodicamente, uma modelagem para que possamos ir avançando. O receio é que em regiões periféricas, como o Estado de Roraima, por exemplo, ou o meu próprio Estado, que não produz óleo vegetal, tenhamos um impacto muito grande pelo custo do transporte, que não será suportado por nenhum outro regime que venha a subsidiar esse transporte do biodiesel.

Portanto, estamos estudando, acho que estamos avançando. O Brasil colocou, efetivamente, por defesa, inclusive, do Ministério de Minas e Energia, dentro do nosso compromisso de meta de redução, o biodiesel, porque entendemos que esse é um setor da economia brasileira que é importante, é estratégico, que gera

emprego, que gera renda, que traz uma série de outros produtos e subprodutos colaterais junto com ele, que trazem, obviamente, ganho para a competitividade brasileira.

O Senador Donizeti, creio eu, colocou a questão da batata-doce. Eu lhe confesso, Senador, que não tenho maiores dados para fazer comentário sobre a batata-doce. Prometo que, na reunião de quinta-feira, com V. Ex^a, vamos ter uma análise um pouco mais apurada. Não tenho essas informações sobre batata-doce e não gosto de falar sobre aquilo que não domino nem vou fazer especulação sobre isso

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Eu gostaria, se V. Ex^a permitisse, de trazer a universidade federal para dialogar com você em relação a isso.

O SR. EDUARDO BRAGA – Claro, com o maior prazer.

A questão do bioquerosene está avançando. Há um laboratório em São José dos Campos, no qual, inclusive, a Boeing, em parceria com institutos tecnológicos brasileiros, está estudando, cada vez mais, o bioquerosene para uso na aviação. Acho que é um dos grandes ganhos que poderemos ter. O Brasil é líder mundial hoje no desenvolvimento dessa tecnologia. Nós estamos atentos, estamos trabalhando e é uma das questões que acreditamos que, no médio prazo, tendo equacionado o arranjo produtivo, a logística, etc., creio que tenhamos aí um grande espaço para crescer.

O Deputado Rômulo Gouveia colocou a questão hídrica e colocou a questão do crédito de carbono dentro do modelo MDL. Nós estamos muito esperançosos de que, na COP-21, tenhamos uma estruturação financeira para a questão dos serviços ambientais. O Protocolo de Kyoto veio funcionando razoavelmente bem, mas, com todos sabemos, venceu e não foi renovado enquanto uma estrutura das Nações Unidas de mercado regulado. O que existe hoje é mercado livre de carbono. O mercado livre de carbono não financia o que nós precisamos financiar. No entanto, temos muitas oportunidades nessa área, seja por carbono evitado pelas renováveis, na área elétrica, seja por implantação de solar, para que possamos reduzir a queima de combustível fóssil.

E tudo isso está sendo estudado. Nós, inclusive com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Agricultura, principalmente com o ABC, com a Única, com o MAPA, com o MMA, estamos inseridos num contexto para discutir a possibilidade de criarmos um fundo, por exemplo, de medição de gases de efeito estufa no etanol de segunda geração. Se isso fosse feito, o Brasil poderia ter uma grande alavancagem.

Nossa meta, que produzimos algo como 0,5% do total daqueles 20 bilhões de litros de etanol de segunda geração, é chegar a 5%, portanto, crescendo dez vezes mais do que temos. Mas, para isso, precisamos de *funding* a fundo perdido para implementar a tecnologia

E precisamos ainda avançar um pouco na fronteira, onde o etanol de segunda geração briga com o subproduto de etanol de primeira geração na geração de energia elétrica, para que possamos ter o equilíbrio econômico-financeiro de uma planta sucroenergética no setor.

O Deputado Fábio Garcia colocou aqui duas questões. Uma, que eu já disse publicamente: o Brasil construiu um sistema elétrico robusto, bastante seguro do ponto de vista de energia. É claro que, em situações extremadas, sempre teremos perigo, seja no Brasil, seja em que lugar do mundo. O nosso sistema elétrico foi projetado para ter um risco estrutural de 5%. Veja, seria a mesma coisa de você chegar com o engenheiro civil e dizer: “Eu quero construir uma pirâmide de cabeça para baixo”. Ele vai dizer que é possível, só que o custo para você construir uma pirâmide pela teoria dos vértices de cabeça para baixo é inversamente proporcional ao custo-benefício. Ora, do mesmo jeito é a segurança energética. Você ter um setor elétrico 100% seguro é de tal forma caro que inviabiliza qualquer país. Todo e qualquer país tem um risco estrutural no setor elétrico para que ele possa ter um custo mais amigável para o consumidor.

O Brasil ainda tem a sua matriz de geração elétrica em função de déficit hidrológico uma geração cara. O que aconteceu com o modelo brasileiro? O modelo brasileiro foi hidrológico durante 50 anos. Portanto, nos temos uma matriz e uma base de hidrologia que é fundamental para mitigar o preço do nosso setor elétrico. Como nós, de 2001 para frente, viemos colocando térmicas, mais térmicas, sempre, ou com combustível ou com óleo diesel, ou com biomassa, poucos a gás – as térmicas a gás estão crescendo nos últimos sete anos –, nós praticamente não avançamos, paralisamos as térmicas a carvão. Agora é que estamos retomando com as novas tecnologias para testar se a composição calórica do nosso carvão vai conseguir responder com eficiência nessa nova tecnologia. Portanto, estamos numa determinada fronteira.

O nosso desafio é fazer com que efetivamente tenhamos um setor elétrico que tenha um custo de geração competitivo internacionalmente para que o insumo da energia elétrica seja um insumo amigável ao crescimento econômico sustentável. Esse é o nosso desafio. E esta é uma mudança que não acontecerá em passo de mágica porque não acontece.

Com relação ao financiamento para as energias renováveis, o que entendo? Obviamente, nós estamos vivendo uma travessia no custo do financiamento. Antes, tínhamos programas a 2,5%, que têm sido criticados, porque a subvenção econômica ao BNDES cria pressão sobre o Tesouro, que alguns acham que não deve ser

feita porque está se financiando o empresário, e não a economia. Acho isso, sinceramente, um equívoco. Quando você tem esse tipo de programa e consegue suportar esse tipo de programa é fundamental, é essencial.

Alguns ajustes fizeram que o custo desse juro subvencionado saísse de 2,5% para 9,5%. No entanto, não houve, para o caso das renováveis, redução da participação do BNDES no financiamento. Permaneceu 70% para as renováveis. Portanto, agora a questão é de *funding* e de oferta de recursos, *versus* a demanda. Por outro lado, os *equities* e *debts* com relação à taxa de câmbio estão atrativos para o investidor estrangeiro vir investir em energias renováveis no Brasil. É esse o movimento que nós estamos fazendo, trabalhando com consultorias, com sindicatos de bancos, com fundos, etc. Já fui à Rússia este ano, já fui aos Estados Unidos. Vou à França para um encontro com financiadores do setor elétrico europeu, para que nós possamos estabelecer cada vez mais atratividade para esse financiamento. É um desafio? É. Mas eu acho que nós estamos no caminho certo, e nós temos uma porta de saída.

Por fim, o Deputado Sergio Souza falou sobre o cumprimento da meta e falou sobre percentuais da nossa energia. É importante destacar, Sr. Presidente, que nós temos hoje, no nosso portfólio de energia... 9% da nossa matriz, em 2005, era de energias renováveis. Nós saímos, de 2005 para 2014, de 9% para 13%. Como eu disse, só a energia eólica já representa 5%, hoje, da nossa matriz energética. Nós chegaremos até 2018, pelo gráfico que nós mostramos, dobrando a participação de geração de energia eólica. A energia solar, na nossa opinião, quintuplicará daqui até 2018, e nossa biomassa terá um crescimento mais longo, porque ela está dentro da característica de uma matriz energética A-5. Ela tem pelo menos cinco anos para ser implementada. Portanto, nós levaremos, até 2015, três ciclos de cinco anos. Ou seja, nós teremos três grandes ciclos de cinco anos até 2015, que impactarão, obviamente, na eólica, na biomassa, e no gás natural. As nossas solares entram sempre em leilões de A-3. Em 15 anos, eles terão cinco ciclos. Portanto, eu não tenho nenhuma dúvida de que o grande crescimento que teremos será na energia solar, na energia eólica, e teremos uma pressão porque – volto a citar um número que já citei pelo menos três vezes nesta audiência pública – há a questão do aumento do volume de etanol que teremos que produzir nos próximos 15 anos. Para isso, nós temos que ter preço, nós temos que ter financiamento, nós temos que ter tecnologia. Daí, quero louvar o trabalho que o CTC vem fazendo, de avanço tecnológico, e que o momento econômico está proporcionando preços tão competitivos para o etanol. Portanto, sim, creio que, da forma como está estruturada, há todas as condições para cumprir a meta de acordo com o questionamento apresentado pelo Deputado Sergio Souza.

No mais, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade de ter participado desta audiência pública, agradecer a contribuição que esta Comissão traz ao programa de energias renováveis do Brasil e do compromisso de redução de emissões dos gases de efeito estufa, para que nós possamos, quem sabe, acatar as recomendações olhando para o ano de 2050.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Queria mais uma vez agradecer ao Ministro...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente! Pelo art. 14, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – ... Eduardo Braga pela sua presença nesta audiência pública, pelas informações aqui trazidas.

Eu vou oferecer, antes de encerrar esta audiência, a palavra, que está sendo solicitada pelo Senador Ronaldo Caiado. Mas gostaria de dirigir ao Senador Ronaldo Caiado – eu diria até – um apelo. Esta Comissão, com a saída de V. Ex^a do plenário, deliberou encaminhar as notas taquigráficas e as imagens que foram aqui colhidas pela TV Senado as manifestações que V. Ex^a dirigiu ao Ministro de Estado e ao Senador da República Eduardo Braga.

A minha solicitação é que, se V. Ex^a, atendendo ao apelo desta Presidência, pedir para retirar as expressões ofensivas, que, de certa forma, ferem o decoro parlamentar, esta Presidência aceitará a manifestação de V. Ex^a como um pedido de escusas e, consequentemente, não daremos prosseguimento às iniciativas já aprovadas por todos os membros presentes a esta reunião. Faço isso em nome da amizade, do respeito que tenho pela atuação parlamentar de V. Ex^a. Confesso que as expressões que V. Ex^a utilizou foram excessivas. Só mesmo um momento de perda de controle poderia explicar a posição de V. Ex^a. Mas ofereço a palavra a V. Ex^a, como solicita, e faço um apelo para que V. Ex^a possa refletir sobre as expressões que foram trazidas durante esta audiência pública.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero deixar muito claro que várias vezes tenho recorrido a uma audiência com o Sr. Ministro aqui, nas Comissões do Senado Federal, para tratar de um assunto que diz respeito ao meu Estado. Indiscutivelmente, com total conivência do Governador, essa matéria foi pauta de sua campanha eleitoral, que dizia que a maior empresa do Centro-Oeste jamais seria privatizada. Essa matéria ganhou uma proporção ímpar no meu Estado, Goiás.

V. Exª sabe que, quando se trata de assuntos de Pernambuco, V. Exª é um guerreiro para defender os interesses do seu Estado, mas cabe a mim, pelas minhas convicções e também pelas minhas posições em todas as campanhas eleitorais, ir em defesa da Celg, do meu Estado, Goiás.

Rapidamente – não quero cansá-los – quero dizer ao Sr. Ministro que quando foi feita a federalização da Celg, a autorização na Assembleia Legislativa, em que a Eletrobras se ocupou de 51%, foi vendido aos goianos que a Eletrobras iria fazer uma transformação, investimentos, e que iria resolver o fato de ser a pior distribuidora de energia elétrica do país. A Eletrobras entrou e tomou o comando das Centrais Elétricas de Goiás. Goiás exigiu que o Governo de Goiás fizesse uma dívida de R\$5,2 bilhões, um contrato que havia sido vetado pelo atual Governador, Marconi Perillo, quando o seu sucessor, no seu terceiro mandato, havia feito com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$3,7 bilhões. E ele veio a fazer, depois de dois anos no mandato, o mesmo, mas em condições muito mais precárias.

A Eletrobras, no comando da Celg, ao invés de priorizar o pagamento das dívidas, que teria indexadores maiores, juros maiores, como é o caso da dívida Itaipu, que tinha a indexação, a variação do dólar mais 1% ao mês, o que fez? Ela simplesmente se preocupou em repassar dinheiro para o Tesouro para fazer primário e repassar dinheiro para o Estado de Goiás. Ou seja, a dívida principal da Celg não foi paga. Isso fez com que, nessa variação toda do dólar, a Celg ficasse duramente penalizada. Ora, por que a Eletrobras não cuidou disso? A Eletrobras é proprietária da Itaipu e, de repente, como a dívida é da Itaipu, deteriorando cada vez mais a Celg, mais barato ficaria para a Eletrobras.

Ora, como goiano que sou e Senador da República, cabe a mim exatamente perguntar à Eletrobras por que não se pagou a dívida indexada a dólar e se priorizou fazer caixa do Governo Federal e caixa do governo estadual. A continuidade, Sr. Presidente, é que, durante todo esse tempo, a Celg continuou sendo a pior distribuidora do Estado de Goiás.

Hoje, a média, quando o Brasil tem 17 horas de perda de energia ao ano, em Goiás é de mais de 44 horas de perda de energia. O colapso é total.

Mas vamos aí às consequências. O que foi a nossa solicitação, então? Ora, qual era a ameaça que tinha Goiás? Em Goiás, se a distribuidora, que é a Celg não estiver em dia com as suas certidões, ela não terá a renovação da sua concessão e vai para licitação. Aí, a nossa indignação: por que, por exemplo, Estados, como o Amapá, não cumprem as exigências da Aneel e têm a sua continuidade sem a menor intervenção do Governo? Primeiro ponto.

Segundo ponto: por que aquilo que era ameaça de fazer-se a licitação, por que ela está incluída dentro das 42 agora que ganhou – dizendo o Ministro, 43 – a concessão por mais 30 anos? Quando ela era de Goiás, ela não podia ter mais a concessão de 30 anos. Agora, com essa privatização, o que vai acontecer? Goiás, que sempre construiu a sua maior empresa, vai ficar com 49% de uma empresa negociada em condições extremamente difíceis e delicadas. A Eletrobras, que nada fez, vai ficar com 51% da venda das Centrais Elétricas de Goiás, e Goiás vai acumular todo um passivo da Celg – porque, quando a Eletrobras assumiu, impôs ao Estado que assumisse todo o passivo da Celg –, ao mesmo tempo com uma dívida de R\$5,2 bilhões.

Aí, Sr. Presidente, vem a medida provisória dizendo: vamos, então, indexar a dívida na variação do câmbio do dólar no dia 1º de janeiro de 2015. Eu disse: por que não dia 29 de setembro de 2010, quando o ex-Governador Marconi Perillo vetou o contrato que estava sendo feito com a Caixa Econômica Federal? Aí, ótimo, nós estaremos diminuindo mais a dívida da Celg. Aí, disseram: mas nós precisamos diminuir essas dificuldades da Celg, que são transitórias. Tudo bem. Então, vamos fazer o seguinte? É em benefício da Celg? É em benefício da Celg. Então, ótimo; tire a Celg do Plano Nacional de Privatização, e nós então votaremos essa medida provisória. Isso foi trabalhado.

Ora, Sr. Presidente, quando enfrentei essa dificuldade, eu contestei o Relator, Senador Eunício, alegando aquilo em que o Supremo já deu ganho de causa para nós hoje. Ou seja, a matéria tratava de assunto da Chesf.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Da Chesf.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – A 677, que não tinha nada a ver com Celg. Não se discutia esse assunto. Isso era o maior jabuti do mundo colocado dentro da medida provisória. Eu disse: como eu posso apresentar essas emendas se eu não sabia do texto anterior?

Aí o meu debate em plenário e também com o Ministro. E o Ministro disse a mim, no gabinete da Senadora Sandra: eu nunca fiz esse pedido ao Senador Eunício, da inclusão da Celg na 677. É verdade ou não é, Ministro?

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu disse a V. Exª que aquilo foi fruto de acordo, no plenário da 675, entre a Liderança do PMDB e os Deputados. Não foi o Ministério que pediu.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA – Foi um acordo feito entre Parlamentares, na 675, e alguns dos Parlamentares, inclusive, estavam aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Mas não houve acordo, porque acordo é feito quando o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Eu estou relatando...

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Só um minutinho. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou devolver a palavra a V. Exª, mas eu queria fazer um apelo.

Na realidade, esse assunto da Celg é um assunto estranho a esta audiência. V. Exª saiu. O Ministro Eduar-do Braga vai estar, no dia 26 de novembro, na Comissão de Infraestrutura do Senado e vai falar sobre a questão da política energética do Brasil onde é mais adequado e propício.

Mas eu vou devolver a palavra a V. Exª para V. Exª ser breve no sentido de concluir...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Mas eu não vou cansar o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Porque esse é um tema...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Eu já estou chegando ao fim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Esse é um tema que merece tempo para ser abordado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Está certo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – O Ministro já colocou aqui as razões, V. Exª está colocando as suas, e nós respeitamos a defesa que V. Exª está fazendo. O que nós não concordamos com a forma e com as expressões, que eu, de novo, apelo a V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Eu só quero concluir para responder a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Só quero concluir para responder a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – V. Exª, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia. A Assessora do Sr. Ministro é que foi lá me convidar. Ela é que foi lá, não fui eu, até porque eu não sabia que V. Exª viria aqui na data de hoje.

A Assessora dele é que foi lá, chegou lá, ao meu lado, e disse: “Senador, eu quero comunicar ao senhor que o Ministro está lá, para tratar do assunto”. Ora, qual é o assunto que eu tenho com o Sr. Ministro? É o assunto da Celg. Não fui eu que vim aqui. Eu posso identificá-la, não a estou vendo aqui, mas posso identificá-la.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Ela, certamente, convidou, até a meu pedido, não do Ministro, porque nós estávamos querendo avisar a todos os Senadores aqui mais próximos, para prestigiar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Não sei... Não sei se V. Exª...

Mas o que ela me disse é que ela estava convidando em nome do Ministro. Então, eu não vim de intruso. Eu vim de convidado. Certo? Eu vim de convidado. Isso é que é importante que seja dito.

Bom, então, para levar rapidamente esse assunto, Sr. Presidente, a tese foi essa. O Ministro me disse, dentro do gabinete da Senadora Sandra:

“Olha, este assunto não foi um pedido meu. Se fosse pedido meu, eu diria a você. Está certo?” Aí, eu disse a ele: “Não existe acordo feito na reunião da Comissão Mista.” Acordo em Comissão Mista é assim: V. Exª coloca a proposta, todos nós aqui concordamos ou não, coloca em votação, está decidido. Não existiu esse entendimento. Esse entendimento pode ter existido entre alguns Deputados ou Senadores, mas tudo bem, mas não foi um acordo da Comissão.

Então, é importante que seja dito isso.

Bom, quando V. Exª acabou de dizer isso, agradei a V. Exª e disse: “Muito obrigado. Estou descendo, então, para fazer um enfrentamento”, mas não de posição. Enfrentamento, porque apresentei proposta, apresentei que retroagisse o valor do dólar, apresentei proposta que a retirasse do Plano Nacional de Desestatização para que tivéssemos a continuidade das Centrais Elétricas.

Então, Sr. Presidente, a Celg está sendo colocada é para fazer caixa para o Governo, neste momento, e para o governo de Goiás. Ou seja, vende-se a Celg, repassa-se o dinheiro para a Eletrobras, 51%, 49%, vende a Celg a patamares irrisórios, ou seja, R\$6 bilhões ou R\$7 bilhões, e quem é o beneficiado da Medida Provisória nº 677? Quem é beneficiado é quem vai comprar a Celg, porque, se a Celg vai ser privatizada, quem vai pagar o diferencial? Quem vai pagar o diferencial é o Tesouro. O Tesouro não paga nada. Quem paga somos nós, brasileiros.

Então, quem vai pagar essa diminuição do dólar... não é em benefício de Goiás e nem da Celg não. Isso é em benefício de quem vai comprar a Celg. Esta é a verdade. Por quê? Por que Há tem a preocupação em diminuir esse valor...esse valor não vai desaparecer.

Esse valor, ao retroagir o dólar a 1º de janeiro, alguém vai ter que arcar com esse diferencial. Quem vai arcar com esse diferencial? Quem?

Alguém, que somos nós, brasileiros.

Agora, eu disse: “Se isso é para o bem de Goiás, ótimo. Agora, isso aí não, isto é para viabilizar a Celg, para ela ser mais apetitosa na hora da licitação”.

Então, este é o fato em si, que fica claro e expresso.

E, outra coisa, é só dizer a provocação de V. Exª.

Eu presidi a UDR com muito orgulho, Sr. Presidente, muito orgulho, até porque, se esse governinho ainda existe hoje, é porque o setor que defendo, e tenho orgulho dele, sustenta essa Nação que está aí, esse desgoverno que está instalado.

E, hoje, a situação toda, instalada no Brasil, é em decorrência de uma medida provisória populista, nº 579, que propôs à sociedade brasileira condições energéticas que não entregou.

V. Exª pode alegar: “Eu não era Ministro”. Tudo bem, mas V. Exª era Senador da República e deveria ter contestado, com a competência que tem que tem e o conhecimento profundo que tem da área de energia, a demagogia que foi a 579 e não deixar que a população brasileira fosse iludida e enganada.

Então, agora, voltando ao fato específico, é dizer a V. Exª uma coisa só: as coisas comigo são tratadas muito diretamente, com muito respeito. Se V. Exª buscar a fita, como ele disse que tem a fita, V. Exª vai ver que eu entrei aqui pedindo desculpas por chegar atrasado.

Fiz aqui um relatório, dizendo que os que me antecederam disseram que V. Exª fez uma exposição brilhante. E, ao formular as minhas perguntas, não foi só o fato de V. Exª olhar para o seu iPad aí, o seu iPhone, ou ir conversar com o Presidente. Foi a maneira, e a fita vai mostrar, a maneira de...

Quer dizer, é a expressão do total desrespeito com o colega esse gesto de desinteresse. Poxa, esse chato deve estar aqui voltando de novo para me falar de um assunto para o qual eu não estou nem aí, poxa, não é nem matéria.

Então, Sr. Presidente, quando eu me levantei – V. Exª vai buscar a fita –, disse: “então eu não vou formular nada.”, e saí. Certo? E saí. Não existiu nenhuma palavra agressiva minha até eu sair daqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador, eu só quero que V. Exª autorize a retirar as palavras agressivas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Para concluir, para concluir. Quando eu cheguei à altura de V. Exª, ele disse, dirigiu-se a mim e falou: “seu desequilibrado”. Então, se ele se retratar do “desequilibrado”, eu vou me retratar das outras palavras, aí, sim, conjuntamente. Do contrário, eu não vou admitir esse tipo de coação, porque o que eu disse a ele é que ele estava me desrespeitando, não houve nenhuma palavra agressiva. Quando eu estava saindo ele disse a mim: “desequilibrado”, e foi o momento em que voltei.

Então, a fita vai deixar claro isso e, como tal, Sr. Presidente, se ele quiser se retratar do “desequilibrado”, eu vou me retratar do restante. Matéria encerrada, e é desta maneira.

Em relação ao que foi deliberado, respeito a decisão do que foi deliberado e vou fazer a minha defesa. Agora, eu simplesmente me desculpar diante de um processo em que eu me exaltei, mas dentro da prerrogativa de Senador e sem ter quebrado o decoro. Eu disse: “nego-me então a continuar a pergunta.”. Isso foi o que ocorreu. Agora, quando eu estava saindo, ele me insultou com a palavra “desequilibrado”. E, aí, lógico, ele não podia também esperar que, depois dessa palavra, eu viesse a tratá-lo...

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Pois não, Sr. Governador, pois não Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu lamento, mas eu quero dizer a V. Exª que o seu comportamento – quero dizer agora na presença de V. Exª o que disse na ausência – foi deplorável.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Certo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Não há nenhum termo de comparação entre o que o Senador e Ministro Eduardo Braga disse e o que V. Exª disse aqui na presença de todos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Eu ser insultado de desequilibrado?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – V. Exª foi inteiramente aético.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Mas aético como? ele me tratou com ética?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Aético; V. Exª inclusive partiu para a agressão física.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Não foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Foi, sim; foi, sim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Que dia aconteceu isso?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Aqui, está filmado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu gostaria de fazer uma proposta aqui, é a última que faço para encerrar esta audiência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – V. Exª autoriza esta Presidência a examinar as notas taquigráficas e a analisar toda a gravação, e V. Exª já deixa previamente autorizado. Se confirmadas as agressões de que todos aqui foram testemunhas, V. Exª está se retratando e retirando essas agressões para encerrarmos isso, e o Ministro pode aceitar, como ele ofereceu na sua fala.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Mas eu quero que V. Exª acrescente só uma vírgula; vírgula.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Sim, eu serei o árbitro, eu quero que V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Se durante toda a minha reação aqui, durante toda a minha reação aqui não houve nenhuma palavra que desabonasse ou desrespeitasse eticamente o decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Houve, houve, sentado aí.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Não, foi após.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Sentado aí, V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Peça as notas taquigráficas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Por isso eu estou pedindo, por isso eu estou pedindo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Tudo bem. A palavra que me...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco/DEM - GO) – Senador Caiado, eu só quero que V. Exª deposite a confiança nesta Presidência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Se confirmadas aqui as ofensas que foram testemunhadas por todos, V. Exª está autorizando esta Presidência a retirá-las das notas taquigráficas e a apresentar ao Ministro de Estado Eduardo Braga as suas escusas pelos excessos verbais cometidos. Estamos de acordo?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – E que ele apresente a mim as escusas à palavra “desequilibrado”.

O SR. EDUARDO BRAGA (*Fora do microfone.*) – Como consequência...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Se eventualmente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Com o “desequilibrado” dele, eu retiro as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado. Então eu agradeço a compreensão do Senador Ronaldo Caiado.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Ministro de Estado Eduardo Braga pela sua presença nesta Comissão e dizer que nós estamos na expectativa de uma nova visita na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Tenho absoluta certeza de que, através da leitura atenta das notas e das imagens, nós haveremos de chegar a um bom termo nesse episódio que queremos virar. Como bem falou o Senador Garibaldi Alves, foi um momento deplorável que não deveríamos ter testemunhado aqui nesta Comissão.

Muito obrigado a todos, encerramos esta audiência. Obrigado.

Estamos aprovando a ata da presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e um minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Sandra Braga, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra, Regina Souza e Lídice da Mata; e das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Iracema Portella, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Flávia Moraes, Jean Wyllys, Delegado Edson Moreira e Benedita da Silva. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Garibaldi Alves Filho, e as Deputadas Professora Marcivânia e Gorete Pereira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à apresentação de pesquisa do DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e à apresentação do plano de trabalho. A Presidência comunica que por acordo dos parlamentares presentes a apresentação da pesquisa será realizada na próxima reunião da Comissão. A Presidência informa que o Plano de Trabalho apresentado pela Relatora, Luizianne Lins, foi apresentado e discutido na reunião anterior. Colocado em votação, o Plano de Trabalho é aprovado. A Presidente comunica que há vários requerimentos sobre a mesa e procede à leitura dos Requerimentos nºs 19 e 20, de 2015, itens nºs 1 e 2 da pauta, de autoria da Senadora Vanessa Graziottin e da Deputada Luizianne Lins, respectivamente. Colocado em votação, são aprovados os Requerimentos nºs 19 e 20, de 2015. A Presidência passa à leitura do Requerimento nº 22 de 2015, item nº 4 da pauta, de autoria do Deputado Jean Wyllys. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 22 de 2015. A Presidência faz a leitura do requerimento nº 24 de 2015, item nº 6 da pauta, de autoria da Deputada Tia Eron. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 24 de 2015. Usam da palavra as seguintes parlamentares: Senadora Regina Souza, Deputado Jean Wyllys, Deputada Benedita da Silva e Deputada Luizianne Lins. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora SIMONE TEBET
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Havendo número legal, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apresentação de pesquisa do DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e à apresentação do plano de trabalho dos requerimentos apresentados.

Por acordo das Srªs Senadoras, das Srªs Deputadas e do Sr. Deputado, houve um consenso de que ficará para a próxima reunião a apresentação mais detalhada da pesquisa do DataSenado. Então, a pesquisa será apresentada no dia 25, no horário normal.

Nós passaremos, imediatamente, aproveitando o quórum, para a apreciação do plano de trabalho, que já foi apresentado e discutido na semana do dia 7 de julho 2014. Lembrando que se trata do plano de trabalho apresentado pela nossa querida Relatora, Deputada Federal Luizianne Lins.

Também por consenso, colocaremos já em votação, mas discutiremos nas próximas reuniões. Podemos aditar, inclusive, o plano de trabalho, num compromisso desta Presidência, da Vice-Presidente e da Relatora de, no dia 25, também trazer o cronograma de trabalho, baseado no plano que será aprovado nesta reunião.

Então, eu coloco, neste momento, em votação o plano de trabalho apresentado pela Relatora, Deputada Federal Luizianne Lins.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas e o Sr. Deputado que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras que concordam com o plano de trabalho apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Nós passaremos, agora, como última etapa desta reunião da Comissão, à apreciação dos requerimentos que se encontram sobre a mesa.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 19, de 2015**
- Não terminativo -

Requer o aditamento do Requerimento nº 16, de autoria da Deputada Iracema Portella, para que a diligência no município de Castelo - PI se estenda ao município de Baturité- CE.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 20, de 2015**
- Não terminativo -

Requer o aditamento do Requerimento nº 16, de autoria da Deputada Iracema Portella, para que a diligência no município de Castelo - PI se estenda ao Estado do Ceará.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Os requerimentos, de autoria da nossa Relatora, Deputada Luizianne, e da Senadora Vanessa Grazziotin, com fundamento nos termos regimentais, solicitam a realização, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de uma audiência pública desta Comissão, para debater as políticas públicas de Combate à violência contra a mulher naquele Estado. Considerando o Requerimento nº 16, de 2015, desta Comissão, de autoria da Deputada Iracema Portella, aprovado em 1º de julho de 2015, cujo objetivo fora a criação do grupo permanente designado a realizar diligências no Município de Castelo, Piauí, a fim de levantar informações sobre o caso de estupro coletivo ocorrido na localidade, requer a proponente, nos termos regimentais, o aditamento da referida proposição, para que a diligência em comento se estenda ao Estado do Ceará, haja vista que os demais casos de violência contra mulher e crimes com as mesmas características também existem no referido Estado.

Eu pergunto à proponente se quer justificar ou se podemos colocar em votação.

Então, em votação o requerimento da Deputada Luizianne e da Senadora Vanessa Grazziotin, que também faz referência ao requerimento da Deputada Iracema Portella, que foi aprovado no dia 1º de julho de 2015.

O requerimento da Senadora Vanessa também tem o objetivo de criar um grupo parlamentar designado a realizar diligências no Município de Castelo, no Piauí, a fim também de fazer o levantamento das informações sobre aquele caso daquele estupro coletivo ocorrido na localidade.

Em discussão e votação pela Câmara de Deputados.

As Srs Deputadas e o Sr. Deputado que concordam com os referidos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em discussão e votação pelo Senado Federal.

Para discutir, a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidenta, eu queria fazer só um comentário rápido.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Esse requerimento da Deputada Iracema, que tinha sido, inclusive, também assinado por mim, complementado, era para ter a diligência esta semana. Aí, pela dificuldade de Deputadas e Senadoras irem – só havia eu, ela e Luizianne –, nós resolvemos adiar. Então, agora aprovamos e já fazemos os dois Estados juntos, em nova data a ser marcada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Regina, pelos esclarecimentos.

Então, continua em votação pelo Senado Federal. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação pelo Senado Federal.

As Sras Senadoras que concordam com os referidos requerimentos permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Vamos buscar uma data em que possamos levar o máximo possível de Sras Senadoras e Deputadas para as referidas diligências.

Em discussão e votação o Requerimento nº 22, de 2015, de autoria do Deputado Jean Wyllys.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 22, de 2015 - Não terminativo -

Requer, que a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher designe comissão entre seus membros para realizar diligência in loco, na cidade de Cavalcante - GO, com a finalidade de apurar os casos de exploração sexual contra crianças do povo Kalunga.

Autoria: Deputado Jean Wyllys

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Na sua justificativa, fala a respeito das notícias publicadas por diversos órgãos da imprensa, denunciando o uso de meninas calungas como escravas sexuais.

As vítimas entra 10 e 14 anos têm como algozes homens brancos e influentes de Cavalcante que, embora com prisões requeridas, se encontram em liberdade pela demora da Justiça local.

O presente requerimento tem por finalidade a constituição de diligência desta Comissão para apurar *in loco* o andamento das investigações.

Coloco em discussão na Câmara dos Deputados.

Com a palavra, o autor do requerimento, Deputado Jean Wyllys.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Não, Srª Presidenta, é só para dizer que se pudermos já aprovar, porque acho que não tem nem o que discutir. São fatos urgentes que nós, como Parlamento, e esta Comissão, como destinada a investigar e pensar políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, cheguemos à Cavalcante, que não é tão distante daqui, porque esse caso combina exploração sexual com exploração de mão de obra doméstica também, que é um caso muito grave.

É importante que a gente ouça as autoridades locais, as famílias das vítimas.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Srª Presidenta, eu não quero discutir, apenas referendar, porque recebi essa denúncia, em meu gabinete. Na quinta-feira, alguém foi ao gabinete e deixou comigo. Então, esse requerimento vai merecer, sem dúvida nenhuma, o nosso apoio.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço, Deputada Benedita. Acho que algumas Deputadas querem subscrever. Solicito, portanto, a autorização para o autor do requerimento.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Total.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por se tratar de uma cidade próxima, Deputado, vamos tentar mobilizar o máximo possível de membros desta Comissão. Poderemos ir e voltar no mesmo dia. Acho que é importante. Poderia até ser uma forma de a Comissão, como um todo, estar presente. Mostrar para o País que o Congresso Nacional tem uma Comissão Mista que vai estar atenta, com olhares muito abertos, e pronta para não só cumprir diligências, mas poder também levar adiante, junto às autoridades competentes, principalmente na parte de repressão, qualquer tipo de crime dessa natureza, principalmente quando envolve crianças e adolescentes.

Continua em discussão o referido requerimento.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Ótimo. Eu gostaria de sugerir que a Comissão considerasse que todos os seus membros integrantes subscrevessem esse requerimento. Vai dar um peso muito maior.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada pela gentileza, Deputado Jean Wyllys. Nós ficamos honradas de poder todas nós assinarmos esse requerimento como coautoras.

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e o Sr. Deputado que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As S^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Último requerimento sobre a mesa.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 24, de 2015 - Não terminativo -

Requer que o senhor Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SAFERNET BRASIL, seja convidado para participar de Audiência Pública para debater o PL 5.555/2013, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Autoria: Deputada Tia Eron

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Requerimento da Deputada Tia Eron, subscrito pela Deputada Moema Gramacho.

Justificativa.

É cediço que os meios de comunicação hodiernamente disseminaram-se espantosamente. De modo que uma informação publicada no recanto mais longínquo pode, em poucos instantes, propagar-se por todo o Planeta. O que é um grande avanço tecnológico e desenvolvimento pode tomar proporções igualmente danosas, quando se trata de cometimento de crimes por meio tecnológico, notadamente da internet, suas mídias ou redes sociais.

É justamente esse o objeto de que trata o PL nº 5.553, de 2013, que cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na internet ou em outros meios de propagação da informação.

Por mais que tenhamos elogios à Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, que representa importante e indispensável marco nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher, tal norma, como todas as demais, precisam ser atualizadas para acompanhar os avanços e mudanças da sociedade.

Portanto, temos a justa causa para ouvir o que pensa o Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil.

Pelo exposto, requeiro a V. Ex^a que seja convidado, a fim de comparecer a esta Comissão onde discorrerá sobre o PL nº 5.553 de 2013.

Coloco em discussão o referido requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As S^{as} Deputadas e Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado pela Câmara.

Em votação no Senado Federal.

As S^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Não há mais requerimentos sobre a mesa.

Antes de encerrar esta reunião, passo a palavra a nossa Relatora, a Deputada Luizianne Lins.

A SR^a LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr^a Presidente, S^{as} Deputadas, Deputados, é bem rápido, eu queria só dar mais ou menos uma informação de como é que está sendo o procedimento de votação de encaminhamento do processo desse plano de trabalho.

Foi apresentado aqui de forma detalhada; outras Deputadas aqui presentes puderam já agregar várias ideias, já fizemos uma nova proposta, que foi aprovada. Portanto, qual é o próximo passo? A gente vai, agora, pegar as ações que foram aprovadas, os programas, as diligências e a gente vai “calendarizar” para tirar um plano de trabalho de forma organizada até o final deste ano. Nós vamos trabalhar com seis meses de horizonte, então, quem tiver uma data específica – viu, Regina? – que a gente já pode procurar, já ver quem é que pode ir para o Piauí além de nós três, quem é que pode reforçar outros lugares, lá no Ceará. Então, a gente já vai “calendarizar”, para que a gente já se organize, já tendo em vista que o calendário de todo mundo aqui é

uma loucura, a gente consiga a diligência também que foi aprovada do Deputado Jean Wyllys, de São Paulo. A gente precisa, agora, colocar isso no papel e marcar datas para que a gente se organize.

E a segunda informação é o seguinte: as Deputados estão convidado para, amanhã, a partir das 16h, irmos ao Senado Federal reforçar a votação que as Senadoras vão fazer em relação à questão das cotas. Então, já estamos combinando com as Deputadas, nós vamos esvaziar o plenário e vamos todos nos dirigir ao Senado para que a gente reforce e possa lá estar saudando as Senadoras, quando nós, se Deus quiser, aprovarmos as costas lá no Senado.

Então, é isso. Todas estão bem-vindas para “calendarizar” agora, marcar data, poder se organizar, e a gente poder fazer um plano de trabalho participativo com todo mundo que quiser ir às diligências.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Luizianne.

Reforçando, portanto, que amanhã, às 16h, nós estaremos prontas para votar, e, se tudo der certo, e vai dar, nós vamos aprovar a PEC que garantirá a participação mínima de 10% na próxima eleição geral já de cadeiras destinadas às mulheres no Legislativo no sistema proporcional. E, depois, na próxima eleição, 12%, finalizando com 16%. Gostaríamos muito que pudessem se mobilizar, nós estamos com uma camiseta “Mais Mulheres na Política” à disposição na Procuradoria da Mulher, seria interessante virmos todas devidamente uniformizadas.

E, antes de encerrar, gostaria de informar os nossos telespectadores, a todos os ouvintes também da Rádio Senado, que os dados da pesquisa do DataSenado estarão disponíveis no *site* do DataSenado, e o endereço eletrônico é www.datasenado.leg.br. Então, quem quiser ter mais informações, os dados estarão completos nesse *site*.

Aproveito para agradecer, ainda há algumas mulheres, as quase 20 mulheres presentes do Fórum Nacional Instâncias de Mulheres de partidos políticos. Quero agradecer imensamente a presença.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata desta reunião.

As S^{as} Deputadas e Sr. Deputado que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As S^{as} Senadoras que concordam com a referida ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, não sem antes agradecer muito a presença de todos.

(Iniciada às 15 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e vinte e um minutos do dia oito de setembro de dois mil e quinze, no Plenário número seis da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Sandra Braga, Angela Portela, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Regina Souza; e das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Raquel Muniz, Delegado Edson Moreira, Dâmina Pereira, Benedita da Silva, Keiko Ota e Flávia Moraes. Deixam de comparecer os demais membros. Registra-se presença de Parlamentar não membro da Comissão, a Deputada Jô Moraes. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião e passa a palavra ao Analista de pesquisa de opinião do DataSenado, Thiago Cortez Costa, para apresentação da pesquisa sobre Violência Familiar e Doméstica Contra a Mulher. Em seguida, a Presidente passa a palavra à Senadora Vanessa Graziotin, Procuradora Especial da Mulher no Senado do Federal, para o lançamento da Cartilha “Lei Maria da Penha - Perguntas e Respostas”. Usam da palavra as seguintes parlamentares: Senadora Marta Suplicy, Deputado Delegado Edson Moreira, Deputada Carmen Zanotto, Deputada Christiane de Souza Yared, Deputada Benedita da Silva, Deputada Jô Moraes e Deputada Conceição Sampaio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

A presente reunião destina-se ao lançamento da cartilha da Lei Maria da Penha, apresentação da pesquisa do DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e apreciação dos requerimentos apresentados.

Nós vamos inverter a pauta e dar início aos trabalhos com a apresentação do Sr. Thiago Cortez Costa, analista de pesquisa de opinião do DataSenado, para exposição da pesquisa, em função de a Procuradora Especial da Mulher do Senado, Senadora Vanessa Grazziotin, estar, neste momento, no plenário, fazendo um pronunciamento. Então, vamos inverter a ordem dos trabalhos. O Sr. Thiago tem, num primeiro momento, de dez a quinze minutos para a exposição. E abriremos, rapidamente, às perguntas dos Srs. Parlamentares e das Sras Parlamentares que se fazem aqui presentes, antes de passarmos para a segunda fase, que é o lançamento da cartilha da Lei Maria da Penha.

Com a palavra, o Sr. Thiago Cortez da Costa.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Primeiramente, eu queria agradecer a honra de falar à Comissão, a convite da Presidente, a Senadora Simone Tebet, e cumprimentar, ao mesmo momento, os demais Parlamentares que aqui se encontram; a Diretora de Transparência, Elga; a Tânia, que trabalha conosco; e os demais presentes.

Como anunciado, eu sou Thiago Cortez, eu trabalho no DataSenado, que é o instituto de pesquisas daqui, do Senado. Nós fazemos pesquisas de opinião. O instituto foi fundado em dezembro de 2004, e, logo no início de 2005, fizemos, pela primeira vez, uma pesquisa sobre violência doméstica, para ver a situação das mulheres brasileiras com relação a essa questão, antes mesmo que a lei fosse votada e aprovada aqui, no Congresso. Pudemos avaliar, desde o início, como vem se comportando essa situação do País.

Tendo feito essa pesquisa desde 2005, já completamos dez anos de sua primeira edição. A pesquisa é feita bianualmente, ou seja, a cada dois anos, repetimos uma nova edição. Assim, pudemos compor uma série histórica que fez com que pudéssemos acompanhar a evolução da situação da mulher com relação à violência doméstica e familiar.

Neste ano, já fizemos a sexta edição da pesquisa. Coletamos os dados de 24 de junho a 7 de julho de 2015. A pesquisa é feita exclusivamente com mulheres com 16 anos ou mais, com acesso a telefone fixo. O objetivo principal é conhecer a opinião do público, das mulheres brasileiras sobre assuntos relacionados à violência doméstica e à Lei Maria da Penha. Responderam à pesquisa 1.102 pessoas, que foram selecionadas com base numa amostra probabilística. Dessa forma, temos um nível de confiança de 95% e a margem de erro de

três pontos percentuais, para mais ou para menos. Foram entrevistadas pessoas de todos os Estados brasileiros, inclusive as capitais.

Os dados da pesquisa permitiram que fosse traçado um panorama geral da situação das mulheres no País. Há alguns dados positivos e outros dados que nos preocupam. Em primeiro lugar, todas as brasileiras já ouviram falar da Lei Maria da Penha. Na edição, tínhamos constatado que 98% delas já conheciam a lei. Hoje, podemos afirmar que todas a conhecem.

Esse é um dado importante porque mostra que a Lei Maria da Penha pegou. Não é uma lei, como costumam falar, que não pega, que fica no papel. Essa lei é bastante conhecida pela população e teve um impacto positivo, tanto no comportamento dos homens que cometem agressão, quanto na sensação de proteção da mulher.

Então, 56% dos entrevistados conhecem uma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar e 56% das mulheres se sentem mais protegidas com a Lei Maria da Penha; 83% das mulheres procurariam uma delegacia comum ou da mulher para relatar uma agressão que testemunhassem; 19% das mulheres acima de 16 anos já sofreram agressão por homem conhecido – isso significa aproximadamente 13 milhões de mulheres, é uma cifra bem grande, que nos dá a dimensão do tamanho desse problema social no País; 26% das vítimas ainda convivem com o agressor e 14% – cerca de 700 mil mulheres – continuam sofrendo agressões. O marido ou companheiro responde por 73% dos casos. Isso é uma expectativa que a gente já possuía mesmo antes de começar a fazer a pesquisa e que veio a se confirmar, com a constatação de que o marido ou companheiro é o principal agressor. Em 66% dos casos, o tipo de violência cometida é a violência física.

Os principais motivos relatados, na percepção da vítima, para a agressão que elas sofreram foram ciúmes e uso do álcool. Delas, 28% chegaram a denunciar em delegacias comuns ou especializadas. Então, do total de mulheres, 83% procurariam fazer uma denúncia caso testemunhassem uma agressão, mas, dentre as vítimas, apenas 28% procuraram essa via para fazer a denúncia formal. Vinte e um por cento das vítimas não fizeram nada em relação à última agressão sofrida; 20% procuraram ajuda da família; 7% procuraram igreja e 6% buscaram ajuda entre seus amigos; 14% relataram ter feito alguma outra coisa com relação à violência sofrida.

O resultado desse panorama é que 68% das vítimas buscaram fazer alguma coisa alternativa que não seja a denúncia formal junto à autoridade policial ou não fizeram nada. Dentre as que procuraram o atendimento na delegacia, o atendimento foi avaliado como ótimo ou bom em 48% dos casos, e 38% avaliaram como ruim ou péssimo.

Para explicar o porquê de poucas mulheres buscarem, ou de haver essa tendência de não procurar a autoridade policial, a gente tem o dado de que 67% das mulheres acham que o fato de a vítima não poder retirar a queixa na delegacia faz com que a mulher deixe de fazer a denúncia. Então, essa foi uma alteração que foi feita posteriormente na lei e que talvez esteja prejudicando sua eficácia. De repente, seria o momento de repensar essa alteração.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Poderíamos já fazer algumas perguntas?

Essa decisão foi tomada, provavelmente, em virtude de alguma pesquisa quanto a mulheres que retiraram também queixa ou que gostariam de retirar queixa, por isso devem ter ampliado a rigidez da lei, não é? Já vi o relatório anteriormente, e acho que aí é uma discussão talvez das mais importantes sobre a qual nos debruçar, Senadora Simone, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Senadora Marta.

Até, aliás, se me permitir, já aproveitando, eu gostaria de convidar para compor a Mesa nossa Procuradora Especial da Mulher no Senado, Senadora Vanessa Grazziotin, até porque, em seguida, ela fará a apresentação da cartilha da Lei Maria da Penha, que ficou muito bonita.

Quero fazer uma retificação: a Agência Senado divulgou que a cartilha tinha sido elaborada pela Comissão Mista, mas, na realidade, foi um trabalho primoroso da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Câmara e nós, da Comissão, apenas entramos aqui como coadjuvantes. Então, fazemos essa correção. Não fomos nós as autoras do erro, mas fazemos essa retificação.

Aproveitando a ponderação muito sábia e oportuna da Senadora Marta Suplicy, eu havia comentado também com a Senadora Vanessa Grazziotin – essa vai ter que ser uma questão para a semana que vem, Deputadas Carmen, Cris e Deputado Delegado – a questão de nós unificarmos as audiências públicas relacionadas à repressão. Nós temos pelo menos três audiências públicas solicitadas, inclusive, duas delas com a vinda de Ministro, uma da Senadora Vanessa, outra da Deputada Keiko e eu não me lembro da terceira; eu acho que da Deputada Moema, em relação a uma questão muito específica da Bahia, de nós podermos tratar a questão da repressão de forma especial. No plenário do Senado, num dia determinado pela Comissão, faríamos todas as três audiências numa só, ouvindo os questionamentos dos Senadores e dos Deputados que compõem esta

Comissão para que nós pudéssemos fazer um amplo debate, inclusive, a partir daí, entrando nesse ponto avaliado pelo DataSenado e muito bem auscultado pela Senadora Marta Suplicy.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Deixe-me fazer uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro. Com a palavra, o Deputado Delegado Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Tenho 35 anos de carreira, sempre lidando com o problema das mulheres. As mulheres, num primeiro momento, pensam que devem fazer a representação, vão à delegacia e, no dia seguinte, pedem para retirar. Com o advento de não poder mais retirar a queixa, elas param de denunciar. Mas nos rincões – você deve ter feito a pesquisa na cidade grande, em alguma cidade mais crescida –, nos rincões, 70% não fazem a denúncia porque não querem perder o marido, porque acham que o marido, o companheiro é quem protege a casa. Agora, em cidades que têm de 50 mil habitantes para cima, a situação já é diferente. Mas, nas cidades pequenas, no Nordeste, lá no Norte, é diferente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Daí por que nós vamos ter que realmente nos debruçar em relação a essa questão com muita atenção. Nós não podemos também admitir retrocesso, se é que haverá, numa alteração da lei, mas temos que trazer autoridades, pessoas envolvidas em todos os segmentos para podermos discutir essa questão, que é um ponto apreciado.

Não podemos esquecer, foi um fato também mencionado aqui e eu não sei se ele vai abordar, mas tem relação, que das mulheres agredidas, a maioria delas, principalmente em casos de reincidência, tem apenas o ensino fundamental. A pesquisa mostra que as que têm ensino superior são menos agredidas, não sei se é porque de fato são menos agredidas ou porque, além de denunciarem, elas rompem mais rapidamente esse ciclo de violência.

Com a palavra, a Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, Senadora Simone.

Gostei da sua proposta de unificar. Eu acho que a gente ganha em qualidade ouvindo todas as autoridades da área.

Com relação a algumas mulheres relatarem a questão da não mais retirada da queixa, nós temos que lembrar que esse conjunto de mulheres normalmente é hipossuficiente economicamente. Os homens são os provedores ainda. E o Estado ainda não está garantindo espaço seguro a elas para que possam efetivamente se afastar do lar. Então, nos locais onde elas não têm para onde ir, só têm um local de retorno que é a própria casa onde ela foi vítima de agressão.

Então, quando falamos do fundo para políticas de violência contra a mulher, quando falamos das casas de apoio, nós estamos falando dos espaços vão acolher essas mulheres. É nisso que precisa avançar a lei. O debate vai nos mostrar isso, ouvindo a experiência do nosso colega Deputado Delegado Edson, que é o outro lado, e ouvir o outro lado sempre é muito importante. Na saúde – eu já tive a experiência de ser enfermeira assistencial, enfermeira de UTI e gestora –, a gente sabe o que é estar nos vários lados de um problema. É importante ouvir as autoridades que recebem essas mulheres no primeiro momento e no segundo momento, quando elas vão lá pedindo para retirar, para que a gente possa implementar as políticas públicas.

Eu acho que retroceder na legislação, neste primeiro momento, é um pouco temerário. Mas a gente precisa ouvir, para formar uma opinião melhor sobre essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

Com a palavra, a Deputada Christiane, por favor.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PTN - PR) – Sem dúvida nenhuma, o avanço é visível, não é? Nós estamos avançando, conquistando espaços e dando a essas mulheres o direito de colocar a sua voz, que é o que nós não víamos antes.

Então, mesmo com todos os problemas, sabemos que avançar é muito difícil na situação em que o País se encontra, mas o trabalho de nós que estamos aqui, mulheres principalmente, lutando por essas vidas, é espetacular.

Então, eu acredito que a tendência é, sim, nós conquistarmos cada vez mais espaços para essas mulheres. Lógico que a luta não terá fim, mas é um trabalho louvável!

Meus parabéns! Meus parabéns a essas mulheres Senadoras poderosas que têm representado a mulher brasileira!

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Parabéns a todas nós, Deputada!

Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Senadora, acho que a sua intervenção foi muito a propósito. E a do Delegado acho que também retificou exatamente isso. Mas o assunto é muito complexo. Inclusive, eu lembrei uma ilustração de 30 anos atrás, mas, veja, Delegado – aliás, Deputado hoje, mas a sua experiência de

Delegado está ajudando na discussão –, como as coisas mudaram, e não mudam nos rincões do País. Eu me lembro, nas cartas que lia na *TV Mulher*, de uma moça que disse...

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Assisti muito.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pois é. Uma moça mandou uma carta dizendo: “Meu marido arrancou a minha orelha!” Eu lembro que era do interior de algum Estado do Nordeste, mas não lembro qual. E, aí, eu respondi, na minha imaturidade, que ela saísse de casa e tal – imaginem: se hoje é assim, e trinta anos atrás? –, falasse com ele, fosse fazer queixa, e tudo. Aí, ela me respondeu dizendo assim: “Se eu for fazer isso, eu corro um risco muito sério: ele tira a minha outra orelha!” Olha, parece piada, mas é mais ou menos isso.

Então, eu acho que o que foi levantado pelas duas Deputadas procede: enquanto autonomia não existir, nós não vamos ter a mulher conseguindo fazer a queixa e manter a queixa. E talvez seja – e, aí, é uma interrogação – interessante deixar fazer a queixa, até para, se quiser retirar a queixa, porque vai apanhar como a mulher da orelha, talvez, diminua na própria cultura a possibilidade, porque vai saber que existe uma possibilidade de haver um inquérito, não é?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Ou aumenta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Como assim?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Foi o caso da cabeleireira Maria Islaine que foi assassinada com nove tiros e o mundo todo fez....

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Abriu-se o inquérito...

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Não, houve inquérito. Foram 18 medidas protetivas, e ela foi assassinada assim mesmo pelo borracheiro.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – É, esse é um exemplo trágico. Mas para esse exemplo trágico, quantas outras...

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG. *Fora do microfone.*) – Houve a Eliza Samudio, também.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – ... quantas outras vidas não foram preservadas? É exatamente a isso que a Senadora Simone estava se referindo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que, realmente, essa é uma questão ou uma das grandes questões a serem tratadas por essa Comissão. Eu agradeço a sensibilidade da Senadora Marta, acho que levantou em muito boa hora a questão. Se nós conseguirmos avançar apenas nesse quesito, a pesquisa do DataSenado já terá sido de grande valia, não é? E ela é primorosa porque ela traz elementos que dão suporte para uma audiência pública ser realizada aqui nesse teor, inclusive com dados do passado, que eu vou repetir aqui: os principais motivos para não denunciar, Senadora Marta e Deputado Delegado Moreira: 74%, por medo do agressor. Aqui, claro, dá mais de 100%, porque eles apontam mais de uma causa. Os motivos para não denunciar: 74%, por medo do agressor; 36%, dependência financeira – então, temos um terço, mesmo, que não denuncia porque tem essa dependência financeira –; 34% têm a preocupação por conta da família e dos filhos; 30%, por descrença na punição; e 30%, vergonha. Então, apontam mais de um motivo.

Eu acho que isso aqui dá um bom suporte para pensarmos uma audiência pública, trazendo autoridades de todos os setores, não só do Executivo, não só do setor repressivo, mas da assistência e da prevenção, para que nós possamos fazer uma audiência pública que possa, no mínimo, esclarecer algumas dúvidas em relação a essa questão da Lei Maria da Penha.

Eu vou pedir desculpas, pois vou dar aqui a palavra, novamente, para o Sr. Thiago, mas, no final da exposição, vai estar aberta aos questionamentos de todas as Srªs e Srs. Deputados e Senadores aqui presentes.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Obrigado, novamente. Eu agradeço os comentários e os elogios, também, à pesquisa.

Primeiramente, a gente começa a pesquisa com uma pergunta que a gente chama de “quebra-gelo”, uma pergunta que introduz o tema para o respondente se sentir mais à vontade para responder depois a perguntas mais graves. Então, a primeira pergunta é se a mulher se sente respeitada no Brasil. Cresce a sensação de desrespeito. Da edição de 2013 para a de 2015, cresceu a sensação de que a mulher não é respeitada.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – É, mas aí eu gostaria de fazer outra intervenção. Eu acho que, aí, nós temos um ingrediente novo, gente, que é nós termos uma Presidente mulher, que tem sido continuamente desrespeitada. Isso pode ter afetado a pesquisa. Certamente! Porque eu estava pensando outro dia: nós temos uma figura de Presidência que acho que, em todo país do mundo, é uma figura importante. Mesmo quem é contra sabe que existe um respeito ao papel de um presidente da república. E o papel, aqui, da Presidência, em virtude das circunstâncias todas e também por ser agora ocupada por uma mulher, tem sido continuamente desrespeitado com charges horrorosas. Olhem, eu acho que existe uma possibilidade enorme de não ter nada a ver com mulher em geral, mas tem tudo a ver com mulher, porque isso implica, na hora em que o símbolo máximo do País é uma mulher e é desrespeitada desse jeito, que todas nós possamos ser des-

respeitadas e isso seja normal. Essa é uma questão também para que a posição nossa seja muito firme como Comissão. A Senadora sabe disso e tem feito esses pronunciamentos.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Sim, concordo que existe o efeito simbólico: haver uma mulher na Presidência tem um efeito simbólico muito grande e que altera, inclusive, a probabilidade de as mulheres votarem ou de as pessoas, os eleitores em geral, votarem em mais mulheres. Então, o efeito simbólico de termos uma mulher na Presidência certamente causa essa alteração nos dados, dentre outras possíveis explicações.

Na sequência, a gente pergunta sobre a sensação de proteção com relação à Lei Maria da Penha. Depois que a lei foi sancionada, a gente tem a série histórica de como se comportou a sensação do respeito à mulher. Iniciamos com 60% – quando essa pergunta foi feita pela primeira vez, em 2011 –, subindo, em 2013, para 66% e caindo um pouco, agora, em 2015. Então, de qualquer forma, a maioria das mulheres ainda se sente mais protegida pela existência da lei – o que é um fato positivo –, mas a gente se pergunta os porquês de ter havido essa diminuição nos últimos anos.

Uma possível explicação é a escalada da violência geral. A segurança pública tem apresentado números crescentes de casos de violências várias, das taxas de homicídios, das agressões junto a assaltos. Então, são outras informações que, talvez, nos ajudem a compreender a queda na sensação de proteção. E não necessariamente, especificamente, pela aplicação da Lei Maria da Penha. Tanto é que, na sequência, quando a gente pergunta se a violência doméstica e familiar contra a mulher está aumentando, o número das que acham que tem aumentado é o mesmo; não variou em relação ao ano passado.

O número é grande, mas está relacionado com a ampla divulgação que esses casos de violência contra a mulher têm tido na mídia. Quando formos olhar os outros gráficos, vamos ver que o percentual de mulheres que sofreram agressão se mantém o mesmo, mas a sensação de que a violência tem aumentado continua grande. Então, está vinculado a esse número o efeito de divulgação que a mídia tem feito, tem causado ao mostrar os casos de violência. Há um efeito importante, porque ajuda a população a tomar conhecimento e consciência do problema e ajuda, inclusive, a divulgar a lei.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Posso ter a palavra, Srª Presidente?

Acho que provavelmente esse efeito é verdadeiro, mas seria muito interessante se pegássemos pesquisas bem anteriores, porque eu lembro que, quando a mulher começou a perceber que ela poderia retrucar – e estou falando de 30 anos atrás –, não me lembro de em que ano isso aconteceu, num determinado momento, houve um aumento enorme de casos de agressão. Por quê? Porque a mulher apanhava e ficava quieta. Ela era desprezada, maltratada, humilhada e ficava quieta. No início do programa TV Mulher, houve um impacto muito grande no aumento de violência. Não entendíamos por quê. Era simplesmente porque a mulher começou a responder, simplesmente isso.

Não sei quanto isto tem a ver: por exemplo, se formos analisar por classe social, por autonomia financeira, pode haver relações muito interessantes, sobre as quais podemos nos aprofundar.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Temos de fazer, aproveitando a fala da Senadora Marta Suplicy, um agradecimento muito especial à mídia em geral. Não estamos falando só da escrita e falada, mas da televisionada e da internet. Antes, nós víamos isso, os casos eram relatados de forma muito vergonhosa, envergonhada. Só víamos aparecer na mídia nacional os casos mais graves. Hoje, qualquer caso de violência contra a mulher está em todas as emissoras de televisão e na internet. Então, essa exposição também pode estar dando uma sensação falsa de que a violência contra a mulher está aumentando. É para isto que estamos aqui: analisar até que ponto isso é verdadeiro ou não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PTN - PR) – Esta é a minha preocupação, porque, infelizmente, a cultura do País é muito machista. O indivíduo pode pensar: “Ah, eu também posso fazer!” Isso é preocupante também.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PTN - PR) – Temos de ver até onde a mídia... Porque, infelizmente, hoje em dia, a mídia tem sido muito destrutiva dentro dos lares.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, a Deputada Benedita da Silva.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Queria dizer que esse trabalho é, na minha avaliação, espetacular. O fato de já termos esses registros publicizados é um avanço.

Acompanhei desde cedo essa questão da Lei Maria da Penha e até concordo com a intervenção feita pela Senadora Marta Suplicy, porque acompanho toda a sua trajetória em relação ao trabalho de divulgação, de participação da mulher e contra a violência contra a mulher.

Mas queria acrescentar dois elementos. Acho que não conseguiremos resultados através da Lei Maria da Penha a não ser que tenhamos um diálogo muito mais amplo, muito mais aberto e muito mais sincero. E esse diálogo passa pela comunicação exatamente da forma como é reproduzida hoje. Mesmo quando temos de denunciar essa violência, isso está se tornando algo tão comum, midiaticamente falando, que dá a entender que tudo é permitido. Digo isso, sem nenhuma censura, porque não sou de censurar ninguém ou nada. Acho que liberdade tem de ser para todo mundo.

A liberdade de comunicação no nosso País, hoje, está muito seletiva, porque eu tenho a minha casa, mas para que eu quero uma televisão se, quando eu vou falar a respeito da violência que se pratica contra a mulher e de como está se tornando natural, visivelmente natural essa violência, apesar da Lei Maria da Penha, que deu a algumas mulheres, nem todas ainda, essa coragem de sair, de denunciar, de procurar os seus direitos, de se sentirem mais protegidas, reconheço que algumas mulheres se identificam muito com a violência a que elas estão assistindo na televisão? E são violências que vão se acumulando. Às vezes, não é uma violência física, mas a violência psicológica que nós estamos tendo hoje, na minha avaliação, faz com que essa sensação de proteção, de segurança diminua, porque essa mulher psicologicamente, daqui a pouco, vai estar convencida. Não sei se é porque eu também trabalho com segmento de mulheres que não são passivas, mas são de uma compreensão de ir até às últimas consequências, esgotando a possibilidade de permanecer com o companheiro, e o exercício do perdão é muito grande, mas nós sabemos que psicologicamente ela é atingida, ela sofre, de uma certa forma.

Eu acho que nós deveríamos colocar não só a divulgação da pesquisa, como as campanhas, evidentemente, as campanhas que não sejam manipuladoras do ponto de vista psicológico, não para que as mulheres fiquem assustadas, mas para que elas fiquem realmente animadas.

Uma das coisas colocadas é exatamente esta: hoje nós temos uma Presidenta. Essa Presidenta, queiramos ou não, vai ser o grande expoente da mulher, porque ela dialoga nacional e internacionalmente. Quando ela é totalmente desrespeitada – eu digo totalmente porque é assim que eu vejo, que eu leio –, eu me sinto totalmente desrespeitada. Eu fui apanhada em flagrante, eu mesma, em alguns momentos em que essa figura era desrespeitada e me parecia que era eu quem estava sendo desrespeitada, atingia o meu psicológico. Então, eu acho que isso também vai influenciar nessa questão da sensação de violência, da proteção.

Uma das coisas que também acho que nós poderíamos incentivar com esse documento, com uma relação com o Legislativo, com o Executivo, são campanhas que, dentro das nossas redes sociais, possam expressar um pouco dessa preocupação que temos, para encorajar essas mulheres, porque, apesar da Lei Maria da Penha, daqui a um pouco mais, nós estaremos aceitando naturalmente o desrespeito. Uma coisa é você discordar, outra coisa é você desrespeitar. E não é uma figura que apenas atinge a questão da mulher, mas atinge toda uma nação. Então, você exporta isso na verdade. E ultimamente nós temos exportado essa violência contra a mulher, violência psicológica, e o desrespeito realmente aumenta entre as mulheres. Mas ainda bem que está vindo uma turminha de mulherzinha, pelo menos lá em casa, que já sabe levantar o seu dedinho e dizer: “Olha, isso não, isso sim”, porque nós estamos pensando realmente no que nós podemos estar construindo daqui para frente.

Como a Lei Maria da Penha foi uma lei que eu usei muito, por isso eu estou falando assim, usei muito essa Lei Maria da Penha, porque, naquele momento, estava governadora do Estado, uma das coisas mais ricas que nós vivemos foi poder colocar em toda corporação, em todas as secretarias o debate da violência contra mulher. Os homens, principalmente os comandantes da Polícia Militar, nós todos fazíamos aqueles debates, eles aceitavam, havia a formação também lá com os seus soldados.

Então, eu acho que, quando nós tratamos desse tipo de comunicação, de informação de campanha, é muito mais saudável, mas, do jeito como nós estamos assistindo, ela é um pouco temerosa por conta do recuo, que é uma coisa pessoal e que pode acontecer com qualquer pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Benedita da Silva.

Na linha da preocupação da Deputada Christiane e da Benedita, também aqui já temos mais uma audiência em que poderíamos pensar, uma audiência pública – até coloquei aqui alguma coisa nesse sentido – sobre qual é o impacto da exposição excessiva, por parte da mídia, desses casos no avanço que nós estamos tendo ou teremos em relação ao combate à violência contra a mulher. Também é uma questão que nós estamos anotando para depois conversarmos com as colegas Senadoras e Deputadas e com os Srs. Deputados para vermos de que forma nós podemos alinhar essa questão.

De qualquer forma, eu fico muito feliz de ter insistido com a DataSenado. Sei que estiveram no lançamento com o Presidente Renan, mas foi tão rápido que nós não tivemos oportunidade de ver mais a fundo.

Então, agradeço, aproveito para agradecer as pessoas que estão presentes aqui, que são responsáveis por esta pesquisa: da Secretaria de Transparência, a Elga Mara, que é a Diretora; a Tania Mara também está aqui, é assessora; da Coordenação de Controle Social, o Marcos Ruben; e o Sr. Thiago, que está terminando a sua exposição.

Não sei se a Deputada Conceição quer falar antes ou depois. *(Pausa.)*

Então está bem.

Obrigada.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Um dos dados que nos levam a pensar no efeito da mídia como causa para a percepção de que a violência está aumentando é o fato de que a gente não constata um aumento no número das vítimas, das pessoas que já sofreram violência. Os números das mulheres que sofreram violência têm permanecido constantes. Mas as mulheres, em geral, acreditam que a violência está aumentando. Então, atribuímos, pelo menos em parte, porque sabemos que todo fenômeno social é multicausal, existem várias variáveis que interferem no comportamento social, pensamos como uma das possíveis causas esse feito da mídia.

E é incrível isto em pesquisa social: essa constância. Fazer seguidas amostras e em todas as pesquisas constatar exatamente o mesmo percentual, em pesquisa social, é um fato singular, não ter variação nessas proporções. Então, isso fala da robustez dos dados e da robustez da metodologia que utilizamos. São diferentes pessoas sorteadas, diferentes cidades selecionadas em cada pesquisa, mesmo assim, constatamos essa constância.

Então, a gente tem 18%, e aí tem a margem de erro, assim, o equivalente, estatisticamente, é que esses percentuais são iguais, desde 2009 até agora, tem sido constatado que 18% a 19% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência física por algum conhecido.

Nessa pesquisa, a gente constatou que a primeira agressão tende a ser na juventude. Vejam que 32% das mulheres acima de 16 anos sofreram o primeiro caso de agressão até os 19 anos e 34% sofreram de 20 a 29 anos. Então, temos aí que 66% das mulheres que já foram vítimas de violência sofreram a primeira agressão até os 29 anos de idade.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Senadora, agora sou eu que preciso interromper.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Imagine! À vontade, Deputada Carmen.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Se formos olhar isso, nós temos de tomar algum cuidado, porque quando eu tenho a sensação de que a violência está crescendo, para mim, não se trata do número de casos, mas, sim, do requinte de crueldade com que essas mulheres estão sofrendo a violência. Então, eu não estranho ter se mantido ali nos 82%.

Quando olharmos esse gráfico aqui, nós temos de perceber o seguinte: está aumentando a violência em menores de 19 anos e diminuindo de 20 a 29 anos. Por que será? Porque a informação também está chegando.

Então, as que já são maduras...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Até coragem. Como elas já têm 19 ou 20 anos, como elas já são independentes, estão falando. Se nós olharmos, veremos que era 46% em 2009 e que baixou para 34%, no caso das de 20 a 29.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Essa informação é pontual, não é série histórica. Então, é de um momento só.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Não, a idade da primeira agressão. As meninas mais jovens eram agredidas menos em 2009 e estão sendo as que têm menos de 19 anos. Não é isto que diz esse gráfico aqui?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Não, não. Nesse mesmo...

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – O gráfico que está aqui do lado mostra isso para nós, gente! Aqui: idade na primeira agressão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Na mesma página, página 6. Em 2009, foram 24.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Ah, sim!

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Em 2015, foram 32, com menos de 19 anos, que é o que você está mostrando para nós ali.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Sim, é verdade.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Então, as mais jovens estão sofrendo mais agressão e o número de agressões a mulheres que têm entre 20 e 29 anos reduziu de 46 para 34. Então, está começando mais cedo a agressão.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – A gente constata, em outro gráfico, que o número de casos em que o marido é agressor tem caído. Acho que o fato de a lei existir tem coibido mais o companheiro. Ele ainda é o

principal agressor, mas tem diminuído o percentual de casos em que o marido é o agressor. Então, acho que isso é um efeito positivo da lei, porque os homens, companheiros, maridos, namorados, têm se sentido menos à vontade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Então, tem diminuído o percentual de casos em que o marido, o companheiro ou o namorado é o agressor. E, na idade de até 19 anos, ou é namorado ou é uma agressão familiar.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. *Fora do microfone.*) – Mas aumentou.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Sim, aumentou.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Então, mostra para nós que aumentou a agressão à faixa etária mais jovem, que é outro...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se me permitir complementar a fala da Deputada Carmen, claro que vocês não têm esses dados porque o DataSenado é muito específico em relação a algumas questões pontuais da Casa, mas eu acho que caberia, talvez, tentar fazer um encontro de informações com pesquisas oficiais que tratem, nessa faixa etária, da violência em relação aos jovens, independentemente de serem homens, mulheres, negros, brancos, da classe social, para ver por que a violência contra o jovem provavelmente está aumentando, quanto desse percentual refere-se a mulheres e se é essa violência que nós podemos caracterizar de sexual, moral, psicológica ou aquele assédio que, muitas vezes, nós mulheres tínhamos medo de denunciar, achávamos que não era o caso, como os casos que estão acontecendo nos metrô das grandes cidades, nas universidades, se isso está aumentando ou se está sendo mais denunciado.

Então, são questões que nós podemos estar... Talvez possamos criar um grupo de trabalho ou determinar a alguma colega, alguma Parlamentar que tome a frente. Vamos buscar essas informações também. Eu acho que foi muito bem apontado pela Deputada Carmen Zanotto: nós não podemos deixar... Temos que fazer um “pente fino” e não podemos deixar passar nada.

Muito obrigada.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Então, aqui a gente tem o gráfico mostrando quem é o agressor. Tem diminuído o percentual dos casos em que o marido ou o companheiro, o que inclui namorado ou ex-namorado, é o agressor. Vemos que eles representavam, em 2009, 81% dos casos, que passou a ser de 82% em 2011, mas esse número, depois, diminuiu, teve uma queda significativa: nove pontos percentuais. Em compensação, cresceu o percentual dos parentes que cometem agressão. Vejam que o percentual de tios, irmãos, primos ou cunhados que cometiam agressão aumentou de bem próximo a zero para cerca de 7%. E o percentual de pais ou padrastos também tem aumentado. É aquela linha azul, que está no... Está um pouco embaralhado porque as quantidades são muito próximas. Então você vê que tem decrescido a quantidade de agressões por companheiros e que tem crescido o percentual de agressões por parentes, o que talvez justifique o crescimento das agressões sofridas nas idades mais jovens.

Na sequência, a gente vê o motivo que as vítimas atribuem à agressão sofrida. Ciúmes e uso de álcool são os principais motivos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Não.

Próximo.

O tipo de violência sofrida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Tipo de violência sofrida: física, 66%; psicológica e moral são as duas na sequência – psicológica, com 48% dos casos, e moral, com 31%. E a violência do tipo sexual aumentou de 2011 para cá. Em 2013, ela passou a 12% e, agora, em 2015, está 11%, mas ainda, dentro da margem de erro, sendo equivalente ao valor de 2013. Este é um dado grave: terem aumentado os casos de violência sexual.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Deputado Delegado Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Com a explosão do uso do *crack*, que não está aqui observado, a violência aumentou entre os casais, principalmente por causa do uso do *crack*, as brigas constantes. Isso não está aqui. E o que acontece? Vai para outras causas. Aí, outras causas ficam mais elevadas. E os departamentos de crimes contra as mulheres podem dar muito mais informações, para se fazer um paralelo.

As delegacias de mulheres dos Estados podem contribuir, para se fazer um paralelo. Todas as delegacias têm estatísticas sobre a violência contra a mulher.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Reforço, aproveitando as colegas Deputadas – a Deputada Jô sempre está presente –, que eu quero a Deputada Jô fazendo parte como titular desta Comissão. Não sei por que ela não está.

Mas, antes de conceder a palavra à Deputada Jô, reforço – as Deputadas não estavam presentes – uma conversa que tive com a Senadora Vanessa Grazziotin. Dos seis requerimentos de audiência pública desta Comissão, três são relacionados à segurança pública, ou seja, à questão repressiva. Informações sobre a delegacia da mulher, questão de necessidade, porque muitas delas ainda não funcionam 24 horas, e outras questões. A nossa ideia é fazermos essas três, com anuência das autoras dos requerimentos, numa única audiência pública, no plenário do Senado, com a presença do Ministro da Justiça e dos representantes, secretários-executivos e demais autoridades para debatermos todas essas questões relacionadas. Aí, dentro disso, há a questão dessas estatísticas que têm a ver com a questão do crescimento da violência contra a mulher fora de casa, que pode estar relacionado ao aumento da violência de forma generalizada.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Sofri muito na mão da Jô Moraes, que me cobrava direto lá, na minha delegacia. Ela ia direto lá cobrar. *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tem a palavra a Deputada Jô.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – Senadora, muito rápido. Com toda certeza, Delegado Edson Moreira.

Para registrar e não interromper, é excepcional esta iniciativa, mas eu queria registrar esse dado que me alerta pelo seguinte: temos desenvolvido e divulgado muito políticas de combate à violência doméstica e temos reduzido a divulgação das políticas de combate à violência sexual.

Este é um problema que deveremos registrar, que a Comissão pode registrar para observar: o crescimento do estupro, em certa medida, registrado nesse período, reflete um pouco essa diferença de enfrentamento que nós, com toda certeza, temos de questionar.

Há uma diferença da política de enfrentamento à violência doméstica e de enfrentamento à violência sexual, das ruas, dos riscos.

Por isso, deixo registrado aí que nós possamos nos debruçar, se há falhas, em torno dessa formulação de políticas.

Com certeza, o Delegado Edson Moreira sabe quantas vezes estivemos atrás dos criminosos que atacavam as mulheres lá em Minas.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Anotado, Deputada Jô Moraes.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Eu tinha falado sobre os motivos da violência sofrida na percepção da vítima. Então, os principais são uso do álcool e ciúme. Não tem gráfico aqui, mas, no relatório, consta da página 7.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – No relatório da página 7, consta que 46% são “outras razões”. O que seria isso?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Quanto a essas outras razões, esses outros motivos, a gente fez uma classificação inicial dos possíveis motivos e o que a gente constatou, desde 2009, é que outros motivos têm crescido. Para a próxima pesquisa, a gente vai poder fazer uma investigação mais profunda desses outros motivos para saber quais são. Então, a gente vai precisar fazer uma reclassificação dessas alternativas de resposta para poder investigar esses outros motivos e por que eles têm sido tão altos.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Só para eu compreender, esses outros motivos não estão incluídos nesse percentual que o senhor citou? *(Fora do microfone.)*

Eles não estão identificados? Falta serem identificados.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Isso. Exato.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – É, hoje até alunos podem ser.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Então, no próximo eslaide, a gente vê o que as mulheres agredidas fizeram em relação à última agressão sofrida. A gente vê que caiu o percentual das mulheres que fizeram alguma outra opção em relação à última agressão sofrida, 21%; as denúncias em delegacia especializada da mulher contam 11% dos percentuais; 6% procuraram ajuda dos amigos; e 21% das mulheres agredidas não fizeram nada em relação à última agressão. Essa porcentagem aumentou em relação a 2013. Em 2013, foram 17%.

Na sequência, a gente vai ver os motivos das mulheres não terem procurado, não terem feito nada com relação à última agressão. Vinte por cento procuraram a ajuda da família.

O dado sobre...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Tem alguma pesquisa, virá ou não... Acho que tem, mas não lembro. Acho muito interessante! Se fosse fazer uma propaganda, uma das melhores frases para convencer a mulher seria que as mulheres que retiram queixa acabam sofrendo depois uma reincidência muito maior. Quer

dizer, não denunciar não significa que vai passar, porque a desculpa maior é esta: “Eu não denunciei porque vai passar. Foi uma vez.” Aí tem a segunda: “Ah, mas desta vez...” E sempre arruma uma desculpa. Aí, na quarta ou quinta, quebra o braço e, na sexta, morre. Então, se a gente for fazer propaganda, tinha que ser em defesa muito grande da própria vida e da não reincidência do outro.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – No relatório a gente incluiu o dado da atitude em relação à última agressão e o que levou a mulher a optar por não fazer nada. Como principal motivo, entre as vítimas, consta a preocupação com a criação dos filhos, apontada por 24% delas; o medo do agressor, 21%; e acreditar que seria a última vez a agressão, 16%. Então, são dados que nos mostram os motivos da mulher não ter feito nada com relação à última agressão sofrida.

A gente fez algumas perguntas para todas as mulheres: qual seria a atitude delas caso elas presenciassem um ato agressivo contra outra mulher? Oitenta e nove por cento disseram que fariam uma denúncia. Isso mostra que a sociedade tem sido menos tolerante com relação aos casos de violência. Em caso de testemunharem, 62% das entrevistadas disseram que fariam uma denúncia para uma delegacia comum e 21% numa delegacia especializada da mulher. Então, dentre as mulheres que testemunhassem agressão contra alguma outra mulher, 83% procurariam a autoridade policial para testemunhar.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PTN - PR) – Thiago, o que nós vemos aqui é que há falta de informação. Como não é levada até essas mulheres, elas não sabem nem onde denunciar. Essas delegacias da mulher, às vezes, ficam tão escondidinhas, com tão pouco acesso, que elas acabam indo à delegacia normal e lá elas são tratadas, infelizmente, por outros agressores pela questão da cultura do País.

A SRª MARTA SUPPLY (S/Partido - SP) – Eu acho essa questão muito importante, mas nós vamos repetir essa pesquisa porque ela é fascinante, muito importante para diretrizes.

Seria interessante saber algo. Uma coisa é você dizer: “Eu denunciaria”. Eu acho que qualquer cidadão perguntado diria: “Eu denunciaria”. Mas se perguntássemos: “Da última vez que você presenciou, não denunciou?”, eu acho que 80% responderia que sim. Então, essas coisas, esse dado aí teria que estar acoplado a uma outra pergunta.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Perguntamos também quais pessoas poderiam apresentar denúncia em caso de agressão: para 64% dos entrevistados, qualquer pessoa que tivesse conhecimento do fato; para 33%, as pessoas que testemunharam, foram testemunhas oculares da agressão; e 59% acham que a vítima é que tem que denunciar.

Então, dei um panorama geral dos principais resultados da pesquisa. A pesquisa ainda tem várias outras perguntas que podem ser consultadas nas tabelas que estão disponíveis no relatório. O relatório está disponível no *site* do DataSenado, que é www.senado.leg.br/datasenado. Então, o relatório completo está disponível lá para *download*.

Eu queria agradecer aqui a presença de todos, a oportunidade de expor os dados.

Temos perguntas?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Temos.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Eu queria fazer uma... Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro, claro.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – É o seguinte: Thiago, quando você coloca que há os outros motivos, nesse momento, eu fiquei me lembrando dos estereótipos que também alimentam a violência, seja psicológica ou física, às mulheres. Eu queria saber se você tem, dentro desses estereótipos, algo identificado que possa interferir. Um deles é: em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Isso acontece. Em relação ao estupro: porque você estava com a saia curta, você deu causa para isso. Então, eu queria saber se temos algo bem identificado em relação às outras causas para que nós possamos também trabalhar um pouco na lei Maria da Penha.

A questão da delegacia também me chama muito a atenção, porque é preciso ainda, contudo, ter um processo de formação para a delegação, porque eu quero crer que, dada à cultura nossa, é evidente que as delegadas também não só absorveram valores, como profissionais, que não foram de uma linha mais feminista do ponto de vista de ouvir, mas que elas próprias, quando se identificam, devem também sofrer algum tipo não sei se de violência, mas pelo menos de pressão, de constrangimento para que possam exercer plenamente a sua função como delegadas. Então, não só sobre o aspecto físico da delegacia, mas também psicológico, de acompanhamento e de preparação. Porque eu digo isto – claro que a comparação não tem nada a ver, mas, ao mesmo tempo tem –: nós falamos do ensino da história da África, nós falamos da questão das mulheres negras, mas, na hora de executar, encontramos uma série de dificuldades, porque, no cômputo geral da cultura brasileira, não se tem muita... Quando chegamos lá, vamos tentar convencer na delegacia e vão dizer: “Não, isso

não é racismo” – entende? –, “depois a gente resolve”. É evidente que temos uma lei, mas temos que preparar também os profissionais para tal.

É por isso que eu gostaria de destacar.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estamos anotando tudo aqui.

Lembro apenas que essa é uma pesquisa preliminar, num sentido assim inicial; ela tem muitas informações e, a partir daí, muitas premissas podem ser aprimoradas e melhoradas.

A gente só tem a agradecer a toda a equipe do DataSenado, lembrando, volto a repetir, que este é, hoje, o único instituto público, portanto oficial, que faz pesquisa relacionada a violência contra a mulher no País.

Essa pesquisa é bianual, até porque, realmente, não tem sentido fazer uma pesquisa anual, pois não se observam muitas diferenças de um ano para o outro. Portanto, é uma pesquisa feita a cada dois anos. E nós, aqui da Comissão, temos, por obrigação, de dar todo o suporte a essa equipe. Já estive em contato com eles dizendo que, no que for preciso, nós poderemos falar com o Presidente do Senado para que nós possamos incrementar esse instituto de tal modo que ele possa nos atender cada vez mais e melhor.

Eu vou dar a palavra à Deputada Conceição Sampaio, que teve toda a paciência do mundo, pois estava inscrita como uma das primeiras oradoras, mas, como todo mundo levantava a mão, pedia a palavra e ela cedia, ficou para falar somente agora.

Então, com a palavra, de uma forma especial, a Deputada Conceição Sampaio.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP - AM) – Obrigada, Senadora Simone, Senadora Vanessa, Senadora Marta, minhas queridas amigas parlamentares, Deputadas Carmem, Christiane, Benedita e Jô, eu quero fazer uma saudação especial, além de ao Sr. Thiago, que certamente nos honra com a sua presença e com as suas informações, ao querido Deputado Edson Moreira.

Para nós, é extremamente importante discutir a situação das mulheres com os homens. Nós não queremos discutir a situação da violência contra a mulher senão com os nossos companheiros, porque é certamente ao lado deles que nós queremos construir uma cultura de paz e uma sociedade muito mais justa e fraterna.

Então, Deputado Delegado Edson Moreira, para nós, é motivo de satisfação a sua presença aqui, porque V. Exª está parlamentar, mas é delegado de carreira; e não dá para discutir a Lei Maria da Penha sem que nós possamos chamar a esta mesa os atores, aqueles que vão operar o Direito.

Eu tenho muita felicidade, Senadora Simone, em ter aqui no Senado a nossa querida Vanessa Grazziotin, uma mulher aguerrida, ao lado das Deputadas Jô e Benedita, pois tanto eu quanto a Christiane e a Carmem, que aqui já estava, estamos chegando agora, assim como V. Exª. E, certamente, os movimentos de mulheres nos trouxeram até aqui, de modo que não podemos deixar de fazer esse reconhecimento – e o faço com muita alegria.

Aqui nós temos números a discutir. Até 2006, pagava-se pela violência recebida pela mulher com uma cesta básica. Isso, para nós, é um quadro que nós não queremos mais trazer para a nossa realidade. Nós temos que mudar. Então, certamente, de 2006 para cá, a sanção da Lei Maria da Penha foi um divisor de águas. Nós temos uma lei! É cumprir aquilo que determina a Constituição do nosso País: buscar preservar a dignidade humana das pessoas.

Então, a gente fica se perguntando – não é, Jô? – se aumentou a violência, se o número de mulheres hoje empoderadas fez com que esses números fossem mais visíveis. Eu acredito que sim, porque não é fácil falar dessa violência. Nós não estamos falando de qualquer pessoa, nós estamos falando de pessoas com quem nós escolhemos viver ao lado, muitas delas, os pais de nossos filhos. Então, é uma violência difícil.

Durante muito tempo – e eu cresci ouvindo isso –, falava-se que “em briga de marido e mulher ninguém põe a colher”. E, agora, a gente começou a colocar. O País está intervindo nessa agressão que mancha a sociedade brasileira.

E esses números são importantes para nós, porque, até então, nem números sobre os quais falar nós tínhamos.

Eu falava aqui com a Deputada Jô a respeito das delegacias especializadas. No meu Estado, o Amazonas, nós temos pessoas muito comprometidas. É claro que nós não podemos falar só de uma lei se ela não é totalmente cumprida. Então, no Amazonas, por exemplo, apesar de toda a luta – não é, Senadora Vanessa? –, nós ainda não temos o aparelhamento para combater essa violência no interior do Amazonas. E o nosso interior é muito diferenciado, porque as mulheres dali, para chegarem à capital, às vezes, levam 10, 15 dias de barco. Então, a gente precisa lembrar que lei boa é lei cumprida, e nós precisamos fazer com que todas as brasileiras, neste País, possam receber o benefício da Lei nº 11.340. Esses números nos ajudarão a criar novas políticas públicas, porque são números apontados através de uma pesquisa.

Quero cumprimentar V. Sª com toda a equipe, que nos traz agora resultados positivos. Entendo que são positivos porque temos números para trabalhar. Hoje, muitas mulheres estão tendo a coragem, porque temos

uma casa-abrigo que vai acolhê-las juntamente com seus filhos; temos centros de referência, e até então não tínhamos.

Então, quero aqui, Senadora Simone, primeiro, destacar o seu trabalho, bem importante nesta Comissão mista, e, acima de tudo, reconhecer que esses números podemos discutir também com aqueles que vão operar o Direito.

Lutamos muito, no Amazonas, para que os nossos policiais viessem a participar de cursos preparatórios porque, na hora em que se vai aplicar uma lei, em vez de aplicar, se você ironizar aquela pessoa que veio buscar o apoio de um serviço, não será possível. Acho que esses números é importante que discutamos com nossos delegados, com os nossos policiais, com as pessoas que compõem essa rede de enfrentamento, e a delegacia é bem importante nesse processo.

Quero só destacar que, a partir de 2006, temos tido muitas reclamações de que as delegacias especializadas não tratam mais de qualquer assunto. Elas começaram a trabalhar somente a violência doméstica e familiar. Talvez por isso, quando a Deputada Jô dizia acerca da violência sexual: “E os outros casos, que são também apontados aqui, talvez não seria por isso?” Agora, as especializadas – pelo menos, falo em relação ao Amazonas, Deputada – tratam quase que exclusivamente da violência doméstica e familiar. Mas existem outros tipos de violência que as mulheres sofrem e que, talvez, neste momento, não estejam aqui apontados de uma forma mais direta.

Eu gostaria só de cumprimentá-la, Senadora Simone. V. Exª nos honra com sua presença nesta Comissão, que é tão importante e tão necessária nesta Casa.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Deputada.

Você que fazer algum comentário antes, Thiago?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Eu tinha um comentário, que é o seguinte: o problema é muito complexo. Há várias questões que poderiam ser pesquisadas, mas, devido ao método, têm que ser restritas. Trabalhamos com pesquisa telefônica e, se estendemos muito a quantidade de perguntas, as pessoas vão desistindo da entrevista ao longo do caminho. Por isso, precisamos restringir em torno de 25, no máximo, 28 perguntas.

Há muitos temas, por exemplo, os estereótipos de que a Deputada falou, as sugestões que foram apresentadas, de outros temas de pesquisa, pela Senadora Marta, que certamente caberiam na pesquisa, mas, devido às limitações do método, precisamos enxugar o questionário. Temos o sonho de, no DataSenado, fazer pesquisa qualitativa. Na pesquisa qualitativa, poderíamos ir muito mais a fundo nessas questões. Temos o projeto de fazer essas pesquisas, mas o DataSenado não tem estrutura.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por enquanto.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Precisariamos do apoio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Precisariamos do apoio de vocês para conseguirmos fazer essas pesquisas e irmos mais a fundo nessa problemática.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – É importante ter uma base, a meu ver. Podemos solicitar dos Estados essas informações para termos um parâmetro, porque, na realidade, teríamos um quadro quase real. Na realidade, como falei, nos cantões, ninguém vai. Mas vamos ter o parâmetro real, e isso é importante.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Esse é o nosso grande problema. Embora a Lei Maria da Penha estabeleça, ainda não temos um banco de dados oficial. Tentou-se via Poder Judiciário, até junto ao Supremo Tribunal Federal, mas houve dificuldades. Temos três ou quatro bancos, que precisariam ser coordenados de forma a se ter uma interação. Temos um no Ministério da Saúde, porque a porta de entrada da mulher vitimada é o pronto-socorro, o hospital, o posto de saúde, que são obrigados, por lei, qualquer profissional da saúde o é, a fazer a notificação. Então, esse é um banco de dados importante, mas ele trata apenas de uma questão, que é a recuperação, o tratamento.

Temos outro banco de dados, da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que também é um banco de dados importante. Mas todos, de uma certa forma, são incompletos. Um dos grandes desafios, a meu ver, da política pública relacionada à violência contra a mulher – e isso está a cargo, claro, do Poder Executivo, foge um pouco da nossa alçada, podemos apenas auxiliar – é unificar esse banco de dados de forma a termos realmente um diagnóstico mais claro e preciso.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Foi assim que começou: com as mães desaparecidas. Hoje, tem o nome nacional. Então, aqui pode ser o propulsor.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Delegado. Sem dúvida, Deputado. É a razão por que queremos, a partir dessa exposição do DataSenado, dar todo suporte para que eles tenham uma

equipe maior, uma estrutura, de forma a – quem sabe lá na frente? – também ajudar nessa compilação de dados. Estamos anotando todas as colocações dos nossos colegas aqui. Essa é mais uma.

Deputada Carmem, para encerrar a primeira etapa, quero só, de antemão, dizer que não temos quórum para deliberação e nós passaremos, em seguida, rapidamente, apenas à apresentação, por parte da Senadora Vanessa Grazziotin, da nossa tão querida cartilha, que ficou linda. Ela falará rapidamente a respeito, logo após a fala da Deputada Carmem.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, Senadora.

Queria mais uma vez agradecer a presença das coordenadoras estaduais no nome da Celinha que coordena a política para as mulheres do Estado de Santa Catarina.

Há um dado aqui – nós que fomos da CPMI da Violência Contra a Mulher, Jô, você que foi nossa Presidente da Comissão – que nos chama atenção. De 2013 a 2015, Senadora Vanessa, de 52, aumentou para 62 a delegacia comum; e, de 34, caiu para 21 a delegacia especializada. Aqui, eu acho que não é... Deputada Christiane, só falta delegacia especializada. Precisamos começar a dizer para as mulheres... Porque nós sabemos a dificuldade que o conjunto dos Estados está passando em relação à ampliação das delegacias especializadas. Talvez aqui tivéssemos que nos debruçar em dizer para as mulheres que elas procurem uma delegacia e fazer com que as delegacias gerais acolham de forma adequada. Talvez o nosso olhar e a nossa fala tenham que mudar. Em vez de ficarmos dizendo: “procure uma delegacia da mulher”, nós trabalharmos a porta de entrada, porque, em muitos Municípios brasileiros, nós não vamos ter nunca uma delegacia especializada pelo porte do Município. E que os homens passem a acolher nas delegacias comuns, na ausência da especializada, porque cresceu aqui o dado de que elas procurariam uma delegacia comum. Ótimo, gente! Elas não estão se restringindo à, se houver, especializada. Talvez nós, olhando nosso relatório da CPMI, pudéssemos debater um pouco mais, conforme a Senadora colocou, numa comissão geral aqui no Senado, no plenário principal, esse tema.

Acho que valeria a pena uma audiência pública específica para a gente discutir, com os delegados e delegadas, onde não há a delegacia, qual será o encaminhamento para o acolhimento, porque o que afasta a mulher da denúncia é ser vitimizada pela segunda vez: “O que você está fazendo aqui? O que você fez para...”, o que é comum, como se ela tivesse sido a geradora da agressão por algum motivo. E trabalhar a questão das delegacias comuns. E me chamou muito a atenção também esse dado.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Carmem, acho que tem outra coisa que chama a atenção e que nós deveríamos ter: delegadas, nas delegacias comuns, para fazer esse tipo de atendimento, até porque algumas mulheres vão se sentir muito mais à vontade numa denúncia quando encontram uma figura, uma imagem e semelhança dela. Então, isso é uma das coisas que deveríamos ter, as delegadas, até porque as mulheres precisam ocupar o seu espaço nas delegacias.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito bem. É matar dois coelhos com uma cajadada só, Deputada Benedita.

Apenas lembro que, pelo menos, em Municípios que tenham a partir de 50 mil habitantes – porque nós não podemos esquecer que a maioria absoluta dos Municípios brasileiros, dos 5.526 Municípios, têm apenas até 10 mil habitantes, portanto, não dá para colocar mais de uma delegacia, aí teria que ser por concurso, a gente não pode discriminar os homens –, acho que a Deputada Benedita está correta, talvez deva sair daqui um projeto para que Municípios acima de 50 mil habitantes ou que tenham mais de uma delegacia tenham que ter pelo menos uma delegada substituta.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – As mulheres estão dominando tudo. Todos os concursos as mulheres estão dominando. Não adianta.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Eu vou completar uma frase...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se as colegas e os colegas permitirem, rapidamente, preciso encerrar esta parte. Ela está temporariamente encerrada porque, a partir da terça-feira que vem, nós teremos muito debate a respeito da pesquisa.

Agradeço ao diretor da Gráfica, Sr. Florian, que estava aqui presente até agora há pouco. Acho que ele acabou de sair. Ele prontamente atendeu à equipe no que se refere à impressão deste material.

Passaremos à segunda e última parte desta reunião da Comissão.

Passo rapidamente a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que é nossa Procuradora Especial da Procuradoria da Mulher aqui no Senado, para a apresentação da cartilha *Lei Maria da Penha Perguntas e Respostas*.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Só faço aqui uma denúncia, Senadora. Eu, louca para intervir a respeito do assunto: “Não, espere aí que você vai falar, espere aí que você vai falar.” Brincadeira.

Mas serei bem rápida.

Esta é mais uma iniciativa, como disse a Senadora Simone Tebet, do Congresso, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e desta Comissão também, da Comissão que a Senadora Simone preside e que é relatada por uma Parlamentar, a Deputada Liziane.

Esta cartilha não é a primeira e, certamente, não será a última.

Aliás, hoje, falando com a Rádio Senado a respeito da cartilha...

Elga, quero registrar a sua presença, assim como da Tania e do Thiago, que estão aqui e, através de vocês três, cumprimentar todos pelo belo trabalho que vêm desenvolvendo a favor da população brasileira, no caso específico, das mulheres.

Diferentemente da pesquisa, que deve ser feita a cada dois anos, temos que fazer uma cartilha a cada ano. A cada ano a gente tem que aprimorar a cartilha. Ano que vem creio que a gente talvez tenha a maior e a melhor notícia de inovação da nossa cartilha. Como diz aqui, a cartilha é de perguntas e respostas, algo muito simplificado. O objetivo é disponibilizá-la para quem a requerer junto ao Senado e à Câmara dos Deputados fisicamente, mas principalmente em meio magnético. Está disponível, tanto no Senado quanto na Câmara, na internet.

Nós, as Parlamentares – mas tenho certeza de que como eu várias outras –, costumamos, utilizando a nossa cota, reproduzir a Lei Maria da Penha. Reproduzimos demais. Então, isso também está disponibilizado para as Parlamentares ou os Parlamentares que queiram divulgar.

No ano que vem, Senadora Simone Tebet, creio que devemos colocar na cartilha, além de alguns dados importantes, algo sobre esse trabalho feito pelo DataSenado. A Simone anotou muita coisa, eu reparei, eu anotei algumas poucas coisas aqui também, mas uma delas é que precisamos fazer a leitura concreta e correta daqueles dados que são captados através de pesquisas. Esses dados e a leitura que tem que ser feita não são apenas da pesquisa do DataSenado, mas utilizando outras pesquisas. O Ministério da Justiça acaba de fazer uma muito importante. Exatamente isso conduz e orienta a elaboração das políticas públicas.

A delegacia – eu havia notado aqui – é um problema visível. O que aconteceu no Brasil? Diminuíram as delegacias ou diminuiu a confiança das pessoas em procurar a delegacia? O que vamos fazer? Surgiu uma ideia: vamos fazer um projeto de lei para que, em Municípios de até 50 mil pessoas, pode a mulher ser atendida na delegacia comum, contanto que haja um setor especializado para o atendimento dela. Só que, vejam, não podemos mais nada. A partir de um projeto que está sendo votado na Câmara e no Senado, nós não podemos criar mais nada, porque isso cria despesa e está sendo proibido tudo. Então, olha só o dilema que nós estamos vivendo. Olha o dilema que estamos vivendo!

Mas acho que esses dados são fundamentais. Um deles, que fica claro, é que a gente precisa divulgar muito a Lei Maria da Penha. Essa é a forma de divulgar.

O passo grande que a gente dará ano que vem é o seguinte: neste ano, pela primeira vez, o Poder Judiciário, de forma centralizada e nacionalizada, está desenvolvendo, ainda não concluiu, três grandes mobilizações de julgamento dos processos que envolvem a Lei Maria da Penha. Um projeto foi coordenado exatamente pela Ministra Carmem Lúcia – eu e a Deputada Jô tivemos a alegria de participar do lançamento, que foi em Minas Gerais. Houve o primeiro, o segundo e o terceiro e último deste ano acontecerá no mês de novembro. São semanas em que o Poder Judiciário prioriza a análise e o julgamento dos processos que envolvem a Lei Maria da Penha. Isso, sem dúvida nenhuma, é um fator mobilizador e também um fator divulgador.

Acho que quando a CPI, Senadora Simone, apresentou, em um dos itens, em uma de suas sugestões, a criação desta Comissão, pudemos ver o quanto é necessária a existência permanente desta Comissão, para que se preocupe e cuide desses fatos, a fim de melhorar não só as estatísticas, porque a melhoria das estatísticas é exatamente a melhoria da qualidade de vida das mulheres, dos homens e das famílias. A razão maior – e creio que temos uma grande convergência sobre este assunto – da violência que a mulher sofre... Como diz a Ministra Carmem Lúcia, nós vivemos no Brasil – e muitos países são iguais ao nosso –, onde temos uma lei e um crime tipificado como feminicídio, mas não temos o crime do hominicídio, porque nenhum homem é morto ou agredido pelo fato de ser homem. Mas as mulheres, sim. Elas são agredidas e mortas por uma única razão: por serem mulheres. Isso porque ainda vivemos numa sociedade onde as mulheres são subjugadas, discriminadas e oprimidas. Enquanto houver resquício de opressão, nós continuaremos a enfrentar esse problema, já que muitos homens não casam ou namoram com as mulheres, mas passam a tê-las como uma coisa ou alguém que é propriedade sua, dispendo, por isso, do corpo da mulher como bem entendem.

Esta é a cartilha. Volto a repetir: está disponibilizada para qualquer Parlamentar que queira utilizá-la. É um trabalho coletivo. Acho que o bom de nós, mulheres, é que esse número muito pequeno, essa sub-representação nos obriga a nos unirmos para lutar pelos nossos direitos. E é exatamente essa unidade que as mulheres têm tido no Brasil inteiro, sobretudo as Parlamentares, que tem feito com que tenhamos dado saltos importantes. E um desses saltos, tenho certeza, estamos muito prestes a dar, qual seja, a aprovação de uma cota

constitucional temporária para a presença das mulheres. E a Simone lembra que hoje está marcada a votação do segundo turno. Em breve, o projeto voltará para a Câmara.

Só a título de informação, Deputada Benedita, na quinta-feira, nós iremos a Goiânia. E como é muito próximo, a quem puder ir a Goiânia quero informar que vamos de manhã muito cedo e voltaremos logo após o ato, por volta de 12 horas estaremos aqui de volta. Também quero informar que teremos como meio de transporte uma aeronave para levar as Parlamentares que se dispuserem a ir. Haverá um grande ato suprapartidário com a presença de todos e todas.

Na última quinta-feira, estive em Pernambuco com a Deputada Luciana Santos e contamos com a presença do Governador Paulo Câmara. Ele foi muito feliz, pois no momento em que a Deputada Luciana levantou e disse que precisávamos da ajuda para aprovar o projeto na Câmara, porque havia faltado 15 votos, ele tomou a palavra e disse – só aqui entre nós – que, dos Secretários que estavam presentes, dois eram Deputados. Assim, se precisássemos de uma canetada para irem votar a favor das mulheres, ele daria a canetada. Então, esse é o caminho.

Quando falamos em empoderamento da mulher, estamos falando, talvez, na forma mais eficaz de combate à violência. Isso porque a mulher é ligada a coisa frágil, a cuidado; o homem, ao poder. Temos que vincular os dois gêneros, homem e mulher, a essas duas questões, pois somos feitas de fortaleza e de sentimentos também, de sensibilidade.

Então, acho que esse é um fruto a mais do nosso trabalho coletivo, Simone. Isso não é mérito da Procuradoria do Senado, não é mérito da Procuradoria da Câmara, nem das secretarias, nem desta Comissão, mas um mérito nosso, da bancada feminina, que, diante de tanta adversidade – e é muita adversidade em todos os aspectos –, tem sido capaz de fortalecer muito a nossa unidade, seguir avançando e tendo cada dia mais conquistas.

Era isso, Senadora Simone.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Só quero deixar uma frase para fechar: vamos combater os “uxorifóbicos”. Sabe o que é isso?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, mas vamos ficar sabendo agora.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PTN - MG) – Quem não gosta de mulher: “uxorifóbico”. Quem não gosta de mulher.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Eu queria... Posso?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro. Por favor, Deputada.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Eu queria parabenizar a Senadora Vanessa. Não é por conta de que nós estamos aqui fazendo elogios a nós mesmas, mas eu gosto muito de acompanhar a garra das pessoas, assim como com a nossa Presidenta na Câmara dos Deputados, a Jô, nossa coordenadora, a Senadora Vanessa, porque ela tem conseguido contaminar o País com essa sensibilidade. Ter agora na Casa uma Procuradoria Especial da Mulher nos ajudou muito na Câmara dos Deputados.

Eu penso que, apesar de eu ter dito que lá mora o perigo, acredito que, diante disso, nós possamos – até pelas iniciativas do Senado – ter agora, lá na Câmara, essa votação garantida. Mas há uma questão que talvez pareça um tanto quanto constrangedora, mas é muito interessante que possamos colocá-la como mulheres: as notícias e o fato de que na Câmara nós teremos uma revisão da lei que diz respeito às nossas indumentárias, como nós estaremos trabalhando. Eu falo isso com o maior carinho e faço isso com o maior respeito porque, se há uma coisa que a gente deva respeitar são as ideias das pessoas, ainda que sejam diferentes das nossas. Mas estamos vivendo um momento em que teremos que consolidar as conquistas, por exemplo, Lei Maria da Penha, que estamos colocando aqui.

A Senadora Simone diz que o DataSenado precisa de fortalecimento – e precisa mesmo – para que continuemos pesquisando. Quando eu falava da questão do estereótipo, era um pouco preocupada com o que nós poderemos fazer na Câmara dos Deputados.

Então, sem citar qualquer nome, seria muito interessante o acompanhamento também das nossas Senadoras para que possamos ajudar no debate, na discussão, nesta Comissão Mista, das questões que dizem respeito a combater a violência e o psicológico também. O estereótipo é uma coisa terrível. Depois de termos uma Casa majoritariamente masculina, com padrões bem tradicionais de como deve se vestir, andar e falar a mulher – nunca falam em relação aos homens, mas à mulher –, é preciso que estejamos realmente juntas para ajudar a que na Casa, o Congresso, preservada a autonomia do Senado e da Câmara, mas vamos falar do Congresso Nacional brasileiro, se fortaleçam cada vez mais essas iniciativas tanto do Senado quanto da Câmara.

No que diz respeito aos nossos direitos, aos direitos das mulheres, é lógico que precisamos contar o tempo inteiro com os homens. Nós precisamos convencê-los de que sem eles seria impossível que pudéssemos, numa Casa Legislativa, garantir os nossos direitos.

Então, vamos encontrar algumas de nós que concordam e outras que não concordam. Mas que possamos ter entre nós o que chamo de cumplicidade: não irmos à tribuna dizer que a outra não deveria ter feito isso; a outra também não ir à tribuna para dizer que não deveríamos ter feito dessa forma, mas tentar fazer esse debate em conjunto, porque tenho observado o trabalho de V. Exª aqui no Senado e da Senadora Vanessa.

É fundamental e importante lá conosco que tenhamos uma receptividade também. Temos uma Presidente, temos também a nossa Procuradoria e tenho certeza de que ambas, tanto da Bancada feminina quanto da Procuradoria, têm um grande entrosamento e estão com os seus olhares voltados para o Senado pelo trabalho que vocês estão conseguindo fazer.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Todas nós. Aqui não tem...

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Mas quando eu digo isso não estou dizendo, como já colocou a Senadora Vanessa, que é mérito de uma ou de outra, mas sobretudo mérito da ação coletiva, mérito da cumplicidade entre nós para não dificultar a nossa vida, porque estamos num momento tão difícil, tão crítico, tão cheio de coisas que não precisamos colocar mais brasas sobre a nossa cabeça, já temos suficiente. Vamos tentar agora trabalhar um pouco em conjunto para que não aconteça na Câmara nada que possa vir a prejudicar a iniciativa do Senado e vice-versa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – E vice-versa. Obrigada, Deputada Benedita da Silva.

Eu me coloco à disposição, e acredito que a Senadora Vanessa também, falo por ela, e também a própria Procuradoria e a Comissão.

Antes de conceder a palavra para a Deputada Carmem, não poderia deixar de fazer um agradecimento especial às pessoas que estão aqui. Muita gente compareceu. Temos tanto assessores e Parlamentares, como também representantes de organizações civis. Temos aqui a Célia Fernandes, Coordenadora de Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina; a Laurinda Maria de Carvalho Pinto, Secretária da Mulher do Estado do Maranhão; temos a Luciana Azambuja, que é a Subsecretária de Políticas para as Mulheres do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Sempre que tenho oportunidade digo que fomos o primeiro Estado do Brasil a ter a Casa da Mulher Brasileira, um local onde se concentram todas as ações de prevenção, assistência e repressão à violência contra a mulher. Eu, como Vice-Governadora, tive a oportunidade de alavancar esse projeto, buscando área e, não tendo área do Estado, pedindo para União a área, para, depois, junto com a Subsecretaria da Mulher do Estado, alavancar esse projeto. Fiz questão que fosse o primeiro a se iniciar e fiquei feliz quando foi o primeiro a ser inaugurado.

Agradeço, portanto, a Luciana pela presença e faço mais uma observação. A Vanessa comentou alguma coisa em relação à PEC. Assim, é importante dizer, pedir que vocês não esmoreçam, porque tínhamos dúvida se ela seria aprovada aqui. Pegamos uma listinha, Vanessa, eu e – temos que fazer justiça – a Senadora Marta Suplicy, e fomos tentar convencer os Senadores. A maioria mudou de ideia, porque, na realidade, não estavam entendendo o projeto. E, pasmem!, com dúvidas sobre a aprovação ou não, só tivemos seis ou sete votos contrários.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sete votos contrários.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sete votos contrários. Isso significa que desses 15 que faltaram, nós vamos conseguir convencer pelo menos 8, porque 8 para cá tiram de lá, são 16 votos, e passa pelo menos 1.

Mas nós nos colocamos à disposição, na fala da Deputada Benedita da Silva, para, quando for a votação na Câmara, também falarmos com os Parlamentares dos nossos Estados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Simone, sei que a senhora já passou a palavra à Deputada Carmem, mas, dadas as presenças registradas aqui, não poderia deixar de falar sobre a Secretária da Mulher do Maranhão, a Laurinda, que foi responsável pela organização de um belo evento sobre mais mulheres na política. Ela levou para lá o Governador Flávio Dino, já que agora nós estamos colocando os Governadores também.

Então, parabéns e muito obrigada. Movimentos assim é que têm ajudado a nossa luta aqui.

Obrigada, Secretária.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A Luciana já está programando um lá no Estado, talvez para o final de outubro.

Com a palavra, a Deputada Carmem.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Rapidamente, eu quero parabenizar toda a equipe que trabalhou nessa cartilha, com essa leveza, porque é uma cartilha que é agradável de ser lida, já que aborda um tema tão complexo como a questão da violência. Assim, quero agradecer a todos em nome da nossa Procuradora aqui

no Senado, a Senadora Vanessa Grazziotin, e em nome da nossa Senadora Simone, que é Presidente da nossa Comissão Mista.

E quero fazer um apelo às nossas duas Senadoras. Eu estou muito preocupada com a voz do corredor, Deputada Benedita, Deputada Jô, com relação à reforma política. Já passou aqui no primeiro turno a questão das cotas para as mulheres, vai ser apreciada no segundo turno, mas parece que não temos Relator da PEC que veio da Câmara aqui no Senado – hoje já é dia 10 –, a da reforma política. Qual é a preocupação? Se não for apreciada a PEC aqui no Senado, provavelmente não vamos ter nenhuma mudança ou mudanças praticamente zero na reforma política para as eleições de 2016.

O que ouvi pessoalmente na semana passada na Câmara: “Ah, mas só foi votada a cota das mulheres no primeiro turno no Senado.” Então, há uma expectativa na Câmara de que o Senado vote a PEC da reforma política que veio para cá e que aquilo que fora acordado seja efetivamente dado andamento. O que vocês votaram também na semana passada, que vamos conhecer melhor hoje, é o texto infraconstitucional. Tenho a expectativa de que vocês votem a PEC, o conjunto da PEC que veio da Câmara, da reforma política, para que possamos até saber o que vai acontecer mesmo na reforma.

Andamos no Estado e a grande pergunta é: “Vai abrir janela ou não vai abrir janela?” Da forma como foi proposta a janela no infraconstitucional aqui no Senado, provavelmente não passe na Câmara. Então, o grande questionamento de todos nós é: “Será que vamos ter ainda uma reforma política para 2016?” Eu queria manter minha motivação de que sim, apesar de não ser a reforma política desejada pela sociedade como um todo, ela é muito simplista ainda no conjunto do que precisávamos avançar nas duas Casas. Mas se as Senadoras puderem dar uma cobradinha... Na Comissão de Constituição e Justiça, se não estou enganada, estava, pelo menos até o final de semana, sem Relator a PEC que veio da Câmara. Nós vamos ter que fazer a tarefa de casa, com certeza, que é buscar os votos que faltaram para as cotas de mulheres. Vocês bravamente abraçaram a nossa causa, colocaram em pauta, aprovaram na Comissão, aprovaram no plenário, deverão aprovar no segundo turno e nós teremos que conseguir pautar na Câmara, porque tenho medo de que não consigamos colocar em pauta lá. Então, vamos ter que lutar muito com os nossos Líderes para pautarmos a PEC da cota para as mulheres, que não é mais cota para disputar e, sim, vagas. Lembrando que é apenas por três períodos. Então, não é nada de estrondoso o que estamos pedindo para o conjunto das mulheres brasileiras.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito menos inconstitucional, como querem alguns.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Exatamente, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Primeiro falam que é de gênero e não para mulheres; segundo, que é temporário e uma cota mínima, aliás, já existente para a primeira eleição, que é de 10%.

Em relação à PEC, assim que encerrar, passo algumas informações à Deputada Carmen. Tenho algumas informações. É só para não trazer essa questão de uma forma muito geral, são muitas as informações.

Hoje, votamos o PL 75, que veio da Câmara. Vamos votar hoje já a redação final e encaminharemos hoje ainda.

Em relação à PEC, temos uma Comissão Especial da Reforma Política – por isso não está mais na CCJ –, hoje, sob a relatoria do Senador Romero Jucá, e estaremos tomando pé de em que situação está para que possamos votar. Temos um prazo realmente curto, exíguo. Embora não dependa de sanção nem veto da Presidente, temos 20 dias, no máximo, para podermos votar e promulgar essa PEC.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, não sem antes agradecer a todos pela presença.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Keiko Ota, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Sandra Braga, Lúcia Vânia, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia; e das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Raquel Muniz, Dâmina Pereira e Flávia Moraes. Registra-se a presença do parlamentar não membro da Comissão, Deputado Subtenente Gonzaga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública e à apreciação de Requerimentos. A Presidente convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Regina Miki – Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Taís Cerqueira da Silva – Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Marcela Fonseca de Oliveira – Soldada da Polícia Militar de Minas Gerais; Katya Flávia Caixeta de Queiroz – Soldada da Polícia Militar de Minas Gerais e Marly Bertolino – Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. Ao término das exposições, a Senhora Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Vanessa Grazziotin; Deputada Carmen Zanotto; Deputado Subtenente Gonzaga; Deputada Luizianne Lins; Senadora Regina Sousa; Deputada Alice Portugal; Deputada Flávia Moraes; Senadora Fátima Bezerra. A Presidente informa que há sobre a mesa requerimentos a serem deliberados e procede à leitura do Requerimento nº 27, de 2015, de autoria da Deputada Tia Eron. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura dos Requerimentos nº 28, 29 e 30, de 2015, de autoria da Deputada Luizianne Lins. Colocados em votação na Câmara dos Deputados, os requerimentos são aprovados. Colocados em votação no Senado Federal, os requerimentos são aprovados. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 31, de autoria da Deputada Tia Eron. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 23, de 2015, de autoria da Deputada Erika Kokay. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A relatora, Deputada Luizianne Lins, faz uso da palavra para suas considerações sobre os requerimentos de sua autoria. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da nona e décima reuniões, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Keiko Ota
Vice-Presidente

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública e à apreciação de requerimentos.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para tomar assento à mesa a Srª Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

A Srª Taís Cerqueira da Silva, representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. (*Palmas.*)

A Srª Katya Flávia Caixeta de Queiroz, soldada da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (*Palmas.*)

A Srª Marcela Fonseca de Oliveira, soldada da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (*Palmas.*)

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará

sua exposição por 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores e todos aqui presentes, realmente, estamos diante de um grave problema que envolve a violência contra as mulheres policiais por todo o Brasil.

Os casos de assédio por outros policiais, de tão frequentes, viraram temas de um levantamento feito com as mulheres das guardas municipais, perícia criminal, Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil, Militar e Federal.

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública da Fundação Getúlio Vargas, 40% das entrevistadas disseram já ter sofrido assédio moral ou sexual. Na maior parte das vezes, quem assedia é um superior. Somente 12% das mulheres denunciam o abuso. Realmente, temos que abrir os olhos para um detalhe importante. Não existe um setor específico para receber relatos de abusos sexuais e morais a todos. Quarenta e oito por cento das policiais afirmam que não sabem exatamente como denunciar e 68% das que registram queixa não ficaram satisfeitas com o desfecho do caso.

Portanto, eu, como Vice-Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra as Mulheres e todos os membros, e a nossa Presidente vimos aqui para oferecer o nosso apoio incondicional a essas policiais e a todas as policiais do Brasil que se encontram na mesma situação. Precisamos, também, punir os policiais que, ao meu ver, vestem a farda mas para praticar o mal.

Convido, também, a Sr^a Marly Bertolino, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. (*Palmas.*)

Eu concedo a palavra à Sr^a Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

A SR^a REGINA MIKI – Boa tarde a todas e todos, um boa-tarde especial à Deputada Keiko e aos demais Deputados, minha Senadora querida, Regina, o Deputado Gonzaga, com quem temos feito um trabalho incessante, juntos, dentro de Secretaria Nacional de Segurança Pública, minha colega de Ministério, Taís e a toda representação, e o meu carinho especial à soldada Kátia e à soldada Marcela. Posiciono-me de uma forma muito humilde e meu carinho muito especial a vocês.

Vou relatar um pouco o que nós fizemos dentro da Senasp. Temos notícia pelo Fantástico da repercussão dessa pesquisa, que foi feita pelo Fórum Brasileiro e encomendada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e foi feita por meio da nossa rede de ensino. Nós temos uma rede de ensino com mais de 600 mil policiais cadastrados. Então, nós resolvemos, por meio dessa rede, fazer uma primeira consulta. Dentro dessa consulta, tínhamos absoluta certeza do número ínfimo de respostas que obteríamos, porque um dos pontos principais é o medo das próprias policiais em responderem pesquisa.

Assim mesmo, esse número, embora tenhamos mandado 600 mil, visto que consultamos também os homens, nós recebemos de volta quase 16 mil, o que nos trouxe um certo alento, porque é um universo razoável para uma pesquisa. Não tínhamos, ainda, padrões para que essa pesquisa fosse registrada como pesquisa científica, mas um número que nos assegurava a dizer alguma coisa sobre isso.

Dessas respostas, nós tivemos aí, quase como a Deputada Keiko já relatou, 39% dos entrevistados relataram que já tiveram alguma experiência com assédio, fosse ele sexual ou moral. Dentre esses 39%, 20% homens; 74% em assédio moral, as mulheres e 25%, sexual; 74% das mulheres afirmam que sofreram assédio por superior hierárquico.

O assédio já é um crime violentíssimo, partindo de alguém que é superior e a quem cabe no subjetivismo dar até a sua promoção, é mais grave ainda. A repulsa ou a negativa a um superior hierárquico, que tem como papel analisar a sua conduta, para que essa conduta lhe traga, dentro de uma carreira, a perseguição dessa carreira, é gravíssimo.

Estava terminando de assistir ao Fantástico, ouvindo os relatos e me liga o cabo Lotin, da Anaspra de Santa Catarina. Era por volta de onze e meia da noite e ele me diz assim: “Secretária, que tal formarmos um grupo de trabalho com foco de buscarmos ouvir as policiais no Brasil e criar um fluxo de atendimento?”

Assim foi feito. No outro dia, cheguei ao Ministério da Justiça, comuniquei ao Sr. Ministro da Justiça e fizemos o grupo de trabalho. Nós buscamos levar para esse grupo de trabalho participantes, homens e mulheres, sem qualquer problema, mas que contemplassem os diversos organismos da segurança pública. Então, os mais abrangentes entre policiais civis, militares, peritos, bombeiros, também a guarda municipal e a sociedade civil. Tínhamos e temos a participação de algumas associações e até mesmo contamos com a visita permanente do Deputado Gonzaga, que tem acompanhado esse trabalho.

Nesse trabalho, nós instituímos o grupo com seis reuniões. Nessas seis reuniões, a nossa tarefa era elaborar uma cartilha orientadora para os profissionais da área da segurança do que é o assédio, como ele se comporta e qual o caminho a percorrer para a denúncia.

Dentro dessas seis reuniões, que foram rápidas, fechamos esse texto, que agora está em revisão ortográfica para ser lançado. Eu me comprometo, Deputada, encaminhá-lo, para que a senhora possa colocar em

seu relatório. Assim que estiver pronto, acho que poderíamos inclusive fazer o lançamento em conjunto com a Secretaria Nacional, para que isso tenha um peso maior.

Para além desta cartilha, o que me preocupa agora é o fluxo a ser percorrido por essa policial que sofreu assédio, porque nós temos barreiras novamente. Sabemos que é crime, elas sabem o que têm que ser feito, mas e daí? Quem lhes dá garantia de que recorrendo elas serão ouvidas, primeiro; segundo, em sendo ouvida, como fica a carreira dessa policial dentro desta instituição, já que isso fica registrado. Isso é gravíssimo, volto a dizer.

Então, o que resolvi? Resolvi, após a cartilha, que nós tenhamos esse grupo de trabalho permanente – convido as senhoras fazerem parte de uma reunião, para que possamos ouvi-las – e que, nesse grupo de trabalho, sejam tratadas as especificidades da mulher policial e as suas reais necessidades.

Além do assédio, Deputada, nós temos falta de equipamento próprio para essas mulheres. A compleição física da mulher é diferente, o colete à prova de bala não lhe traz tranquilidade, não garante que fique o seu corpo protegido, já que eles são modelos masculinos e temos vários vazamentos, assim eu posso dizer. A empunhadura de armas tem que ter uma diferenciação. A mão de uma policial não é do mesmo tamanho, as necessidades são outras; o próprio uniforme, o uniforme de gestante. Hoje já temos, mas há pouco tempo não tínhamos um uniforme diferenciado, a garantia dessas mulheres de todas as prerrogativas da legislação para a maternidade se estender a elas.

Acho que todos esses são problemas para os quais temos que ter um olhar diferenciado. Não temos que esperar vir outra secretária nacional de segurança para que tenha esse olhar diferenciado. Temos que ter isso institucionalizado.

Eu sou mulher e eu não sou policial porque não fiz concurso, mas me sinto, às vezes, uma policial na rua como vocês se sentem. E penso muito naquilo em que essa instabilidade, dada pela organização, lhe traz em reflexo ao trabalho desenvolvido para a sociedade. Porque, se um policial tem que ter toda uma diferença para que ele possa exercer bem a sua função, é óbvio que o trabalho, que o serviço prestado à comunidade vai ser prejudicado se eu tenho uma instabilidade dentro da corporação. Isso é óbvio, eu sou o retrato daquilo que me tratam. Da forma como eu sou tratada, eu vou tratar.

Então, às vezes, começam as manchetes de jornal: “ah, porque o policial tem matado mais...”. A gente tentou ver como esse policial tem sido tratado, formado, capacitado dentro da sua instituição, como hierarquicamente ele tem sido tratado.

É um problema que nós temos que nos colocar também como sociedade. Se nós temos policiais vestidos de bandidos dentro das nossas corporações, nós temos que, para fazer valer aqueles bons policiais, eliminar esses policiais que lá estão. Mas nós não podemos, em hipótese alguma, deixar com que a instituição sofra qualquer abalo porque o Estado democrático de direito necessita, com certeza, de uma polícia fortalecida.

Então, eu acho que inicialmente eram essas as minhas palavras. Eu gostaria de trazer aqui esse trabalho que foi desenvolvido, mostrando que o nosso Governo está preocupado, sim, com essa policial, mostrando a nossa preocupação e me colocando, como Secretaria Nacional, até mesmo dentro da própria cartilha, como alguém que possa fazer a interlocução com os comandos gerais para essa melhoria.

Nós fizemos uma audiência pública no Estado de Santa Catarina com policiais, chamamos o comandante-geral naquela ocasião e, para além disso, nós temos que dar exemplo dentro das nossas corporações. Então, a Força Nacional de Segurança Pública tem um grupo de trabalho especial para cuidar da policial que está, na força, mobilizada.

E nós temos hoje uma atenção toda diferenciada para essa mulher. Alojamentos diferenciados, com um padrão diferente, porque assim exige. Nós temos que ter todo um trabalho para que ela possa, também, desenvolver o seu melhor trabalho.

Então, assim, Deputada, muito obrigada pela oportunidade. Estarei aqui, ouvirei atentamente e, se tivermos algo a ser corrigido, algo a ser alinhado diferente dentro da cartilha ou deste grupo de trabalho, o faremos com o maior prazer, para termos as policiais femininas trabalhando com mais dedicação e com melhor condição dentro da sua profissão.

O meu muito obrigada pelo trabalho das senhoras à rua, pela sociedade como um todo. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Secretária Regina Miki, pelas palavras.

Agora, passo a palavra à Srª Taís Cerqueira da Silva, representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Por favor, com a palavra.

A SRª TAÍS CERQUEIRA DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos.

Queria cumprimentar aqui a Deputada Keiko Ota, a Regina Miki, Secretaria Nacional de Segurança Pública, nossa companheira da Secretária de Políticas para as Mulheres, sempre nessa luta aí em prol das mulheres

policiais e outras tantas causas, como feminicídio e outras discussões, e as policiais aqui, que estão representando, policial Marli, Marcela e a Katya Flávia.

Eu fiz uma pequena apresentação, na verdade, tentando contextualizar essa discussão do assédio moral e sexual contra as mulheres policiais, pensando dentro de uma perspectiva mais ampla, em uma específica e em uma mais ampla.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres, junto com a Senasp, nós temos trabalhado nesse enfrentamento à violência contra as mulheres. E, ao falar em violência contra as mulheres, nesse contexto, a gente precisa sempre lembrar e, no caso das policiais mulheres, que fica ainda mais evidente a questão de gênero.

Quando a gente fala da questão de gênero, na verdade, a gente está falando em como foi construído o lugar das mulheres dentro da nossa sociedade e como alguns papéis atribuídos às mulheres estão sendo mudados. Mas a questão do espaço doméstico e atividades que, se a gente for pegar hoje, até hoje nós temos atividades e funções, profissões, que são eminentemente femininas. Por exemplo, se pegarmos a enfermagem, que é a profissão do cuidado, ela ainda é uma profissão eminentemente feminina, e outras tantas situações que a gente vê que essa concepção que nós temos sobre o lugar de homens e mulheres na sociedade ainda determina os locais onde as mulheres vão trabalhar e como essas mulheres serão recebidas ou acolhidas dentro desses espaços.

E quando a gente, obviamente, fala nas polícias, nós sabemos que estamos falando de instituições hierarquizadas em que ainda temos uma maioria de homens, embora isso esteja mudando, e que, consequentemente, os valores ditos masculinos, ainda predominam. E a gente não pode pensar a questão do assédio moral e do assédio sexual sem levar essas questões em conta.

Por isso que a SPM, a Secretaria de Política para as Mulheres, tem participado do grupo não só na elaboração dos conceitos, porque a gente não quer simplesmente falar do assédio moral e sexual, ponto; a gente quer falar do assédio sexual e moral contra as mulheres. E esse assédio tem uma especificidade.

A gente está falando de situações que foram aqui muito bem citadas pela Secretária, de várias situações práticas, mas que têm por fundo toda uma discussão de qual é o papel da mulher dentro da sociedade e o que a gente espera, então, de uma policial dentro de um contexto que ainda é muito hierarquizado e muito masculinizado.

Então eu trouxe aí...

Esse é só um pouco do conceito de gênero.

Pode passar.

Lembrando, então, que quando a gente fala dessas desigualdades de gênero, a gente está falando também de desigualdades, da questão do poder, existe uma relação de poder nisso.

E aí só para mostrar um dado do Ipea. Pode passar. Esse retrato das desigualdades, é muito interessante essa publicação embora ela seja até 2009, porque ela mostra um pouco as desigualdades de gênero e raça. Então, se vocês perceberem aí, as mulheres brancas estudam mais que as mulheres negras. As mulheres, em geral, estudam mais que os homens, mas quando vamos para os salários, pode passar, os homens ganham mais que as mulheres. E os brancos ganham mais que os negros.

Então, nesse retrato das desigualdades tem também, por exemplo, o número de horas que a mulher gasta em casa. Isso é muito importante quando a gente está falando de assédio moral e sexual, não é? Porque as mulheres ainda gastam, nós temos que nos lembrar da dupla jornada, a gente ainda gasta muito tempo, é o tempo do trabalho e é o tempo que se gasta em casa. Então, as mulheres em média trabalham, não estou aqui com o dado, mas trabalham muito mais que os homens dentro de casa.

Pode passar.

Só para a gente lembrar que, quando a gente está falando de assédio moral e sexual contra as mulheres, a gente está falando de um fenômeno mais amplo, como eu falei, que é o da violência contra as mulheres.

Infelizmente, o Brasil ainda é o sétimo, não é, nos casos de feminicídio. Nós temos registrados 500.320 estupros, isso com dados do Mapa da Violência, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e, pela pesquisa do Ipea, que foi feita uma minipesquisa de vitimização, estima-se que foram 527 mil tentativas ou casos de estupros em um ano. Então, só 10% são denunciados, o que é muito parecido inclusive com o dado sobre as policiais que, de 40% que se disseram, só 11% resolveram fazer a denúncia.

Pode passar, por favor.

E aqui é só um pouco dos dados dos 180. A gente teve um aumento considerável do número de atendimentos recentemente. E desses atendimentos, que só no primeiro semestre foram 364 mil atendimentos, 1.308 foram relatos de violência sexual. E nós temos aí, vou passar, acho que foram 78 de assédio moral, 89 de assédio sexual, ou vice-versa.

O que queríamos dizer com isso? Esta discussão, o fato de podermos estar aqui, fazermos essa discussão e darmos visibilidade à questão das mulheres, à especificidade no assédio moral e sexual das mulheres policiais tem a ver com toda uma trajetória de lutas que foram implementadas e aqui está um pouco dessa história. Cada vez mais o que queremos é avançar e entrar mesmo nas especificidades.

Que bom que hoje podemos discutir assédio moral e sexual tendo essa perspectiva de que as mulheres e as mulheres policiais são vítimas, que tem um número maior de mulheres sofrendo esse tipo de violência do que homens. Isso já sabemos, as estatísticas já mostram, mas é importante que consigamos nos aprofundar cada vez mais e entrar nas especificidades.

Dentro da política nacional, um dos tipos de violência que trabalhamos é a questão do assédio moral e sexual, dentro dessa perspectiva de que as mulheres são, potencialmente, as maiores vítimas.

Pode passar.

Ali estão os dados que falei: são 87 de assédio sexual e 78 de assédio moral. É importante lembrarmos que a Convenção Interamericana, para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, coloca o assédio sexual como uma das formas de violência contra a mulher. Isso está especificado lá.

Pode passar.

Aqui estão algumas definições. O que eu queria reforçar aqui é que dentro do GT trabalhamos na lógica do assédio moral não somente o interpessoal, mas também o assédio organizacional. Queríamos dar visibilidade para a questão da cultura, como a cultura organizacional é importante para discutirmos ações de atendimento, de denúncia. Existe, dentro da literatura, essa diferenciação. Cada vez mais, dentro da área da violência contra as mulheres, temos discutido... Aqui está um pouco do assédio sexual. É importante lembrarmos que, embora o Código Penal fale do assédio sexual, reforçando o caráter que tem que ser por um superior hierárquico dentro do grupo, o que as policiais – acho que vocês podem falar mais sobre isso – colocaram e que sabemos é que muitas vezes acontece também entre pares. Isso não acontece somente... Embora o Código Penal tenha essa especificidade, temos que lembrar que muitas mulheres, sentem, vivenciam esse tipo de violência, o assédio sexual, entre pares, embora a legislação não contemple isso.

Também quero dizer aqui que, tirando essa discussão, tem se usado a expressão assédio sexual, muitos devem ter ouvido falar, em metrô... Eles usam esse termo também. O próprio movimento de mulheres que tenham usado assim, embora não seja o que está contemplado na lei. Esse termo tem sido usado em outros espaços. Só para nos lembrarmos disso.

Pode passar.

Temos trabalhado, e essa é uma questão que inclusive reforçamos na cartilha, para discutirmos, o assédio na perspectiva da cultura organizacional. Então, hoje já se trabalha com esse conceito de tolerância institucional a violência contra as mulheres. Infelizmente, dentro do próprio Estado, temos uma cultura organizacional que parece não se importar com a violência contra as mulheres, uma cultura organizacional que por vezes banaliza essa violência.

Só para termos uma ideia disso, o CFEMEA, que é uma ONG feminista, que trabalha com essas questões, fez uma pesquisa sobre questão de representação social, sobre violência, sobre mulheres, sobre relação homem/mulher e fez inclusive com a segurança pública e com a saúde, com o Centro Especializado de Atendimento à Mulher. Percebe-se, pelas concepções das pessoas que foram entrevistadas, como ainda existe essa cultura institucional, essa tolerância à violência contra as mulheres. Não podemos deixar de discutir ISSO quando estamos discutindo assédio moral e sexual.

Por exemplo, nesta frase: “Algumas mulheres provocam os homens até eles perderem a cabeça”, 62% da saúde e da segurança pública concordaram com essa frase. Isso para termos uma ideia de que contexto estamos falando. Se estou falando isso posso dizer perfeitamente que a mulher policial, que sofreu assédio sexual ou moral, provocou até que ele perdesse a cabeça.

É disto que estamos falando: de uma violência que está arraigada em valores culturais e, portanto, precisamos trabalhar esses valores também. Essa é uma das preocupações do grupo, que temos discutido.

“Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros.” Essa foi até polêmica, do Ipea, mas aqui é da pesquisa do CFEMEA, é outra pesquisa. E com isso 40% da saúde concordaram e 34% da segurança.

Pode passar o outro só para ver se tem mais alguma frase bombástica.

“Em geral, as mulheres exageram os fatos da violência.” Sessenta por cento das pessoas da segurança pública, os profissionais da segurança pública, concordaram com isso. Então, se começarmos... Estamos querendo criar um ambiente para que as mulheres policiais denunciem o assédio moral, denunciem o assédio sexual, é importante termos em mente que estamos lidando com isso aí, com pessoas que podem dizer: “Você está exagerando, ele só te deu uma cantada! Ele fez um elogio. Você é louca! Você está exagerando, é feminista, você não está bem com o seu marido.” É disso que estamos falando.

Eu estou falando isso assim, porque eu atendi muitas mulheres, eu tenho uma base na assistência e na academia. Então, isso era o que eu escutava, e pensamos assim: “Ah, não! Isso hoje em dia nós escutamos?” Isso se escuta, nós escutamos, e a pesquisa está mostrando isso, e é disso que estamos falando aqui.

Pode passar, já está no finalzinho.

Aqui é só para ter uma ideia. O que a Secretaria... Nós temos vários serviços aqui, é só para termos uma ideia da rede de enfrentamento. Estávamos fazendo essa discussão, de que as mulheres policiais pudessem ser atendidas nos serviços que já existem, porque, inclusive na própria pesquisa – não vou me lembrar de números, porque eu não estou aqui com a pesquisa – eu vi que elas não se sentem confortáveis, muitas policiais, de fazer o atendimento dentro do próprio espaço, embora muitas possam contar até com psicólogos, assistentes sociais, porque o assédio moral e sexual, para além da questão da denúncia, tem todo um impacto emocional na vida das mulheres. Então, para esse impacto também queremos uma proposta da Secretaria de Segurança Pública, junto com a SPM, que isso seja também tratado e os serviços da rede possam estar disponíveis. Então, que essas mulheres policiais que não se sentem à vontade para fazer um acompanhamento dentro dos seus próprios órgãos pudessem buscar um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, a Casa da Mulher Brasileira.

Para isso, estamos fazendo uma conversa com as gestoras do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ou seja, das responsáveis pelas Secretarias de Políticas das Mulheres nos Estados, para que possamos sensibilizar mais, porque os centros de referência e a Casa da Mulher Brasileira, já têm que atender, mas queremos fazer essa discussão de uma forma mais aprofundada.

Pode passar.

Era basicamente isso. Aqui é só para ter-se uma ideia do que temos na rede hoje, e também, além disso, também estamos discutindo, para finalizar, a questão do 180, que hoje é um disque denúncia. Teríamos que fazer uma reformulação do fluxo, se realmente o 180 fosse fazer as denúncias, porque encaminhamos para o Ministério Público, encaminhamos para a Secretaria de Segurança Pública, precisaríamos fazer essa conversa dentro do 180; já estamos conversando, se realmente ele vai ficar como um canal de denúncia. E tem a Ouvidoria da Mulher, que, no caso, é na própria Secretaria de Políticas das Mulheres, que também acolhe essas demandas e faz orientações e encaminhamentos para os serviços disponíveis.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Srª Taís Cerqueira da Silva.

Eu quero aqui, neste momento, registrar a presença da Senadora Regina Sousa, da Deputada Conceição, da Deputada Christiane Yared, que tem que sair, e da Deputada Moema Gramacho e do Deputado e Subtenente Gonzaga, também da Senadora Vanessa Grazziotin e da Deputada Carmen Zanotto. Obrigada pela presença.

Ouviremos agora, a pedido delas, elas querem falar juntas, porque uma fala completa a outra. Então, vamos ouvir agora a Srª Katya Flávia de Caixeta de Queiroz, soldada da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, e a Srª Marcela Fonseca Oliveira, soldada da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Por favor, vocês duas com a palavra.

A SRª KATYA FLÁVIA CAIXETA DE QUEIROZ – Boa tarde a todos e a todas. É um grande prazer estar aqui, porque é uma forma de a gente buscar mais um auxílio para esse nosso caso, que ainda não teve nenhum resultado.

Gostaria de agradecer à Deputada Keiko – muito obrigada pela oportunidade – e a todas as presentes na mesa. Nosso caso foi mais um de muitos que ocorrem. Muitas policiais e outras mulheres de outras instituições não têm coragem de relatar esse fato.

A princípio, a gente não sabe com que falar. Por quê? Se nosso próprio superior hierárquico foi capaz de cometer um tipo de assédio, tanto moral quanto sexual, onde vamos buscar auxílio? Essa é nossa indagação.

A SRª MARCELA FONSECA OLIVEIRA – Boa tarde a todos os presentes, à Deputada... *(Falha na gravação.)*

A SRª MARCELA FONSECA OLIVEIRA – Com relação ao fato que ocorreu comigo, após já ter sido denunciado e, inclusive, ter sido aberta sindicância para apuração interna, nós – eu e Katya – começamos a sofrer um assédio moral, dentro da instituição, que partia do autor e dos demais oficiais, alguns não todos, que trabalhavam conosco.

Nosso caso era bem complicado, porque o autor, o tenente, trabalhava ao lado na nossa sala. Nós trabalhávamos na sala de operações, onde fica o 190 e onde fica o rádio pelo qual são empenhadas as ocorrências e as viaturas. Esse tenente trabalhava ao lado, era uma sede bem pequena.

Constantemente, ele entrava na nossa sala sem motivo aparente, somente para mostrar a superioridade dele. Nós tínhamos de prestar continência e apresentar o serviço. Ele, inclusive, olhava o que nós estávamos acessando no computador.

Ele começou a tentar fazer a cabeça dos outros oficiais para nos punir por qualquer fato que ocorresse durante o serviço. Para ele não se comprometer, deveria fazer um comunicação disciplinar, que é feita na nossa

instituição. Quando cometemos alguma falta, é feita uma comunicação disciplinar. Essa comunicação é apurada, nos é aplicada uma sanção disciplinar, e a gente perde pontos no conceito. Isso, futuramente, nos prejudica com relação a promoções, recebimento de abonos.

Ele tentava fazer a cabeça dos demais contra nós para sermos vigiadas constantemente. Eu cheguei ao meu comandante de companhia para passar nossa situação, porque, constantemente, militares, colegas de serviço chegavam até mim e avisavam para ter cuidado, para abrir o olho, que eles estavam tentando me pegar de qualquer forma, que alguma coisa ia acontecer.

Isso é uma coisa que tira a gente do equilíbrio e, infelizmente, mexe com nosso psicológico, mexe com nosso sentimental, afeta nosso trabalho. Estamos sendo vigiadas. Com esses avisos, nos tornamos mais instáveis e, com isso, mais sujeitas a cometer faltas.

Era justamente esse terror psicológico que eles queriam fazer com a gente. Eu cheguei até o meu comandante de companhia para pedir auxílio. Ele disse que estaria completamente disposto a apurar qualquer fato, desde que a pessoa que me avisou chegasse até ele, para dar depoimento e assinasse. Ou seja, isso jamais iria acontecer, porque, se eles estavam me avisando sobre a perseguição velada que estava acontecendo... Quem vai colocar o próprio nome para ser perseguido também? Então, isso era um atestado... era para nos calar, para que nada acontecesse com relação a isso.

E, assim, o sentimento que a gente tem hoje em dia é de frustração, infelizmente, com relação a tudo o que houve, porque, em decorrência de toda a repercussão que teve, inclusive em rede nacional, nós esperávamos que houvesse um retorno com relação a isso, uma punição proporcional ao que foi ocorrido a nós. Infelizmente o que acontece é que a gente continua sofrendo assédio moral no nosso serviço. Hoje em dia, até hoje, a gente continua sofrendo esse assédio, não é um assédio, assim, que... não é uma coisa que a gente possa denunciar, porque não é direcionado. É uma coisa velada, mas que a gente sofre as consequências no dia a dia. Inclusive, recentemente, agora, eu – na época da sindicância, que ela foi apurada, eu estava afastada, com atestado psicológico, estava afastada fazendo tratamento médico, tomando antidepressivos, e eu fui convocada a ser ouvida na sindicância e eu cheguei atrasada dez minutos, porque eu não consegui acordar devido à medicação que eu estava usando na época. Isso foi informado ao major que estava fazendo a audição e, no entanto, ele fez a comunicação disciplinar do meu atraso, da minha falta.

Essa comunicação disciplinar vem sendo apurada até hoje, isso se deu no início de 2014, em janeiro de 2014, e, no entanto, ela vem sendo apurada até hoje. Foi pedido o arquivamento. Eu anexei na minha defesa as receitas médicas, as bulas do medicamento, constando que ele causa sonolência, e, no entanto, a pessoa que abriu a apuração, que é um praça, um sargento, não visualizou nenhuma falta ali, ele pediu o arquivamento. Essa comunicação é julgada por uma Comissão de três militares. Todos os três pediram arquivamento, foram unânimes no arquivamento dessa comunicação, o Comandante do Batalhão na época, o Tenente-Coronel Jarbas, foi contra, ele não concordou com o arquivamento, ele entendeu que eu, realmente, cometi a transgressão e pediu uma advertência verbal. Eu discordei dessa advertência verbal, porque eu não achei justo eu ser advertida verbalmente por uma falta que eu não cometi. E eu recorri ao Comandante da 10ª Região, Coronel Elias. Ele foi contra a aplicação da sanção disciplinar da advertência verbal e solicitou a aplicação do art. 15, I, que é chegar atrasada. Ou seja, eu fui punida e perdi pontos no meu conceito por causa disso.

E eles publicaram, recentemente, em Boletim Interno, essa sanção disciplinar ativando a punição, só que, quando eu fui imprimir para trazer aqui para mostrar a vocês como é que é o nosso dia a dia, ela simplesmente desapareceu do Boletim Interno. Eles fizeram uma retificação desse Boletim, após informarmos que nós estávamos deslocando até aqui para participar desta Comissão, eles fizeram uma retificação desse Boletim, e essa publicação desapareceu.

Então, assim, essa história é só para mostrar como que está sendo o nosso dia a dia após... porque nós buscávamos um apoio, a gente denunciou, e esperávamos que fôssemos apoiadas dentro da própria instituição. A única punição que ocorreu com o autor do assédio foi a transferência para Pato de Minas, que é a cidade sede da região, que é a cidade, o polo mais próximo de Patrocínio, onde 99% dos militares que trabalham em Patrocínio sonham em trabalhar em Pato de Minas, e ele foi transferido para lá. A soldada Katya reside em Pato de Minas.

Todo dia ela tem que fazer um deslocamento de 70km para ir para Patrocínio e 70km para retornar, e ela não pode trabalhar em Patos de Minas porque o autor do assédio foi transferido para lá como punição.

Então, infelizmente, é este o sentimento de indignação, de frustração que a gente traz. Mas nós temos a certeza de que nós não vamos abrir mão, vamos lutar até o fim, buscar um desfecho para esse caso, e não só para o nosso, porque nós sentimos que nós estamos abrindo portas para mulheres. Nós não queremos ter esse exemplo de frustração para passar para as outras mulheres que sofrem esse tipo de assédio. Nós busca-

mos um exemplo firme e forte, ou seja, que esse autor seja realmente punido. E nós não vamos descansar até que isso ocorra.

A SRª KATYA FLÁVIA CAIXETA DE QUEIROZ – A Srª Taís falou sobre a pesquisa de uma frase: “Se as mulheres soubessem se comportar, não aconteceriam tantas coisas.” Eu penso assim, no nosso meio militar, é muito rígida a rotina que a gente vive. É baseada em hierarquia e disciplina e nós não temos contato – como eu posso expressar? – nós não temos vestimentas inadequadas, nós não temos comportamentos inadequados. Então, nós não damos intimidade para os nossos colegas de trabalho terem um tipo de atitude dessas com a gente.

No meu caso, à época do SAT, eu era casada, esse tenente também é casado até hoje, tem filho e eu nunca dei esse tipo de liberdade para ele dizer tantas coisas que ele disse comigo na época. Ele passava por mim, nos corredores da companhia em que a gente trabalhava, dizendo que o meu sorriso era muito bonito, que eu alegrava o dia dele, mandou várias mensagens via Facebook para mim, chamando-me para eu ir, no meu horário de folga, a Patrocínio, para a gente ter um relacionamento fora do horário de trabalho. Foram várias cantadas baratas que ele não deveria ter feito, porque eu nunca tinha dado esse tipo de intimidade para ele.

Então, a gente fica meio receosa: “E agora? O que nós vamos fazer?” À época eu pensei: “Será que isso acontece só comigo? Eu devo ter alguma coisa errada.” Eu perguntei para as outras colegas. Um dia, a Marcela estava trabalhando lá na Soul, na época, eu também trabalhava lá, no meu horário de folga, eu passei. Perguntei para ela: “Marcela, está acontecendo esse tipo de coisa comigo. Será que é só comigo ou lhe aconteceu alguma coisa do gênero e tal?” Ela disse: “Não, aconteceu comigo também. Eu mostrar-lhe as conversas”. Então, eu comecei a ler as conversas que ele mandava para ela. Ele dizia-lhe que era para ela, na hora em que ele entrasse lá na sala onde a gente trabalhava, dar uma piscadinha sensual para ele, muitas coisas bem pesadas. Pensei: “E agora? O que nós vamos fazer? Não é só comigo. Se continuar desse jeito, pode virar uma coisa muito pior. Agora são só cantadas e depois se começar a virar ameaça, o que vamos fazer?”

Então, procurei um colega de serviço que tinha contato com o pessoal da Asper, uma entidade que representa os militares. Ele me disse: “O que eu posso fazer é pegar esses papéis e mandá-los para cima para ver se a gente consegue algum auxílio.” Esses papéis foram parar na Corregedoria, que pediu esse procedimento que foi apurado por duas vezes.

Nossa primeira audição foi no final de 2012. Na época eu estava de férias. Eles retiraram os meus dias de férias para ir lá depor sobre esse fato. Depois de quase um ano, eles chamaram a gente lá de novo para depor sobre o mesmo fato: “Não, nós vamos ter que fazer novas diligências”.

Em 2014, quando o pessoal conseguiu mandar os papéis para a Assembleia em BH, foi que falaram que ia haver essa audiência pública lá e, somente em março deste ano, que conseguimos ir lá à Assembleia em BH para falar sobre esse fato. Lá, o pessoal pediu auxílio ao Ministério Público e disse que haveria uma apuração na nossa Corregedoria, órgão que fiscaliza os militares. Disseram-nos: “Não, fiquem tranquilas que nós vamos resolver.” Então, a gente pergunta para um, pergunta para outro: o que deu? “Ah, nós não sabemos.” “Ah, vai haver uma reunião no Ministério Público tal dia e nós vamos avisar para vocês o que vai dar.”

Enquanto isso, no nosso serviço, nós sofremos perseguições veladas, porque eles nunca realmente vão aparecer de cara e dizer: “Não, eu estou fazendo isso com você por isso, por isso, por isso.”

Eu estive adoentada, precisei pegar um atestado médico, justificado, daí, no outro dia, já estava disponível para o serviço, estava escalada normalmente; no outro dia, eu iria trabalhar novamente. Aí surgiu uma escala extra para mim, no meu dia de folga, com a justificativa de que eu deveria trabalhar para pagar o dia de serviço que eu estava de atestado médico homologado, porque se eu pegasse atestado, eu teria que trabalhar.

Eu falei “tá, eu vou trabalhar”, e fui trabalhar normal, no meu dia de folga, e fiquei perguntando isso. Um dia teve uma reunião, uma instrução semanal que a gente tem, e eu indaguei um oficial que é chefe de recursos humanos, que organiza essas escalas. Perguntei: por que aconteceu isso comigo? Ele falou assim: “Não, não, foi um equívoco da administração. Pode ficar tranquila que nós vamos corrigir isso. Suas horas ser computadas.”

Com a Marcela aconteceu a mesma coisa, esse negócio de atestado. Então, eu fico pensando assim: Por quê? Se eu peguei um atestado devidamente homologado, eu tenho que pagar pelo meu dia de serviço? Tá, minhas horas vão ser computadas. Mas eu trabalhei. Então, no meu dia de folga, em que eu poderia estar descansando, estar me recuperando para o meu próximo dia de trabalho, eu tenho que ir lá cumprir uma escala, que foi uma arbitrariedade da administração.

Então, dentre essas e outras perseguições que a gente sofre e que a gente sempre clama por alguma solução, nós estamos aqui hoje para ver se a gente consegue mais uma solução para o nosso caso e para muitos outros que acontecem por aí.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Nossa, realmente, as coisas não estão indo bem. Katya e Marcela contem com esta Comissão. Tenho certeza de que a nossa Presidente, a Simone, desta Comissão Mista de Combate à Violência contra Mulher, vai, realmente, se envolver nesses casos para gente possa punir os culpados.

Como se pode trabalhar dessa forma? Eu conto também aqui, com a Secretária Nacional de Segurança...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Deputada Keiko, se me permite, eu vou ter que sair, me retirar por alguns instantes, mas eu gostaria de cumprimentar todas as participantes desta audiência pública na pessoa da Drª Regina Miki. É muito importante tê-la conosco. Ela é uma grande parceira no Ministério da Justiça.

Quero dizer à Katya e à Marcela que esses fatos são lamentáveis, agora, infelizmente, isso não é algo que acontece só em Minas Gerais. Um dia desses, eu conversei com a Drª Regina Miki, pois, lá no meu Estado, um caso semelhante evoluiu para um crime, e se nós não tivéssemos nos envolvido, o crime ia ser tratado como suicídio da soldada de 26 anos de idade. Seria tratado como suicídio. Ela trabalhava no Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Estado do Amazonas e perdeu a vida.

Eu aproveito, Drª Regina, para dizer que estamos conversando com o Ministério Público no sentido de efetivamente federalizar esse crime. Eu disse que isso é muito simbólico porque as mulheres, nós sofremos problemas, não é Taís?, em todos os espaços da sociedade. Agora, no âmbito da polícia, as coisas anteriores ainda, como no Exército.

No meu Estado, infelizmente, tem sido comum mulheres militares, policiais serem agredidas e ficar por isso mesmo. E elas, como está ali na frase, acabam se transformando em uma realidade, que elas são culpadas.

Mas eu só queria fazer esse relato e dizer, como disse a Deputada Keiko, nós aqui temos a Secretaria de Mulheres da Câmara, a Procuradoria de Mulheres do Senado, temos esta comissão, que é permanente e que é, exatamente, para isso.

Cada caso não é só mais um caso; é um caso que não for bem tratado, ele vira mais aquela questão que foi dita aqui, é comum. A gente tem complacência com a discriminação e com a violência que a mulher sofre ainda. Não podemos mais ter isso, não é?

Obrigada. Peço desculpas, Deputada Keiko, por ter me estendido.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Senadora.

A SRª REGINA MIKI – Mediante o que foi posto aqui pelas duas soldadas, eu vou fazer o seguinte: pedir para que a gente expeça um ofício ao Comandante-Geral da PM de Minas Gerais para que ele informe os procedimentos adotados nos dois casos, para que a gente possa acompanhar pelo GT, que está criado dentro da Senasp, os dois casos para a gente ver o desfecho disso.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Deputada, eu queria também propor, assim como a nossa Secretária Nacional de Segurança, um requerimento da nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Pois não, sim.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Pedindo informações e solicitando que nós queremos o acompanhamento...

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Com certeza.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – ... por parte... Pode ser emblemático, mas ele é pedagógico. Eu acho que a partir daí, passa a ter um olhar tanto do Ministério, quanto da nossa Comissão. E aí pode abrir inclusive um espaço para que outras pessoas tenham a coragem de denunciar, e a denúncia precisa ser apurada.

Acho que não dá para a gente... Até porque nós sabemos como é que é a farda e como é que é o regime, em especial dos órgãos, e nada da farda pode, muito pelo contrário, não tem exposição. E mesmo que tivesse, gente, não é a roupa que permite e que possa vir a dar o direito de as mulheres no trabalho serem assediadas, e mesmo fora dele. Se nós nos pautarmos pela vestimenta, aí a gente vai permitir que se acredite que todas as nossas mulheres que são vítimas de violência e estupro causaram, provocaram, elas que se insinuaram, então elas merecem. Não é essa a nossa leitura, muito pelo contrário.

A roupa não deve pautar o respeito; o respeito deve ser inerente a todas as profissões e a todos os momentos, senão, daqui a pouco, nós vamos entrar na lógica de que, se o decote está um pouquinho mais acenado, ou um botão abriu, é porque a gente está querendo algum tipo de abertura de espaço para outra coisa.

Então, queria agradecer às meninas que tiveram a coragem de trazer essa pauta.

Na semana passada, nós tivemos, por parte da nossa pauta da Bancada Feminina, uma audiência. A Deputada Keiko esteve lá conosco. E a gente está se preparando para os Jogos Olímpicos, os grandes eventos, assim como aconteceu na Copa. E a gente ouviu de uma atleta brasileira o que acontece também nos bastidores dos grandes clubes, usando o sonho das nossas meninas, das famílias, que estão numa situação de muito mais vulnerabilidade pela falta de informação, pela necessidade do alimento, muitas vezes, porque elas saem de casa, dos seus Municípios, e vão, ficam em alguns alojamentos e têm uma esperança ali. Imaginem, isso a gente descendo, estava imaginando, “Meu Deus, se como militares, que têm formação, que são aprovadas num concurso público, isso acontece, porque acontece em todas as áreas...” Eu fiquei aqui ouvindo e fazendo um paralelo entre o que a gente ouviu na semana passada e nesta.

Então, nenhum tipo de margem pode deixar de ser investigada e apurada, e é papel da nossa Comissão Mista. Eu queria pedir isso, acho que em nome de todos os membros desta Comissão, que a gente efetivamente, além de encaminhar o requerimento, a gente acompanhasse.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Com certeza.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – E pedir à assessoria da nossa Comissão que nos mantenha informados em cada reunião. “O ofício foi expedido então, data, já faz tantos dias, a gente não recebeu resposta”, para que a gente possa não se perder no prazo, porque aqui é muito trabalho.

Obrigada, Regina e às nossas expositoras por terem estado aqui e por terem também abraçado essa situação e levado a esse grupo de trabalho, que eu acho que vai melhorar, com certeza, a relação interna em todos os órgãos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Deputada Carmen.

Agora vou passar a palavra aqui à Srª Marly Bertolino,...

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – ... representante da Federação Nacional...

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Deputada Keiko.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Pois não.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – A senhora me permitiria fazer uso da palavra, por causa de uma agenda lá no Ministério do Trabalho? Permitiria? Dá licença?

Boa tarde a todas e a todos. Quero aqui cumprimentar a Presidente da Mesa, Vice-Presidente da Comissão, a Deputada Keiko e a Deputada Carmen Zanotto, que está aqui presente, Senadora, Drª Regina, todos da Mesa, mas um cumprimento especial também à Marcela e à Katya pela coragem de estarem aqui.

Sabem, eu sou policial militar em Minas Gerais e fui diretor da nossa Associação de Praças por vinte e poucos anos, fui presidente dela por três mandatos, doze anos, e acompanhei vários casos de assédio, tanto assédio moral, quanto assédio sexual. A cada um a gente dá um tratamento, e a maioria não teve coragem de fazer o que vocês estão fazendo.

Nós acompanhamos, desde o início do ano passado, do final de 2013, início de 2014, e, de fato, vocês podem e devem abrir as portas para que muitas outras mulheres policiais militares, profissionais de segurança pública, possam, de fato, ter a coragem de denunciar.

Eu concordo, e sugeri que se aprovasse um requerimento pedindo informações ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais. Eu queria chamar a atenção aqui, porque a Comissão pode e deve ser muito importante num processo que estamos construindo. Sou daqueles que acham que a gente muda o comportamento por valores, a maioria, mas, quando falamos em mudança de comportamento institucional, de mudança de cultura organizacional, temos de falar de parâmetros, de garantias jurídicas, para que aqueles que não têm, que não sabem determinados valores, para que eles tenham a legislação a ser cumprida para gerar direitos.

Um dos grandes problemas que nós temos, a Drª Regina sabe, nós dialogamos sobre isso há vários anos, são os nossos regulamentos disciplinares. Em Minas Gerais, ainda que tenhamos feito uma mudança significativa com o nosso regulamento disciplinar, em 2002, o qual, realmente, é bem diferente dos regulamentos disciplinares dos outros Estados, nós não conseguimos tipificar o assédio moral, por exemplo. Em 2010, conseguimos aprovar uma lei em Minas Gerais, a Lei Complementar 116, que tipifica o assédio moral, prevê a punição no âmbito da Administração Pública, mas o artigo em que conseguimos aplicar aos militares foi vetado pelo Governador, hoje Senador Anastasia, vetado por imposição do Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Então, não conseguimos a aplicação do assédio moral no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, muito embora tenhamos conseguido aprovar nessa legislação da Lei Complementar 116, de Minas Gerais.

Mas está tramitando na Câmara, vai chegar ao Senado, um projeto de lei de nossa autoria que é um bom espaço para corrigirmos essa injustiça, do ponto de vista legal, nos regulamentos disciplinares. Nós estamos tendo apoio. Na semana passada, aprovamos um requerimento de urgência, no plenário da Câmara, para votarmos o Projeto de Lei 7.564, que impõe uma mudança nos regulamentos disciplinares das Polícias e dos Corpos de Bombeiros dos Estados, que é o espaço que nós temos para tipificar o assédio moral.

Então, acho que a Comissão pode nos ajudar na tipificação do assédio moral no âmbito disciplinar. No âmbito criminal, nós apresentamos um projeto de lei, o Projeto 2.876, de 2015, apresentado no início de setembro, está na Creden. Vou fazer uma diligência junto à Presidente, a Deputada Jô Moraes, para ver se a gente pauta mais rapidamente, designa relator mais rapidamente. Tem a colaboração da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança, junto com a Comissão que está trabalhando na Senasp, que a Drª Regina mencionou, que também está trazendo uma redação. Eu acho, até já dialoguei com a Comissão no sentido de

que talvez partisse da Comissão de Participação Popular esse projeto, numa ideia de ter um movimento mais consistente, até para tipificar. Estão tipificando no Código Penal Militar. É lá que estamos buscando tipificar o assédio moral, mas temos esse espaço.

Espero que ainda este ano a gente consiga aprovar esse projeto para que possa ser, Secretária, sei do empenho da senhora. Esse projeto tem uma convergência com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, tem uma convergência com a Secretaria de Segurança Pública, com o Ministério da Justiça, da própria Presidência da República, com o Ministério da Defesa – nós tínhamos uma preocupação por se tratar da alteração de regulamentos disciplinares das Polícias Militares. Precisa haver uma grande convergência. Tenho muita convicção de que é uma oportunidade que a Presidência da República tem, que o Ministério de Justiça tem para dar uma grande contribuição para combatermos o assédio moral e o assédio sexual no âmbito das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiro à medida que nós fizemos um código que tipifica e pune de fato.

A maioria de nós tem valores que respeitam a dignidade das pessoas. Mas o nosso regulamento disciplinar institucionaliza o assédio moral. Qualquer um que tiver o cuidado de ler o regulamento disciplinar as Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros dos Estados vão ver que ele institucionaliza o assédio moral. Então, se nós não mudarmos a legislação, nós não vamos atingir esse objetivo aqui.

Mas foi colocado também pela eminente assessora da Secretaria das Mulheres sobre denúncia. Infelizmente, o Disque 100 não atende os militares, porque aí não é só o caso do assédio. Várias outras denúncias de que houve tentativas de ser feita através do Disque 100 tratou de militar já redirecionou “não, isso aí é disciplinar; nós não temos muito o que fazer”. Então, é preciso olhar. Nós já estivemos na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos conversando sobre isso, mas sem muito sucesso – também num momento de transição que estava acontecendo. Mas o fato concreto é: uma denúncia lá é canalizada por ser disciplinar, por ser de militar, não é recebida nessa dimensão do Disque Denúncia.

Nós temos que, de fato, insistindo nesse caminho, mudar a legislação pedindo apoio aqui das mulheres desta Comissão Especial, da Bancada Feminina, para que nos ajude a conceituar corretamente, até para que a gente possa trabalhar em todos os Estados para que adote um conceito. Nós não estamos trabalhando num código nacional. Nós estamos trabalhando o Pacto Federativo, mas o conceito pode ser nacional. O conceito de assédio moral, o conceito de assédio sexual e a punição prevista. Nós estamos apenas impedindo que seja punida com pena de prisão a falta disciplinar. Mas nós continuamos com o Código Penal Militar, continuamos com a legislação infraconstitucional, extravagante – não é assim que se fala, Secretária? –, mas precisamos de fato de ter esse parâmetro.

Então, eu queria agradecer, contar com essa colaboração. Vou fazer gestão junto à Presidente da Creden com a Deputada Jô Moraes para a gente acelerar a relatoria desse nosso projeto lá e dizer mais uma vez da nossa satisfação de estar aqui e, mais uma vez, acolhendo a Marcela e a Katya. Elas já se expuseram no Fantástico, já se expuseram na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e ainda assim não tiveram o resultado esperado. Eu conheço bem essa cidade de Patrocínio, cidades de Patos de Minas, que ela mencionou. Então, de fato, quem foi beneficiado foi o tenente que foi o autor do assédio, porque ele, sim, saiu de Patrocínio e foi para Patos, cidade que todas elas queriam ir. Então, sobre a premissa de que elas não poderiam trabalhar mais sob a subordinação dele, ele teve o benefício de ser transferido, e elas não viram ainda o seu direito, a sua dignidade respeitada.

Então, quero cumprimentá-la mais uma vez e dizer que, estando aqui ou lá, nós estamos nessa mesma luta, nessa mesma briga. Agradeço, peço licença para retirar-me porque eu tenho uma agenda lá no Ministério do Trabalho. Mais uma vez, muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigado, Deputado.

Vamos ouvir agora a última, a Srª Marly Bertolino, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

A SRª MARLY BERTOLINO – Boa tarde. Cumprimento a Mesa em nome da Deputada Keiko, os demais representantes aqui. Boa tarde a todos e todas.

Eu sou Marly Bertolino, da Secretaria-Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, e estou representando aqui a Polícia Rodoviária Federal, que é filiada a nós, como a Polícia Federal, os agentes penitenciários e alguns mais policiais.

Então, infelizmente, o que foi falado aqui na Mesa – não vou repetir – é geral em todo o movimento policial. Eu acho que até em todo o movimento de trabalho. As mulheres sempre são assediadas, moralmente ou sexualmente. Isso aí é um retrato fiel da sociedade.

Muitas vezes a mulher policial, principalmente a mulher da Polícia Rodoviária Federal, quando intercepta algum caminhoneiro, algum motorista inadimplente na estrada, ela não é respeitada, ela é até desacatada por

eles – então, só pelo fato de ser mulher. Ela é tão policial quanto o homem que está do lado dela, mas ela não é respeitada como uma verdadeira policial.

Então, o que nós vimos na fala desse pessoal que vem falando – nós tivemos há pouco tempo uma audiência da Polícia Federal –, o que eles falaram: sobre assédio sexual, sobre assédio moral. Houve uma policial que veio e ela veio consciente que responderia a uma comissão de indisciplina porque ela teve a coragem de vir aqui para poder falar sobre o assédio que ela está sofrendo. Mas ela colocou a mão na palmatória e enfrentou o público contando tudo o que ela está sentindo, o que ela está passando e as colegas dela que não têm coragem de fazer o que a Katya e a Marcela acabaram de fazer. Também reclamam muito porque não têm o respeito dos seus superiores, principalmente na área da maternidade, da nutrição, como nutrízes que têm o direito ao período para amamentação.

Então, nada disso é respeitado. A mulher policial é considerada um sexo frágil. Então, é considerado, muitas vezes, que não deveria estar ali porque ela não tem o potencial para ter o mesmo poder que o homem tem, não é? Então, eles não respeitam, mesmo, a mulher como policial nem como uma profissional ou como uma colega de luta, de batalha, e que, muitas vezes, tem mais consciência do que o próprio colega para poder resolver e apartar alguns casos.

Então, elas vêm reclamando demais para a gente desse desrespeito dos seus superiores e dos seus colegas também. Então, nós vimos que existem muitas... O índice de suicídio e de depressão está muito alto na polícia. Então, é muito preocupante. O que nós vimos de colegas doentes emocionalmente por causa do assédio que sofrem, dos *bullying* que sofrem no dia a dia na polícia, do excesso de trabalho, de não ter vida própria e não poder sair e ir para um passeio no final de semana com sua esposa ou com seu marido porque está de 24 horas de plantão. Um eterno plantão, uma coisa que eles reclamam também. Eles não podem sair para passear, ir ao Município próximo, sem autorização dos seus superiores, mesmo nos dias de folga. Como as meninas disseram, ali, de licença médica, de férias, elas foram convocadas e ela, de licença médica, está respondendo um processo por atraso, sendo que ela estava de licença – ela fez um favor de ir até lá.

Então, isso aí é um desrespeito que os nossos superiores têm para com a gente. Então, eu acho que nós temos, sim, que fazer alguma coisa. E a Confederação dos Servidores Públicos está disposta a ajudar naquilo que for necessário. Então, esta Comissão, este GT, pode contar conosco da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui. Foi de improviso, ouviu gente? Eu estou aqui de improviso porque a policial que viria não foi autorizada a se deslocar. Então, é por isso que eu estou falando apenas o que ela me passou por telefone, pois, senão, elaalaria muito mais, com mais propriedade, porque ela, sim, vive o dia a dia lá dentro e sabe exatamente o que ela e os seus colegas estão passando.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Srª Marly Bertolino; representou muito bem a nossa querida policial.

Bom, eu quero aqui registrar a presença também da nossa relatora, Deputada Luizianne Lins. V. Exª quer fazer uso da palavra?

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Presidente Deputada Keiko Ota, parabéns pela audiência pública, parabéns a todas as nossas palestrantes, à Marly, à Marcela, à Katya, à Tais, à nossa companheira Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública. Quero parabenizar o seu compromisso na luta contra a violência. Não é à toa que V. Exª é a Vice-Presidente da nossa Comissão de Combate à Violência contra a Mulher.

Quero só fazer dois registros. O primeiro é que já estamos providenciando, conversei com a assessora no sentido da sugestão dada, extramente válida, de fazermos um apanhado, pedir informações a todas as Secretarias de Segurança, para vermos como está essa situação particularmente na questão dos processos em que as mulheres são vítimas, as mulheres policiais, para termos uma visão geral do Brasil, a partir do depoimento das nossas colegas.

A segunda coisa é que quero registrar que a Marly acabou de dizer que quem viria não pôde vir. Isso também é violência. Isso é uma manifestação clara de violência simbólica praticada, no momento em que se quer silenciar e que as policiais militares, civis, rodoviárias, na verdade sofrem também a violência de gênero, praticada em todas as esferas. Por isso mesmo, nós, mulheres, quando estamos exercitando o poder, seja institucional, seja até o poder da força, porque falamos muito no aparato de força, precisamos lidar com isso de forma diferenciada, no sentido de transformarmos a luta contra a violência, na verdade, na luta por amor. Violência gera violência, isso é a coisa mais certa do mundo, a história está aí para provar isso.

Penso que temos que saber lidar inclusive como mulheres, nesses espaços, aprendermos também a não masculinizar a nossa atuação – masculinizar não do ponto de vista de querer ser homem, não é nada disso, estou falando no sentido de termos formas diferenciadas da ocuparmos a sociedade. Não adianta estarmos

aqui na política, no Parlamento, sabemos que é um ambiente muito masculino, do ponto de vista de gênero mesmo, mas não adianta jogarmos com as mesmas armas, porque não vamos melhorar o poder. Então, isso se alastra para todos os setores.

Quero parabenizar a coragem de vocês, por terem vindo aqui, nesta Comissão, parabenizar a coragem da Keiko de puxar este debate entre nós.

Vamos nos empenhar, já estou aqui topando colocar no relatório uma parte específica sobre a situação da condição da mulher que trabalha no aparato de força e também é violentada, de uma certa forma quando sofre esse tipo de assédio.

Nós vamos também propor uma diligência no quartel para que possamos dar de fato uma compreendida melhor nisso. A Regina nos ajuda e nós vamos compreender melhor. Essa situação certamente se multiplica em várias outras. É a demonstração de que conseguimos ouvir aqui, pela Deputada Keiko, mas na verdade talvez tenhamos muitas mulheres, policiais, que não têm essa oportunidade, que não têm voz e que poderiam estar sendo, digamos assim, contempladas com a nossa discussão.

Fica essa proposta. Vamos fazer essa discussão aqui na Comissão.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Luizianne.

Quero aqui registrar a presença da Deputada Alice Portugal, mas primeiro quero passar a palavra à Senadora Regina Souza.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Boa tarde.

Quero cumprimentar a minha querida amiga Regina. Não sei como ela dá conta do tanto que ela é requisitada, só no Piauí ela já foi este ano não dá nem para contar quantas vezes já esteve por lá discutindo segurança. Cumprimentar a Presidenta, os demais membros da mesa.

Acho importante o que foi colocado aqui, em termos de fazermos esse levantamento do que existe de processos nas nossas polícias estaduais. Podem ter certeza, vocês duas, meninas, vocês tiveram coragem. O que tem de novo é isto: vocês terem coragem de expressar independente do risco que corram.

Podem ter certeza que há muito mais. Há muitas meninas aí sendo também assediadas e não têm coragem de dizer. Vocês duas podem ter certeza: vocês não vão ser promovidas, vocês não vão receber medalha, porque para tudo há os padrinhos para indicar. Os homens sentem que vocês invadiram o espaço deles. O espaço da polícia era de homens. Então, isso já é uma invasão. Vocês vão ficar marcadas, mas não esmoreçam, vão em frente, até para dar coragem para as outras.

Há muitas coisas acontecendo, como a superioridade que os policiais masculinos se colocam em relação às mulheres. Nós ouvimos falar, mas nem todas têm capacidade de fazer a denúncia e de segurar.

Há uma coisa importante que acho que temos que tratar também, que é a formação dos nossos policiais. Tivemos uma audiência pública na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos, e tratamos disso, da violência policial, como o caso daquele menino que mataram aqui, o Antônio Ribeiro. Houve uma audiência pública na quinta-feira.

Temos que compreender uma coisa: a formação que eles tiveram e que têm ainda tem muito a ver com os resquícios da ditadura, até porque ainda há muitos policiais na ativa que tiveram aquela formação. Então, é preciso mudar a formação. A primeira coisa é o conteúdo, é ver que tipo de currículo é dado, porque todo mundo passa por um curso de formação antes de entrar na polícia. Depois há outro e mais outro durante a vida policial.

Mas, que conteúdo é esse? Pelo menos no meu Estado existe exclusividade. Quem dá curso aos policiais são apenas os policiais. É exclusivo deles. Acho que isso tem que quebrar, porque deve haver uma carga horária de direitos humanos. É só um exemplo, mas eles servem a muitas outras coisas também. É preciso que vejamos como interferir nessa questão do conteúdo dos cursos de formação, pelo menos que essa parte dos direitos humanos seja ministrada pelas universidades, por entidades que tenham comissões de direitos humanos, que tenham vivência, que discutam em outro ângulo, porque o ângulo dos cursos de formação é para ser durão. Já se diz: “Tem que ser duro, não pode chorar.” Portanto, já incita, porque a pessoa que não chora extravasa de alguma forma. Portanto, já gera violência.

A formação policial tem que ser vista com olhar bem atento na questão dos conteúdos, para ver se muda a concepção, porque, de cara, a concepção policial já é para chegar chegando mesmo, chegar agredindo, chegar “baculejando”. Antes de a pessoa ser culpada, ela já foi condenada, principalmente os meninos negros. Eles veem um menino na rua, já chegam até ele, já é suspeito. Essa é a formação que ele recebe. Então, é preciso mudar essa formação.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Senadora.

Passo a palavra para Alice Portugal.

Deputada, por favor.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Obrigada, Deputada.

Primeiro, cumprimento todas, as Parlamentares, a Senadora, as Deputadas.

Quero dizer que não pude assistir aos depoimentos. Estive até agora na CPI do Crime Cibernético, no Brasil, onde estamos ouvindo, há dias, policiais, mulheres, representantes de entidades infantis, lutadores contra a pedofilia na internet. Tem sido uma outra frente de segurança pública que estamos travando e que coincide com o horário da CPMI aqui, quando a CPMI é chamada. Mas, sem dúvida, tenho algo a dizer em relação à questão da mulher na segurança pública.

Sei que é uma tarde mineira, praticamente, mas, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, nós temos trabalhado muito nessa discussão acerca do papel da mulher nas Forças Armadas, na Polícia Federal, nas polícias ostensivas.

As mulheres ocuparam espaços que, de fato, nunca antes ocuparam. Nós, hoje, temos mulheres oficiais. É só olhar o último desfile do 7 de setembro. As mulheres tiveram destaque no Brasil todo. Mulheres chegando ao oficialato nas Forças, mulheres policiais e mulheres de carreira jurídica, delegadas na Polícia Civil, nas Polícias Civis, na Polícia Federal. As mulheres chegam às forças de segurança, mas chegam ainda em condições de subalternidade, com dificuldade de acesso aos postos de comando. Evidentemente, é preciso tratar disso.

Quando cheguei aqui na Câmara, já tramitava um projeto, e fui tomada de grande surpresa, pois a mulher policial no Brasil não tinha direito à garantia de aposentadoria como tem qualquer mulher no setor público ou qualquer mulher no Brasil. Ou seja: “Vocês queriam ser policiais, tudo bem, foi concedido a vocês mulheres entrarem na polícia, mas vocês serão tratadas como homens”.

Quero dizer que os bastidores da aprovação dessa lei foram muito mais duros do que pode parecer. Foi duro. O debate foi sério, foi pesado. Eu fui coordenadora da Bancada Feminina e participei intensamente dessa tentativa que, só na legislatura, no final da legislatura passada, conseguimos aprovar. Mesmo assim, fiquei sabendo que há questionamentos no Supremo hoje – não é verdade? – contra a aposentadoria da mulher policial.

Essa é uma frente fundamental para que a mulher se faça respeitar dentro das polícias. Nós não podemos perder a garantia do direito à aposentadoria da mulher cinco anos antes do homem, como em qualquer categoria, sendo trabalho penoso e perigoso, efetivamente, dentro do padrão da categoria policial. Isso é indispensável. É algo que a CPMI, na minha opinião, poderia inclusive reservar como elemento indicativo de preservação dessa lei, aprovada e sancionada, com foto com a Presidente da República, e nós não podemos abrir mão de que seja cumprida.

Em segundo lugar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Não, nem todos os Estados aprovaram nas Assembleias.

A SRª REGINA MIKI – Não. E eles alegam que não foi extensivo aos Estados. Na realidade, a policial é penalizada por ter sido concursada, porque aposenta em pior situação do que qualquer outra profissão no Brasil.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Sem dúvida. Sem dúvida.

Outra questão são os direitos básicos da mulher à maternidade, à amamentação e a creches, que nós sabemos que as forças policiais ainda não disponibilizaram.

Na Bahia, foi criada uma associação dentro da PM. A PM da Bahia tem mais de 200 anos. Foi uma força revolucionária na luta contra os portugueses. Nós temos mulheres heroínas, mas só agora, em conjunto com o Senado, conseguimos reconhecer essas mulheres baianas da luta que culminou no 2 de julho, com a expulsão das últimas tropas portuguesas no Brasil. O 7 de setembro foi em paz, mas a guerra continuou pela independência. E nós conseguimos agora dar o título de heroínas a Maria Quitéria e a Joana Angélica, mas não conseguimos ainda dar o título à negra Luiza Mahim. E as policiais baianas colocaram o nome da sua associação de Associação Luiza Mahim, que foi uma mulher que enfrentou as tropas portuguesas na Ilha de Itaparica. Essas mulheres escondiam punhais dentro das vestes e usavam a arma da sedução com alguns portugueses ainda encastelados na Ilha de Itaparica.

É importante as policiais organizarem dentro de suas forças associações específicas de mulheres. Porque se nós não constituirmos essas frentes, nós vamos ter muita dificuldade pelo simples sistema sindical, em que há um avanço maior. Em relação à Polícia Rodoviária Federal, eu acho que é possível que os sindicatos criem um departamento feminino, é um pouco mais avançada, mais jovem, mas é muito difícil nas PMs, muito difícil nas Polícias Civis. Não existe sindicato, não existe direito a ter sindicato, é militarizado. Então, criam associações de mulheres.

Eu queria citar essa referência da Associação Luiza Mahim, pois é muito interessante. Já realizei vários debates com elas sobre direitos e história da mulher na sociedade, em que você vai introduzindo também

esse diapasão, porque, infelizmente, a formação que a Senadora aqui citava é a de masculinizar, e não de ter mulheres firmes, com consciência e consistência técnica, científica e política de serem policiais, mas mulheres.

Então, são as duas experiências que eu queria relatar: primeiro, a da aprovação da lei da aposentadoria; segundo, a da criação de associações específicas com caráter feminino dentro das instituições policiais.

Parabéns por estarem aqui e firmes na luta. Vamos chegar lá.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Deputada.

Passo a palavra à Deputada Flávia Moraes.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Obrigada, Presidente.

Eu queria pedir desculpas, eu me atrasei um pouco porque estávamos na Comissão Mista de Orçamento, aprovando alguns projetos importantes, e queremos aqui hipotecar nosso apoio a essa causa também. Somos parte da Bancada feminina, temos várias causas em comum, mas queremos hipotecar nosso apoio a essa causa, que é fortalecer a presença da mulher junto às Polícias.

Eu sempre participo... Quando estou junto com os comandantes sempre pergunto: “Como estão as mulheres?” E sempre vem aquela resposta: “Mais no administrativo...” E sabemos que existe sempre essa visão um pouco preconceituosa em relação ao trabalho das mulheres. Mas eu queria aqui reforçar que vocês não parem, que continuem lutando pelos espaços de vocês, contando conosco, com a Bancada feminina. A Alice colocou muito bem suas questões.

Hoje, mais do que nunca, cada vez mais... Eu tive a oportunidade de ser Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas e, dentre várias questões que nós levantamos, uma delas foi justamente a corrupção dos entes, daqueles que estão envolvidos, que deveriam defender as vítimas e que, infelizmente, corrompem-se, ajudam, colaboram com a prática, corroboram a prática do tráfico. Isso acontece em relação ao tráfico e sei que acontece em relação a outras coisas. Neste mundo capitalista em que vivemos, sabemos que o poder econômico muitas vezes mexe com a cabeça das pessoas, mas aí eu queria ressaltar que, com as mulheres, é mais difícil. Corromper mulher é mais difícil. Não quero dizer que as mulheres são mais honestas que os homens de forma nenhuma, mas corromper mulher é mais difícil. Pode até ser que se consiga, mas é mais difícil. E por isso eu falo que, cada vez mais, é necessário e importante termos mulheres nessas corporações e, principalmente, em cargos de chefia, porque aí a vigilância é maior, a coordenação é maior, e elas vão poder conter e coibir essa prática, que, infelizmente, facilita o crime e dificulta o combate à violência.

Eu queria só contribuir com isso e deixar nosso apoio irrestrito a essa causa.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Deputada.

Quero aqui registrar a presença da Senadora Fátima Bezerra. Vamos ouvi-la.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é, na verdade, nós pretendíamos, Deputada Keiko, chegar no início, mas estávamos em outra trincheira de luta também muito importante, que é o tema da reforma política, uma vez que a OAB e a CNBB, que lideram o movimento da coalizão democrática, Drª Regina Miki, nossa Secretária Nacional de Segurança Pública, acabam de lançar um manifesto agora, endereçado à Presidenta Dilma, pedindo, Deputada Alice, que a Presidenta vete o dispositivo do Projeto de Lei nº 5.735, que, infelizmente, na Câmara, restabeleceu as doações empresariais a partidos e campanhas. Nós estamos aqui, no âmbito do Senado, colhendo assinaturas, já diversos Senadores e Senadoras estão assinando esse manifesto, e estamos, inclusive, aguardando audiência com a Presidenta da República, para que esse documento possa ser entregue. Nossa expectativa é de que a Presidenta, em sintonia com a própria sociedade e com a decisão que a Suprema Corte tomou na última quinta-feira possa, de fato, vetar esse artigo.

Mas quero cumprimentar aqui as nossas convidadas, a Taís, representando a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; a Marly, da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; a Katya, Soldada da Polícia Militar de Minas Gerais, e a Marcela, também de Minas Gerais, além da Drª Regina, a Deputada Luizianne e a colega, Senadora Regina e a Alice.

Quero dizer, Deputada Keiko, que me associo ao que já foi aqui colocado no que diz respeito a que nossa Comissão, de fato, contribua para que possamos avançar, do ponto de vista de termos cada vez mais mecanismos e ações voltados para proteção e promoção dos direitos das mulheres, inclusive das mulheres policiais.

Nós sabemos que o problema da violência que afeta as mulheres infelizmente não é um problema do Brasil, não é da América Latina, é um problema de âmbito mundial. É um drama que, de um lado, traz uma humilhação muito perversa; de outro, traz uma dor muito perversa. No meio disso tudo, ainda há a questão da impunidade.

Se essa violência é complicada no contexto geral, imaginem no ambiente policial, Regina. Isso deve se tornar muito mais complexo ainda, dada a formação cultural que nós temos, o próprio ambiente policial, que tem muito que ver com a própria formação que é dada, historicamente, aos policiais.

Então, eu me solidarizo aqui... Tomei conhecimento do depoimento que vocês deram aqui. Tenham a nossa solidariedade, e, mais do que a nossa solidariedade, queremos nos somar às Senadoras e às Deputadas, para que possamos avançar, repito, tanto no que diz respeito a legislações mais avançadas, legislações mais ousadas, mais eficientes naquilo que precisamos, que propiciem instrumentos mais efetivos, ações mais efetivas para coibir essa violência, quanto no que tange a políticas de proteção e de promoção dos direitos das mulheres, em particular das mulheres policiais.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Senadora.

Agora eu quero desfazer a Mesa e agradecer a presença de todas vocês, que, com certeza, vai contribuir muito para o relatório da nossa Relatora Luizianne e também para combater essa violência que tanto assola as policiais. Não podemos ficar de fora.

Parabéns a vocês.

Obrigada. (Palmas.)

Por conta do tempo também, nós precisamos deliberar sobre os requerimentos que estão sobre a mesa.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 27, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer que a Srª Camila Silva Nicácio, Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG e Professora do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Direito, seja convidada para participar de Audiência Pública para debater o PL 5.555/2013, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Autoria: Deputada Tia Eron

O requerimento foi subscrito pela Senadora Regina Sousa.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 28, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer, que a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher designe comissão entre seus membros para realizar diligência in loco, na cidade de Caxias do Sul- RS, com a finalidade de apurar os casos de violência contra a mulher em Caxias do Sul.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 29, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer Audiência para debater a situação da Violência sexual contra as Mulheres nas Universidades do País.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 30, de 2015

- Não terminativo -

Requer audiência para debater a situação da violência contra a mulher no campo e na floresta e em especial a morte de mais uma trabalhadora rural no Amazonas.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 31, de 2015

- Não terminativo -

Requer que a Senhora Jucélia Oliveira Freitas, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, seja convidada para participar de Audiência Pública para debater o PL 5.555/2013, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Autoria: Deputada Tia Eron

O requerimento foi subscrito pela Senadora Regina Sousa.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 23, de 2015

- Não terminativo -

Requer a aprovação de moção de apoio à Vereadora Virginia Magrini (PP/MS), vítima de violência de gênero, praticada por outro vereador, durante uma sessão solene na Câmara Municipal de Dourados (MS), no último dia 8 de julho; e a designação de membros desta Comissão para participar de audiência pública naquela Casa Legislativa, de autoria da supracitada vereadora, para discutir sobre o tema “A Violência contra a Mulher” a realizar-se no próximo dia 20 de agosto.

Autoria: Deputada Erika Kokay

O requerimento foi subscrito pela Deputada Luizianne Lins.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Srª Presidente, eu queria falar rapidamente sobre um dos requerimentos.

Na discussão de direitos humanos, de uma forma global, trabalhamos, muitas vezes, com a questão da violação dos direitos. Quando os direitos são violados, aí falamos da questão dos direitos humanos. Muitas vezes, não falamos da promoção dos direitos humanos que poderia, por exemplo, ser uma prevenção em relação à violação.

Eu cito isso, porque, nesse requerimento aprovado para uma diligência em Caxias do Sul, eu achei que cabia no relatório haver essa discussão mais amiúde, porque, normalmente, vamos quando aconteceu um crime, ou seja, a mulher já não está mais nem lá para contar a história. Então, acompanhamos, normalmente, as famílias e tal. E aí, Deputada Keiko, esse caso me chamou muito a atenção, porque esse caso é de uma jovem que, desde os 15 anos, namorava com o criminoso – e eles já moravam juntos – que cortou os dois pés e os dois braços dela, quando a menina estava com 19 anos. Ela aparece dando entrevista à *Folha de S.Paulo*, em que tive oportunidade de ver. Os médicos conseguiram implantar os pés. Ela, com muita dificuldade, trabalhando fisioterapia, vai voltar a andar. Isso vai ser com dificuldade, porém é um processo de recuperação.

E, como ela estava se defendendo da faca, as mãos ficaram talhadas, ficaram muito fragmentados. Então, ela ficou sem mãos e vai receber uma prótese posteriormente.

Mas o que mais me chamou atenção – eu estou falando sobre isso, que foi objeto de matéria de jornal e é doído, doloroso, mas nós estamos aqui nesta Comissão, para mostrar que essa é a dura realidade – foi que ela disse que já não aguentando a mutilação, sem braço e sem perna, e sangrando muito, jogou-se no chão. E eu me lembrei da Maria da Penha, porque a Maria da Penha foi minha Secretária de Mulheres, quando eu fui prefeita de Fortaleza. E a Maria da Penha usou esse método, usou essa saída, que foi se fingir de morta, e ela tem até um livro que se chama exatamente *Sobrevivi... posso contar*.

E, no caso específico dessa moça de Caxias do Sul, ela disse que, devido à dor e ao desespero, ao sangue, ela resolve fingir que havia morrido e ficou no chão. Ele, não satisfeito, foi com o facão e enfiou na barriga dela. E ela relatou, na entrevista à *Folha de S.Paulo*, que, diante daquela dor insuportável, ela gemeu e, quando ela gemeu, ele a chutou e disse: “Você ainda está viva, desgraçada?”

Naquele momento, ele pegou o *blazer* e disse para ela: “Eu vou visitar minha mãe, porque sei que vou ser preso.” E, quando chegou lá fora, disse para os vizinhos: “Ela vai morrer daqui a pouco. Se vocês quiserem salvar ela [sic.], vocês têm que ir agora”, e foi embora, e, de fato, foi preso.

Mas o que mais me surpreendeu e que mais me tocou nessa situação é que ela está com vontade de viver, apesar de tudo, apesar de – uma menina de 19 anos! – estar sem os pés e sem os braços, apesar de ter sido completa e violentamente agredida em toda a sua dimensão, simbólica, física, etc., ela quer viver. E eu acho que devemos valorizar esse tipo de sentimento. Isso, porque quantas mulheres querem reconstruir a vida? E, às vezes, querem reconstruir a vida, mesmo com as marcas da violência física que serão visíveis para o resto da vida. O fato de não ficar sem as mãos – ele não queria que ela trabalhasse –, às vezes, simbolicamente fala; quando se amputam os pés, os braços, etc.

Portanto, eu acho que a gente deveria – claro que não há violência maior ou menor, quando se trata de crimes – ter um carinho especial por essa situação, porque, de fato, isso é simbólico, um exemplo, para tantas outras mulheres que tiveram mais ou menos mutilação física, é difícil mensurar isso, mas as tiveram, e, às vezes, desistem. E ela, com 19 anos, está nesse grau de mutilação e quer viver, quer reconstruir a vida, quer estudar, e denunciou, e foi à *Folha de S.Paulo*, e deu entrevista, e se expôs. Então, acho que nós precisamos fortalecer essa voz.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Com certeza, Deputada Luizianne, porque, quando acontece uma fatalidade assim, as pessoas ficam frágeis, e um ombro nesse momento é muito importante. Eu sei como é essa dor. Então, acho que a nossa obrigação é de ir estimulá-la; ela já está bem e vamos ajudar muito mais.

Parabéns!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Deputada Keiko.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Sim, Querida.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sem dúvida!

Também nos associamos ao relato que a Deputada Luizianne acaba de fazer. É mais um relato da barbárie, porque isso é uma verdadeira barbárie.

E queria só rapidamente lembrar o seguinte: estamos em contato com as entidades da sociedade civil do Rio Grande do Norte, bem como com as instituições vinculadas ao Poder Público, para a realização da nossa audiência pública, porque já apresentamos até aqui requerimento. Então, apenas só para lembrar que vamos fazer contato com a Mesa Diretora da Comissão, já conversamos com a Deputada Luizianne, e a gente está exatamente tratando de ver, Deputada Luizianne, qual a data mais adequada para nós no Rio Grande do Norte e claro combinando com a disponibilidade aqui da Comissão. Só para reforçar, porque, de fato, há uma cobrança e há uma expectativa no nosso Estado da ida da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Com certeza.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da reunião passada e da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Tia Eron, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Sandra Braga, Angela Portela, Lúcia Vânia, Ana Amélia, Regina Souza e Lídice da Mata e das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Raquel Muniz, Soraya Santos, Dâmina Pereira, Keiko Ota e Flávia Moraes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à realização de Audiência Pública e à apreciação de Requerimentos. A Presidente convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Aline Yamamoto - Secretária-Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República; Sara Gama - Promotora da Vara de Violência contra a Mulher do Estado da Bahia; Márcia Nunes Lisboa - Juíza Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Salvador/BA; Isabel Alice Jesus de Pinho - Delegada de Polícia Civil do Estado da Bahia; Tia Ju - Deputada estadual pelo Rio de Janeiro, e Camila Silva Nicácio - Coordenadora do Programa de pesquisa e extensão da Clínica de Direitos Humanos e Professora do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Direito da Faculdade de Direito da UFMG. Ao término das exposições, a Senhora Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Alice Portugal, Senadora Regina Souza, Deputada Carmen Zanotto e Deputada Flávia Moraes. A Presidente informa que há sobre a mesa requerimentos a serem deliberados. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 21, de 2015, de autoria da Deputada Alice Portugal. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 25, de 2015, de autoria da Deputada Carmen Zanotto. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 33, de 2015, de autoria da Deputada Moema Gramacho. O Requerimento é subscrito pela Deputada Flávia Moraes e pela Senadora Regina Souza. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Requerimento é aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e catorze minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Deputada Tia Eron, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Tia Eron
Presidente Eventual

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Boa tarde a todas e a todos, havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública e apreciação dos devidos requerimentos e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse poderão participar com seus comentários ou perguntas, podendo fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Deputada Cristiane e Deputada Carmen, é uma pena que a Câmara Federal ainda não disponha dessa interatividade, mas a gente parabeniza o Senado por estar transmitindo, bem como toda assessoria técnica e imprensa aqui presentes.

Neste momento, convido para compor a Mesa a Srª Aline Yamamoto, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. (*Palmas.*)

Obrigada, Drª Aline, mais uma vez, pela presença, e por nos dar aqui a alegria de, nesta Casa, através desta Comissão Mista, fazer as devidas considerações.

Convido ainda a Srª Magistrada Drª Márcia Lisboa Nunes, Juíza titular da Primeira Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador. (*Palmas.*)

Obrigada, Drª Márcia Lisboa, pela presença de V. Exª, que tem ali atuado com tanta galhardia naquele espaço, porque nós sabemos o quanto foi custosa essa conquista de todas as mulheres baianas e do Brasil.

Convido ainda a queridíssima, mais uma vez, Dr^a Sara Gama Sampaio, Promotora da Vara de Violência contra a Mulher, do Estado da Bahia, que, efetivamente, na última vez em que esteve aqui, trouxe tantos dados importantes, Dr^a Sara, sobre essa questão da vingança pornô.

Obrigada pela presença. Eu a convido para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Neste momento ainda tenho a honra de convidar a Dr^a Isabel Alice de Pinho, a primeira delegada no Brasil a estudar a questão da violência doméstica familiar e intrafamiliar no âmbito das delegacias, ela que é Delegada de Polícia pelo Estado da Bahia. Obrigada, Dr^a Isabel. *(Palmas.)*

Tenho a honra e a grata satisfação de convidar a Deputada Estadual Tia Ju, representante do Estado do Rio de Janeiro, ela que trata da questão do enfrentamento da criança, Presidente da Comissão da Infância e da Juventude. Obrigada, Deputada, pela presença. *(Palmas.)*

Convido ainda a Sr^a Camila Silva Nicácio, Coordenadora do Programa de Pesquisa e Extensão da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais. Obrigada, doutora, pela presença. Seja muito bem-vinda. *(Palmas.)*

Quero, neste momento, dizer que, de acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas:

O convidado fará a sua exposição por 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos senhores e às senhoras será concedida na ordem de inscrição.

Neste momento, eu quero convidar a Dr^a Aline Yamamoto, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Obrigada, Aline. *(Palmas.)*

A SR^a ALINE YAMAMOTO – Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de agradecer o convite e de ressaltar a importância e a relevância deste tema para ser debatido aqui nesta Comissão. Então, em nome da Deputada Tia Eron, que já realizou uma audiência também na Câmara, na qual pudemos debater esse importante tema na Câmara de Deputados, cumprimento as colegas aqui presentes que atuam na área do enfrentamento à violência contra as mulheres: a Dr^a Márcia, juíza; a Dr^a Sara; a Dr^a Isabel, que é delegada; também a nossa companheira da universidade, estudiosa desse tema, bem como a Deputada Tia Ju, todas aqui presentes para fazer esse debate de enorme relevância para o contexto que temos observado, que é a violência no âmbito das redes sociais, no âmbito virtual.

Bom, a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República foi criada em 2003. Então, já são 12 anos de políticas públicas específicas voltadas para as mulheres. E vamos falar um pouco, de forma bem breve, por cima, das ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que é justamente onde se insere o tema que vamos debater hoje.

Nós temos nove anos de legislação específica sobre combate à violência doméstica familiar contra as mulheres, a Lei Maria da Penha, que já está completando quase uma década de implementação, com enormes avanços nesse período, mas ainda com alguns desafios pendentes, como alguns desafios de implementação. Um dos temas trazidos a esta Mesa aborda um desses desafios, inclusive com proposta, portanto, de alteração da Lei da Maria da Penha, entre outras propostas que podem ser aqui analisadas.

Nós estamos falando que, muito a partir da realização das conferências nacionais de políticas para as mulheres – estamos na quarta conferência nacional –, foi elaborado e lançado em 2007 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O pacto é uma estratégia de descentralização da política. A partir, então, de 2007 houve a adesão das unidades federativas, dos Estados, do Distrito Federal. Cerca de 10% dos Municípios já aderiram ao pacto e, portanto, se comprometeram com o desenvolvimento de políticas estaduais e municipais de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nesse tempo, então, que temos de Pacto e de Política Nacional, nós observamos, por exemplo, uma ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Hoje, temos mais de 1.500 serviços que consideramos fundamentais, essenciais, no âmbito da Justiça, no âmbito da segurança pública, no âmbito da saúde e da assistência psicossocial. E temos um equipamento fundamental, que é o Centro de Referência Especializado de Atendimento às Mulheres em situação de violência, ou os centros especializados, que é um serviço específico para acolher, apoiar e empoderar as mulheres para a saída desses ciclos de violência.

Entrando agora nesse tema – esse é o contexto da política –, eu gostaria de falar e ressaltar aqui o assunto que estamos debatendo, que são os projetos de lei que refletem sobre a violência que atinge, em sua maioria, meninas, mulheres e jovens referente à divulgação de imagens íntimas nas redes sociais.

Não podemos debater esse tema se não o olharmos sob a perspectiva de gênero. E, por isso, já vimos, na Secretaria de Políticas para as Mulheres, refletindo sobre a necessidade de aprimorarmos nossa legislação para darmos uma resposta a esses casos.

A gente sabe que a esmagadora maioria da população utiliza as redes sociais inclusive como forma de se relacionar, de conhecer pessoas. Por exemplo, houve uma pesquisa sobre o jovem digital brasileiro realizada em 2014 que mostrou que 96% dos entrevistados e das entrevistadas de 15 a 32 anos usam a internet diariamente e que 90% navegam nas redes sociais, sendo que quase 30% desse total de jovens repassaram imagens de mulheres nuas que receberam.

Essa é uma constatação que tivemos nessa pesquisa realizada, então, bem recentemente, mas há outros dados, outras pesquisas que também já identificaram isso. Eu vou citar algumas informações de uma pesquisa de uma empresa de segurança *on-line* que revelou que 66% das mulheres e 57% dos homens enviam conteúdo íntimo por celular, *tablet* ou computador, e 17% desses que enviam fotos nuas ou vídeos eróticos os enviam para estranhos ou desconhecidos, e 76% os enviam para parceiros ou parceiras. Então, a grande maioria dessa trocas de imagens ou vídeos se dá em razão de relações íntimas de afeto.

Desses 76% que, então, trocam essas imagens, 91% acreditam que o conteúdo não será vazado, por razões mais que óbvias. Há uma relação de confiança ali. Há uma relação de afeto. Mas, quando o relacionamento termina, 75% pedem que o ex-namorado ou ex-companheiro apague esse registro, apague esse conteúdo. No entanto, temos visto que, infelizmente, isso não tem acontecido, e ocorre a divulgação dessas imagens íntimas, especialmente de mulheres.

E por que a gente fala que existe esse fenômeno da pornografia de vingança? E lembrar que esse termo “vingança” inclusive não existiria se a gente não estivesse num contexto mais amplo, de desigualdade, de discriminação contra as mulheres, contexto do machismo, do patriarcado, em que existem normas socialmente construídas que designam para as mulheres o estereótipo do recato. E punem as mulheres, portanto, pelo exercício livre da sua sexualidade, como se elas não tivessem direito, como se nós não tivéssemos direito ao prazer.

Portanto, se a gente fosse avaliar sob a perspectiva de gênero, não existiria essa vingança, como não existe, no caso, quando são divulgadas imagens de homens, porque não existe esse apelo, essa questão da moralidade sobre a sexualidade dos homens. Então, para eles, ter uma foto íntima divulgada nas redes sociais não é motivo de julgamento moral, como é no caso das meninas e das mulheres.

Então, a gente precisa olhar para esse fenômeno com esse pano de fundo do controle moral e sexual da vida das mulheres.

A violência contra as mulheres em geral está presente em diversos âmbitos, embora a gente saiba que, no âmbito íntimo de afeto, o fenômeno das relações doméstico-familiares hoje têm muito mais visibilidade, graças à Lei Maria da Penha também. A violência contra as mulheres está presente em diversos âmbitos – no trabalho, nas relações de trabalho, nos espaços públicos, nos espaços de coação, de assédio. E, com as redes sociais e o amplo uso dessa ferramenta, a violência também está presente ali.

E os homens, esses jovens, homens adultos, adolescentes, infelizmente, têm feito esse uso, desrespeitando, portanto, o consentimento, porque, independente do consentimento, a questão é que a divulgação da imagem não é feita com o consentimento das meninas e das jovens, ainda que, no momento desse registro tenha havido consentimento, porque isso, em si, não é nenhum problema.

Então, a gente tem de deixar bem claro que se está falando desse contexto de preconceito, de machismo, que estipula um lugar. E, justamente por esses estereótipos de gênero, existe esse fenômeno de condenar as meninas e as mulheres que fazem esses registros, que participam, simplesmente porque estão exercendo livremente a sua sexualidade.

Então, nessa perspectiva, temos de refletir sobre esse tema. Temos, aqui, já vários projetos no âmbito desta Casa e da Câmara, diversos projetos que se tem debruçado sobre isso. E, aqui, a Secretaria de Política para as Mulheres gostaria de enfatizar a importância de deixar destacado que, em relação às meninas e às mulheres, há uma perspectiva de gênero fundamental e marcante nesses crimes, na violação da sua intimidade, na violação da dignidade. Isso é muito importante transparecer; que isso conste dessas propostas de alteração, seja do Código Penal, seja da Lei Maria da Penha.

Aí, algumas das propostas que existem e que estão sob análise alteram a Lei Maria da Penha para incluir a conceituação de violação da intimidade. Como a Lei Maria da Penha já traz todos os conceitos das diversas formas de violência e da Convenção Belém do Pará, caberia incluir, portanto, um inciso para falar da violação à intimidade, sem criar na verdade nenhuma tipificação nova, sem alterar o Código Penal.

Quanto às outras propostas, as que entendemos mais adequadas já alteram o Código Penal para buscar dar uma resposta mais efetiva, em vez de, simplesmente, como tem sido atualmente, na ausência de um tipo específico, serem enquadradas como crime contra a honra – difamação, calúnia. Essa é uma resposta que se

tem dado e que não é suficiente para coibir esse tipo de violência. Muitas vezes, há finais trágicos, como infelizmente a gente tem observado, de algumas adolescentes que vieram a cometer suicídio por conta dessa exposição, por conta dessa condenação moral que existe em torno de sua sexualidade.

Então, a SPM reforça, em relação às propostas existentes, a importância de pensarmos em modificar o Código Penal, mas sem a perspectiva de olhar para esses crimes como crimes contra a honra. Nós estamos falando de um crime que está além disso. Não é o caso de ficarmos discutindo aqui honra de ninguém. Sabemos que as mulheres têm direito de exercer sua sexualidade. O que está em jogo é a violação da intimidade, é fazer isso sem a autorização, sem o consentimento das meninas e das mulheres.

Então, as propostas que alteram o Código Penal são as que inclusive trazem causas de aumento para deixar clara essa questão das relações íntimas de afeto. Muitas vezes também já se faz uma referência à questão da Lei Maria da Penha.

Para nós, essa é uma questão crucial que precisa constar desse debate. Embora a gente saiba que não é a absoluta maioria das mulheres e meninas que são as vítimas desse crime, mas é, sim, a maioria delas. Então, isso precisa ser considerado, criando, portanto, uma causa de aumento que reflita essa desigualdade, essa discriminação.

Se a gente continuar legislando sempre com base na suposta neutralidade, a gente vai simplesmente continuar repetindo as desigualdades, vai continuar não tratando e não dando a resposta adequada para esses diversos crimes, e aqui se está falando de violência contra as mulheres e desse contexto de desigualdade, de discriminação e de preconceito.

Então, são essas as considerações que eu gostaria de compartilhar com vocês. Fico aberta. E a SPM está à disposição para fazer esse debate, para discutir e aprimorar também os mecanismos que temos, não só legislativos, mas também no âmbito das políticas públicas, para sempre avançarmos rumo a uma cultura de não discriminação e não violência.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Drª Aline. (*Palmas.*)

Nós é que agradecemos, mais uma vez, pela perspicácia, pelo cuidado e por estar aqui trazendo-nos essas questões. A assessoria desta Casa, devidamente, já teve o cuidado de levantar um documento, que me foi apresentado, com nove laudas, e o Congresso como um todo, num sistema bicameral, na verdade, tem tratado e olhado essas nove laudas, com vários projetos entabulados, pelo cuidado e atenção que tem sobre essa questão, para que amanhã não se diga que este Congresso está omissos diante de questão tão importante e tão necessária a nosso ver.

Quero agradecer, mais uma vez, à Secretaria de Política para as Mulheres; ao Ministério, na pessoa da Drª Eleonora Menicucci, que sempre, com tanto carinho, nos tem acolhido, designando pessoas para falar aqui. Portanto, leve a ela as nossas recomendações.

Quero, neste momento, convidar a Drª Sara Gama, Promotora da Vara de Violência contra a Mulher do Estado da Bahia para fazer a sua explanação.

Por favor, Drª Sara.

A SRª SARA GAMA – Boa tarde!

Gente, hoje eu fui agraciada com essa voz que não me pertence. Mas, infelizmente, a garganta pifou de ontem para hoje. Ainda bem que tem o microfone, e vocês vão me entender pela ampliação do som.

Esta é a segunda audiência pública da qual estou participando. Gostaria muito de agradecer, mais uma vez, à Deputada Tia Eron, por essa oportunidade.

Para nós que operamos com o Direito, que lidamos com o Direito, que lidamos com a Lei Maria da Penha, é algo inédito trabalhar em casas que elaboram leis. Estamos muito acostumados, como disse da última vez, a lidar com a lei pronta para ser aplicada. A elaboração da lei é outro processo completamente inédito para nós, e eu acho que essa perspectiva de unirmos nossas experiências só traz vantagem para a população feminina do nosso País.

Digo isso através de experiência adquirida ao longo de oito anos, desde que eu me tornei Promotora de Justiça Titular da Primeira Promotoria de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher do Estado da Bahia. Então, adquiri bastante experiência. Infelizmente experiências muito negativas, porque os números que nós temos no País são assustadores. Todos nós conhecemos muito bem o que acontece.

Na capital da Bahia, infelizmente, na questão do feminicídio, temos também números assustadores. É preciso que mudemos; a perspectiva de mudança se faz urgente.

Pegando um pouquinho do gancho do que a Aline falou, ela fala muito da resposta que estamos dando. O que estamos fazendo com essas mulheres? Que resposta o sistema de Justiça está dando a essas mulheres?

Eu elaborei uma apresentação para vocês. Na verdade, essa é a adaptação de uma apresentação que já tenho feito no Estado da Bahia – fiz no Rio de Janeiro também –, voltada tanto para o público de profissionais do Direito, como para as escolas, porque é uma forma bastante singela de observarmos o que está acontecendo. Acabei acrescentando um pouquinho mais de coisas, porque, da outra audiência para cá, já tive outras novidades, algumas coisas que vieram.

Por exemplo, hoje fui surpreendida com a notícia de que, no interior da Bahia, dois garotos, um de 18 e outro de 17 anos, estupraram uma menina de 14 anos e filmaram esse estupro. Isso, para termos uma noção de quanto a nossa vida hoje está conectada, do quanto dependemos de rede e do quanto vivenciamos a nossa vida real e a nossa vida virtual. Talvez até reputo isso à imaturidade desses garotos, mas o fato é que eles filmaram e, juridicamente, sabemos que produziram provas contra si próprios. Depois da filmagem dessa violência, de uma humilhação para uma menina de 14 anos, passaram a chantagear essa menina para voltar a sair com eles, sob pena de divulgarem essas imagens. A menina se recusou, eles divulgaram. O maior de idade está preso, e o outro está à disposição da Justiça.

Ou seja, não podemos hoje ignorar que o mundo virtual faz parte da nossa vida. Mesmo que não tenhamos um perfil no Facebook, mesmo que não acessemos o WhatsApp, ainda assim, todos estamos nesse contexto. Quem tiver curiosidade, basta colocar seu nome num *site* desse de busca que vai ver lá sua imagem, vai dizer o que você faz; ou seja, ainda que você não esteja fornecendo, fomentando aquelas informações, elas estão aí para todo mundo ver. Temos que ter esse olhar bastante acurado, um olhar principalmente nessa questão de gênero, porque 80% das vítimas são mulheres. A cada dez imagens postadas que tenham alguma coisa voltada a sexo, sela ela pornográfica ou não, às vezes apenas a nudez, de dez imagens, oito são de mulheres. Não podemos ignorar isso. É uma perspectiva realmente de gênero e tem de ser abordada sob essa ótica.

Por favor.

Conhecemos a expressão “caiu na rede é peixe”. Hoje, caiu na rede, não temos mais controle de nada. Sabe Deus o que acontece quando cai na rede.

Por favor.

Aqui, há uma definição atual do que entendem como crimes telemáticos, aqueles praticados com o uso da informática, em ambiente de rede, e que ofendam, direta ou indiretamente, a segurança informática, através de um de seus elementos: a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade.

É importante que saibamos que hoje o maior número de crimes cometidos na internet não são os crimes de vingança pornográfica, como estamos tratando aqui, mas são os crimes contra a atividade bancária, ou seja, cartões de crédito, fraude, entrar na conta e invadir conta. Esses são os maiores. O segundo maior número é justamente com esse enfoque que estamos dando, dos crimes praticados contra as mulheres na internet. Realmente, o número é bastante relevante.

Por favor.

“Cyber Vingança” ou “Pornografia de Vingança” pode ser definida como o compartilhamento de fotos e vídeos íntimos pela internet sem a autorização de todos os envolvidos, com o propósito de causar danos às vítimas, geralmente mulheres.

Vá passando, por favor. Há mais uma, dê um clique.

Uma pesquisa realizada em 2010 pela organização britânica Internet Watch Foundation analisou cerca de 12 mil fotografias com conteúdo sexual amador na *web* e concluiu que cerca de 88% dessas imagens foram produzidas em casa, tendo como autores os próprios modelos, e acabaram sendo hospedadas em *sites* fora do computador de origem, não necessariamente com autorização das fotografadas. A maioria delas não era de profissionais ligadas ao sexo como prostitutas e atrizes pornôs; ou seja, a grande maioria das imagens que estão sendo divulgadas hoje é de pessoas que não têm nenhuma vontade. Às vezes, foi uma coisa projetada apenas para um momento e para uma pessoa específica, mas acaba caindo no mundo.

Quem são as vítimas? Mulheres de todas as idades, principalmente as mais jovens, sendo a maioria delas adultas. São mulheres que se deixaram fotografar ou filmar em nome do amor e para apimentar um relacionamento. Às vezes, elas entendem como uma forma de dar segurança àquela relação. É como se fosse uma demonstração de confiança. Então, “eu vou me fotografar, vou permitir, vou passar para o meu amante, o meu namorado, o meu amigo”, seja lá o que for, mas acaba-se perdendo o controle sobre isso. E aí é aquilo que eu falei: de cada dez casos de violação de fotos íntimas, apenas dois têm homens como vítimas.

A mulher vítima da exposição íntima na *web* tende a isolar-se e a desenvolver traumas de natureza psíquica, tais como depressão, síndrome do pânico, com consequências graves à sua saúde, muitas vezes prolongadas.

Gente, é uma questão de saúde pública!

Já há uma tendência... Mas temos uma certa dificuldade. Por exemplo, quando nós vamos tipificar... Eu, por exemplo, como promotora, quando pego um inquérito e vejo que a mulher está com síndrome do pânico,

está assustada, não quer sair, largou o emprego, se conseguimos rastrear isso e fazer com que haja uma perícia suficiente para provar que aquela mulher está com a sua saúde mental danificada, podemos caracterizar inclusive o crime de lesão corporal, porque lesão corporal não é só a física, mas também a mental, psíquica e emocional. Só que há toda uma dificuldade para conseguirmos chegar a essas conclusões. Mas o fato é que a mulher que sofre isso tem uma vida completamente mitigada e deixa de viver normalmente. Vamos ver nesses eslaides alguns casos, alguns depoimentos.

Então, precisamos ter esse cuidado de observar essa mulher não julgando por que ela fez isso. Como a Aline bem falou, não está em jogo a liberdade sexual dela. Se ela quiser expor, se ela quiser mostrar para alguém, não cabe a nós questionar isso. Isso é uma coisa que eu percebo muito. “Ah, aconteceu isso, mas por que ela o fez? Por que ela permitiu?”. Ouvimos isso muito, e não é isso que está em jogo; o que está em jogo é alguém usar essas imagens para causar um prejuízo a essa mulher. E esse prejuízo não tem nada a ver, pelo menos no nosso enfoque da Lei Maria da Penha, com dinheiro; é um prejuízo à pessoa, à dignidade, à privacidade, àquele ser humano que se torna uma pessoa em frangalhos por não ter mais a sua privacidade preservada, por ter, enfim, mil coisas que se falam a respeito daquela mulher por conta de uma imagem.

Aqui, já tivemos esse exemplo. Eu falei que nós já tivemos dois casos de suicídio. Além dos problemas de saúde mental, nós já tivemos um caso no Rio Grande do Sul e um no Piauí. Aliás, hoje à noite, uma emissora de tevê vai mostrar uma reportagem a respeito desses crimes. Eu não sei exatamente qual a conotação. Eu sei que eles conversaram com um colega da Bahia que é especializado nessa área de crimes cibernéticos, o que eu não sou, diga-se de passagem, pois minha vivência é com a Lei Maria da Penha e com o que eu venho trazendo de demanda de ver quantas mulheres batem à porta da Justiça pedindo, clamando para que tentemos, de alguma maneira, mitigar o que está acontecendo com elas. E, hoje, não dispomos de uma legislação adequada.

A violação das imagens íntimas é uma questão de gênero. Nos comentários que geralmente acompanham as imagens, há sempre um tom jocoso, de que ela quis ser filmada ou de que ela é uma vadia.

A violação das imagens também é praticada por uma mulher contra outra que acredita estar saindo com seu... Ou seja, há um sentido de vingança.

Há um consenso entre os agressores de que será mantido o anonimato e de que eles ficarão impunes. Isso é geral. Eles acham que, pelo fato de estarem numa rede social, não vão ser descobertos e podem colocar... Aliás, a gente vê isso não só na questão da mulher. Qualquer coisa que é colocada hoje... Falam-se absurdos nas redes sociais achando que não há nenhuma forma de se descobrir quem é. O senso comum é de que as atitudes no meio virtual seriam menos graves.

Para os autores dessas violações, trata-se de uma punição pelo término de um relacionamento ou pelo fato de a mulher o ter, supostamente, traído.

Numa sala de bate-papo... Essa foi uma pesquisa feita numa universidade de Maryland. Vejam bem: num bate-papo virtual, o perfil feminino tem 25 vezes mais possibilidade de ser violado do que o masculino.

Quando a gente tratar disso aqui, a gente está evoluindo para chegar a uma legislação mais adequada. A gente não pode, em momento algum, esquecer que isso é uma questão de gênero.

Para Rosimeri Aquino, socióloga pesquisadora de relações de gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “são atitudes que ecoam os valores heteronormativos mais tradicionais, apenas com novas configurações”.

Não é diferente do homem da época dos nossos avós, que mandava uma cartinha anônima dizendo que fulana não era mais virgem. Aquilo causava um rebuliço nas famílias. O sentimento de querer destruir, de querer se desfazer daquela pessoa não é diferente do que acontece hoje. Apenas, a forma de atuar hoje é muito diferente; mais rápida e mais grave.

Em 2012, o Instituto CGlobal Consulting, em parceria com a organização Telas Amigas, entrevistou cerca de 2 mil pessoas – isso foi no Brasil – com mais de 18 anos nas principais capitais do País: 66% possuíam em seus computadores ou em algum dispositivo eletrônico fotos pessoais com insinuações de sexo; 39% já haviam, espontaneamente, enviado conteúdo sexual próprio ou de outra pessoa pela internet; 63% já o haviam recebido.

Bom, aqui foi uma imagem que o colega de Minas Gerais, o Moriguchi, me cedeu, em que fala exatamente isto, aquilo que comecei iniciando: caiu na rede... Isso é localização física, localização geográfica. Isso não interessa para a gente. Caiu, acabou!

Então, o que a gente tem de fazer hoje?

A gente tem de ter uma legislação que permita, de alguma maneira, coibir isso no seu nascedouro. Primeiro, o que a gente já tem feito – isso aqui serve, inclusive –, cabe divulgar a gravidade disso e tentar conscientizar sobretudo as nossas gerações mais novas que lidam com essa questão de internet e de redes sociais de uma forma muito natural. Para eles, a coisa mais natural do mundo é eles entrarem numa rede social; e não têm, às vezes, a responsabilidade de saber o que está sendo feito. Então, a gente precisa ter em mente essa situação.

Aí, aquela pergunta que a Aline fez: o ordenamento jurídico está habilitado a resolver os problemas advindos dessa potencializada e virtual interconexão?

Não, não está. Atualmente, não está. Por quê?

O que nossas leis oferecem?

Nos chamados crimes contra a honra, há os arts. 138, 139 e 140 do CP (calúnia, injúria e difamação), com penas muito pequenas, que variam de seis meses a dois anos, no caso de calúnia; de três meses a um ano, no caso de injúria, e de um a seis meses no caso de difamação.

Gente, jogar uma imagem de uma menina, de 16, 17 anos, na internet... Você pode até fazer alguma coisa, fazer com que o provedor tire, fazer com que o agressor seja punido... A gente pode até conseguir isso. Entretanto, se alguém fez o *download* daquela imagem lá na Cochinchina e, daqui a dez anos quiser colocar de novo, coloca. Coloca!

E a gente não tem hoje – não é no Brasil não – no mundo nenhum sistema que possa, de alguma maneira, tirar isso da rede. Não existe. Quer dizer, é um prejuízo, e a pessoa vive a vida inteira com a espada de Dâmocles na cabeça. Não há condições de se viver uma vida mais normal a partir de então.

Há a Lei Carolina Dieckmann, que eu vinha até comentando. É uma lei que surgiu em face de terem sido roubadas as imagens da Carolina; ali, não havia conexão entre Carolina, a vítima, e o autor.

É diferente dos nossos casos com a roupagem da Lei Maria da Penha. Na nossa abordagem, o autor tem uma relação íntima com aquela mulher, ou teve. Ele tem, ele conhece. Aí, é uma abordagem completamente diferente.

E temos o art. 65 da Lei de Contravenções Penais, de 1938: perturbação da tranquilidade. Olha, eu não sei o que me revoltaria mais: se alguém fosse condenado numa situação a pegar 15 dias a 2 meses ou multa por fazer uma coisa dessas, ou se não houvesse condenação. Sinceramente, eu não sei o que aconteceria, porque eu não vejo resposta. Com o que nós temos aí, para mim, a Justiça não está dando resposta.

Próximo, por favor.

O que diz a Lei Maria da Penha?

Bom, temos abordado, quando pegamos essas questões, o art. 7º, II, violência psicológica, porque é entendida como qualquer conduta que cause dano emocional. Ninguém tem dúvida de que uma vítima de imagem na internet vai sofrer dano emocional, não é verdade? Alguém que não autorizou, que não quis ter sua imagem nua ou em um contexto de prática de sexo divulgada para o mundo inteiro, para quem quiser ver. Não tenho dúvidas disso. É isso que temos feito atualmente, dando essa roupagem.

Por favor.

Outra coisa: a violência moral, referente aos crimes contra a honra do Código de 1940.

Nós sabemos que hoje estão em trâmite estes projetos: o 6.630, do então Deputado Romário, hoje Senador; o 6.713, do Deputado Federal Eliene Lima; o 6.831, do Deputado Federal Sandes Júnior; e o 7.377, do ex-Deputado Federal Fábio Trad. Todos eles têm como escopo a modificação do Código Penal, trazendo um tipo penal específico, colocando um art. 216-B para trazer para a realidade jurídica os crimes praticados em rede contra as mulheres. Aliás, na verdade, quando se coloca isso não se está colocando contra a mulher. Fala-se de crime, mas sabemos que, na prática, vai abordar muito mais as mulheres que os homens.

Aqui foram ensinamentos do Mário, que nos ajudou. Como eu disse a vocês, sou promotora de Justiça, e não entendo nada de informática. Mas ele me deu essas dicas sobre as primeiras providências...

Olha, Isabel, na sua delegacia, tem que ser...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SARA GAMA – Pois é.

Não apagar as imagens de imediato, deixando durar o tempo suficiente para levar o computador até a uma delegacia ou cartório, mostrar a página e pedir uma certidão.

A gente tem que ter prova infelizmente ou felizmente. Aliás, felizmente. Pelo devido processo legal, a gente trabalha com provas. A gente costuma dizer que o que não está nos autos não está no mundo. Então, para a gente fazer a comprovação disso, como é uma coisa muito rápida, então, quanto mais rápido a vítima tomar conhecimento e tomar essas providências, mais fácil será para que a gente possa, de alguma maneira, tentar abrir um processo e punir esse autor.

Conseguir via judicial a quebra do sigilo de dados ou o mandado de busca e apreensão do computador ou aparelho com funções similares pertencente ao acusado – no caso, IPAD e celulares.

E, para ofensas dessa natureza, a repercussão jurídica acontece tanto na área criminal – aquilo que eu falei para vocês de como a gente poderia tipificar – como na cível, porque cabe indenização por danos morais.

Temos aqui, agora, aquilo que estamos discutindo e discutimos da outra vez, que é o Projeto de Lei nº 5.555/2013, do Deputado João Arruda, cuja Relatora é a nossa Deputada Tia Eron.

Por favor.

O que ela está fazendo? Que proposta foi trazida?

Alterar a Lei Maria da Penha, acrescentando mais um inciso no art. 7º, para tratar exatamente da violação da intimidade. Aí, traz toda a conceituação da violação da intimidade.

E também...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SARA GAMA – Não vou ficar me atendo muito a isso, porque vocês todos conhecem bem o projeto. Próximo, por favor.

E acrescentamos também o §5º no art. 22 da Lei nº 11.340/06, que trata das medidas protetivas de urgência.

Na hipótese de aplicação do inciso VI do art. 7º desta Lei, o juiz ordenará ao provedor do serviço de e-mail, perfil de rede social, de hospedagem de *site*, de hospedagem de *blog*, de telefonia móvel ou qualquer outro prestador de serviços de propagação de informação, que remova, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o conteúdo que viola a intimidade da mulher

Na última reunião – não foi, Tia Eron e Aline? –, a gente até discutiu essa questão desse prazo de 24 horas, porque, na verdade, 24 horas para o mundo virtual é uma vida. Então, a gente tem até que ver como trabalhar isso, porque estabelecer prazo... Na Justiça e nas leis, normalmente, a gente está habituado a ter prazos para serem cumpridos. Então, talvez, essa a tendência, só que a gente tem de estar diante de uma realidade bem diferente, muito mais fugaz e muito mais rápida. Então, 24 horas, talvez, seja um prazo muito longo.

A divulgação de imagens com conteúdo de sexo e nudez é um fenômeno mundial. Nós temos conhecimento de que não se trata de uma coisa que acontece no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª SARA GAMA – Tenho mais um minuto? Então, por favor.

Vou passar aqui rapidinho. A Aline já falou da pesquisa da Avon.

A única coisa que eu queria ainda trazer para vocês é sobre uma pesquisa feita em uma revista feminina. Não foi uma pesquisa muito séria, mas o que mais me chamou a atenção foi dizer que 8% das mulheres disseram que, ainda que tivessem passado por uma situação similar, voltariam a fazer fotos nuas para o atual namorado.

Gente, eu fiquei chocada com essa informação! Fiquei muito chocada. Ou seja, a gente realmente precisa trabalhar a cabeça dessas pessoas para a gravidade do que está acontecendo.

Onde se propagam? Principalmente Facebook e WhatsApp.

Por favor, vá passando.

E, aqui, eu trouxe o que as mulheres falam para a gente, quando a gente conversa com elas: “O que levou vocês a fazerem, a postar?” “Vocês foram ameaçadas, intimidadas?” “Não”. A maioria dizia isso daí: “Era uma prova de amor e confiança”. Elas o fazem espontaneamente.

Como isso vai ficar à disposição, na verdade, eu vou trazer também alguns depoimentos.

Aqui, o nosso colega do Ministério Público do Distrito Federal Thiago Pierobom diz o seguinte:

“A ideia da vingança é diretamente associada à cultura, que questiona a moralidade sexual da mulher, pelo fato de ter se deixado filmar naquela situação”.

É verdade, é comum que as pessoas, as mulheres se reportem, dizendo isso. Quando vão lá, dizem: “Mas foi você que permitiu, você que tirou, foi você que quis”. Então, não se questiona o que o agressor está fazendo. Questiona-se o que a vítima fez. Isso é uma inversão completa, não é?

Bom, aqui são vários depoimentos. Eu vou passar por eles e, depois, se vocês quiserem, terão acesso.

Esse foi o caso da Rose Leonel que ficou bem conhecido.

Aqui, depoimentos dizendo o que foi a vida delas, o quanto se transformou a vida delas negativamente após a divulgação.

Olha bem, o colega de Minas Gerais, o Mário, colocou isso que eu achei perfeito. Ele fala o seguinte: “A revolução não acontece quando a sociedade adota novas ferramentas...” E nós já adotamos novas ferramentas. O Brasil hoje tem um número incrível de pessoas conectadas. Então, isso já faz parte da realidade do povo brasileiro. Ele diz que a revolução acontece quando a gente adota novos comportamentos. E é isso que a gente precisa fazer.

Então, para mitigar esses comportamentos, a gente tem que, primeiro, trabalhar as questões de base, de como essas pessoas vão encarar, de como se vai divulgar isso. E, pelo outro lado, da outra ponta do *iceberg*, que é do Direito Penal, ter uma lei suficientemente forte que possa punir os excessos que acontecem.

É preciso promover uma ação consciente na internet, as pessoas têm que pensar que antes de fazer algo, sabendo que a nossa vida em ambiente de rede, nada mais é do que a extensão da vida real.

Isso, segundo Mário Higuchi, Promotor de Justiça da Promotoria de Crimes Cibernéticos de Minas Gerais, que diz que essa é a realidade que nós vivemos.

Para terminar, brevemente, eu peguei essa frase que achei perfeita, para entender mais ou menos como é que a gente tem que trabalhar. Para Franz Kafka, “De certo ponto adiante não há mais retorno. Esse é o ponto que deve ser alcançado”. Não há mais retorno para a nossa vida nessas questões. Daqui para a frente, as gerações que virão serão cada vez mais interligadas, cada vez mais interconectadas. Então, “esse é o ponto que deve ser alcançado”. A partir daí, gente, é ir além, e a gente tentar melhorar.

Eu sempre me coloco à disposição, A Deputada Tia Eron conhece o nosso trabalho desde que estava lá em Salvador. Temos feito essa luta. Coloco-me à disposição de qualquer pessoa que tenha interesse em trocar ideias. Como eu falei, vim aqui para trocar experiências com vocês e dizer que o Ministério Público se coloca sempre em parceria com todas aquelas iniciativas que vierem para melhorar a nossa sociedade, porque é o almejo de todos nós, uma coisa comum, melhorar o nosso País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Drª Sara, por sua maestria como sempre, inclusive de nos provocar, aqui nesta tarde, na questão do prazo de 24 horas. Eu já combinava aqui com a Aline sobre essa questão. Na última audiência, ficamos por último, e isso escapou, realmente, das nossas mãos.

Obrigada por trazer de volta essa questão tão pertinente e recorrente, sobre a qual precisa esta Casa pensar, as Deputadas e colegas aqui, e sobretudo a Deputada Carmen Zanotto, que é uma das autoras do projeto sobre esse tema. Ela, com muita competência, levanta essa bandeira e aqui está debruçada sobre essa matéria para melhorar e fazer com que, enfim, essa legislação saia de forma completa para atender essa demanda tão perversa que persiste na nossa sociedade.

Quando a senhora se assusta na questão dos dados – eu gosto de dados porque dados não podem ser contestados, há de fato a necessidade de se criar uma consciência para o surgimento de um crescimento que possa fortalecer essa nova ordem cultural. Precisamos de uma nova ordem, Deputada Flávia e Deputada Carmen, para que possamos, por fim, fazer com que essas mulheres – meninas, garotas, nossas amigas e irmãs – possam entender que essa nova ordem vai para além da questão do outro como companheiro, como parceiro, como namorado e esposo, nessa relação que elas dizem ser de confiança, na relação em que elas pensavam estar seguras, dentro de um amor, dentro de um *love*, em que tiveram suas vidas dilaceradas, esfaceladas na internet para que o mundo as vissem expostas numa vitrine.

Obrigada mais uma vez, Drª Sara.

Quero, neste momento, passar a palavra para a Ex^{ma} Drª Márcia Lisboa, Juíza Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Estado da Bahia.

Obrigada, Drª Márcia, pela presença.

A SRª MÁRCIA NUNES LISBOA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de saudar esta linda Mesa de mulheres na pessoa desta companheira, guerreira e amiga que está aqui agora, depois de três mandatos de vereança, como uma das mais votadas sempre. Alcança, aqui, a Câmara Federal, pela primeira vez, como a Deputada mais votada, a mulher mais votada da Bahia. É uma honra estar nesta Mesa presidida por esta querida companheira, agora Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que não poderia ter melhor representante.

É com muito prazer e com muita honra que estou aqui.

O que devo dizer depois de Sara, nossa companheira? Nós trabalhamos na Bahia desde que foi instalada a 1ª Vara, em novembro de 2008. A Drª Isabel também, que foi professora, inclusive, de todas nós; conhece tudo sobre a Lei Maria da Penha, autoridade maior. É uma honra estar aqui.

As mulheres estão bem felizes com a escolha da nossa Presidente, porque, na união do trabalho, penso que a Lei Maria da Penha é uma lei tão maravilhosa, considerada como uma lei holística, que alcança locais da lei, da legislação aonde o positivismo não vai, que é aquela regra legal presa; não é uma lei aberta. Ela pode lhe dar condições de interpretar porque vai aos direitos humanos. Aqui, o art. 5º – se não me engano – parágrafo único, diz que a violência contra a mulher é uma violência contra a dignidade humana desta mulher, o que na Lei nº 9.099 era colocado como crime de menor potencial ofensivo. Então, se trocava a violência contra a mulher por uma cesta básica, por um cartucho.

Estamos vendo com esse lindo projeto... Gostei muito, estou aqui acompanhando. O que nós estamos vendo aqui? Estamos vendo só um progresso de uma violência milenar cultural, de um patriarcado sexista. Nossa lei de apenas nove anos não vai conseguir modificar muita coisa não. A pergunta foi feita: “As leis vão ajudar a modificar alguma coisa?”. A minha sentença vai modificar a vida dessa mulher? Não vai; vai dar um

alento, vai poder ajudá-la, mas não vai modificar efetivamente a vida dos filhos dela que precisam dessa conjuntura do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário juntos. Nossa Lei Maria da Penha é a terceira lei mais bem feita do mundo. Se fosse efetivamente aplicada pelos Poderes Públicos, com políticas públicas, com pessoas comprometidas com a causa, nós diminuiríamos, com certeza, metade da violência externa e a maioria da violência interna.

A violência externa, o filho que vê o pai bater na mãe, a filha que vê a mãe apanhar do pai vai procurar um agressor, e isso se multiplica. Se você estanca a violência na intrafamiliaridade, tem-se uma resposta na sociedade externa.

E é isso o que a Constituição nos propõe no art. 288, ali onde a família tem que ser protegida em cada pessoa dos seus membros. Por isso, é necessário que venha primeiro o Estatuto da Criança e do Adolescente, depois, o Estatuto do Idoso e, agora, o da mulher.

Primeiro, todos são iguais perante a lei. Formalmente, é tudo muito lindo, mas, pelas estatísticas colocadas aí, vê-se que a realidade é completamente diferente. Estamos lutando e vamos lutar muito mais ainda. Como estamos começando, talvez nossas netas não consigam ver isso, mas estamos fazendo um momento único da história, colocando um foco, um novo olhar. Eu falava isso com a Dr^a Isabel quando chegamos ao aeroporto.

E, quando a Sara coloca aqui a questão de que a mulher se deixa filmar porque gosta. O que é isso? É só um modo novo desse progresso, o “ciber”, a “cibervingança”. É tudo muito lindo, tudo muito cibernético, muito bonito, mas coloca-se numa linguagem informática tudo o que anteriormente acontecia. O que se dizia? “Ela apanha porque gosta.” “Ela está com ele porque gosta.” “É assim mesmo. O homem é assim mesmo”. E vai ficando. Mãe passava para a filha.

Então, a mulher não entende que isso é uma coisa cultural, ensinada pelas próprias mulheres.

A Dr^a Isabel criou lá, quando ela foi a primeira delegada da Deam, na Bahia, depois de a Lei Maria da Penha entrar em vigor, ela cria um *slogan*: “Em briga de marido e mulher, você pode ser a colher”. Porque antigamente como era? “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher.” E o Estado não intervinha. Agora, não! É obrigação do Estado intervir, porque quem não intervier pode ser responsabilizado também, porque você tem o dever de ajudar o seu próximo. É uma inação, é um crime de omissão.

Então, isso é muito importante que se veja! É claro que isso tem de ser colocado em leis, para que nós possamos trabalhar. Como a Sara colocou, nós, juízes, não podemos trabalhar se as provas não estiverem no mundo dos autos. É preciso que tenhamos condições, provas. Que o promotor consiga ter provas, que o delegado consiga amealhar provas, para que o juiz possa efetivamente dar uma sentença. E, como já disse, não vai resolver a vida efetivamente, mas vai dar uma esperança, vai dar um alento à sociedade. Vai mostrar que as mulheres agora são protegidas. Elas têm o mecanismo do Estado, que diz a elas: “Você agora é nossa responsabilidade. Você não está mais sozinha. Você não chega na delegacia, toda espancada...”

Antigamente, perguntavam: “Cadê suas testemunhas? Como se vai saber que foi ele que te bateu?” Não é?

Então, ela não precisa mais provar que apanhou; ela não precisa provar que foi filmada sem querer. Pode até ter deixado, permitido, mas não era para ser divulgado em lugar nenhum, porque ela ali tinha uma relação de afeto e confiança de amor com aquele homem. E aquela mulher até hoje acredita que aquele pode ser o amor da vida dela! E nós somos assim, infelizmente ou felizmente! Talvez possamos ficar mais atentas com relação a isso, porque é a consciência que vai trazer a nossa proteção. Nós podemos amar, mas com razão; saber como e com quem fazer algumas coisas. Não é isso?

Então, essa questão do novo... É o que só a revolta dos fatos outro dia... Vamos adequar isso à realidade. Quando se coloca aqui que ela gosta de apanhar, não! Tudo isso já aconteceu. Agora, só vamos colocar isso na legislação, para que possamos trabalhar com isso.

Eu falava com Sara que há quatro anos, nós tivemos um caso – e não se falava ainda nisso, não é Sara? – de um professor de informática. Ele era professor de informática, ex-policial, relacionou-se com uma moça por pouco tempo, seis meses. Ela era funcionária pública, trabalhavam em prédios vizinhos e começaram a namorar, a se relacionar. Mas ela começou a notar a forma como ele lidava com ela: muito ciúme, muito controle. Ela ia para o restaurante – parece que o restaurante era comum –, e ele ficava na janela olhando. Ela voltava, ele olhando, e começou a ficar intimidada, angustiada, psicologicamente ameaçada, constrangida. Então, ela terminou esse relacionamento. Terminado esse relacionamento, o que ele fez? Professor de informática, pegou uma foto dela única. Só tinha uma foto dela de biquíni e a difundiu por todo esse mundo, como a Dr^a Sara colocou aí.

Pegou a foto dela, fez fotomontagem, garota de programa, arrasou a vida dessa moça! Destruíu. Tudo! Arrasou. Destruíu a vida dessa moça! Nós fomos lá, demos a medida protetiva e ele continuou. Ela teve que se mudar, largou o emprego, porque ele mandou cartas com cópias para os patrões dela, os chefes... Destruíu a vida da moça. Aí, teve que se mudar e foi para outro lugar. Para Natal, não é, Sara?

A SR^a SARA GAMA – Não, ela foi para uma cidade do interior, a cidade da família dela.

A SRª MÁRCIA NUNES LISBOA – Da família dela, largou tudo e foi embora, porque, mesmo com a medida protetiva, ela não se sentia segura. O que ele fez? Foi atrás dela e lá jogou um coquetel-molotov no carro. Foi aí que a lei... Aí nós podemos agir, porque isso que a nossa querida Eron quer colocar já nos poderia impedir se houvesse esse dispositivo na lei, imediatamente cessar. Essa é a palavra que eu quero. Quando você fala, fala 24 horas, eu coloquei aqui: “que remova imediatamente o conteúdo que viola”. Pensei nisso: “imediatamente”, aí o juiz tem que se virar. Faz logo. Tem artigo que se faz. Aí, manda imediatamente. Quem tem que se virar é o pessoal da informática, que tirem imediatamente. Não sei se precisa colocar prazo, mas é imediatamente. Certo?

O que aconteceu? Jogou coquetel. Quando soubemos disso é que aí descumpriu a medida protetiva e foi preso. Aí foi que esse homem pôde ser preso. Nesse caso, se não fizer, se tirar e ele continuar, ele poderia ser preso, inclusive o pessoal por falta de cumprimento de ordem judicial.

O que acontece? Essa moça... Ele ficou preso e depois que voltou. Na hora... Houve duas ações: ameaça, que ele a ameaçou, e a queixa-crime da divulgação, que é isso que estamos vendo como está ficando.

A SRª SARA GAMA – É uma ação privada.

A SRª MÁRCIA NUNES LISBOA – Uma ação privada. Nessa ação privada, o que aconteceu? Isso que se fala da violência psicológica. Porque, para mim, a violência psicológica permeia todas as formas de violência. Todas. Ninguém apanha sem sofrer psicologicamente. Ninguém é estuprada e violentada sem sofrer psicologicamente. Então tudo abarca o psicológico, a psique da mulher. E essa mulher, se ela não tiver um apoio psicológico... Por isso que nossas Varas precisam de uma equipe multidisciplinar. E aqui já deixo uma queixa para vocês, Deputadas: a minha Vara – a 1ª Vara de Violência Doméstica – está sem equipe multidisciplinar. Por favor, Senadoras e Deputadas, está sem equipe em razão, Deus sabe, de vontades políticas ou conjunturas. Eu tenho me virado. A Drª Sara também sabe, mulheres chegam lá destruídas, chorando, pedindo ajuda. O que podemos fazer? Chorar? Não, somos técnicas. Não temos... Tínhamos uma psicóloga e uma assistente social, as retiraram para colocá-las na 2ª Vara. É muito complicado isso, muito complicado.

Não estou reclamando de as colocarem na 2ª Vara, mas deveria haver cinco, seis, sete, dez Varas e em cada Vara cinco psicólogos e cinco assistentes sociais. A minha Vara, quando iniciou – a Sara sabe – tínhamos uma equipe de cinco psicólogos e nove assistentes sociais. E fizemos um trabalho maravilhoso, inclusive com agressores e vítimas que saíam da cadeia e eram submetidos a um trabalho, a um tratamento com psicólogos e assistentes sociais a respeito do entendimento do que seria violência de gênero; e quanto às mulheres, o entendimento do que seria o empoderamento dessa mulher. Várias mulheres saíram maravilhadas. Ouvi homens, dizendo: “Doutora, eu batia porque eu não podia chorar.” Eles também têm um papel ali, sofrem um papel, porque se chorarem é (*Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal.*), é isso, é aquilo, é mulherzinha. O papel que a mulher sofre o homem também sofre. Então, só vamos chegar, um dia, a um equilíbrio se conseguirmos tratar os dois, de alguma maneira.

Então, deixo essa queixa aqui, para não me alongar demais.

Essa moça, na queixa-crime, o que aconteceu? Ela simplesmente desistiu – não foi Sara? –, ela perdoou. Perdão judicial, que é uma expressão jurídica, mas, na verdade, ela não perdoou nada, ela só queria sair daquela situação.

A ação penal ameaça – Sara vai continuar –, porque ela não vai precisar estar presente porque ela não suporta mais ver aquele homem. Então, imaginem como fica o psicológico dessa moça, de todas as mulheres que sofrem isso.

É muito grave essa questão da violência contra a mulher, uma questão cultural milenar.

(Soa a campanha.)

A SRª MÁRCIA NUNES LISBOA – Já vou sair.

Tenho a dizer, de novo, é que estou muito feliz, agradecida mesmo por estar aqui.

Parabenizo a Deputada Tia Eron; parabenizo todas as mulheres que estão aqui; parabenizo todas as mulheres que trabalham com essa questão porque, sem a união, sem essa rede, sem a rede da Secretaria de Política para Mulheres, a lei não funciona, nada funciona, a união é que faz com que o movimento saia para alguma coisa maior.

Eu deixo aqui a minha alegria, a minha satisfação em participar e colaborar de alguma maneira com mais um passo. Somos todos beija-flores, botando um pouquinho de água nesse incêndio.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Drª Márcia. Nós é que estamos agradecidas por sua substancial contribuição, sobretudo no ponto de vista jurídico, quando insiste nessa questão do prazo. Mais uma vez eu tratava aqui com a Aline, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Flávia Moraes e a Deputada Carmen sobre a questão do prazo de 24 horas. Quando a gente traz a questão para o imediato, para a imediata

retirada das imagens dessas mulheres vítimas da rede, da *web*, pode-se também abrir um flanco para outras interpretações. É importante que hoje ainda possamos nos debruçar sobre essa questão de prazo, porque a velocidade da internet é muito grande, e essa preocupação nós precisamos ter a fim de que essa relatoria saia concreta e aperfeiçoada nesta tarde.

Neste momento, então, aproveito para registrar a presença da queridíssima colega Deputada Alice Portugal, registrar a presença da nossa Vice-Presidente da Comissão Mista desta Casa, a Deputada Keiko Ota, que precisou se retirar, bem como da Deputada Flávia Moraes e, mais uma vez, a Deputada Carmen Zanotto, que aqui segue conosco.

Tenho a honra de passar a palavra neste momento à Dr^a Isabel Alice de Pinho, Delegada e precursora do estudo da questão das Delegacias Especiais no enfrentamento das vítimas de violência doméstica.

Obrigada, Prof. Dr^a Isabel Alice por estar aqui conosco.

A SR^a ISABEL ALICE JESUS DE PINHO – Boa tarde a todos.

Obrigada, Eron, em nome de quem saúdo e parablenzo a Mesa e às nossas convidadas.

Eu já fiz, aqui, umas 30 anotações. Já cortei muita coisa e já coloquei outras tendo em vista a importância deste tema e o quanto estamos preocupados – pais, mães, sociedade de um modo geral –, temos consciência disso, do quanto essa violência tem desagregado, dilacerado, tirado vidas de mulheres neste País.

Quanto à questão da violência contra a mulher, como primeiro momento de avaliação, eu vou me colocar diante da legislação porque ela tem um caráter extremamente didático e é um grande instrumento que temos. Nos seus 44 consistentes, pensados, repensados e bem elaborados artigos, nós conseguimos buscar muitas soluções na aplicação efetiva daquilo que ela traz, justamente para não perder algumas reflexões do que foi dito aqui pelas nossas antecessoras.

O primeiro grande ganho que a Lei Maria da Penha nos trouxe foi nos dar essa dimensão constitutiva do seu próprio texto, onde podemos encontrar de forma muito clara e devidamente discriminado os instrumentos, os seus órgãos, os seus mecanismos e as suas ações.

O texto legal nos proporciona fazer essa divisão e em que momento o mecanismo – ela tem como escopo criar mecanismos, que são os processos, os fluxos – busca as soluções e as resoluções.

Tudo que é feito, graças a Deus, as várias políticas e programas – a Aline traz isso de forma espetacular –, tem um ganho maior para quem lida diariamente, diretamente com a questão da violência contra a mulher, como fenômeno e como situação, que são dois momentos da Lei Maria da Penha. Primeiro nos mostra quem é; fala como ela se constitui, como fenômeno, nessa situação em que a mulher vive de forma peculiar, depois começa a tratar como situação.

Ora, saímos do estigma da mulher vítima. Por muito tempo o discurso era mulher vítima de violência. Criamos uma categoria de mulheres vitimizadas. Essa categoria não avançava porque ela estava presa a um ciclo e esse ciclo se constituía como uma forma ora de romper, ora de manter. Esse problema que estamos discutindo aqui agora, e com todo o vigor que a gente possa lhe dar, porque mudou apenas a roupagem, mas o fenômeno é o mesmo, mudou-se a forma, mas a perversidade continua, a torpeza é a mesma, a vilania é a mesma e a covardia continua sendo ainda a mesma pelos seus próprios autores.

Quando a lei trata da questão da violência, ela nos traz essa possibilidade. Por isso o mecanismo veio como uma forma de a gente buscar um caminho, Tia Eron. A partir do art. 10, quando a Lei Maria da Penha trata do atendimento pela autoridade policial – e aí a gente coloca as instituições, as agências da segurança pública – traz e abre esse artigo com duas circunstâncias muito importantes nesse atendimento. A lei fala “na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica”. Eu tenho duas circunstâncias que são decisivas para uma atuação. E aí o mecanismo vem como uma forma de a gente cessar, neutralizar e fazer com que essa modificação que a gente propõe possa ser evidentemente implementada. Ora, se estou falando de uma iminência, o prazo de 24 horas já me roubou algum tempo.

Então, se é obrigação da autoridade policial e de qualquer autoridade policial as DEAMs que na Lei Maria da Penha estão entre os seus órgãos e que mereciam, do ponto de vista da efetividade das políticas estaduais, essa visibilidade muito maior nesse sentido, mas se estou na iminência ou na prática, essa questão tem que ser resolvida, pelo menos atendida ou tomadas as primeiras providências aqui e agora. Assim como as medidas protetivas nos deram essa grande ajuda, essa grande possibilidade real, efetiva e legítima. Legitimamos, Deputada, – e a senhora sabe – uma situação que nos era extremamente conflitante, extremamente difícil.

Quando vimos a Lei Maria da Penha considerar a possibilidade dessa imediatidade na mesma proporção de lapso temporal da guia de lesão, na mesma proporção do lapso temporal de fazer a diligência e resgatar essas crianças, na mesma proporção da possibilidade real e efetiva de efetuar uma prisão em flagrante. Então, se estamos lidando com uma roupagem para um problema extremamente sério e antigo, que só mudou a sua

face, como é a violência doméstica multifacetada, ela é tão perversa que é, democraticamente, incontrolável, mas as mulheres não podem ser compartilháveis, de forma nenhuma.

Dentro dessa proposta de mudança se nos afigura com a possibilidade de se pensar nisso: de que possa a autoridade policial e qualquer autoridade policial. Porque com o ganho da ação penal pública incondicionada, então, é inquestionável que toda e qualquer autoridade policial neste País pode agir dessa forma. Nós ganharíamos do ponto de vista da prestação e do ponto de vista da Lei Maria da Penha, na sua pronta efetividade de aplicação, e daríamos a essa vítima... E de que vítima estou falando? Mudou-se o perfil da vítima da violência doméstica e familiar e da violência de gênero. Quem tem um caminhar nessa linha de atuação sabe que, antes, lidávamos com mulheres, vamos dizer, de 18 anos para frente, com uma perspectiva de vida, pelo menos do ponto de vista intelectual e social, ou com relação de conjugalidade ou de união estável. Enfim, era alguém mais, vamos dizer assim, amadurecido nas suas relações. E que perfil é esse que temos? Para nós, meninas de 12, 13 – a Dr^a Márcia bem sabe –, 14 anos, que têm o começo da descoberta da sua sexualidade, do encantamento do relacionar-se, do estar junto, do estar perto e de descobrir, no exercício disso, que é uma fase extremamente bonita. E esse fenômeno está-se roubando dessas meninas, que agora são vítimas em potencial desse tipo de violência.

E o que é pior: não se tem um controle efetivo nem da sua própria individualidade, porque muitos, mesmo aqueles que lidam com crianças e adolescentes nessa situação, acreditam que seja uma permissividade e que isso não pode ser objeto de nenhuma intervenção do ponto de vista do Estado ou de qualquer outra instituição – eu falo das escolas, das igrejas ou de qualquer outro tipo de associação –, porque é a família que tem que se responsabilizar. Então, volta-se, às vezes, àquela mesma expressão: isso não é problema de polícia nem de justiça. Isso é problema de família. E aí temos o mesmo discurso, com um dano muito maior.

Então, trazendo essa questão do ponto de vista da tragédia, vamos dizer assim, que a Dr^a Sara nos traz – e é dessa forma mesmo que temos que ver –, precisamos ter efetividade, mas também uma visão bem prática disso. A Lei Maria da Penha nos possibilita isso. Nós temos vários artigos na lei que nos dão esse lastro do ponto de vista de poder aplicar a legislação, porque a lei vai falar em todos os casos, a lei vai falar da dignidade, a lei vai falar da garantia e da proteção do exercício pleno dos direitos humanos essencialmente femininos.

E, partindo também em cima do que está proposto como alteração no §5º do art. 22, as medidas protetivas foram também uma criação muito significativa da Lei Maria da Penha. Sabemos o caráter que a medida protetiva tem do ponto de vista processual e de quanto tem neutralizado situações de extrema gravidade.

Então, dentro da própria lei temos caminhos e indícios, podemos dizer assim, que vão nos possibilitar um estudo aprofundado e, com o próprio texto, modificar, evidentemente para melhor, já que a proposta é extremamente promissora.

Outra coisa que eu gostaria também de colocar, ainda nesta avaliação simples, mas importante, é nós considerarmos que esse tipo de violência está ampliando o ciclo da violência doméstica que nós conseguimos, dentro da especificidade desse fenômeno, pontuar e buscar. Isso a Lei Maria da Penha traz no seu art. 8º.

A cada movimento desse ciclo da violência, nós tínhamos ações efetivas e programas que nos possibilitavam, do ponto de vista da sua aplicação, trabalhar.

Essa violência rompe isso, vai além. Por quê? Porque não podemos identificar, entre aspas, “o real culpado”, com a mesma possibilidade que tínhamos e temos quando há o caráter pessoal. A impessoalidade e o anonimato são terríveis. Há um grau de devastação e de degradação tão grande também nesse caso, Dr^a Márcia, do ponto de vista da aplicação da lei, diante da impotência, vamos dizer assim, por conta da impessoalidade. Aí contra nós vem o problema da vítima. E nós lidamos com autoria e com materialidade. Sem tipificação, a gente não pode alcançar isso.

Então, tem havido um trabalho de pesquisa e de leitura no sentido de buscarmos, com aquilo que nós temos ainda, avançar nessa discussão, nessas propostas. Se não conseguirmos isso, em razão de todas as expectativas frustradas que podemos vir a ter com relação à mudança do Código Penal e a uma legislação que venha a contemplar isso, precisamos promover espaços desta natureza, para que possamos criar dentro das nossas instituições protocolos de atendimento nesse sentido.

As DEAMs sempre fizeram isso ao longo do tempo em razão de haver um caso concreto, de haver uma situação real. Então, a partir do fato, temos de buscar isso. Falo da Lei Maria da Penha, porque muito do que a Lei Maria da Penha traz foi objeto de demandas levadas aos órgãos, aos espaços, pelas próprias autoridades policiais.

(Soa a campanha.)

A SRª ISABEL ALICE JESUS DE PINHO – Então, na questão do prazo, podemos pensar nesse sentido, porque a autoridade policial promove e requer isso. O prazo é de 48 horas. Pode-se providenciar a perícia no sentido de se fazer essa requisição, de se produzir essa prova, a antecipação da prova.

Enfim, penso que nós, de forma muito otimista, já temos um caminho para enfrentar esse novo tipo de violência contra a mulher. Muda o seu caráter, mas a sua essência ainda é o grande problema que temos de enfrentar. Para isso, vamos contar com aquilo com que as mulheres sempre contaram, que é a solidariedade, a coragem e o espírito de luta, que fazem a diferença, que fazem com que consigamos avançar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Drª Isabel, mais uma vez, pela forma de falar tão brilhante com que nos brinda nesta tarde. De forma didática, como professora que é, traz aqui todas as questões que precisamos, de fato, determinar.

Quero solenemente registrar a presença da queridíssima Senadora Regina Sousa, do PT, do Estado do Piauí. Ela subscreve esta audiência. Com muita honra, quero aqui registrar a sua presença, pela importância do tema, o qual ela acompanha. Ela subscreve esta audiência.

Declaro minha gratidão penhorada, Senadora, pelo seu cuidado, pelo encaminhamento quanto a esta audiência, por tê-la subscrito neste momento. Obrigada, Senadora.

Agora, quero convidar a Deputada Tia Ju, pelo Estado do Rio de Janeiro, que é Presidente da Comissão de Assuntos da Criança e do Adolescente. No Estado do Rio de Janeiro, são relevantes os números referentes aos crimes cometidos na internet.

Obrigada, Deputada, pela presença.

A SRª DEPUTADA TIA JU – Boa tarde a todas e a todos!

Quero saudar aqui a Mesa. Com muito carinho, estima e devoção, saúdo minha queridíssima hoje Deputada Federal Tia Eron, que preside esta Comissão tão importante.

Agradeço imensamente o convite. Um tema de grande relevância como esse é trazido à discussão nesta Casa importantíssima.

Só tenho uma queixa a fazer à minha queridíssima Tia Eron: falar depois de mestras como estas aqui postas à Mesa é bem complicado. Mas isso nos favorece um pouco: não precisamos falar muito, porque muita coisa já foi dita.

É uma maldade – não é, doutora? – falar depois de tantas pessoas entendidas e comprometidas, acima de tudo – o que é mais importante –, com a causa da mulher. Isso está acima de qualquer coisa e é importantíssimo. Sinto-me muito honrada de fazer parte desta Mesa.

Eu vou me ater basicamente – em uma fala bem rápida, pois, como já disse, foram ditas muitas coisas importantíssimas e não é necessário repeti-las – à questão da criança e do adolescente, em que eu milito, já que crianças, meninas, não deixam de ser vítimas também desse grande crime que hoje acomete as mulheres.

Como foi registrado aqui, não podemos debater o tema sem olharmos a perspectiva de gênero. Hoje, há uma grande exposição das nossas crianças, das nossas adolescentes, meninas – trato aqui do gênero feminino – nas redes sociais e afins. Todos nós sabemos que o art. 241 do ECA deixa bem claro que o uso de imagens de partes íntimas de crianças e adolescentes, assim como de atos sexuais, é crime. Mas há a questão também de que as adolescentes e jovens acabam se envolvendo com outras pessoas por paixão, nessa fase da adolescência. Hoje em dia, a maioria delas possui um aparelho celular que tira fotos e que consegue conectar à internet via *wi-fi*. Ainda que o pai e a mãe não tenham condições de comprar um celular com internet, elas têm acesso fácil a *wi-fi* em várias áreas por onde circulam, e isso favorece muito a propagação de suas imagens, até sem roupa. As jovens e adolescentes têm sido vítimas disso.

Antes de me aprofundar no assunto, eu queria citar um dado da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, de ONGs: entre os 1.225 pedidos de ajuda e orientação psicológica atendidos pela Safernet no ano passado, 222 foram de vazamentos de fotos íntimas, situações chamadas de Sex In – não é, doutora? Corrija-me se eu estiver errada –, um aumento 119,8% em relação ao ano de 2013. É assustador. É mais que o dobro, em relação ao ano anterior, quando 101 casos foram atendidos. Mais da metade das vítimas tinham até 25 anos, das quais 25% tinham entre 12 e 17 anos de idade. Ou seja, nossas adolescentes e jovens também estão inseridas nesse crime tão bárbaro e tão cruel, que é a divulgação de imagens. Isso é algo que nos preocupa. Não há como nós, que militamos nas causas da infância e da juventude, não ficarmos preocupadas também com essa questão.

Eu moro no Estado do Rio de Janeiro há anos, e lá nós nos deparamos com uma situação típica do local, que são os bailes *funk*, que acontecem em vários pontos da cidade, nas comunidades, em que as meninas são submetidas a alguns, podemos dizer, ritos impostos pelos rapazes e por elas mesmas, no afã da idade, e elas acabam se comprometendo, se expondo em imagens. Na maioria das vezes, essas imagens são divulgadas, e

essas meninas são expostas. Elas são totalmente expostas em cenas explícitas de atos sexuais e afins, com suas partes íntimas sendo mostradas.

E nós ficamos preocupadas com essa questão porque temos visto muitos casos de meninas que, quando têm suas imagens expostas, pela fragilidade da fase da adolescência, acabam cometendo suicídio por conta dessa questão. Então, é algo com que, de fato, precisamos nos preocupar.

Eu estava comentando aqui com a doutora sobre a questão do prazo do crime. Isso é muito complicado, porque, como foi bem colocado aqui pela Sara, que usou da palavra, em 24h, na rede, é como se fosse um século. Então, o mundo inteiro já viu aquelas imagens. Isso é muito preocupante também com relação às crianças e adolescentes, é preocupante a segurança das imagens; os adolescentes podem até achar que sua imagem, sua foto, seu vídeo no equipamento eletrônico vai estar seguro, ou numa nuvem, mas, quando se trata de rede, não existe segurança para ela.

O que eu trago aqui de contribuição para essa questão é ainda o peso da orientação da família, dos amigos, dos vizinhos, dos parentes. É preciso que eles orientem essas jovens, essas crianças, porque, hoje em dia... Eu até conto aqui uma história bem rápida, Tia Eron. Como uma boa tia, sempre conto uma história. Duas mães estavam conversando numa escada, e duas crianças, sentadas na escada; e as duas, uma de 8 anos, outra de 7 anos, estavam mexendo no celular; em certo momento, uma das mães disse: "Vocês duas não conversam?" A menorzinha, a de 7 anos, virou para a mãe e disse: "Mãe, aqui não tem internet, está sem *wi-fi*." Ou seja, elas estavam sentadas lado a lado, mas não estavam conversando porque queriam conversar via internet –, uma criança de 7 anos, outra, de 8 anos.

Então, nós vemos como as crianças estão imaginando a comunicação hoje. E é impossível fazermos uma dicotomia disso. Separá-las disso é impossível. O que fica é realmente a orientação, é o acesso fácil à informação. Eu sempre tenho batido na tecla da escola como centro de informação e de formação. É importantíssimo isso. Eu acho que nós não conseguimos conter, mas conseguimos reduzir, e muito, quando se leva informação. Por exemplo, quando levamos qualquer questão de reflexão para as crianças, como a questão de o lixo não ser jogado no chão, a questão do meio ambiente, nós temos contemplado como elas replicam isso. Com muita facilidade, levam isso para o seio da família e conseguem envolver todos os adultos.

Assim, eu acho que o ambiente escolar ainda é uma grande ferramenta que podemos utilizar para informar e orientar essas meninas no sentido de que elas não devem ter medo de falar para os seus parentes, seus amigos, seus vizinhos, caso tenham percebido que suas imagens foram jogadas na rede; que elas não deixem de buscar ajuda do adulto em quem elas confiam. Às vezes, a adolescente não tem a confiança que precisa ou que acha que é necessária dos pais, mas há sempre um vizinho, um amigo, um parente a quem ela pode recorrer.

E aqui, Tia Eron, não me estendendo muito, fiz várias anotações, mas não vou tocar em todos os pontos. Mas essas leis que estão sendo propostas aqui nesta Casa são de suma importância para trazer o que tanto dizemos: a tipificação do crime. Elas vão trazer um ganho muito grande, e nós torcemos para que sejam, de fato, acatadas por todos os Parlamentares.

Eu vou encerrar, usando uma fala que não é minha, mas que parafraseei. Eu venho de uma família pobre e eu sempre fui muito sonhadora, com perspectivas de muitas coisas grandes, e minha mãe dizia: "Filha querida, uma andorinha só não faz verão". E eu dizia à minha mãe: "Mãe, uma andorinha só não faz verão, mas quem sabe, se uma andorinha começar a sair anunciando o verão, as demais andorinhas não se associam a ela?"

Aqui, hoje, eu não vejo nada além que outras andorinhas também seguindo uma andorinha que saiu cantarolando e anunciando que nós podemos trazer mudanças e contribuições para o nosso País.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Deputada. Somos nós que agradecemos a forma elucidada com que trata a criança e o adolescente no Estado do Rio de Janeiro. Que possa isso contaminar toda a Nação. É o que nós esperamos através do seu trabalho tão digno naquele Estado.

Mesmo já tendo avançado no tempo, quero, neste momento, convidar, a Drª Camila Silva Nicácio, Coordenadora do Programa de Pesquisa e Extensão Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais. Obrigada, doutora.

A SRª CAMILA SILVA NICÁCIO – Obrigada.

Boa tarde a todos e todas!

Eu gostaria de agradecer e cumprimentar, na pessoa da Deputada Tia Eron, todos que estão aqui, todos da plateia e quem também nos escuta via televisão. Eu estou muito contente de estar hoje aqui, Deputada. Eu gostaria de, na verdade, ao agradecê-la e ao agradecer todos, justificar nossa presença.

Eu sou Professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora deste Programa de Pesquisa e Extensão chamado Clínica de Direitos Humanos. O conceito de clínica de direitos humanos vem, aos poucos, se desenvolvendo no Brasil. Aliamos a ele a perspectiva da extensão universitária,

que está prevista no art. 207 da Constituição Federal – ali há a previsão da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. Então, muitos podem pensar: “O que a Professora está fazendo no meio dessas Deputadas, juízas e promotoras?” Nós nos sentimos preocupados nessa questão. A universidade deixou há muito – algumas, ainda não, mas este é o caminho – de estar encapsulada, enclausurada. Isso não existe mais, não é mais uma tendência. Temos de trabalhar juntos. Os problemas são muito complexos. Ninguém tem uma resposta solitária para nenhum problema que se coloca hoje. Eu acho que temos de anunciar juntos a primavera. Então, viemos, na verdade, na perspectiva de extensão, conversar com vocês hoje aqui.

Eu pedi – obrigada, assessoria – para que fosse distribuído o material, que fizemos com muito carinho. Na verdade, é uma recomendação com 44 páginas. Agradeço à artista plástica Carol Rossetti que nos emprestou uma bela imagem que, de maneira delicada, ilustra o estrago que pode causar a pornografia não consensual na vida de alguém.

Estamos trabalhando nesse tema já há algum tempo e gostaríamos de trazer aqui algumas reflexões. São reflexões que vêm de uma abordagem, na verdade, multidisciplinar, Deputadas. Fizemos abordagens jurídicas, históricas, antropológicas e de Direito comparado, sobretudo. E há aqui, Deputada Tia Eron, nove pontos, que são muito objetivos, que eu imagino que possam contribuir. Nós estamos num momento delicado de trabalhar ainda num projeto de lei.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que talvez tenhamos uma posição dissonante aqui com relação a alguns pontos. Então, eu já gostaria não de me desculpar, porque o dissenso também faz parte do jogo, mas dizer que estou aberta ao debate também. Eu sei que esses pontos são tudo, menos simples. Eu trago uma perspectiva dentro de tantas outras que foram aqui expostas.

Eu acho que a primeira coisa é que temos de fazer uma negociação de sentido aqui – isso é tique de professor, gente. Até aqui, falamos muito de pornografia de vingança. Durante toda essa recomendação, usamos a terminologia de pornografia não consensual, pois o motivo é muito simples: é claro que o componente vingança está dentro da conduta, mas não somente. Nós achamos que ele tem um conteúdo que pode ser restritivo, porque, muitas vezes, aquele envio, aquela distribuição, aquela distribuição de pornografia são feitos também por gente que não tem vínculo nenhum com a pessoa. Ela quer entretenimento. Eu uso as palavras, que eu acho que Isabel talvez... Ela está agindo por vilania, por torpeza, não é só por vingança. Então, nós temos de quebrar isso para ampliar no intuito de proteger o máximo possível de pessoas que podem ser eventualmente implicadas nisso.

Então, quanto à pornografia de vingança, propomos a substituição, para ampliar o escopo da futura lei, por pornografia não consensual. Quer dizer, o ponto é o não consenso. Não tínhamos consenso em divulgar isso ou não. Isso tem de ser para nós um ponto de partida.

Quanto a outro ponto, acho que temos um verdadeiro consenso aqui: deve-se tratar de uma conduta tipificada. A gente discutiu muito em grupo – um grupo de quase 20 pessoas – e não obtivemos consenso. Uns achavam que não, que tínhamos outros meios para isso. Mas não! A gente acha que tem de ser tipificado, sim. Ela tem de ser tratada como crime.

E aí vem o nosso dissenso. É que, na verdade, achamos que, quanto à pena, têm de ser observados princípios como o da razoabilidade e o da proporcionalidade. Quando a gente pensa, por exemplo, em estupro, já se prevê uma pena de seis a dez anos. Quanto ao assédio, a pena é de até dois anos. A gente pensa que a pornografia não consensual também deveria obedecer ao princípio da proporção, da razão, sem impor, sem combinar penas superiores a dois anos. Sei o quanto isso pode ser problemático, mas também partimos do princípio de que a tipificação sozinha já é algo muito grave. Significa dizer sem equívoco: “Não concordamos com essa ação, reprovamos essa ação.”

Achamos – este é um ponto muito alto desta discussão – que o Direito Penal não vai fazer essa tarefa sozinho. Ele é uma arma importante, tem um potencial simbólico muito poderoso, mas não vai agir sozinho. Outras ações, na verdade, e intervenções interdisciplinares institucionais vão ter de entrar aqui, em apoio. Há uma combinação que, para muitos, pode parecer leve, mas que pode também ter seu valor, inclusive resgatando o próprio valor do Direito Penal, que anda muito desacreditado, infelizmente, já que ele tem uma dimensão instituinte que para nós é vital, já que ele protege aquilo que a gente estipulou como o bem mais precioso.

Aqui, no caso, emendo com o segundo ponto, Deputada Tia Eron. Aqui, no caso, não é necessariamente a honra. E aí subscrevo absolutamente o que foi dito pela Secretária Adjunta Aline. Na verdade, a conduta deve ser descrita no rol das violações contra a dignidade sexual, e não no de crimes contra a honra. Quer dizer, a pornografia não consensual ataca e ofende o nosso bem, que é a dignidade e a liberdade sexual.

Acho que devemos obter aqui um consenso. O Congresso é uma arena importantíssima para nós, cara para nós, mas não é um guardião da moral e dos bons costumes. Ele guarda a ordem constitucional, a ordem democrática e republicana, que implica pluralismo, que implica necessariamente tolerância. Então, esta noção

tem de ser muito aberta: a noção de dignidade e de liberdade sexual, e não mais a de honra, como discutimos até aqui.

Emendo com mais uma coisa, ao falar de pluralismo e de tolerância, queridas colegas. Permitam-me a informalidade. Estamos aqui a tarde inteira, e acho que é tempo suficiente para falarmos assim. Por falar em pluralismo e em tolerância, pensamos também que o tipo penal deve independer, não depender de gênero, de identidade de gênero e de orientação sexual. Por quê? Isso implica uma mudança, sobretudo, por exemplo, no projeto do Deputado João Arruda. Há movimentos muito dissidentes hoje. Liberdades e garantias têm de ser asseguradas. Uma mulher lésbica ou uma travesti pode ser enquadrada, deve ser enquadrada, para poder também reclamar a proteção dessa lei. Quando a gente fala só de proteção à mulher, isso é restritivo. Essa é uma limitação que, hoje, é inaceitável, num País plural. A pluralidade, como eu disse, impõe a tolerância, e a tolerância deixa possível o pluralismo. Esse é um ganho nosso. Não podemos perder isso. O projeto de lei proporciona um momento maravilhoso para reafirmarmos esse estado de coisas.

Ressalto a quarta questão: o *caput* deve ser mais vasto, sem dar, é claro, ensejo à confusão. Devemos falar, por exemplo, não só em divulgar, porque virão muitos encenqueiros esquivando-se da lei. É claro que sim! As delegadas estão aqui e poderão falar isso comigo. Sim! Pensamos que devemos trazer palavras como “oferecer”, “trocar”, “disponibilizar”, “transmitir”, “distribuir”, “publicar”, “divulgar”. Por que não? Mas não deve ser só isso. Divulgar é um componente num tipo mais vasto que a gente quer. Há noções de imagem e de nudez total ou parcial, ato sexual, ato obsceno, comunicação de conteúdo sexualmente explícito. Devemos falar um pouco mais sobre esses temas para evitar tanto a redundância como a restrição. Devemos ter um tipo abrangente. Sem descaracterizá-lo, mas que seja abrangente o suficiente para proteger o máximo de pessoas envolvidas.

Passo à quinta recomendação. O *caput* deve também conter a expressão “por qualquer meio”. Por que isso é importante? Porque há muito espertinho que vai falar: “Ah, é só internet!”. Não é só internet, sabemos muito bem. Há pessoas que colam um santinho, que fazem um panfleto, e nisso a sua vida já está quebrada. A internet é uma coisa. Infelizmente, existe o lado bom e o lado ruim. É claro que ela facilita esse lado negro da comunicação, mas não faz sozinha o trabalho sujo. Então, temos que colocar no *caput* a expressão “por qualquer meio”.

Sexta. A redação do projeto de lei deve conter expressamente, no *caput* ou em parágrafo próprio, que a realização de montagens também caracteriza tipo penal. Porque vai o espertinho, de novo, pega a minha cara, coloca no corpo de alguém que não sou eu e faz uma montagem linda. E aí eu estou com a minha vida quebrada de novo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CAMILA SILVA NICÁCIO – Exatamente. Isso é inaceitável, Juíza. É inaceitável. Então, eu acho que temos que ter também um tipo que englobe isso, Deputada Tia Eron. Peço a sua sensibilidade com relação a esse ponto.

Sétima. Deve-se considerar aumento de pena nos casos de a vítima ser deficiente ou de haver relação afetiva entre a vítima e o agressor. Muita coisa hoje nós podemos comprar. Eu acho que tudo nós podemos comprar. A relação de confiança que se quebra aqui, na verdade, é irrecuperável. É um bem de que se deve cuidar. A Maria Penha muito adequadamente já contemplou isso aqui. E eu acho que, também adequadamente, o projeto de lei pode trazer essa noção.

Número oito. É necessário incluir na redação, por parágrafo ou artigo, que independe, não depende da vítima ter consentido na filmagem ou captura inicial da foto ou vídeo. A divulgação posterior sem autorização constitui crime. Ou seja, qual é o argumento que se escuta sempre? “Mas você estava lá. Você deixou.” Sim, sim. Porque havia um ambiente para isso, havia contexto para isso, e só isso. Pactuou-se aquele momento, nada que passe disso. E você não pode ser culpada – entendeu? – pelo prazer que se dividiu ali e pela diversão, inclusive tirando as fotos. Aquilo se restringe ao momento, e não depois. E sugerimos, Deputada, por exemplo, a redação do segundo parágrafo do PL nº 7.377: configura-se crime, ainda que a vítima tenha consentido na captura ou no armazenamento da imagem ou da comunicação.

A última. Diferenciação da punição de quem apenas compartilha daquele que divulga, digamos, daquele que tira as fotos e coloca em primeira vez para rodar, o autor do fato. Por quê? Voltamos aqui à proporcionalidade, à razoabilidade. Não dá para tratar da mesma maneira as duas condutas, que são diversas. O primeiro, o autor, tem uma responsabilidade maior. Se o outro, por torpeza, por diversão ou por qualquer outro motivo, decidiu se divertir com a divulgação, com o compartilhamento, que pague uma multa das boas, Juíza, mas ele não tem que ser tratado da mesma maneira.

Portanto, são nove pontos, e eu tive a liberdade de lê-los.

Gostaria de usar meus últimos dois minutos para dizer – aproveito a sua presença aqui, Aline – que a Secretaria Especial de Proteção à Mulher é fundamental na promoção de ações de intervenções interministeriais

e interinstitucionais que promova, na verdade, uma diferença, uma modificação profunda de cultura. Não há, mesmo numa Faculdade de Direito, a crença ou a ilusão de que o Direito Penal ou mesmo o Direito, sozinho, faça trabalho algum. Na verdade, o Direito também é uma construção da cultura. Ele precisa de bases, de solo fértil onde lançar raízes. Isso passa pela educação, pela sensibilização, pela criação diferente e adequada de jovens e crianças.

(Soa a campanha.)

A SRª CAMILA SILVA NICÁCIO – Então, imaginamos que apenas uma ação comum e muito forte pode dar conta desse estado de coisas.

Nós deixamos aqui, para quem quiser, a recomendação – para quem não quiser, nós podemos enviar por e-mail. Estaremos aqui para conversar depois como Universidade Federal de Minas Gerais.

Ótimo trabalho a vocês. Obrigada pela oportunidade de participar. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Drª Camila, pela forma tão específica, direcionada como se expressou, como professora que é. A didática ajuda bastante, porque penso que é bem complicado conseguir fazer um *link* entre a questão sob o ponto de vista jurídico e a necessidade premente da relatoria, que nos traz hoje a esta audiência pública pela segunda vez, porque, de fato, são seis projetos de lei apensados, mas cada um deles precisa, através dessa relatoria, ter uma excelência na sua apresentação para que, por fim, possamos esgotar esse assunto.

Inclusive, a ilustre Profª Drª Isabel Alice antes de sair, deixou aqui uma provocação, quando ela diz que, se o lapso temporal for menor de dois anos, a conduta será considerada de menor potencial ofensivo e recairá sobre a Lei nº 9.099/1995, pela qual não se aplica a Lei Maria da Penha, mas abarca a questão dos Juizados Especiais. E, lamentavelmente, a Drª Márcia Lisboa já levantava a questão aqui de como era barato bater em mulher.

Neste momento, eu quero franquear a palavra às Deputadas Federais, bem como às Senadoras aqui presentes. A próxima oradora inscrita é a Deputada Alice Portugal, queridíssima colega, conterrânea, do PCdoB.

Obrigada, Deputada Alice.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Boa tarde a todas! Boa tarde a todos!

Primeiro, Tia Eron, quero parabenizá-la por haver feito uma audiência focada no projeto do Sr. João Aruda, mas, ao mesmo tempo, trouxe à luz o objetivo central desta CPMI, que é abordar, analisar, fazer a parametrização da aplicação da Lei Maria da Penha, contextualizando, modernizando tudo isso que nós temos vivido durante esses anos de aplicação de uma regra legal que é, talvez, uma das mais avançadas do mundo. No entanto, a lei ainda passa por vários percalços na sua implementação em nosso País.

Eu quero saudar a Promotora Sara, de larga tradição na Bahia, pela proteção da lei.

Eu saúdo a Drª Márcia Lisboa. Quero dizer às minhas colegas Deputadas e às Srªs Senadoras que Drª Márcia Lisboa é pioneira, é um ícone na defesa dos interesses da mulher na Bahia e na implementação da Lei Maria da Penha.

Quero saudar as demais convidadas, as do Rio de Janeiro, a representação da SPM, e, neste momento, quero aproveitar para fazer, de público, o meu clamor, o meu apelo para que não seja finda a experiência da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *(Palmas.)*

Não se justifica, no Brasil, o Ministério da Mulher, porque a SPM é isso. E não se justifica a primeira mulher Presidente da República ser premida por uma crise mundial que é amplificada no Brasil pelas lentes da política. A crise existe no mundo, no momento. Basta ver as crises de migração, as crises de desemprego, as praças da Espanha coalhadas de pessoas dormindo na rua, os viadutos de Paris. Então, nós precisamos olhar o mundo e saber que a crise é mundial, mas, no Brasil, é amplificada pelas lentes da política. Só que o orçamento da SPM é muito pequeno para impactar o Brasil na crise.

Então, como Deputada da Base do Governo, quero dizer que sou contra a extinção de Secretaria de Políticas para as Mulheres, e faço isso aqui num local adequado, que é a nossa CPMI.

Quero dizer, Tia Eron, que, de fato, é muito importante essa atualização. E a Profª Camila trouxe, digamos, uma síntese daquilo que, de fato, é superimportante para que nós possamos olhar esses projetos.

Eu sou membro titular aqui da Comissão, mas eu fico entre uma comissão e outra. Neste momento, eu estou aqui e estou faltando na CPI do Crime Cibernético. E é exatamente aí onde nós estamos tratando, em diversos ângulos, a questão do crime cibernético no Brasil, porque não há somente o crime cibernético contra a mulher ou o crime virtual, como se queira chamar, mas adotamos a terminologia crime cibernético. E a CPI está montada e funcionando intensamente. Lá nós estamos tratando de crimes contra idosos, crimes bancários, fraudes bancárias, fraudes de títulos, fraudes de propriedade intelectual – copiar e colar. É uma vastidão, porque tudo que ocorre na vida real ocorre também nesse mundo paralelo da rede de computadores mundial.

Nesse sentido, eu julgo que essa questão e essa abordagem precisa estar inserida nesse contexto da tipificação de qualquer tipo de abordagem que atinja as pessoas na sua individualidade, na sua propriedade.

Enfim, ela precisa ser tipificada como crime, efetivamente. Roubo de senha, invasão de conta, golpes na internet para compras que jamais serão entregues e, evidentemente, a abordagem que fere o direito humano, em especial o direito humano de crianças e de mulheres, porque nós sabemos que são as principais vítimas desse tipo de crime.

Eu quero dizer que essa síntese é muito especial, muito sensível à realidade concreta da mulher e de qualquer outra pessoa, que vai nos ajudar muito na outra comissão também. Vou fazer um requerimento pedindo a inserção de seu nome em uma das audiências lá da comissão para que você pudesse abordar a questão sob essa ótica. Ouvimos especialistas na questão da criança da maior importância na nossa comissão também.

E, possivelmente, haverá poucos casos certos e determinados para a abordagem típica da CPI que é trazer o encarcerado, botar na mesa, indagar, porque, efetivamente, os que já foram pegos já foram indiciados ou estão sendo, mas não há uma tipificação. Isso era tudo muito leve. Então, de lá mesmo, Deputada Tia Eron, nós vamos subtrair legislação nova.

Eu acho que a Deputada Tia Eron está com uma coisa que é absolutamente fina e importante, uma matriz fundamental para daqui para frente: é fazer esse relatório e transformar esse projeto e seus apensados em algo que, de fato, se some à Lei Maria da Penha e aborde essa temática da rede de computadores, pois, no momento da redação da Lei Maria da Penha – e eu tenho a honra de ter participado desse processo –, nós não tínhamos ainda esse olhar. O mundo galopou em muitos *megabytes* ou em *terabytes* de lá para cá. É evidente que nós vamos ter que atualizar isso sob essa nova lógica, compreendendo que, ao lado dessa nova lógica, há ainda a 1ª Vara sem psicólogo. Nós temos ainda vários Estados brasileiros sem nem uma Vara. E há ainda um embate frontal para impedir que a SPM acabe, com uma conferência em curso no Brasil, reunindo milhares de mulheres pelo Brasil afora. Nós vamos dizer o quê? Vamos fazer como essa conferência? Então, os desafios são enormes e eles se entrelaçam e se dão em diversos níveis.

Eu quero dizer que esse trabalho precisa continuar.

Eu quero fazer também menção à Delegada Isabel Alice, que foi, desde a primeira hora, desde a redação da Lei Maria da Penha ou antes dela, alguém que batalhava para que os agentes de polícia fossem treinados para receber mulheres sem dizer a elas que “não iam dar queixa, porque mulher de malandro gostava de apagar, e ela dava queixa na segunda-feira e a tirava na quarta”.

A nossa lei e o piso salarial nacional do professor – vejam que coincidência sublime – foram os únicos, em tempos recentes, que tiveram de ser reafirmados pelo Supremo Tribunal Federal. O Ministério Público teve um papel fundamental, porque, por pouco, não vigia uma inconstitucionalidade sobre a Lei Maria da Penha. Houve muita luta para impedir que isso acontecesse.

Portanto, a CPMI é atual. Ela é atual, na minha compreensão, muito mais para trazer os casos de violência ao olhar ainda perplexo da sociedade brasileira, quando vê uma Eloá ser morta pelo seu namoradinho, que, como dizem os latinos, no seu amor romântico, toma posse do corpo dela e se sente dono dela para lhe tirar a vida, ou quando vê aquela cabeleireira, num salão de beleza monitorado por câmeras, ser assassinada, em público, por seu marido. Na Bahia, recentemente, a Secretaria de Segurança Pública deu conta de prender o assassino de mãe e de filha. Eram mãe e filha! A mãe era, em tese, liberal em excesso com a criação da filha, e ele mata a mãe e a filha. Ele está preso, então, pelo Movimento de Mulheres, pela nossa ação, pela denúncia e pela ação também preciosa.

Assim, vamos vendo que, hoje, a mulher diz “não” e que o número de assassinatos cresce. Isso também é motivo para que possamos estudar um pouco mais. Como sabem que isso está tipificado, que bater é crime, matam! Eles matam!

Então, é muito importante que, ao lado dessa discussão em torno do crime cibernético no Brasil, focando em direção aos direitos da mulher, possamos também avançar na cobrança, para que as políticas do cotidiano e da aplicação da própria lei sejam monitoradas permanentemente, para que possamos diminuir os índices, que, decerto, passaram a ser mais vistos com a quebra da subnotificação e com a multiplicação de organismos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e no movimento social. Isso é acompanhado por um movimento social vibrante e múltiplo em entidades, em opiniões, em correntes que se enfrentam, mas que se unificam.

Então, nesse sentido, além disso, há a quebra do silêncio universitário e acadêmico, com uma gigante produção acadêmica. Nós, na Bahia, acabamos de perder um intelectual de porte, que foi Ana Alice, criadora do Núcleo Interinstitucional de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia. Fico muito feliz de ver uma intelectual da Universidade Federal de Minas Gerais trazer essa síntese.

Então, Tia Eron, quero parabenizá-la pela reunião e dizer que a CPMI tem hoje este duplo sentido da abordagem do crime, do monitoramento da aplicação da lei e da proliferação de novas leis. Nesse caso do crime cibernético, a minha sugestão prática, inclusive, é a de que haja esse cruzamento.

Eu queria também dizer que, ao fazer o convite à Camila, vou fazê-lo à Relatora da lei, para que possamos levar a temática feminina, numa mesa específica, para a CPI que trata do crime cibernético. Acho isto mesmo: não podemos dar tratamento igual a quem comete o crime e a quem o prolifera; temos de punir ambos. Temos de ter a clareza de que voltar à terminologia do crime contra a honra não nos favorece. Isso não nos favorece. Precisamos ir ao encontro de uma terminologia que abrace o momento atual da mulher na sociedade, o direito humano da mulher. Nós precisamos ver isso.

Em relação à recomendação de se fazer isso por qualquer meio de propagação, acho isso muito interessante, porque já vimos até *outdoor* sendo usado para agredir mulheres em muitos lugares do País. Já vimos faixas na porta, carros de som com palhaço etc.. Não é verdade? A coisa é tanta, que, nesses dias, vi um *outdoor* de brincadeira que um publicitário fez para chamar a atenção para uma campanha acerca de tal objeto, de tal produto. Então, há de tudo, há de tudo! É necessário, de fato, sem arranhar a liberdade de expressão, coibir o que é criminoso, o que leva ao suicídio, o que leva a acidentes, o que leva à depressão, o que leva ao adoecimento, o que leva, acima de tudo, à aniquilação da cidadania da mulher. Isso acaba acontecendo.

Aqui, na Câmara, houve um caso – a Bancada Feminina, à época, não tinha força – com a funcionária de uma empresa aérea, e passou a haver filas para que essa moça fizesse o atendimento. A companhia teve um papel altamente positivo: manteve a funcionária – creio que ainda mantém – no guichê da empresa na Câmara dos Deputados. Ela teve fotos reveladas na internet por um ex-namorado depois de encerrar o relacionamento. Nesse caso, foi vingança, mas foi torpe, foi vil, uma completa agressão ao seu perfil. Felizmente, a empresa foi firme, e, acima de tudo, ela também, pois se manteve em seu local de trabalho, num ambiente masculino, em que, no século XXI, em 513 Deputados, ainda somos 51 Deputadas, evidentemente sem alcançarmos os objetivos que pretendíamos alcançar na minirreforma eleitoral e na reforma política.

Portanto, era o que eu queria asseverar, além de dizer que a Mesa baiana muito me envaidece.

Parabéns, Tia Eron! Juntas, aqui e lá, na CPI do Crime Cibernético, podemos avançar de maneira exponencial na construção dessa legislação, como fruto inclusive do nosso trabalho aqui.

Parabéns!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Excelência.

É uma satisfação tê-la conosco, como nossa conterrânea, e aprender com V. Exª. Convoque-me quando quiser. Saiba, também plagiando V. Exª, que eu sou uma soldada perfilada, com o pé em marcha, para quaisquer que forem as contribuições nesse âmbito.

Com relação à extinção desses órgãos, desses aparelhos, quero dizer que são tão necessários e historicamente exitosos na luta do movimento social de mulheres e da Bancada Feminina. É necessário destacar, evidentemente, a questão orçamentária da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a Ministra Nilma Lino, que chega a 0,13% aproximadamente, e hoje já se fala em economia, em uma reforma administrativa, extinguindo o que temos como glória de uma luta tão dura, que foi a luta desses movimentos em conjunto. Foi muito pertinente, Deputada, muito apropriada a lembrança desse tema.

E rendo as nossas homenagens também à nossa queridíssima companheira que idealizou o núcleo interdisciplinar dentro da academia, tirando toda essa roupagem academicista, o que ela soube fazer tão bem, e também à sua amiga, Alice, sua xará, que tão bem soube viver a vida, contribuindo com nossas amigas e irmãs.

Agradeço a fala e quero, pela ordem, passar a palavra agora à Senadora Regina Sousa, que é do PT, pelo Estado do Piauí.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Boa tarde a todas e a todos!

Eu acho que foi dito quase tudo, mas eu queria parabenizar todas as expositoras, em particular a Profª Camila, que trouxe quase um substitutivo da lei, prontinho. Dessa forma, a lei ficará praticamente autorregulamentada. Não precisaremos fazer a regulamentação. Está tão detalhado que eu acho que tem que ser incorporado, sim.

Com relação às 24 horas, penso que temos mudar, porque 24 horas na internet é uma vida inteira. Temos que mudar e tem que haver um jeito de ser imediatamente. Notificou, tem que tirar.

Além disso, também é necessário lançar um olhar – não sei se isso já foi feito pelos autores da lei – sobre o Humaniza Redes, a concepção do Humaniza Redes, da Presidência da República, da Secretaria de Direitos Humanos, ainda na época da Ministra Ideli. É muito interessante esse programa e pode auxiliar na fundamentação do projeto de lei.

Por último, poderia sair da Comissão um apelo à Presidente da República sobre os Ministérios da Mulher e da SEPPIR. (*Palmas.*)

Eu acho que é lá que a gente se enxerga. Está todo mundo se movimentando, porque é lá que a gente se enxerga. Eu vim dos movimentos sociais, e recebi não sei quantos, no meu gabinete, de movimentos sociais. Nós já tomamos algumas iniciativas, já marcamos audiências, mas acho que um apelo desta Comissão é muito importante. E tem que ser já, porque essa coisa pode se concretizar nesta semana. É interessante que façamos chegar à Presidência o nosso apelo, porque é lá onde os movimentos se enxergam, é lá que eles veem como um espaço democrático conquistado a duras penas, e não vai ser fácil retomar esse espaço se ele for extinto.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Nós é que agradecemos, Senadora, pela presença. Mais uma vez, faço o meu agradecimento penhorado por V. Exª ter subscrito esta audiência pública para que pudéssemos discutir aqui.

Saiba que esta Comissão e os técnicos dela já estão encaminhando devidamente essa sua fala, no sentido de fazer esse manifesto – de fato, é um manifesto – pela manutenção das duas pastas principais que nos interessam.

Eu quero, neste momento, ter a alegria e a honra de passar a palavra à Deputada Carmen Zanotto, do PPS, pelo Estado de Santa Catarina. Quero informar à Profª Camila e à Mesa como um todo, que a Deputada Carmen Zanotto tem também um dos principais projetos apensados, tanto que o nosso cientista da Safernet, na última audiência pública, fez-se presente, e já fazia, na verdade, Drª Aline, as suas devidas considerações, que foram registradas.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Deputada Tia Eron, nós nos orgulhamos muito de tê-la conosco nesta Legislatura, nesta Casa, com a sua experiência.

Eu estou muito tranquila com relação à relatoria deste projeto, depois desta audiência pública em que tivemos aqui uma juíza, uma promotora, uma professora, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, uma Deputada, uma delegada, com a leitura de quem está do outro lado, com atuação muito mais ampla e com mais tempo para se debruçar sobre o tema, trazendo para nós a experiência do dia a dia.

Antes de falar dos PLS que a Deputada Tia Eron tem a responsabilidade de relatar, eu quero manifestar minha preocupação não só com o momento político-econômico que nós estamos vivendo, mas com relação aos prejuízos que nós podemos ter em especial nas áreas mais sensíveis para a população brasileira, que são os direitos humanos e a saúde.

Eu sou Relatora da PEC 01/2015, que trata da questão do financiamento da saúde, e nós ouvimos muito, nos últimos dias, nas últimas audiências públicas, sobre o risco que estamos correndo, a partir do contingenciamento orçamentário já de 2015, de não darmos conta de cumprir aquilo que está contratualizado, ou seja, de os Municípios e os Estados poderem fazer as cirurgias eletivas, os exames da população, conforme foi realizado no ano de 2014, até o final deste ano de 2015. Aí nós vemos o contingenciamento nas políticas de assistência social, e estamos aqui debatendo estes PLs a serem relatados pela Deputada Tia Eron, e tenho certeza de que a matéria vai ser transformada num substitutivo.

Se formos olhar os PLs, cresceu muito – e eu incluo o meu – o conteúdo do que foi aqui apresentado. E a Deputada Tia Eron vai ter a sensibilidade, e eu tenho a segurança de que vamos ter a melhor proposta a partir das contribuições da audiência pública de hoje, das demais audiências públicas, das demais falas que foram feitas na nossa Casa.

Nosso papel de Parlamentar é procurar aprimorar aquilo de cuja inclusão, num determinado momento, os legisladores não perceberam a importância. Então, se a inclusão vai ser na Lei Maria da Penha, se vai ser no Código Penal, neste momento, a forma é o que menos importa. Temos que levar isso em consideração, sim, mas precisamos debater este tema.

Por que ele é importante? Eu sou do Estado de Santa Catarina, que tem uma das melhores posições com relação ao Mapa da Violência contra as Mulheres. Só que a minha cidade ocupa a 17ª posição entre as seis cidades mais violentas do País. Quando eu estive lá durante, época em que estávamos aqui debatendo, na Legislatura passada, junto com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tratava da violência contra as mulheres, eu fui à Câmara de Vereadores e imaginei que eu não seria ouvida. Houve audiência pública na Câmara de Vereadores, eu estive lá levando a proposta de construir a Procuradoria da Mulher, a Secretaria de Políticas para as Mulheres. E, no ano de 2013/2014, praticamente nada aconteceu na minha cidade.

Mas com que alegria estamos vendo agora um homem, o Parlamentar Domingos, do PT, abraçar a causa a partir das audiências públicas que lá aconteceram. E estão fazendo reuniões regionais nos principais bairros da cidade, os mais populosos, e na universidade, tratando do tema. Com que alegria eu recebi um relatório no último final de semana mostrando o quanto a sociedade precisa de informações, informações exatamente como essas que temos aqui, agora.

O direito à privacidade e ao que acontece em quatro paredes em determinado momento é um direito inalienável, é um direito que não pode jamais ser burlado, negociado, usado para vingança ou para qualquer outra coisa.

E a nossa Prof. Camila foi muito feliz, quando ela falou de outras formas de crime. Nós aqui mesmo vimos – e eu sou uma Parlamentar de oposição – quando nós Deputadas que compomos a Bancada Feminina nos manifestamos a respeito de algumas imagens que nós aqui tratamos da bomba de combustível. Eu não sei se todas as oradoras da Mesa chegaram a ver aquelas imagens, mas eram imagens que davam repulsa, revolta a qualquer mulher ou homem de bem, independentemente das posições político-partidárias. Então, há essa leitura de ampliar esse olhar, porque ficamos focados no olhar da violação na internet, mas há outras violações, como a violação de usar corpos de mulheres com o rosto de uma terceira pessoa, com aquilo deturpado para a sociedade.

E eu saio daqui muita tranquila, porque eu tenho certeza de que esse relatório, com o substitutivo, que será apresentado pela Deputada Tia Eron, será de uma magnitude e de uma abrangência... Com a sensibilidade dela, eu tenho certeza de que tudo que aqui foi relatado e o que consta nos projetos serão contemplados. Eu acho que é assim que avançamos, conseguindo ouvir, conseguindo construir a partir do contraditório, conseguindo construir a partir das diferenças político-partidárias, sempre com um olhar de que nós temos um papel aqui, na Casa, que é a proteção do coletivo da nossa sociedade, que nos encaminhou para cá.

E vou pedir licença às nossas expositoras, porque há agora a reunião da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em que vamos tratar exatamente do tema do apoio. Aqui, eu quero me somar à Senadora Regina no sentido de que saia da nossa Comissão Mista um requerimento pedindo apoio à não extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Igualdade Racial. Não é ali que estão as grandes despesas. As grandes despesas estão quando se gastam 45%, em média, do nosso Orçamento total na amortização e no pagamento de juros. Se o Brasil passou a honrar os seus compromissos, o Brasil precisa renegociar essa dívida e renegociar os valores dos juros e não cortar nas políticas públicas mais sensíveis para a sociedade. Então, eu quero aqui fazer coro a isso.

E quero fazer um apelo, Deputada Tia Eron, para ver se há quórum para aprovarmos os requerimentos que estão aqui, porque, senão, não conseguimos avançar na nossa Comissão. Eu tenho um requerimento de uma audiência pública e outro que estou subscrevendo junto com a Deputada Moema na tarde de hoje. Então, eu queria pedir, com a permissão da nossa Mesa, se nós poderíamos aprovar os requerimentos antes das considerações finais das expositoras.

E eu queria parabenizá-las pela forma com que cada uma trouxe o tema com a sua experiência de vida, que eu acho que é a melhor forma de avançar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Deputada Tia Eron, pela ordem. Também há um requerimento antigo meu para ser votado.

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Claro.

Parabéns a V. Exª, Deputada, por ter pensado, à frente do nosso tempo, um projeto como esse, que, pela dinâmica, estamos aqui buscando aperfeiçoar e trazendo também à baila a pauta desta Comissão, que nós nos preocupamos também em votá-la.

A palavra continua franqueada.

A Deputada Flávia vai falar. Mas, desde já, confiando a V. Exª o manifesto que sai desta Comissão Mista, a pedido da nossa Senadora, que já assinei, juntamente com a Deputada Alice Portugal, para que V. Exª possa levá-lo às demais colegas e às demais Senadoras também, por gentileza, para que elas possam dar esse apoio nesse momento tão importante.

Obrigada, Carmen. Saiba que esse cuidado eu estou compartilhando com todas e por isso duas audiências, fazendo essa escuta para que possamos, de fato, tirar o que há de melhor nesta Relatoria.

Agora, sim, a Deputada Flávia Moraes, do PDT, do Estado Estado de Goiás.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Eu é que agradeço, Srª Presidente.

Vou ser bem objetiva, porque nosso horário está bem avançado. Acho que tudo já foi dito, mas eu queria só cumprimentar a nossa Presidente, que é Relatora também desse importante projeto de lei e apensados. Eu tenho certeza de que a partir dessas audiências públicas nós vamos chegar a um texto que vai atualizar muito o que já conquistamos através da Lei Maria da Penha. Queria parabenizar as colegas que estiveram aqui durante todo o tempo e que também contribuíram.

Quero também fazer um comentário, que eu acho que seria pertinente em relação às colocações da Camila, quando ela diz que não devemos nos referir só à mulher, mas que nós precisávamos estender essa pena-

lidade. O projeto da Deputada Carmen e alguns outros devem alterar a Lei Maria da Penha, mas nós sabemos que homens também são vítimas desse tipo de crime.

Eu queria aproveitar a presença da Deputada Alice, que está participando da CPI dos Crimes Cibernéticos, para que a gente possa ter esse texto e essa tipificação no Código Penal principalmente, na Lei Maria da Penha, não, mas no Código Penal principalmente. E nós não vamos tratar aqui de repartir... Porque, aqui, há uma dificuldade muito grande de aprovar esse tipo de coisa. Nós vamos ter que tratar isso de forma geral, ou seja, como indivíduo. Qualquer indivíduo que sofrer esse tipo de agressão é vítima, de forma geral. Porque se a gente restringir... No meu Estado, só para exemplificar, nós tivemos o caso de um prefeito que foi exposto dessa forma também, tendo relações e isso foi colocado na mídia. É claro que houve uma intenção política de desmoralizá-lo, como acontece com a nossa Presidente a todo o momento. Então, acho que seria bom que o que for de alteração do texto do Código Penal a gente colocasse como vítima de forma geral.

Esse foi só um comentário. Quero parabenizar a todas e me colocar à disposição para que a gente possa, o mais breve possível, aprovar esse texto, porque tenho a certeza de que essa questão urge na nossa sociedade, tamanha a demanda que temos diante da utilização tão contínua e recorrente das redes sociais.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Obrigada, Deputada Flávia.

V. Exª realmente traz aqui uma questão que nós também já debatemos. Esse cuidado eu estou tendo aqui, mais uma vez o reforço, porque vai além do número de mulheres vítimas. Por isso, temos nos lembrado dos portadores de necessidades especiais, bem como dos homoafetivos. Enfim, nós estamos, de fato, buscando fazer a devida ampliação, como já disse aqui a Deputada Carmen Zanotto.

Passamos à deliberação dos requerimentos apresentados.

Há sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Alice Portugal, subscrito pela Deputada Flávia Moraes, que passo a ler.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 21, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher na Assembleia Legislativa da Bahia, destinada a debater as situações de violência contra a mulher no Estado da Bahia.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 25, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do “Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas- Abrigo”.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Parabéns, Deputada!

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Item 3. Requerimento da Deputada Moema Gramacho, subscrito pela Deputada Carmen Zanotto.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 33, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer a realização de Sessão Solene para homenagear o Outubro Rosa, movimento que visa à prevenção do câncer de mama.

Autoria: Deputada Moema Gramacho

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Presidente, eu gostaria de também subscrever esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Subscreve também o requerimento a Deputada Flávia Moraes, pelo PDT, e nossa Senadora Regina Sousa.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Sras e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata desta reunião.

A SRª FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Peço dispensa da leitura, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Tia Eron. Bloco/PRB - BA) – Dispensada, Excelência.

Coloco em votação a dispensa da leitura da ata.

As Sras e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os participantes da Mesa, aos demais que aqui deram suporte, à assessoria, à imprensa, às demais convidadas. Mais uma vez, muitíssimo obrigada e uma boa-tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 14 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 15H30, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e trinta e três minutos do dia catorze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Regina Souza; das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Elcione Barbalho, Júlia Marinho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Clarissa Garotinho, Erika Kokay, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Flávia Moraes, Raquel Muniz, Soraya Santos, Dâmina Pereira, e do Deputado Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2015, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016). Autoria do Projeto: Presidência da República. Coordenação das Emendas na Comissão: Senadora Lúcia Vânia. A Presidência concede a palavra à Coordenadora, Senadora Lúcia Vânia, que comunica terem sido apresentadas 26 (vinte e seis) Emendas ao Projeto perante a Comissão, sendo todas de Apropriação, e procede à leitura de seu Relatório. O Relatório conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação, nos termos do artigo 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016, a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CMCVM – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres - Nacional - Código da Ação: 210A. Valor: R\$ 60.000.000. Iniciativa: Senadora Ana Amélia. Emenda nº 2-CMCVM – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Nacional - Código da Ação: 6175. Valor: R\$ 100.000.000. Iniciativa: Deputada Flávia Moraes. Emenda nº 3-CMCVM – Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca - Nacional - Código da Ação: 14XS. Valor: R\$ 110.000.000. Iniciativa: Senadora Lúcia Vânia. Emenda nº 4-CMCVM – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional - Código da Ação: 210B. Valor: R\$ 180.000.000. Iniciativa: Senadora Lúcia Vânia. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação das propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária apresentadas no âmbito desta Comissão.

A Presidência informa que foi aberto prazo para apresentação das propostas de emendas entre os dias 5 e 9 desse mês. Esgotado o prazo, foram apresentadas 26 sugestões, que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Concedo a palavra, neste momento, à Senadora Lúcia Vânia, na condição de coordenadora das emendas orçamentárias, para proceder à leitura de seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSB - GO) – Da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional.

Autores são diversos.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 26 propostas de emendas, elaboradas pelas Senadoras Ana Amélia, Fátima Bezerra, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Regina Souza, Sandra Braga, Simone Tebet, e Vanessa Grazziotin e pelas Deputadas Benedita da Silva e Flávia Moraes.

As propostas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo de suas competências regimentais. Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão, o tipo de emenda, a esfera orçamentária, a unidade orçamentária, a descrição da programação, o valor proposto e o autor.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de 4 emendas desse tipo reservadas à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional. De que elas mantivessem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2016, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emenda nº 13 – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, que abrange as Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 8, 14, 18, 19 e 25; Emenda nº 22 – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres, que abrange as Emendas nºs 2, 7, 9, 12, 17 e 23; Emenda nº 24 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que abrange a Emenda nº 11; e Emenda nº 26 – Construção da Casa da Mulher Brasileira, que abrange a Emenda nº 16.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É este o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Coloco em discussão o relatório apresentado pela ilustre Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos a votação da matéria.

Na Câmara dos Deputados: as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o referido relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Pelo Senado Federal: as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos esta reunião, gostaria de perguntar aos membros desta Comissão se querem fazer uso da palavra ou fazer alguma solicitação. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem quer usar a palavra, eu gostaria de, antes de encerrar os trabalhos, propor aprovação da ata desta reunião.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata pelo Senado Federal.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar eu gostaria de declarar encerrada a presente reunião, não sem antes agradecer a presença do Deputado Jean Wyllys, da nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota. E, de uma forma muito especial porque aceitou essa missão nobre, a primeira de muitas relatorias que teremos aqui pela frente – esta Comissão que, pela primeira vez, pôde apresentar emenda ao Orçamento 2016 –, quero agradecer a relatoria da nossa queridíssima Senadora Lúcia Vânia.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Está encerrada. Muito obrigada.

(Iniciada às 16 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

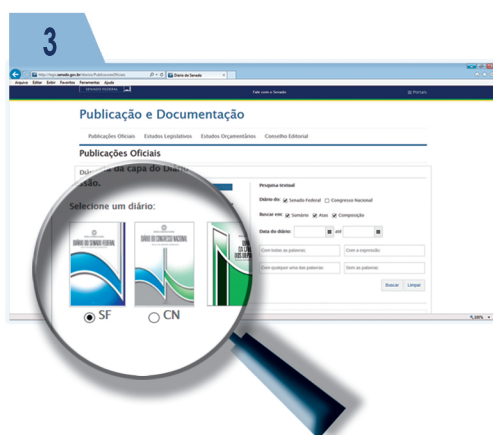
Siga o passo a passo!



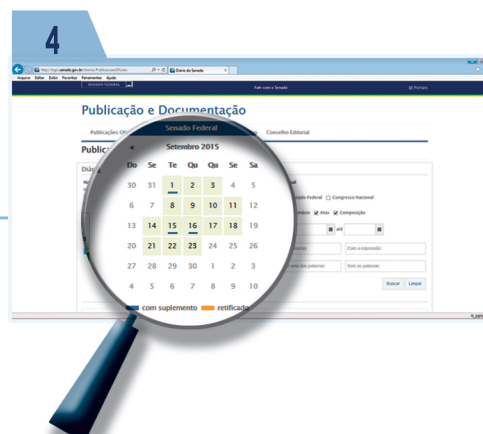
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

